Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Faculdade de Direito

Mariana Gouvea de Oliveira Cosendey

Retomando a promessa de “nunca mais”: responsabilidade internacional em casos de genocídio e crimes contra a humanidade cometidos contra grupos religiosos

Rio de Janeiro

2024

Mariana Gouvea de Oliveira Cosendey

Retomando a promessa de “nunca mais”: responsabilidade internacional em casos de genocídio e crimes contra a humanidade cometidos contra grupos religiosos

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-graduação em Direito, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Cidadania, Estado e Globalização. Linha de pesquisa: Direito Internacional.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Emílio Vauthier Borges de Macedo

Rio de Janeiro

2024

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CCS/C

C834 Cosendey, Mariana Gouvea de Oliveira

Retomando a promessa de “nunca mais”: responsabilidade internacional em casos de genocídio e crimes contra a humanidade cometidos contra grupos religiosos / Mariana Gouvea de Oliveira Cosendey. - 2024.
288f.

Orientadora: Prof. Dr. Paulo Emílio Vauthier Borges de Macedo.

Dissertação (Mestrado). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Direito.

1. Direitos humanos - Teses. 2. Liberdade religiosa – Teses. 3. Crime contra a humanidade - Teses. 4. Genocídio - Teses. I. Macedo, Paulo Emílio Vauthier Borges de. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Direito. III. Título.

342.731(81)

Bibliotecária: Ana Clara Brandão CRB7/6346

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

_____ _____

Assinatura Data

Mariana Gouvea de Oliveira Cosendey

Retomando a promessa de "nunca mais": responsabilidade internacional em casos de genocídio e crimes contra a humanidade cometidos contra grupos religiosos

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-graduação em Direito, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Cidadania, Estado e Globalização. Linha de pesquisa: Direito Internacional.

Aprovada em 14 de março de 2024.

Banca Examinadora:

_____

Prof. Dr. Paulo Emílio Vauthier Borges de Macedo (Orientador)

Faculdade de Direito – UERJ

_____

Prof.ª Dra. Ana Paula Correa de Sales

Faculdade de Direito – UERJ

_____

Prof. Dr. Wagner Menezes

Universidade de São Paulo

Rio de Janeiro

2024

DEDICATÓRIA

Aos mais de 365 milhões de cristãos perseguidos por sua fé[1].

[1] OPEN DOORS. World Watch List: Trends. 2024. Disponível em: https://www.opendoors.org/en-US/persecution/persecution-trends/.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, em quem tenho vida eterna por meio de Cristo Jesus. É essa a vida que mantém viva a esperança dos cristãos que são diariamente mortos, torturados e perseguidos em seu nome. Meu desejo é que este trabalho seja uma pequena contribuição para sua causa, mesmo que uma gota em um oceano, na certeza de que justiça e consolo final está nas mãos do Senhor.

Ao meu marido, Jônatas Cosendey, pelo seu apoio e amor incondicional. A vida real ao seu lado é muito melhor do que eu poderia pedir a Deus e você é uma das amostras de que Ele é um bom pai que dá bons presentes aos seus filhos.

À minha mãe, Léia Gouvea, pelo seu serviço fiel e amoroso. Obrigada pelo seu incentivo constante, pelas massagens nas costas durante as horas de leitura e escrita na frente do computador e por todo ato que tornou esta dissertação possível.

À família que ganhei por meio do meu marido: minha sogra, Hozana, sogro, Janote, e cunhado, Pedro Henrique. Obrigada por me acolherem e escolherem me amar como filha e irmã.

À minha igreja local, Primeira Igreja Batista Bíblica do Rio de Janeiro. Como diz meu pastor, Maurício Andrade, "é na igreja local que a vida real acontece". Lá eu tenho conhecido de perto irmãos e irmãs que são exemplos na fé, seja os que vão ao campo missionário, sem medo de morrer por Cristo, ou os que permanecem como exemplos fiéis onde quer que estejam. À igreja em que fui criada, Assembleia de Deus Shalom, meu muito obrigada pelas suas orações constantes por minha vida.

Agradeço também ao meu orientador, professor Paulo Emílio Vauthier Borges de Macedo, um dos professores mais brilhantes que já conheci, com quem tenho o privilégio de aprender desde cedo na graduação. Obrigada por me treinar no caminho da excelência!

Ao Programa de Pós-Graduação da UERJ, professores e colegas de mestrado. É uma honra cursar parte dos meus estudos em um local que tem formado tantos acadêmicos de qualidade distinta.

Aos meus chefes e colegas de trabalho que tive nos últimos anos na FGV Direito Rio e na ADF International. Na FGV, a professora Paula Almeida e minhas colegas Gabriela Porto e Giulia Romay marcaram profundamente meu modo de estudar, pesquisar e escrever sobre o direito internacional – obrigada por me ensinarem tanto! Na ADF International pude ver mais de perto a realidade do que grupos religiosos enfrentam mundo afora. Conheci advogados da

Índia, Sudão, Vietnã, Jordânia, Nigéria e Paquistão que lutam a favor da liberdade religiosa em seus contextos locais. Essa experiência me marcou profundamente e motivou os estudos para esta dissertação.

Também sou grata pelas oportunidades de cursos de formação, professores, colegas e organizações com as quais me engajei no campo dos estudos de liberdade religiosa, como a Associação Nacional de Juristas Evangélicos (Anajure), o Centro de Estudos em Direito e Religião (CEDIRE) e, novamente, a ADF International. Especialmente por meio da Anajure e da ADF conheci pessoas que conectam a fé à vida acadêmica e profissional de modo excepcional. Sou grata pelo exemplo fiel de cada uma delas. Por meio do CEDIRE, coordenado pelo professor Rodrigo Vitorino, tenho aprendido a importância do diálogo e do rigor acadêmico, o que também tenho como motivo de gratidão. Também sou grata a outras instituições que inspiraram este trabalho, como o Instituto Brasileiro de Direito e Religião (IBDR). Seus fundadores, Thiago Vieira e Jean Regina, foram sempre prestativos e encorajadores a cada oportunidade de conversa e troca de ideias e, por isso, sou grata ao trabalho de excelência realizado por eles por meio do IBDR.

Agradeço, por fim, aos amigos. Como diz C. S. Lewis, “a amizade dá valor à sobrevivência”. Cito, em especial, minha amiga Amanda Centeno, com quem tenho caminhado e dividido tantas experiências das citadas até aqui – graduação, mestrado, Anajure, FGV, CEDIRE e igreja local. Obrigada a todos os amigos e familiares pelo apoio constante em oração, incentivo e encorajamento. Obrigada por me enxergaram com tanta graça e generosidade.

We just don’t approach this terribly painful topic of the persecution and martyrdom of Christians across the world from just a social, a political, a historical, a cultural point of view. We can never forget the optics of faith. You and I are men and women of faith. So never ever do we underestimate the power of prayer. Never, ever, do we forget mentioning the suffering of persecuted Christians throughout the world at every single mass. Never ever do we stop reaffirming our faith in the famous statement by Tertullian, that the blood of the martyrs is the seed of the faith. And never ever do we stop giving all the aid we can to those who are suffering persecution.

Cardinal Timothy Dolan

RESUMO

COSENDEY, Mariana Gouvea de Oliveira. *Retomando a promessa de "nunca mais"*: responsabilidade internacional em casos de genocídio e crimes contra a humanidade cometidos contra grupos religiosos. 2024. 288f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

Mesmo após a promessa da comunidade internacional de garantir que nunca mais qualquer pessoa enfrentasse o horror do genocídio, grupos religiosos continuam a ser alvos de crimes internacionais de intenção discriminatória – genocídio e crime contra a humanidade de perseguição (artigo 6 e 7(1)(h) do Estatuto de Roma e artigo II da Convenção contra o Genocídio). Diante disso, esta pesquisa enfrenta o seguinte problema: respostas jurídicas que apelem apenas à responsabilidade internacional individual ou apenas à responsabilidade estatal são suficientes? Como resposta, propõe-se a seguinte hipótese: não, pois, diante de crimes internacionais, uma resposta que leve em conta a atuação complementar dos regimes de responsabilidade internacional individual e estatal é mais efetiva para proteção dos direitos humanos. Utilizando o método de abordagem indutivo e a técnica de pesquisa bibliográfica, o caminho percorrido nesta dissertação será dividido em três capítulos principais, que buscam cumprir o objetivo geral de analisar a efetividade dos possíveis caminhos de atribuição de responsabilidade internacional em casos de genocídio e perseguição de grupos religiosos. O primeiro capítulo analisa o quadro normativo internacional da liberdade de religião ou crença, isto é, os sistemas universal e regional de direitos humanos, bem como o modo que as normas têm sido aplicadas pelos mecanismos correspondentes. O objetivo é compreender o conteúdo normativo comum dos dispositivos internacionais que tratam dessa liberdade, seu escopo de proteção e as situações em que ela é violada, como nos casos de crimes internacionais de intenção discriminatória. O segundo capítulo busca avaliar as possibilidades de responsabilidade internacional do indivíduo e do Estado quando os direitos humanos de grupos religiosos são violados por meio de atos de genocídio e perseguição. São analisadas as normas aplicáveis e os mecanismos de responsabilização correspondentes, bem como casos selecionados da jurisprudência de tribunais penais internacionais e da Corte Internacional de Justiça, para compreensão do escopo de atuação e dos limites de cada um dos sistemas de responsabilidade internacional. Das análises desses dois capítulos, é possível apreender duas relações importantes, objetos de exame do terceiro capítulo: (i) direito penal internacional e direito internacional dos direitos humanos e (ii) complementariedade entre responsabilidade internacional do indivíduo e do Estado. Assim, a partir de reflexões sobre essas relações, sugere-se uma abordagem das bases conceituais que permita uma resposta jurídica internacional que considere as violações estudadas em sua totalidade.

Palavras-chave: liberdade de religião ou crença; genocídio; crimes contra a humanidade; responsabilidade internacional.

ABSTRACT

COSENDEY, Mariana Gouvea de Oliveira. *Regaining the promise of 'never again'*: international responsibility for genocide and crimes against humanity committed against religious groups. 2024. 288f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

Even after the international community's promise to ensure that never again would anyone face the horror of genocide, religious groups continue to be targets of international crimes of discriminatory intent – genocide and the crime against humanity of persecution (article 6 and 7(1)(h) of the Rome Statute and article II of the Genocide Convention). Therefore, this research faces the following problem: are legal responses that appeal only to individual responsibility or only to state responsibility sufficient? To answer it, this hypothesis is proposed: no, because when facing international crimes, a response that considers the complementarity of both state and individual responsibility regimes is more effective for the protection of human rights. Using the inductive approach method and the bibliographical research technique, the path taken in this thesis will be divided into three main chapters, which seek to fulfill the general objective of analyzing the effectiveness of legal avenues for attributing international responsibility for genocide and persecution of religious groups. The first chapter analyzes the international normative framework for freedom of religion or belief, i.e. the universal and regional human rights systems, as well as how the norms are applied by the corresponding mechanisms. The aim is to understand the common normative content of the international provisions dealing with this freedom, their scope of protection and the situations in which it is violated, such as in cases of international crimes of discriminatory intent. The second chapter seeks to assess the individual and the state international responsibility when human rights of religious groups are violated through acts of genocide and persecution. We analyze the applicable norms and the corresponding responsibility mechanisms, as well as selected cases from the international criminal tribunals and the International Court of Justice jurisprudence, in order to understand the scope of action and the limits of each system of international responsibility. From the assessment of these two chapters, it is possible to grasp two important correlations, which are examined in the third chapter: (i) international criminal law and international human rights law and (ii) the complementarity between individual and state international responsibility. Thus, we suggest a theoretical bases approach that allow for an international legal response that considers the violations studied in their comprehensiveness.

Keywords: freedom of religion or belief; genocide; crimes against humanity; international responsibility.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGNU	Assembleia Geral das Nações Unidas
ARSIWA	*Draft Articles on the Responsibility of States for Internationally Wrongful Acts*
ASEAN	Associação das Nações do Sudeste Asiático
CDI	Comissão de Direito Internacional
CIJ	Corte Internacional de Justiça
Convenção contra o Genocídio	Convenção para Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
CVDT	Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados
Declaração de 1981	Declaração sobre a Eliminação de todas as formas de Intolerância e Discriminação Baseadas em Religião ou Crença de 1981
DUDH	Declaração Universal de Direitos Humanos
ONU	Organização das Nações Unidas
PIDCP	Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos
PIDESC	Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais
Projeto de Código de Crimes	Projeto de Código de Crimes contra a Paz e a Segurança da Humanidade
TPI	Tribunal Penal Internacional
TPIR	Tribunal Penal Internacional para Ruanda
TPIY	Tribunal Penal Internacional para ex-Iugoslávia
UN	*United Nations*
USCIRF	*United States Commission on International Religious Freedom*

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	14
1	**COMPREENDENDO O DIREITO HUMANO À LIBERDADE DE RELIGIÃO OU CRENÇA: QUADRO NORMATIVO INTERNACIONAL E SUA RELAÇÃO COM CRIMES INTERNACIONAIS DE INTENÇÃO DISCRIMINATÓRIA**.....	23
1.1	**A liberdade de religião ou crença nos instrumentos normativos do sistema universal de direitos humanos**.....	25
1.1.1	Liberdade de adotar uma religião ou crença à sua própria escolha e proibição da coação à adoção de uma religião ou crença.....	31
1.1.2	Liberdade de manifestar uma religião ou crença.....	36
1.2	**A liberdade de religião ou crença nos instrumentos normativos do sistema regional de direitos humanos**.....	47
1.2.1	Sistema Europeu de Direitos Humanos.....	48
1.2.2	Sistema Interamericano de Direitos Humanos.....	57
1.2.3	Sistema Africano de Direitos Humanos.....	62
1.2.4	Carta Árabe de Direitos Humanos.....	68
1.2.5	Declaração de Direitos Humanos da Associação das Nações do Sudeste Asiático.....	71
1.3	**Avaliação do conteúdo normativo comum da liberdade de religião ou crença e sua relação com os crimes internacionais de intenção discriminatória**.....	77
1.4	**Conclusão parcial**.....	83
2	**DUPLA RESPONSABILIDADE INTERNACIONAL INDIVIDUAL E ESTATAL**.....	85
2.1	**Responsabilidade Internacional do Indivíduo**.....	89
2.1.1	Conceitos iniciais.....	89
2.1.2	Legislação aplicável: Estatuto de Roma.....	95
2.1.2.1	Genocídio (artigo 6)	95
2.1.2.2	Crime Contra a Humanidade de Perseguição (artigo 7(1)(h)).....	104

2.1.3 Mecanismo de Responsabilização: tribunais penais internacionais..... 109
2.1.3.1 Requisitos para exercício da jurisdição do Tribunal Penal Internacional..... 109
2.1.3.2 Análise de jurisprudência..... 111
2.1.3.2.1 Caso *Krstić*..... 113
2.1.3.2.2 Casos *Tolimir*, *Karadžić* e *Mladić*..... 119
2.1.3.2.3 Análise dos casos..... 126
2.1.4 Outros mecanismos de resposta: cortes nacionais e híbridas..... 128
2.2 **Responsabilidade Internacional do Estado**..... 130
2.2.1 Conceitos iniciais..... 131
2.2.2 Legislação Aplicável..... 140
2.2.2.1 Convenção contra o Genocídio..... 141
2.2.2.2 Projeto de Convenção sobre Crimes contra a Humanidade..... 152
2.2.3 Mecanismo de Responsabilização: Corte Internacional de Justiça..... 154
2.2.3.1 Requisitos para exercício da jurisdição da Corte Internacional de Justiça..... 154
2.2.3.2 Análise de jurisprudência..... 155
2.2.3.2.1 Primeiras apreciações feitas pela Corte: avaliação da ocorrência de genocídio..... 156
2.2.3.2.2 Avaliação da atribuição do cometimento de genocídio ou cumplicidade ao Estado..... 162
2.2.3.2.3 Avaliação das obrigações de prevenção e punição do genocídio e reparação..... 165
2.2.3.2.4 Análise dos casos..... 168
2.3 **Conclusão parcial: outros mecanismos de resposta – o recorte de direitos humanos**..... 173
3 **GRAVES VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS E A RELAÇÃO ENTRE RESPONSABILIDADE INDIVIDUAL E ESTATAL EM CASOS DE GENOCÍDIO E CRIMES CONTRA A HUMANIDADE COMETIDOS CONTRA GRUPOS RELIGIOSOS**..... 181
3.1 **O papel do direito penal internacional na proteção de direitos humanos: grupos religiosos como bem jurídico protegido dos crimes de genocídio e crimes contra a humanidade**..... 182
3.1.1 Percurso histórico da relação entre o direito internacional dos direitos humanos e o direito penal internacional..... 183

3.1.2 Os elementos de direitos humanos nos crimes de genocídio e crimes contra a humanidade..... 186
3.1.3 Grupos religiosos como bem jurídico protegido pelos crimes de genocídio e o crime contra a humanidade de perseguição..... 194
3.1.3.1 Grupos protegidos na definição de genocídio..... 195
3.1.3.2 Grupos protegidos na definição do crime contra a humanidade de perseguição..... 203
3.2 **A relação entre os regimes de responsabilidade individual e estatal: complementariedade em casos de violações de obrigações devidas à comunidade internacional como um todo**..... 207
3.2.1 Responsabilidade internacional individual e estatal em casos de violações de obrigações devidas à comunidade internacional..... 210
3.2.2 A sobreposição entre responsabilidade internacional individual e estatal e sua complementariedade..... 221
3.2 **Conclusão parcial**..... 231
CONCLUSÃO..... 233
REFERÊNCIAS..... 242
Obras..... 242
Teses e cursos da Academia de Direito Internacional da Haia..... 245
Capítulos de livros..... 246
Max Planck Encyclopedia of Public International Law..... 251
Artigos..... 252
Jurisprudência..... 257
Corte Africana de Direitos Humanos e dos Povos..... 257
Corte Europeia de Direitos Humanos..... 257
Corte Interamericana de Direitos Humanos..... 259
Corte Internacional de Justiça..... 260
Tribunal Penal Internacional..... 263
Tribunal Penal Internacional para Ex-Iugoslávia..... 264
Tribunal Penal Internacional para Ruanda..... 266
Outras cortes..... 267
Documentos..... 267

Tratados, estatutos e declarações internacionais..... 267
Comissão de Direito Internacional..... 270
Sistema ONU..... 271
Sistemas regionais..... 282
Outros documentos..... 284
Matérias online, notícias e outras referências..... 285

INTRODUÇÃO

A discriminação com base na religião continua a ser uma das características presentes nos crimes internacionais de atrocidades em massa cometidos nas últimas décadas[2]. Assim, uma das formas que o direito humano à liberdade de religião ou crença é desafiado atualmente é por meio da violência contínua contra pessoas com base em sua fé[3]. Mesmo que por vezes o elemento da religião venha em conjunto com outros, como nacionalidade ou etnia, ele ainda é distintivo e, por isso, precisa ser considerado como tal. Os rohingyas em Mianmar, yazidis no Iraque e na Síria e uyghurs na China, são alguns dos grupos religiosos que atualmente enfrentam atos de violência que possivelmente podem ser classificados como genocídio ou crime contra a humanidade de perseguição[4].

Esse cenário traz a necessidade de retomar a promessa de "nunca mais", feita pela comunidade internacional por meio da elaboração de instrumentos como a Convenção para Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio (Convenção contra o Genocídio)[5]. A promessa era garantir que nunca mais qualquer pessoa enfrentasse o horror do genocídio, como as atrocidades nazistas no Holocausto[6].

---

[2] SCHEFFER, David. Why Religious Persecution Justifies U.S. Legislation on Crimes Against Humanity. **Justsecurity**, 6 out. 2021. Disponível em: https://www.justsecurity.org/78453/why-religious-persecution-justifies-u-s-legislation-on-crimes-against-humanity/. O autor cita como exemplo a perseguição de muçulmanos Cham pelo Khmer Vermelho no Camboja na década de 1970, na Bósnia na década de 1990, no Sudão, no Oriente Médio pelo Estado Islâmico, os uyghurs na China, os rohingyas em Mianmar, na Nigéria, na Caxemira, no Iêmen, na Armênia-Azerbaijão, na Etiópia, em Israel e na Irlanda do Norte. Ver UNITED NATIONS. Plan of Action for Religious Leaders and Actors to Prevent Incitement to Violence that Could Lead to Atrocity Crimes. **United Nations Office on Genocide Prevention and the Responsibility to Protect**, jul. 2017.

[3] GORUR, Aditi; GREGORY, Julie. Violence Based on Religion or Belief: Taking Action at the United Nations. **STIMSON – Human Rights & IHL**, 22 jan. 2021, p. 2. Dispnível em: https://www.stimson.org/2021/violence-based-on-religion-or-belief-taking-action-at-the-united-nations/.

[4] GORUR; GREGORY, 2021, p. 5; REESE, Father Thomas J. Testimony of Father Thomas J. Reese, S.J. Commissioner U.S. Commission on International Religious Freedom (USCIRF) Before the Tom Lantos Human Rights Commission on Mass Atrocities Prevention I. **USCIRF**, 6 fev. 2018. Disponível em: https://www.uscirf.gov/sites/default/files/Mass%20Atrocities%20Hearingrev3.pdf.

[5] UNITED NATIONS. Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide. 1948. Disponível em: https://www.ohchr.org/en/instruments-mechanisms/instruments/convention-prevention-and-punishment-crime-genocide.

[6] UNITED NATIONS HUMAN RIGHTS OFFICE OF THE HIGH COMMISSIONER (OHCHR). Genocide: "Never again" has become "time and again". **OHCHR**, 18 set. 2018. Disponível em: https://www.ohchr.org/EN/NewsEvents/Pages/Genocide0918-7808.aspx.

Quanto aos exemplos citados, em Mianmar, a minoria muçulmana apátrida[7] rohingya tem sofrido discriminação há anos[8]. O cenário é de violência recorrente entre o grupo e a maioria budista do país[9]. Recentemente, em campanhas contra o *Arakan Rohingya Salvation Army*[10], o governo de Mianmar também tem atingido gravemente a população civil[11], o que levou a um êxodo em massa da minoria para Bangladesh, que até fevereiro de 2023 recebeu mais de novecentas mil pessoas[12]. Em resposta internacional, houve o estabelecimento de dois mecanismos no âmbito da ONU: *Human Rights Council Independent International Fact-Finding Mission on Myanmar*[13] e *Human Rights Council Independent Investigative Mechanism for Myanmar*[14]. Além disso, a situação também tem sido investigada pelo Tribunal Penal Internacional (TPI)[15] e examinada pela Corte Internacional de Justiça (CIJ) no caso *The Gambia v. Myanmar*[16].

Na Síria e no Iraque, principais locais nos quais o Estado Islâmico atuou, diversas minorias religiosas foram atacadas pelo grupo terrorista, que proclamava abertamente sua

---

[7] Ver ULLAH, Ahsan A. K. M. Rohingya Crisis in Myanmar: Seeking Justice for the "Stateless". **Journal of Contemporary Criminal Justice**, vol. 32, no. 3, 2016, p. 289; ABDELKADER, Engy. The Rohingya Muslims in Myanmar: Past, Present, and Future. **Oregon Review of International Law**, vol. 15, 2013, p. 400; ZARNI, Maung; COWLEY, Alice. The Slow-Burning Genocide of Myanmar's Rohingya. **Pacific Rim Law & Policy Journal Association**, vol. 23, no. 3, 2014, p. 702-703; SOUTHWICK, Katherine G. Myanmar's Democratic Transition: Peril or Promise for the Stateless Rohingya? **Tilburg Law Review**, vol. 19, 2014, p. 264-265; SILVA, Isadora Isaura Mendes da. **A crise de direitos humanos em Mianmar**: a liberdade religiosa e a cidadania dos rohingya em foco. Lumen Juris, 2022.

[8] FERRER-MONFORT, Andrià. Revisiting the Interpretation of the Protected Groups of the Genocide Convention in light of the Rohingya Case. **Trinity College Law Review**, vol. 22, 2019, p. 90; ZAWACKI, Benjamin. Defining Myanmar's "Rohingya Problem". **Human Rights Brief**, vol. 20, no. 3, 2013, p. 18.

[9] HUMAN RIGHTS COUNCIL. Report of the Independent International Fact-Finding Mission on Myanmar. **A/HRC/39/64**, 12 set. 2018, para. 100. Disponível em: https://ap.ohchr.org/documents/dpage_e.aspx?si=A/HRC/39/64; ZARNI; COWLEY, 2014, p. 707-736.

[10] Sobre a origem e atuação do grupo, ver LEE, Ronan. Myanmar's Arakan Rohingya Salvation Army (ARSA): An Analysis of a New Muslim Militant Group and its Strategic Communications. **Perspectives on Terrorism**, vol. 15, no. 6, dez. 2021.

[11] HUMAN RIGHTS COUNCIL. Report of the Independent International Fact-Finding Mission on Myanmar. **A/HRC/39/64**, 12 set. 2018, para. 32-33. Disponível em: https://ap.ohchr.org/documents/dpage_e.aspx?si=A/HRC/39/64

[12] UNHCR ACNUR. Rohingya. Disponível em: https://www.acnur.org/portugues/rohingya/; BBC. Myanmar Rohingya: What you need to know about the crisis. 23 jan. 2020. Disponível em: https://www.bbc.com/news/world-asia-41566561.

[13] HUMAN RIGHTS COUNCIL. Situation of human rights in Myanmar. **A/HRC/RES/34/22**, 3 abr. 2017. Disponível em: https://ap.ohchr.org/documents/dpage_e.aspx?si=A/HRC/RES/34/22.

[14] HUMAN RIGHTS COUNCIL. Situation of human rights of Rohingya Muslims and other minorities in Myanmar. **A/HRC/RES/39/2**, 3 out. 2018. Disponível em: https://daccess-ods.un.org/access.nsf/Get?OpenAgent&DS=A/HRC/res/39/2&Lang=E.

[15] TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL. Situation in the People's Republic of Bangladesh/Republic of the Union of Myanmar (ICC-01/19). **Investigation**, 2019-ongoing. Disponível em: https://www.icc-cpi.int/bangladesh-myanmar.

[16] CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (The Gambia v. Myanmar). **Pending cases**, 2019-ongoing. Disponível em: https://www.icj-cij.org/case/178

intenção de dizimá-las[17]. Em relatório do Conselho de Direitos Humanos da ONU, o ataque contra a minoria yazidi foi reconhecido como genocídio[18]. Frente aos persistentes desafios que a atuação do grupo trouxe, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) estabeleceu o *Investigative Team to Promote Accountability for Crimes Committed by Da'esh/ISIL* (UNITAD), com intuito de documentar as atrocidades e coletar evidências[19]. Em resposta aos atos cometidos, têm ocorrido julgamentos em cortes nacionais de outros Estados em relação aos seus nacionais[20] ou por jurisdição universal[21], por vezes contando com a cooperação internacional das provas e evidências colhidas pela UNITAD[22].

Por sua vez, a China tem sido acusada por grupos de direitos humanos, Estados e organizações de cometer crimes contra humanidade e, possivelmente, genocídio contra a minoria muçulmana uyghur que habita em Xinjiang[23]. O país teria detido mais de um milhão de pessoas para campos de reeducação, nos quais, segundo testemunhos, há trabalho e esterilização forçados[24], abuso sexual e tortura[25]. O governo chinês nega que haja uma campanha de limpeza étnica ou genocídio, e diz que as medidas tomadas são em resposta ao terrorismo crescente na região[26]. Diante da impossibilidade de atuação de organismos

---

[17] FISCHER, Meghan Grizzle. The UN's Failure to Promote and Protect Religious Freedom. **ADF International White Paper**, 2017, p. 10.

[18] HUMAN RIGHTS COUNCIL. "They came to destroy": ISIS Crimes Against the Yazidis. **A/HRC/32/CRP.2**, 15 jun. 2016. Disponível em: https://www.ohchr.org/Documents/HRBodies/HRCouncil/CoISyria/A_HRC_32_CRP.2_en.pdf.

[19] United Nations Investigative Team to Promote Accountability for Crimes Committed by Da'esh/ISIL (UNITAD). Disponível em: https://www.unitad.un.org/.

[20] HUMAN RIGHTS WATCH. "These are the Crimes we are Fleeing": Justice for Syria in Swedish and German Courts. 3 out. 2017. Disponível em: https://www.hrw.org/report/2017/10/04/these-are-crimes-we-are-fleeing/justice-syria-swedish-and-german-courts.

[21] KROKER, Patrick, KATHER, Alexandra Lily. Justice for Syria? Opportunities and Limitations of Universal Jurisdiction Trials in Germany. **EJIL**: Talk! Blog of the European Journal of International Law, 12 ago. 2016. Disponível em: https://www.ejiltalk.org/justice-for-syria-opportunities-and-limitations-of-universal-jurisdiction-trials-in-germany/.

[22] AGAR, Jonathan. UNITAD Panel Intervention. USCIRF Hearing: Ending Genocide: Accountability for Perpetrators, 28 jul. 2021. Disponível em: https://www.uscirf.gov/sites/default/files/Jonathan%20Agar-%20UNITAD%20outline.pdf.

[23] Ver AUSTRALIAN STRATEGIC POLICY INSTITUTE. The Xinjiang Data Project. Disponível em: https://xjdp.aspi.org.au/.

[24] ZENZ, Adrian. Sterilizations, IUDs, and Mandatory Birth Control: The CCP's Campaign to Suppress Uyghur Birthrates in Xinjiang. **Washington: The Jamestown Foundation**, 2020. Disponível em: https://jamestown.org/wp-content/uploads/2020/06/Zenz-Internment-Sterilizations-and-IUDs-UPDATED-July-21-Rev2.pdf?x26611.

[25] HUMAN RIGHTS WATCH. "Break Their Lineage, Break Their Roots" China's Crimes against Humanity Targeting Uyghurs and Other Turkic Muslims. 19 abr. 2021. Disponível em: https://www.hrw.org/report/2021/04/19/break-their-lineage-break-their-roots/chinas-crimes-against-humanity-targeting. Ver TURKEL, Nury. **No Escape**: The True Story of China's Genocide of the Uyghurs. Haper Collins, 2022.

[26] BBC. Who are the Uyghurs and why is China being accused of genocide? 21 jun. 2021. Disponível em: https://www.bbc.com/news/world-asia-china-22278037. Ver KAM, Stefanie; CLARKE, Michael. Securitization, surveillance and 'de-extremization' in Xinjiang. **International Affairs**, vol. 97, no. 3, 2021, p. 625–642. Disponível em: https://doi.org/10.1093/ia/iiab038.

internacionais como o TPI e a CIJ, chama atenção o estabelecimento do "Tribunal Uyghurs", um órgão não-judicial formado por atores da sociedade civil para investigar, a partir de normas internacionais, a acusação do cometimento de crimes internacionais contra os uyghurs e outras minorias da região[27].

Além dos citados, são diversos os casos de violência contra grupos religiosos ao redor do globo[28]. O Afeganistão governado pelo Talibã[29], a violência contra cristãos na Nigéria[30], o cerceamento da liberdade religiosa por motivos políticos na Nicarágua[31], a discriminação sistemática de cristãos armênios no Azerbaijão[32] são outros exemplos que podem ser mencionados. Tais episódios têm repercutido internacionalmente e são ilustrativos para o objeto a ser desenvolvido nesta dissertação: análise dos possíveis caminhos de responsabilidade internacional para genocídio e crimes contra a humanidade cometidos contra grupos religiosos.

Esclarece-se que, dentre os *core crimes* do direito penal internacional[33], enfoque será dado ao genocídio e crimes contra humanidade[34] (artigo 6 e 7(1)(h) do Estatuto de Roma[35] e artigo II da Convenção contra o Genocídio)[36], por serem as duas condutas que em suas previsões legais elencam grupos religiosos como bem jurídico protegido e, por isso, são crimes que

---

[27] UYGHUR TRIBUNAL. Disponível em: https://uyghurtribunal.com/. Ver BORDA, Aldo Zammit; MANDELBAUM, Stefan; STEGBAUER Marilena. Legitimation Crisis or Access to Justice? On the Authority of International People's Tribunals. **OpinioJuris**, 24 jul. 2021. Disponível em: http://opiniojuris.org/2021/07/24/legitimation-crisis-or-access-to-justice-on-the-authority-of-international-peoples-tribunals/.

[28] Ver PEW RESEARCH CENTER. Religious restrictions around the world. 29 nov. 2022. Disponível em: https://www.pewresearch.org/religion/interactives/religious-restrictions-around-the-world/.

[29] UNITED STATES DEPARTMENT OF STATE OFFICE OF INTERNATIONAL RELIGIOUS FREEDOM. Afghanistan. **Report on International Religious Freedom**, 2022. Disponível em: https://www.state.gov/reports/2022-report-on-international-religious-freedom/afghanistan/.

[30] UNITED STATES COMISSION ON INTERNATIONAL RELIGIOUS FREEDOM. Annual Report. 2023, p. 30-31. Disponível em: https://www.uscirf.gov/annual-reports.

[31] HUMAN RIGHTS COUNCIL. Conclusiones detalladas del Grupo de Expertos en Derechos Humanos sobre Nicaragua. **A/HRC/52/CRP.5**, 2023, para. 833-848. Disponível em: https://www.ohchr.org/sites/default/files/documents/hrbodies/hrcouncil/sessions-regular/session52/A-HRC-52-CRP-5-ES.docx.

[32] CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Application of the International Convention on the Elimination of All Forms of Racial Discrimination (Armenia v. Azerbaijan). **Application instituting proceedings and request for the indication of provisional measures**, 16 set. 2021, para. 96.

[33] AMBOS, Kai. Selected issues regarding the "core crimes" in the international criminal law. **Nouvelles études pénales**, no. 19, Toulouse: Érès, 2004, p. 219-282; BONAFÈ, Beatrice I. **The Relationship Between State and Individual Responsibility for International Crimes**. Leiden, Boston: Martinus Nijhoff Publishers, 2009, p. 11.

[34] Ver SHELTON, Dinah. **Encyclopedia of genocide and crimes against humanity**. Detroit: Thomson Gale, 2005.

[35] INTERNATIONAL CRIMINAL COURT. Rome Statute of the International Criminal Court. 2002. Disponível em: https://www.icc-cpi.int/sites/default/files/RS-Eng.pdf.

[36] LAVERY, Kirsten. Legislation Factsheet Prosecution of Mass Atrocity Crimes. **USCIRF**, jul. 2019. Disponível em: https://www.uscirf.gov/sites/default/files/Legislation%20Factsheet%20-%20Atrocity%20Crimes.pdf. Ver também SADAT, Leila. Towards a New Treaty on Crimes Against Humanity: Next Steps. **Just Security**, 13 set. 2021. Disponível em: https://www.justsecurity.org/78063/towards-a-new-treaty-on-crimes-against-humanity-next-steps/.

envolvem uma intenção discriminatória contra os membros de uma determinada coletividade[37]. Nesses crimes é preciso que haja um *animus* persecutório ou discriminatório, que equivale a uma intenção criminal agravada (*dolus specialis*)[38]. Por isso, entre os crimes internacionais, genocídio e crimes contra a humanidade são os mais próximos dos direitos humanos e, portanto, da proteção de grupos religiosos[39]. Assim, tem-se como finalidade investigar os modos de assegurar a liberdade de religião ou crença em seu contexto de maior vulnerabilidade, aquele no qual uma comunidade religiosa é gravemente perseguida e/ou tem sua existência local ameaçada. Dessa maneira, esta dissertação pretende ser uma fonte de pesquisa jurídica para casos que envolvem crimes internacionais cometidos contra esses grupos.

Destaca-se que não está no escopo deste trabalho discutir os casos citados nesta introdução em detalhes, que podem ser controversos em diferentes graus, especialmente ao se considerar as justificativas estatais em relação aos ocorridos. O fato que se deseja ressaltar por meio deles é: genocídio e perseguição religiosa continuam a ocorrer mesmo após a promessa de nunca mais e, quando tais crimes ocorrem, eles são, também, uma grave violação ao direito humano à liberdade religiosa. O que se deseja analisar é: quando isso de fato acontece, quais são as possíveis respostas jurídicas internacionais?

Essa investigação é relevante porque: (i) trata de graves violações de direitos humanos, do descumprimento de obrigações internacionais como a proibição do genocídio e de crimes contra humanidade, consideradas normas *jus cogens*[40], de interesse da comunidade

---

[37] CASSESE, Antonio. Volume I, s.3 Jurisdiction, 11 Jurisdiction Ratione Materiae, Ch.11.1 Genocide. *In*: CASSESE, Antonio; GAETA, Paola; JONES, John R. W. D (eds.). **The Rome Statute of the International Criminal Court**. Oxford Scholarly Authorities on International Law, 2002, p. 339; SCHABAS, William A. **The International Criminal Court**: A Commentary on the Rome Statute. Oxford Scholarly Authorities on International Law, 2 ed., 2016, p. 197, 200; TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Kupreškic et al. (IT-95-16-T). **Trial Chamber Judgment**, 14 jan. 2000, para. 636: "Tanto a perseguição quanto o genocídio são crimes perpetrados contra pessoas que pertencem a um determinado grupo e que são alvos por causa dessa pertença. Em ambas as categorias, o que importa é a intenção de discriminar: atacar pessoas em razão de suas características étnicas, raciais ou religiosas" (tradução minha). No original: "*Both persecution and genocide are crimes perpetrated against persons that belong to a particular group and who are targeted because of such belonging. In both categories what matters is the intent to discriminate: to attack persons on account of their ethnic, racial, or religious characteristics*".

[38] CASSESE, 2002, p. 364; AMBOS, 2004, p. 259.

[39] SCHABAS, William A. Relationships Between International Criminal Law and Other Branches of International Law. **Recueil des Cours de l'Académie de Droit International**, vol. 417, 2021, p. 330, 340-341. O crime de agressão possui um elemento comumente de direito humano, mas é mais apropriadamente discutido com relação ao uso da força. Crimes de guerra também contém elementos de direitos humanos, mas são primariamente ligados ao direito internacional humanitário. Vale ressaltar que no artigo 8(2)(b)(ix) e (e)(iv), sobre crimes de guerra, há menção sobre ataques intencionais a edifícios consagrados ao culto religioso. Para um caso recente sobre esse dispositivo, ver TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL. Prosecutor v. Ahmad Al Faqi Al Mahdi (ICC-01/12-01/15). **Reparation/Compensation**, 2016. Disponível em: https://www.icc-cpi.int/mali/al-mahdi.

[40] Artigos 53 e 64 da Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados; INTERNATIONAL LAW COMMISSION. Draft articles on Responsibility of States for Internationally Wrongful Acts, with commentaries. **Report of the International Law Commission on the work of its fifty-third session**, 2001, comentário ao artigo 40, para. 3-5, comentário ao artigo 26, para. 5.

internacional como um todo[41] e que equivalem a crimes internacionais; e (ii) trata de situações que com frequência envolvem aparato estatal, seja em ação ou omissão e, por isso, não são adequadamente respondidas pelos governos locais. Assim, é importante que se identifique os possíveis caminhos de responsabilização internacional.

Atualmente, há dois sistemas de responsabilidade no cenário internacional: o estatal e o individual. A resposta clássica do direito internacional para casos em que a violação possa ser atribuída ao Estado é que ele seja responsabilizado, concentrando a responsabilidade na pessoa pública ao invés de no indivíduo que agiu em seu nome[42]. Contudo, Pierre-Marie Dupuy explica que a chamada "revolução de Nuremberg" reverte essa lógica[43], que segue conforme o pronunciado pelo tribunal: "crimes contra o direito internacional são cometidos por homens, não por entidades abstratas, e somente punindo os indivíduos que cometem tais crimes é que as disposições do direito internacional podem ser cumpridas" (tradução minha)[44]. Contudo, se por um lado a resposta voltada ao Estado por vezes não lida com os perpetradores imediatos e sua devida punição, por outro a resposta voltada apenas aos indivíduos é insuficiente para lidar com a natureza maciça e sistemática desses crimes que pressupõem um nível de organização coletiva[45].

Diante disso, esta pesquisa enfrenta o seguinte problema: em face da continuidade de atos de genocídio e de perseguição cometidos contra grupos religiosos, respostas jurídicas que apelem apenas à responsabilidade internacional individual ou apenas à responsabilidade estatal são suficientes?

Como resposta, propõe-se a seguinte hipótese: não, pois, diante de crimes internacionais, uma resposta que leve em conta a atuação complementar dos regimes de

---

[41] INTERNATIONAL LAW COMMISSION, 2001, artigos 33, 42 e 48.

[42] DUPUY, Pierre-Marie. Volume II, s.5 The Statute and General International Law, 26 International Criminal Responsibility of the Individual and International Responsibility of the State. *In*: CASSESE, Antonio; GAETA, Paola; JONES, John R. W. D (eds.). **The Rome Statute of the International Criminal Court**. Oxford Scholarly Authorities on International Law, 2002, p. 1086; NOLLKAEMPER, André. Concurrence between Individual Responsibility and State Responsibility in International Law. **The International and Comparative Law Quarterly**, vol. 52, no. 3, 2003, p. 616.

[43] DUPUY, 2002, p. 1086. Ver evolução histórica do direito penal internacional em WERLE, Gerhard; JEßBERGER, Florian. **Principles of International Criminal Law**. Oxford: Oxford University Press, 3 ed., 2014, p. 1-29.

[44] Citado em DUPUY, 2002, p. 1085. No original: "*Crimes against international law are committed by men, not by abstract entities, and only by punishing individuals who commit such crimes can the provisions of international law be enforced*". Ressalta-se que no Tribunal de Nuremberg também era possível o julgamento de pessoas jurídicas, o que não foi mantido nos tribunais penais internacionais posteriores. JAPIASSÚ, Carlos Eduardo Adriano. **Direito Penal Internacional**. São Paulo: Tirant Lo Blanch, 2020, p. 117.

[45] DUPUY, 2002, p. 1089; NOLLKAEMPER, 2003, p. 625; GORAIEB, Elizabeth. **Responsabilidade penal do estado**. 2019. Tese (Doutorado em Direito Internacional) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 25 mar. 2019, p. 18.

responsabilidade internacional individual e estatal é mais efetiva para proteção dos direitos humanos.

Para tanto, será utilizado o método de abordagem indutivo. Por meio do exame de casos específicos de genocídio e perseguição de grupos religiosos em que houve responsabilização estatal e individual, será aferida a efetividade das normas[46] envolvidas quando crimes internacionais são cometidos, bem como o escopo de aplicação, os limites e a relação dos sistemas de responsabilidade internacional.

Com esse fim, será utilizada a técnica de pesquisa bibliográfica, por meio da análise de documentação indireta – livros, comentários, artigos, revistas e boletins acadêmicos, jurisprudência de cortes e tribunais internacionais, publicações em sites e noticiários – e pesquisa documental direta – análise da legislação aplicável, resoluções e relatórios de comitês da ONU e outras instituições internacionais, entre outros.

Entre as referências bibliográficas utilizadas, destacam-se os seguintes autores, em ordem alfabética: Anja Seibert-Fohr[47]; Antonio Cassese[48]; Beatrice Bonafè[49]; Florian Jeßberger[50]; Heiner Bielefeldt, Michael Wiener e Nazila Ghanea[51]; James Crawford[52]; Kai

---

[46] Por efetividade quer se dizer o seguinte: se a norma é apta a produzir efeitos, como por exemplo quando sua violação gera uma sentença emitida por tribunal competente. Isto é, o que se pretende analisar é sua capacidade de produzir efeitos – a violação gerar uma sentença atestando responsabilidade –, e não a eficácia do efeito em si – a sentença ser cumprida.

[47] SEIBERT-FOHR, Anja. **Prosecuting Serious Human Rights Violations**. Oxford University Press, 2009b; SEIBERT-FOHR, Anja. Part V Accountability of States for Genocide, 16 State Responsibility for Genocide under the Genocide Convention. *In*: GAETA, Paola (ed.). **The UN Genocide Convention**: A Commentary. Oxford Commentaries on International Law, 2009a.

[48] CASSESE, Antonio; GAETA, Paola; JONES, John R. W. D (eds.). **The Rome Statute of the International Criminal Court**. Oxford Scholarly Authorities on International Law, 2002; CASSESE, Antonio. On the Use of Criminal Law Notions in Determining State Responsibility. **Journal of International Criminal Justice**, vol. 5, no. 4, 2007; CASSESE, Antonio. **International Criminal Law**. Oxford: Oxford University Press, 2003; CASSESE, Antonio. **International Law**. Oxford: Oxford University Press, 2001.

[49] BONAFÈ, Beatrice I. **The Relationship Between State and Individual Responsibility for International Crimes**. Leiden, Boston: Martinus Nijhoff Publishers, 2009; BONAFÈ, Beatrice I. Reassessing Dual Responsibility for International Crimes. **Sequência Florianópolis**, no. 73, ago. 2016.

[50] JEßBERGER, Florian; GENEUSS, Julia (eds.). **Why Punish Perpetrators of Mass Atrocities?** Purposes of Punishment in International Criminal Law. New York: Cambridge University Press, 2020; WERLE, Gerhard; JEßBERGER, Florian. **Principles of International Criminal Law**. Oxford: Oxford University Press, 3 ed., 2014; JEßBERGER, Florian. Part II The Definition of Genocide, 4 The Definition and the Elements of the Crime of Genocide. *In*: GAETA, Paola (ed.). **The UN Genocide Convention**: A Commentary. Oxford Commentaries on International Law, 2009.

[51] BIELEFELDT, Heiner; GHANEA, Nazila; WIENER, Michael. **Freedom of Religion or Belief**: An International Law Commentary. Oxford/United Kingdom: Oxford University Press, 2016; GHANEA, Nazila. Are Religious Minorities Really Minorities? **Oxford Journal of Law and Religion**, vol. 1, no. 1, 2012.

[52] CRAWFORD, James. State Responsibility. **Max Planck Encyclopedia of Public International Law**, set. 2006; CRAWFORD, James; PELLET, Alain; OLLESON, Simon; PARLETT, Kate. **The Law of International Responsibility**. Oxford University Press, 2010; CRAWFORD, James. The International Court of Justice and the Law of State Responsibility. *In*: TAMS, Christian J.; SLOAN, James (eds.). **The Development of International Law by the International Court of Justice**. Oxford University Press, 2013.

Ambos[53]; Marko Milanović[54]; Nehemiah Robinson[55]; Paola Gaeta[56]; Pierre-Marie Dupuy[57]; Thomas Weatherall[58]; e William Schabas[59].

Autores nacionais incluem Antônio Augusto Cançado Trindade[60]; Carlos Eduardo Adriano Japiassú[61]; e Elizabeth Goraieb[62].

A partir do método apresentado, o caminho percorrido nesta dissertação será dividido em três capítulos principais, que buscam cumprir o objetivo geral de analisar a efetividade[63] dos possíveis caminhos de atribuição de responsabilidade internacional em casos de genocídio e crimes contra a humanidade cometidos contra grupos religiosos.

---

[53] AMBOS, Kai. Selected issues regarding the "core crimes" in the international criminal law. **Nouvelles études pénales**, no. 19, Toulouse: Érès, 2004.

[54] MILANOVIĆ, Marko. State Responsibility for Genocide. **The European Journal of International Law**, vol. 17, no. 3, 2006; MILANOVIĆ, Marko. State Responsibility for Genocide: A Follow-Up. **The European Journal of International Law**, vol. 18, no. 4, 2007.

[55] ROBINSON, Nehemiah. **The Genocide Convention**: A Commentary. New York: Institute of Jewish Affairs, World Jewish Congress, 1960.

[56] CASSESE, Antonio; GAETA, Paola; JONES, John R. W. D (eds.). **The Rome Statute of the International Criminal Court**. Oxford Scholarly Authorities on International Law, 2002; GAETA, Paola. On What Conditions Can a State Be Held Responsible for Genocide? **European Journal of International Law**, vol. 18, no. 4, 2007; GAETA, Paola (ed.). **The UN Genocide Convention**: A Commentary. Oxford Commentaries on International Law, 2009.

[57] DUPUY, Pierre-Marie. Volume II, s.5 The Statute and General International Law, 26 International Criminal Responsibility of the Individual and International Responsibility of the State. *In*: CASSESE, Antonio; GAETA, Paola; JONES, John R. W. D (eds.). **The Rome Statute of the International Criminal Court**. Oxford Scholarly Authorities on International Law, 2002; DUPUY, Pierre-Marie. Le fait générateur de la responsabilité internationale des états. **Recueil des Cours de l'Académie de Droit International**, vol. 188, 1984.

[58] WEATHERALL, Thomas. **Duality of Responsibility in International Law**: The Individual, the State, and International Crimes. Leiden: Brill, Nijhoff, 2022.

[59] SCHABAS, William A. Relationships Between International Criminal Law and Other Branches of International Law. **Recueil des Cours de l'Académie de Droit International**, vol. 417, 2021; SCHABAS, William A. **The International Criminal Court**: A Commentary on the Rome Statute. Oxford Scholarly Authorities on International Law, 2 ed., 2016; SCHABAS, William A. Was Genocide Committed in Bosnia and Herzegovina? First Judgments of the International Criminal Tribunal for the Former Yugoslavia. **Fordham International Law Journal**, vol. 25, no. 1, nov. 2001; SCHABAS, William A. **Genocide in International Law**: The Crime of Crimes. Cambridge: Cambridge University Press, 2 ed., 2009; SCHABAS, William A. Groups Protected by the Genocide Convention: Conflicting Interpretations from the International Criminal Tribunal for Rwanda. **ILSA Journal of International & Comparative Law**, vol. 6, 2000; SCHABAS, William A. **The UN International Criminal Tribunals**: the former Yugoslavia, Rwanda and Sierra Leone. Cambridge: Cambridge University Press, 2006; SCHABAS, William A. Genocide. **Max Planck Encyclopedia of Public International Law**, dez. 2007.

[60] CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. **A responsabilidade do Estado sob a Convenção contra o Genocídio**: em defesa da dignidade humana. Haia/Fortaleza: IBDH-IIDH, 2015; CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. Complementarity between State Responsibility and Individual Responsibility for Grave Violations of Human Rights: The Crime of State Revisited. *In*: RAGAZZI, Maurizio (ed.). **International Responsibility Today**: Essays in Memory of Oscar Schachter. Leiden, Boston: Martinus Nijhoff Publishers, 2005; CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. **International Law for Humankind**. Leiden, Boston: Brill Nijhoff, 3 ed., 2020.

[61] JAPIASSÚ, Carlos Eduardo Adriano. **Direito Penal Internacional**. São Paulo: Tirant Lo Blanch, 2020; JAPIASSÚ, Carlos Eduardo Adriano. O direito penal internacional e os crimes internacionais. **Revista Interdisciplinar de Direito – Faculdade de Direito de Valença**, vol. 9(1), 2012.

[62] GORAIEB, Elizabeth. **Responsabilidade penal do estado**. 2019. Tese (Doutorado em Direito Internacional) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 25 mar. 2019; GORAIEB, Elizabeth; BORGES DE MACEDO, Paulo Emílio Vauthier. A ampliação da jurisdição internacional: o surgimento de uma jurisdição internacional em matéria penal. **Revista de Direito Internacional**, vol. 19(2), 2022.

[63] Ver nota de rodapé no. 46 desta dissertação.

Uma vez que se parte de graves violações de direitos humanos, em especial a liberdade religiosa, o **primeiro capítulo** tem o objetivo específico de analisar o quadro normativo internacional da liberdade de religião ou crença. Para tanto, serão examinadas as normas dos sistemas universal e regional de direitos humanos, bem como o modo que seus mecanismos as têm aplicado na prática. Desse modo, será possível compreender o conteúdo normativo comum dos dispositivos internacionais que tratam dessa liberdade, seu escopo de proteção e as situações em que ela é violada, como nos casos de crimes internacionais de intenção discriminatória.

O **segundo capítulo** tem o objetivo específico de avaliar as possibilidades de responsabilidade internacional quando os direitos humanos de grupos religiosos são violados por meio de atos de genocídio e perseguição como uma modalidade de crimes contra a humanidade. Isto é, a responsabilidade do indivíduo e do Estado. Para tanto, serão analisadas as normas aplicáveis e os mecanismos de responsabilização correspondentes, bem como casos selecionados da jurisprudência de tribunais penais internacionais e da CIJ, por meio dos quais será possível compreender o escopo de atuação e os limites de cada um dos sistemas de responsabilidade internacional.

Das análises desses dois capítulos, é possível apreender duas relações importantes. Como o genocídio e a perseguição religiosa são graves violações de direitos humanos que equivalem a crimes internacionais, eles estão na posição singular de intersecção entre dois campos do direito internacional: o direito internacional dos direitos humanos e o direito penal internacional – primeira relação. Devido a essa intersecção, esses são cenários que, no âmbito da responsabilidade internacional, podem suscitar tanto a responsabilidade do Estado como a do indivíduo – segunda relação. Assim, há uma conexão entre o sistema de proteção dos direitos humanos, baseado na responsabilidade estatal, e o sistema penal internacional, baseado na responsabilidade individual[64]. Portanto, o **terceiro capítulo** possui o objetivo específico de, a partir de reflexões sobre essas relações, sugerir uma abordagem das bases conceituais que permita uma resposta jurídica internacional que considere as violações estudadas em sua totalidade.

A partir do caminho apresentado, pretende-se chegar a conclusões que lancem luz à presente temática em prol do cumprimento dos direitos e da proteção daqueles que sofrem as piores consequências de violações de normas internacionais. No caso em questão, as minorias religiosas perseguidas.

---

[64] ESPIELL, Héctor Gros. International Responsibility of the State and Individual Criminal Responsibility in the International Protection of Human Rights. *In*: RAGAZZI, Maurizio (ed.). **International Responsibility Today**: Essays in Memory of Oscar Schachter. Leiden, Boston, Martinus Nijhoff Publishers, 2005, p. 160.

1 COMPREENDENDO O DIREITO HUMANO À LIBERDADE DE RELIGIÃO OU CRENÇA: QUADRO NORMATIVO INTERNACIONAL E SUA RELAÇÃO COM CRIMES INTERNACIONAIS DE INTENÇÃO DISCRIMINATÓRIA

A liberdade religiosa é um dos direitos humanos tutelados pelas normas de direito internacional. A fim de compreender seu significado, escopo de proteção e em que situações ela é violada, este capítulo investigará o quadro normativo que a assegura, bem como sua aplicação.

Certamente uma das graves violações desse direito que "choca a consciência da humanidade" (tradução minha)[65] é a violência baseada em discriminação religiosa, que continua a se destacar como um dos elementos centrais em muitos dos ataques[66] qualificados como genocídio e como crime contra a humanidade de perseguição. Exemplos de investigações recentes a esse respeito incluem os citados na introdução desta dissertação[67]: atos cometidos contra os grupos religiosos de rohingyas em Mianmar, yazidis no Iraque e na Síria, uyghurs na China[68], minorias religiosas no Afeganistão governado pelo Talibã[69], cristãos na Nigéria[70], cristãos armênios no Azerbaijão[71] e o cerceamento da liberdade religiosa por motivos políticos na Nicarágua[72].

---

[65] CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Reservations to the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide. **Advisory Opinion**, 28 mai. 1951, p. 15. No original: "*shock the conscience of mankind*".

[66] SCHEFFER, David. Why Religious Persecution Justifies U.S. Legislation on Crimes Against Humanity. **Justsecurity**, 6 out. 2021. Disponível em: https://www.justsecurity.org/78453/why-religious-persecution-justifies-u-s-legislation-on-crimes-against-humanity/. Ver nota de rodapé no. 2 desta dissertação; UNITED NATIONS. Plan of Action for Religious Leaders and Actors to Prevent Incitement to Violence that Could Lead to Atrocity Crimes. **United Nations Office on Genocide Prevention and the Responsibility to Protect**, jul. 2017.

[67] Ver também PEW RESEARCH CENTER. Religious restrictions around the world. 29 nov. 2022. Disponível em: https://www.pewresearch.org/religion/interactives/religious-restrictions-around-the-world/.

[68] GORUR, Aditi; GREGORY, Julie. Violence Based on Religion or Belief: Taking Action at the United Nations. **STIMSON – Human Rights & IHL**, 22 jan. 2021, p. 5. Dispnível em: https://www.stimson.org/2021/violence-based-on-religion-or-belief-taking-action-at-the-united-nations/; REESE, Father Thomas J. Testimony of Father Thomas J. Reese, S.J. Commissioner U.S. Commission on International Religious Freedom (USCIRF) Before the Tom Lantos Human Rights Commission on Mass Atrocities Prevention I. **USCIRF**, 6 fev. 2018. Disponível em: https://www.uscirf.gov/sites/default/files/Mass%20Atrocities%20Hearingrev3.pdf.

[69] UNITED STATES DEPARTMENT OF STATE OFFICE OF INTERNATIONAL RELIGIOUS FREEDOM. Afghanistan. **Report on International Religious Freedom**, 2022. Disponível em: https://www.state.gov/reports/2022-report-on-international-religious-freedom/afghanistan/.

[70] UNITED STATES COMISSION ON INTERNATIONAL RELIGIOUS FREEDOM. Annual Report. 2023, p. 30-31. Disponível em: https://www.uscirf.gov/annual-reports.

[71] CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Application of the International Convention on the Elimination of All Forms of Racial Discrimination (Armenia v. Azerbaijan). **Application instituting proceedings and request for the indication of provisional measures**, 16 set. 2021, para. 96.

[72] HUMAN RIGHTS COUNCIL. Conclusiones detalladas del Grupo de Expertos en Derechos Humanos sobre Nicaragua. **A/HRC/52/CRP.5**, 2023, para. 833-848. Disponível em: https://www.ohchr.org/sites/default/files/documents/hrbodies/hrcouncil/sessions-regular/session52/A-HRC-52-CRP-5-ES.docx.

Tais cenários trazem a urgência de retomar a promessa de que nunca mais qualquer pessoa enfrente o horror de atrocidades como o genocídio, feita pela comunidade internacional por meio da elaboração de instrumentos como a Convenção para Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio (Convenção contra o Genocídio)[73] em resposta aos horrores da Segunda Guerra Mundial e do Holocausto[74]. O Escritório para Prevenção do Genocídio e Responsabilidade de Proteger descreve a Convenção como o primeiro tratado de direitos humanos adotado pela Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), demonstrando "o compromisso da comunidade internacional de 'nunca mais' após as atrocidades cometidas durante a Segunda Guerra Mundial. Sua adoção marcou uma etapa crucial para o desenvolvimento dos direitos humanos internacionais e do direito penal internacional como os conhecemos hoje" (tradução minha)[75]. Contudo, conforme dito por Jacob Dolinger, "de um 'nunca mais' ao outro, o mundo testemunhou um século de genocídios sucessivos"[76].

Conforme anteriormente exposto, não está no escopo deste trabalho discutir esses casos em detalhes. O que se deseja ressaltar é: genocídio e perseguição religiosa continuam a ocorrer mesmo após a promessa de nunca mais. O que será analisado é: quando isso de fato acontece, quais são as possíveis respostas jurídicas internacionais?

Quando tais crimes ocorrem, eles são, também, uma grave violação ao direito humano à liberdade religiosa[77], visto como mais antigo direito humano aceito internacionalmente[78].

---

[73] UNITED NATIONS. Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide. 1948. Disponível em: https://www.ohchr.org/en/instruments-mechanisms/instruments/convention-prevention-and-punishment-crime-genocide.

[74] UNITED NATIONS OFFICE ON GENOCIDE PREVENTION AND THE RESPONSIBILITY TO PROTECT. **The Genocide Convention**. Disponível em: https://www.un.org/en/genocideprevention/genocide-convention.shtml; UNITED NATIONS HUMAN RIGHTS OFFICE OF THE HIGH COMMISSIONER (OHCHR). Genocide: "Never again" has become "time and again". **OHCHR**, 18 set. 2018. Disponível em: https://www.ohchr.org/EN/NewsEvents/Pages/Genocide0918-7808.aspx.

[75] UNITED NATIONS OFFICE ON GENOCIDE PREVENTION AND THE RESPONSIBILITY TO PROTECT. **The Genocide Convention**. Disponível em: https://www.un.org/en/genocideprevention/genocide-convention.shtml. No original: "*the international community's commitment to 'never again' after the atrocities committed during the Second World War. Its adoption marked a crucial step towards the development of international human rights and international criminal law as we know it today*."

[76] DOLINGER, Jacob. **The case for Closing the UN**: International Human Rights - A Study in Hypocrisy. Jerusalém/Israel: Gefen Publishing House Ltd., 2016, p. 1.

[77] Ver GORUR; GREGORY, 2021, p. 2.

[78] WALTER, Christian. Religion or Belief, Freedom of, International Protection. **Max Planck Encyclopedia of Public International Law**, jan 2008, para. 1. Para um breve panorama histórico ver WITTE JR, John. The right to freedom of religion: An historical perspective from the West. *In*: FERRARI, Silvio; HILL QC, Mark; JAMAL, Arif A.; BOTTONI, Rossella (eds.). **Routledge Handbook of Freedom of Religion or Belief. Routledge**: London and New York, 2021, p. 11-26; MACHADO, Jónatas. Direito à Liberdade religiosa: pressupostos histórico-filosóficos. **Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, vol. 8, 1998, p. 335-345; OLIVEIRA, Mariana Gouvea de. Antecedentes Históricos do Conceito de Liberdade de Religião ou Crença no Ocidente. **Revista Brasileira de História do Direito**, vol. 9(1), 2023. Ver também capítulo I, "A Matriz Histórica da Liberdade Religiosa" da obra LEITE, Fábio Carvalho. **Estado e Religião**: a Liberdade Religiosa no Brasil. Curitiba: Juruá Editora, 2014; tópico 3, "uma digressão histórica da liberdade religiosa", da primeira parte da obra

Portanto, o primeiro passo para a análise que se pretende fazer é compreender o conceito do direito humano à liberdade de religião ou crença, isto é, qual é o seu escopo de proteção? Quando ele é violado? O que se entende do conteúdo desse direito humano ao redor do mundo, e não apenas no contexto ocidental liberal/secular?

Como previsível, a definição da liberdade de crença é, para dizer o mínimo, controversa. Portanto, o meio mais adequado para os fins desta pesquisa é analisar o quadro normativo internacional, incluindo o sistema universal **(1.1)** e regional de direitos humanos **(1.2)**, e o modo que eles têm sido aplicados em casos concretos pelos mecanismos que regulam esse direito. A partir disso, será possível compreender o significado do direito à liberdade de religião ou crença, bem como sua relação com os crimes de genocídio e perseguição **(1.3)**, que são, conforme será visto, crimes que envolvem uma intenção discriminatória, isto é, são cometidos contra um grupo específico devido à sua identidade. Assim, no capítulo seguinte serão vistos os meios de responsabilização internacional quando essas violações ocorrem.

1.1 **A liberdade de religião ou crença nos instrumentos normativos do sistema universal de direitos humanos**

A liberdade religiosa é um direito humano claramente reconhecido nos instrumentos de direito internacional. É, inclusive, considerado como o mais antigo direito humano internacionalmente aceito[79] e a matriz da maioria das liberdades fundamentais.

Autores apontam que seu desenvolvimento e presença em tratados remonta a disposições presentes nos tratados de paz de Westfália[80]. Claro que as previsões desses tratados não podem ser entendidas no sentido contemporâneo do sistema de direitos humanos, que nasce apenas após a Segunda Guerra Mundial. De todo modo, alguns fatos históricos são marcantes para os primórdios da noção da liberdade de crença.

Os tratados de Westfália finalizaram duas grandes guerras religiosas: a dos Trinta e a dos Oitenta Anos. Assim, em sua redação, foi incluída, pelo menos em algum nível, a garantia de proteção e liberdade de exercício religioso para determinados grupos em diferentes Estados

VIEIRA, Thiago Rafael. **Liberdade Religiosa**: fundamentos teóricos para proteção e exercício da crença. São Paulo: Almedina, 2023.

[79] WALTER, 2008, para. 1.

[80] WALTER, 2008, para. 1; WITTE JR, 2021, p. 16-17; OLIVEIRA, 2023, p. 79.

– dissidentes católicos, luteranos e calvinistas pacíficos[81]. É o caso, por exemplo, do artigo 28: "todos os outros da referida Confissão de Augsburgo, que o exigirem, terão o livre exercício de sua religião, tanto nas igrejas públicas nas horas determinadas, como em particular em suas próprias casas, ou em outras escolhidas para esse fim por seus ministros, ou pelos de seus vizinhos, pregando a Palavra de Deus" (tradução minha)[82]; e no artigo 123: "a paz permanecerá em vigor e todas as partes desta transação serão obrigadas a defender e proteger todos os artigos desta paz contra qualquer um, sem distinção de religião" (tradução minha)[83]. Além disso, havia uma cláusula no Tratado de Osnabruck de 1648 que limitava o poder dos soberanos territoriais de decidir sobre a religião dos súditos. Com o iluminismo, desenvolveu-se a ideia de direito individual e, assim, a liberdade de religião foi inserida nos documentos importantes do século XVIII[84] – exemplos são o artigo 10 da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789, o artigo 16 da Declaração de Direitos da Virgínia de 1776 e a primeira emenda à Constituição dos Estados Unidos, parte da *Bill of Rights* de 1791[85].

Mais próximo ao direito internacional contemporâneo, um momento precursor que aponta para o pioneirismo da liberdade religiosa são os tratados de minorias pós Primeira Guerra Mundial[86]. Depois de tentativas frustradas de incluir uma referência à liberdade religiosa no Pacto da Liga das Nações, cinco tratados de minorias foram concluídos com a Polônia, a Tchecoslováquia, o Estado Sérvio-Croata-Esloveno, a Romênia e a Grécia. O artigo 2(2) do Tratado sobre Minorias Polonesas (1919) exemplifica a importância da liberdade de religião para esses tratados: "todos os habitantes da Polônia terão direito ao livre exercício, público ou privado, de qualquer credo, religião ou crença, cujas práticas não sejam incompatíveis com a

---

[81] WITTE JR, 2021, p. 17; OLIVEIRA, 2023, p. 79; AIJAZUDDIN, Mustafa. Protection of Religious and Ethnic Minorities Before The Genocide Convention. **Loyola University Chicago International Law Review**, vol. 16, no. 2, 2020, p. 157-158

[82] THE AVALON PROJECT. Treaty of Westphalia. Disponível em: https://avalon.law.yale.edu/17th_century/westphal.asp. No original: "*all others of the said Confession of Augsburg, who shall demand it, shall have the free Exercise of their Religion, as well in publick Churches at the appointed Hours, as in private in their own Houses, or in others chosen for this purpose by their Ministers, or by those of their Neighbours, preaching the Word of God*."

[83] THE AVALON PROJECT. Treaty of Westphalia. Disponível em: https://avalon.law.yale.edu/17th_century/westphal.asp. No original: "*Peace shall remain in force, and all Partys in this Transaction shall be oblig'd to defend and protect all and every Article of this Peace against any one, without distinction of Religion*".

[84] WALTER, 2008, para. 1. Ver WITTE JR, 2021, p. 21; OLIVEIRA, 2023, p. 81-82.

[85] ÉLYSÉE. Declaration of the Rights of Man and of the Citizen. 1789. Disponível em: https://www.elysee.fr/en/french-presidency/the-declaration-of-the-rights-of-man-and-of-the-citizen; NATIONAL ARCHIVES. The Virginia Declaration of Rights. **America's Founding Documents**, 1776. Disponível em: https://www.archives.gov/founding-docs/virginia-declaration-of-rights; NATIONAL ARCHIVES. The Bill of Rights: A Transcription. **America's Founding Documents**, 1791. Disponível em: https://www.archives.gov/founding-docs/bill-of-rights-transcript.

[86] WALTER, 2008, para. 2; OLIVEIRA, 2023, p. 84.

ordem pública ou a moral" (tradução minha)[87]. Além de uma disposição que proíbe a discriminação religiosa no artigo 7(1) e (2): "todos os cidadãos poloneses são iguais perante a lei e gozam dos mesmos direitos civis e políticos, sem distinção de raça, língua ou religião", e "as diferenças de religião, credo ou confissão não prejudicarão nenhum cidadão polonês em questões relacionadas ao gozo dos direitos civis e políticos, como, por exemplo, a admissão a empregos públicos, funções e honrarias, ou o exercício de profissões ou indústrias" (tradução minha)[88].

Essa série de tratados assegurou a proteção de minorias étnicas e religiosas nesses Estados, o que incluiu, por exemplo: igualdade perante a lei; liberdade no uso da língua materna em relação à religião, imprensa, publicações, reuniões e julgamentos; direito de estabelecer instituições de caridade, religiosas, sociais ou educacionais; entre outros[89].

Nesse sentido, Nazila Ghanea, atual Relatora Especial para Liberdade de Religião ou Crença, expõe que, historicamente, minorias religiosas foram o principal estímulo para a institucionalização da estrutura internacional de direitos das minorias. Contudo, a autora também destaca que, durante os desenvolvimentos históricos acima mencionados, a preocupação subjacente das disposições era mais em relação à segurança, seu escopo de proteção era bastante limitado e o objetivo era a manutenção do *status quo*, a contenção de minorias religiosas, e não tanto a preocupação humanitária mais ampla[90]. De todo modo, tais episódios foram relevantes para a inclusão de garantias de exercício da religião em documentos internacionais.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial é fundado um novo sistema de proteção de direitos humanos, com enfoque na proteção do indivíduo. Assim, a proteção da liberdade de religião passou do contexto relativamente restrito da proteção de minorias para a área geral de

---

[87] Citado em WALTER, 2008, para. 2. No original: "*All inhabitants of Poland shall be entitled to the free exercise, whether public or private, of any creed, religion or belief, whose practices are not inconsistent with public order or morals*".

[88] Citado em WALTER, 2008, para. 2. No original: "*All Polish nationals shall be equal before the law and shall enjoy the same civil and political rights without distinction as to race, language or religion*." "*Differences of religion, creed or confession shall not prejudice any Polish nationals in matters relating to the enjoyment of civil and political rights, as for instance admission to public employments, functions and honours, or the exercise of professions or industries*". Ver ALONZO-MAIZLISH, David. In Whole or In Part: Group Rights, the Intent Element of Genocide, and the "Quantitative Criterion". **New York University Law Review**, vol. 77, 2002, p. 1379 e nota de rodapé no. 44. Outros tratados de proteção de minorias adotados após a Primeira Guerra Mundial incluíam linguagem quase idêntica, como o da Grécia (artigo 2), Romênia (artigo 2), Checoslováquia (artigo 2), Estado Sérvio-Croata-Esloveno (artigo 2), bem como as disposições de proteção de minorias nos tratados de paz como o de Lausanne (artigo 38), Trianon (artigo 55), Saint-German (artigo 63), Neuilly (artigo 50).

[89] AIJAZUDDIN, 2020, p. 165-166.

[90] GHANEA, Nazila. Are Religious Minorities Really Minorities? **Oxford Journal of Law and Religion**, vol. 1, no. 1, 2012, p. 57-59.

proteção dos direitos humanos[91]. É nesse contexto que se inserem as atuais normas de direito internacional que tutelam essa liberdade.

O direito humano à liberdade religiosa está presente em uma multiplicidade de instrumentos internacionais, incluindo tratados e declarações. Assim, não há um único tratado sobre esse direito, mas sim uma diversidade de fontes legais que somam para a compreensão de seu conceito e escopo de proteção.

Os principais instrumentos são a Declaração Universal de Direitos Humanos (DUDH) (1948)[92] e o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos (PIDCP) (1966)[93], os quais elencam a liberdade religiosa como direito humano em seus artigos 18. Outros tratados de direitos humanos também contêm cláusulas que tratam do livre exercício da religião, como a Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados (artigo 4) (1951)[94], Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (artigo 5(d)(vii)) (1965)[95], Pacto Internacional de Direitos Econômicos Sociais e Culturais (artigo 2(2)) (1966)[96], Convenção sobre os Direitos das Crianças (artigo 14) (1989)[97], Convenção para Proteção dos Direitos dos Trabalhadores Migrantes (artigo 12) (1990)[98] e menções diversas nas Convenções de Genebra e seus protocolos adicionais[99].

Os tratados citados, além de positivar a liberdade religiosa, também proíbem a discriminação religiosa, entre outros tipos de discriminação. Outros tratados também somam

---

[91] WALTER, 2008, para. 3; WITTE JR, 2021, p. 23-24; OLIVEIRA, 2023, p. 84-85. Ver tópico 4, "a liberdade religiosa em tratados e declarações internacionais" da quarta parte da obra VIEIRA, 2023; capítulos 3, "as liberdades de crença e religiosa", e 4, "as liberdades de crença e religiosa nos tratados internacionais de direitos humanos", da obra VIEIRA, Thiago Rafael; REGINA, Jean Marques. **ONU Agenda 2030**: e a Liberdade Religiosa? Porto Alegre: Concórdia, 2022.

[92] UNITED NATIONS. Universal Declaration of Human Rights. 1948. Disponível em: https://www.un.org/en/about-us/universal-declaration-of-human-rights.

[93] UNITED NATIONS. International Covenant on Civil and Political Rights. 1966. Disponível em: https://www.ohchr.org/en/instruments-mechanisms/instruments/international-covenant-civil-and-political-rights.

[94] UNITED NATIONS. Convention relating to the Status of Refugees. 1951. Disponível em: https://www.ohchr.org/en/instruments-mechanisms/instruments/convention-relating-status-refugees.

[95] UNITED NATIONS. International Convention on the Elimination of All Forms of Racial Discrimination. 1965. Disponível em: https://www.ohchr.org/en/instruments-mechanisms/instruments/international-convention-elimination-all-forms-racial.

[96] UNITED NATIONS. International Covenant on Economic, Social and Cultural Rights. 1966. Disponível em: https://www.ohchr.org/en/instruments-mechanisms/instruments/international-covenant-economic-social-and-cultural-rights.

[97] UNITED NATIONS. Convention on the Rights of the Child. 1989. Disponível em: https://www.ohchr.org/en/instruments-mechanisms/instruments/convention-rights-child.

[98] UNITED NATIONS. International Convention on the Protection of the Rights of All Migrant Workers and Members of Their Families. 1990. Disponível em: https://www.ohchr.org/en/instruments-mechanisms/instruments/international-convention-protection-rights-all-migrant-workers.

[99] INTERNATIONAL COMMITTEE OF THE RED CROSS. The Geneva Conventions of 1949 and their Additional Protocols. Disponível em: https://www.icrc.org/en/document/geneva-conventions-1949-additional-protocols.

esforço nesse sentido: Convenção relativa ao Status dos Apátridas (artigos 3 e 4) (1954)[100], Convenção sobre a Redução da Apatridia (artigo 9) (1961)[101], Convenção contra a Discriminação na Educação (artigos 1(1), 2(b), 5(1)(b)) (1960)[102] e Convenção Internacional para a Proteção de Todas as Pessoas contra o Desaparecimento Forçado (artigo 13(7)) (2010)[103].

Também há a Convenção contra o Genocídio (1948), que inclui grupos religiosos como um dos grupos protegidos na definição do crime de genocídio (artigo II), o qual os Estados membros são obrigados a prevenir e punir. Semelhantemente, há o Estatuto de Roma (2002)[104], que elenca os crimes internacionais passíveis de responsabilização individual pelo Tribunal Penal Internacional (TPI), com o genocídio (artigo 6) e o crime contra humanidade de perseguição (artigo 7(1)(h)) como tipos penais que reconhecem os grupos religiosos como bem jurídico protegido.

Ainda, entre os anos 1960 e 1970 houve tentativas de adoção de uma convenção especificamente sobre liberdade religiosa, mas não logrou sucesso. Como resultado, adotou-se a Declaração sobre a Eliminação de todas as formas de Intolerância e Discriminação Baseadas em Religião ou Crença de 1981 (Declaração de 1981), fruto da Resolução 36/55 da AGNU[105]. Apesar de não ser vinculante, a sua adoção por consenso reflete um entendimento comum da questão, considerada de importante valor interpretativo[106]. Por exemplo, o Comitê de Direitos Humanos, organismo de tratado do sistema ONU responsável por monitorar o cumprimento do PIDCP, é influenciado pela Declaração, especialmente em sua interpretação do artigo 18 no Comentário Geral nº 22[107].

Entre os instrumentos citados, destaca-se o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, por ser o tratado que positiva a liberdade religiosa em seu artigo 18, e, por esse

---

[100] UNITED NATIONS. Convention relating to the Status of Stateless Persons. 1954. Disponível em: https://www.ohchr.org/en/instruments-mechanisms/instruments/convention-relating-status-stateless-persons.

[101] UNITED NATIONS. Convention on the Reduction of Statelessness. 1961. Disponível em: https://www.ohchr.org/en/instruments-mechanisms/instruments/convention-reduction-statelessness

[102] UNITED NATIONS. Convention against Discrimination in Education. 1960. Disponível em: https://www.ohchr.org/en/instruments-mechanisms/instruments/convention-against-discrimination-education.

[103] UNITED NATIONS. International Convention for the Protection of All Persons from Enforced Disappearance. 2010. Disponível em: https://www.ohchr.org/en/instruments-mechanisms/instruments/international-convention-protection-all-persons-enforced.

[104] INTERNATIONAL CRIMINAL COURT. Rome Statute of the International Criminal Court. 2002. Disponível em: https://www.icc-cpi.int/sites/default/files/RS-Eng.pdf.

[105] UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. Declaration on the Elimination of All Forms of Intolerance and of Discrimination Based on Religion or Belief. **A/RES/36/55**, 25 nov. 1981. Disponível em: http://www.un-documents.net/a36r55.htm.

[106] WALTER, 2008, para. 7-8.

[107] JOSEPH, Sarah; CASTAN, Melissa. **The International Covenant on Civil and Political Rights**: Cases, Materials, and Commentary. Oxford Public International Law, 3 ed., jul. 2013, p. 562, para. 17.01. Comentários gerais emitidos pelo Comitê de Direitos Humanos indicam o escopo de artigos específicos e esclarecem as obrigações legais dos Estados membros com relação a questões particularmente problemáticas. ÅRSHEIM, Helge. **Making Religion and Human Rights at the United Nations**. Boston: Walter de Gruyter, 2018, p. 111.

motivo, deve ser analisado com mais cuidado. Além dele, outros dispositivos fornecem proteção aos indivíduos e grupos religiosos, como os artigos 2(1)[108], 4(1) e (2)[109], 20(2)[110], 24(1)[111], 26[112] e 27[113]. De todo modo, como já mencionado, o artigo 18 é o mais extenso e importante em matéria do direito humano à liberdade de religião ou crença[114]. Sua redação é em parte semelhante ao artigo 18 da DUDH, mas avança ainda mais no escopo de proteção dessa liberdade fundamental. Vale a pena comparar o texto deles:

> Declaração Universal de Direitos Humanos, artigo 18:
> Toda a pessoa tem direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião; este direito implica a liberdade de mudar de religião ou de convicção, assim como a liberdade de manifestar a religião ou convicção, sozinho ou em comum, tanto em público como em privado, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pelos ritos.
>
> Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, artigo 18:
> 1. Toda pessoa terá direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião. Esse direito implicará a liberdade de ter ou adotar uma religião ou uma crença de sua escolha e a liberdade de professar sua religião ou crença, individual ou coletivamente, tanto pública como privadamente, por meio do culto, da celebração de ritos, de práticas e do ensino.
> 2. Ninguém poderá ser submetido a medidas coercitivas que possam restringir sua liberdade de ter ou de adotar uma religião ou crença de sua escolha.
> 3. A liberdade de manifestar a própria religião ou crença estará sujeita apenas a limitações previstas em lei e que se façam necessárias para proteger a segurança, a ordem, a saúde ou a moral públicas ou os direitos e as liberdades das demais pessoas.
> 4. Os Estados Partes do presente Pacto comprometem-se a respeitar a liberdade dos pais – e, quando for o caso, dos tutores legais – de assegurar a educação religiosa e moral dos filhos que esteja de acordo com suas próprias convicções.

Da redação dos artigos, em especial o do PIDCP, percebe-se três principais elementos do escopo de proteção desse direito: (i) liberdade de adotar uma religião ou crença à sua própria

---

[108] *In verbis*: Os Estados Partes do presente Pacto comprometem-se a respeitar e a garantir a todos os indivíduos que se achem em seu território e que estejam sujeitos a sua jurisdição os direitos reconhecidos no presente Pacto, sem discriminação alguma por motivo de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, situação econômica, nascimento ou qualquer outra condição.
[109] *In verbis*: 1. Quando situações excepcionais ameacem a existência da nação e sejam proclamadas oficialmente, os Estados Partes do presente Pacto podem adotar, na estrita medida exigida pela situação, medidas que suspendam as obrigações decorrentes do presente Pacto, desde que tais medidas não sejam incompatíveis com as demais obrigações que lhes sejam impostas pelo direito internacional e não acarretem discriminação alguma apenas por motivo de raça, cor, sexo, língua, religião ou origem social. 2. A disposição precedente não autoriza qualquer suspensão dos artigos 6, 7, 8 (parágrafos 1 e 2), 11, 15, 16, e 18.
[110] *In verbis*: Será proibida por lei qualquer apologia do ódio nacional, racial ou religioso que constitua incitamento à discriminação, à hostilidade ou à violência.
[111] *In verbis*: Toda criança terá direito, sem discriminação alguma por motivo de cor, sexo, língua, religião, origem nacional ou social, situação econômica ou nascimento, às medidas de proteção que a sua condição de menor requerer por parte de sua família, da sociedade e do Estado.
[112] *In verbis*: Todas as pessoas são iguais perante a lei e têm direito, sem discriminação alguma, a igual proteção da Lei. A este respeito, a lei deverá proibir qualquer forma de discriminação e garantir a todas as pessoas proteção igual e eficaz contra qualquer discriminação por motivo de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, situação econômica, nascimento ou qualquer outra situação.
[113] *In verbis*: Nos Estados em que haja minorias étnicas, religiosas ou linguísticas, as pessoas pertencentes a essas minorias não poderão ser privadas do direito de ter, conjuntamente com outros membros de seu grupo, sua própria vida cultural, de professar e praticar sua própria religião e usar sua própria língua.
[114] ÅRSHEIM, 2018, p. 109.

escolha, (ii) liberdade de não ser coagido à adoção de uma religião ou crença (proibição da coação), corolário negativo da primeira dimensão, e (iii) liberdade de manifestar uma religião ou crença[115]. A compreensão da liberdade religiosa como um direito humano que engloba diferentes elementos, como a consciência e o livre exercício, é presente em todo o seu desenvolvimento histórico[116]. De todo modo, destaca-se que as dimensões citadas acima fluem diretamente da sistematização formal feita em 2006 pela Relatora Especial para Liberdade de Religião ou Crença[117] da época, Asma Jahangir, que estabeleceu a *Framework for Communications*, a fim de estruturar os casos ou situações apresentadas aos relatores especiais, permitindo resposta mais efetiva de sua parte[118]. Portanto, segue-se à análise das dimensões internas **(1.1.1)** e externa **(1.1.2)** do direito humano à liberdade religiosa.

1.1.1 Liberdade de adotar uma religião ou crença à sua própria escolha e proibição da coação à adoção de uma religião ou crença

A liberdade de adotar uma religião ou crença à sua própria escolha, bem como seu corolário negativo, qual seja, a proibição da coação à adoção de uma religião, constituem os

---

[115] Ver SPECIAL RAPPORTEUR ON FREEDOM OF RELIGION OR BELIEF. International standards. Disponível em: https://www.ohchr.org/en/special-procedures/sr-religion-or-belief/international-standards#4.

[116] Ver WALTER, 2008; OLIVEIRA, 2023; WITTE JR, 2021. Ver também segunda parte da obra VIEIRA, 2023, "a teorética da proteção à crença e a religião".

[117] O Relator Especial para Liberdade de Religião ou Crença é um especialista independente indicado pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU. UNITED NATIONS. Special Rapporteur on freedom of religion or belief. Disponível em: https://www.ohchr.org/en/special-procedures/sr-religion-or-belief.

[118] SPECIAL RAPPORTEUR ON FREEDOM OF RELIGION OR BELIEF. Report. **E/CN.4/2006/5**, 9 jan. 2006. Disponível em: https://undocs.org/E/CN.4/2006/5. O parágrafo 28 o relatório diz: "O direito à liberdade de religião ou crença, conforme definido pelas normas internacionais, é um direito amplo que abrange um grande número de questões distintas, porém inter-relacionadas. Esta diversidade se reflete muito nas informações e alegações recebidas pelo Relator Especial. A fim de permitir à Relatora Especial responder mais efetivamente às informações que ela recebe, ela desenvolveu uma estrutura para comunicações. Esta estrutura estabelece os diferentes tipos de casos ou situações que lhe são apresentados e que estão dentro do escopo de seu mandato, juntamente com as normas internacionais correspondentes relevantes para cada questão" (tradução minha). No original: "*The right to freedom of religion or belief, as defined by international standards, is a wide-ranging right covering a large number of distinct yet interrelated issues. This diversity is very much reflected in the information and allegations received by the Special Rapporteur. In order to enable the Special Rapporteur to respond more effectively to the information she receives, she has developed a framework for communications. This framework sets out the different types of cases or situations that are submitted to her and are within the scope of her mandate, along with the corresponding international standards relevant to each issue. The framework can be found in the annex to this report*." A mesma estrutura é seguida no compilado dos relatórios de 1986 a 2022: SPECIAL RAPPORTEUR ON FREEDOM OF RELIGION OR BELIEF. **Rapporteur's Digest on Freedom of Religion or Belief**: Excerpts of the Reports from 1986 to 2022 by the United Nations Special Rapporteur on Freedom of Religion or Belief Arranged by Topics of the Framework for Communications. Geneva: United Nations, 2nd ed, 2023. Disponível em: https://www.ohchr.org/sites/default/files/Documents/Issues/Religion/RapporteursDigestFreedomReligionBelief.pdf.

elementos internos mais essenciais da liberdade religiosa e, por isso, são incondicionais e não podem sofrer quaisquer restrições[119]. Estão presentes na primeira metade do artigo 18 da DUDH ("Toda a pessoa tem direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião; esse direito implica a liberdade de mudar de religião ou de convicção") e do artigo 18(1) e (2) do PIDCP ("1. Toda pessoa terá direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião. Esse direito implicará a liberdade de ter ou adotar uma religião ou uma crença de sua escolha" e "2. Ninguém poderá ser submetido a medidas coercitivas que possam restringir sua liberdade de ter ou de adotar uma religião ou crença de sua escolha").

O Comitê de Direitos Humanos emitiu em 1993 o Comentário Geral nº 22, que traz elucidações sobre o artigo 18 do Pacto[120]. Em seu parágrafo 3 esclarece:

> 3. O artigo 18 distingue a liberdade de pensamento, consciência, religião ou crença da liberdade de manifestar religião ou crença. Ele não permite quaisquer limitações à liberdade de pensamento e consciência ou à liberdade de ter ou adotar uma religião ou crença de sua escolha. **Essas liberdades são protegidas incondicionalmente** [...]. (Tradução minha, destaque meu)[121]

Assim, os dois primeiros elementos da liberdade religiosa, quais sejam, a liberdade de ter uma religião à sua escolha e a proibição de medidas coercitivas nesse sentido, fazem parte do que é compreendido como *forum internum* desse direito humano, dimensão com *status* de proteção incondicional[122]. É o núcleo interno da convicção de alguém, que não permite nenhuma restrição ou coerção, nem mesmo em situações de conflito ou emergências públicas. Esse é o forte significado da proibição da coerção no artigo 18(2), uma das poucas normas de direitos humanos internacionais incondicionais, comparável com os banimentos de escravidão e tortura[123].

Ora, é comum que situações de conflitos de normas de ordem pública tragam a possibilidade de traçar certos limites, seguindo determinados critérios, como é o caso do próprio artigo 18(3) que será visto a seguir, que é uma forma pragmática de salvaguardar a substância

---

[119] BIELEFELDT, Heiner; GHANEA, Nazila; WIENER, Michael. **Freedom of Religion or Belief**: An International Law Commentary. Oxford/United Kingdom: Oxford University Press, 2016, p. 55.

[120] Segundo Årsheim, o Comentário Geral nº 22 é o comentário mais substancial e autoritativo sobre religião até então. ÅRSHEIM, 2018, p. 111.

[121] HUMAN RIGHTS COMMITTEE. General Comment no. 22. **UN Doc CCPR/C/21/Rev.1/Add.4**, 27 set. 1993, para. 3. Disponível em: https://undocs.org/CCPR/C/21/Rev.1/Add.4. No original: "*Article 18 distinguishes the freedom of thought, conscience, religion or belief from the freedom to manifest religion or belief. It does not permit any limitations whatsoever on the freedom of thought and conscience or on the freedom to have or adopt a religion or belief of one's choice. These freedoms are protected unconditionally*".

[122] ÅRSHEIM, 2018, p. 112.

[123] BIELEFELDT; GHANEA; WIENER, 2016, p. 64; JOSEPH; CASTAN, 2013, p. 566, 568, para. 17.13, 17.18; SPECIAL RAPPORTEUR ON FREEDOM OF RELIGION OR BELIEF. Report. **A/HRC/31/18**, 23 dez. 2015, para. 19. Disponível em: https://undocs.org/A/HRC/31/18; SPECIAL RAPPORTEUR ON FREEDOM OF RELIGION OR BELIEF, 2023, p. 23.

de normas de direitos humanos em circunstâncias de colisão[124]. Contudo, é inegável que o direito internacional dos direitos humanos também reconhece algumas poucas normas incondicionais, como os banimentos acima citados e o requisito de não-coação do *forum internum* da liberdade religiosa. Tais obrigações seguem a lógica do respeito à dignidade do ser humano, condição axiomática para todas as interações normativas[125].

A obrigação contida nessa norma envolve que o Estado se abstenha de infringir essa liberdade e que faça as reformas necessárias para remover quaisquer obstáculos, bem como forneça a proteção efetiva contra violações de atores não-estatais[126]. A Relatora Especial para Liberdade Religiosa em exercício em 2005, Jahangir, pronunciou-se sobre a abrangência da obrigação estatal nesse sentido: "se atores não-estatais interferirem nessa liberdade e, especialmente, na liberdade de mudar ou manter sua religião, o Estado é obrigado a tomar medidas apropriadas para investigar, levar os perpetradores à justiça e compensar as vítimas" (tradução minha)[127]. Em 2009, por exemplo, em relação a tensões inter-religiosas no Kosovo, a Relatora urgiu que as autoridades tomassem todas as medidas necessárias para combater a intimidação e coerção motivada pela intolerância religiosa[128].

Além disso, quanto ao significado de coerção é importante destacar que o Comitê de Direitos Humanos já esclareceu que não se restringe apenas a quando há ameaça ou emprego da força física ou sanções penais[129]. Conforme explicado no parágrafo 5 do Comentário Geral nº 22:

> 5. [...] O artigo 18.2 proíbe a coação que prejudicaria o direito de ter ou adotar uma religião ou crença, incluindo o uso ou ameaça de força física ou sanções penais para obrigar crentes ou não crentes a aderir a suas crenças e congregações religiosas, a retratarem sua religião ou crença ou a se converterem. Políticas ou práticas com a mesma intenção ou efeito, como, por exemplo, aquelas que restringem o acesso à educação, assistência médica, emprego ou os direitos garantidos pelo artigo 25 e outras disposições do Pacto, são igualmente inconsistentes com o artigo 18.2. A mesma proteção é gozada pelos detentores de todas as crenças de natureza não-religiosa. (Tradução minha)[130]

---

[124] BIELEFELDT; GHANEA; WIENER, 2016, p. 77; JOSEPH; CASTAN, 2013, p. 572-573, para. 17.29.
[125] BIELEFELDT; GHANEA; WIENER, 2016, p. 78.
[126] BIELEFELDT; GHANEA; WIENER, 2016, p. 64.
[127] BIELEFELDT; GHANEA; WIENER, 2016, p. 87; SPECIAL RAPPORTEUR OF THE COMMISSION ON HUMAN RIGHTS ON FREEDOM OF RELIGION OR BELIEF. Report. **A/60/399**, 30 set. 2005, para 53. Disponível em: https://undocs.org/A/60/399. No original: "*If non-State actors interfere with this freedom, and especially the freedom to change or to maintain one's religion, the State is obliged to take appropriate measures to investigate, bring the perpetrators to justice and compensate the victims*".
[128] BIELEFELDT; GHANEA; WIENER, 2016, p. 87; SPECIAL RAPPORTEUR ON FREEDOM OF RELIGION OR BELIEF. REPORT. **A/HRC/13/40/Add.3**, 28 dez. 2009, para. 62. Disponível em: https://undocs.org/A/HRC/13/40/add.3.
[129] BIELEFELDT; GHANEA; WIENER, 2016, p. 65; JOSEPH; CASTAN, 2013, p. 568, para. 17.18.
[130] HUMAN RIGHTS COMMITTEE. General Comment no. 22. **UN Doc CCPR/C/21/Rev.1/Add.4**, 27 set. 1993, para. 5. Disponível em: https://undocs.org/CCPR/C/21/Rev.1/Add.4. No original: "*Article 18(2) bars coercions that would impair the right to have or adopt a religion or belief, including the use of threat of physical force or*

Por exemplo, no caso do Comitê de Direitos Humanos *Kang v. Republic of Korea*, o autor, um dissidente político, considerado como comunista pelo governo coreano, alegou que a coação para mudar seu pensamento, sofrida como resultado da retenção de seus benefícios – como a possibilidade de liberdade condicional – a não ser que ele se "convertesse", equivalia a violações de seu direito de ter crenças de sua própria escolha, sem interferência. O Comitê notou a natureza coercitiva do "sistema de conversão ideológica" que existia na República da Coreia na época, mantida em seu sistema sucessor nomeado "sistema de juramento de cumprimento da lei", bem como sua aplicação discriminatória com vistas a alterar as opiniões políticas dos presos por meio do oferecimento de incentivos de tratamento preferencial e melhoria nas possibilidades de liberdade condicional. Assim, o Comitê considerou que tal sistema, o qual o Estado parte falhou em justificar como necessário para algum dos propósitos enumerados nos artigos 18(3) e 19(3) do PIDCP, restringia a liberdade de expressão e religiosa de modo discriminatório, violando os artigos 18, 19 e 29 do Pacto[131].

Além disso, os Relatores Especiais para Liberdade Religiosa têm endereçado a proibição da coerção em diversas ocasiões, especialmente quando em visitas a países[132], como por exemplo em relatórios de visitas ao Irã[133], Maldivas[134], Índia[135] e Vietnã[136].

Ainda, resoluções e relatórios têm repetidamente salientado que ninguém dentro da jurisdição dos Estados partes deve ser privado do direito à vida, liberdade ou segurança pessoal, submetido à tortura, prisão ou detenção arbitrária em razão de religião ou crença ou de sua manifestação, como a Resolução 6/37 do Conselho de Direitos Humanos.

Nesse mesmo sentido, em relatório de 2009, a Relatora Especial para Liberdade Religiosa Asma Jahangir chamou atenção para as prisões e detenções de pessoas por sua

---

penal sanctions to compel believers or non-believers to adhere to their religious beliefs and congregations, to recant their religion or belief or to convert. Policies or practices having the same intention or effect, such as for example those restricting access to education, medical care, employment or the rights guaranteed by article 25 and other provisions of the Covenant are similarly inconsistent with article 18(2). The same protection is enjoyed by holders of all beliefs of a non-religious nature."

[131] HUMAN RIGHTS COMMITTEE. Communication no. 878/1999 Yong-Joo Kang v. Republic of Korea. **CCPR/C/78/D/878/1999**, 15 jul. 2003, para. 7.2. Disponível em: https://juris.ohchr.org/casedetails/1050/en-US; BIELEFELDT; GHANEA; WIENER, 2016, p. 81; JOSEPH; CASTAN, 2013, p. 565, para. 17.10.

[132] BIELEFELDT; GHANEA; WIENER, 2016, p. 81-82.

[133] SPECIAL RAPPORTEUR ON THE QUESTION OF RELIGIOUS INTOLERANCE. Report. **E/CN.4/1996/95/Add.2**, 8 fev. 1996, para. 74. Disponível em: https://undocs.org/E/CN.4/1996/95/Add.2.

[134] SPECIAL RAPPORTEUR ON FREEDOM OF RELIGION OR BELIEF. Report. **A/HRC/4/21/Add.3**, 7 fev. 2007, para. 33. Disponível em: https://undocs.org/A/HRC/4/21/add.3.

[135] SPECIAL RAPPORTEUR ON FREEDOM OF RELIGION OR BELIEF. Report. **A/HRC/10/8/Add.3**, 26 jan. 2009, para. 52. Disponível em: https://undocs.org/A/HRC/10/8/add.3.

[136] SPECIAL RAPPORTEUR ON FREEDOM OF RELIGION OR BELIEF. Report. **A/HRC/28/66/Add.2**, 30 jan. 2015, para. 49 e 74. Disponível em: https://undocs.org/A/HRC/28/66/Add.2.

religião ou crença e para as violações da liberdade religiosa de pessoas privadas de sua liberdade[137], situação também tratada pelo Comitê de Direitos Humanos em *Clement Boodoo v. Trinidad and Tobago*[138] e pelo Comentário Geral nº 22[139]. Em 2010, chamou atenção para os indivíduos que foram privados do direito à vida, liberdade e segurança pessoal devido a sua religião e foram sujeitos a prisões ou detenções arbitrárias e tortura por esse mesmo motivo, reforçando a obrigação dos Estados protegerem todos aqueles sob sua jurisdição e de levarem à justiça os perpetradores das violações[140]. A Relatora Especial também já demonstrou preocupação com a interferência indevida do Estado quando, por exemplo, as autoridades censuram, monitoram e escrevem sermões ou perseguem líderes religiosos[141]. Além disso, a jurisprudência do Comitê de Direitos Humanos é firme em reforçar o entendimento de que "a prisão ou detenção como punição pelo exercício legítimo dos direitos garantidos pelo Pacto é arbitrária, incluindo a liberdade de religião"[142] (tradução minha).

---

[137] SPECIAL RAPPORTEUR ON FREEDOM OF RELIGION OR BELIEF. Report. **A/64/159**, 17 jul. 2009, para. 19 e 20. Disponível em: https://undocs.org/A/64/159; SPECIAL RAPPORTEUR ON FREEDOM OF RELIGION OR BELIEF, 2023, p. 112. Sobre a liberdade religiosa de pessoas privadas de liberdade, ver regras 65(1), 65(2), 65(3) e 66 das Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Prisioneiros (Regras de Nelson Mandela) em UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. Resolution 70/175. **UN Doc A/RES/70/175**, 8 jan. 2016. Disponível em: https://undocs.org/A/RES/70/175. Em situações excepcionais do limiar de conflito armado internacional ou não-internacional, a Convenção Relativa ao Tratamento dos Prisioneiros de Guerra (III), Convenção Relativa à Proteção dos Civis em Tempo de Guerra (IV) e os Protocolos Adicionais I e II trazem a obrigação de respeitar a religião das pessoas em privação de liberdade. SPECIAL RAPPORTEUR OF THE COMMISSION ON HUMAN RIGHTS ON FREEDOM OF RELIGION OR BELIEF. Report. **A/60/399**, 30 set. 2005, para. 83 e 84. Disponível em: https://undocs.org/A/60/399; SPECIAL RAPPORTEUR ON FREEDOM OF RELIGION OR BELIEF, 2023, p. 110.

[138] HUMAN RIGHTS COMMITTEE. Communication no. 721/1996 Clement Boodoo v. Trinidad and Tobago. **CCPR/C/74/D/721/1996**, 2 abr. 2002. Disponível em: https://juris.ohchr.org/casedetails/967/en-US; JOSEPH; CASTAN, 2013, p. 567, para. 17.16.

[139] HUMAN RIGHTS COMMITTEE. General Comment no. 22. **UN Doc CCPR/C/21/Rev.1/Add.4**, 27 set. 1993, para. 8. Disponível em: https://undocs.org/CCPR/C/21/Rev.1/Add.4. "As pessoas que já estão sujeitas a certas restrições legítimas, como os prisioneiros, continuam a desfrutar de seus direitos de manifestar sua religião ou crença na medida máxima compatível com a natureza específica da restrição" (tradução minha). No original: "*Persons already subject to certain legitimate constraints, such as prisoners, continue to enjoy their rights to manifest their religion or belief to the fullest extent compatible with the specific nature of the constraint.*"

[140] SPECIAL RAPPORTEUR ON FREEDOM OF RELIGION OR BELIEF. Report. **A/65/207**, 29 jul. 2010, para. 11. Disponível em: https://undocs.org/A/65/207; SPECIAL RAPPORTEUR ON FREEDOM OF RELIGION OR BELIEF, 2023, p. 167.

[141] SPECIAL RAPPORTEUR ON FREEDOM OF RELIGION OR BELIEF. Report. **A/HRC/13/40**, 21 dez. 2009, para. 37. Disponível em: https://undocs.org/A/HRC/13/40; SPECIAL RAPPORTEUR ON FREEDOM OF RELIGION OR BELIEF, 2023, p. 80.

[142] HUMAN RIGHTS COMMITTEE. Communication no. 2179/2012 Young-kwan Kim et al. v. Republic of Korea. **CCPR/C/112/D/2179/2012**, 15 out. 2014, para. 7.5. Disponível em: https://juris.ohchr.org/casedetails/1939/en-US; HUMAN RIGHTS COMMITTEE. Communication no. 2846/2016 Jong-bum Bae et al. v. Republic of Korea. **CCPR/C/128/D/2846/2016**, 13 mar. 2020, para. 7.6. Disponível em: https://juris.ohchr.org/casedetails/2831/en-US; HUMAN RIGHTS COMMITTEE. Communication no. 3258/2018 Amedzro v. Tajikistan. **CCPR/C/133/D/3258/2018**, 15 out. 2021, para. 7.3. Disponível em: https://juris.ohchr.org/casedetails/3168/en-US; HUMAN RIGHTS COMMITTEE. Communication no. 3065/2017 Petromelidis v. Greece. **CCPR/C/132/D/3065/2017**, 2 jul. 2021, para. 9.8. Disponível em: https://juris.ohchr.org/casedetails/3196/en-US; HUMAN RIGHTS COMMITTEE. Communication no. 2952/2017

Mais recentemente, a Resolução 77/221 da AGNU, reforçou a necessidade de os Estados fornecerem proteção adequada às pessoas que correm o risco de sofrer ataques violentos por causa de sua religião ou crença, de garantirem que ninguém seja submetido à tortura ou a outros tratamentos ou punições cruéis, desumanos ou degradantes, ou à prisão ou detenção arbitrária por causa disso, e de levarem à justiça todos os autores de violações desses direitos[143].

Portanto, os Estados possuem a obrigação internacional de se absterem de medidas que violam o direito humano à liberdade religiosa, cujo aspecto de *forum internum* possui proteção incondicional, bem como de tomar as ações necessárias para garantir que seus cidadãos tenham esse direito respeitado.

1.1.2 Liberdade de manifestar uma religião ou crença

A liberdade de manifestar uma religião ou crença constitui o elemento da liberdade religiosa chamado de *forum externum*, que, por sua vez, pode sofrer restrição, desde que cumpridos determinados requisitos dispostos no artigo 18(3) do PIDCP, quais sejam: (i) previsão em lei e que a restrição seja (ii) necessária para um dos (iii) fins legítimos listados no artigo – proteção da segurança, ordem, saúde ou moral públicas ou os direitos e as liberdades das demais pessoas. Esse elemento está presente na segunda metade do artigo 18 da DUDH ("esse direito implica [...] a liberdade de manifestar a religião ou convicção, sozinho ou em comum, tanto em público como em privado, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pelos ritos") e do artigo 18(1) do PIDCP ("1. Esse direito implicará [...] a liberdade de professar sua religião ou crença, individual ou coletivamente, tanto pública como privadamente, por meio do culto, da celebração de ritos, de práticas e do ensino").

Importante destacar que, apesar dos diferentes níveis de proteção legal das dimensões do *forum internum* e *externum* da liberdade religiosa, isto é, que os elementos internos são

---

Gurbanova and Muradhasilova v. Azerbaijan. **CCPR/C/131/D/2952/2017**, 16 mar. 2021, para. 7.10. Disponível em: https://juris.ohchr.org/casedetails/3249/en-US; HUMAN RIGHTS COMMITTEE. Communication no. 2928/2017 Mammadov et al. v. Azerbaijan. **CCPR/C/130/D/2928/2017**, 15 out. 2020, para. 7.6, 7.10. Disponível em: https://juris.ohchr.org/casedetails/3298/en-US; HUMAN RIGHTS COMMITTEE. Communication no. 2805/2016 Aliyev et al. v. Azerbaijan. **CCPR/C/131/D/2805/2016**, 25 mar. 2021, para. 7.8. Disponível em: https://juris.ohchr.org/casedetails/3199/en-US; HUMAN RIGHTS COMMITTEE. Communication no. 3153/2018 Mursalov et al. v. Azerbaijan. **CCPR/C/136/D/3153/2018**, 1 nov. 2022, para. 9.8. Disponível em: https://juris.ohchr.org/casedetails/3681/en-US. No original: "*arrest or detention as punishment for the legitimate exercise of the rights as guaranteed by the Covenant, including freedom of religion, is arbitrary*".

[143] UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. Resolution 77/221. **A/RES/77/221**, 6 jan. 2022, para. 14 (c). Disponível em: https://www.undocs.org/A/RES/77/221; SPECIAL RAPPORTEUR ON FREEDOM OF RELIGION OR BELIEF, 2023, p. 167.

liberdades incondicionais e o externo pode ser restrito em determinadas situações[144], ambas estão interconectadas em um *continuum*, e uma não exime a importância da outra[145]. Isso porque é por meio da manifestação religiosa que se pode acessar o que alguém crê internamente. Qualquer convicção firmada irá, inevitavelmente, levar a manifestações práticas de diversas maneiras, resumidas em "ensino, prática, culto e ritos"[146].

Caso a fé de um religioso fosse limitada apenas a seu aspecto interior, e não se manifestasse para fora por meio de atos públicos, o que é até mesmo difícil de conceber, provavelmente não existiriam tantas violações a esse direito e sequer a necessidade de protegê-lo. Guardar o exercício exterior daquilo que se crê na consciência é uma das principais razões de existir a garantia da liberdade religiosa nos tratados e declarações internacionais. Além disso, tanto a redação da DUDH como a do PIDCP trazem o caráter coletivo da manifestação religiosa. Assim, para além da lógica da proteção individual, há também um aspecto comunitário que precisa ser observado no escopo da liberdade de religião ou crença. Conforme expresso no Comentário Geral nº 31 "muitos dos direitos reconhecidos pelo Pacto, como a liberdade de manifestar sua religião ou crença (artigo 18), [...] podem ser usufruídos em comunidade com outros"[147] (tradução minha).

Assim, o Relator Especial para Liberdade Religiosa Heiner Bielefeldt já esclareceu que um primeiro mal-entendido comum que precisa ser afastado para que se tenha uma melhor compreensão do escopo da liberdade de crença é a ideia de que a religião deva ser uma questão "privada", que diz respeito principalmente à família e ao culto religioso em um sentido restrito. Pelo contrário, para muitos crentes, sua convicção religiosa permeia todas as dimensões da vida humana, e o artigo 18 do Pacto apoia esse entendimento abrangente, especialmente quando fala da manifestação da crença[148]. Exemplo desse entendimento comunitário é também o objeto deste estudo: grupos religiosos como bem jurídico protegido pelos crimes internacionais de genocídio e perseguição.

A consequência disso é que medidas que restrinjam a manifestação religiosa não podem ter um grau de onerosidade que impacte de modo severo a liberdade de ter ou adotar uma

---

[144] BIELEFELDT; GHANEA; WIENER, 2016, p. 64; JOSEPH; CASTAN, 2013, p. 567, para. 17.15.
[145] BIELEFELDT; GHANEA; WIENER, 2016, p. 76-77, 82, 93.
[146] BIELEFELDT; GHANEA; WIENER, 2016, p. 93.
[147] HUMAN RIGHTS COMMITTEE. General Comment no. 31. **UN Doc CCPR/C/21/Rev.1/Add.13**, 26 mai. 2004, para. 9. Disponível em: https://undocs.org/CCPR/C/21/Rev.1/Add.13. No original: "*many of the rights recognized by the Covenant, such as the freedom to manifest one's religion or belief (article 18), the freedom of association (article 22) or the rights of members of minorities (article 27), may be enjoyed in community with others*".
[148] SPECIAL RAPPORTEUR ON FREEDOM OF RELIGION OR BELIEF. Report. **A/69/261**, 5 ago. 2014, para. 31. Disponível em: https://undocs.org/A/69/261; SPECIAL RAPPORTEUR ON FREEDOM OF RELIGION OR BELIEF, 2013, p. 80.

religião ou crença de sua escolha. Assim, o *status* incondicional da liberdade de ter ou adotar uma religião ou crença a sua escolha, e de não ser coagido a esse respeito, pode, em determinadas ocasiões, indiretamente beneficiar também as manifestações religiosas[149]. Foi o que ocorreu, por exemplo, no caso *Hudoyberganova v. Uzbequistão*, no qual o Comitê de Direitos Humanos considerou que a expulsão de uma mulher muçulmana da universidade pela insistência no uso do seu *hijab* violou sua liberdade religiosa não apenas no foro externo, mas também no interno, pois "prevenir uma pessoa de vestir suas vestes religiosas em público ou privado pode constituir uma violação do artigo 18(2), que proíbe qualquer coação que prejudique a liberdade individual de ter ou adotar uma religião" (tradução minha)[150].

Outro fator que destaca a importância da manifestação religiosa é que aqueles que avaliam os pedidos de asilo baseados em motivo de perseguição religiosa não devem esperar que os solicitantes escondam sua religião ou a pratiquem em segredo em seus países de origem para evitar perseguição[151]. O Relator Especial para Liberdade Religiosa, Heiner Bielefeldt, reforçou que extradições ou deportações que são prováveis em resultar em violações à liberdade religiosa podem ser consideradas, por elas mesmas, como uma violação de direitos humanos[152]. Isso é reflexo da obrigação internacional do *non-refoulement*, presente no artigo 33 da Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados. A Resolução 77/221 da AGNU reconheceu com preocupação os desafios que pessoas em situação de vulnerabilidade como refugiados, solicitantes de asilo e pessoas deslocadas internamente enfrentam em relação ao livre exercício de seu direito à liberdade religiosa[153]. Desse modo, é importante ressaltar que países que recebem refugiados ou solicitantes de asilo advindos de Estados onde possivelmente ocorrem crimes contra a humanidade ou genocídio, e que reivindiquem a situação de perseguição religiosa, devem levar em consideração os princípios acima mencionados.

Em relação ao alcance do que pode ser considerado uma manifestação religiosa, os relatores especiais e o Comitê de Direitos Humanos têm reforçado uma visão abrangente a

---

[149] BIELEFELDT; GHANEA; WIENER, 2016, p. 84-85.

[150] BIELEFELDT; GHANEA; WIENER, 2016, p. 83; HUMAN RIGHTS COMMITTEE. Communication no. 931/2000 Raihon Hudoyberganova v. Uzbekistan. **CCPR/C/82/D/931/2000**, 5 nov. 2004, para. 6.2. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/551798?ln=en. No original: "*to prevent a person from wearing religious clothing in public or private may constitute a violation of article 18, paragraph 2, which prohibits any coercion that would impair the individual's freedom to have or adopt a religion*."

[151] SPECIAL RAPPORTEUR ON FREEDOM OF RELIGION OR BELIEF. Report. **A/64/159**, 17 jul. 2009, para. 23. Disponível em: https://undocs.org/A/64/159.

[152] SPECIAL RAPPORTEUR ON FREEDOM OF RELIGION OR BELIEF. Report. **A/HRC/22/51**, 24 dez. 2012, para. 54. Disponível em: https://undocs.org/A/HRC/22/51; SPECIAL RAPPORTEUR ON FREEDOM OF RELIGION OR BELIEF, 2023, p. 116.

[153] UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. Resolution 77/221. **A/RES/77/221**, 6 jan. 2022, para. 11. Disponível em: https://www.undocs.org/A/RES/77/221; SPECIAL RAPPORTEUR ON FREEDOM OF RELIGION OR BELIEF, 2023, p. 113.

respeito. Desde 1951, o Relator Especial da Subcomissão sobre Prevenção da Discriminação e Proteção de Minorias, Krishnaswami, em estudo que elaborou sobre a discriminação em matéria de direitos e práticas religiosas, esclareceu que os termos "ensino, prática, culto e ritos", contidos no artigo 18 da DUDH, não constituem um rol taxativo. Pelo contrário, foram incluídos com a intenção de abraçar diversas manifestações possíveis de religião ou crença[154]. A prática dos Relatores Especiais para Liberdade Religiosa desde 1986 confirma essa abordagem inclusiva[155]. Especialmente, o artigo 6 da Declaração de 1981 e o parágrafo 4º do Comentário Geral nº 22 trazem uma ampla gama de atos que estão incluídos na liberdade de manifestação religiosa, também não exaustivos:

> Declaração de 1981, artigo 6. Conforme o artigo 1 da presente Declaração, e sujeito às disposições do artigo 1, parágrafo 3, o direito à liberdade de pensamento, consciência, religião ou crença deve incluir, entre outras, as seguintes liberdades:
> a) A de praticar o culto e o de celebrar reuniões sobre a religião ou as convicções, e de fundar e manter lugares para esses fins;
> b) A de fundar e manter instituições de beneficência ou humanitárias adequadas;
> c) A de confeccionar, adquirir e utilizar em quantidade suficiente os artigos e materiais necessários para os ritos e costumes de uma religião ou convicção;
> d) A de escrever, publicar e difundir publicações pertinentes a essas esferas;
> e) A de ensinar a religião ou as convicções em lugares aptos para esses fins;
> f) A de solicitar e receber contribuições voluntárias financeiras e de outro tipo de particulares e instituições;
> g) A de capacitar, nomear, eleger e designar por sucessão os dirigentes que correspondam segundo as necessidades e normas de qualquer religião ou convicção;
> h) A de observar dias de descanso e de comemorar festividades e cerimônias de acordo com os preceitos de uma religião ou convicção;
> i) A de estabelecer e manter comunicações com indivíduos e comunidades sobre questões de religião ou convicções no âmbito nacional ou internacional. (Tradução minha)[156]

---

[154] SPECIAL RAPPORTEUR OF THE SUB-COMMISSION ON PREVENTION OF DISCRIMINATION AND PROTECTION OF MINORITIES. Study of Discrimination in the Matter of Religious Rights and Practice. **E/CN.4/Sub.2/200/Rev.1**, 1960, p. 17. Disponível em: https://undocs.org/E/CN.4/Sub.2/200/Rev.1.

[155] BIELEFELDT; GHANEA; WIENER, 2016, p. 95.

[156] UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. Declaration on the Elimination of All Forms of Intolerance and of Discrimination Based on Religion or Belief. **A/RES/36/55**, 25 nov. 1981. Disponível em: http://www.un-documents.net/a36r55.htm. No original: "*In accordance with article 1 of the present Declaration, and subject to the provisions of article 1, paragraph 3, the right to freedom of thought, conscience, religion or belief shall include, inter alia, the following freedoms:*
a. To worship or assemble in connection with a religion or belief, and to establish and maintain places for these purposes;
b. To establish and maintain appropriate charitable or humanitarian institutions;
c. To make, acquire and use to an adequate extent the necessary articles and materials related to the rites or customs of a religion or belief;
d. To write, issue and disseminate relevant publications in these areas;
e. To teach a religion or belief in places suitable for these purposes;
f. To solicit and receive voluntary financial and other contributions from individuals and institutions;
g. To train, appoint, elect or designate by succession appropriate leaders called for by the requirements and standards of any religion or belief;
h. To observe days of rest and to celebrate holidays and ceremonies in accordance with the precepts of one's religion or belief;
i. To establish and maintain communications with individuals and communities in matters of religion and belief at the national and international levels."

> Comentário Geral nº 22, para. 4. A liberdade de manifestar religião ou crença pode ser exercida 'individualmente ou em comunidade com outros e em público ou privado'. A liberdade de manifestar religião ou crença no culto, observância, prática e ensino **engloba uma ampla gama de atos**. O conceito de culto se estende a atos rituais e cerimoniais que dão expressão direta à crença, bem como a várias práticas integrantes de tais atos, incluindo a construção de locais de culto, o uso de fórmulas e objetos rituais, a exibição de símbolos, e a observância de feriados e dias de descanso. A observância e prática da religião ou crença pode incluir não apenas atos cerimoniais, mas também costumes como a observância de regulamentos dietéticos, o uso de roupas ou *head coverings*, a participação em rituais associados a certas fases da vida e o uso de uma língua particular habitualmente falada por um grupo. Além disso, a prática e o ensino da religião ou crença inclui atos integrantes da conduta por grupos religiosos de seus assuntos básicos, tais como a liberdade de escolher seus líderes religiosos, padres e professores, a liberdade de estabelecer seminários ou escolas religiosas e a liberdade de preparar e distribuir textos ou publicações religiosas. (Tradução minha, destaque meu)[157]

Ainda, mesmo que haja situações em que a liberdade de manifestação religiosa possa ser limitada, elas precisam cumprir requisitos legais, que devem ser interpretados estritamente. A própria linguagem do artigo 18(3) do PIDCP deixa claro: "A liberdade de manifestar a própria religião ou as próprias crenças estará sujeita **unicamente** às limitações prescritas na lei e que sejam necessárias para proteger a segurança, a ordem, a saúde ou a moral pública ou os direitos e liberdades fundamentais dos demais" (destaque meu). A mesma linguagem é repetida no artigo 1(3) da Declaração de 1981[158], em outros tratados como a Convenção sobre o Direito das Crianças (artigo 14(3))[159] e a Convenção para Proteção dos Direitos dos Trabalhadores Migrantes (artigo 12(3))[160], bem como em resoluções no âmbito da ONU – por exemplo, a

---

[157] HUMAN RIGHTS COMMITTEE. General Comment no. 22. **UN Doc CCPR/C/21/Rev.1/Add.4**, 27 set. 1993, para. 4. Disponível em: https://undocs.org/CCPR/C/21/Rev.1/Add.4. No original: "*4. The freedom to manifest religion or belief may be exercised "either individually or in community with others and in public or private". The freedom to manifest religion or belief in worship, observance, practice and teaching encompasses a broad range of acts. The concept of worship extends to ritual and ceremonial acts giving direct expression to belief, as well as various practices integral to such acts, including the building of places of worship, the use of ritual formulae and objects, the display of symbols, and the observance of holidays and days of rest. The observance and practice of religion or belief may include not only ceremonial acts but also such customs as the observance of dietary regulations, the wearing of distinctive clothing or head coverings, participation in rituals associated with certain stages of life, and the use of a particular language customarily spoken by a group. In addition, the practice and teaching of religion or belief includes acts integral to the conduct by religious groups of their basic affairs, such as the freedom to choose their religious leaders, priests and teachers, the freedom to establish seminaries or religious schools and the freedom to prepare and distribute religious texts or publications*."

[158] *In verbis:* A liberdade de manifestar a própria religião ou as próprias crenças estará sujeita unicamente às limitações prescritas na lei e que sejam necessárias para proteger a segurança, a ordem, a saúde ou a moral pública ou os direitos e liberdades fundamentais dos demais.

[159] *In verbis:* A liberdade de professar a própria religião ou as próprias crenças estará sujeita, unicamente, às limitações prescritas pela lei e necessárias para proteger a segurança, a ordem, a moral, a saúde pública ou os direitos e liberdades fundamentais dos demais.

[160] *In verbis:* A liberdade de manifestar a sua religião ou crença somente poderá ser objeto de restrições previstas na lei e que se mostrarem necessárias à proteção da segurança nacional, da ordem pública, da saúde ou da moral públicas, e das liberdades e direitos fundamentais de outrem.

Resolução 2005/40 da Comissão de Direitos Humanos[161], Resolução 6/37 do Conselho de Direitos Humanos[162] e Resolução 77/221 da AGNU[163].

O parágrafo 8 do Comentário Geral nº 22 confirma que os requisitos para aplicação das restrições são estritos:

> O artigo 18.3 permite restrições à liberdade de manifestar religião ou crença **somente se** limitações forem prescritas por lei e forem necessárias para proteger a segurança pública, a ordem, a saúde ou a moral, ou os direitos e liberdades fundamentais de outros. A liberdade de coerção para ter ou adotar uma religião ou crença e a liberdade dos pais e tutores para assegurar a educação religiosa e moral não pode ser restringida. Ao interpretar o escopo das cláusulas de limitação permitidas, **os Estados partes devem proceder da necessidade de proteger os direitos garantidos pelo Pacto, incluindo o direito à igualdade e à não-discriminação com base no especificado nos artigos 2, 3 e 26.** As limitações impostas devem ser estabelecidas por lei e **não devem ser aplicadas de forma que viciem os direitos garantidos no artigo 18.** O Comitê observa que **o parágrafo 3 do artigo 18 deve ser interpretado estritamente: não são permitidas restrições por motivos não especificados ali**, mesmo que fossem permitidas como restrições a outros direitos protegidos no Pacto, tais como a segurança nacional. As restrições podem ser aplicadas **somente para os fins para os quais foram prescritas e devem ser diretamente relacionadas e proporcionais à necessidade específica** na qual se baseiam. As restrições **não podem ser impostas para fins discriminatórios ou aplicadas de forma discriminatória**. O Comitê observa que o conceito de moral deriva de muitas tradições sociais, filosóficas e religiosas; consequentemente, as limitações à liberdade de manifestar uma religião ou crença com o propósito de proteger a moral devem ser baseadas em princípios que não derivem exclusivamente de uma única tradição [...]. (Tradução minha, destaque meu)[164]

---

[161] UNITED NATIONS COMMISSION ON HUMAN RIGHTS. Resolution 2005/40. **E/CN.4/RES/2005/40**, 19 abr. 2005, para. 12. Disponível em: https://ap.ohchr.org/documents/alldocs.aspx?doc_id=11124.

[162] HUMAN RIGHTS COUNCIL. Resolution 6/37 Elimination of all forms of intolerance and of discrimination based on religion or belief. **A/HRC/RES/6/37**, 14 dez. 2007, para. 14. Disponível em: https://ap.ohchr.org/documents/dpage_e.aspx?si=A/HRC/RES/6/37.

[163] UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. Resolution 77/221. **A/RES/77/221**, 6 jan. 2022, para. 12. Disponível em: https://www.undocs.org/A/RES/77/221. As três resoluções citadas utilizam a mesma linguagem: "Enfatiza ainda que, como sublinhado pelo Comitê de Direitos Humanos, as restrições à liberdade de manifestar religião ou crença só são permitidas se limitações forem prescritas por lei, se forem necessárias para proteger a segurança pública, a ordem, a saúde ou a moral, ou os direitos e liberdades fundamentais de outros, e se forem aplicadas de forma que não viciem o direito à liberdade de pensamento, consciência e religião" (tradução minha). No original: "*Emphasizes that, as underlined by the Human Rights Committee, restrictions on the freedom to manifest one's religion or belief are permitted only if limitations are prescribed by law, are necessary to protect public safety, order, health or morals or the fundamental rights and freedoms of others, are non-discriminatory and are applied in a manner that does not vitiate the right to freedom of thought, conscience and religion or belief*".

[164] HUMAN RIGHTS COMMITTEE. General Comment no. 22. **UN Doc CCPR/C/21/Rev.1/Add.4**, 27 set. 1993, para. 8. Disponível em: https://undocs.org/CCPR/C/21/Rev.1/Add.4. No original: "*Article 18.3 permits restrictions on the freedom to manifest religion or belief only if limitations are prescribed by law and are necessary to protect public safety, order, health or morals, or the fundamental rights and freedoms of others. The freedom from coercion to have or to adopt a religion or belief and the liberty of parents and guardians to ensure religious and moral education cannot be restricted. In interpreting the scope of permissible limitation clauses, States parties should proceed from the need to protect the rights guaranteed under the Covenant, including the right to equality and non-discrimination on all grounds specified in articles 2, 3 and 26. Limitations imposed must be established by law and must not be applied in a manner that would vitiate the rights guaranteed in article 18. The Committee observes that paragraph 3 of article 18 is to be strictly interpreted: restrictions are not allowed on grounds not specified there, even if they would be allowed as restrictions to other rights protected in the Covenant, such as national security. Limitations may be applied only for those purposes for which they were prescribed and must be directly related and proportionate to the specific need on which they are predicated. Restrictions may not be*

Assim, fica claro que o respeito pela dignidade humana funciona como o guia para as normas de direitos humanos, tanto para as de conteúdo substantivo como para as cláusulas de limitação[165], que não podem estar subordinadas ao capricho discriminatório ou arbitrário do Estado[166]. Para tanto, os Princípios de Siracusa de 1984[167] ecoam os princípios interpretativos gerais relacionados às possíveis limitações de direitos do PIDCP, como reforçar que a limitação não pode ser feita de maneira que ponha em perigo a essência do direito humano em questão, que seja interpretada de forma restrita e consistente com os direitos do Pacto e que permita a possibilidade de contestação contra possível aplicação abusiva[168]. Esse tem sido o entendimento amplamente consolidado na jurisprudência do Comitê de Direitos Humanos[169]. Portanto, os

---

imposed for discriminatory purposes or applied in a discriminatory manner. The Committee observes that the concept of morals derives from many social, philosophical and religious traditions; consequently, limitations on the freedom to manifest a religion or belief for the purpose of protecting morals must be based on principles not deriving exclusively from a single tradition."

[165] BIELEFELDT; GHANEA; WIENER, 2016, p. 78.

[166] BIELEFELDT; GHANEA; WIENER, 2016, p. 553; ÅRSHEIM, 2018, p. 109.

[167] INTERNATIONAL COMMISSION OF JURISTS. Siracusa Principles on the Limitation and Derogation Provisions in the International Covenant on Civil and Political Rights. 1985. Disponível em: https://www.icj.org/wp-content/uploads/1984/07/Siracusa-principles-ICCPR-legal-submission-1985-eng.pdf. O governo da Holanda circulou o documento, que foi elaborado por 31 juristas especialistas em direito internacional, em sessão da Comissão de Direitos Humanos, ver em UNITED NATIONS COMMISSION ON HUMAN RIGHTS. Note verbale dated from the Permanent Representative of the Netherlands to the United Nations Office at Geneva addressed to the Secretary-General. **E/CN.4/1985/4**, 28 set. 1984, annex. Disponível em: https://undocs.org/E/CN.4/1985/4.

[168] INTERNATIONAL COMMISSION OF JURISTS, 1985, para. 2 e 3; BIELEFELDT; GHANEA; WIENER, 2016, p. 554.

[169] Ver, por exemplo: HUMAN RIGHTS COMMITTEE. Communication no. 1249/2004 Sister Immaculate Joseph et al. v. Sri Lanka. **CCPR/C/85/D/1249/2004**, 21 out. 2005, para. 7.2-7.3. Disponível em: https://juris.ohchr.org/casedetails/1204/en-US; HUMAN RIGHTS COMMITTEE. Communication no. 1928/2010 Mann Singh v. France. **CCPR/C/108/D/1928/2010**, 19 jul. 2013, para. 9.3-9.5. Disponível em: https://juris.ohchr.org/casedetails/1671/en-US; HUMAN RIGHTS COMMITTEE. Communication no. 2131/2012. Viktor Leven v. Kazakhstan. **CCPR/C/112/D/2131/2012**, 21 out. 2014, para. 9.2-9.4. Disponível em: https://juris.ohchr.org/casedetails/1933/en-US; HUMAN RIGHTS COMMITTEE. Communication no. 1207/2003 Malakhovsky and Pikul v. Belarus. **CCPR/C/84/D/1207/2003**, 26 jul. 2005, para. 7.2-7.3, 7.6. Disponível em: https://undocs.org/en/CCPR/C/84/D/1207/2003; HUMAN RIGHTS COMMITTEE. Communication no. 2274/2013 Seyma Türkan v. Turkey. **CCPR/C/123/D/2274/2013/REV.1**, 17 jul. 2018, para. 7.4-7.6. Disponível em: https://juris.ohchr.org/casedetails/2549/en-US; HUMAN RIGHTS COMMITTEE. Communication no. 2807/2016 Hebbadj v. France. **CCPR/C/123/D/2807/2016**, 17 jul. 2018, para. 7.4-7.5, 7.12. Disponível em: https://juris.ohchr.org/casedetails/3541/en-US; HUMAN RIGHTS COMMITTEE. Communication no. 2312/2013 Bekmanov and Egemberdiev v. Kyrgyzstan. **CCPR/C/125/D/2312/2013**, 29 mar. 2019, para. 7.2-7.3, 7.6. Disponível em: https://juris.ohchr.org/casedetails/3100/en-US; HUMAN RIGHTS COMMITTEE. Communication no. 2417/2014 Sergey Geller v. Kazakhstan. **CCPR/C/126/D/2417/2014**, 25 jul. 2019, para. 10.2-10.4. Disponível em: https://juris.ohchr.org/casedetails/2904/en-US; HUMAN RIGHTS COMMITTEE. Communication no. 2928/2017 Mammadov et al. v. Azerbaijan. **CCPR/C/130/D/2928/2017**, 15 out. 2020, para. 7.4-7.7. Disponível em: https://juris.ohchr.org/casedetails/3298/en-US; HUMAN RIGHTS COMMITTEE. Communication no. 2661/2015 Bekzhan et al. v. Kazakhstan. **CCPR/C/130/D/2661/2015**, 30 out. 2020, para. 9.2-9-3, 9.6. Disponível em: https://juris.ohchr.org/casedetails/3283/en-US; HUMAN RIGHTS COMMITTEE. Communication no. 2805/2016 Aliyev et al. v. Azerbaijan. **CCPR/C/131/D/2805/2016**, 25 mar. 2021, para. 7.2-7.5. Disponível em: https://juris.ohchr.org/casedetails/3199/en-US; HUMAN RIGHTS COMMITTEE. Communication no. 2952/2017 Gurbanova and Muradhasilova v. Azerbaijan. **CCPR/C/131/D/2952/2017**, 16 mar.

termos do artigo 18(3) devem ser interpretados de modo restrito e rigoroso: a liberdade de manifestação de crença estará sujeita unicamente às limitações que sejam (i) previstas em lei e que (ii) sejam necessárias para proteger um dos (iii) fins legítimos dispostos no Pacto, quais sejam, a segurança, a ordem, a saúde ou a moral pública ou os direitos e liberdades fundamentais dos demais[170].

Cada um destes requisitos tem o seu significado explicado nos Princípios de Siracusa. O requisito da legalidade significa ser previsto em lei nacional de aplicação geral e, assim, não deve ser uma prática ou ato de autoridades praticado em sua discricionariedade. A lei deve ser clara e acessível, disponível ao público, estar em vigor e se aplicar a todos, não ser discriminatória em seu intuito ou aplicação, ser consistente com o Pacto, não ser arbitrária ou irracional e proporcionar remédios eficazes contra imposição ilegal ou abusiva[171].

A necessidade, por sua vez, implica que a limitação responda a uma necessidade urgente pública ou social, que tenha um dos objetivos legítimos listados no artigo 18(3) do Pacto e seja proporcional a esse objetivo. Ou seja, é a demonstração de que aquela limitação seria o único meio possível para atingir o fim legítimo, não havendo outra opção menos danosa, com o fardo de justificar recaindo sobre o Estado. Desse modo, a necessidade trouxe a proporcionalidade para o seu âmbito, isto é, que a restrição imposta seja proporcional à seriedade do dano que o Estado está tentando prevenir[172] e limitada ao mínimo de interferência[173]. Além disso, restrições não são permitidas para fins não especificados ali, mesmo que sejam permitidas como restrições a outros direitos protegidos pelo Pacto[174].

Importante destacar que, à luz dos artigos 2, 3 e 26 do PIDCP, as restrições não podem ser impostas para fins discriminatórios ou aplicadas de forma discriminatória. Os fins legítimos,

---

2021, para. 7.2, 7.6. Disponível em: https://juris.ohchr.org/casedetails/3249/en-US; HUMAN RIGHTS COMMITTEE. Communication no. 2695/2015 Borovik v. Belarus. **CCPR/C/131/D/2695/2015**, 25 mar. 2021, para. 7.2, 7.4, 7.6. Disponivel em: https://juris.ohchr.org/casedetails/3234/en-US; HUMAN RIGHTS COMMITTEE. Communication no. 2659/2015 Bekmanov et al. v. Kyrgyzstan. **CCPR/C/132/D/2659/2015**, 14 jul. 2021, para. 6.2-6.3. 6.6. Disponível em: https://juris.ohchr.org/casedetails/3190/en-US; HUMAN RIGHTS COMMITTEE. Communication no. 3258/2018 Amedzro v. Tajikistan. **CCPR/C/133/D/3258/2018**, 15 out. 2021, para. 7.5-7.6, 7.9. Disponível em: https://juris.ohchr.org/casedetails/3168/en-US; HUMAN RIGHTS COMMITTEE. Communication no. 2483/2014 Adyrkhayev et al. v. Tajikistan. **CCPR/C/135/D/2483/2014**, 7 jul. 2022, para. 9.2-9.3, 9.7. Disponível em: https://juris.ohchr.org/casedetails/3555/en-US; HUMAN RIGHTS COMMITTEE. Communication no. 3153/2018 Mursalov et al. v. Azerbaijan. **CCPR/C/136/D/3153/2018**, 1 nov. 2022, para. 9.2-9.6. Disponível em: https://juris.ohchr.org/casedetails/3681/en-US.

[170] JOSEPH; CASTAN, 2013, p. 572-573, para. 17.29; ÅRSHEIM, 2018, p. 112.

[171] INTERNATIONAL COMMISSION OF JURISTS, 1985, para. 15-18; BIELEFELDT; GHANEA; WIENER, 2016, p. 554-555.

[172] INTERNATIONAL COMMISSION OF JURISTS, 1985, para. 10, 10(a), 10(b), 10(c), 10(d) e 12; BIELEFELDT; GHANEA; WIENER, 2016, p. 555.

[173] SPECIAL RAPPORTEUR ON FREEDOM OF RELIGION OR BELIEF. Report. **A/68/290**, 7 ago. 2013, para. 48 e 50. Disponível em: https://undocs.org/A/68/290; SPECIAL RAPPORTEUR ON FREEDOM OF RELIGION OR BELIEF, 2023, p. 181.

[174] BIELEFELDT; GHANEA; WIENER, 2016, p. 560.

a segurança[175], a ordem[176], a saúde[177] ou a moral pública[178] ou os direitos e liberdades fundamentais dos demais[179], não podem ser instrumentalizados a arbítrio do Estado para imposição de restrições que visem uma comunidade de fé específica[180].

Nesse sentido, o Relator Especial para Liberdade Religiosa Heiner Bielefeldt já declarou ser inaceitável associar práticas prejudiciais a certas comunidades de crentes[181]. Em relatório ao Conselho de Direitos Humanos em 2016, o Relator destacou que a liberdade de opinião e expressão dá aos indivíduos o direito de proteger suas opiniões contra exposição indesejada, e que "essa proteção funciona como uma salvaguarda prática contra a discriminação e, ao mesmo tempo, contribui para superar o '*religious profiling*' e seus efeitos estigmatizantes, conforme exigido pela resolução 16/18 do Conselho de Direitos Humanos" (tradução minha)[182].

Ainda, o entendimento dos Relatores Especiais tem sido no sentido de que os Estados devem tomar as medidas apropriadas para remediar não apenas as situações de discriminação direta, quando uma lei, política ou prática envolve uma diferença no tratamento baseada na religião ou crença, mas também as formas indiretas, isto é, que levam a desigualdades em sua implementação[183]. O Relator Ahmed Shaheed também já alertou sobre o perigo do Estado usar a justificativa de proteção da segurança e ordem públicas como "restrições de interesse público"

---

[175] INTERNATIONAL COMMISSION OF JURISTS, 1985, para. 33-34; BIELEFELDT; GHANEA; WIENER, 2016, p. 555.
[176] INTERNATIONAL COMMISSION OF JURISTS, 1985, para. 22-24; BIELEFELDT; GHANEA; WIENER, 2016, p. 556.
[177] INTERNATIONAL COMMISSION OF JURISTS, 1985, para. 25-26; BIELEFELDT; GHANEA; WIENER, 2016, p. 556.
[178] INTERNATIONAL COMMISSION OF JURISTS, 1985, para. 27-28; BIELEFELDT; GHANEA; WIENER, 2016, p. 557.
[179] INTERNATIONAL COMMISSION OF JURISTS, 1985, para. 35-36; BIELEFELDT; GHANEA; WIENER, 2016, p. 557. Artigo 5(1) do PIDCP dispõe sobre a proteção contra o abuso de direitos, *in verbis*: Nenhuma disposição do presente Pacto poderá ser interpretada no sentido de reconhecer a um Estado, grupo ou indivíduo qualquer direito de dedicar-se a quaisquer atividades ou praticar quaisquer atos que tenham por objetivo destruir os direitos ou liberdades reconhecidas no presente Pacto ou impor-lhe limitações mais amplas do que aquelas nele previstas.
[180] BIELEFELDT; GHANEA; WIENER, 2016, p. 567.
[181] SPECIAL RAPPORTEUR ON FREEDOM OF RELIGION OR BELIEF. Report. **A/HRC/19/60**, 22 dez. 2011, para. 36. Disponível em: https://undocs.org/A/HRC/19/60; BIELEFELDT; GHANEA; WIENER, 2016, p. 568.
[182] SPECIAL RAPPORTEUR ON FREEDOM OF RELIGION OR BELIEF. Report. **A/HRC/31/18**, 23 dez. 2015, para. 36. Disponível em: https://undocs.org/A/HRC/31/18; SPECIAL RAPPORTEUR ON FREEDOM OF RELIGION OR BELIEF, 2023, p. 64. No original: "*Such protection functions as a practical safeguard against discrimination, while at the same time contributing to overcome 'religious profiling' and its stigmatizing effects, as required by Human Rights Council resolution 16/18*."
[183] SPECIAL RAPPORTEUR ON FREEDOM OF RELIGION OR BELIEF. Report. **A/HRC/10/8**, 6 jan. 2009, para. 38. Disponível em: https://undocs.org/A/HRC/10/8; SPECIAL RAPPORTEUR ON FREEDOM OF RELIGION OR BELIEF, 2023, p. 79.

com o fim de "limitar os direitos das pessoas que pertencem a uma religião ou comunidade de crença que considere inconveniente" (tradução minha)[184].

É preciso ler as cláusulas de limitação de acordo com a lógica inerente à própria abordagem dos direitos humanos, que visa a proteção de todos com base na igualdade[185]. Assim, a presunção geral é que a manifestação religiosa é permitida, e as restrições no campo do artigo 18(3) do Pacto são aplicáveis apenas em casos excepcionais e sujeitos ao teste de legalidade-necessidade-legitimidade[186]. Em caso de dúvida, a regra prevalece, com a exceção exigindo o fardo da argumentação. Isto é, tem sido o entendimento estabelecido sobre o escopo das limitações do artigo 18(3) que o ônus da prova recai sobre aquele que argumenta em prol da restrição, não naqueles que defendem o direito à liberdade, isso tanto em relação à evidência empírica como no nível de argumentação jurídica[187]. Portanto, o exercício da liberdade de religião ou crença não depende de autorização prévia do Estado[188]. Pelo contrário, a regra é que o governo não deve interferir na esfera da fé e deve positivamente assegurar o seu livre exercício.

Assim, a garantia da liberdade religiosa como um todo, nos aspectos do *forum internum* e *externum*, requer que os sistemas constitucional e legislativo dos Estados signatários do PIDCP ofereçam garantias adequadas e efetivas de liberdade de pensamento, consciência, religião e crença a todos, sem distinção, por meio da provisão de recursos efetivos nos casos em que esse direito for violado[189]. Destaca o Relator Especial que a eficácia dos recursos depende de uma série de critérios bem conhecidos: a independência do órgão ao qual a vítima recorre, a acessibilidade da autoridade e a flexibilidade do procedimento, o grau em que a autoridade goza da confiança do público e do reclamante, a competência e o poder do órgão

---

[184] SPECIAL RAPPORTEUR ON FREEDOM OF RELIGION OR BELIEF. Report. **A/73/362**, 5 set. 2018, para. 41. Disponível em: https://undocs.org/A/73/362; SPECIAL RAPPORTEUR ON FREEDOM OF RELIGION OR BELIEF, 2023, p. 27. No original: "*limit the rights of persons belonging to a religion or belief community that it finds inconvenient*".

[185] BIELEFELDT; GHANEA; WIENER, 2016, p. 557.

[186] BIELEFELDT; GHANEA; WIENER, 2016, p. 565.

[187] SPECIAL RAPPORTEUR ON FREEDOM OF RELIGION OR BELIEF. Report. **A/67/303**, 13 ago. 2012, para. 28. Disponível em: https://undocs.org/A/67/303; SPECIAL RAPPORTEUR ON FREEDOM OF RELIGION OR BELIEF. Report. **A/68/290**, 7 ago. 2013, para. 48. Disponível em: https://undocs.org/A/68/290; SPECIAL RAPPORTEUR ON FREEDOM OF RELIGION OR BELIEF. Report. **A/69/261**, 5 ago. 2014, para. 36. Disponível em: https://undocs.org/A/69/261; SPECIAL RAPPORTEUR ON FREEDOM OF RELIGION OR BELIEF. Report. **A/71/269**, 2 ago. 2016, para. 17. Disponível em: https://undocs.org/A/71/269; SPECIAL RAPPORTEUR ON FREEDOM OF RELIGION OR BELIEF, 2023, p. 14, 180-182.

[188] BIELEFELDT; GHANEA; WIENER, 2016, p. 566.

[189] HUMAN RIGHTS COUNCIL. Resolution 6/37 Elimination of all forms of intolerance and of discrimination based on religion or belief. **A/HRC/RES/6/37**, 14 dez. 2007, para. 9 (a). Disponível em: https://ap.ohchr.org/documents/dpage_e.aspx?si=A/HRC/RES/6/37; SPECIAL RAPPORTEUR ON FREEDOM OF RELIGION OR BELIEF, 2023, p. 184.

para restaurar o direito, o recurso a um órgão superior se o reclamante não estiver satisfeito, a rapidez do procedimento e os resultados da reclamação[190].

Por fim, destaca-se o caráter especial da liberdade religiosa como um dos direitos humanos não derrogáveis, conforme disposto no artigo 4(2) do PIDCP[191]. Isto é, mesmo Nações que estejam em estado de exceção, situação na qual o Pacto prevê que os governos podem adotar medidas que suspendam as obrigações decorrentes do Pacto, o artigo 18 está na lista daqueles que não podem ser suspendidos. Isso se dá devido ao valor e caráter fundamental da liberdade que esse direito humano protege[192], conforme disposto no parágrafo 1º do Comentário Geral nº 22[193]. Assim, não há emergência pública que justifique a suspensão da garantia da liberdade religiosa. A única limitação possível é aquela nos termos do artigo 18(3), entendimento que também é consolidado no parágrafo 7º do Comentário Geral nº 29[194]. Os Estados membros do PIDCP, portanto, estão internacionalmente obrigados a respeitá-la e garanti-la em todas as situações.

---

[190] SPECIAL RAPPORTEUR ON RELIGIOUS INTOLERANCE. Racial discrimination and religious discrimination: identification and measures. **A/CONF.189/PC.1/7**, 13 abr. 2000, para. 142. Disponível em: https://undocs.org/A/CONF.189/PC.1/7; SPECIAL RAPPORTEUR ON FREEDOM OF RELIGION OR BELIEF, 2023, p. 185.

[191] *In verbis*: 1. Quando situações excepcionais ameacem a existência da nação e sejam proclamadas oficialmente, os Estados Partes do presente Pacto podem adotar, na estrita medida exigida pela situação, medidas que suspendam as obrigações decorrentes do presente Pacto, desde que tais medidas não sejam incompatíveis com as demais obrigações que lhes sejam impostas pelo direito internacional e não acarretem discriminação alguma por motivo de raça, cor, sexo, língua, religião ou origem social. 2. A disposição precedente não autoriza qualquer suspensão dos artigos 6, 7, 8 (parágrafos 1 e 2), 11, 15, 16, e 18.

[192] BIELEFELDT; GHANEA; WIENER, 2016, p. 559 e chapter 5.1; ÅRSHEIM, 2018, p. 110.

[193] HUMAN RIGHTS COMMITTEE. General Comment no. 22. **UN Doc CCPR/C/21/Rev.1/Add.4**, 27 set. 1993. Disponível em: https://undocs.org/CCPR/C/21/Rev.1/Add.4. Comentário Geral nº 22, para. 1: "O caráter fundamental dessas liberdades também se reflete no fato de que essa disposição não pode ser derrogada, mesmo em tempo de emergência pública, como indicado no artigo 4.2 do Pacto" (tradução minha). No original: "*The fundamental character of these freedoms is also reflected in the fact that this provision cannot be derogated from, even in time of public emergency, as stated in article 4.2 of the Covenant*."

[194] HUMAN RIGHTS COMMITTEE. General Comment no. 29. **UN Doc CCPR/C/21/Rev.1/Add.11**, 31 ago. 2001. Disponível em: https://undocs.org/CCPR/C/21/Rev.1/Add.11. Ver também: especialistas da ONU, incluindo o Relator Especial para Liberdade de Religião ou Crença, pronunciaram-se durante a pandemia Covid-19 urgindo que os Estados evitem o exagero das medidas de segurança em sua resposta ao surto de coronavírus e para lembrá-los de que quaisquer respostas de emergência devem ser proporcionais, necessárias e não discriminatórias, respeitando a orientação clara do direito internacional. UNITED NATIONS HUMAN RIGHTS OFFICE OF THE HIGH COMMISSIONER. COVID-19: States should not abuse emergency measures to suppress human rights – UN experts. **Press release**, 16 mar. 2020. Disponível em: https://www.ohchr.org/en/press-releases/2020/03/covid-19-states-should-not-abuse-emergency-measures-suppress-human-rights-un. Além disso, em pronunciamento sobre as derrogações de direitos do PIDCP durante a pandemia, o Comitê de Direitos Humanos destacou que os Estados não podem se afastar da não-derrogabilidade de certas disposições, como o artigo 18 (liberdade de pensamento, consciência e religião). HUMAN RIGTHS COMMITTEE. Statement on derogations from the Covenant in connection with the COVID-19 pandemic. **CCPR/C/128/2**, 30 abr. 2020, para. 2(d). Disponível em: https://undocs.org/CCPR/C/128/2. Para ver como restrições durante a pandemia afetaram grupos religiosos, ver PEW RESEARCH CENTER. How COVID-19 Restrictions Affected Religious Groups Around the World in 2020. **Report**, 29 nov. 2022. Disponível em: https://www.pewresearch.org/religion/2022/11/29/how-covid-19-restrictions-affected-religious-groups-around-the-world-in-2020/. Ver também tópico 5, "as restrições à liberdade religiosa em tempos de pandemia de covid-19", da quarta parte da obra VIEIRA, 2023.

1.2 **A liberdade de religião ou crença nos instrumentos normativos do sistema regional de direitos humanos**

Dinah Shelton observou que os sistemas regionais de direitos humanos são "indispensáveis para alcançar o cumprimento efetivo da legislação internacional de direitos humanos", pois desempenham uma "função intermediária necessária entre as instituições nacionais do Estado que violam ou deixam de aplicar os direitos humanos e o sistema global" (tradução minha)[195].

Com isso, é notável que todos os tratados regionais de direitos humanos também elenquem a liberdade religiosa: Convenção Europeia de Direitos Humanos (artigo 9) (1953)[196] **(1.2.1)**, Convenção Americana de Direitos Humanos (artigo 12) (1969)[197] **(1.2.2)** e Carta Africana de Direitos Humanos (artigo 8) (1981)[198] **(1.2.3)**. Também se destacam como iniciativas sub-regionais a Carta Árabe de Direitos Humanos (artigo 30) (2004)[199] **(1.2.4)** e a Declaração de Direitos Humanos da ASEAN (artigo 22) (2012)[200] **(1.2.5)**.

A seguir será analisado o entendimento que cada um desses sistemas possui sobre o escopo de proteção dessa liberdade fundamental, visando uma compreensão mais abrangente de seu significado ao considerar as realidades locais de diferentes regiões. Com isso, será possível entender também a relação entre esse direito humano e os crimes internacionais que envolvem intenção discriminatória, nomeadamente o genocídio e a perseguição.

---

[195] SHELTON, Dinah. The Promise of Regional Human Rights Systems. *In*: WESTON, Burns H.; MARKS, Stephen P. (eds). **The Future of International Human Rights**, Transnational, Ardsley, 1999, p. 364.

[196] COUNCIL OF EUROPE. European Convention on Human Rights. 1960. Disponível em: https://www.echr.coe.int/documents/convention_eng.pdf.

[197] ORGANIZATION OF AMERICAN STATES. American Convention on Human Rights. 1969. Disponível em: https://www.cidh.oas.org/basicos/english/basic3.american%20convention.htm.

[198] AFRICAN UNION. African Charter on Human and Peoples' Rights. 1981. Disponível em: https://au.int/en/treaties/african-charter-human-and-peoples-rights.

[199] LEAGUE OF ARAB STATES. Arab Charter on Human Rights. 2004. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/551368?ln=en.

[200] ASSOCIATION OF SOUTHEAST ASIAN NATIONS. ASEAN Human Rights Declaration. 19 nov. 2019. Disponível em: https://asean.org/asean-human-rights-declaration/.

1.2.1 Sistema Europeu de Direitos Humanos

Na Convenção Europeia, a liberdade religiosa é abordada nos artigos 9, 14[201] e artigo 2 do Protocolo Adicional nº 1[202]. Dentre eles, destaca-se o artigo 9, cuja redação é a seguinte:

> ARTIGO 9° Liberdade de pensamento, de consciência e de religião
> 1. Qualquer pessoa tem direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião; este direito implica a liberdade de mudar de religião ou de crença, assim como a liberdade de manifestar a sua religião ou a sua crença, individual ou coletivamente, em público e em privado, por meio do culto, do ensino, de práticas e da celebração de ritos.
> 2. A liberdade de manifestar a sua religião ou convicções, individual ou coletivamente, não pode ser objeto de outras restrições senão as que, previstas na lei, constituírem disposições necessárias, numa sociedade democrática, à segurança pública, à proteção da ordem, da saúde e moral públicas, ou à proteção dos direitos e liberdades de outrem.

Pela redação do artigo, extraem-se os componentes dessa liberdade: (i) liberdade de pensamento, consciência ou religião como tal, (ii) liberdade de mudar de religião ou crença, e (iii) liberdade de manifestar a religião ou crença. Os dois primeiros, como integrantes do *forum internum*, são absolutos, isto é, não podem sofrer limitações. Conforme a Corte Europeia de Diretos Humanos, "um Estado não pode ditar o que uma pessoa acredita ou tomar medidas coercitivas para fazê-la mudar suas crenças" (tradução minha)[203]. O terceiro componente, que constitui o *forum externum* da liberdade, pode sofrer limitações se respeitados os requisitos dispostos no artigo, uma vez que tem potencial impacto sob outros[204]. Uma diferença notável para a disposição do PIDCP é que, no sistema europeu, a liberdade religiosa não se encontra na lista do artigo 15(2) de liberdades que não podem ser derrogadas em caso de estado de necessidade.

Mesmo assim, a liberdade religiosa é reconhecida pela Corte como um dos fundamentos da sociedade democrática, e como "um dos elementos mais vitais que compõem a identidade dos crentes e sua concepção de vida" e "um bem precioso para ateus, agnósticos, céticos"

---

[201] *In verbis*: O gozo dos direitos e liberdades reconhecidos na presente Convenção deve ser assegurado sem quaisquer distinções, tais como as fundadas no sexo, raça, cor, língua, religião, opiniões políticas ou outras, a origem nacional ou social, a pertença a uma minoria nacional, a riqueza, o nascimento ou qualquer outra situação.
[202] *In verbis*: A ninguém pode ser negado o direito à instrução. O Estado, no exercício das funções que tem de assumir no campo da educação e do ensino, respeitará o direito dos pais a assegurar aquela educação e ensino consoante as suas convicções religiosas e filosóficas.
[203] CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS. Ivanova v. Bulgaria (no. 52435/99). **Judgment**, 12 abr. 2007, para. 79; CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS. Masaev v. Moldova (no. 6303/05). **Judgment**, 12 mai. 2009, para. 23. No original: "*a State cannot dictate what a person believes or take coercive steps to make him change his beliefs*."
[204] SCHABAS, William A. **The European Convention on Human Rights**: A Commentary. Oxford Commentaries on Internaional Law, 2015, p. 420-421; EVANS, Carolyn. **Freedom of Religion under the European Convention on Human Rights**. Oxford University Press, 2001, p. 72-73.

(tradução minha)[205]. Desse modo, como a liberdade de pensamento, consciência e religião inclui também a liberdade de não pertencer a um credo, isso impõe aos Estados membros um dever de neutralidade e imparcialidade[206]. É entendido que o papel das autoridades estatais não é remover a tensão que advém do pluralismo eliminando-o, mas sim assegurar que grupos concorrentes toleram uns aos outros[207].

Quanto à prática da Corte, não foram encontradas violações ao artigo 9 até 1993, no caso *Kokkinakis v. Greece*, no qual a Corte protegeu o proselitismo apropriado[208] como uma forma de manifestação religiosa[209]. Após esse marco, os casos continuaram relativamente escassos por um tempo, até o início dos anos 2000. Entre 2001 e 2010 a jurisprudência de expandiu significativamente, com mais de 60 novos casos[210]. Atualmente, a Corte Europeia é a mais ativa entre os tribunais regionais de direitos humanos em matéria de discussões a respeito da liberdade religiosa.

---

[205] CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS. Kokkinakis v. Greece (no. 14307/88). **Judgment**, 25 mai. 1993, para. 31; CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS. Bayatyan v. Armenia (no. 23459/03). **Grand Chamber Judgment**, 7 jul. 2011, para. 118. Disponível em: https://hudoc.echr.coe.int/fre?i=001-105611; CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS. Church of Scientology Moscow v. Russia (no. 18147/02). **Judgment**, 5 abr. 2007, para. 71. Disponível em: https://hudoc.echr.coe.int/fre?i=001-80038; CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS. Metropolitan Church of Bessarabia and Others v. Moldova (no. 45701/99). **Judgment**, 13 dez. 2001, para. 114. Disponível em: https://hudoc.echr.coe.int/eng?i=001-59985. No original: "*The Court reiterates that, as enshrined in Article 9, freedom of thought, conscience and religion is one of the foundations of a "democratic society" within the meaning of the Convention. This freedom is, in its religious dimension, one of the most vital elements that go to make up the identity of believers and their conception of life, but it is also a precious asset for atheists, agnostics, sceptics and the unconcerned*".

[206] CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS. Lautsi v. Italy. **Judgment**, 18 mar. 2011, para. 60.

[207] CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS. Serif v. Greece (no. 38178/97). **Judgment**, 14 dez. 1999, para. 53; CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS. Members of the Gldani Congregation of Jehovah's Witnesses and Others v. Georgia (no. 71156/01). **Judgment**, 3 mai. 2007, para. 132. Disponível em: https://hudoc.echr.coe.int/fre?i=001-80395; CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS. Leyla Şahin v. Turkey (no. 44774/98). **Judgment**, 10 nov. 2005, para. 107. Disponível em: https://hudoc.echr.coe.int/fre?i=001-70956; CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS. S.A.S. v. France (no. 43835/11). **Judgment**, 1 jul. 2014, para. 127. Disponível em: https://hudoc.echr.coe.int/fre?i=001-145466. "O papel das autoridades em tais circunstâncias não é remover a causa da tensão eliminando o pluralismo, mas garantir que os grupos concorrentes se tolerem mutuamente" (tradução minha). No original: "*The role of the authorities in such circumstances is not to remove the cause of tension by eliminating pluralism, but to ensure that the competing groups tolerate each other*".

[208] A Corte fez uma diferenciação entre o proselitismo apropriado e inapropriado. O primeiro o "verdadeiro evangelismo" (tradução minha; no original: "*true evangelism*"), e o segundo "uma corrupção ou deformação" que pode "assumir a forma de atividades que ofereçam vantagens materiais ou sociais com o objetivo de obter novos membros para uma Igreja ou exercer pressão indevida sobre pessoas em dificuldade ou em necessidade; pode até mesmo implicar o uso de violência ou lavagem cerebral" (tradução minha). No original: "*a corruption or deformation of it [that might] take the form of activities offering material or social advantages with a view to gaining new members for a Church or exerting improper pressure on people in distress or in need; it may even entail the use of violence or brainwashing*". CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS. Kokkinakis v. Greece (no. 14307/88). **Judgment**, 25 mai. 1993, para. 48.

[209] CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS. Kokkinakis v. Greece (no. 14307/88). **Judgment**, 25 mai. 1993, para. 31.

[210] EVANS, Carolyn. Individual and Group Religious Freedom in the European Court of Human Rights: Cracks in the Intellectual Architecture. **Journal of Law and Religion**, vol. 26, no. 1, 2010-2011, p. 321.

Em sua análise de uma possível violação ao artigo 9, a Corte examina se há uma obrigação positiva envolvida ou se houve interferência no direito, apesar de também reconhecer que a fronteira entre ambos não é precisa[211]. Por exemplo, no caso *Gldani Congregation of Jehovah's Witnesses and Others v. Georgia*, a Corte considerou que a Convenção foi violada pela falha das autoridades em seu dever de tomar as medidas necessárias para assegurar que um grupo de Testemunhas de Jeová exercitasse seu direito à liberdade religiosa[212].

De modo geral, uma vez que a Convenção se aplica a uma ampla variedade de sistemas, desde Estados com fortes relações com determinadas igrejas como a Espanha, Itália, Reino Unido até Estados com o tipo de secularismo francês, a Corte tem permitido uma larga margem de apreciação nacional[213]. Destacam-se os seguintes princípios gerais advindos da jurisprudência da Corte[214]: (i) a liberdade religiosa como meio de proteger a coexistência pacífica e harmoniosa entre os cidadãos de diversas crenças, (ii) o papel de neutralidade do Estado em relação as crenças dos cidadãos[215] e (iii) a não-discriminação por motivos religiosos[216]. Quanto a este último, destaca-se o caso *Thlimmenos v. Greece*, no qual a Corte considerou que mesmo leis gerais e neutras podem ser discriminatórias se não permitirem isenções para pessoas com base em sua religião[217].

Em relação às manifestações religiosas, a Corte não protege todo e qualquer ato que seja motivado por religião[218]. Para se enquadrar no conceito de "manifestação", deve haver uma

---

[211] SCHABAS, 2015, p. 422, 428-429. Embora "a fronteira entre as obrigações positivas e negativas do Estado nos termos da Convenção não se preste a uma definição precisa, os princípios aplicáveis são, no entanto, semelhantes" (tradução minha). No original: "*the boundary between the State's positive and negative obligations under the Convention does not lend itself to precise definition, the applicable principles are, nonetheless, similar*". CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS. Eweida and Others v. the United Kingdom (no. 48420/10). **Judgment**, 15 jan. 2013, para. 84. Disponível em: https://hudoc.echr.coe.int/fre?i=001-115881.

[212] CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS. Members of the Gldani Congregation of Jehovah's Witnesses and Others v. Georgia (no. 71156/01). **Judgment**, 3 mai. 2007, para. 134. Disponível em: https://hudoc.echr.coe.int/fre?i=001-80395.

[213] GUTIÉRREZ, Alejandro Torres. Freedom of Thought, Conscience and Religion (Art. 9 ECHR). *In*: ROCA, Javier García; SANTOLAYA, Pablo (eds.). **Europe of Rights**: A Compendium on the European Convention of Human Rights. Leiden/Boston: Martinus Nijhoff Publishers, 2012, p. 355; EVANS, 2001, p. 19-21, 134, 143.

[214] GUTIÉRREZ, 2012, p. 353, 368.

[215] Ver CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS. Metropolitan Church of Bessarabia and Others v. Moldova (no. 45701/99). **Judgment**, 13 dez. 2001. Disponível em: https://hudoc.echr.coe.int/eng?i=001-59985; CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS. Hasan and Chaush v. Bulgaria (no. 30985/96). **Judgment**, 26 out. 2000.

[216] Ver CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS. Darby v. Sweden (no. 11581/85). **Judgment,** 23 out. 1990; CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS. Thlimmenos v. Greece (no. 34369/97). **Judgment**, 6 abr. 2000; CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS. Prosperity Party and others v. Turkey. **Judgment**, 31 jul. 2001; GUTIÉRREZ, 2012, p. 356.

[217] CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS. Thlimmenos v. Greece (no. 34369/97). **Judgment**, 6 abr. 2000.

[218] CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS. Kalaç v. Turkey (no. 20704/92). **Judgment**, 1 jul. 1997, para. 27. "O artigo 9 (art. 9) não protege todo ato motivado ou inspirado por uma religião ou crença" (tradução minha). No original: "*Article 9 (art. 9) does not protect every act motivated or inspired by a religion or belief*".

ligação íntima com a crença em questão[219]. Além disso, a Corte tem adotado definições relativamente estritas de cada um dos termos "culto, ensino, prática e celebração de ritos", tendendo a interpretar a lista como exclusiva[220]. Uma vez que uma manifestação é compreendida como no escopo da liberdade religiosa, limitações a ela devem seguir os critérios do artigo 9(2), que devem ser interpretados de modo restrito[221].

Um dos requisitos que se destaca é que a restrição seja necessária em uma sociedade democrática. A respeito dele, a Corte tem frequentemente enfatizado "o papel do Estado como organizador neutro e imparcial do exercício de várias religiões, fés e crenças", papel esse que "é conducente à ordem pública, à harmonia religiosa e à tolerância em uma sociedade democrática" (tradução minha)[222]. Portanto, entende-se que a interferência em atividades de organizações religiosas pode ser justificada para proteger princípios fundamentais subjacentes à Convenção, como a proibição do casamento poligâmico ou de menores de idade e o uso da força ou de práticas coercitivas[223].

Em matéria de análise da legalidade de restrições à liberdade religiosa, a Corte Europeia atrai atenção para os casos em que teve de enfrentar a legitimidade do uso de símbolos e vestes religiosas em ambientes públicos[224].

Em *Dahlab v. Switzerland* a Corte considerou que, em uma sociedade democrática, o Estado pode restringir o uso do véu islâmico em determinadas circunstâncias. No caso, tratava-

---

[219] CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS. Eweida and Others v. the United Kingdom (no. 48420/10). **Judgment**, 15 jan. 2013, para. 82. Disponível em: https://hudoc.echr.coe.int/fre?i=001-115881. "Para contar como uma 'manifestação' no sentido do artigo 9, o ato em questão deve estar intimamente ligado à religião ou crença" (tradução minha). No original: "*In order to count as a "manifestation" within the meaning of Article 9, the act in question must be intimately linked to the religion or belief*."

[220] EVANS, 2001, p. 103, 105-107.

[221] SCHABAS, 2015, p. 436. CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS. Nolan and K. v. Russia (no. 2512/04). **Judgment**, 12 fev. 2009, para. 73. Disponível em: https://hudoc.echr.coe.int/fre?i=001-91302; CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS. Svyato-Mykhaylivska Parafiya v. Ukraine (no. 77703/01). **Judgment**, 14 jun. 2007, para. 132. Disponível em: https://hudoc.echr.coe.int/fre?i=001-81067. "As exceções à liberdade de religião listadas no artigo 9 § 2 devem ser interpretadas de forma restrita, pois sua enumeração é estritamente exaustiva e sua definição é necessariamente restritiva" (tradução minha). No original: "*the exceptions to freedom of religion listed in Article 9 § 2 must be narrowly interpreted, for their enumeration is strictly exhaustive and their definition is necessarily restrictive*".

[222] Por exemplo, CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS. S.A.S. v. France (no. 43835/11). **Judgment**, 1 jul. 2014, para. 127. Disponível em: https://hudoc.echr.coe.int/fre?i=001-145466; CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS. Refah Partisi (the Welfare Party) and Others v. Turkey (nos 41340/98, 41342/98, 41343/98, 41344/98). **Judgment**, 13 fev. 2003, para. 91. No original: "*State's role as the neutral and impartial organiser of the exercise of various religions, faiths and beliefs, and stated that this role is conducive to public order, religious harmony and tolerance in a democratic society*".

[223] SCHABAS, 2015, p. 438. Ver CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS. Khan v. the United Kingdom (no. 11579/85). **Decision on the admissibility**, 7 jul. 1986, p. 253; CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS. Kasymakhunov and Saybatalov v. Russia (nos 26261/05 26377/06). **Judgment**, 14 mar. 2013, para. 110; CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS. Jehovah's Witnesses of Moscow v. Russia (no. 302/02). **Judgment**, 10 jun. 2010, para. 119. Disponível em: https://hudoc.echr.coe.int/fre?i=001-99221.

[224] GUTIÉRREZ, 2012, p. 360. Ver SCHABAS, 2015, p. 437.

se do uso do véu por uma professora no ambiente da escola pública, enquanto exercia suas funções profissionais[225]. Outros casos em que a Corte já também confirmou a legitimidade das restrições impostas pelas autoridades ao uso do véu foram *Leyla Şahin v. Turkey*[226], quanto ao uso por uma estudante em uma universidade pública, *Dogru v. France*[227] e *Kervanci v. France*[228], quanto ao uso por alunas durante as aulas de educação física em uma escola pública. Esses casos, ao lado de outros, invocaram o "princípio do secularismo" em suas decisões envolvendo o papel da religião na esfera pública e em instituições estatais[229]. Também há casos relacionados à legitimidade da restrição de outras vestes religiosas, como *Phull v. France*[230], quanto à remoção de um turbante Sikh na verificação de segurança em um aeroporto. Em todos esses a Corte concluiu que não houve violação da liberdade de religião ou crença.

Um caso em que a Corte considerou que houve violação do artigo 9 em relação à restrição do uso de símbolos religiosos foi quanto a uma das aplicantes do caso *Eweida and others v. United Kingdom*. Tratava-se de restrição imposta por empregadores de uma empresa aérea à possibilidade de uma funcionária utilizar uma cruz em volta do pescoço. A Corte considerou que os tribunais nacionais haviam dado peso excessivo aos desejos legítimos do empregador de projetar uma imagem corporativa, em face de um direito fundamental da requerente de manifestar sua religião. Observou que a cruz era discreta e não prejudicaria sua aparência profissional, e que não havia evidências de que o uso de outros itens religiosos previamente autorizados, como turbantes e *hijabs*, tenha tido qualquer impacto negativo sobre a marca ou a imagem da *British Airways*. Além disso, o fato de a empresa ter posteriormente alterado o código de uniformes para permitir o uso visível de joias com símbolos religiosos demonstrou que a proibição anterior não era de importância crucial[231]. Entre os outros aplicantes, mais um teve seu pedido relacionado ao uso de símbolos religiosos. Tratava-se de uma enfermeira que foi solicitada a remover seu cordão com crucifixo para proteção da saúde

---

[225] CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS. Dahlab v. Switzerland. **Judgment**, 15 fev. 2001.
[226] CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS. Leyla Şahin v. Turkey (no. 44774/98). **Judgment**, 10 nov. 2005. Disponível em: https://hudoc.echr.coe.int/fre?i=001-70956.
[227] CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS. Dogru v. France. **Judgment**, 4 dez. 2008.
[228] CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS. Kervanci v. France. **Judgment**, 4 dez. 2008.
[229] GUNN, Jeremy T. The "Principle of Secularism" and the European Court of Human Rights: A Shell Game. *In*: TEMPERMAN, Jeroen; GUNN, T. Jeremy; EVANS, Malcolm (eds.). **The European Court of Human Rights and the Freedom of Religion or Belief**: The 25 Years since Kokkinakis. Leiden, Boston: Brill Nijhoff, 2019, p. 465. Outros casos envolvendo o princípio do secularismo são: *Ahmet Arslan and Others v. Turkey*, *Dogan and Others v. Turkey*, *Ebrahimian v. France*, *Isik v. Turkey*, *Köse and 93 Others v. Turkey*, *Kurtulmus v. Turkey*, *Osmanoglu v. Switzerland*, *Refah Partisi (The Welfare Party) and Others v. Turkey*, *Mansur Yalcin and Others v. Turkey*, *Hasan and Eylem Zengin v. Turkey*.
[230] CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS. Phull v. France (no. 155585/06). **Judgment**, 4 mar. 2008.
[231] CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS. Eweida and Others v. the United Kingdom (no. 48420/10). **Judgment**, 15 jan. 2013, para. 94. Disponível em: https://hudoc.echr.coe.int/fre?i=001-115881.

de seus pacientes. Nesse caso, a Corte considerou que o artigo 9 da Convenção não foi violado, uma vez que a medida não foi desproporcional ao fim legítimo almejado[232].

Um caso mais recente e de grande repercussão que merece análise mais minuciosa por representar bem o modo de decidir da Corte foi o *S.A.S. v. France*, sobre a restrição do véu integral, a burca, em ambientes públicos. Esse caso se diferencia porque em outros casos em que a Corte enfrentou a limitação ao uso de vestes religiosas as circunstâncias eram mais específicas, como o uso por funcionários públicos no exercício de sua função ou por alunos no ambiente educacional público – o que envolve o sistema secular dos países das restrições em questão –, ou o uso para fotos de documentos de identificação ou em controles de segurança – o que envolve matéria de segurança pública[233]. Nesse caso, por sua vez, trata-se do uso da burca – veste que cobre de modo integral o corpo e rosto da mulher, com a possível exceção apenas dos olhos – por qualquer pessoa em qualquer ambiente público. Por isso, o caso não foi tanto sobre o sistema secular francês, mesmo com a França o invocando como argumento, mas sobre como balancear a liberdade religiosa com o direito e liberdades dos outros[234], conforme será abordado a seguir.

O governo francês utilizou duas justificativas para a restrição imposta pela lei que proibia, de modo geral, que qualquer um cubra seu rosto em ambientes públicos: a segurança pública e o respeito ao conjunto mínimo de valores de uma sociedade aberta e democrática. Nesse segundo, mencionou três valores: (i) o princípio da convivência, "viver juntos" (dos originais *living together* ou *vivre ensemble*); (ii) igualdade entre homens e mulheres; e (iii) respeito à dignidade humana, uma vez que as mulheres que usam tais roupas são apagadas do espaço público[235].

---

[232] CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS. Eweida and Others v. the United Kingdom (no. 48420/10). **Judgment**, 15 jan. 2013, para. 99-101. Disponível em: https://hudoc.echr.coe.int/fre?i=001-115881.

[233] CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS. S.A.S. v. France (no. 43835/11). **Judgment**, 1 jul. 2014, para. 82, 139. Disponível em: https://hudoc.echr.coe.int/fre?i=001-145466.

[234] MCGOLDRICK, Dominic. Religious Symbols and State Regulation: Assessing the Strategic Role of the European Court of Human Rights. *In*: TEMPERMAN, Jeroen; GUNN, T. Jeremy; EVANS, Malcolm (eds.). **The European Court of Human Rights and the Freedom of Religion or Belief**: The 25 Years since Kokkinakis. Leiden, Boston: Brill Nijhoff, 2019, p. 364; GUNN, 2019, p. 567: "A Corte mencionou a 'convivência' várias vezes e a laicidade, com relação à França, nem sequer uma vez. A laicidade não foi mencionada como base para sua decisão. A Corte concluiu que a proteção do 'princípio da convivência' é uma justificativa suficiente para negar o direito de manifestar a religião de alguém nos termos da Convenção" (tradução minha). No original: "*the Court mentioned 'living together' several times and laïcité, with regard to France, not even once. Laïcité was not mentioned as a basis for its decision. The Court concluded that guarding the 'principle of living together' is a sufficient justification to deny the right to manifest one's religion under the Convention*". Para um panorama das discussões internas na França durante a elaboração da lei, ver também GUNN, 2019, p. 553-559.

[235] CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS. S.A.S. v. France (no. 43835/11). **Judgment**, 1 jul. 2014, para. 133. Disponível em: https://hudoc.echr.coe.int/fre?i=001-145466.

A Corte, compreendendo que houve interferência no exercício da liberdade religiosa[236], analisou se a limitação estava de acordo com os requisitos da Convenção. A Corte reconheceu que a limitação foi imposta por lei[237] e que se baseou no fim legítimo da segurança pública[238]. Mas, quanto a esse fim, a restrição não foi imposta segundo o requisito da necessidade, pois uma proibição geral do uso de roupas que ocultam o rosto em locais públicos só poderia ser proporcional em um contexto de ameaça geral à segurança pública, o que o governo não mostrou ser o caso[239].

Quanto à segunda justificativa e os três valores subjacentes, a Corte descartou a igualdade entre homens e mulheres, pois entendeu que "o Estado parte não pode invocar a igualdade de gênero para proibir uma prática que é defendida por mulheres – como a requerente" (tradução minha)[240], o que foi uma ruptura marcante em relação aos seus julgamentos anteriores[241]. A Corte também descartou que a dignidade humana poderia justificar legitimamente uma proibição geral do uso da burca, pois, apesar de seu uso ser visto como estranho para muitos, é também a expressão de uma identidade cultural que contribui para o pluralismo, e não há evidências de que quem a usa busca expressar desprezo ou ofensa à dignidade dos outros[242]. Quanto ao princípio da convivência, a Corte aceitou a justificativa do Estado de que "a barreira erguida contra os outros por um véu que oculta o rosto é vista [...] como uma violação do direito dos outros de viver em um espaço de socialização que facilita a

---

[236] CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS. S.A.S. v. France (no. 43835/11). **Judgment**, 1 jul. 2014, para. 110. Disponível em: https://hudoc.echr.coe.int/fre?i=001-145466.
[237] CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS. S.A.S. v. France (no. 43835/11). **Judgment**, 1 jul. 2014, para. 112. Disponível em: https://hudoc.echr.coe.int/fre?i=001-145466.
[238] CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS. S.A.S. v. France (no. 43835/11). **Judgment**, 1 jul. 2014, para. 115. Disponível em: https://hudoc.echr.coe.int/fre?i=001-145466.
[239] CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS. S.A.S. v. France (no. 43835/11). **Judgment**, 1 jul. 2014, para. 139. Disponível em: https://hudoc.echr.coe.int/fre?i=001-145466. Ver GUNN, 2019, p. 558.
[240] CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS. S.A.S. v. France (no. 43835/11). **Judgment**, 1 jul. 2014, para. 118-119, 137. Disponível em: https://hudoc.echr.coe.int/fre?i=001-145466. No original: "*State Party cannot invoke gender equality in order to ban a practice that is defended by women – such as the applicant*". Ver SCHABAS, 2015, p. 437.
[241] Ver MCGOLDRICK, 2019, p. 343, 362; GUNN, 2019, p. 560. Gunn, comentando o caso, escreve o seguinte: "Uma das principais contribuições do S.A.S. foi a rejeição do argumento condescendente de que os Estados têm mais conhecimento sobre o que as mulheres querem do que as próprias mulheres envolvidas" (tradução minha). No original: "*One of the major contributions of S.A.S. was in its rejection of the condescending argument that states have better knowledge about what women want than do the concerned women themselves*."
[242] CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS. S.A.S. v. France (no. 43835/11). **Judgment**, 1 jul. 2014, para. 120. Disponível em: https://hudoc.echr.coe.int/fre?i=001-145466; MCGOLDRICK, 2019, p. 363; SCHABAS, 2015, p. 437.

convivência" (tradução minha)[243], associando-o ao fim legítimo de "proteção dos direitos e liberdades de outros", conforme a redação do artigo 9(2)[244].

Quanto à avaliação da necessidade, a Corte reconheceu que o Estado deve ter uma ampla margem de apreciação para decidir se, e em que medida, uma limitação do direito de manifestar sua religião ou crenças é necessária[245]. Isso porque, retomando sua jurisprudência anterior, concluiu que não é possível "discernir em toda a Europa uma concepção uniforme do significado da religião na sociedade" (tradução minha)[246], e que o impacto da expressão pública da religião é diferente de acordo com o tempo e contexto. Assim, regras nessa esfera variam de Estado para Estado, pois não há um consenso europeu. Portanto, faz parte das prerrogativas do Estado a escolha de dar um peso especial ao princípio da interação entre indivíduos como essencial à sociedade democrática[247]. Em suma, foi considerado que a França tinha uma ampla margem de apreciação no caso e, por isso, a proibição imposta pela lei foi tida como proporcional ao objetivo almejado[248]. Dessa forma, não houve violação do artigo 9 pelo Estado francês[249]. A Corte já repetiu o argumento da convivência em outros casos decididos depois[250], como *Dakir v. Belgium*[251] e *Belcacemi and Oussar v. Belgium*[252].

---

[243] CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS. S.A.S. v. France (no. 43835/11). **Judgment**, 1 jul. 2014, para. 122. Disponível em: https://hudoc.echr.coe.int/fre?i=001-145466. No original: "*the barrier raised against others by a veil concealing the face is perceived by the respondent State as breaching the right of others to live in a space of socialisation which makes living together easier*."

[244] SCHABAS, 2015, p. 437; MCGOLDRICK, 2019, p. 363; GUNN, 2019, p. 560, 570-571. Gunn critica o conceito utilizado pela Corte: "'Viver juntos' não é um conceito jurídico ou legal; é um sentimento invocado não com o objetivo de incentivar as pessoas a viverem juntas, mas para condenar ao ostracismo as mulheres que foram submetidas a inimizade pública generalizada. [...] A 'solução' para proteger as mulheres de serem forçadas a se vestir de uma maneira específica é forçá-las a se vestir de uma maneira específica. Em vez de os islamitas, é o Estado que usa seu poder contra as mulheres, expulsando-as das escolas públicas ou prendendo-as e expulsando-as das ruas da França" (tradução minha). No original: "*'living together' is not a juridical or legal concept; it is sentiment invoked not for the purpose of encouraging people to live together, but to ostracize women who have been subjected to widespread public enmity. […] Yet the 'solution' to protect women from being forced to dress in a particular way is to force them to dress in a particular way. Rather than the Islamists, it is the state that uses its power against women, either ejecting them from public schools or arresting and ejecting them from the streets of France*".

[245] CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS. S.A.S. v. France (no. 43835/11). **Judgment**, 1 jul. 2014, para. 129. Disponível em: https://hudoc.echr.coe.int/fre?i=001-145466.

[246] CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS. S.A.S. v. France (no. 43835/11). **Judgment**, 1 jul. 2014, para. 130. Disponível em: https://hudoc.echr.coe.int/fre?i=001-145466. No original: "*not possible to discern throughout Europe a uniform conception of the significance of religion in society*".

[247] CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS. S.A.S. v. France (no. 43835/11). **Judgment**, 1 jul. 2014, para. 141-142, 153-154, 156. Disponível em: https://hudoc.echr.coe.int/fre?i=001-145466. Ver MCGOLDRICK, 2019, p. 352-353; GUNN, 2019, p. 560.

[248] CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS. S.A.S. v. France (no. 43835/11). **Judgment**, 1 jul. 2014, para. 155, 157. Disponível em: https://hudoc.echr.coe.int/fre?i=001-145466.

[249] CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS. S.A.S. v. France (no. 43835/11). **Judgment**, 1 jul. 2014, para. 159. Disponível em: https://hudoc.echr.coe.int/fre?i=001-145466.

[250] MCGOLDRICK, 2019, p. 364.

[251] CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS. Dakir v. Belgium (no. 4619/12). **Judgment**, 11 jul. 2017.

[252] CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS. Belcacemi and Oussar v. Belgium (no. 37798/13). **Judgment**, 11 jul. 2017.

O que acadêmicos têm apontado é a dominância da margem de apreciação nos principais casos da Corte. No *S.A.S. v. France* há dez referências à margem. Em outro caso que se destaca, o *Lautsi v. Italy*, há 27 referências[253]. O caso tratava da presença de crucifixos em escolas públicas na Itália, e, na sua decisão final, a Corte concluiu que a questão de símbolos religiosos em sala de aula, desde que não leve a uma forma de doutrinação, é um assunto que se enquadra na margem de apreciação do Estado, uma vez que não há consenso europeu quanto à questão[254]. Por isso, a Corte não avaliou a alegação do aplicante de que a Itália estaria violando o princípio do secularismo[255]. Foi considerado que a presença dos crucifixos, essencialmente um símbolo passivo, não era associada a um ensino compulsório sobre o cristianismo e que não havia nada que sugerisse que as autoridades eram intolerantes com os alunos de outras religiões ou não-crentes. Por exemplo, o governo indicou que não era proibido que os alunos usassem lenços islâmicos ou outros símbolos ou vestimentas com conotação religiosa e que eram possíveis arranjos alternativos para ajudar a escola a se adequar às práticas religiosas não majoritárias[256]. Além disso, a aplicante manteve plenamente seu direito como mãe de exercer em relação aos seus filhos suas funções naturais de educadora e de orientá-los de acordo com suas próprias convicções filosóficas, conforme previsto no artigo 2 do Protocolo Adicional nº 1[257]. Portanto, a Corte considerou que o Estado agiu nos limites da margem de apreciação e, por isso, não houve violação da Convenção.

A consequência da decisão da Corte foi retornar a questão para as cortes italianas para aguardar futuros julgamentos sobre a aplicação do princípio do secularismo segundo sua Constituição. Assim como os casos de vestimentas religiosas na França fizeram com que a questão retornasse à jurisdição francesa, onde sua versão do princípio do secularismo (do original *laïcité*) vai sendo aplicada de forma ainda mais rigorosa, com desenvolvimentos regulatórios que têm sido descritos como cada vez menos liberais[258].

Interessante observar que, ao se debruçar sob o mesmo tema, o Comitê de Direitos Humanos tem decidido de modo diverso. Em decisões relacionadas ao banimento francês da

---

[253] MCGOLDRICK, 2019, p. 350. Ver BERRY, Stephanie E. Avoiding Scrutiny? The Margin of Appreciation and Religious Freedom. *In*: TEMPERMAN, Jeroen; GUNN, T. Jeremy; EVANS, Malcolm (eds.). **The European Court of Human Rights and the Freedom of Religion or Belief**: The 25 Years since Kokkinakis. Leiden, Boston: Brill Nijhoff, 2019, p. 103-127.

[254] CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS. Lautsi v. Italy. **Judgment**, 18 mar. 2011, para. 61, 62, 68, 70. Para uma breve análise do sistema de laicidade na Itália, ver tópico 2.3 da terceira parte da obra VIEIRA, 2023.

[255] GUNN, 2019, p. 469.

[256] CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS. Lautsi v. Italy. **Judgment**, 18 mar. 2011, para. 72, 74.

[257] CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS. Lautsi v. Italy. **Judgment**, 18 mar. 2011, para. 75.

[258] MCGOLDRICK, 2019, p. 351-352. Ver VAUCHEZ, Stephanie Hennette. Is French Laïcité Still Liberal? The Republican Project Under Pressure (2004–15). **Human Rights Law Review**, vol. 17, 2017, p. 285. Para uma breve análise do laicismo, ver tópico 3 da terceira parte da obra VIEIRA, 2023.

burca, *Yaker v. France*[259] e *Hebbadj v. France*[260], o Comitê concluiu pela violação do artigo 18 do PIDCP. Também já houve casos quanto à restrição de uso do turbante Sikh que a Corte Europeia havia considerado inadmissível com base nos requisitos de segurança e ordem pública, mas que o Comitê considerou que houve violação do PIDCP[261]: *Ranjit Singh v. France*[262], *Mann Singh v. France*[263] e *Bikramjit Singh v. France*[264].

Nesse sentido, apesar das circunstâncias específicas de cada caso poderem justificar certa medida de limitação ao uso de símbolos religiosos, é válida a crítica de que a Corte se aproxima de uma visão secularista, em nome de uma aparente neutralidade. Como colocado por Mcgoldrick, "a pedra de toque fundamental da jurisprudência da Corte Europeia tem sido sua abordagem ao secularismo. Ela aceitou o secularismo como consistente com os valores que sustentam a Convenção" (tradução minha)[265]. Ao mesmo tempo, há que se destacar que, ao fazer deferência à margem de apreciação dos Estados, a posição da Corte quanto ao secularismo não é um mesmo princípio aplicado do mesmo modo em toda a Europa, mas sim um princípio de secularismo francês, turco, italiano, suíço, entre outros, advindo das doutrinas e práticas particulares dos Estados, que funciona como justificativa para a interferência estatal na liberdade religiosa[266].

1.2.2 Sistema Interamericano de Direitos Humanos

[259] HUMAN RIGHTS COMMITTEE. Communication no. 2747/2016 Yaker v. France. **CCPR/C/123/D/2747/2016**, 7 dez. 2008. Disponível em: https://juris.ohchr.org/casedetails/2547/en-US.
[260] HUMAN RIGHTS COMMITTEE. Communication no. 2807/2016 Hebbadj v. France. **CCPR/C/123/D/2807/2016**, 17 jul. 2018. Disponível em: https://juris.ohchr.org/casedetails/3541/en-US.
[261] MCGOLDRICK, 2019, p. 356.
[262] HUMAN RIGHTS COMMITTEE. Communication no. 1876/2000 Ranjit Singh v. France. **CCPR/C/102/D/1876/2009**, 22 jul. 2011. Disponível em: https://juris.ohchr.org/casedetails/1212/en-US.
[263] HUMAN RIGHTS COMMITTEE. Communication no. 1928/2010 Mann Singh v. France. **CCPR/C/108/D/1928/2010**, 19 jul. 2013. Disponível em: https://juris.ohchr.org/casedetails/1671/en-US.
[264] HUMAN RIGHTS COMMITTEE. Communication no. 1852/2008 Bikramjit Singh v. France. **CCPR/C/106/D/1852/2008**, 1 nov. 2012. Disponível em: https://juris.ohchr.org/casedetails/1655/en-US.
[265] MCGOLDRICK, 2019, p. 365. No original: "*the fundamental touchstone of the European Court's jurisprudence has been its approach to secularism. It has accepted secularism as consistent with the values underpinning the Convention*." Ver GUNN, 2019, p. 573.
[266] GUNN, 2019, p. 469-470.

Na Convenção Americana de Direitos Humanos a liberdade religiosa é abordada nos artigos 1(1)[267], 12, 13(5)[268], 16(1)[269], 22(8)[270], 27(1) e (2)[271]. Dentre eles, destaca-se o 12, que segue estrutura semelhante à do 18 do PIDCP, expondo as dimensões positiva e negativa da liberdade religiosa, isto é, o dever do Estado de garantir o exercício do direito e a não interferência no gozo dessa liberdade. O artigo também dispõe os componentes do *forum internum*, que é a liberdade de (i) manter e (ii) mudar de religião ou crença, e *forum externum*, que é a (iii) manifestação religiosa individual ou coletiva e os critérios para sua possível limitação, bem como o direito dos pais de educarem seus filhos em conformidade com suas convicções[272]. A Convenção dispõe da seguinte forma:

> Artigo 12. Liberdade de consciência e de religião
> 1. Toda pessoa tem direito à liberdade de consciência e de religião. Esse direito implica a liberdade de conservar sua religião ou suas crenças, ou de mudar de religião ou de crenças, bem como a liberdade de professar e divulgar sua religião ou suas crenças, individual ou coletivamente, tanto em público como em privado.
> 2. Ninguém pode ser objeto de medidas restritivas que possam limitar sua liberdade de conservar sua religião ou suas crenças, ou de mudar de religião ou de crenças.
> 3. A liberdade de manifestar a própria religião e as próprias crenças está sujeita unicamente às limitações prescritas pela lei e que sejam necessárias para proteger a segurança, a ordem, a saúde ou a moral públicas ou os direitos ou liberdades das demais pessoas.
> 4. Os pais, e quando for o caso os tutores, têm direito a que seus filhos ou pupilos recebam a educação religiosa e moral que esteja de acordo com suas próprias convicções.

---

[267] *In verbis*: Os Estados Partes nesta Convenção comprometem-se a respeitar os direitos e liberdades nela reconhecidos e a garantir seu livre e pleno exercício a toda pessoa que esteja sujeita à sua jurisdição, sem discriminação alguma por motivo de raça, cor, sexo, idioma, religião, opiniões políticas ou de qualquer outra natureza, origem nacional ou social, posição econômica, nascimento ou qualquer outra condição social.

[268] *In verbis*: A lei deve proibir toda propaganda a favor da guerra, bem como toda apologia ao ódio nacional, racial ou religioso que constitua incitação à discriminação, à hostilidade, ao crime ou à violência.

[269] *In verbis*: Todas as pessoas têm o direito de associar-se livremente com fins ideológicos, religiosos, políticos, econômicos, trabalhistas, sociais, culturais, desportivos ou de qualquer outra natureza.

[270] *In verbis*: Em nenhum caso o estrangeiro pode ser expulso ou entregue a outro país, seja ou não de origem, onde seu direito à vida ou à liberdade pessoal esteja em risco de violação por causa da sua raça, nacionalidade, religião, condição social ou de suas opiniões políticas.

[271] *In verbis*: 1. Em caso de guerra, de perigo público, ou de outra emergência que ameace a independência ou segurança do Estado Parte, este poderá adotar disposições que, na medida e pelo tempo estritamente limitados às exigências da situação, suspendam as obrigações contraídas em virtude desta Convenção, desde que tais disposições não sejam incompatíveis com as demais obrigações que lhe impõe o Direito Internacional e não encerrem discriminação alguma fundada em motivos de raça, cor, sexo, idioma, religião ou origem social. 2. A disposição precedente não autoriza a suspensão dos direitos determinados seguintes artigos: 3 (Direito ao reconhecimento da personalidade jurídica); 4 (Direito à vida); 5 (Direito à integridade pessoal); 6 (Proibição da escravidão e servidão); 9 (Princípio da legalidade e da retroatividade); 12 (Liberdade de consciência e de religião); 17 (Proteção da família); 18 (Direito ao nome); 19 (Direitos da criança); 20 (Direito à nacionalidade) e 23 (Direitos políticos), nem das garantias indispensáveis para a proteção de tais direitos.

[272] PALOMINO, Marco Huaco. Artículo 12. Libertad de Conciencia y de religión. *In:* STEINER, Christian; FUCHS, Marie-Christine; URIBE GRANADOS, Patricia (orgs.). **Convención Americana sobre Derechos Humanos:** comentario. 2. ed. Berlin/Bogotá: Konrad Adenauer Stiftung, 2019, p. 376-404; HENNEBEL, Ludovic; TIGROUDJA, Hélène. Article 12: Freedom of Conscience and Religion. *In:* HENNEBEL, Ludovic; TIGROUDJA, Hélène. **The American Convention on Human Rights:** A Commentary. New York: Oxford University Press, 2022, p. 417–429. Ver ALVES, Rodrigo Vitorino Souza. Organization of American States. *In*: ROBBERS, Gerhard; DURHAM, W. Cole (org.). **Encyclopedia of Law and Religion**. Leiden & Boston: Brill, 1 ed., vol. 5, 2016, p. 208-216.

Tanto a Comissão como a Corte Interamericana já lidaram com casos que envolvem a liberdade de crença, o que pode elucidar o escopo de sua proteção no sistema interamericano.

Na Comissão, o relatório de 1983 sobre Cuba apontou que, com as medidas do governo que resultaram no colapso de partidos políticos, entidades religiosas como a Igreja Católica restaram como espaço para a manifestar a oposição ao regime. Com isso, essas entidades se tornaram alvos de medidas repressivas por parte das autoridades[273]. O relatório considerou a existência de uma hostilidade em relação aos crentes que "levou, por um lado, à promoção ativa do marxismo-leninismo em todas as facetas da sociedade cubana e, por outro, ditou uma série de restrições às atividades religiosas" (tradução minha)[274]. Assim, considerou que essas restrições limitavam os crentes, "levando à discriminação contra eles em vários aspectos centrais da vida e da política da sociedade cubana" (tradução minha)[275]. Desse modo, o relatório confirmou como meios de discriminação a exigência da observância de uma ideologia para promoção no trabalho, para admissão na universidade, para obtenção de bolsa ou para exercer funções públicas, bem como a proibição de ensinar conteúdos com elementos políticos ou religiosos[276]. Considerou, também, como restrição à liberdade religiosa o impedimento de que pais decidam sobre a educação moral e religiosa dos filhos e o impedimento do acesso de igrejas aos meios de comunicação e de realizar o ensino da religião[277].

Ainda na Comissão, foram apreciados os casos *Juan Gerardi v. Guatemala* e *Loren Laroye Riebe, Jorge Alberto Barón Guttlein, Rodolfo Isal Elorz v. Mexico*, nos quais a Comissão considerou como uma violação à liberdade religiosa a recusa em permitir que

---

[273] INTER-AMERICAN COMMISSION ON HUMAN RIGHTS. The situation of human rights in Cuba: seventh report. **OEA/Ser.L/V/II.61,** 4 out. 1983. Disponível em: http://www.cidh.org/countryrep/Cuba83eng/chap.7.htm.

[274] INTER-AMERICAN COMMISSION ON HUMAN RIGHTS. The situation of human rights in Cuba: seventh report. **OEA/Ser.L/V/II.61,** 4 out. 1983, para. 31. Disponível em: http://www.cidh.org/countryrep/Cuba83eng/chap.7.htm. No original: "*hostility has led, on the one hand, to the active promotion of Marxism-Leninism in every facet of Cuban society, and on the other, it has dictated a number of restrictions on religious activities*."

[275] INTER-AMERICAN COMMISSION ON HUMAN RIGHTS. The situation of human rights in Cuba: seventh report. **OEA/Ser.L/V/II.61,** 4 out. 1983, para. 42. Disponível em: http://www.cidh.org/countryrep/Cuba83eng/chap.7.htm. No original: "*leading to discrimination against them in various central aspects of the life and politics of Cuban society*."

[276] INTER-AMERICAN COMMISSION ON HUMAN RIGHTS. The situation of human rights in Cuba: seventh report. **OEA/Ser.L/V/II.61,** 4 out. 1983, para. 41. Disponível em: http://www.cidh.org/countryrep/Cuba83eng/chap.7.htm.

[277] INTER-AMERICAN COMMISSION ON HUMAN RIGHTS. The situation of human rights in Cuba: seventh report. **OEA/Ser.L/V/II.61,** 4 out. 1983, para. 6, 29, 32. Disponível em: http://www.cidh.org/countryrep/Cuba83eng/chap.7.htm.

ministros religiosos estrangeiros entrassem, retornassem ou permanecessem no país em razão de sua afiliação ou atividades religiosas[278].

Na Corte Interamericana, destacam-se os seguintes casos: *La Última Tentación de Cristo*, *Moiwana*, *Masacre Plan de Sánchez*, *Masacres de Río Negro*, *Instituto de Reeducación del Menor* e *Pavez*. Em *La Última Tentación de Cristo*, apesar da Corte não ter identificado violação à liberdade religiosa, pronunciou-se da seguinte forma sobre o tema: "este direito é um dos cimentos da sociedade democrática. Em sua dimensão religiosa, constitui um elemento transcendental na proteção das convicções dos crentes e em sua forma de vida" (tradução minha)[279]. Assim, no sistema interamericano é reconhecida a importância da liberdade religiosa como um dos pilares da sociedade democrática.

No caso *Comunidade Moiwana v. Suriname* a Corte reconheceu como violação aos direitos da comunidade indígena a impossibilidade de sepultar seus mortos em conformidade com seus ritos religiosos[280]. Ao apreciar o caso *Masacre Plan de Sánchez v. Guatemala*, a Corte considerou que o Estado violou diversos direitos da aldeia de *Plan de Sánchez*, incluindo a liberdade religiosa, uma vez que a ação estatal impactou as práticas culturais e religiosas do povo indígena ao destruir comunidades, símbolos religiosos e impossibilitar os sepultamentos dos mortos em conformidade com suas tradições religiosas[281]. Considerou também que

> Em relação à questão do genocídio a que se referem tanto a Comissão como os representantes das vítimas e seus familiares, a Corte observa que, em matéria contenciosa, somente tem competência para declarar violações da Convenção Americana de Direitos Humanos e de outros instrumentos do Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos que lhe confiram tal competência. No entanto, fatos como os indicados, que afetaram gravemente a identidade e os valores dos membros do povo maia Achi e que ocorreram dentro de um padrão de massacres, causam um impacto agravado que compromete a responsabilidade internacional do

[278] INTER-AMERICAN COMMISSION ON HUMAN RIGHTS. Case 7778 Guatemala. **Resolution 16/82**, 9 mar. 1982. Disponível em: http://www.cidh.org/annualrep/81.82eng/Guatemala7778.htm; INTER-AMERICAN COMMISSION ON HUMAN RIGHTS. Case 11.610 Loren Laroye Riebe, Jorge Alberto Barón Guttlein y Rodolfo Isal Elorz v. Mexico. **Report 49/99**, 13 abr. 1999. Disponível em: http://www.cidh.org/annualrep/98eng/merits/mexico%2011610.htm.

[279] CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Caso "La Última Tentación de Cristo" (Olmedo Bustos y otros) v. Chile. **Sentencia**, 5 fev. 2001, para. 79. Disponível em: https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/Seriec_73_esp.pdf. No original: "*este derecho es uno de los cimientos de la sociedade democrática. En su dimensión religiosa, constituye un elemento transcendental en la protección de las convicciones de los creyentes y en su forma de vida*".

[280] CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Caso de la Comunidad Moiwana v. Suriname. **Sentencia**, 15 jun. 2005, para. 86.7, 113, 198.3.i. Disponível em: https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_124_esp1.pdf.

[281] CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Caso Masacre Plan de Sánchez v. Guatemala. **Sentencia**, 29 abr. 2004 para. 36, 42.7, 42.30, 47, p. 25. Disponível em: https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_105_esp.pdf.

> Estado, o que esta Corte levará em conta ao decidir sobre as reparações. (Tradução minha)[282]

Vale destacar o voto arrazoado do juiz Cançado Trindade nesse caso, no qual citou o relatório final da Comissão de Esclarecimento Histórico da Guatemala. O relatório se referiu a atos de genocídio, e que as atrocidades envolviam a responsabilidade de indivíduos e do Estado, uma vez que eram produto de uma política pré-estabelecida por um comando superior aos seus autores materiais. Cançado elencou que as duas responsabilidades são complementares e que, enquanto a Convenção Americana de Direitos Humanos concentra-se na do Estado, isso não exime a do indivíduo, bem como a responsabilidade penal do indivíduo não exime a do Estado, "as duas coexistem, sendo este reconhecimento de crucial importância para a erradicação da impunidade. Tanto o Estado como seus agentes são destinatários diretos de normas do direito internacional contemporâneo"[283].

De modo semelhante, o caso *Masacre Río Negro v. Guatemala*, que se deu no mesmo cenário do massacre da comunidade instalada em *Plan de Sánchez*, a Corte reconheceu a violação da liberdade religiosa, dentre outros direitos, também pela impossibilidade dos ritos de sepultamento e pela destruição de locais sagrados para construção da hidroelétrica de Chixoy[284]. Desse modo, esses três casos apontam para uma dimensão essencial da liberdade religiosa: sua manifestação comunitária. Isso é especialmente relevante para o objeto desta dissertação, que são os casos de perseguição e genocídio de comunidades religiosas.

O caso *Instituto de Reeducación del Menor v. Paraguay* discutiu as condições do sistema de detenção, ressaltando que a liberdade de religião ou crença, assim como outros direitos humanos, devem ser assegurados mesmo em situações de encarceramento[285].

---

[282] CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Caso Masacre Plan de Sánchez v. Guatemala. **Sentencia**, 29 abr. 2004 para. 51. Disponível em: https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_105_esp.pdf. No original: "*En relación con el tema de genocidio al que aludieron tanto la Comisión como los representantes de las víctimas y sus familiares, la Corte hace notar que en materia contenciosa sólo tiene competencia para declarar violaciones de la Convención Americana sobre Derechos Humanos y de otros instrumentos del sistema interamericano de protección de derechos humanos que así se la confieren. No obstante, hechos como los señalados, que afectaron gravemente a los miembros del pueblo maya achí en su identidad y valores y que se desarrollaron dentro de un patrón de masacres, causan un impacto agravado que compromete la responsabilidad internacional del Estado que esta Corte tomará en cuenta al momento de resolver sobre reparaciones*".

[283] CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. **A responsabilidade do Estado sob a Convenção contra o Genocídio**: em defesa da dignidade humana. Haia/Fortaleza: IBDH-IIDH, 2015, p. 251-253. Na obra, o autor cita seu voto arrazoado no caso *Masacre Plan de Sánchez v. Guatemala*.

[284] CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Caso Masacres de Río Negro v. Guatemala. **Sentencia**, 4 set. 2012, para. 61, 154, 157, 160, p. 111. Disponível em: https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_250_esp.pdf.

[285] CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Caso "Instituto de Reeducación del Menor" v. Paraguay. **Sentencia**, 2 set. 2004, para. 155. Disponível em: https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_112_esp.pdf

Finalmente, no caso *Pavez Pavez v. Chile*, apesar da Corte não ter acatado a defesa do Estado baseada na liberdade de crença, a Corte afirmou que uma das manifestações da liberdade religiosa é a autonomia das organizações religiosas para definirem suas estruturas, modos de funcionamentos e critérios de contratação pessoal[286]. Também reafirmou o direito convencional dos pais acerca da educação moral e religiosa dos filhos[287] e não condenou a prática do ensino religioso confessional em escolas públicas. A Corte realizou pronunciamentos importantes para o escopo deste direito sobre a proteção conferida às instituições religiosas contra ingerências estatais arbitrárias:

> 71. [...] É assim que em sociedades democráticas deve haver uma coexistência mutuamente pacífica entre o secular e o religioso; portanto, o papel dos Estados e desta Corte é reconhecer a esfera na qual cada um desses habita, e em nenhum caso forçar um na esfera do outro.
> 119. [...] esta Corte nota [...] que no presente caso não existe discussão em torno do fato de que, em conformidade com o direito de consciência e religião, **as comunidades religiosas devem estar livres de toda ingerência arbitrária do Estado** nos âmbitos relacionados com as crenças religiosas e a vida organizativa da comunidade e, em particular, sobre assuntos que digam respeito à sua organização interna. (Tradução minha, destaque meu)[288]

Desse modo, apesar da quantidade reduzida de casos, resultando em uma jurisprudência que ainda não discutiu profundamente a temática da liberdade religiosa, os casos acima expostos demonstram que, desde já, o sistema interamericano reconhece a relevância da liberdade religiosa no sistema de direitos humanos. Especialmente em relação às minorias indígenas, a Corte tem levado a preservação de suas práticas religiosas em alta conta.

1.2.3 Sistema Africano de Direitos Humanos

[286] CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Caso Pavez Pavez v. Chile. **Sentencia**, 4 fev. 2022, para. 119. Disponível em: https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_449_esp.pdf
[287] CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Caso Pavez Pavez v. Chile. **Sentencia**, 4 fev. 2022, para. 94, 97. Disponível em: https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_449_esp.pdf
[288] CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Caso Pavez Pavez v. Chile. **Sentencia**, 4 fev. 2022, para. 71 e 119. Disponível em: https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_449_esp.pdf. No original: "71. […] *Es así como en sociedades democráticas debe darse una coexistencia mutuamente pacífica entre lo secular y lo religioso; por lo que el rol de los Estados y de esta Corte, es reconocer la esfera en la cual cada uno de éstos habita, y en ningún caso forzar uno en la esfera de otro. […] 119. […] esta Corte nota […] que en el presente caso no existe discusión en torno al hecho que, de conformidad con el derecho a la libertad de conciencia y Religión, las comunidades religiosas deben estar libres de toda injerencia arbitraria del Estado en los ámbitos relacionados con las creencias religiosas y la vida organizativa de la comunidad y, en particular, sobre los asuntos que atañen a su organización interna*."

Na Carta Africana de Direitos Humanos e dos Povos, por sua vez, a liberdade religiosa é abordada nos artigos 2[289], 8 e 12(5)[290], com destaque do artigo 8, que a elenca da seguinte forma: "a liberdade de consciência, a profissão e a prática livre da religião são garantidas. Sob reserva da ordem pública, ninguém pode ser objeto de medidas de constrangimento que visem restringir a manifestação dessas liberdades".

Desde sua redação é possível perceber certas diferenças em relação a outras disposições do sistema universal e regional de direitos humanos. Por exemplo, fala-se em profissão e prática da religião, mas não se fala na manifestação da religião no privado ou em público, em comunidade ou individualmente. Contudo, pela prática da Comissão e da Corte Africana é possível compreender melhor seu escopo. Por exemplo, os termos "liberdade de consciência", "liberdade de religião" e "liberdade de praticar religião" são utilizados de modo intercambiável pela Comissão Africana[291], o que parece apontar para uma diferenciação menos estanque entre consciência e a prática.

Quanto ao que está incluído na proteção do artigo 8[292], a Comissão destacou no caso *Centre for Minority Rights Development (Kenya) and Minority Rights Group (on behalf of Endorois Welfare Council) v. Kenya* (caso *Endorois*) que "a liberdade de consciência e de religião deve significar, entre outras coisas, o direito de cultuar, participar de rituais, observar dias de descanso e usar vestimentas religiosas" (tradução minha)[293]. A Comissão notou, também, o Comentário Geral nº 22 do Comitê de Direitos Humanos, que inclui a proteção de crenças teístas, não teístas e ateístas, bem como o direito de não professar nenhuma religião ou crença, ou seja, que os termos "crença" e "religião" devem ser interpretados de forma ampla[294].

---

[289] *In verbis*: Toda a pessoa tem direito ao gozo dos direitos e liberdades reconhecidos e garantidos na presente Carta, sem nenhuma distinção, nomeadamente de raça, de etnia, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou de qualquer outra opinião, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação.

[290] *In verbis*: A expulsão coletiva de estrangeiros é proibida. A expulsão coletiva é aquela que visa globalmente grupos nacionais, raciais, étnicos ou religiosos.

[291] MURRAY, Rachel. Article 8: Freedom of Conscience and Religion. *In*: MURRAY, Rachel. **The African Charter on Human and Peoples' Rights**: A Commentary. Oxford Commentaries on International Law, 20 fev. 2019, p. 253.

[292] Ver COMMENTARY AFCHPR. Freedom of conscience and religion - article 8. **Substance**, 1 set. 2017. Disponível em: https://afchpr-commentary.uwazi.io/en/entity/oakiexi6jhuxsprfcqud3rf6r.

[293] AFRICAN COMMISSION ON HUMAN AND PEOPLE'S RIGHTS. Centre for Minority Rights Development (Kenya) and Minority Rights Group (on behalf of Endorois Welfare Council) v. Kenya. **Communication 276/03**, 25 nov. 2009, para. 165. No original: "*freedom of conscience and religion should, among other things, mean the right to worship, engage in rituals, observe days of rest, and wear religious garb*".

[294] AFRICAN COMMISSION ON HUMAN AND PEOPLE'S RIGHTS. Centre for Minority Rights Development (Kenya) and Minority Rights Group (on behalf of Endorois Welfare Council) v. Kenya. **Communication 276/03**, 25 nov. 2009, para. 164-165, 168. Apesar da redação do artigo 8 não incluir o termo "crença", crenças também têm sido protegidas. MURRAY, 2019, p. 254.

Tanto que até mesmo crenças políticas têm sido protegidas no escopo do artigo 8, como no caso da Comissão *Amnesty International v. Zambia*[295].

Em relação à manifestação religiosa, também no caso *Endorois* a Comissão reconheceu que a prática é central para a liberdade religiosa[296], e que o direito à liberdade de consciência "permite que indivíduos ou grupos adorem ou se reúnam em conexão com uma religião ou crença, e estabeleçam e mantenham locais para esses fins, bem como celebrem cerimônias de acordo com os preceitos de sua religião ou crença" (tradução minha)[297]. Assim, a liberdade de adorar e de estabelecer locais para adoração são vistas como parte da liberdade de religião[298], inclusive o acesso ao meio ambiente natural, como a terra[299]. Em adição, a Comissão já diferenciou entre *forum internum*, aspecto que deve ser guardado de modo incondicional, e *forum externum*, liberdade de praticar a religião, que "implica todas as manifestações exteriores ou observância da fé ou crença religiosa, em particular ou em comunidade com outros" (tradução minha)[300]. Esse segundo, por sua vez, pode ser limitado, respeitados alguns requisitos[301].

---

[295] AFRICAN COMMISSION ON HUMAN AND PEOPLE'S RIGHTS. Amnesty International v. Zambia. **Communication 212/98**, 5 mai. 1999, para. 54; MURRAY, 2019, p. 254-255.

[296] AFRICAN COMMISSION ON HUMAN AND PEOPLE'S RIGHTS. Centre for Minority Rights Development (Kenya) and Minority Rights Group (on behalf of Endorois Welfare Council) v. Kenya. **Communication 276/03**, 25 nov. 2009, para. 171.

[297] AFRICAN COMMISSION ON HUMAN AND PEOPLE'S RIGHTS. Centre for Minority Rights Development (Kenya) and Minority Rights Group (on behalf of Endorois Welfare Council) v. Kenya. **Communication 276/03**, 25 nov. 2009, para. 165. No original: "*right to freedom of conscience allows for individuals or groups to worship or assemble in connection with a religion or belief, and to establish and maintain places for these purposes, as well as to celebrate ceremonies in accordance with the precepts of one's religion or belief*".

[298] AFRICAN COMMISSION ON HUMAN AND PEOPLE'S RIGHTS. Concluding Observations on the 3rd and 4th Combined Periodic Reports of the Peoples Democratic Republic of Algeria. 22 mai. 2008, para. 33.18; AFRICAN COMMISSION ON HUMAN AND PEOPLE'S RIGHTS. Report of the African Commission on Human and Peoples' Rights Mission to The Sudan 1–7 December 1996. **DOC/OS/ 35a(XXIII)**, 29 abr. 1998, para. 44, 130; AFRICAN COMMISSION ON HUMAN AND PEOPLE'S RIGHTS. Promotional Mission Report of Commissioner Angela Melo, Special Rapporteur on the Rights of Women in Africa in the Republic of The Sudan. 30 mar. - 4 abr. 2003, para. 161; AFRICAN COMMISSION ON HUMAN AND PEOPLE'S RIGHTS. Resolution on the Human Rights Situation in the Republic of Guinea. **ACHPR/Res. 242**, 24 jul. 2013; AFRICAN COMMISSION ON HUMAN AND PEOPLE'S RIGHTS. Centre for Minority Rights Development (Kenya) and Minority Rights Group (on behalf of Endorois Welfare Council) v. Kenya. **Communication 276/03**, 25 nov. 2009, para. 166.

[299] CORTE AFRICANA DE DIREITOS HUMANOS E DOS POVOS. African Commission on Human and Peoples' Rights v. Republic of Kenya (Application no. 006/212). **Judgment**, 26 mai. 2017, para. 164.

[300] AFRICAN COMMISSION ON HUMAN AND PEOPLE'S RIGHTS. Hossam Ezzat and Rania Enayet (represented by Egyptian Initiative for Personal Rights and INTERIGHTS) v. The Arab Republic of Egypt. **Communication 355/07**, 28 abr. 2018, para. 131–132. No original: "*freedom to practice one's religion entails all outward manifestations or observance of religious faith or belief, privately or in community with others*."

[301] AFRICAN COMMISSION ON HUMAN AND PEOPLE'S RIGHTS. Garreth Anver Prince v. South Africa. **Communication 255/02**, 7 dez. 2004, para. 41.

Em caso de limitação do *forum externum* da liberdade religiosa, além dos requisitos dispostos no artigo 8, quais sejam, estar sujeito a lei e a ordem pública[302], também deve-se respeitar os do artigo 27(2) da Carta: "os direitos e as liberdades de cada pessoa exercem-se no respeito dos direitos de outrem, da segurança coletiva, da moral e do interesse comum"[303]. A Comissão esclareceu que a limitação não pode ser aplicada de modo a anular completamente o direito, e deve ser vista à luz dos sentimentos subjacentes da Carta Africana, isto é, não dar crédito a violações das disposições expressas da Carta[304]. Por isso, deve servir a um propósito geral e não ser discriminatória[305].

Além disso, deve ter um propósito legítimo, um dos dispostos no artigo 27(2), ser estritamente proporcional, razoável e absolutamente necessária para o fim que almeja[306], e deve ser aplicada somente para o fim para o qual fora prescrita[307]. Cabe ao Estado parte comprovar que a limitação segue os requisitos apresentados[308]. No caso da comunidade *Ogiek* na Corte Africana de Diretos Humanos e dos Povos, a Corte considerou que o despejo total da comunidade de seu local de adoração era uma violação de seu direito, pois havia medidas menos onerosas que poderiam ter sido adotadas para garantir o gozo do direito e, ao mesmo tempo, manter a lei e a ordem[309].

Vale ressaltar que algumas práticas religiosas têm sido condenadas pela Comissão como contrárias aos direitos humanos. Exemplos são: o chamado para erradicar as práticas do culto vodu e do *tronsi* que são prejudiciais ao desenvolvimento infantil[310]; a preocupação com

---

[302] A redação do artigo 8, em inglês, é a seguinte: "*Freedom of conscience, the profession and free practice of religion shall be guaranteed. No one may, **subject to law and order**, be submitted to measures restricting the exercise of these freedoms"* (destaque meu).

[303] MURRAY, 2019, p. 259; AFRICAN COMMISSION ON HUMAN AND PEOPLE'S RIGHTS. Garreth Anver Prince v. South Africa. **Communication 255/02**, 7 dez. 2004, para. 43.

[304] MURRAY, 2019, p. 260; AFRICAN COMMISSION ON HUMAN AND PEOPLE'S RIGHTS. Amnesty International v. Zambia. **Communication 212/98**, 5 mai. 1999, para. 50; AFRICAN COMMISSION ON HUMAN AND PEOPLE'S RIGHTS. Centre for Minority Rights Development (Kenya) and Minority Rights Group (on behalf of Endorois Welfare Council) v. Kenya. **Communication 276/03**, 25 nov. 2009, para. 172-173.

[305] AFRICAN COMMISSION ON HUMAN AND PEOPLE'S RIGHTS. Garreth Anver Prince v. South Africa. **Communication 255/02**, 7 dez. 2004, para. 43-44.

[306] AFRICAN COMMISSION ON HUMAN AND PEOPLE'S RIGHTS. Garreth Anver Prince v. South Africa. **Communication 255/02**, 7 dez. 2004, para. 43.

[307] AFRICAN COMMISSION ON HUMAN AND PEOPLE'S RIGHTS. Centre for Minority Rights Development (Kenya) and Minority Rights Group (on behalf of Endorois Welfare Council) v. Kenya. **Communication 276/03**, 25 nov. 2009, para. 173.

[308] AFRICAN COMMISSION ON HUMAN AND PEOPLE'S RIGHTS. Centre for Minority Rights Development (Kenya) and Minority Rights Group (on behalf of Endorois Welfare Council) v. Kenya. **Communication 276/03**, 25 nov. 2009, para. 172.

[309] CORTE AFRICANA DE DIREITOS HUMANOS E DOS POVOS. African Commission on Human and Peoples' Rights v. Republic of Kenya (Application no. 006/212). **Judgment**, 26 mai. 2017, para. 167.

[310] AFRICAN COMMISSION ON HUMAN AND PEOPLE'S RIGHTS. Concluding Observations and Recommendations on the Combined 3rd, 4th and 5th Periodic Report of the Republic of Togo. **51st Ordinary Session**, 18 abr.–2 mai. 2012, para. 47-48, 73(xxv). Disponível em: https://achpr.au.int/en/state-

práticas culturais e crenças tradicionais no contexto do HIV[311]; a necessidade de que Estados protejam mulheres contra formas de violência como enterrar mulheres vivas com seus maridos falecidos, espoliação de viúvas e mutilação genital feminina[312]; o combate à falta de informações sobre as medidas específicas para garantir o acesso à terra pelas mulheres, em vista de crenças tradicionais locais em relação à sucessão[313].

Além disso, a Comissão tem sido chamada a considerar a compatibilidade da lei de *Sharia* com a Carta Africana[314]. Não com o objetivo de interpretar na lei de *Sharia*, mas considerando a aplicação da Carta no sistema legal dos Estados membros[315]. Assim, a Comissão compreende que certas punições que ocorrem sob a lei de *Sharia* podem violar as disposições da Carta[316]. Por exemplo, chibatadas realizadas em público nas costas nuas de estudantes do sexo feminino foram consideradas uma violação do artigo 5, pois sancionavam a "tortura

---

reports/concluding-observations-and-recommendations-togo-3rd-periodic-report-2003-20. As práticas prejudiciais às crianças em culto vodu incluem manter crianças em idade escolar em conventos e ritos de iniciação de duração de três anos, o que prejudica seu ciclo educacional; em *tronsi* incluem ritos de iniciação prejudiciais a sua integridade física, como escarificação, e que se assemelham a formas contemporâneas de escravidão. Ver em AFRICAN COMMISSION ON HUMAN AND PEOPLE'S RIGHTS. Togo: 3rd Periodic Report, 2003-2010. **State Reports**, 6 nov. 2011, para. 43-44. Disponível em: https://achpr.au.int/en/state-reports/togo-3rd-periodic-report-2003-2010; AFRICAN COMMISSION ON HUMAN AND PEOPLE'S RIGHTS. Republic of Togo: Periodic Report 6th, 7th & 8th, 2011 – 2016. **State Reports**, 26 mar. 2018, para. 702. Disponível em: https://achpr.au.int/en/state-reports/republic-togo-periodic-report-6th-7th-8th-2011-2016; AFRICAN COMMISSION ON HUMAN AND PEOPLE'S RIGHTS. Concluding Observations and Recommendations - Togo: Periodic Report 6th, 7th & 8th, 2011 – 2016. **31st Extraordinary Session**, 13-25 fev. 2021, para. 13(ii). Disponível em: https://achpr.au.int/en/state-reports/togo-periodic-report-6th-7th-8th-2011-2016.

[311] AFRICAN COMMISSION ON HUMAN AND PEOPLE'S RIGHTS. Final Communiqué of the Consultative Technical Meeting towards Commissioning a Study on "HIV, the Law and Human Rights in the African Human Rights System: Key Challenges, Best Practices and Opportunities for Rights-based Responses to HIV". 7 June 2014, para 9. Disponível em: https://achpr.au.int/en/news/final-communiques/2014-06-12/final-communique-consultative-technical-meeting-towards. Práticas culturais e religiosas prejudiciais no contexto do HIV incluem casamento infantil e mutilação genital feminina. A mutilação põe meninas em situações de vulnerabilidade por expô-las ao sangramento e instrumentos não-esterilizados, além de aumentar as chances de herpes. O casamento infantil normalmente envolve que as meninas não tenham acesso a contraceptivos e não possam negociar para ter sexo seguro. O estudo aponta que mesmo em locais onde essas práticas já são ilegais, muitas meninas e mulheres relatam não estarem dispostas a se opor a essas práticas por motivos religiosos ou culturais ou porque se sentem forçadas a cumpri-los por medo de recriminação. Ver em AFRICAN COMMISSION ON HUMAN AND PEOPLE'S RIGHTS. HIV, the Law and Human Rights in the African Human Rights System: Key Challenges and Opportunities for Rights-based Responses. **Report on the Study of the African Commission on Human and Peoples' Rights**, 31 jan. 2018, para. 81-83. Disponível em: https://www.unaids.org/en/resources/documents/2018/HIV_Law_AfricanHumanRightsSystem.

[312] AFRICAN COMMISSION ON HUMAN AND PEOPLE'S RIGHTS. Activity Report of Commissioners: Commissioner Julienne Ondziel-Gnelenga (Item 7b) 29th Ordinary Session Tripoli, Libya. **DOC/OS(XXIX)/217/5**, 23 abr. - 7 mai. 2001, p. 6.

[313] AFRICAN COMMISSION ON HUMAN AND PEOPLE'S RIGHTS. Concluding Observations and Recommendations on the Second and Combined Periodic Report of the Republic of Mozambique on the Implementation of the African Charter on Human and Peoples' Rights (1999–2010). 28 February 2015, para. 61.

[314] MURRAY, 2019, p. 262.

[315] AFRICAN COMMISSION ON HUMAN AND PEOPLE'S RIGHTS. Curtis Francis Doebbler v. Sudan. **Communication 236/00**, 4 mai. 2003, para. 41.

[316] MURRAY, 2019, p. 263.

patrocinada pelo Estado" (tradução minha)[317]. Outras punições foram consideradas como contrárias a Carta, mesmo que sem menção direta ao artigo 8, como a amputação de um braço por roubo, prisão por consumo de álcool por mulheres em locais públicos, a prisão de meninas por incesto e por gravidez fora do casamento, bem como apedrejamento e chicotadas[318], especialmente quando realizadas contra pessoas marginalizadas. Ainda, a Comissão decidiu que é fundamentalmente injusto que as leis religiosas sejam aplicadas contra não adeptos da religião, "os tribunais que aplicam somente a *Sharia* não são, portanto, competentes para julgar não-muçulmanos, e todos devem ter o direito de serem julgados por um tribunal secular se assim desejarem" (tradução minha)[319].

Destaca-se, ainda, casos no sistema africano de violações à liberdade religiosa em ocasiões que indivíduos são perseguidos por causa de sua fé. Por exemplo, no caso *Amnesty International, Comité Loosli Bachelard, Lawyers' Committee for Human Rights, Association of Members of the Episcopal Conference of East Africa v. Sudan*, alegou-se que não-muçulmanos eram perseguidos para serem convertidos ao islamismo. A Comissão considerou que o artigo 8 foi violado. As violações incluíam não ter o direito de pregar e de construir igrejas, restrições à liberdade de expressão na mídia nacional, assédio a membros do clérigo cristão, prisões arbitrárias de cristãos, expulsões, opressão e negação de acesso ao trabalho, educação e ajuda alimentar[320]. A Comissão constatou que "esses ataques a indivíduos por causa de sua convicção religiosa restringem consideravelmente sua capacidade de praticar livremente a religião que professam" (tradução minha)[321]. Além disso, a Comissão tem com frequência

---

[317] AFRICAN COMMISSION ON HUMAN AND PEOPLE'S RIGHTS. Curtis Francis Doebbler v. Sudan. **Communication 236/00**, 4 mai. 2003, para. 42. No original: "*State sponsored torture*".

[318] MURRAY, 2019, p. 263; AFRICAN COMMISSION ON HUMAN AND PEOPLE'S RIGHTS. Activity Report of Commissioners: Commissioner Julienne Ondziel-Gnelenga (Item 7b) 29th Ordinary Session Tripoli, Libya. **DOC/OS(XXIX)/217/5**, 23 abr. - 7 mai. 2001; AFRICAN COMMISSION ON HUMAN AND PEOPLE'S RIGHTS. Concluding Observations and Recommendations on the 4th and 5th Periodic Report of the Republic of Sudan. 2008-2012, para. 8.

[319] AFRICAN COMMISSION ON HUMAN AND PEOPLE'S RIGHTS. Amnesty International, Comité Loosli Bachelard, Lawyers' Committee for Human Rights, Association of Members of the Episcopal Conference of East Africa v. Sudan. **Communications 48/90-50/91-52/91-89/93**, 15 nov. 1999, para 73. No original: "*Tribunals that apply 14 only Shari'a are thus not competent to judge non-Muslims, and everyone should have the right to be tried by a secular court if they wish*."

[320] AFRICAN COMMISSION ON HUMAN AND PEOPLE'S RIGHTS. Amnesty International, Comité Loosli Bachelard, Lawyers' Committee for Human Rights, Association of Members of the Episcopal Conference of East Africa v. Sudan. **Communications 48/90-50/91-52/91-89/93**, 15 nov. 1999, para. 74, 76.

[321] AFRICAN COMMISSION ON HUMAN AND PEOPLE'S RIGHTS. Amnesty International, Comité Loosli Bachelard, Lawyers' Committee for Human Rights, Association of Members of the Episcopal Conference of East Africa v. Sudan. **Communications 48/90-50/91-52/91-89/93**, 15 nov. 1999, para. 76. No original: "*these attacks on individuals on account of their religious persuasion considerably restrict their ability to practice freely the religion to which they subscribe*."

condenado atos terroristas motivados por ódio religioso[322]. Violações a respeito da liberdade religiosa também são encontradas no contexto do artigo 2 da Carta Africana, como quando em *Open Society Justice Initiative v. Côte d'Ivoire* a Comissão Africana concluiu houve discriminação em relação à origem étnica e convicção religiosa muçulmana[323].

Desse modo, apesar da redação do artigo 8 da Carta Africana se diferenciar das disposições de outros instrumentos universais e regionais, a prática aponta para um caminho semelhante em relação ao entendimento do escopo de proteção da liberdade religiosa. O sistema africano destaca-se por ter que enfrentar questões que demonstram o quanto a religião está intrinsecamente relacionada à esfera pública no continente, algo distante do secularismo que a Europa tem se aproximado, por exemplo. Ainda assim, há similaridade entre os principais elementos do direito humano e as disposições de outros tratados a nível universal e regional, como por exemplo as dimensões de *forum internum* e *externum*, a manifestação religiosa poder ser privada ou em comunidade, os requisitos estritos para limitação da manifestação religiosa, entre outros.

1.2.4 Carta Árabe de Direitos Humanos

A Carta Árabe de Direitos Humanos é um tratado elaborado pela Comissão Árabe de Direitos Humanos, no âmbito da Liga dos Estados Árabes, organização regional do mundo árabe que inclui Estados do norte da África, África oriental e Ásia ocidental. Sua primeira versão foi aprovada em 1994, mas recebeu apenas uma assinatura e nenhuma ratificação.

Uma nova versão foi apresentada em 2004[324] que, por sua vez, entrou em vigor em 2008[325]. Para essa versão, a Comissão Árabe aceitou a sugestão do Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos de que fosse feita por um Comitê de Experts, com a consideração de que a versão do Comitê fosse apresentada à Comissão Árabe como uma recomendação. O

---

[322] Ver, por exemplo, AFRICAN COMMISSION ON HUMAN AND PEOPLE'S RIGHTS. Resolution on the Human Rights Situation in Federal Republic of Nigeria. **ACHPR/Res.214**, 2 mai. 2012; AFRICAN COMMISSION ON HUMAN AND PEOPLE'S RIGHTS. Press release on the atrocities committed by Boko Haram. 22 jan. 2015; AFRICAN COMMISSION ON HUMAN AND PEOPLE'S RIGHTS. Resolution on terrorist acts in the Republic of Kenya. **ACHPR/Res.302 (LVI)**, 7 mai. 2015.

[323] AFRICAN COMMISSION ON HUMAN AND PEOPLE'S RIGHTS. Open Society Justice Initiative v. Côte d'Ivoire. **Communication 318/06**, 27 mai. 2016

[324] RISHMAWI, Mervat. Arab Charter on Human Rights (2004). **Max Planck Encyclopedia of Public International Law**, jun 2008, para. 1-2.

[325] UNIVERSITY OF MELBOURNE. Emerging Arab States Human Rights Mechanisms. **Library Guides**, last updated 26 set. 2023. Disponível em: https://unimelb.libguides.com/c.php?g=928011&p=6704321.

Comitê foi estabelecido, consistindo em cinco membros dos organismos de tratado da ONU, todos de países árabes[326].

Em seu trabalho de redação, o Comitê considerou os instrumentos internacionais de direitos humanos, como os dois pactos de 1966, até porque muitos Estados árabes já haviam ratificado tais instrumentos[327]. A Carta aborda direitos ligados à liberdade religiosa em seus artigos 3(1)[328], 4(1) e (2)[329], 25[330] e 30 e 34[331], com destaque para o 30, que a elenca do seguinte modo:

> Artigo 30
> 1. Todos têm o direito à liberdade de pensamento, consciência e religião e nenhuma restrição pode ser imposta ao exercício de tais liberdades, exceto conforme previsto em lei.
> 2. A liberdade de manifestar sua religião ou crenças ou de realizar observâncias religiosas, seja sozinho ou em comunidade com outros, estará sujeita apenas às limitações prescritas por lei e que sejam necessárias em uma sociedade tolerante que respeite os direitos humanos e as liberdades para a proteção da segurança pública, da ordem pública, da saúde ou da moral públicas ou dos direitos e liberdades fundamentais de outros.
> 3. Os pais ou responsáveis têm a liberdade de prover a educação religiosa e moral de seus filhos.

Mais uma vez é possível observar a redação em certa medida semelhante à de outros dispositivos internacionais. Contudo, na Carta Árabe destaca-se a possibilidade de restrição prevista em lei à liberdade de pensamento, consciência e religião, conforme o parágrafo 1. Desse modo, apesar dos fortes protestos do Comitê de Experts contra essa limitação, o texto

---

[326] RISHMAWI, 2008, para. 3.
[327] RISHMAWI, 2008, para. 5-6.
[328] *In verbis*: Cada Estado parte da presente Carta se compromete a garantir a todos os indivíduos sujeitos à sua jurisdição o direito de desfrutar dos direitos e liberdades aqui estabelecidos, sem distinção de raça, cor, sexo, idioma, crença religiosa, opinião, pensamento, origem nacional ou social, riqueza, nascimento ou deficiência física ou mental.
[329] *In verbis*: 1. Em situações excepcionais de emergência que ameacem a vida da nação e cuja existência seja oficialmente proclamada, os Estados partes da presente Carta poderão tomar medidas que derroguem suas obrigações nos termos da presente Carta, na medida estritamente exigida pelas necessidades da situação, desde que tais medidas não sejam inconsistentes com suas outras obrigações nos termos do direito internacional e não envolvam discriminação apenas com base em raça, cor, sexo, idioma, religião ou origem social. 2. Em situações excepcionais de emergência, nenhuma derrogação deverá ser feita aos seguintes artigos: artigo 5, artigo 8, artigo 9, artigo 10, artigo 13, artigo 14, parágrafo 6, artigo 15, artigo 18, artigo 19, artigo 20, artigo 22, artigo 27, artigo 28, artigo 29 e artigo 30. Além disso, as garantias judiciais necessárias para a proteção dos direitos acima mencionados não podem ser suspensas.
[330] *In verbis*: Não se deve negar às pessoas pertencentes a minorias o direito de desfrutar de sua própria cultura, de usar seu próprio idioma e de praticar sua própria religião. O exercício desses direitos deve ser regido por lei.
[331] *In verbis*: O direito ao trabalho é um direito natural de todo cidadão. O Estado deve se esforçar para oferecer, na medida do possível, um emprego para o maior número de pessoas dispostas a trabalhar, garantindo a produção, a liberdade de escolha do trabalho e a igualdade de oportunidades, sem discriminação de qualquer tipo com base em raça, cor, sexo, religião, idioma, opinião política, filiação a um sindicato, nacionalidade, origem social, deficiência ou qualquer outra situação.

adotado pela Comissão Árabe considera que não há uma dimensão desse direito que seja considerada absoluta[332].

Além disso, outro ponto fraco em relação à iniciativa da Liga Árabe é a falta de um mecanismo de *enforcement*. Não há um mecanismo como o dos sistemas regionais, em que um Estado parte ou indivíduo possa peticionar em casos de violações da Carta[333].

Há apenas o Comitê Árabe de Direitos Humanos, que recebe e analisa os relatórios dos Estados, a serem apresentados a cada três anos, e faz as recomendações que julgar apropriadas[334]. A falta de um mecanismo de *enforcement* dificulta na compreensão do que está no escopo de proteção da liberdade religiosa no mundo árabe, especialmente ao considerar o contexto político e religioso, no qual a maior parte dos Estados possui não apenas religião oficial, o que, por si só, não é necessariamente um empecilho para liberdade religiosa, mas também legislações como leis contra blasfêmia, apostasia e conversões, que dificultam a vivência de determinados grupos religiosos[335].

O processo de redação dos instrumentos internacionais ajuda a trazer luz sobre o assunto. Na elaboração da DUDH, o representante da Arábia Saudita, com apoio da Síria e do Iraque, criticou a redação da declaração por refletir principalmente valores ocidentais e requisitou a exclusão da referência à liberdade de mudar de religião no artigo 18 da Declaração. Mesmo com as objeções, a DUDH foi adotada com a linguagem originalmente proposta em relação à liberdade religiosa. Apesar disso, oito Estados islâmicos votaram a favor da declaração – Afeganistão, Egito, Irã, Iraque, Líbano, Paquistão, Síria e Turquia –, com apenas a Arábia Saudita abstendo-se da votação[336].

Na elaboração do PIDCP, novamente Estados árabes como a Arábia Saudita, Iêmen e Afeganistão pressionaram para que o direito de mudar de religião fosse retirado, considerando o contexto de atividades missionárias indesejadas e o fato da lei islâmica punir o abandono do

---

[332] RISHMAWI, 2008, para. 47.

[333] AMIN AL-MIDANI, Mohammed; CABANETTES, Mathilde. Arab Charter on Human Rights 2004. **Boston University International Law Journal**, vol. 24, no. 2, 2006, p. 149.

[334] INTERNATIONAL JUSTICE RESOURCE CENTER. Middle East and North Africa. Disponível em: https://ijrcenter.org/regional/middle-east-and-north-africa/.

[335] VILLA, Virginia. Four-in-ten countries and territories worldwide had blasphemy laws in 2019. **Pew Research Center**, 25 jan. 2022. Disponível em: https://www.pewresearch.org/fact-tank/2022/01/25/four-in-ten-countries-and-territories-worldwide-had-blasphemy-laws-in-2019-2/. Ver OLIVEIRA, Mariana Gouvea de. Um Paralelo da Posição da ONU em Relação às Leis de Blasfêmia e às Leis de Discurso de Ódio: Desafios Atuais em Relação à Liberdade de Expressão Religiosa. **Anais do VI Encontro Virtual do CONPEDI**: Direito Internacional dos Direitos Humanos II, 2023. Disponível em: http://site.conpedi.org.br/publicacoes/4k6wgq8v/892359e8.

[336] MAHMOUDI, Said. Islamic Approach to International Law. **Max Planck Encyclopedia of Public International Law**, fev. 2019, para. 60; BIELEFELDT; HERCOCK-GHANEA; WIENER, 2016, p. 56-57; UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. Draft international declaration of human rights. **UN Doc A/C.3/SR.127**, 9 nov. 1948, p. 403-404. Disponível em: https://undocs.org/A/C.3/SR.127.

islã. Ao invés da exclusão completa, a linguagem do artigo foi modificada para "liberdade de ter ou adotar uma religião ou uma crença de sua escolha", a mesma adotada na Declaração de 1981, o que explica a diferença das redações do PIDCP e da DUDH[337]. Contudo, a discriminação religiosa continua a ocorrer mesmo que os documentos internacionais relevantes sobre direitos humanos tenham sido formulados com a devida consideração a certas exigências dos países islâmicos[338].

Assim, a Carta Árabe, como um documento que adota os valores do islamismo, como explícito em seu preâmbulo, prevê certo grau de liberdade religiosa, como reflexo do princípio islâmico de não-compulsão na religião, mas, ao mesmo tempo, tem uma visão mais restrita do significado dela e, por isso, em sua redação não menciona a liberdade de mudar de religião e inclui a possibilidade de restrição legal em qualquer dos seus aspectos[339]. Tal redação é compreendida quando vista no contexto da preparação de outros documentos internacionais como a DUDH e o PIDCP, com a posição da delegação da Arábia Saudita como ilustrativa nesse sentido: "destacar o direito de mudar de crença poderia não apenas perturbar as suscetibilidades religiosas, mas também – o que é muito pior – poderia ser interpretado como uma forma de dar rédea solta aos missionários e proselitistas" (tradução minha)[340].

1.2.5 Declaração de Direitos Humanos da Associação das Nações do Sudeste Asiático

[337] MAHMOUDI, 2019, para. 61; BIELEFELDT; HERCOCK-GHANEA; WIENER, 2016, p. 57; PARTSCH, K. J. Freedom of conscience and expression, and political freedoms. *In*: HENKIN, L. (ed.). **The International Bill of Rights**: The Covenant on Civil and Political Rights. New York: Columbia University Press, 1981, p. 207; MAO, Junxiang; GADY, Ammar Ahmad Ahmad. Arab Charter on Human Rights & International Conventions. **Beijing Law Review**, vol. 12, no. 2, jun. 2021, p. 428-431; UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. Draft first international covenant on human rights and measures of implementation. **UN Doc A/C.3/SR.289**, 19 out. 1950, para. 40-47. Disponível em: https://www.ohchr.org/Documents/Issues/Expression/ICCPR/AC.3.SR.289.pdf; UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. Draft International Convenants on Human Rights. **UN Doc A/C.3/SR.1022**, 15 nov. 1960, para. 4-5. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/781190?ln=; UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. Draft International Convenants on Human Rights. **UN Doc A/C.3/SR.1023**, 15 nov. 1960, para. 12. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/863163?ln=en; UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. Draft International Convenants on Human Rights. **UN Doc A/C.3/SR.571**, 2 nov. 1954, para. 45. Disponível em: https://undocs.org/A/C.3/SR.571.

[338] MAHMOUDI, 2019, para. 100.

[339] MAO; GADY, 2021, p. 429-431; AL-FATLAWI, Suhail Hussein. Religious Freedom in International Human Rights Law and the Phenomenon of Fanaticism in the Arab Countries. **Journal of Law, Policy and Globalization**, vol. 42, 2015, p. 111-112.

[340] UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. Draft international covenant on human rights and measures of implementation. **UN Doc A/C.3/SR.367**, 12 dez. 1951, para 41. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/732504?ln=es. No original: "*To single out the right to change beliefs might not only ruffle religious susceptibilities but — far worse — might be interpreted as giving missionaries and proselytizers a free rein*".

Por fim, apesar da Ásia não possuir um sistema regional de direitos humanos, algumas iniciativas regionais têm chamado atenção internacional. Importante destacar que a variedade e a complexidade dos mais de quarenta países da Ásia, maior continente em área e população, tornam qualquer generalização política, econômica ou cultural significativa impossível[341]. Segundo o *Pew Research Center*, a metade dos países com maior diversidade religiosa está na região da Ásia-Pacífico, com 24% de muçulmanos, 25% de hindus, 12% de budistas, 9% de adeptos de religiões populares, 7% de cristãos e 21% de não afiliados entre sua população[342].

As tentativas de compreender as diferentes abordagens dos direitos humanos na Ásia frequentemente incluem referências a argumentos apresentados para justificar o excepcionalismo asiático nesse campo, como o argumento de que os valores asiáticos são diferentes dos valores ocidentais que inspiram as normas internacionais de direitos humanos atuais[343]. Os valores asiáticos incluem, por exemplo: privilegiar a nação e a comunidade em detrimento do indivíduo; enfatizar o consenso em detrimento do conflito; exigir harmonia social e respeito à autoridade; e priorizar a lei, a ordem social e a segurança em detrimento dos direitos civis e políticos individuais[344]. Mesmo com a diferença de valores, isso não tem prevenido diversos países asiáticos de ratificar os principais tratados de direitos humanos. Outro argumento comum é o da soberania, utilizado particularmente pela China[345], isto é, que a consideração das condições internas de direitos humanos é uma interferência inadequada em questões que estão essencialmente dentro da jurisdição interna de qualquer Estado[346].

De todo modo, é válido analisar as iniciativas de elaboração de documentos de direitos humanos na região. As instituições sub-regionais asiáticas que têm endereçado tais questões tendem a se basear em declarações *soft law*, e não oferecem acesso individual direto a nenhuma forma de mecanismo de reclamação[347]. A mais desenvolvida delas em relação aos direitos

---

[341] HANNUM, Hurst. Part II Specialized Branches of International Law in Asia and the Pacific, 6 Human Rights. *In*: CHESTERMAN, Simon; OWADA, Hisashi; SAUL, Ben (eds.). **The Oxford Handbook of International Law in Asia and the Pacific**. Oxford Scholarly Authorities on International Law, 4 set. 2019, p. 124.

[342] PEW RESEARCH CENTRE. Global Religious Diversity. **Report**, 4 abr. 2014. Disponível em: https://www.pewresearch.org/religion/2014/04/04/global-religious-diversity/.

[343] HANNUM, 2019, p. 132; NEO, Jaclyn L. Realizing the Right to Freedom of Thought, Conscience and Religion: The Limited Normative Force of the ASEAN Human Rights Declaration. **Human Rights Law Review**, vol. 17, no. 4, dez. 2017, p. 734.

[344] HANNUM, 2019, p. 133; NEO, 2017, p. 734. Ver SAUL, Ben; MOWBRAY, Jacqueline; BAGHOOMIANS, Irene. Resistance to Human Rights Cooperation in the Asia-Pacific: Demythologizing Regional Exceptionalism by Learning from the Americas, Europe and Africa. *In*: NASU, Hitoshi; SAUL, Ben (eds). **Human Rights in the Asia-Pacific Region**. Routledge, 2011.

[345] Para ver como a regulação das atividades religiosas na China não estão de acordo com a normativa internacional, veja JIE, Yu. Safeguarding Our Religious Freedom. **Chinese Law & Religion Monitor**, vol. 2, no. 2, jul. – dez. 2006, p. 40-45.

[346] HANNUM, 2019, p. 134; NEO, 2017, p. 735, 747-750.

[347] HANNUM, 2019, p. 127; NEO, 2017, p. 730.

humanos é a Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), com 10 Estados membros[348], que possui sob seus auspícios a Comissão Intergovernamental de Direitos Humanos, organismo consultivo criado em 2009, primeiro organismo regional de direitos humanos na Ásia[349]. A Comissão não possui poder de *enforcement*, *compliance* e tampouco mandato para receber reclamações[350].

Em 2012, os chefes de Estado adotaram a Declaração de Direitos Humanos da ASEAN, redigida pela Comissão. A Declaração foi vista por alguns como a precursora de um tratado para a região e, por outros, com olhar crítico aos seus dispositivos que balanceiam direitos com responsabilidade (artigo 6[351]), destacam o respeito aos contextos culturais diferentes (artigo 7[352]) e estabelecem uma cláusula de limitação mais ampla do que a dos instrumentos universais (artigo 8[353]), que podem apontar para uma relativização da universalidade dos direitos humanos[354]. A Declaração aborda direitos relacionados à liberdade religiosa nos artigos 2[355], 7[356], 22 e 31(3)[357], com destaque ao 22, que a elenca do seguinte modo: "Toda pessoa tem o

---

[348] Brunei, Camboja, Indonésia, Laos, Malásia, Mianmar, Filipinas, Singapura, Tailândia e Vietnã. ASSOCIATION OF SOUTHEAST ASIAN NATIONS. ASEAN Member States. Disponível em: https://asean.org/member-states/.

[349] HANNUM, 2019, p. 128; NEO, 2017, p. 733. Ver ASSOCIATION OF SOUTHEAST ASIAN NATIONS. Major Sectoral Bodies/Committees. Disponível em: https://asean.org/our-communities/asean-political-security-community/rules-based-people-oriented-people-centred/human-rights/; ASEAN INTERGOVENMNETAL COMMISSION ON HUMAN RIGHTS. About AICHR. Disponível em: https://aichr.org/about-aichr-2/.

[350] NEO, 2017, p. 733-734.

[351] *In verbis*: O gozo dos direitos humanos e das liberdades fundamentais deve ser equilibrado com o cumprimento dos deveres correspondentes, pois cada pessoa tem responsabilidades para com todos os outros indivíduos, a comunidade e a sociedade em que vive. Em última análise, é responsabilidade primária de todos os Estados Membros da ASEAN promover e proteger todos os direitos humanos e liberdades fundamentais.

[352] *In verbis*: Todos os direitos humanos são universais, indivisíveis, interdependentes e inter-relacionados. Todos os direitos humanos e liberdades fundamentais desta Declaração devem ser tratados de forma justa e igualitária, em pé de igualdade e com a mesma ênfase. Ao mesmo tempo, a realização dos direitos humanos deve ser considerada no contexto regional e nacional, levando em conta os diferentes contextos políticos, econômicos, legais, sociais, culturais, históricos e religiosos.

[353] *In verbis*: Os direitos humanos e as liberdades fundamentais de toda pessoa devem ser exercidos com a devida consideração aos direitos humanos e às liberdades fundamentais de outras pessoas. O exercício dos direitos humanos e das liberdades fundamentais estará sujeito apenas às limitações determinadas por lei, exclusivamente com o objetivo de assegurar o devido reconhecimento dos direitos humanos e das liberdades fundamentais de terceiros e para atender às exigências justas de segurança nacional, ordem pública, saúde pública, segurança pública, moralidade pública, bem como o bem-estar geral dos povos em uma sociedade democrática.

[354] HANNUM, 2019, p. 129; NEO, 2017, p. 730, 732, 749.

[355] *In verbis*: Todas as pessoas têm direito aos direitos e liberdades aqui estabelecidos, sem distinção de qualquer espécie, como raça, sexo, idade, idioma, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, situação econômica, nascimento, deficiência ou outra condição.

[356] *In verbis*: Todos os direitos humanos são universais, indivisíveis, interdependentes e inter-relacionados. Todos os direitos humanos e liberdades fundamentais desta Declaração devem ser tratados de forma justa e igualitária, em pé de igualdade e com a mesma ênfase. Ao mesmo tempo, a realização dos direitos humanos deve ser considerada no contexto regional e nacional, levando em conta os diferentes contextos políticos, econômicos, legais, sociais, culturais, históricos e religiosos.

[357] *In verbis*: A educação deve ser direcionada para o pleno desenvolvimento da personalidade humana e para o senso de sua dignidade. A educação deve fortalecer o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais nos Estados Membros da ASEAN. Além disso, a educação deve permitir que todas as pessoas participem

direito à liberdade de pensamento, consciência e religião. Todas as formas de intolerância, discriminação e incitação ao ódio com base em religião e crenças devem ser eliminadas".

Os críticos apontam que o dispositivo omite a liberdade de ter ou adotar uma religião a sua escolha e a liberdade de manifestar a religião, individualmente ou em comunidade, em público ou em privado. O direito de praticar a religião havia sido incluído em uma versão anterior da Declaração, mas foi removido. Assim, artigo 22 reconhece efetivamente apenas o aspecto interno da religião ou crença[358]. Outra crítica é a de que a Declaração dá margem para que os Estados conceituem os direitos como subordinados aos seus interesses, ao balanceá-los com deveres e com o contexto cultural, e não como reivindicações legítimas contra o Estado[359].

Jaclyn Neo explica que a liberdade de religião é um direito particularmente controverso na região da ASEAN, onde há uma grande diversidade religiosa e uma variedade de modos de relação entre Estado e religião, o que dificulta a construção de um consenso regional[360]. Por exemplo, a autora discute as realidades da Malásia, Brunei, Mianmar e Indonésia como Estados com uma maioria religiosa dominante que tende a ser favorecida em detrimento de minorias religiosas marginalizadas. Exemplos da visão altamente restrita do alcance do escopo da liberdade religiosa são a restrição a conversões e criminalização do que o Estado considera como visão religiosa herética[361]. Ressalta-se que o estabelecimento de uma religião como privilegiada ou oficial do Estado não necessariamente implica, por si só, em rejeição do núcleo normativo da liberdade religiosa[362]. Como notado pelo Comitê de Direitos Humanos, o ponto central é garantir que esse estabelecimento "não resulte em qualquer prejuízo das liberdades previstas no artigo 18 ou em quaisquer outros direitos reconhecidos no Pacto, nem em qualquer discriminação contra pessoas que não aceitem a ideologia oficial ou que se oponham a ela" (tradução minha)[363].

---

efetivamente de suas respectivas sociedades, promova a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais e religiosos e aprimore as atividades da ASEAN para a manutenção da paz.

[358] NEO, 2017, p. 731. Ver CLARKE, Gerard. The Evolving ASEAN Human Rights System: The ASEAN Human Rights Declaration of 2012. **Northwestern University Journal of International Human Rights**, vol. 11, no. 1, 2012, p. 14-19.

[359] NEO, 2017, p. 747-749.

[360] NEO, 2017, p. 731-732, 736-739.

[361] NEO, 2017, p. 741-745.

[362] NEO, 2017, p. 746.

[363] HUMAN RIGHTS COMMITTEE. General Comment no. 22. **UN Doc CCPR/C/21/Rev.1/Add.4**, 27 set. 1993, para. 9. Disponível em: https://undocs.org/CCPR/C/21/Rev.1/Add.4. No original: "*The fact that a religion is recognized as a state religion or that it is established as official or traditional or that its followers comprise the majority of the population, shall not result in any impairment of the enjoyment of any of the rights under the Covenant, including articles 18 and 27, nor in any discrimination against adherents to other religions or non-believers.*"

Ao mesmo tempo, a existência do documento aponta, no mínimo, para o fato de que os membros da ASEAN não podem mais simplesmente denunciar os direitos humanos como uma imposição do Ocidente. Como outros instrumentos regionais, a Declaração faz menção a instrumentos universais em seu preâmbulo, como a DUDH, e guarda certa semelhança na linguagem, o que pode auxiliar na conciliação dos níveis universal-regional. Neo aponta que há algumas evidências de que os redatores pretendiam atender aos padrões da DUDH, ao mesmo tempo em que reconheciam devidamente os contextos específicos dos Estados da ASEAN[364]. Ora, documentos regionais não existem em um vácuo, mas estão inseridos na estrutura das normas universais e são influenciados pelo seu conteúdo, especialmente quando há um compromisso explícito com elas[365].

Nesse contexto, é válido ater-se às influências do artigo 7 da Declaração da ASEAN, que afirma o seguinte:

> Todos os direitos humanos são universais, indivisíveis, interdependentes e inter-relacionados. Todos os direitos humanos e liberdades fundamentais desta Declaração devem ser tratados de forma justa e igualitária, em pé de igualdade e com a mesma ênfase. **Ao mesmo tempo**, a realização dos direitos humanos deve ser considerada no contexto regional e nacional, levando em conta os diferentes contextos políticos, econômicos, legais, sociais, culturais, históricos e religiosos. (Destaque meu)

A linguagem da Declaração da ASEAN remete a outros dois documentos internacionais[366]: a Declaração de Bangkok (1993)[367] e a Declaração de Viena (1993)[368]. A Declaração de Viena marca a conclusão da Conferência Mundial sobre Direitos Humanos, ponto culminante de um longo processo de revisão e debate sobre a situação dos mecanismos de direitos humanos no mundo[369]. Antes do início da Conferência, representantes de 34 países asiáticos se encontraram em Bangkok para redigir uma declaração sobre a posição da região em relação aos direitos humanos, com a China desempenhando um papel de liderança na formulação, que ponderou a ideia de que os direitos humanos eram universais[370]. A Declaração de Bangkok diz, em seu artigo 8, que:

---

[364] NEO, 2017, p. 735. Ver RENSHAW, Catherine Shanahan. The ASEAN Human Rights Declaration 2012. **Human Rights Law Review**, vol. 13, no. 3, 2013, p. 559

[365] NEO, 2017, p. 750.

[366] RENSHAW, 2013, p. 567-568.

[367] WORLD CONFERENCE ON HUMAN RIGHTS. The Bangkok Declaration. Regional Meeting for Asia, 29 mar. – 2 abr. 1993. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000096128.

[368] UNITED NATIONS. Vienna Declaration and Programme of Action. 25 jun. 1993. Disponível em: https://www.ohchr.org/en/instruments-mechanisms/instruments/vienna-declaration-and-programme-action.

[369] UNITED NATIONS. World Conference on Human Rights, Vienna, 1993. Disponível em: https://www.ohchr.org/en/about-us/history/vienna-declaration.

[370] AMNESTY INTERNATIONAL. The Bangkok and Vienna Declarations. **What China Says, What China Means and What this Means for Human Rights**. Disponível em: https://whatchinasays.org/key-events/the-bangkok-and-vienna-declarations/.

> **Embora** os direitos humanos sejam universais por natureza, eles devem ser considerados no contexto de um processo dinâmico e em evolução de estabelecimento de normas internacionais, levando em conta a importância das particularidades nacionais e regionais e os diversos antecedentes históricos, culturais e religiosos. (Destaque meu)

Por isso, ela foi reconhecida como um engajamento opositor à lógica da universalidade dos direitos humanos[371]. A palavra na Declaração de Bangkok que incomodou muito os ativistas de direitos humanos e líderes ocidentais na época foi "embora". Após negociações, na Declaração de Viena o qualificativo "embora" foi colocado em relação à reivindicação de particularismo, e não à reivindicação de universalismo, dando o efeito de que apesar dos contextos particulares que devem ser levados em conta, é o dever do Estado promover e proteger os direitos humanos[372], como pode ser visto em seu artigo 5:

> Todos os direitos humanos são universais, indivisíveis, interdependentes e inter-relacionados. A comunidade internacional deve tratar os direitos humanos globalmente de maneira justa e igualitária, em pé de igualdade e com a mesma ênfase. **Embora** a importância das particularidades nacionais e regionais e dos diversos antecedentes históricos, culturais e religiosos deva ser levada em conta, é dever dos Estados, independentemente de seus sistemas políticos, econômicos e culturais, promover e proteger todos os direitos humanos e liberdades fundamentais. (Destaque meu)

O artigo 7 da Declaração da ASEAN, portanto, é mais bem lido como um meio-termo entre as Declarações de Bangkok e de Viena, pois chama a atenção para o fato de que os diferentes contextos políticos, econômicos, legais, sociais, culturais, históricos e religiosos devem ser levados em consideração, mas, pelo menos a princípio, não permite que os Estados se submetam às particularidades do contexto na realização dos direitos[373].

De todo modo, persiste o desafio de ainda não haver uma indicação clara da ASEAN como órgão regional com relação ao conteúdo da liberdade religiosa em específico e, portanto, há pouco entendimento sobre qual padrão mínimo os países precisam cumprir de acordo com o artigo 22[374]. Isso pode estar próximo de mudar, considerando que o tratamento dos muçulmanos rohingyas em Mianmar, um dos Estados membros, tem começado a criar tensões na associação,

---

[371] NEO, 2017, p. 734.
[372] RENSHAW, 2013, p. 568-569.
[373] RENSHAW, 2013, p. 569.
[374] NEO, 2017, p. 745.

mesmo em face do usual princípio de não-intervenção da ASEAN[375], bem como as recentes iniciativas de discussões sobre a aplicação da liberdade religiosa na região[376].

1.3 **Avaliação do conteúdo normativo comum da liberdade de religião ou crença e sua relação com os crimes internacionais de intenção discriminatória**

Após a análise do quadro de normas internacionais que tratam sobre liberdade religiosa, é possível compreender seu conteúdo normativo. Se, por um lado, as normativas universais e regionais sobre liberdade religiosa guardam elementos em comum, por outro, há também diferenças notáveis na abordagem e prática de cada sistema de direitos humanos. Enquanto o sistema europeu preza por um entendimento de neutralidade, a ponto de receber críticas por seu secularismo demasiado e pela grande deferência à margem de apreciação dos Estados, o interamericano parece ainda não ter se debruçado tanto sobre o tema, a não ser em relação às práticas religiosas de minorias indígenas, as quais a Corte leva sua preservação em alta conta. Ao mesmo tempo, o sistema africano e outros grupos sub-regionais como a Liga Árabe e a ASEAN enfrentam a realidade de locais onde a religião e a vida pública são intrinsecamente ligadas e, por isso, grupos religiosos que não o estatal/majoritário encontram diversos limites para o exercício de sua crença.

Jaclyn L. Neo, Matthias Robbach, Thio Li-Ann e Alexander Tischbirek explicam que, de modo geral, a reposta liberal típica para o desafio da diversidade religiosa é que o Estado adote uma postura de tolerância e neutralidade, mantendo uma posição mais distante da religião,

---

[375] NEO, Jaclyn; SCHARFFS, Brett G. Religious Nationalism and Religious Freedom in Asia: Mapping Regional Trends in a Global Phenomenon. **Asian Journal of Law and Society**, vol. 8, 2021, p. 7; ASEAN INTERGOVERNMENTAL COMMISSION ON HUMAN RIGHTS. The ASEAN Intergovernmental Commission on Human Rights (AICHR) Annual Report 2022. **Special Meeting**, ago. 2021 – jul. 2022, para. 2.3. Disponível em: https://aichr.org/wp-content/uploads/2023/04/ADOPTED-AICHR-Annual-Report-2022-AICHR-Special-Meeting-1-2022-2.pdf; YEE, Tan Hui. Asean urges Myanmar to end violence, seek reconciliation. **The Straits Times**, 3 mar. 2021. Disponível em: https://www.straitstimes.com/asia/se-asia/asean-urges-myanmar-to-end-violence-seek-reconciliation; HUMAN RIGHTS WATCH. ASEAN: Overhaul Regional Response to Rohingya Crisis. 26 jun. 2020. Disponível em: https://www.hrw.org/news/2020/06/26/asean-overhaul-regional-response-rohingya-crisis.

[376] ASEAN INTERGOVERNMENTAL COMMISSION ON HUMAN RIGHTS. The ASEAN Intergovernmental Commission on Human Rights (AICHR) Annual Report 2020. Jul. 2019 – jun. 2020, para. 2.2(12). Disponível em: https://aichr.org/wp-content/uploads/2021/07/10-AICHR-Annual-Report-2020.pdf; ASEAN INTERGOVERNMENTAL COMMISSION ON HUMAN RIGHTS. Annual Report of the ASEAN Intergovernmental Commission on Human Rights (AICHR). Jul. 2022 – jul. 2023, para. 2.2.4. Disponível em: https://aichr.org/wp-content/uploads/2023/07/ADOPTED-Annual-Report-of-AICHR-2023.pdf.

abstendo-se de promover uma visão específica de bem comum[377], se é que isso é possível[378]. Assim, o Estado secular liberal, pelo menos em regra, não interfere em atividades religiosas e insiste na separação do Estado e da religião. Isso porque não pretende ser o árbitro da verdade religiosa ou o defensor da ortodoxia, mas busca assegurar uma estrutura de coexistência pacífica e garantir as condições necessárias para a liberdade religiosa, que se enquadra no âmbito da escolha pessoal. Portanto, a abordagem liberal é mais comprometida com a liberdade religiosa em sua dimensão negativa, e tem sido criticada por subestimar as dimensões sociais da religião. Por outro lado, a resposta não liberal à diversidade religiosa não evita a intervenção do Estado, mas por vezes endossa a regulamentação direta e aberta da religião a serviço de valores como os interesses da comunidade ou para promover uma visão específica da vida comunitária[379].

Muito pode ser dito sobre se é possível atingir tal posição de neutralidade, bem como diversas críticas podem ser feitas ao fato de que, ao privilegiar determinada visão religiosa, outros grupos religiosos podem ser, e geralmente são, marginalizados e descriminalizados. Contudo, esse não é um passo necessário para o objetivo desta dissertação, mas sim encontrar o consenso mínimo sobre o conteúdo normativo da liberdade religiosa. A análise das normativas regionais e sub-regionais de direitos humanos, ao invés de considerar apenas os dispositivos do sistema universal, é a tentativa, certamente não exaustiva, de alguma forma preencher parte dessa lacuna na discussão sobre a liberdade de crença.

Com isso em mente, pode-se reconhecer o esforço dos instrumentos universais de acomodar diversas ideias sobre a base/origem dos direitos humanos[380]. Conforme expresso pelo professor Abdullahi An-Na'im, para que os direitos humanos sejam de fato globais, é necessário ir até a percepção local, pois não se pode ditar a uma pessoa de fé que ela deve abandonar ou privatizar sua religião para abraçar os direitos humanos. É preciso compreender a percepção religiosa e cultural local e encontrar as normas comuns compartilhadas em relação à dignidade humana para alimentar uma concepção ampla de direitos, por meio da intermediação do diálogo intercultural e do envolvimento de visões de mundo além do liberalismo secular[381].

---

[377] NEO, Jaclyn L.; ROBBACH, Matthias; LI-ANN, Thio; TISCHBIREK, Alexander. Solidarity in Diversity? State Responses to Religious Diversity in Liberal and Non-Liberal Perspectives. **German Law Journal**, vol. 20, no. 7, out. 2019, p. 942.

[378] Ver, por exemplo, AHDAR, Rex. Is Secularism Neutral? **Ratio Juris**, vol. 26, no. 3, 1 ago. 2013.

[379] NEO; ROBBACH; LI-ANN; TISCHBIREK, 2019, p. 943.

[380] Ver THIO, Li-ann. The Universal Declaration of Human Rights at 60: Universality, Indivisibility and the Three Generations of Human Rights. **Singapore Academy of Law Journal**, vol. 21, no. 1, mar. 2009, para. 39; GLENDON, Mary Ann. **A World Made New**: Eleanor Roosevelt and the Universal Declaration of Human Rights. New York: Random House, 2002, p. 42.

[381] AN-NA'IM, Abdullahi Ahmed. Human Rights in the Muslim World: Socio-Political Conditions and Scriptural Imperatives - A Preliminary Inquiry. **Harvard Human Rights Journal**, vol. 3, 1990; THIO, 2009, para. 40.

Também, é preciso reconhecer que, mesmo com o foco no valor da dignidade humana de cada pessoa, os direitos humanos não requerem um compromisso com o individualismo radical, o que fica claro com sua menção à irmandade no início (artigo 1 DUDH) e à comunidade no final (artigo 29 DUDH)[382]. Uma das objeções clássicas aos direitos humanos é que eles são parciais para o lado do indivíduo e, portanto, minam valores comunitários e a solidariedade[383]. Contudo, apesar de, sim, serem direitos de cada indivíduo, não são necessariamente individualistas e ignorantes da realidade comunitária.

A liberdade religiosa é um exemplo notável nesse sentido, já que possui claras dimensões comunitárias que são protegidas nos instrumentos normativos internacionais[384], como a liberdade de manifestar a religião coletivamente (artigo 18 DUDH, artigo 18(1) PIDPC, artigo 1(1) da Declaração de 1981, artigo 9(1) Convenção Europeia, artigo 12(1) Convenção Americana e artigo 30(2) Carta Árabe; além disso, casos no sistema africano apontam o entendimento de que o artigo 8 da Carta Africana também compreende essa dimensão coletiva) e o direito de minorias religiosas professarem e praticarem sua própria crença (artigo 27 PIDCP e artigo 25 da Carta Árabe).

Especialmente em relação a esse último, destaca-se o artigo 27 no PIDCP como dispositivo que trata do direito de um indivíduo devido ao seu pertencimento a um grupo, qual seja, minoria étnica, religiosa ou linguística, e a ser desfrutado em comunidade com os demais membros do grupo. O artigo chama atenção, pois demonstra que mesmo com o novo paradigma dos direitos humanos pós Segunda Guerra Mundial, com foco no indivíduo, ainda há uma preocupação com grupos minoritários, remontando ao sistema de proteção de minorias que marcou o período entreguerras e foi precursor do atual sistema de direitos humanos[385].

Tal lógica também remonta ao aspecto de grupos religiosos serem um dos grupos protegidos pela Convenção contra o Genocídio (artigo II) e pelo Estatuto de Roma (artigo 6 e artigo 7(1)(h)) nos crimes de genocídio e perseguição. A Convenção contra o Genocídio traz disposições específicas a grupos que devem ser especialmente protegidos mesmo no contexto geral do novo paradigma de proteção aos direitos humanos, por serem grupos que o mundo assistiu ter a sua existência ameaçada, algo que não deveria ocorrer nunca mais[386]. A proibição

---

[382] THIO, 2009, para. 41, 44-45.
[383] BIELEFELDT; GHANEA; WIENER, 2016, p. 69.
[384] BIELEFELDT; GHANEA; WIENER, 2016, p. 69-70.
[385] Ver WENZEL, Nicola. Group Rights. **Max Planck Encyclopedia of Public International Law**, jan. 2011, para. 2. ALONZO-MAIZLISH, David. In Whole or In Part: Group Rights, the Intent Element of Genocide, and the "Quantitative Criterion". **New York University Law Review**, vol. 77, 2002, p. 1376.
[386] ALONZO-MAIZLISH, 2002, p. 1378; UNITED NATIONS OFFICE ON GENOCIDE PREVENTION AND THE RESPONSIBILITY TO PROTECT. **The Genocide Convention**. Disponível em: https://www.un.org/en/genocideprevention/genocide-convention.shtml.

do genocídio serve, então, como uma extensão da proteção de minorias do período entreguerras[387]. Desse modo, o sistema de direitos humanos reconhece direitos tanto a indivíduos, como a grupos.

Particularmente em relação ao genocídio, os grupos listados em rol exaustivo foram ali elencados por sua estabilidade e permanência[388]. Portanto, ao mesmo tempo que as normas internacionais reconhecem o direito de escolher a própria religião, aspecto que remete mais a individualidade da liberdade religiosa, também reconhecem que grupos religiosos existem em coesão tal que podem ser identificados. As pessoas geralmente não migram de um grupo religioso para outro com grande frequência, como se a religião fosse um *commodity* escolhido de acordo com as preferências do momento. Pelo contrário, costumam descrever a experiência religiosa em termos que denotam um compromisso vitalício[389]. É por esse nível de identificação dos grupos, e pela realidade de perseguição que ocorre mundo afora histórica e contemporaneamente, que os tratados citados elencam esse tipo de grupo no rol daqueles que devem ser protegidos[390].

Portanto, se uma das objeções é a parcialidade dos direitos humanos em relação aos valores ocidentais com seu foco no indivíduo ao invés de na comunidade, a liberdade de religião ou crença é uma ótima candidata para exibir como um direito humano pode reunir os valores de dignidade pessoal e a importância do senso comunitário, aspectos que, definitivamente, não precisam se opor um ao outro. Isso precisa ser enfatizado especialmente naqueles âmbitos regionais que tendem a analisar a liberdade de religião com mais desconfiança.

Com isso, é possível elencar os elementos da liberdade religiosa vistos nas normas analisadas. Tore Lindholm identifica oito componentes do seu núcleo normativo: (1) liberdade interna, que inclui a liberdade de ter ou adotar uma religião ou crença; (2) liberdade externa de manifestar a religião ou crença, sozinho ou coletivamente, no privado ou em público; (3) não-coerção na escolha da adoção de uma crença; (4) não-discriminação, isto é, que Estados são obrigados a respeitar e assegurar que os indivíduos em seu território não sofram discriminação de qualquer tipo, incluindo religiosa; (5) direito dos pais e tutores educarem seus filhos se acordo com as suas convicções; (6) autonomia das entidades religiosas em seus próprios

---

[387] LEMKIN, Raphaël. **Axis Rule in Occupied Europe**. Washington, DC: Carnegie Endowment, 1944, p. 79, 80-82, 85-87, 90-93; SCHABAS, William A. Groups Protected by the Genocide Convention: Conflicting Interpretations from the International Criminal Tribunal for Rwanda. **ILSA Journal of International & Comparative Law**, vol. 6, 2000, p. 376.

[388] TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA RUANDA. Prosecutor v. Akayesu. **Judgment Trial Chamber**, 2 set 1998, para. 511.

[389] BIELEFELDT; GHANEA; WIENER, 2016, p. 70-71.

[390] A discussão sobre grupos religiosos como estáveis/permanentes será abordada no capítulo 3, tópico 3.1.3 desta dissertação.

assuntos; (7) limites de possíveis restrições à liberdade de manifestação religiosa – previsão em lei, necessários para um dos propósitos legítimos listados e proporcionais ao fim almejado –; e (8) não-derrogabilidade em tempos de emergência[391].

Todos esses elementos estão presentes no âmbito universal, no PIDCP. Em relação aos sistemas regionais, o interamericano também apresenta todos os elementos, e o europeu apenas não apresenta o da não-derrogabilidade. Quanto ao africano, apesar da redação do dispositivo de liberdade religiosa apresentar poucos desses elementos, a prática da Comissão e da Corte Africana tem apontado para a adoção deles, menos a não-derrogabilidade – mas ressalta-se que não há artigo na Carta que fale sobre situações de emergência –, e ainda é incerto qual seria a posição quanto ao direito dos pais educarem os filhos de acordo com seus preceitos morais e quanto à autonomia das organizações religiosas. Quanto aos sistemas sub-regionais abordados aqui, a Carta Árabe possui os elementos expostos, mas se diferencia por possuir requisitos mais amplos para que limites possam ser impostos à liberdade religiosa e por não os restringir ao aspecto da manifestação religiosa. A Declaração da ASEAN, por sua vez, é a mais precária quanto à liberdade de crença, pois não é claro quais elementos são reconhecidos além da liberdade interna e da não-discriminação.

Portanto, em matéria de **tratados**, há consenso normativo quanto ao conteúdo da liberdade religiosa incluir liberdade interna e externa, proibição da coerção, proibição da discriminação e requisitos que precisam ser seguidos quando limites são impostos a essa liberdade.

Destaca-se que todos os instrumentos internacionais analisados mencionam a religião no dispositivo de proibição da discriminação como uma das bases que alguém não pode ser discriminado (artigo 2 DUDH, artigo 2(1) PIDCP, artigo 2(1) da Declaração de 1981, artigo 14 Convenção Europeia, artigo 1(1) Convenção Americana, artigo 2 Carta Africana, artigo 3(1) Carta Árabe, artigo 2 Declaração da ASEAN). Em conjunto, alguns também trazem a proibição da apologia ao ódio nacional, racial ou religioso que incite discriminação, hostilidade ou violência (artigo 20(2) PIDCP, artigo 13(5) Convenção Americana, artigo 22 Declaração da ASEAN). Portanto, a não-discriminação é um dos elementos centrais do conteúdo normativo da liberdade religiosa, e faz parte do conteúdo básico comum dos tratados e declaração universais e regionais mencionados.

É precisamente em face desse núcleo normativo central que as violações estudadas nesta dissertação ocorrem. Apesar dos avanços normativos internacionais após a Segunda Guerra

[391] LINDHOLM, Tore. Freedom of Religion or Belief from a Human Rights Perspective. *In*: GRAVAAS, Aage et al. (eds.). **Freedom of Belief and Christian Mission**. Regnum Edinburgh Centenary Series, vol. 3, 2014, p. 9-10.

Mundial, continuam a ocorrer graves violações ao direito humano à liberdade de crença que equivalem aos crimes internacionais de genocídio e do crime contra a humanidade de perseguição. A definição aqui adotada também segue a das normativas internacionais[392]. O genocídio ocorre quando atos são cometidos com a intenção de destruir no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso como tal; os atos incluem o homicídio, ofensas graves à integridade física ou mental, sujeição do grupo a condições de vida com vista a provocar sua destruição física, imposição de medidas destinadas a impedir nascimentos no grupo e transferência forçada de crianças do grupo[393]. A perseguição é a privação intencional e grave de direitos fundamentais em violação do direito internacional de um grupo ou coletividade que possa ser identificado, por motivos relacionados com a sua identidade, como motivos políticos, raciais, nacionais, étnicos, culturais, religiosos ou de gênero; a perseguição ocorre quando cometida no quadro de um ataque, generalizado ou sistemático, contra qualquer população civil, havendo conhecimento desse ataque[394].

Visto que a definição de ambos inclui que os atos sejam cometidos contra um grupo determinado e pela identidade do grupo, são crimes que envolvem uma intenção discriminatória, com a discriminação religiosa como uma de suas formas específicas[395]. A principal diferença é que no crime de perseguição basta provar que, com intenção discriminatória, o autor realizou privações graves e em larga escala dos direitos fundamentais de um determinado grupo, enquanto no genocídio é necessário provar, mais do que isso, a intenção de destruir o grupo por completo ou em parte[396], a qual também é discriminatória, uma vez que é em relação ao grupo como tal[397]. O caso *Kupreskic* do Tribunal Penal para ex-Iugoslávia (TPIY) esclarece:

> Tanto a perseguição quanto o genocídio são crimes perpetrados contra pessoas que pertencem a um determinado grupo e que são alvos por causa dessa pertença. Em

[392] Os elementos das definições legais de genocídio e do crime contra a humanidade de perseguição serão analisados detalhadamente no capítulo 2, tópicos 2.1.2.1, 2.1.2.2 e 2.2.2.1 desta dissertação.
[393] Artigo II da Convenção contra o Genocídio e artigo 6 do Estatuto de Roma.
[394] Artigo 7(1)(h) e (2)(g) do Estatuto de Roma.
[395] SCHABAS, William A. **The International Criminal Court**: A Commentary on the Rome Statute. Oxford Scholarly Authorities on International Law, 2 ed., 2016, p. 197-198, 200; CASSESE, Antonio. Volume I, s.3 Jurisdiction, 11 Jurisdiction Ratione Materiae, Ch.11.1 Genocide. *In*: CASSESE, Antonio; GAETA, Paola; JONES, John R. W. D (eds.). **The Rome Statute of the International Criminal Court**. Oxford Scholarly Authorities on International Law, 2002, p. 339, 364; AMBOS, Kai. Selected issues regarding the "core crimes" in the international criminal law. **Nouvelles études pénales**, no. 19, Toulouse: Érès, 2004, p. 259.
[396] CASSESE, 2002, p. 339; SCHABAS, 2016, p. 143; TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA RUANDA. Musema v. Prosecutor (ICTR-96-13-A). **Appeals Chamber Judgment**, 16 nov. 2001, para. 366.
[397] SCHABAS, 2016, p. 137; TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA RUANDA. Niyitegaka v. Prosecutor (ICTR-96-14-A). **Appeals Chamber Judgment**, 9 jul. 2004, para. 53.

> ambas as categorias, o que importa é a intenção de discriminar: atacar pessoas em razão de suas características étnicas, raciais ou religiosas. (Tradução minha)[398]

1.4 **Conclusão parcial**

Com o propósito de compreender o significado, escopo de proteção e situações de violação da liberdade de religião ou crença, este capítulo avaliou o quadro normativo internacional que a assegura e sua aplicação em casos concretos. Uma vez que se tem visto violações desse direito humano mundo afora, este capítulo pretendeu observar as normas internacionais de modo extensivo, isto é, incluindo análise de dispositivos dos mecanismos universais e regionais – e alguns sub-regionais – de direitos humanos. O objetivo era compreender o que se entende sobre seu conteúdo ao redor do mundo, e não apenas no contexto ocidental mais liberal/secular.

A partir dessa análise, conclui-se que, em matéria de tratados, apesar das diferenças de cada sistema de direitos humanos, há consenso normativo quanto ao conteúdo da liberdade religiosa incluir os aspectos interno e externo, a proibição da coerção e da discriminação e a imposição de determinados requisitos em casos de limitação dessa liberdade.

Esse núcleo central possui relação com crimes internacionais que envolvem intenção discriminatória: **quando o genocídio de um grupo religioso ou quando o crime contra a humanidade de perseguição religiosa ocorre, a liberdade religiosa é gravemente violada em seu significado essencial, aquele em que todas as normas dos sistemas universais e regionais de direitos humanos concordam**; além de, claro, outros direitos humanos correlatos. O genocídio é a tentativa de eliminar a existência do grupo como tal, "a negação do direito de existência de grupos humanos inteiros" (tradução minha)[399], conforme elencado na Resolução 96(I) da AGNU, e a perseguição é a privação grave de seus direitos fundamentais, motivada por sua identidade. São crimes que discriminam para negar aos grupos religiosos o direito de simplesmente existirem como são e de usufruírem dos direitos fundamentais compartilhados

---

[398] TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Kupreškic et al. (IT-95-16-T). **Trial Chamber Judgment**, 14 jan. 2000, para. 636. No original: "*Both persecution and genocide are crimes perpetrated against persons that belong to a particular group and who are targeted because of such belonging. In both categories what matters is the intent to discriminate: to attack persons on account of their ethnic, racial, or religious characteristics*". Ver também CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (Bosnia and Herzegovina v. Serbia and Montenegro). **Judgment**, 26 fev. 2007, para. 187-188.

[399] UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. Resolution 96(I). **UN Doc A/RES/96(I)**, 11 dez. 1946. Disponível em: https://undocs.org/en/A/RES/96(I). No original: "a denial of the right of existence of entire human groups".

por todos. Quando ocorrem, duas principais respostas jurídicas internacionais podem ser provocadas, tema do capítulo a seguir: a responsabilidade individual e a estatal.

2 **DUPLA RESPONSABILIDADE INTERNACIONAL INDIVIDUAL E ESTATAL**

O cometimento de crimes internacionais de intenção discriminatória relacionados à identidade religiosa pode, a depender do caso concreto, provocar dois tipos de respostas principais: a responsabilidade internacional individual e a estatal.

Uma vez que o genocídio e crimes contra a humanidade constituem violações de normas internacionais, sejam elas estabelecidas por costume ou tratado, a resposta clássica do direito internacional para casos em que a violação possa ser atribuída ao Estado é que ele seja responsabilizado, concentrando a responsabilidade na pessoa pública ao invés de no indivíduo que agiu em seu nome[400]. Contudo, Pierre-Marie Dupuy explica que a chamada "revolução de Nuremberg" reverte essa lógica, mesmo que normas relacionadas a crimes de guerra ou, por exemplo, o Tratado de Versalhes já considerassem em algum nível a responsabilidade internacional do indivíduo anteriormente[401]. A nova lógica, portanto, é aquela proferida em Nuremberg: "crimes contra o direito internacional são cometidos por homens, não por entidades abstratas, e somente punindo os indivíduos que cometem tais crimes é que as disposições do direito internacional podem ser cumpridas" (tradução minha)[402].

Portanto, a ideia é que não apenas Estados são responsáveis por ilícitos internacionais[403], pois um ato internacional ilícito pode ser imputado tanto ao Estado soberano como ao indivíduo agindo em seu nome[404]. A Resolução 95(I) da AGNU confirma os princípios do direito internacional reconhecidos pelo Estatuto e sentença do Tribunal de Nuremberg[405]. A afirmação da responsabilidade internacional do indivíduo por infrações cometidas contra os direitos de

---

[400] DUPUY, Pierre-Marie. Volume II, s.5 The Statute and General International Law, 26 International Criminal Responsibility of the Individual and International Responsibility of the State. *In*: CASSESE, Antonio; GAETA, Paola; JONES, John R. W. D (eds.). **The Rome Statute of the International Criminal Court**. Oxford Scholarly Authorities on International Law, 2002, p. 1086; NOLLKAEMPER, André. Concurrence between Individual Responsibility and State Responsibility in International Law. **The International and Comparative Law Quarterly**, vol. 52, no. 3, 2003, p. 616.

[401] DUPUY, 2002, p. 1086. Ver evolução histórica do direito penal internacional em WERLE, Gerhard; JEßBERGER, Florian. **Principles of International Criminal Law**. Oxford: Oxford University Press, 3d ed., 2014, p. 1-29.

[402] Citado em DUPUY, 2002, p. 1085. No original: "*Crimes against international law are committed by men, not by abstract entities, and only by punishing individuals who commit such crimes can the provisions of international law be enforced*".

[403] O'SHEA, Andreas Gordon. Individual Criminal Responsibility. **Max Planck Encyclopedia of Public International Law**, mai. 2009, para. 22.

[404] DUPUY, 2002, 1088.

[405] UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. Resolution 95(I). **UN Doc A/64/Add.1**, 11 dez. 1946. Disponível em: https://undocs.org/A/64/Add.1. Ver HONRUBIA, Victoria Abellán. La responsabilité internationale de l'individu. **Recueil des Cours de l'Académie de Droit International**, vol. 280, 1999, p. 179-182.

outros indivíduos, assim, completa a evolução iniciada em 1945 de trazer a proteção internacional dos direitos humanos para a ordem internacional[406].

É característica geral desses dois crimes a natureza maciça e sistemática que pressupõe um nível de organização coletiva[407], que não necessariamente significa ação de um Estado[408]. Conforme notado no caso *Nikolić* do Tribunal Penal Internacional para ex-Iugoslávia (TPIY), especificamente em relação aos crimes contra a humanidade: "embora não precisem estar relacionadas a uma política estabelecida em nível estadual, no sentido convencional do termo, não podem ser apenas o trabalho de indivíduos isolados" (tradução minha)[409]. É por isso que, quando esses crimes ocorrem, não raras vezes são confundidos com ação ou omissão do Estado, o que também pode levar a sua responsabilização. A natureza sistemática e em massa de tais crimes aponta para a necessidade de mobilizar meios de destruição que são facilitados quando há exercício do poder por parte do perpetrador[410].

De todo modo, a natureza coletiva que marca os crimes internacionais não relativiza a responsabilidade individual de cada um dos envolvidos[411], pois para que ela ocorra é preciso demonstrar o elemento objetivo (*actus reus*) e subjetivo (*mens rea*) que enquadram a ação no tipo penal em questão. Os indivíduos são considerados em sua autonomia, mesmo quando agiram em uma posição legal de agente estatal, o que normalmente faria incidir imunidade, pois a gravidade da ação tem precedência sob a posição legal do autor[412]. Como dito no Tribunal de Nuremberg: "o princípio do direito internacional que [...] protege os representantes de um Estado, não pode ser aplicado a atos que são condenados como criminosos pelo direito internacional. Os autores desses atos não podem se abrigar atrás de sua posição oficial para se livrarem da punição" (tradução minha)[413]. Esse princípio também foi confirmado nos tribunais

---

406 DUPUY, 2002, p. 1098; BUERGENTHAL, Thomas. The Evolving International Human Rights System. **The American Journal of International Law**, vol. 100, no. 4, 2006, p. 802. Ver SEIBERT-FOHR, Anja. **Prosecuting Serious Human Rights Violations**. Oxford University Press, 2009b, p. 1. Ver CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. **International Law for Humankind**. Leiden, Boston: Brill Nijhoff, 3 ed., 2020, p. 370.

407 DUPUY, 2002, p. 1089.

408 DUPUY, 2002, p. 1092.

409 TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Dragan Nikolić a/k/a "Janki". **Judgment Trial Chamber**, 20 out. 1995, para. 26. No original: "*Although they need not be related to a policy established at State level, in the conventional sense of the term, they cannot be the work of isolated individuals alone*".

410 HONRUBIA, 1999, p. 278.

411 DUPUY, 2002, p. 1092.

412 DUPUY, 2002, p. 1093.

413 Citado em DUPUY, 2002, p. 1093. No original: "*the principle of international law, which under certain circumstances, protects the representatives of a State, cannot be applied to acts which are condemned as criminal by international law. The authors of these acts cannot shelter themselves behind their official position in order to be freed from punishment in appropriate proceedings*".

penais internacionais *ad hoc*[414], pela Comissão de Direito Internacional (CDI) no comentário ao artigo 58 do Projeto de Artigos sobre a Responsabilidade dos Estados por Atos Internacionalmente Ilícitos (ARSIWA, da sigla em inglês)[415] e está presente no artigo 27 do Estatuto de Roma[416].

Portanto, quando o genocídio ou crimes contra a humanidade ocorrem, esses atos podem gerar tanto a responsabilidade estatal como a individual[417]. Uma não é substituta da outra, e, mesmo quando aplicadas ao mesmo caso, possuem diferentes normas que as regulam e propósitos distintos[418]. Um agente público opera em nome do Estado, e tanto o agente como o Estado podem responder aos atos imputáveis a eles[419]. A responsabilidade individual é atribuída ao autor do crime em sua capacidade pessoal, e não é mero reflexo da responsabilidade do Estado[420]. Do mesmo modo, ela não exime por si só a incidência da responsabilidade estatal nos casos em que a violação da norma internacional é atribuível ao Estado. Ambos o Projeto de Código de Crimes contra a Paz e a Segurança da Humanidade (Projeto de Código de Crimes)[421], em seu artigo 4, e o ARSIWA, em seu artigo 58, elaborados pela CDI, elencam que uma responsabilidade ocorre sem o prejuízo da outra, bem como o artigo 25(4) do Estatuto de Roma.

Este fenômeno de que o mesmo ato possa gerar os dois modos de responsabilidade é chamado de dualidade da responsabilidade no direito internacional[422]. Como colocado pela

---

[414] Ver, por exemplo, TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Tihomir Blaškić IT-95-14. **Judgment on the Request of the Republic of Croatia for the review of the decision of Trial Chamber II of 18 July 1997 Appeal Chamber**, 29 out. 1997, para. 41; TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Dragan Nikolić a/k/a "Janki". **Judgment Trial Chamber**, 20 out. 1995, para. 26.

[415] No original: *Draft Articles on the Responsibility of States for Internationally Wrongful Acts*. INTERNATIONAL LAW COMMISSION. Draft articles on Responsibility of States for Internationally Wrongful Acts, with commentaries. **Report of the International Law Commission on the work of its fifty-third session**, 2001, comentário ao artigo 58, para. 3: "funcionários [do Estado] também não podem se esconder atrás do Estado em relação à sua própria responsabilidade por sua conduta contrária às regras do direito internacional que lhes são aplicáveis" (tradução minha). No original: "*Nor may those officials hide behind the State in respect of their own responsibility for conduct of theirs which is contrary to rules of international law which are applicable to them*."

[416] INTERNATIONAL CRIMINAL COURT. Rome Statute of the International Criminal Court. 2002. Disponível em: https://www.icc-cpi.int/sites/default/files/RS-Eng.pdf.

[417] NOLLKAEMPER, 2003, p. 618, 639.

[418] DUPUY, 2002, p. 1098; NOLLKAEMPER, 2003, p. 621; WEATHERALL, Thomas. **Duality of Responsibility in International Law**: The Individual, the State, and International Crimes. Leiden: Brill, Nijhoff, 2022, p. 54; CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (Croatia v. Serbia). **Judgment**, 3 fev. 2015, para. 129.

[419] CANÇADO TRINDADE, 2020, p. 372-373.

[420] DUPUY, 2002, p. 1094. Sobre autoria e participação no direito penal internacional ver JAPIASSÚ, Carlos Eduardo Adriano. **Direito Penal Internacional**. São Paulo: Tirant Lo Blanch, 2020, p. 79-96.

[421] No original: *Draft Code of Crimes Against the Peace and Security of Mankind.* INTERNATIONAL LAW COMMISSION. Draft Code of Crimes against the Peace and Security of Mankind. **Yearbook of the International Law Comission**, vol. II (2), 1996.

[422] WEATHERALL, 2022; BONAFÈ, Beatrice I. **The Relationship Between State and Individual Responsibility for International Crimes**. Leiden, Boston: Martinus Nijhoff Publishers, 2009; LEKKAS,

Corte Internacional de Justiça (CIJ) no caso da aplicação da Convenção para Punição e Prevenção do Crime de Genocídio (Convenção contra o Genocídio) em *Bosnia and Herzegovina v. Serbia and Montenegro*, "a dualidade de responsabilidade continua a ser uma característica constante do direito internacional" (tradução minha)[423]. Os parâmetros dessa dualidade são definidos pelas regras secundárias de responsabilidade individual e estatal[424], isto é, as regras que regem a operação e a aplicação das regras primárias – que, por sua vez, são regras substantivas de imposição de obrigações[425]. Assim, certas obrigações de direito internacional dão origem à dupla responsabilidade no direito internacional, individual e estatal, que são operadas por regras secundárias distintas, próprias a cada sistema[426].

Essa dualidade reflete um afastamento do caráter binário da responsabilidade internacional, de acordo com o qual a atribuição de conduta ao Estado normalmente tem o efeito de proteger o indivíduo que age como representante de um Estado[427]. O fato de determinadas obrigações primárias darem origem aos dois modos de responsabilidade pode ser visto como um produto da seriedade com que a comunidade internacional considera sua violação[428].

Sotirios-Ioannis. **Duality of Responsibility in International Law**. 2019. Thesis (Doctor of Philosophy) – University of Oxford, Faculty of Law, St. Anne's College, Trinity Term 2019. Ver CASSESE, Antonio. On the Use of Criminal Law Notions in Determining State Responsibility. **Journal of International Criminal Justice**, vol. 5, no. 4, 2007, p. 877.

[423] CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (Bosnia and Herzegovina v. Serbia and Montenegro). **Judgment**, 26 fev. 2007, p. 116, para. 173. No original: "*duality of responsibility continues to be a constant feature of international law*". Ver também TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Furundžija IT- 95-17/1-T. **Judgment**, 10 dez. 1998, para. 142.

[424] WEATHERALL, 2022, p. 37.

[425] HART, H. L. A. **The Concept of Law XV**. Oxford: Oxford University Press, 3 ed., 2012, p. 81, 94.

[426] WEATHERALL, 2022, p. 38; NOLLKAEMPER, 2003, p. 615, 639; SEIBERT-FOHR, Anja. Part V Accountability of States for Genocide, 16 State Responsibility for Genocide under the Genocide Convention. *In*: GAETA, Paola (ed.). **The UN Genocide Convention**: A Commentary. Oxford Commentaries on International Law, 2009a, p. 370. Autores discutem sobre se a dualidade da responsabilidade advém da mesma regra primária em questão ou não. Para uma visão crítica ao argumento sobre se tratar da mesma regra primária ver GAETA, Paola. On What Conditions Can a State Be Held Responsible for Genocide? **European Journal of International Law**, vol. 18, no. 4, 2007, p. 641, 643. Como possível resposta, ver BONAFÈ, 2009, p. 23-24: não é que as normas que ensejam responsabilidade estatal sejam idênticas às que ensejam responsabilidade penal internacional, mas que ambos os regimes se originam da quebra de normas primárias que almejam a proteção dos mesmos interesses coletivos da comunidade internacional (ver NOLLKAEMPER, 2003, p. 627, 631). Ver também BONAFÈ, Beatrice I. Reassessing Dual Responsibility for International Crimes. **Sequência Florianópolis**, no. 73, ago. 2016, p. 24: de todo modo, a prática a CIJ tem demonstrado que a definição do artigo II da Convenção contra o Genocídio representa uma a norma primária cuja violação acarreta a responsabilidade estatal e individual. Ver também LEKKAS, 2019, p. i: a dualidade da responsabilidade advém da dualidade de obrigações, o que significa que o conteúdo de certas obrigações internacionais do indivíduo é materialmente idêntico ou necessariamente co-determinado pela obrigação internacional do Estado. Uma vez que o Estado só pode agir por meio de pessoas físicas, quando a mesma obrigação recai sobre Estado e indivíduo, as duas responsabilidades podem ser envolvidas quando a conduta do indivíduo é atribuível ao Estado.

[427] WEATHERALL, 2022, p. 338, 350.

[428] WEATHERALL, 2022, p. 324. Ver NOLLKAEMPER, 2003, p. 627, 631.

É nesse sentido que este capítulo tem como objetivo investigar os dois modos de responsabilidade internacional existentes, individual **(2.1)** e estatal **(2.2)**, para casos de genocídio e crime contra a humanidade de perseguição cometidos contra grupos protegidos devido a sua identidade religiosa, analisando suas diferentes características e propósitos, bem como suas limitações. Em cada seção serão vistas as legislações aplicáveis e os mecanismos de responsabilização correspondentes. A intenção é analisar como a responsabilidade internacional individual e estatal, cada uma em seu escopo, responde aos casos de atrocidades em massa cometidas contra grupos religiosos.

2.1 **Responsabilidade Internacional do Indivíduo**

Para compreensão da incidência da responsabilidade penal do indivíduo no direito internacional em casos de genocídio e crime contra a humanidade de perseguição cometidos contra grupos religiosos, esta seção analisará os conceitos iniciais básicos da responsabilidade individual **(2.1.1)**, para então examinar as definições e escopo desses crimes no Estatuto de Roma, legislação aplicável nessas situações **(2.1.2)**. Com isso, será analisado o mecanismo de responsabilização em caso de violação e jurisprudência selecionada dos tribunais penais internacionais sobre a matéria **(2.1.3)**. Também serão elencados outros mecanismos que viabilizam a responsabilização de indivíduos autores de crimes internacionais **(2.1.4)**.

2.1.1 Conceitos iniciais

Nuremberg articulou que "o fato de que o direito internacional impõe deveres e responsabilidades aos indivíduos e também aos Estados é reconhecido há muito tempo" (tradução minha)[429] e definiu crime internacional como um ato "universalmente reconhecido como criminoso, que é considerado uma questão grave de interesse internacional e que, por alguma razão válida, não pode ser deixado sob a jurisdição exclusiva do Estado que teria controle sobre ele em circunstâncias normais" (tradução minha)[430].

[429] Citado em WEATHERALL, 2022, p. 324. No original: "*that international law imposes duties and liabilities upon individuals as well as upon States has long been recognized*."
[430] Citado em WEATHERALL, 2022, p. 44. No original: "*such an act universally recognized as criminal, which is considered a grave matter of international concern and for some valid reason cannot be left within the exclusive jurisdiction of the state that would have control over it under ordinary circumstances*".

De fato, para que um crime seja considerado internacional ele precisa ter natureza e qualidade distinta de um crime comum, o que normalmente está atrelado ao contexto de caos generalizado em que são cometidos e por serem cometidos por e contra uma coletividade[431]. Werle e Jeßberger colocam da seguinte forma: "uma conexão com os valores mais importantes da comunidade internacional é estabelecida para todos os crimes sob o direito internacional por meio de uma característica comum – o chamado elemento internacional" (tradução minha)[432]. Os autores continuam e dizem que o contexto de violência em larga escala no qual os crimes internacionais costumam estar inseridos é usualmente responsabilidade de uma coletividade, tipicamente um Estado. Para crimes contra a humanidade, o contexto de violência é o ataque sistemático ou generalizado contra uma população civil, e para o genocídio é a intenção de destruir um grupo protegido em todo ou em parte[433].

O costume internacional consagra o princípio básico da legalidade *nulla poena nullum crimen sine lege,* o que requer a existência prévia de lei, escrita ou não escrita, para que um indivíduo seja criminalmente responsável[434]. Contudo, o percurso desse princípio no desenvolvimento do direito penal internacional não é linear. Japiassú aponta que há três teorias com relação à reserva legal advindas das discussões em torno dos tribunais de Nuremberg e Tóquio[435]. A primeira, defendida por Bassiouni, entende que o direito aplicado pelos tribunais já existia e, desse modo, o princípio da reserva legal deve ser adaptado ao direito internacional[436]. A segunda defende a inaplicabilidade da reserva legal, uma vez que se trata de um direito em sua maior parte consuetudinário, com a ressalva de que a inaplicabilidade pode ser sanada a partir de uma codificação desse direito[437]. A terceira, posição de Kelsen, afirma

---

[431] JEßBERGER, Florian; GENEUSS, Julia. Concluding Remarks: Dimensions of 'Why Punish?'. *In*: JEßBERGER, Florian; GENEUSS, Julia (eds.). **Why Punish Perpetrators of Mass Atrocities?** Purposes of Punishment in International Criminal Law. New York: Cambridge University Press, 2020, p. 383. Sobre o conceito e classificação dos crimes internacionais, ver JAPIASSÚ, 2020, p. 46-51. Seguindo a classificação exposta pelo autor, esta dissertação trata de crimes internacionais em sentido estrito ou propriamente ditos. Isto é, as "infrações previstas no Estatuto do Tribunal Militar Internacional (Tribunal de Nuremberg), ou seja, aos crimes contra a paz, aos de guerra e aos crimes contra a humanidade e hoje no Estatuto de Roma. Estes são crimes que violam bens ou interesses jurídicos supranacionais e, como afirma Triffterer, geram uma responsabilidade penal imediata fundada diretamente no Direito Internacional". Ver TRIFFTERER, Otto. Commentaire du colloque tenu a Hammamet Tunisie 6/8 juin 1987. **Revue Internationale de Droit Pénal**, vol. 60, n. 1/2, Toulouse: Érès, 1989, p. 20.

[432] WERLE; JEßBERGER, 2014, p. 35-36. No original: "*A connection to the most important values of the international community is established for all crimes under international law through one common characteristic - the so-called international element*."

[433] WERLE; JEßBERGER, 2014, p. 35-36.

[434] O'SHEA, 2009, para. 3; WERLE; JEßBERGER, 2014, p. 40-41.

[435] JAPIASSÚ, 2020, p. 51-53, 108, 110-112.

[436] BASSIOUNI, M. Cherif. **Crimes against humanity in international criminal law**. Haia: Kluwer, 2 ed., 1999, p. 129-130.

[437] Ver GLASER, Stefan. **Infraction Internationale: Ses Élements Constitutifs et Ses Aspects Juridiques**. Paris: Librairie Génerale de Droit et de Jurisprudence, 1957, p. 41 e seguintes; QUINTANO RIPOLLÉS, Antonio.

que o Acordo de Londres violou o princípio da reserva legal[438]. Na jurisprudência, o caso *Tadić* do TPIY afirmou que o princípio da reserva legal protege apenas as pessoas de serem punidas por atos que o agente acreditava ser lícito quando os praticou[439]. Japiassú afirma que uma das consequências desse modelo não fundado em regras previamente estabelecidas é que o delito se assentou "em aspectos materiais e não propriamente em aspectos formais. Significa dizer que o crime decorreu de um complexo natural-cultural daquela comunidade, ao invés de estar baseado em normas previamente estabelecidas"[440].

De todo modo, atualmente o princípio é adotado de forma expressa no artigo 22 do Estatuto de Roma e, além do direito costumeiro como fonte de definição de crimes no cenário internacional, Estados também os têm definido por meio de tratados, como é o caso do genocídio e crimes contra a humanidade, que estão presentes nos seguintes instrumentos internacionais[441]: Carta do Tribunal Militar Internacional (artigo 6(c) – apenas crimes contra a humanidade)[442], Carta de Tóquio (artigo 5(c) – apenas crimes contra a humanidade)[443], Estatuto do TPIY (artigos 4 e 5)[444], Estatuto do Tribunal Penal Internacional para Ruanda (TPIR) (artigos 2 e 3)[445], Estatuto do Tribunal Especial para Serra Leoa (artigo 2 – apenas crimes contra a humanidade)[446], Estatuto das Câmaras Africanas Extraordinárias (artigos 4(a), (b), 5 e 6)[447], Projeto de Código de Crimes (artigo 17 e 18), Estatuto de Roma (artigo 6 e 7) e Convenção contra o Genocídio (apenas genocídio)[448]. Ressalta-se que os tribunais de Nuremberg e Tóquio não se referiam expressamente a genocídio, pois não constava assim em seus estatutos, mas sim

---

Tratado de Derecho Penal Internacional e Internacional Penal Tomo I. Madri: Consejo Superior de Investigaciones Cientificas, Instituto "Francisco de Vitoria", 1955, p. 95 e seguintes.

[438] Ver KELSEN, Hans. Will the Judgment in the Nuremberg Trial Constitute a Precedent in International Law? **The International Law Quarterly**, vol. 1, no. 2, 1947.

[439] TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Duško Tadić. **Decision on the Defence Motion on Jurisdiction**, 10 ago. 1995.

[440] JAPIASSÚ, 2020, p. 53, 55.

[441] WEATHERALL, 2022, p. 44-45; O'SHEA, 2009, para. 8. Ver JAPIASSÚ, 2020, p. 115, 135-136.

[442] Charter of the International Military Tribunal. 8 ago. 1945. Disponível em: https://ihl-databases.icrc.org/en/ihl-treaties/nuremberg-tribunal-charter-1945.

[443] International Military Tribunal For the Far East. 19 jan. 1946. Disponível em: https://www.un.org/en/genocideprevention/documents/atrocity-crimes/Doc.3_1946%20Tokyo%20Charter.pdf.

[444] INTERNATIONAL CRIMINAL TRIBUNAL FOR THE FORMER YUGOSLAVIA. Updated Statute. Set. 2009. Disponível em: https://www.icty.org/x/file/Legal%20Library/Statute/statute_sept09_en.pdf.

[445] INTERNATIONAL CRIMINAL TRIBUNAL FOR RWANDA. Statute. 2007. Disponível em: https://legal.un.org/avl/pdf/ha/ictr_EF.pdf.

[446] SPECIAL COURT FOR SIERRA LEONE. Statute. 2000. Disponível em: https://www.rscsl.org/Documents/scsl-statute.pdf.

[447] EXTRAORDINARY AFRICAN CHAMBERS. Statute. 2013. Disponível em: https://www.hrw.org/news/2013/09/02/statute-extraordinary-african-chambers.

[448] UNITED NATIONS. Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide. 1948. Disponível em: https://www.ohchr.org/en/instruments-mechanisms/instruments/convention-prevention-and-punishment-crime-genocide.

a crimes de perseguição quando em relação ao extermínio de judeus e outros grupos étnicos ou religiosos[449].

Com a concepção de crime internacional estabelecida no cenário global, a responsabilidade individual tem origem nos dois elementos constitutivos de um crime: objetivo/material, chamado *actus reus*, e subjetivo/mental, chamado *mens rea*[450]. Como posto no caso *Delalić et al*., o *actus reus* é o ato físico necessário para a ofensa, enquanto o *mens rea* trata-se do elemento mental[451]. Os dois elementos precisam ser provados além de qualquer dúvida razoável (artigo 66(3) do Estatuto de Roma)[452].

Aqui é importante fazer uma observação sobre a terminologia utilizada no direito penal internacional. O sistema internacional em seu âmbito penal é fortemente influenciado pela *common law* anglo-saxônica e pelo direito francês. Assim, seus termos e estruturas são diferentes daqueles do modelo penal romano-germânico[453]. Por exemplo, Japiassú explica que as expressões referentes ao elemento material (*actus reus*) e moral (*mens rea*) "são características do direito anglo saxão, que, embora próximos, guarda diferenças do modelo romano-germânico, adotado no Brasil, com particular influência germânica [...], como tipo/imputação objetiva e subjetiva"[454]. Nesta dissertação, seguindo o adotado por Japiassú em sua obra, foi dada preferência às expressões comumente adotadas pelo direito penal internacional, que são em sua maioria da tradição anglo-saxônica.

O elemento objetivo, aspecto físico do crime, refere-se à conduta, determinada circunstância ou resultado da conduta[455]. A conduta é o ato específico proibido. A circunstância refere-se à presença de determinados fatos. Por exemplo, no caso de crimes contra a humanidade, é parte do elemento material que a conduta ocorra no contexto de um ataque generalizado ou sistemático contra a população civil (artigo 7(1) Estatuto de Roma). A consequência refere-se aos efeitos da conduta ilícita, geralmente o dano ou perigo de dano ao bem jurídico protegido pelo tipo penal. Quando parte do elemento material do crime, por

---

[449] JAPIASSÚ, 2020, p. 128.
[450] WEATHERALL, 2022, p. 58, 65-66. Ver WERLE; JEßBERGER, 2014, p. 167-191.
[451] TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Delalić et al. IT-96-21-T. **Judgment**, 16 nov. 1998, para. 424– 425.
[452] WEATHERALL, 2022, p. 120.
[453] JAPIASSÚ, 2020, p. 13, 54, 57. Ver estrutura do delito, histórico do desenvolvimento da ideia de crimes internacionais em JAPIASSÚ, Carlos Eduardo Adriano. O direito penal internacional e os crimes internacionais. **Revista Interdisciplinar de Direito – Faculdade de Direito de Valença**, vol. 9(1), 2012, p. 78-88, especialmente p. 87 e JAPIASSÚ, 2020, p. 56.
[454] JAPIASSÚ, 2020, p. 143. Sobre as distinções entre os modelos, ver ELEWA BADAR, Mohamed. The mental element in the Rome Statute of the International Criminal Court: a commentary from a comparative criminal law perspective. **Criminal Law Forum**, no. 19, Dordrecht: Springer, 2008, p. 473-518.
[455] WEATHERALL, 2022, p. 66.

exemplo no artigo 8(2)(a)(iii) e 8(2)(b)(x) do Estatuto de Roma, a consequência deve ser resultado da conduta ilícita, isto é, ligada a ela pelo nexo de causalidade[456].

O elemento subjetivo, por sua vez, é o estado mental necessário para condenar um indivíduo por um determinado crime, tipicamente aplicado a cada elemento objetivo do crime. O propósito é fazer com que a responsabilidade criminal só seja imposta a um indivíduo quando ele tiver se associado subjetivamente ao elemento material em questão[457] (artigo 30 Estatuto de Roma), isto é, quando ele possuir algum grau de culpa pessoal pelo ato[458], o que torna o estado mental do autor a característica essencial da responsabilidade penal[459]. De modo geral, há quatro níveis considerados como um estado mental culpável, do maior grau de culpa para o menor: quando um indivíduo tenha agido de forma intencional, consciente, imprudente ou negligente[460].

Esse elemento mental, essencialmente individual, é uma das principais marcas que diferenciam a responsabilidade individual da estatal[461], que, por sua vez, é eminentemente objetiva[462]. Além disso, outra marca distintiva é que o objetivo da responsabilidade individual é punir o autor do crime, enquanto a responsabilidade estatal não possui primariamente o caráter penal de punição do Estado por uma violação, mas sim o de cessação e reparação[463]. Portanto, as consequências da responsabilidade individual, que geralmente são a privação da liberdade e dos interesses de propriedade, são de caráter penal e refletem as discussões sobre finalidade da pena, das quais se destacam a retribuição e prevenção[464]. Conforme exposto por Jeßberger e Geneuss, "a comunidade internacional, de modo geral, parece ter concordado, pelo menos retoricamente, que a punição criminal, em vez da impunidade ou, por exemplo, execuções sumárias, é a reação adequada às atrocidades em massa" (tradução minha)[465].

Essas diferenças se refletem na influência que um caso anterior de responsabilidade estatal pode exercer sob um caso de responsabilidade individual e vice-versa. Conforme será

---

[456] WERLE; JEßBERGER, 2014, p. 173-175; AMBOS, Kai. **Treatise on International Criminal Law**: Volume 1 Foundations and General Part. Oxford: Oxford University Press, 2013, p. 272-273, 276; WEATHERALL, 2022, p. 66-68; HONRUBIA, 1999, p. 276-277.
[457] HORDER, Jeremy. **Ashworth's Principles of Criminal Law**. Oxford: Oxford University Press, 9th ed., 2019, p. 176; WEATHERALL, 2022, p. 68-69, 74; HONRUBIA, 1999, p. 277.
[458] O'SHEA, 2009, para. 1.
[459] O'SHEA, 2009, para. 19.
[460] WEATHERALL, 2022, p. 68-74.
[461] DUPUY, 2002, p. 1095-1096.
[462] WEATHERALL, 2022, p. 77.
[463] DUPUY, 2002, p. 1096-1097; WEATHERALL, 2022, p. 87; SEIBERT-FOHR, 2009a, p. 371.
[464] WEATHERALL, 2022, p. 59, 321-322; JAPIASSÚ, 2020, p. 23-41; TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Radoslav Brđanin IT-99-36-T. **Judgment**, 1 set. 2004, para. 1090. Ver JEßBERGER; GENEUSS, 2020, p. 384.
[465] JEßBERGER; GENEUSS, 2020, p. 380.

visto na seção de responsabilidade estatal, a prática da CIJ tem apontado para sua deferência às conclusões de tribunais penais internacionais que tenham investigado os mesmos fatos que estão sob sua análise, considerando os achados dos tribunais altamente persuasivos[466]. Já na situação contrária, isto é, o caso de responsabilidade individual posterior à análise de responsabilidade estatal, é mais comum que as cortes cheguem a conclusões diferentes em relação à mesma conduta, até porque o tribunal penal aplica um padrão probatório mais alto[467]. Por exemplo, no caso *Kvočka et al.*, o TPIY considerou que, por ter sua própria competência, poderia chegar a conclusões diferentes da CIJ, pois "não há base legal para sugerir que o Tribunal Internacional deva se submeter à Corte Internacional de Justiça, de modo que o primeiro estaria legalmente vinculado às decisões do segundo" (tradução minha)[468]. Também no caso *Delalić et al.* o TPIY esclareceu que devido a sua autonomia como órgão judicial, embora a CIJ seja o principal órgão judicial da ONU, "não há relação hierárquica entre os dois tribunais. Embora a Câmara de Recursos necessariamente leve em consideração outras decisões de tribunais internacionais, ela pode, após cuidadosa consideração, chegar a uma conclusão diferente" (tradução minha)[469].

As categorias de atribuição de um crime internacional são a comissão, incentivo, assistência e responsabilidade superior (no original, *commission*, *encouragement*, *assistance*, *superior responsibility*)[470]. A comissão inclui a perpetração direta e indireta do crime. O incentivo inclui o planejamento, a ordem e a instigação. A assistência, por sua vez, inclui o auxílio, a cumplicidade e uma forma associada de responsabilidade acessória residual incluída no artigo 25(3)(d) do Estatuto de Roma. A responsabilidade superior é uma forma híbrida de responsabilidade decorrente de uma omissão de um superior em relação aos crimes de seus subordinados, quando ele deixou de cumprir as obrigações inerentes à sua posição. Por fim, o direito internacional também reconhece modalidades de responsabilidade associadas a crimes

---

[466] CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (Bosnia and Herzegovina v. Serbia and Montenegro). **Judgment**, 26 fev. 2007, para. 223, 403; CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (Croatia v. Serbia). **Judgment**, 3 fev. 2015, para. 129. Ver tópico 2.2.3.2 desta dissertação.

[467] WEATHERALL, 2022, p. 126-127; SEIBERT-FOHR, 2009a, p. 371.

[468] TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Kvocka et al. IT-98-30/1-AR73.5. **Decision on interlocutory appeal by the accused Zoran Zigic against the decision of Trial Chamber I dated 5 December 2000**, 25 mai. 2001, para. 17-18. No original: "*No legal basis exists for suggesting that the International Tribunal must defer to the International Court of Justice such that the former would be legally bound by decisions of the latter*."

[469] TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Delalić et al. IT-96-21-A. **Judgment Appeals Chamber**, 20 fev. 2001, para. 24. No original: "*there is no hierarchical relationship between the two courts. Although the Appeals Chamber will necessarily take into consideration other decisions of international courts, it may, after careful consideration, come to a different conclusion*."

[470] WEATHERALL, 2022, p. 58, 319.

incipientes, quando um indivíduo toma medidas destinadas a produzir um efeito prejudicial independentemente de ele ser realizado, que incluem a tentativa, conspiração e incitação – a última modalidade é atualmente admitida apenas em relação ao incitamento direto e público para cometer genocídio[471].

A partir desses conceitos iniciais, é possível examinar as definições e escopo dos crimes de genocídio e perseguição nos termos elencados no Estatuto de Roma.

2.1.2 Legislação aplicável: Estatuto de Roma

O Estatuto de Roma é o tratado que estabelece o Tribunal Penal Internacional (TPI), primeiro tribunal penal internacional permanente, e elenca, a nível universal, a definição dos chamados *core crimes*: genocídio, crimes contra a humanidade, crimes de guerra e agressão (artigo 5). Para o objetivo deste trabalho, serão analisadas as definições de genocídio **(2.1.2.1)** e do crime contra a humanidade de perseguição **(2.1.2.2)**.

2.1.2.1 Genocídio (artigo 6)

O genocídio se tornou uma categoria autônoma de crime após a Segunda Guerra Mundial. Antes, estava incluído no conceito mais amplo de crimes contra a humanidade. Com sua positivação na Convenção contra o Genocídio e nos estatutos do TPIY, TPIR e TPI foi construída a base para processar aquele que é considerado o crime dos crimes[472]. No Estatuto de Roma, o genocídio é definido no artigo 6:

> Artigo 6. Para os efeitos do presente Estatuto, entende-se por "genocídio", qualquer um dos atos que a seguir se enumeram, praticado com intenção de destruir, no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso, enquanto tal:
> a) Homicídio de membros do grupo;
> b) Ofensas graves à integridade física ou mental de membros do grupo;
> c) Sujeição intencional do grupo a condições de vida com vista a provocar a sua destruição física, total ou parcial;
> d) Imposição de medidas destinadas a impedir nascimentos no seio do grupo;
> e) Transferência, à força, de crianças do grupo para outro grupo.

---

[471] WEATHERALL, 2022, p. 319-321.
[472] AMBOS, Kai. Selected issues regarding the "core crimes" in the international criminal law. **Nouvelles études pénales**, no. 19, Toulouse: Érès, 2004, p. 219. Ver JAPIASSÚ, 2020, p. 105.

Qualquer pessoa pode ser autor do crime, pois trata-se de crime comum[473]. Além do *actus reus* e *mens rea* da ofensa, o crime de genocídio tem um terceiro elemento constitutivo, que é o *dolus specialis* de destruir, em todo ou em parte um grupo nacional, étnico, racial ou religioso. Esses três elementos constitutivos do crime serão analisados a seguir[474].

O *actus reus* da ofensa consiste em um ou mais dos atos enumerados no artigo 6[475] praticados contra um dos grupos protegidos. Os grupos elencados são aqueles considerados estáveis, isto é, de membresia permanente, em contraste aos grupos móveis como os políticos, econômicos e culturais, que foram intencionalmente deixados de fora na redação do artigo[476]. Essa noção foi desenvolvida na jurisprudência dos tribunais penais nos casos *Akayesu*[477], *Rutaganda*[478] do TPIR, e *Jelisić*[479] do TPIY.

Tais grupos foram elencados porque a violência sistemática direcionada a eles com base em sua nacionalidade, etnia, raça ou religião tende a ter um potencial destrutivo maior, visto que as vítimas pretendidas podem usualmente ser identificadas dentre o restante da população com uma certa facilidade, devido à sua identidade permanente. Portanto, a definição legal de genocídio reflete a preocupação com esses grupos que partilham de uma vulnerabilidade especial e que, por isso, precisam de uma proteção específica[480]. É notável que grupos religiosos estejam entre os protegidos. É uma escolha que reflete a realidade de que são grupos historicamente perseguidos com base em sua identidade e, por isso, encontram-se nessa categoria de vulnerabilidade e são dignos dessa proteção internacional.

---

[473] JAPIASSÚ, 2020, p. 130.

[474] AMBOS, 2004, p. 220; TRIFFTERER, Otto. Genocide, Its Particular Intent to Destroy in Whole or in Part the Group as Such. **Leiden Journal of International Law**, vol. 14, no. 2, jun. 2001, p. 399. Ver também JAPIASSÚ, 2020, p. 127-134; WERLE; JEßBERGER, 2014, p. 289-326; CASSESE, Antonio. Volume I, s.3 Jurisdiction, 11 Jurisdiction Ratione Materiae, Ch.11.1 Genocide. *In*: CASSESE, Antonio; GAETA, Paola; JONES, John R. W. D (eds.). **The Rome Statute of the International Criminal Court**. Oxford Scholarly Authorities on International Law, 2002, p. 335-352; SCHABAS, William A. Part 2 Jurisdiction, Admissibility, and Applicable Law: Compétence, Recevabilité, Et Droit Applicable, Art.6 Genocide/Crime de génocide. *In*: SCHABAS, William A. **The International Criminal Court**: A Commentary on the Rome Statute. Oxford Scholarly Authorities on International Law, 2 ed., 2016, p. 124-144; SCHABAS, William A. Artigo 6: Genocídio. *In*: STEINER, Sylvia Helena; BRANT, Leonardo Nemer Caldeira (eds.). **Tribunal Penal Internacional**: Comentários ao Estatuto de Roma. Belo Horizonte: Centro de Direito Internacional e Konrad Adenauer Stiftung, 2019, p. 137-160.

[475] AMBOS, 2004, p. 220.

[476] AMBOS, 2004, p. 220-221.

[477] TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA RUANDA. Prosecutor v. Akayesu. **Judgment Trial Chamber**, 2 set 1998, para. 511.

[478] TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA RUANDA. Prosecutor v. Rutaganda. **Judgment Trial Chamber**, 6 dez. 1999, para. 57.

[479] TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Jelisić. **Judgment Trial Chamber**, 14 dez. 1999, para. 69.

[480] SUNGA, Lyal. The Crimes within the Jurisdiction of the International Criminal Court (Part II, Articles 5 – 10). **European Journal of Crime, Criminal Law and Criminal Justice**, vol. 6, no. 4, 1998, p. 383-384.

Destaca-se que ter como alvo uma pessoa por ela não ter uma característica nacional, étnica, racial ou religiosa em particular não é o suficiente para se enquadrar no tipo penal de genocídio. A definição negativa de grupos protegidos é, portanto, incompatível com a concepção de genocídio como a destruição de um grupo com uma identidade positiva específica[481].

Além disso, como um dos elementos constitutivos do genocídio é a intenção específica que o autor tem de destruir em todo ou em parte o determinado grupo, a percepção que ele tem em relação ao grupo importa. Afinal, ele almeja determinadas pessoas justamente por sua pertença ao grupo, não por questões individuais. Portanto, além da existência objetiva do grupo há também um aspecto subjetivo de como o perpetrador enxerga o grupo protegido. De todo modo, as vítimas das condutas listadas no tipo penal precisam ser membros do grupo que é o alvo do genocídio no cenário em questão e, por isso, a membresia no grupo faz parte do elemento material do crime[482].

Os atos específicos que constituem o elemento material do crime são os elencados nas alíneas do artigo 6 de modo exaustivo[483]. Devido a linguagem das alíneas ser no plural ao se referir a membros do grupo almejados pelas condutas, apesar do autor precisar ter a intenção de destruir parte significativa do grupo, de modo objetivo é apenas requerido que haja o ataque de mais de um membro do grupo[484].

Além disso, o *mens rea* geral, o elemento mental que indica a intenção/vontade e conhecimento (artigo 30 Estatuto de Roma) aplica-se ao *caput* do artigo e a cada conduta material. O autor, portanto, precisa saber que a vítima é membro do grupo, e praticar cada ato material com intenção criminosa[485].

A primeira conduta listada é o homicídio de membros do grupo, que não necessariamente precisa ser premeditado, mas deve ser cometido com dolo[486].

---

[481] POCAR, Fausto. International Criminal Tribunal for the Former Yugoslavia (ICTY). **Max Planck Encyclopedia of Public International Law**, jan. 2007, para. 66.

[482] AMBOS, 2004, p. 221-222, 228; JAPIASSÚ, 2020, p. 133. Sobre a discussão na jurisprudência sobre as abordagens de definição do grupo objetiva e subjetiva ver SCHABAS, William A. Was Genocide Committed in Bosnia and Herzegovina? First Judgments of the International Criminal Tribunal for the Former Yugoslavia. **Fordham International Law Journal**, vol. 25, no. 1, nov. 2001, p. 38-39. Para casos que adotaram abordagem objetiva ver TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA RUANDA. Prosecutor v. Rutaganda. **Judgment Trial Chamber**, 6 dez. 1999, para. 57. Para casos que adotaram abordagem subjetiva ver TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA RUANDA. Concurring: Prosecutor v. Kayishema and Ruzindana. **Judgment**, 21 mai. 1999, para. 98; TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Jelisić. **Judgment Trial Chamber**, 14 dez. 1999, para. 70; TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Krstić. **Judgment Trial Chamber**, 2 ago 2001, para. 557.

[483] AMBOS, 2004, p. 222.

[484] AMBOS, 2004, p. 222; JAPIASSÚ, 2020, p. 131.

[485] AMBOS, 2004, p. 228.

[486] AMBOS, 2004, p. 223, 229; JAPIASSÚ, 2020, p. 131.

A segunda conduta é ofensa grave à integridade física ou mental de membros do grupo. Segundo a jurisprudência dos tribunais penais internacionais, atos que podem ser incluídos nessa hipótese são: escravidão; fome; deportação, perseguição e detenção de indivíduos em guetos, campos de trânsito e campos de concentração[487]; tortura física ou mental; tratamento degradante ou desumano; violência sexual; mutilações e interrogatórios combinados com espancamentos e/ou ameaças de morte[488]. O dano não precisa ser permanente e irreparável, e é irrelevante se ele é suficiente para ameaçar a destruição do grupo[489]. O que a jurisprudência tem apontado é que precisa ser grave, mais do que um simples comprometimento das faculdades mentais ou físicas ou infelicidade, constrangimento ou humilhação temporária. É preciso resultar em uma desvantagem grave e de longo prazo na habilidade da pessoa seguir uma vida normal[490].

A terceira conduta consiste na sujeição intencional do grupo a condições de vida com vista a provocar a sua destruição física, uma forma de genocídio que se materializa pela morte lenta de membros do grupo. Isso significa que os métodos não precisam matar imediatamente qualquer membro, mas devem ser calculados para destruí-los fisicamente, o que inclui ações como negar aos membros do grupo comida e água, expulsão de casa, redução de serviços médicos essenciais, trabalho ou esforço físico excessivo[491]. A expressão "com vista a provocar", *calculated to bring* no original em inglês, indica que a intenção é que a imposição dessas condições seja o principal meio para destruição do grupo, e não apenas uma forma de maus-tratos incidental ao crime[492].

A quarta hipótese é a imposição de medidas destinadas a impedir nascimentos no seio do grupo, também chamado de genocídio biológico, que nega ao grupo os meios de sua propagação. Há um elemento de coerção implicado na imposição de medidas, que devem ser impostas com a intenção de prevenir, pelo menos parcialmente, nascimentos no grupo[493]. As

---

[487] DISTRICT COURT OF JERUSALEM. The Israeli Government Prosecutor General v. Adolph Eichmann Judgment of 12 December 1961. **International Law Reports**, vol. 36, 1968, p. 340.
[488] TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA RUANDA. Prosecutor v. Akayesu. **Judgment Trial Chamber**, 2 set 1998, para. 504, 706, 707; TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA RUANDA. Concurring: Prosecutor v. Kayishema and Ruzindana. **Judgment**, 21 mai. 1999, para. 108; TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA RUANDA. Prosecutor v. Bagilishema. **Judgment Trial Chamber**, 7 jun. 2001, para. 59; TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Krstić. **Judgment Trial Chamber**, 2 ago 2001, para. 513.
[489] AMBOS, 2004, p. 224.
[490] TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Krstić. **Judgment Trial Chamber**, 2 ago 2001, para. 513; TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA RUANDA. Prosecutor v. Bagilishema. **Judgment Trial Chamber**, 7 jun. 2001, para. 59.
[491] AMBOS, 2004, p. 224-225; JAPIASSÚ, 2020, p. 133-134.
[492] AMBOS, 2004, p. 229-230.
[493] AMBOS, 2004, p. 230.

medidas geralmente incluem a esterilização forçada, mutilação sexual, controle de natalidade forçado, separação dos sexos e proibição de casamentos[494]. O caso *Akayesu* do TPIR também considerou o estupro como uma das possíveis medidas, tanto por quando um homem engravida uma mulher de outro grupo, como pelas consequências mentais causadas, como a vítima passar a se recusar a procriar devido ao trauma[495].

A quinta e última conduta é a transferência, à força, de crianças do grupo para outro grupo, o que levaria a perda da identidade do grupo por sua assimilação[496]. Explica Japiassú que essas duas últimas condutas "são formas de eliminar fisicamente o grupo determinado, impedindo o seu desenvolvimento ou a sua renovação"[497].

É importante destacar que, para que ocorra o genocídio, não há o requisito de que a conduta tenha ocorrido em um contexto de um padrão de ações semelhantes, ou com a existência de um plano ou política para tal. Apesar de presente na maioria dos casos e um fator que pode ser um diferencial para atestar a intenção específica de destruir o grupo, não é um elemento requerido pela letra da lei[498], o que os tribunais penais têm repetidamente afirmado[499].

Soma-se às condutas, acompanhadas do elemento mental geral requerido em cada uma delas, o elemento mental específico que é parte constitutiva do crime de genocídio[500]. Trata-se da intenção específica de destruir um dos grupos protegidos, como o religioso. A CDI a descreve como a característica distintiva desse crime internacional, "um determinado estado mental ou uma intenção específica com relação às consequências gerais do ato proibido" (tradução minha)[501]. Na jurisprudência, esse elemento se consolidou no caso *Akayesu*, no qual o TPIR o definiu como "intenção específica [...] que exige que o autor busque claramente produzir o ato" ou "tenha a intenção clara de causar a ofensa" (tradução minha)[502].

---

494 AMBOS, 2004, p. 224-225.
495 TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA RUANDA. Prosecutor v. Akayesu. **Judgment Trial Chamber**, 2 set 1998, para. 507-508.
496 AMBOS, 2004, p. 226.
497 JAPIASSÚ, 2020, p. 134.
498 AMBOS, 2004, p. 227; TRIFFTERER, 2001, p. 406-408; SCHABAS, 2001, p. 32.
499 TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Jelisić. **Judgment/Sentence Appeals Chamber**, 5 jul. 2001, para. 48; TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Jelisić. **Judgment Trial Chamber**, 14 dez. 1999, para. 100, 101; TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA RUANDA. Prosecutor v. Kayishema and Ruzindana. **Judgment/Sentence Appeals Chamber**, 1 jun. 2001, para. 138; TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA RUANDA. Concurring: Prosecutor v. Kayishema and Ruzindana. **Judgment**, 21 mai. 1999, para. 94, 276.
500 AMBOS, 2004, p. 231; JAPIASSÚ, 2020, p. 134.
501 INTERNATIONAL LAW COMMISSION, 1996, comentário ao artigo 17, para. 5. No original: "*a particular state of mind or a specific intent with respect to the overall consequences of the prohibited act.*"
502 TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA RUANDA. Prosecutor v. Akayesu. **Judgment Trial Chamber**, 2 set 1998, para. 497, 518. No original: "*specific intention [...] which demands that the perpetrator clearly seeks to produce the act*" "*have the clear intent to cause the offence*".

Portanto, a intenção de destruir pressupõe que as vítimas foram escolhidas justamente por serem membros do grupo que se deseja destruir, e apenas saber dessa membresia não é suficiente[503]. Para além das vítimas serem almejadas por serem parte de uma coletividade nacional, étnica, racial ou religiosa, elas são almejadas com intenção de que o grupo seja destruído enquanto tal – essa é a diferença jurídica do genocídio. Um exemplo do que ficaria de fora desse escopo, conforme já analisado pelo TPIY, é quando o autor "mata arbitrariamente, ao invés de com a clara intenção de destruir um grupo" (tradução minha)[504]. Dessa forma, citando o caso *Krstić*, o genocídio abrange apenas atos "com o **objetivo** de destruir o grupo em todo ou em parte" (tradução minha, destaque original)[505].

A intenção específica, portanto, deve ser direcionada à destruição do grupo em tela. Destaca-se que é irrelevante para a concretização do crime o fato do autor ser, objetivamente, bem-sucedido na destruição do grupo. É necessário apenas ter a intenção subjetiva de atingir esse alvo. Inclusive, como apenas uma das condutas materiais tem a morte das vítimas como uma consequência necessária, não é preciso haver mortes para que um genocídio ocorra[506]. A CDI, com base nos documentos preparatórios da Convenção contra o Genocídio, argumenta que a destruição intentada é a física ou biológica do grupo, pois a hipótese de genocídio cultural foi propositalmente excluída da redação final da Convenção. Os elaboradores do Estatuto de Roma também excluíram atos de genocídio cultural do artigo 6[507].

Provar essa intenção específica costuma ser um dos maiores desafios dos casos de genocídio. Elementos do contexto geral, apesar de não serem requisitos, são indicativos do *dolus specialis*[508] dos autores do crime, como atos direcionados contra um grupo protegido em um certo período e área geográfica. Um exemplo foi o assassinato de 7000 a 8000 bósnios

---

[503] AMBOS, 2004, p. 233. TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Krstić. **Judgment Trial Chamber**, 2 ago 2001, para. 561.

[504] TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Jelisić. **Judgment Trial Chamber**, 14 dez. 1999, para. 108. No original: "*killed arbitrarily rather than with the clear intention to destroy a grou*p".

[505] TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Krstić. **Judgment Trial Chamber**, 2 ago 2001, para. 517. No original: "*with the **goal** of destroying all or part of the group*".

[506] AMBOS, 2004, p. 235, 236-237; TRIFFTERER, 2001, p. 402; SUNGA, 1998, p. 383; TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA RUANDA. Prosecutor v. Akayesu. **Judgment Trial Chamber**, 2 set 1998, para. 497.

[507] AMBOS, 2004, 236-237; INTERNATIONAL LAW COMMISSION, 1996, comentário artigo 17, para. 12; BOOT, Machteid. **Genocide, Crimes Against Humanity, War Crimes**: Nullum Crimen Sine Lege and The Subject Matter Jurisdiction of the ICC. Doctoral Thesis (Doctor of Philosophy) – Antwerpen, Intersentia, 2002, para. 413-414; SCHABAS, William A. **Genocide in International Law**: The Crime of Crimes. Cambridge: Cambridge University Press, 2 ed., 2009, p. 179-189. Ver TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Krstić. **Judgment Trial Chamber**, 2 ago 2001, para. 576.

[508] Utiliza-se *dolus specialis* como sinônimo de intenção específica. Ver discussão em TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Jelisić. **Judgment/Sentence Appeals Chamber**, 5 jul. 2001, para. 51; TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Sikirica. **Judgment on Defence Motions to Acquit**, 3 set. 2001, para. 60.

muçulmanos em uma única semana em Srebrenica[509]. Ainda no caso *Krstić*, foi considerado que ataques simultâneos a propriedades culturais e religiosas, bem como a casas de membros do grupo eram evidência indireta da intenção genocida do acusado[510], e em *Karadžić* e *Mladić* o TPIY citou a destruição de bibliotecas e instituições religiosas como prova da intenção genocida contra o grupo[511]. A jurisprudência do TPIY aponta que, na ausência de provas diretas da intenção específica, ela pode ser inferida a partir dos fatos e circunstâncias que podem incluir o contexto geral, a perpetração de outros crimes sistematicamente dirigidos contra o mesmo grupo, a escala das atrocidades cometidas, o mirar sistemático nas vítimas em razão de sua filiação a um determinado grupo, a prova do estado mental com relação ao cometimento dos atos subjacentes, a repetição de atos destrutivos e discriminatórios, ou a existência de um plano ou política[512].

Quanto ao significado de "em todo ou em parte", mesmo que o resultado numérico possa ser relevante para auxiliar nas conclusões sobre a intenção do autor, a referência de "ao todo ou em parte" não é em relação ao ato físico, como que indicando um critério quantitativo, mas sim à intenção do autor do crime. Portanto, fica claro pela redação do artigo que a intenção de destruir um grupo em parte já é o suficiente para configurar genocídio[513]. De todo modo, em relação ao sentido de "em parte", é preciso ter a intenção de destruir um número significativo de membros do grupo[514].

A CDI se refere a uma "parte substancial do grupo" (tradução minha), pois a intenção é de destruir o grupo, e não apenas uma ou mais pessoas que coincidentemente são membros dele: "o ato proibido deve ser cometido contra um indivíduo devido à sua participação em um determinado grupo e como uma etapa incremental no objetivo geral de destruir o grupo"

---

[509] AMBOS, 2004, p. 234-235; TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Krstić. **Judgment Trial Chamber**, 2 ago 2001, para. 594, 598.
[510] TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Krstić. **Judgment Trial Chamber**, 2 ago 2001, para. 580.
[511] TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Karadžić and Mladić. **Confirmation of Indictment Pursuant to Rule 61 Case Nos. ICTY-95-5-R61 and ICTY-95-18-R61**, 11 jul. 1996, para. 95.
[512] TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Mladić. **Judgment**, 22 nov. 2017, vol. 3, para. 3457; TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Jelisić. **Judgment/Sentence Appeals Chamber**, 5 jul. 2001, para. 47-48; TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Krstić. **Judgment/Sentence Appeals Chamber**, 19 abr. 2004, para. 34; TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Stakić. **Judgment/Sentence Appeals Chamber**, 11 mar. 2006, para. 55; TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Popović et al. **Judgment/Sentence Appeals Chamber**, 30 jan. 2015, para. 430, 440, 468; TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Tolimir. **Judgment Appeals Chamber**, 8 abr. 2015, para. 246, 248, 253; TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA RUANDA. Prosecutor v. Hategekimana. **Judgment/Sentence Appeals Chamber**, 8 mai. 2012, para. 133.
[513] SCHABAS, 2001, p. 40; TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Krstić. **Judgment Trial Chamber**, 2 ago 2001, para. 584.
[514] AMBOS, 2004, p. 238.

(tradução minha)[515]. O TPIR também se refere a um "número considerável de indivíduos" (tradução minha)[516] e o comitê preparatório para o TPI a "mais do que um número pequeno de indivíduos que são membros de um grupo" (tradução minha)[517]. Nehemiah Robinson, comentando a Convenção contra o Genocídio, também elenca que o objetivo do genocídio é a destruição de uma multitude de pessoas do mesmo grupo, desde que o número seja substancial[518], e Benjamin Whitaker, no relatório de 1985 sobre prevenção e punição do crime de genocídio aponta que "em parte" se refere a um número significativo em relação ao total do grupo ou uma seção significativa do grupo[519].

Quanto a outras perguntas, como se seria suficiente ter a intenção de destruir uma seção qualitativa do grupo, por exemplo seus líderes, ou se seria suficiente destruir um número significativo de uma seção da parte de um grupo, é preciso levar em consideração as consequências para o grupo como um todo, isto é, se haverá um impacto duradouro[520]. No caso *Jelisić*, a Câmara de Julgamento do TPIY concluiu que pode ser possível inferir a intenção genocida necessária a partir da "destruição desejada de um número mais limitado de pessoas selecionadas pelo impacto que seu desaparecimento teria sobre a sobrevivência do grupo como tal" (tradução minha)[521]. No caso *Krstić*, a Câmara de Apelação do TPIY confirmou que a intenção de destruir deve se dirigir pelo menos a uma parte substancial do grupo, e que a determinação da parte substancial envolve diversas considerações: o tamanho numérico é um ponto de partida necessário e importante, mas pode se adicionar a esse fator a proeminência da parte do grupo almejada, caso ela seja emblemática ou essencial a sobrevivência do grupo[522].

---

[515] INTERNATIONAL LAW COMMISSION, 1996, comentário ao artigo 17, para. 6, 8. No original: "*substantial part of the group*", "*The prohibited act must be committed against an individual because of his membership in a particular group and as an incremental step in the overall objective of destroying the group*."

[516] TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA RUANDA. Concurring: Prosecutor v. Kayishema and Ruzindana. **Judgment**, 21 mai. 1999, para. 97. No original: "*considerable number of individuals*". Ver também TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA RUANDA. Prosecutor v. Bagilishema. **Judgment Trial Chamber**, 7 jun. 2001, para. 64.

[517] UNITED NATIONS PREPARATORY COMMITTEE ON THE ESTABLISHMENT OF AN INTERNATIONAL CRIMINAL COURT. Draft Statute for the International Criminal Court, Jurisdiction. **UN Doc A/CONF.183/2/Add.1**, 14 abr. 1998, p. 11 e nota de rodapé no. 1. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/253772?ln=en.

[518] ROBINSON, Nehemiah. **The Genocide Convention**: A Commentary. New York: Institute of Jewish Affairs, World Jewish Congress, 1960, p. 63

[519] UNITED NATIONS ECONOMIC AND SOCIAL COUNCIL Revised and updated report on the question of the prevention and punishment of the crime of genocide prepared by Mr. Benjamin Whitaker. **UN Doc E/CN.4/Sub.2/1985/6**, 2 jul. 1985, para 29. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/108352?ln=es.

[520] AMBOS, 2004, p. 239-240.

[521] TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Jelisić. **Judgment Trial Chamber**, 14 dez. 1999, para. 82. No original: "*desired destruction of a more limited number of persons selected for the impact that their disappearance have upon the survival of the group as such would have upon the survival of the group as such*."

[522] TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Krstić. **Judgment/Sentence Appeals Chamber**, 19 abr. 2004, para. 12

Em *Tolimir*, ao analisar se o assassinato de três líderes muçulmanos proeminentes na comunidade local poderia ser considerado como genocídio, a Câmara de Apelação afirmou que genocídio pode, sim, ser cometido por meio do homicídio de apenas certos membros proeminentes do grupo, desde que eles sejam selecionados pelo impacto que seu desaparecimento teria na sobrevivência do grupo como tal. Ou seja, de tal modo que o escopo protetivo do crime continua sendo o grupo como um todo, não apenas seus líderes[523].

Conclui-se que, conforme elencado pela CDI, não é preciso ter a intenção de atingir a completa aniquilação do grupo em todo os locais do globo, é suficiente ter a intenção de destruir uma parte do grupo geograficamente limitada[524]. Essa também é a posição de julgamentos do TPIY, que concentrou sua análise em municípios ou regiões específicas, e não na Bósnia ou na antiga Iugoslávia como um todo[525]. No caso *Krstić*, foi esclarecido que o assassinato de todos os membros de um grupo localizados em uma determinada área geográfica, embora pudesse resultar em menos vítimas, seria qualificado como genocídio e, por outro lado, se os membros do grupo fossem mortos apenas seletivamente em uma ampla área geográfica, o requisito de intenção específica não seria demonstrado[526].

Ressalta-se que o crime de genocídio não requer o resultado de que ele seja bem-sucedido, mas sim a prática de uma determinada conduta com determinada intenção. Os tribunais não precisam determinar que o método foi bem escolhido pelo autor, isso pode apenas influenciar para determinar se de fato o autor tinha a real intenção de destruição[527]. Ainda, Kai Ambos destaca que a necessidade de compreender o que o "todo ou em parte" significa se dá pela estrutura da ofensa como um crime de intenção, isto é, um tipo penal em que o *mens rea* do autor é dominante e prevalece sob o *actus reus*. O autor não precisa objetivamente destruir o grupo em todo ou em parte, mas apenas ter a intenção de fazê-lo[528].

Por fim, destaca-se a proteção de caráter coletivo que a proibição do genocídio traz. Os indivíduos são importantes como membros do grupo ao qual pertencem. Parte da intenção

---

[523] TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Tolimir. **Judgment Appeals Chamber**, 8 abr. 2015, para. 263. Neste caso em específico, a Câmara de Apelação considerou que não havia evidências de que o homicídio desses líderes tenha sido realizado de modo a impactar a sobrevivência do grupo como um todo (ver para. 266-267, 269).
[524] INTERNATIONAL LAW COMMISSION, 1996, comentário ao artigo 17, para. 8; AMBOS, 2004, p. 238.
[525] SCHABAS, 2001, p. 41. Ver TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Jelisić. **Judgment Trial Chamber**, 14 dez. 1999, para. 83. Sobre a abordagem do TPIY voltada mais ao contexto local, em contraste com a abordagem do TPIR, na qual os julgamentos ecoaram as evidências gerais apresentadas pelo promotor quanto a um plano genocida em escala nacional ver SCHABAS, 2001, p. 43.
[526] TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Krstić. **Judgment Trial Chamber**, 2 ago 2001, para. 590.
[527] SCHABAS, 2001, p. 47.
[528] AMBOS, 2004, p. 241.

específica é que eles são almejados devido sua membresia. A CDI esclarece que "o critério decisivo para determinar as vítimas imediatas do crime de genocídio é a participação do indivíduo em um determinado grupo, e não a identidade do indivíduo. O grupo em si é o alvo final" (tradução minha)[529]. Portanto, a vítima última do genocídio é o grupo em si e o tipo penal visa proteger essa coletividade como uma entidade supraindividual. É a proteção de que grupos nacionais, étnicos, raciais e religiosos existam enquanto tais[530]. Trata-se, portanto, da defesa de um bem jurídico coletivo, da tutela da existência de determinados grupos humanos[531].

Diante do paradigma de direitos humanos individuais no contexto pós Segunda Guerra, proteções de grupos como a disposta na proibição do genocídio remetem à falha do período entreguerras de proteger direitos de coletividades, reconhecendo que ainda há grupos que precisam ser especialmente protegidos, pois sua destruição prejudica toda a comunidade internacional. A proibição do genocídio vem, portanto, como uma extensão da proteção de minorias vigente no período entreguerras[532]. Os religiosos estão entre esses, o que reforça o caráter fundamental do direito de pessoas terem, exercerem e viverem de acordo com sua religião ou crença, em público ou em privado, individual ou coletivamente, conforme previsto em inúmeras proteções nos tratados de direitos humanos, das quais se destaca o artigo 18 do Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos (PIDCP).

2.1.2.2 Crime Contra a Humanidade de Perseguição (artigo 7(1)(h))

Os crimes contra a humanidade estão previstos no artigo 7 do Estatuto de Roma, e a modalidade específica da perseguição encontra-se no parágrafo 1(h), com a definição de perseguição disposta no parágrafo 2(g). Leia-se:

> Artigo 7. 1. Para os efeitos do presente Estatuto, entende-se por "crime contra a humanidade", qualquer um dos atos seguintes, quando cometido no quadro de um ataque, generalizado ou sistemático, contra qualquer população civil, havendo conhecimento desse ataque: [...]

---

[529] INTERNATIONAL LAW COMMISSION, 1996, comentário ao artigo 17, para. 6. No original: ". *It is the membership of the individual in a particular group rather than the identity of the individual that is the decisive criterion in determining the immediate victims of the crime of genocide. The group itself is the ultimate target*".
[530] AMBOS, 2004, p. 241.
[531] JAPIASSÚ, 2020, p. 130.
[532] ALONZO-MAIZLISH, David. In Whole or In Part: Group Rights, the Intent Element of Genocide, and the "Quantitative Criterion". **New York University Law Review**, vol. 77, 2002, p. 1378, 1380; LEMKIN, Raphaël. **Axis Rule in Occupied Europe**. Washington, DC: Carnegie Endowment, 1944, p. 79, 80-82, 85-87, 90-93; SCHABAS, William A. Groups Protected by the Genocide Convention: Conflicting Interpretations from the International Criminal Tribunal for Rwanda. **ILSA Journal of International & Comparative Law**, vol. 6, 2000, p. 376.

> h) **Perseguição de um grupo ou coletividade que possa ser identificado, por motivos políticos, raciais, nacionais, étnicos, culturais, religiosos ou de gênero**, tal como definido no parágrafo 3º, ou em função de outros critérios universalmente reconhecidos como inaceitáveis no direito internacional, relacionados com qualquer ato referido neste parágrafo ou com qualquer crime da competência do Tribunal; [...]
> 2. Para efeitos do parágrafo 1º: [...]
> g) Por "perseguição'" entende-se **a privação intencional e grave de direitos fundamentais** em violação do direito internacional, por **motivos relacionados com a identidade do grupo ou da coletividade** em causa; [...] (Destaque meu)

Logo no *caput* do dispositivo fica claro seu primeiro elemento distintivo: o elemento de contexto, qual seja, um ataque generalizado ou sistemático contra a população civil. Cada uma das hipóteses de condutas materiais do crime, acompanhadas de intenção, devem ocorrer nesse contexto[533].

A primeira parte do elemento de contexto é o ataque, que a jurisprudência define como a prática múltipla dos atos desumanos enumerados nos artigos dos estatutos dos tribunais penais internacionais, excluindo atos que sejam isolados e aleatórios[534]. Não estão incluídos apenas ataques militares, que não necessariamente são considerados ataques no sentido exposto, a não ser quando direcionados à população civil; mas também os meios pacíficos e não-violentos como a imposição de um sistema de *apartheid*. O modo de comissão não é definido de modo estrito, podendo ser tanto por meio de atos múltiplos cometidos por um único autor, ou por vários autores agindo uma única vez ou diversas vezes[535].

A segunda parte é o requisito de que o ataque seja generalizado ou sistemático. Generalizado significa um número amplo de vítimas, e sistemático que seja realizado de acordo com uma política ou plano pré-concebido[536]. Se, por um lado, o "ou" entre sistemático e generalizado parece indicar uma abordagem alternativa, isto é, que o ataque precisa ser um ou outro, o parágrafo 2(a) do artigo 7 requer que o ataque seja feito "de acordo com a política de

---

[533] Ver JAPIASSÚ, 2020, p. 135-144, 155; WERLE; JEßBERGER, 2014, p. 327-347, 372-386; CASSESE, Antonio. Volume I, s.3 Jurisdiction, 11 Jurisdiction Ratione Materiae, Ch.11.2 Crimes against Humanity. *In*: CASSESE, Antonio; GAETA, Paola; JONES, John R. W. D (eds.). **The Rome Statute of the International Criminal Court**. Oxford Scholarly Authorities on International Law, 2002, p. 353-378; SCHABAS, William A. Part 2 Jurisdiction, Admissibility, and Applicable Law: Compétence, Recevabilité, Et Droit Applicable, Art.7 Crimes against humanity/Crimes contre l'humanité. *In*: SCHABAS, William A. **The International Criminal Court**: A Commentary on the Rome Statute. Oxford Scholarly Authorities on International Law, 2 ed., 2016, p. 145-212; GIL, Alicia Gil. Artigo 7: Crimes Contra a Humanidade. *In*: STEINER, Sylvia Helena; BRANT, Leonardo Nemer Caldeira (eds.). **Tribunal Penal Internacional**: Comentários ao Estatuto de Roma. Belo Horizonte: Centro de Direito Internacional e Konrad Adenauer Stiftung, 2019, p. 161-194; ACQUAVIVA, Guido; POCAR, Fausto. Crimes against Humanity. **Max Planck Encyclopedia of Public International Law**, jun. 2008.
[534] AMBOS, 2004, p. 241; JAPIASSÚ, 2020, p. 138. Ver também artigo 7(2)(a) Estatuto de Roma, artigo 5 do Estatuto do TPIY e artigo 3 do Estatuto do TPIR.
[535] AMBOS, 2004, p. 242; JAPIASSÚ, 2020, p. 139.
[536] AMBOS, 2004, p. 242; JAPIASSÚ, 2020, p. 139-140; TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Blaškić (lT-95-14-T). **Judgment**, 3 mar. 2000, para. 206; TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Vasiljević (IT-98-32-T). **Trial Chamber II Judgment**, 29 nov. 2002 para. 35; TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA RUANDA. Prosecutor v. Bagilishema. **Judgment Trial Chamber**, 7 jun. 2001, para. 77.

um Estado ou de uma organização de praticar esses atos ou tendo em vista a prossecução dessa política", parecendo optar por uma abordagem cumulativa de que o ataque deve ser generalizado e sistemático ao mesmo tempo.

Kai Ambos sugere que a solução recai na função do elemento da política: ele é o elemento internacional dos crimes contra a humanidade, o que torna crimes que seriam do direito penal doméstico em crimes internacionais[537]. Assim, para serem considerados crimes contra a humanidade, os ataques generalizados devem, de alguma forma, ser conectados a autoridade estatal ou organizacional. No mínimo, devem ser tolerados pela autoridade, o que já é o suficiente. Não é necessário, entretanto, interpretar no sentido da abordagem cumulativa de modo estrito. O costume internacional aponta que nos ataques generalizados não é preciso ter uma política ativa, é suficiente que seja implícita[538].

A terceira parte do elemento contextual é que o ataque, sistemático ou generalizado, seja direcionado contra qualquer população civil. A população deve ser o objeto primário do ataque, o que se refere a variedade de vítimas, novamente excluindo atos isolados e aleatórios. O termo "qualquer" informa que as vítimas podem ser tanto nacionais como estrangeiros. Civis, por fim, são, durante um conflito armado, os não-combatentes (artigo comum 3 das Convenções de Genebra), e, durante tempos de paz, a população como um todo[539]. Ressalta-se que o uso da palavra não significa que o ataque precisa ser contra toda a população daquela área geográfica[540]. No caso *Kordić*, o TPIY considerou que é suficiente demonstrar que um número suficiente de indivíduos foi almejado no ataque, e não apenas um número limitado e aleatório de indivíduos[541].

A quarta e última parte constitutiva do elemento de contexto é o nexo entre as condutas praticadas pelo autor e o contexto. A jurisprudência tem apontado para a necessidade de dois elementos em relação a esse nexo. Primeiro, um material, de que os crimes sejam cometidos como parte do ataque generalizado ou sistemático. Segundo, um mental, de que o acusado saiba que seus atos encontram-se naquele padrão[542]. Portanto, o *mens rea* do elemento de contexto disposto no *caput* do artigo é que o perpetrador tenha conhecimento do ataque contra a

---

[537] AMBOS, 2004, p. 243; JAPIASSÚ, 2020, p. 140.
[538] AMBOS, 2004, p. 243-244; JAPIASSÚ, 2020, p. 141.
[539] AMBOS, 2004, p. 245-246.
[540] POCAR, 2007, para. 68; JAPIASSÚ, 2020, p. 142.
[541] TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Kordić. **Judgment/Sentence Appeals Chamber**, 17 dez. 2004, para. 95.
[542] AMBOS, 2004, p. 247-248; JAPIASSÚ, 2020, p. 143; TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Dario Kordic, Mario Cerkez. **Judgment**, 26 fev. 2001, para. 187; TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Duško Tadić. **Judgment/Sentence Appeals Chamber**, 15 jul. 1999, para. 248, 255; TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Kupreškic et al. (IT-95-16-T). **Trial Chamber Judgment**, 14 jan. 2000, para. 556.

população civil e saiba que seu ato individual é parte do ataque[543]. Trata-se de um elemento de intencionalidade especial que não se confunde com o requisito geral do dolo[544]. O caso *Tadić* esclarece que é suficiente para responsabilizar o autor por crimes contra a humanidade se ele tem "conhecimento, seja real ou construtivo, de que esses atos estavam ocorrendo de forma generalizada ou sistemática e não comete seu ato por motivos puramente pessoais completamente não relacionados ao ataque à população civil" (tradução minha)[545].

Então, parte-se para as condutas materiais específicas das alíneas do artigo 7(1) do Estatuto de Roma, com cada uma delas acompanhada pelo requisito geral de intenção do artigo 30[546]. Para cumprir o objetivo proposto nesta dissertação, apenas a conduta de perseguição será analisada. A perseguição é a privação intencional e grave de direitos fundamentais em violação do direito internacional, por motivos relacionados com a identidade do grupo (artigo 7(2)(g) Estatuto de Roma). Segundo a jurisprudência, o crime consiste em um ato ou omissão que:

> 1. discrimina de fato e nega ou infringe um direito fundamental estabelecido no direito internacional consuetudinário ou em tratados (o *actus reus*); e
> 2. foi realizada deliberadamente com a intenção de discriminar por um dos motivos listados, especificamente raça, religião ou política (*mens rea*). (Tradução minha)[547]

Os atos específicos de perseguição podem ser atos enumeradas em outros parágrafos do artigo 7, atos mencionados em outros artigos do Estatuto ou atos que não são expressamente mencionados, desde que consistam em uma privação severa de direitos, isto é, que atinjam o mesmo nível de gravidade de outras ações proibidas como crimes contra a humanidade[548]. O elemento adicional da intenção discriminatória, um especial fim de agir, é uma característica distintiva do crime de perseguição em comparação a outras condutas que constituem crimes

---

[543] AMBOS, 2004, p. 249; JAPIASSÚ, 2020, p. 143.

[544] JAPIASSÚ, 2020, p. 144. Ver GORAIEB, Elizabeth. **Responsabilidade penal do estado**. 2019. Tese (Doutorado em Direito Internacional) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 25 mar. 2019, p. 483-484.

[545] TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Duško Tadić. **Judgment**, 7 mai. 1997, para. 659. No original: "*If the perpetrator has knowledge, either actual or constructive, that these acts were occurring on a widespread or systematic basis and does not commit his act for purely personal motives completely unrelated to the attack on the civilian population, that is sufficient to hold him liable for crimes against humanity*".

[546] AMBOS, 2004, p. 250.

[547] TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Vasiljević (IT-98-32-T). **Trial Chamber II Judgment**, 29 nov. 2002 para. 244. No original: "*1. discriminates in fact and which denies or infringes upon a fundamental right laid down in international customary or treaty law (the actus reus); and 2. was carried out deliberately with the intention to discriminate on one of the listed grounds, specifically race, religion or politics (the mens rea).*" Ver também TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Krnojelac (IT-97-25). **Trial Chamber II Judgment**, 15 mar. 2002, para. 350; TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Kupreškic et al. (IT-95-16-T). **Trial Chamber Judgment**, 14 jan. 2000, para. 627, 632 e seguintes.

[548] AMBOS, 2007, p. 258-259; POCAR, 2007, para. 72. Ver, por exemplo, TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Tolimir. **Judgment**, 12 dez. 2012, para. 847-848.

contra a humanidade[549]. Trata-se de uma intenção criminal agravada (*dolus specialis*) "de submeter uma pessoa ou grupo à discriminação, maus-tratos ou assédio, de modo a causar grande sofrimento ou prejuízo a essa pessoa ou grupo por motivos religiosos, políticos ou outros" (tradução minha)[550]. O autor deve almejar um grupo enquanto tal, ou atacar uma pessoa devido a sua membresia no grupo[551].

Assim, é possível traçar um paralelo entre o genocídio e a perseguição, como ocorreu no caso *Kupreškic* do TPIY:

> O requisito *mens rea* para a perseguição é maior do que para os crimes comuns contra a humanidade, embora menor do que para o genocídio. Nesse contexto, a Câmara de Julgamento deseja enfatizar que a perseguição como um crime contra a humanidade é uma ofensa que pertence ao mesmo *genus* do genocídio. Tanto a perseguição quanto o genocídio são crimes perpetrados contra pessoas que pertencem a um grupo específico e que são alvos por causa de tal pertencimento. Em ambas as categorias, o que importa é a **intenção de discriminar: atacar pessoas em razão de suas características étnicas, raciais ou religiosas** (bem como, no caso de perseguição, em razão de sua afiliação política). Enquanto no caso de perseguição a intenção discriminatória pode assumir várias formas desumanas e se manifestar em uma pluralidade de ações, inclusive assassinato, no caso de genocídio essa intenção deve ser acompanhada pela intenção de destruir, no todo ou em parte, o grupo ao qual as vítimas do genocídio pertencem. Assim, pode-se dizer que, do ponto de vista da *mens rea*, o genocídio é uma forma extrema e mais desumana de perseguição. Em outras palavras, quando a perseguição chega à forma extrema de atos intencionais e deliberados destinados a destruir um grupo ou parte de um grupo, pode-se afirmar que tal perseguição equivale a genocídio. (Tradução minha, destaque meu)[552]

A partir da compreensão das definições acima expostas, é possível examinar o mecanismo de responsabilização em caso de violação e compreender, por meio de jurisprudência selecionada, o modo que os tribunais penais internacionais têm decidido casos de genocídio e perseguição de grupos religiosos.

---

[549] TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Dario Kordic, Mario Cerkez. **Judgment**, 26 fev. 2001, para. 212; JAPIASSÚ, 2020, p. 155.

[550] CASSESE, 2002, p. 364. No original: "*to subject a person or group to discrimination, ill- treatment, or harassment so as to bring about great suffering or injury to that person or group on religious, political or other such grounds*".

[551] WERLE; JEßBERGER, 2014, p. 377.

[552] TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Kupreškic et al. (IT-95-16-T). **Trial Chamber Judgment**, 14 jan. 2000, para. 636. No original: *"the mens rea requirement for persecution is higher than for ordinary crimes against humanity, although lower than for genocide. In this context the Trial Chamber wishes to stress that persecution as a crime against humanity is an offence belonging to the same genus as genocide. Both persecution and genocide are crimes perpetrated against persons that belong to a particular group and who are targeted because of such belonging. In both categories what matters is the intent to discriminate: to attack persons on account of their ethnic, racial, or religious characteristics (as well as, in the case of persecution, on account of their political affiliation). While in the case of persecution the discriminatory intent can take multifarious inhumane forms and manifest itself in a plurality of actions including murder, in the case of genocide that intent must be accompanied by the intention to destroy, in whole or in part, the group to which the victims of the genocide belong. Thus, it can be said that, from the viewpoint of mens rea, genocide is an extreme and most inhuman form of persecution. To put it differently, when persecution escalates to the extreme form of wilful and deliberate acts designed to destroy a group or part of a group, it can be held that such persecution amounts to genocide."* Ver também CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (Bosnia and Herzegovina v. Serbia and Montenegro). **Judgment**, 26 fev. 2007, para. 187-188.

2.1.3 Mecanismo de Responsabilização: tribunais penais internacionais

Em caso de violação do Estatuto de Roma, o TPI, quando satisfeitos os requisitos para exercício de sua jurisdição, é o mecanismo apto para atribuir responsabilidade penal individual aos autores do crime internacional. Após a análise dos requisitos para jurisdição do TPI **(2.1.3.1)**, será feita uma análise de casos selecionados dos tribunais penais internacionais, com a finalidade de averiguar o que esses tribunais têm compreendido sobre genocídio e perseguição religiosa **(2.1.3.2)**.

2.1.3.1 Requisitos para exercício da jurisdição do Tribunal Penal Internacional

Tradicionalmente, o julgamento de indivíduos por crimes, sejam eles cometidos em um contexto nacional ou internacional, é uma prerrogativa dos Estados. O uso de tribunais internacionais para aplicar a responsabilidade penal internacional só começou a se desenvolver de fato após as duas guerras mundiais, tornando-se uma realidade após a Segunda Guerra, com os tribunais de Nuremberg e Tóquio[553]. Depois se seguiram os tribunais penais internacionais *ad hoc* TPIY e TPIR, com o TPI como o primeiro tribunal penal internacional permanente, estabelecido por tratado em 1998[554].

Importante destacar que o TPI segue o princípio da complementariedade, ou seja, possui o intuito de complementar a jurisdição penal nacional, e não as substituir (artigo 1 Estatuto de Roma)[555]. Desse modo, ele foi pensado para julgar os autores de crimes internacionais considerados os "mais responsáveis", e apenas cabe ao TPI julgá-los quando os Estados são *unwilling or unable*[556]. Para determinar a falta de vontade de agir de um Estado em determinado caso, o Tribunal segue os critérios estabelecidos no artigo 17(2) do Estatuto.

---

[553] O'SHEA, 2009, para. 11-12.
[554] O'SHEA, 2009, para. 13.
[555] O'SHEA, 2009, para. 11, 24.
[556] KREß, Claus. International Criminal Law. **Max Planck Encyclopedia of Public International Law**, mar. 2009, para. 27.

Quanto ao exercício da sua jurisdição, segundo o artigo 13 do Estatuto há três maneiras de acessá-la, seguindo também as pré-condições do artigo 12[557]:

> a) Um Estado Parte denunciar ao Procurador, nos termos do artigo 14, qualquer situação em que haja indícios de ter ocorrido a prática de um ou vários desses crimes;
> b) O Conselho de Segurança, agindo nos termos do Capítulo VII da Carta das Nações Unidas, denunciar ao Procurador qualquer situação em que haja indícios de ter ocorrido a prática de um ou vários desses crimes; ou
> c) O Procurador tiver dado início a um inquérito sobre tal crime, nos termos do disposto no artigo 15.

Quanto às modalidades (a) e (c), é dito no artigo 12 que o Tribunal só poderá exercer jurisdição se o Estado do território no qual as condutas foram cometidas ou o Estado do qual o acusado é nacional forem partes do Estatuto ou aceitarem a jurisdição do TPI. Os Estados podem aceitar a jurisdição do tribunal nos parâmetros do artigo 12(3): "pode o referido Estado, mediante declaração depositada junto do Secretário, consentir em que o Tribunal exerça a sua competência em relação ao crime em questão".

Outra opção é o envio do caso ao TPI pelo Conselho de Segurança. Nessa hipótese não é preciso que se trate do território ou de nacional de um Estado parte do Estatuto. Contudo, além de ser preciso demonstrar que as cortes do Estado em questão seriam *unwilling or unable* para julgamento dos casos, seria necessário um consenso dos membros permanentes do CSNU na questão, uma vez que eles possuem poder de veto. Ao analisar a prática do Conselho, nos episódios em que ele enviou para o TPI as situações em Darfur e na Líbia, foi feita uma ressalva excluindo a possibilidade de que o tribunal julgasse nacionais de Estados não-membros[558]. Portanto, é possível o CSNU tomasse decisões semelhantes e a ressalva se repetisse.

Assim, o TPI é, em princípio, competente apenas em relação aos atos ocorridos em território ou cometido por nacionais de Estados membros do Estatuto de Roma. Isso o aproxima das condições de processo legal de um Estado responsável, que continua sujeito ao

---

[557] Ver CERDA, Ania Salinas. Artigos 13 a 16: Ativação da jurisdição. Remessa por Estado Parte. Iniciativa do Procurador. Remessa pelo Conselho de Segurança da ONU. Suspensão da Investigação ou do Procedimento. *In*: STEINER, Sylvia Helena; BRANT, Leonardo Nemer Caldeira (eds.). **Tribunal Penal Internacional**: Comentários ao Estatuto de Roma. Belo Horizonte: Centro de Direito Internacional e Konrad Adenauer Stiftung, 2019, p. 285-326; SCHABAS, William A. Part 2 Jurisdiction, Admissibility, and Applicable Law: Compétence, Recevabilité, Et Droit Applicable, Art.12 Preconditions to the exercise of jurisdiction/Conditions préalables à l'exercice de la compétence. *In*: SCHABAS, William A. **The International Criminal Court**: A Commentary on the Rome Statute. Oxford Scholarly Authorities on International Law, 2 ed., 2016, p. 344-366; SCHABAS, William A. Part 2 Jurisdiction, Admissibility, and Applicable Law: Compétence, Recevabilité, Et Droit Applicable, Art.13 Exercise of jurisdiction/Exercice de la compétence. *In*: SCHABAS, William A. **The International Criminal Court**: A Commentary on the Rome Statute. Oxford Scholarly Authorities on International Law, 2 ed., 2016, p. 367-381.

[558] UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL. Resolution 1593. **S/RES/1593**, 31 mar. 2005, para. 6. Disponível em: https://undocs.org/S/RES/1593(2005); UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL. Resolution 1970. **S/RES/1970**, 26 fev. 2011, para. 6. Disponível em: https://www.undocs.org/S/RES/1970%20(2011).

consensualismo[559]. Portanto, casos que envolvam o genocídio e perseguição de grupos religiosos, para acessar a jurisdição do TPI, terão que enfrentar esses requisitos de acesso a sua jurisdição.

2.1.3.2 Análise de jurisprudência

Para a análise de casos que demonstrem o modo que os tribunais penais internacionais têm decidido sobre genocídio e perseguição, foram escolhidos casos do TPIY. Primeiro, porque ainda não há condenações por genocídio no TPI. Segundo, porque os episódios analisados pelo TPIY possuem relação com a matéria desta dissertação, pois em inúmeros casos o TPIY trata de crimes cometidos contra o grupo de bósnios muçulmanos e, além disso, foi na jurisprudência do TPIY que a substância do crime de perseguição foi realmente desenvolvida[560]. Terceiro, porque pretende-se traçar um paralelo de como a CIJ tem decidido casos relacionados a Convenção contra o Genocídio e, como ainda não há condenações por esse crime no TPI, não seria possível traçar o paralelo entre essas duas cortes. Além disso, os únicos casos contenciosos da CIJ finalizados que tratam da Convenção são os que analisaram fatos ocorridos na antiga Iugoslávia e, por isso, recorrem abundantemente à jurisprudência do TPIY[561]. Assim, será interessante analisar os casos do TPIY primeiramente, para que se possa traçar o paralelo com a análise feita pela CIJ no mesmo contexto e, assim, compreender o escopo de cada mecanismo de responsabilidade, o penal individual e o estatal, e seu papel nas respostas jurídicas e prevenção de atrocidades em massa cometidas contra grupos religiosos.

Os casos escolhidos foram aqueles nos quais houve condenação por genocídio e pelo crime contra a humanidade de perseguição. O Estatuto do TPIY elenca o crime de genocídio no artigo 4, nos mesmos termos do TPI, e crime contra a humanidade de perseguição no artigo 5(h), com a diferença de requerer que o elemento de contexto seja durante um conflito armado, internacional ou interno, e reconhecer apenas a perseguição por motivos políticos, raciais e religiosos. Uma diferença que se destaca entre os dois tribunais é que o TPIY podia afirmar primazia sobre as cortes nacionais em relação aos crimes de sua competência, diferente do TPI, que segue o princípio da complementariedade[562].

---

[559] DUPUY, 2002, p. 1098.
[560] POCAR, 2007, para. 70.
[561] DUPUY, 2002, p. 1098.
[562] JAPIASSÚ, 2020, p. 214.

O contexto do estabelecimento do TPIY foi o conflito na região dos Balcãs na década de 1990[563]. O Tribunal foi estabelecido em maio de 1993 pelo Conselho de Segurança da ONU em resposta às atrocidades que estavam ocorrendo na Bósnia e Herzegovina, parte do antigo regime socialista da República da Iugoslávia, com população multiétnica que incluía principalmente bósnios muçulmanos (*bosniaks*), sérvios e croatas. Após o referendo em 1992, no qual a maioria da população votou pela independência da Bósnia e Herzegovina, as tensões na região começaram a desencadear. No conflito, muçulmanos bósnios foram as principais vítimas dos ataques perpetrados por, principalmente, sérvios bósnios juntamente ao exército iugoslavo, que colocou cerca de dois terços do território bósnio sob controle sérvio. Em maio de 1992, as unidades e os equipamentos do exército na Bósnia e Herzegovina foram colocados sob o comando de general sérvio Ratko Mladić[564].

Um dos principais legados do Tribunal foi o reconhecimento de que o massacre realizado pelas forças sérvias em Srebrenica em julho de 1995 contra 7000 a 8000 mil[565] homens muçulmanos bósnios em idade militar foi um genocídio, além da ocorrência de crimes contra a humanidade e crimes de guerra[566]. A situação deteriorou quando o então presidente Radovan Karadžić da autoproclamada República Srpska, território da Bósnia e Herzegovina de maioria sérvia, emitiu uma diretiva ao exército bósnio sérvio para uma ofensiva militar com o objetivo de limpar etnicamente a área[567]. O Tribunal reconheceu que os bósnios sérvios idealizaram e implementaram um plano para executar o maior número possível de homens bósnios muçulmanos em idade militar presentes na região[568], assassinatos em massa que ocorreram fora de atividades de combates e com base em ordens dadas por oficiais bósnios sérvios de alto escalão[569]. Na época, além do general Ratko Mladić, outro líder militar era Radislav Krstić, responsável por uma formação do exército para lidar especificamente com a

[563] Ver breve histórico dos conflitos na região, até o estabelecimento do TPIY, em JAPIASSÚ, 2020, p. 211-215. Ver também GORAIEB, 2019, p. 37-38, 436-444.
[564] INTERNATIONAL CRIMINAL TRIBUNAL FOR THE FORMER YUGOSLAVIA. About ICTY. Disponível em: https://www.icty.org/en/about; LAMPE, John R. Bosnian War. **Encyclopedia Britannica**, 19 out. 2023. Disponível em: https://www.britannica.com/event/Bosnian-War; BIGI, Giulia. Krstić Case. **Max Planck Encyclopedia of Public International Law**, out. 2009, para. 1.
[565] TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Krstić. **Judgment Trial Chamber**, 2 ago 2001, para. 84.
[566] TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Krstić. **Judgment Trial Chamber**, 2 ago 2001, para. 599.
[567] BIGI, 2009, para. 2.
[568] TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Krstić. **Judgment Trial Chamber**, 2 ago 2001, para. 87.
[569] TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Krstić. **Judgment Trial Chamber**, 2 ago 2001, para. 95.

área ao redor de Srebrenica (*Drina Corps*)[570] que prestou assistência tangível e substancial e apoio técnico à detenção, assassinato e enterro das vítimas[571].

2.1.3.2.1 Caso *Krstić*

Foi no caso *Krstić* que a Câmara de Julgamento do TPIY proferiu sua primeira condenação por genocídio[572], reconhecida por esclarecer elementos importantes do crime[573]. Para isso, a Câmara de Julgamento utilizou como fonte para interpretar o artigo 4 do Estatuto do TPIY a Convenção contra o Genocídio, "vista como a codificação de uma norma de direito internacional há muito reconhecida" (tradução minha)[574], a jurisprudência sobre o crime de genocídio, especialmente a desenvolvida pelo TPIR, o Projeto de Código de Crimes da CDI, o trabalho de outros comitês internacionais, o trabalho preparatório para produção do Estatuto de Roma e a legislação e prática dos Estados, especialmente sua interpretação jurídica e decisões[575].

Destaca-se que o Tribunal também recorreu a decisões da CIJ[576], como a opinião consultiva *Reservations to the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide* ao elencar que o objetivo da Convenção contra o Genocídio "é salvaguardar a própria existência de certos grupos humanos e, [...] confirmar e endossar os princípios mais elementares da moralidade" (tradução minha)[577], bem como a ordem para indicação de medidas provisórias no caso *Bosnia and Herzegovina v. Serbia and Montenegro*. Na última, o TPIY citou a opinião separada do juiz *ad hoc* Lauterpacht, que considerou os assassinatos, os danos mentais e corporais, as condições as quais o grupo foi submetido e a migração forçada como atos

[570] BIGI, 2009, para. 3.
[571] TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Krstić. **Judgment Trial Chamber**, 2 ago 2001, para. 624; TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Krstić. **Judgment/Sentence Appeals Chamber**, 19 abr. 2004, para. 136.
[572] BIGI, 2009, para. 4.
[573] SCHABAS, 2001, p. 30.
[574] TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Krstić. **Judgment Trial Chamber**, 2 ago 2001, para. 541. No original: "*viewed as codifying a norm of international law long recognized*".
[575] TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Krstić. **Judgment Trial Chamber**, 2 ago 2001, para. 541.
[576] TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Krstić. **Judgment Trial Chamber**, 2 ago 2001, para. 552, 588.
[577] CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Reservations to the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide. **Advisory Opinion**, 28 mai. 1951, p. 23. No original: "*to safeguard the very existence of certain human groups and […] to confirm and endorse the most elementary principles of morality."*

genocidas, uma vez que dirigidos a um grupo étnico ou religioso enquanto tal e com intenção de destruí-lo[578].

Os *actus reus* considerados pela Câmara de Julgamento do TPIY foram os assassinatos e os danos corporais e mentais graves[579]. A morte planejada, sistemática e indiscriminada dos homens em idade militar em Srebrenica[580] e a transferência forçada de mulheres e crianças demonstraram que houve uma decisão proposital das forças bósnias sérvias de atingir população muçulmana em Srebrenica por razão de sua membresia no grupo de muçulmanos bósnios[581]. Assim, foi considerado que esses atos praticados pelas forças sérvias foram com a intenção de eliminar todos os muçulmanos bósnios daquela região geográfica específica[582].

Foi nesse caso que o Tribunal estabeleceu que a intenção de erradicar determinado grupo protegido em uma área delimitada pode ser caracterizada como genocida, mesmo que resulte em menos vítimas do que a morte seletiva em uma ampla área geográfica na qual a intenção de destruir parte distintiva do grupo não seria demonstrada[583]. O Tribunal citou a caracterização feita pela AGNU em 1982 da morte de 800 palestinos em Sabra e Shatila como genocídio[584], bem como o caso *Jelisić*[585], como fontes que confirmam que a intenção de erradicar um grupo em uma área geográfica limitada pode ser caracterizada como genocida[586]. O fator decisivo é que os autores busquem "destruir uma parte distinta do grupo, em oposição a um acúmulo de indivíduos isolados dentro dele" e que eles vejam "a parte do grupo que desejam destruir como uma entidade distinta que deve ser eliminada como tal" (tradução minha)[587].

---

[578] CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (Bosnia and Herzegovina v. Serbia and Montenegro). **Order on Further Requests for the Indication of Provisional Measures Separate opinion of Judge ad hoc Lauterpacht**, 13 set. 1993, p. 431.
[579] TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Krstić. **Judgment Trial Chamber**, 2 ago 2001, para. 543.
[580] TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Krstić. **Judgment Trial Chamber**, 2 ago 2001, para. 547, 572.
[581] TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Krstić. **Judgment Trial Chamber**, 2 ago 2001, para. 568.
[582] TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Krstić. **Judgment Trial Chamber**, 2 ago 2001, para. 594.
[583] TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Krstić. **Judgment Trial Chamber**, 2 ago 2001, para. 590.
[584] UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. Resolution 37/123 The situation in the Middle East. **UN Doc A/RES/37/123**, 16 dez. 1982. Disponível em: https://www.un.org/unispal/document/auto-insert-186308/.
[585] TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Jelisić. **Judgment Trial Chamber**, 14 dez. 1999, para. 83. Ver JAPISSÚ, 2020, p. 129.
[586] TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Krstić. **Judgment Trial Chamber**, 2 ago 2001, para. 589.
[587] TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Krstić. **Judgment Trial Chamber**, 2 ago 2001, para. 590. No original: "*destroy a distinct part of the group as opposed. to an accumulation of isolated individuals within it*" "*view the part of the group they wish to destroy as a distinct entity which must be eliminated as such*".

Considerando os muçulmanos bósnios como o grupo protegido[588], originalmente vistos como um grupo religioso e reconhecidos como nação na Constituição Iugoslava de 1963[589], a Câmara de Julgamento reconheceu os muçulmanos bósnios de Srebrenica ou do leste da Bósnia como parte do grupo protegido[590]. Assim, analisou se os homens de idade militar na cidade de Srebrenica representavam uma parte suficiente do grupo para que a intenção de os destruir qualificasse a intenção requerida de destruir o grupo em todo ou em parte[591].

O Tribunal compreendeu que sim, pois "as forças sérvias bósnias não podiam deixar de saber [...] que essa destruição seletiva do grupo teria um impacto duradouro sobre todo o grupo", eles "tinham que estar cientes do impacto catastrófico que o desaparecimento de duas ou três gerações de homens teria sobre a sobrevivência de uma sociedade tradicionalmente patriarcal" (tradução minha)[592]. A Câmara de Julgamento reconheceu que a eliminação de praticamente todos os homens tornou quase impossível para as mulheres muçulmanas bósnias que sobreviveram retornar a Srebrenica e restabelecer suas vidas[593]. Por exemplo, muitas delas permaneceram sem um estado marital claro, como o de viúvas ou casadas, o que é essencial para elas. Isso pois a maioria dos homens de Srebrenica continuavam listados como desaparecidos. Em um nível psicológico, elas eram impedidas de seguir em frente com o processo de recuperação sem o desfecho de saber com certeza o que aconteceu com seus familiares e sem passar pelo processo de luto adequado de acordo com seus costumes religiosos[594].

Portanto, foi suficiente para o Tribunal o fato de que "as forças sérvias da Bósnia sabiam [...] que a combinação desses assassinatos com a transferência forçada de mulheres, crianças e idosos resultaria inevitavelmente no desaparecimento físico da população muçulmana da

---

[588] TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Krstić. **Judgment Trial Chamber**, 2 ago 2001, para. 560, 591.
[589] TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Krstić. **Judgment Trial Chamber**, 2 ago 2001, para. 559.
[590] TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Krstić. **Judgment Trial Chamber**, 2 ago 2001, para. 569.
[591] TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Krstić. **Judgment Trial Chamber**, 2 ago 2001, para. 581.
[592] TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Krstić. **Judgment Trial Chamber**, 2 ago 2001, para. 595. No original: "*The Bosnians Serb forces could not have failed to know [...] that this selective destruction of the group would have a lasting impact on the entire group*" "*had to be aware of the catastrophic impact that the disappearance of two or three generations of men would have on the survival of a traditionally patriarchal society*".
[593] TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Krstić. **Judgment Trial Chamber**, 2 ago 2001, para. 91.
[594] TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Krstić. **Judgment Trial Chamber**, 2 ago 2001, para. 93, 596.

Bósnia em Srebrenica" (tradução minha)[595]. Assim, por meio do assassinato dos homens muçulmanos, os bósnios sérvios "efetivamente destruíram a comunidade de bósnios muçulmanos em Srebrenica como tal e eliminaram toda probabilidade de que ela pudesse se reestabelecer nesse território" (tradução minha)[596]. Por isso a Câmara de Julgamento concluiu que a intenção de matar todos os homens muçulmanos em Srebrenica constitui intenção de destruir em parte o grupo de bósnios muçulmanos e, desse modo, deve ser qualificada como genocídio[597].

A Câmara de Apelação confirmou o sentido da intenção de destruir "em parte": "se uma parte específica do grupo for emblemática do grupo como um todo, ou for essencial para sua sobrevivência, isso pode sustentar a conclusão de que a parte se qualifica como substancial" (tradução minha)[598]. Desse modo, quando os autores do crime almejam parte importante do grupo e estão cientes de que aquela destruição terá consequências duradouras em relação à sobrevivência do grupo como um todo, essa intenção pode ser considerada genocida[599].

Interessante observar que a Comissão de Experts estabelecida pelo Conselho de Segurança da ONU em 1992 para investigar as violações de direito internacional humanitário na antiga Iugoslávia já havia chegado a conclusões semelhantes. Um de seus membros, o professor Cherif Bassiouni, elencou que a definição de genocídio da Convenção era "suficientemente flexível para abranger não apenas a segmentação de um grupo inteiro, [...] mas também o almejar de determinados segmentos de um determinado grupo, como a elite muçulmana ou as mulheres muçulmanas" (tradução minha)[600], com a consideração de que o

---

[595] TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Krstić. **Judgment Trial Chamber**, 2 ago 2001, para. 595. No original: "*the Bosnian Serb forces knew [...] that the combination of those killings with the forcible transfer of the women, children and elderly would inevitably result in the physical disappearance of the Bosnian Muslim population at Srebrenica*."

[596] TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Krstić. **Judgment Trial Chamber**, 2 ago 2001, para. 597. No original: "*effectively destroyed the community of the Bosnian Muslims in Srebrenica as such and eliminated all likelihood that it could ever reestablish itself on that territory*".

[597] TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Krstić. **Judgment Trial Chamber**, 2 ago 2001, para. 598.

[598] TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Krstić. **Judgment/Sentence Appeals Chamber**, 19 abr. 2004, para. 12. No original: "*If a specific part of the group is emblematic of the overall group, or is essential to its survival, that may support a finding that the part qualifies as substantial*".

[599] BIGI, 2009, para. 6; POCAR, 2007, para. 65. Para uma visão crítica da decisão do caso Krstić ver SCHABAS, 2001, p. 45-47.

[600] BASSIOUNI, M. Cherif. The Commission of Experts Established Pursuant to Security Council Resolution 780: Investigating Violations of International Humanitarian Law in the Former Yugoslavia, **Criminal Law Forum**, vol. 5, no. 2-3, 1994, p. 323. No original: "*sufficiently pliable to encompass not only the targeting of an entire group, as stated in the convention, but also the targeting of certain segments of a given group, such as the Muslim elite or Muslim women*."

caráter do ataque "deve ser visto no contexto do destino ou o que aconteceu com o restante do grupo" (tradução minha)[601]. Esse entendimento foi citado em casos do TPIY como *Tolimir*[602].

Além disso, outra consideração importante advinda do julgamento foi que, baseado na interpretação da Convenção contra o Genocídio, a destruição deve ser física ou biológica, e que a tentativa de fazer desaparecer características linguísticas, culturais, históricas ou identitárias não estão inseridas na definição de genocídio[603]. Apesar disso, ataques a propriedade cultural e religiosa e a símbolos do grupo almejado podem ser parte das provas da intenção de materialmente destruí-lo. Considerando o caso de um grupo religioso como foi no caso *Krstić,* a destruição deliberada de mesquitas, incluindo a principal de Srebrenica, e de casas de membros do grupo foi considerada evidência da intenção genocida[604].

Em relação ao crime de perseguição, a Câmara de Julgamento utilizou a definição estabelecida no caso *Kupreškić*: "a negação grosseira ou flagrante, por motivos discriminatórios, de um direito fundamental consagrado no direito internacional consuetudinário ou em tratados, atingindo o mesmo nível de gravidade que os outros atos proibidos no artigo 5" (tradução minha)[605]. Assim, o TPIY considerou que a queima de casas em Srebrenica e Potočari, a aterrorização de civis bósnios muçulmanos, o assassinato de milhares de civis muçulmanos bósnios em execuções em massa orquestradas e a transferência forçada de mulheres, crianças e idosos para fora do território controlado pelos bósnios sérvios constituíam atos de perseguição[606]. Além disso, considerou que tais atos ocorreram no contexto

---

[601] UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL. Final Report of the Commission of Experts Established Pursuant to Security Council Resolution 780 (1992). **UN Doc S/1994/674**, 27 mai. 1994, para. 94. Disponível em: https://undocs.org/S/1994/674. No original: "*If essentially the total leadership of a group is targeted, it could also amount to genocide.*" "*The character of the attack on the leadership must be viewed in the context of the fate or what happened to the rest of the group*".

[602] TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Tolimir. **Judgment**, 12 dez. 2012, para. 777; TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Tolimir. **Judgment Appeals Chamber**, 8 abr. 2015, para. 262.

[603] TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Krstić. **Judgment Trial Chamber**, 2 ago 2001, para. 576, 580. TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Krstić. **Judgment/Sentence Appeals Chamber**, 19 abr. 2004, para. 25; BIGI, 2009, para. 8; POCAR, 2007, para. 65.

[604] TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Krstić. **Judgment Trial Chamber**, 2 ago 2001, para. 123, 580, 595.

[605] TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Kupreškic et al. (IT-95-16-T). **Trial Chamber Judgment**, 14 jan. 2000, para. 621. No original: "*the gross or blatant denial, on discriminatory grounds, of a fundamental right, lain down in international customary or treaty law, reaching the same level of gravity as the other acts prohibited in Article 5*"; TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Krstić. **Judgment Trial Chamber**, 2 ago 2001, para. 534.

[606] TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Krstić. **Judgment Trial Chamber**, 2 ago 2001, para. 537.

do ataque generalizado e sistemático lançado contra a população muçulmana bósnia em Srebrenica, por razão de sua pertença ao grupo bósnio muçulmano[607].

Ao chegar à Câmara de Apelação, o Tribunal manteve a conclusão de que os ocorridos em Srebrenica equivaliam a genocídio:

> A Câmara de Apelações declara inequivocamente que a lei condena, em termos apropriados, o dano profundo e duradouro infligido e chama o massacre em Srebrenica pelo seu próprio nome: genocídio. Os responsáveis carregarão esse estigma, que servirá de advertência para aqueles que, no futuro, possam contemplar a prática de um ato tão hediondo. (Tradução minha)[608]

Contudo, chegou a uma conclusão diferente em relação à responsabilidade penal de Radislav Krstić, pois considerou que as provas apresentadas eram insuficientes para apoiar inequivocamente a conclusão da intenção genocida de Krstić como perpetrador ou cúmplice. A Câmara de Apelação concluiu que o acusado estava ciente do plano e da intenção de cometer genocídio por membros da equipe principal do exército bósnio sérvio e que ajudou e facilitou a prática do crime fornecendo pessoal e recursos, assistência material indispensável para concretização do plano e recursos logísticos. Portanto, seguiu-se que o acusado só poderia incorrer em responsabilidade individual por *aiding and abetting* o crime genocídio nos termos do artigo 7(1) do Estatuto do TPIY[609]. Assim, o TPIY confirmou sua tendência de avaliar as provas do elemento mental de modo rigoroso e cuidadoso, enfatizando a extrema gravidade do crime de genocídio.

A Câmara de Apelação também discutiu se o crime contra a humanidade de perseguição poderia ser subsumido no crime de genocídio. A resposta foi que não, pois as ofensas que constituem crimes contra a humanidade precisam ser cometidas como parte de um ataque generalizado ou sistemático contra a população civil, o que não é um requisito para o crime de genocídio, que, por sua vez, requer a intenção de destruir o grupo em questão[610].

---

[607] TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Krstić. **Judgment Trial Chamber**, 2 ago 2001, para. 536.

[608] TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Krstić. **Judgment/Sentence Appeals Chamber**, 19 abr. 2004, para. 37. No original: "*The Appeals Chamber states unequivocally that the law condemns, in appropriate terms, the deep and lasting injury inflicted, and calls the massacre at Srebrenica by its proper name: genocide. Those responsible will bear this stigma, and it will serve as a warning to those who may in future contemplate the commission of such a heinous act.*"

[609] BIGI, 2009, para. 9, 15; TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Krstić. **Judgment/Sentence Appeals Chamber**, 19 abr. 2004, para. 137, 138, 140, 143, 144, 268, p. 87. Ver EBOE-OSUJI, Chile. 'Complicity in Genocide' versus 'Aiding and Abetting Genocide': Construing the Difference in the ICTR and ICTY Statutes. **Journal of International Criminal Justice**, vol. 3, no. 1, mar. 2005, p. 56–81.

[610] BIGI, 2009, para. 12; TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Krstić. **Judgment/Sentence Appeals Chamber**, 19 abr. 2004, para. 229. Ver POCAR, 2007, para. 72.

2.1.3.2.2 Casos *Tolimir*, *Karadžić* e *Mladić*

Outros três casos com condenações por genocídio e perseguição foram *Tolimir*, *Karadžić* e *Mladić*. Isso porque os três, bem como Krstić e outros, foram acusados de fazer parte do mesmo empreendimento criminoso que visou a morte de todos os homens muçulmanos fisicamente aptos de Srebrenica[611]. Ressalta-se que ambos os julgamentos da Câmara de Julgamento (2001) e da Câmara de Apelação do caso *Krstić* (2004) foram anteriores à decisão da CIJ no caso *Bosnia and Herzegovina v. Serbia and Montenegro* (2007). Já os julgamentos dos casos *Tolimir* (2012 e 2015), *Karadžić* (2016 e 2019) e *Mladić* (2017 e 2021) foram posteriores à decisão final da Corte Mundial[612]. Um dos dispositivos do julgamento da CIJ foi que a Sérvia deveria cumprir cooperar com o TPIY, em cumprimento à sua obrigação de punir o genocídio[613]. Foi após a decisão da Corte e após negociações com a Sérvia que os três acusados foram transferidos ao TPIY – Tolimir em 2007, Karadžić em 2008 e Mladić em 2011[614].

Em *Tolimir* a Câmara de Julgamento analisou a remoção forçada da população bósnia muçulmana de Srebrenica e Žepa[615], bem como a execução sumária dos milhares de homens muçulmanos bósnios de Srebrenica[616]. Considerando os muçulmanos do Leste da Bósnia como

---

[611] TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Tolimir. **Judgment**, 12 dez. 2012, para. 1041, 1071, 1129.

[612] Linha do tempo dos principais casos analisados nesta dissertação:
1996 – *Bosnia and Herzegovina v. Serbia and Montenegro (Preliminary Objections)* – CIJ;
2001 – *Krstić (judgment trial chamber)* – TPIY;
2004 – *Krstić (judgment appeals chamber)* – TPIY;
2007 – *Bosnia and Herzegovina v. Serbia and Montenegro (judgment)* – CIJ;
2008 – *Croatia v. Serbia (Preliminary Objections)* – CIJ;
2012 – *Tolimir (judgment trial chamber)* – TPIY;
2015 – *Croatia v. Serbia (judgment), Tolimir (judgment appeals chamber)* – CIJ e TPIY;
2016 – *Karadžić (judgment trial chamber)* – TPIY;
2017 – *Mladić (judgment trial chamber)* – TPIY;
2019 – *Karadžić (judgment appeals chamber)* – Mecanismo Residual Internacional para Tribunais Criminais;
2021 – *Mladić (judgment appeals chamber)* – Mecanismo Residual Internacional para Tribunais Criminais.

[613] CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (Bosnia and Herzegovina v. Serbia and Montenegro). **Judgment**, 26 fev. 2007, para. 471(8).

[614] Ver KRANJC, Svebor. Bosnian Serb war crimes suspect delivered to Hague. **REUTERS**, 9 ago. 2007. Disponível em: https://www.reuters.com/article/idUSL01195154/; FRANCE 24. Karadzic being transferred to The Hague's UN tribunal. 30 jul. 2008. Disponível em: https://www.france24.com/en/20080730-karadzic-being-transferred-hagues-un-tribunal-serbia-hague; HUMAN RIGHTS WATCH. ICTY: Q&A on the Case against Ratko Mladic – 4. Why did his arrest take so long? And why did it happen now? Disponível em: https://www.hrw.org/news/2011/05/31/icty-qa-case-against-ratko-mladic.

[615] TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Tolimir. **Judgment**, 12 dez. 2012, para. 4.

[616] TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Tolimir. **Judgment**, 12 dez. 2012, para. 11.

parte substantiva do grupo de bósnios muçulmanos[617], o *actus reus* de matar membros do grupo[618] e causar danos físicos e mentais graves[619] e as evidências de que as ações foram provocadas deliberadamente e calculadas para levar a destruição do grupo naquela região específica, constituindo o *dolus specialis*, a Câmara de Julgamento concluiu que houve genocídio[620]. Especificamente em relação ao aspecto religioso do grupo protegido, o TPIY destacou os abusos verbais dos militares bósnios sérvios em relação à afiliação com a fé muçulmana e a destruição de mesquitas em Srebrenica e Žepa[621], o que contou no conjunto de evidências para atestar a intenção de destruir fisicamente o grupo[622].

Além disso, atos de assassinatos, tratamento desumano e cruel, aterrorização, destruição intencional e sem justificativa militar de propriedades com impacto severo sob as vítimas[623], transferência forçada e deportação, todos realizados com caráter discriminatório, foram considerados como o crime contra a humanidade perseguição[624]. Aqui, atos de discriminação especialmente voltados ao caráter religioso também foram elencados, como zombar e amaldiçoar afiliação religiosa[625] e destruição de locais religiosos[626].

O fato de Tolimir ter pessoalmente demonstrado uma visão desumana dos bósnios muçulmanos como seres de menor valor, com a visão de erradicar o grupo[627], foi considerado junto a outros fatores e evidências para determinar sua responsabilidade individual por esses crimes[628].

---

617 TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Tolimir. **Judgment**, 12 dez. 2012, para. 749-750, 774.
618 TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Tolimir. **Judgment**, 12 dez. 2012, para. 751-752.
619 TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Tolimir. **Judgment**, 12 dez. 2012, para. 753-759.
620 TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Tolimir. **Judgment**, 12 dez. 2012, para. 772-773, 791, 1157.
621 TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Tolimir. **Judgment**, 12 dez. 2012, para. 773.
622 TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Tolimir. **Judgment**, 12 dez. 2012, para. 746.
623 TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Tolimir. **Judgment**, 12 dez. 2012, para. 859.
624 TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Tolimir. **Judgment**, 12 dez. 2012, p. 371-378, para. 1188.
625 TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Tolimir. **Judgment**, 12 dez. 2012, para. 863.
626 TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Tolimir. **Judgment**, 12 dez. 2012, para. 871.
627 TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Tolimir. **Judgment**, 12 dez. 2012, para. 1168-1170.
628 TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Tolimir. **Judgment**, 12 dez. 2012, para. 1174, 1176, 1193, 1239.

Tolimir era considerado a "mão direita" e os "olhos e ouvidos" de Mladić, o "mais perto de serem iguais"[629]. Mladić, teve seu caso submetido pela promotoria junto ao de Karadžić[630]. Nos dois casos os réus estavam sob duas acusações de genocídio, uma referente ao grupo de bósnios muçulmanos e/ou croatas em municípios diversos da Bósnia e outra referente ao grupo de bósnios muçulmanos em Srebrenica[631], bem como sob acusação de perseguição em relação aos ocorridos em municípios e em Srebrenica, entre outras acusações de crimes de jurisdição do TPIY[632]. A Câmara de Julgamento no caso *Karadžić*, retomando o entendimento da Convenção contra o Genocídio e das conclusões do caso *Krstić*, recordou que ataques a propriedade e símbolos religiosos podem ser considerados como evidência da intenção de destruir fisicamente o grupo[633].

Sobre as acusações quanto aos ocorridos nos municípios contra bósnios muçulmanos e croatas, nos dois casos a Câmara de Julgamento concluiu que não poderia afirmar além de qualquer dúvida razoável que os atos foram cometidos com intenção genocida. Em *Karadžić*, ressaltou que os atos apontavam para a intenção de assegurar a remoção dos membros dos grupos bósnios muçulmanos e croatas dos municípios em questão, visando a criação de um Estado bósnio sérvio etnicamente puro, e não a destruição desses grupos[634]. Em *Mladić*, o TPIY

---

[629] TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Tolimir. **Judgment**, 12 dez. 2012, para. 1165.

[630] SCHABAS, 2001, p. 27; TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Karadžić. **Prosecution's submission pursuant to Rule 65 ter (e)(i)-(iii)**, 18 mai. 2009; TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Mladić. **Prosecution pre-trial brief**, 24 fev. 2012.

[631] TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Karadžić. **Judgment**, 24 mar. 2016, vol. 1, para. 537-538; TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Mladić. **Judgment**, 22 nov. 2017, vol. 1, para. 3-4.

[632] TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Karadžić. **Judgment**, 24 mar. 2016, vol. 1, para. 5; TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Mladić. **Judgment**, 22 nov. 2017, vol. 1, para. 5.

[633] TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Karadžić. **Judgment**, 24 mar. 2016, vol. 1, para. 553. Ver também TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Karadžić and Mladić. **Confirmation of Indictment Pursuant to Rule 61 Case Nos. ICTY-95-5-R61 and ICTY-95-18-R61**, 11 jul. 1996, para. 95.

[634] TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Karadžić. **Judgment**, 24 mar. 2016, vol. 2, para. 2624-2626, vol. 4, para. 6000. Sobre limpeza étnica e genocídio, a CIJ explicou que no contexto da Convenção o termo "limpeza étnica", não tem significado legal próprio, mas uma determinada operação descrita como "limpeza étnica" pode equivaler a genocídio quando há a presença de atos listados no Artigo II da Convenção e da intenção de destruir o grupo como tal. Além disso, atos de "limpeza étnica" podem ocorrer em paralelo aos atos proibidos pelo artigo II e podem ser indicativos da presença de uma intenção específica. CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (Bosnia and Herzegovina v. Serbia and Montenegro). **Judgment**, 26 fev. 2007, para. 190. Jeßberger também explica que "a expressão 'limpeza étnica' não é um termo jurídico, mas um termo factual que descreve um fenômeno complexo [...]. Se e até que ponto a chamada limpeza étnica pode ser classificada como genocídio depende das circunstâncias individuais do caso. Uma Câmara de Julgamento do TPIY, no início da história do Tribunal, inferiu a intenção genocida a partir da gravidade de certos atos de 'limpeza étnica'. Posteriormente, a Câmara de Julgamento em Krstic sustentou que 'há semelhanças óbvias entre uma política genocida e a política comumente conhecida como limpeza étnica'. A qualificação geral de limpeza étnica

concluiu que não era possível considerar além de qualquer dúvida razoável que os autores cometeram os atos proibidos com a intenção de destruir os bósnios muçulmanos e croatas como parte substancial dos grupos protegidos na Bósnia e Herzegovina[635].

Mas, por outro lado, nos dois casos a Câmara de Julgamento concluiu que atos – assassinatos, tratamento desumano e cruel, transferência forçada e deportação, detenção ilegal, trabalho forçado e uso de escudos humanos, saques e destruição de propriedades e locais sagrados, imposição e manutenção de medidas restritivas e discriminatórias – foram cometidos contra as vítimas com base em sua identidade por motivos discriminatórios e infringiram direitos fundamentais das vítimas, constituindo perseguição[636].

Destaca-se o caráter de discriminação religiosa contra o grupo de bósnios muçulmanos em atos apresentados no caso *Karadžić*, que incluiu: esculpir com facas outros símbolos religiosos em seus corpos[637]; forçá-los a fazer sinais religiosos e nacionalistas sérvios, como prometer lealdade aos sérvios, assinar papéis dizendo que voluntariamente se uniam a religião sérvia ortodoxa, humilhação de um sacerdote muçulmano o forçando a beber cerveja e cortar

---

como genocídio que normalmente se encontra é incorreta. A classificação como genocídio pode falhar porque o objetivo principal da 'limpeza étnica' é expulsar um grupo populacional de uma determinada área, mas não exterminar o grupo como tal. Além disso, nem todas as condutas que ocorrem no curso da limpeza étnica podem ser incluídas no título de genocídio; esse é o caso, por exemplo, da destruição de casas ou igrejas. Ainda assim, frequentemente a 'limpeza étnica' apresenta características genocidas e, nesses casos, pode ser punida como genocídio. Assim, a extensão das operações de matança e a escolha das vítimas com base na etnia podem sugerir que o objetivo dos perpetradores não é apenas a expulsão, mas também o extermínio do grupo. Mesmo os atos que não se enquadram na definição do crime podem ser provas importantes da intenção genocida" (tradução minha). No original: "*the expression 'ethnic cleansing' is not a legal, but a factual term that describes a complex phenomenon [...]. Whether and to what extent so-called ethnic cleansing can be classified as genocide depends on the individual circumstances of the case. An ICTY Trial Chamber, early in the Tribunal's history, inferred genocidal intent from the gravity of certain acts of 'ethnic cleansing'. Later, the Trial Chamber in Krstic held that 'there are obvious similarities between a genocidal policy and the policy commonly known as ethnic cleansing'. The blanket qualification of ethnic cleansing as genocide that one occasionally encounters is incorrect. Classification as genocide can fail because the primary aim of 'ethnic cleansing' is to expel a population group from a certain area, but not to exterminate the group as such. In addition, not all conduct that takes place in the course of ethnic cleansing can be subsumed under the heading of genocide; this is the case, for example, for the destruction of houses or churches. Still, frequently 'ethnic cleansing' exhibits genocidal features, and in such cases it can be punished accordingly as genocide. Thus, the extent of killing operations and the choice of victims based on ethnicity can suggest that the perpetrators' purpose is not just expulsion, but also extermination of the group. Even acts that do not fall under the definition of the crime can be important evidence of genocidal intent*." JEßBERGER, Florian. Part II The Definition of Genocide, 4 The Definition and the Elements of the Crime of Genocide. *In*: GAETA, Paola (ed.). **The UN Genocide Convention**: A Commentary. Oxford Commentaries on International Law, 2009, p. 103-105.

635 TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Mladić. **Judgment**, 22 nov. 2017, vol. 3, para. 3536.

636 TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Karadžić. **Judgment**, 24 mar. 2016, vol. 2, p. 969-996; TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Mladić. **Judgment**, 22 nov. 2017, vol. 3, p. 1690-1754.

637 TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Karadžić. **Judgment**, 24 mar. 2016, vol. 2, para. 2486.

os cabelos de detentos forçadamente[638]; atos de violência sexual[639] – em um episódio de estupro, foi dito que mulheres muçulmanas deveriam dar à luz a crianças sérvias e que muçulmanos não eram seres humanos –; ofensas como "onde está o seu Alija para te salvar?"[640]; anúncios de rádio por líderes sérvios dizendo que não era mais possível pessoas de ambos os grupos viverem juntas, que não seriam acordados a cada manhã pelo pregador da mesquita e que não permitiriam mais a circuncisão de suas crianças[641]; grafites em casas de muçulmanos com dizeres como "fora muçulmanos" e "nós vamos massacrar"[642]; intimidação por meio de ataques contra mesquitas e propriedades de muçulmanos[643] – por exemplo, no município de Kljuc aproximadamente 3500 casas foram queimadas em vilarejos muçulmanos[644] –, destruição de diversas mesquitas, igrejas católicas e outros locais sagrados sem qualquer justificativa de necessidade militar, afetando bens indispensáveis e vitais para a comunidade[645].

No caso *Mladić* também foram analisados atos de caráter discriminatório com base na religião, como a destruição de locais sagrados como mesquitas, igrejas católicas e outros prédios religiosos como seminários teológicos, arquivos, bibliotecas e lápides[646]; bem como destruição de propriedades pertencentes a bósnios muçulmanos para prevenir o seu retorno[647]; impedimento de que muçulmanos se reunissem e enterrassem seus falecidos no cemitério[648]; coação para assinatura de papéis atestando a conversão voluntária a religião sérvia ortodoxa[649]. Quanto aos atos de destruição de locais sagrados, a Câmara de Julgamento considerou que "cada incidente teve um impacto severo sobre as pessoas que valorizavam a propriedade e constituiu

---

[638] TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Karadžić. **Judgment**, 24 mar. 2016, vol. 2, para. 2494, 2562.
[639] TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Karadžić. **Judgment**, 24 mar. 2016, vol. 2, para. 2500-2506.
[640] TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Karadžić. **Judgment**, 24 mar. 2016, vol. 2, para. 2514.
[641] TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Karadžić. **Judgment**, 24 mar. 2016, vol. 2, para. 2515.
[642] TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Karadžić. **Judgment**, 24 mar. 2016, vol. 2, para. 2496, 2516.
[643] TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Karadžić. **Judgment**, 24 mar. 2016, vol. 2, para. 2496, 2515.
[644] TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Karadžić. **Judgment**, 24 mar. 2016, vol. 2, para. 2548.
[645] TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Karadžić. **Judgment**, 24 mar. 2016, vol. 2, para. 2552, 2554, 2556, 2557, 2559. Ver também para. 2616-2618, 2620-2622.
[646] TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Mladić. **Judgment**, 22 nov. 2017, vol. 1, para. 702, 851, 928, 980-981, vol. 2, para. 1379-1381, 1528-1530, 1661, 1664-1672, 1746, 1808, vol. 3, para. 3406, 3410-3411, 3548.
[647] TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Mladić. **Judgment**, 22 nov. 2017, vol. 3, para. 3414.
[648] TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Mladić. **Judgment**, 22 nov. 2017, vol. 1, para. 712.
[649] TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Mladić. **Judgment**, 22 nov. 2017, vol. 3, para. 3397.

um ataque à identidade religiosa de muçulmanos e católicos romanos" (tradução minha)[650]. Destaca-se que o caso reafirmou o entendimento de que atos de saques de propriedades de grande impacto para as vítimas, quando realizados por motivo discriminatório e com os demais requisitos de crimes contra a humanidade satisfeitos, constituem o crime de perseguição[651].

Além disso, nos dois casos, *Karadžić* e *Mladić*, em relação aos fatos ocorridos em Srebrenica, a Câmara de Julgamento também concluiu que atos proibidos foram cometidos contra bósnios muçulmanos com base em sua identidade por motivos discriminatórios e infringiram direitos fundamentais das vítimas, constituindo perseguição[652]. Ainda, o TPIY concluiu em ambos os casos que houve genocídio[653]. O Tribunal considerou os *actus reus* de assassinar mais de 7000 homens e meninos muçulmanos de Srebrenica e causar sérios danos físicos e mentais[654] contra uma parte substancial do grupo protegido de bósnios muçulmanos[655].

A Câmara de Julgamento reforçou que quando apenas uma parte do grupo protegido é almejada, essa parte deve ser significativa o suficiente para impactar o grupo como um todo[656], e que, conforme esclarecido em *Mladić,* a determinação da substancialidade pode incluir "tamanho numérico da parte em relação ao tamanho geral do grupo; a proeminência da parte do grupo dentro do todo maior e se ela é emblemática do grupo geral ou essencial para sua sobrevivência; a área de atividade e controle dos perpetradores; e o alcance potencial dos perpetradores" (tradução minha)[657].

---

[650] TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Mladić. **Judgment**, 22 nov. 2017, vol. 3, para. 3408. No original: "*each incident had a severe impact on the people who valued the property and amounted to an attack on the religious identity of Muslims and Roman Catholics*".

[651] TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Mladić. **Judgment**, 22 nov. 2017, vol. 3, para. 3253.

[652] TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Karadžić. **Judgment**, 24 mar. 2016, vol. 4, p. 2357-2360; TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Mladić. **Judgment**, 22 nov. 2017, vol. 4, para. 5098, 5128, 5131, 5214.

[653] TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Karadžić. **Judgment**, 24 mar. 2016, vol. 4, para. 5673, 5741; TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Mladić. **Judgment**, 22 nov. 2017, vol. 3, para. 3555, vol. 4, 5214.

[654] TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Karadžić. **Judgment**, 24 mar. 2016, vol. 4, para. 5658; TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Mladić. **Judgment**, 22 nov. 2017, vol. 3, para. 3539.

[655] TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Karadžić. **Judgment**, 24 mar. 2016, vol. 4, para. 5657, 5672; TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Mladić. **Judgment**, 22 nov. 2017, vol. 3, para. 3538.

[656] TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Karadžić. **Judgment**, 24 mar. 2016, vol. 4, para. 5672; TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Mladić. **Judgment**, 22 nov. 2017, vol. 3, para. 3550.

[657] TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Mladić. **Judgment**, 22 nov. 2017, vol. 3, para. 3437, 3550. No original: "*numerical size of the part in relation to the overall size of the group; the prominence of the part of the group within the larger whole and whether it is emblematic of the overall group or essential to its survival; the area of the perpetrators' activity and control; and the perpetrators' potential reach*".

Assim, apesar dos muçulmanos em Srebrenica formarem menos de 2% dos mulçumanos na Bósnia e Herzegovina como um todo[658], o TPIY, retomando o decidido na apelação do caso *Krstić*[659] e também refletido em outros casos como *Tolimir*[660], reconheceu nos dois casos que a destruição de muçulmanos da região era de importância estratégica pela sua proximidade geográfica em relação à Sérvia, o fato de ser um dos últimos territórios predominantemente muçulmanos na região proclamada como República Bósnia Sérvia e seu *status* simbólico de refúgio e de área declarada pela ONU como segura para membros do grupo logo antes do ataque, o que tornou a eliminação de muçulmanos ali uma demonstração do potencial destino do restante do grupo. Por isso, os bósnios muçulmanos de Srebrenica foram considerados parte substantiva do grupo protegido da população muçulmana da Bósnia e Herzegovina[661].

Além disso, a natureza deliberada e o nível de organização da operação de execução demonstraram a clara intenção de matar qualquer homem muçulmano fisicamente apto de Srebrenica[662]. Por isso, conforme notado no caso *Karadžić*, "observando que matar todos os homens fisicamente aptos de um grupo resulta em graves implicações de procriação que podem levar à extinção do grupo" (tradução minha), a Câmara concluiu que a única inferência razoável é que "os membros das Forças Sérvias da Bósnia que orquestraram essa operação pretendiam destruir os muçulmanos bósnios em Srebrenica como tal" (tradução minha)[663].

Assim, foi considerado que Radovan Karadžić e Ratko Mladić possuíam responsabilidade individual pelos crimes de genocídio e perseguição em Srebrenica, e perseguição em outros municípios da Bósnia, dentre outros crimes sob jurisdição do TPIY[664].

---

[658] TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Mladić. **Judgment**, 22 nov. 2017, vol. 3, para. 3551.

[659] TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Krstić. **Judgment/Sentence Appeals Chamber**, 19 abr. 2004, para. 15-16.

[660] TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Tolimir. **Judgment**, 12 dez. 2012, para. 774.

[661] TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Karadžić. **Judgment**, 24 mar. 2016, vol. 4, para. 5672; TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Mladić. **Judgment**, 22 nov. 2017, vol. 3, para. 3549, 3553-3554.

[662] TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Karadžić. **Judgment**, 24 mar. 2016, vol. 4, para. 5668-5669; TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Mladić. **Judgment**, 22 nov. 2017, vol. 3, para. 3547.

[663] TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Karadžić. **Judgment**, 24 mar. 2016, vol. 4, para. 5669, 5671. No original: "*Noting that killing every able-bodied male of a group results in severe procreative implications that may lead to the group's extinction, the Chamber finds that the only reasonable inference […] is that members of the Bosnian Serb Forces orchestrating this operation intended to destroy the Bosnian Muslims in Srebrenica as such*."

[664] TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Karadžić. **Judgment**, 24 mar. 2016, vol. 4, para. 6001-6002, 6022, 6071; TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Mladić. **Judgment**, 22 nov. 2017, vol. 4, para. 4612, 4685, 4688, 5098, 5128, 5130-5131, 5214. Ver continuidade dos dois casos em MECANISMO RESIDUAL INTERNACIONAL PARA TRIBUNAIS CRIMINAIS. KARADŽIĆ, Radovan (MICT-13-55-ES). Disponível em:

2.1.3.2.3 Análise dos casos

A partir da análise dos casos acima expostos, é possível chegar a algumas conclusões parciais:

a) O entendimento da Convenção contra o Genocídio e de decisões da CIJ são considerados na avaliação da responsabilidade individual por genocídio, mas o Tribunal também pode decidir de modo diferente, pois não é vinculado pela Corte;

b) O grupo protegido por vezes abarca mais de uma das identidades protegidas listadas. Por exemplo, um grupo que é religioso e nacional. Isso é importante para casos de violência baseada em discriminação religiosa, porque esse fator comumente acompanha outros;

c) A intenção genocida é exclusivamente a intenção de destruir materialmente um dos grupos protegidos enquanto tal. Não cobre, por exemplo, uma conduta que tenha sido cometida com a intenção de limpar etnicamente determinada área geográfica[665];

d) Na ausência de provas diretas da intenção específica, ela pode ser inferida a partir dos fatos e circunstâncias que podem incluir: contexto geral, perpetração de outros crimes sistematicamente dirigidos contra o mesmo grupo, escala das atrocidades cometidas, mirar sistemático nas vítimas em razão de sua filiação a um determinado grupo, prova do estado mental com relação ao cometimento dos atos subjacentes, repetição de atos destrutivos e discriminatórios, existência de um plano ou política;

e) A intenção de erradicar um grupo em uma área geográfica limitada pode ser caracterizada como genocida. Durante um mesmo conflito armado, é possível chegar à conclusão de que o genocídio ocorreu em determinadas áreas, mas em outras não;

f) O fator decisivo para determinar a intenção de destruir um grupo em parte é que os autores busquem a destruição de uma parte distinta do grupo significativa o suficiente para impactar o grupo como um todo;

---

https://www.irmct.org/en/cases/mict-13-55; MECANISMO RESIDUAL INTERNACIONAL PARA TRIBUNAIS CRIMINAIS. MLADIĆ, Ratko (MICT-13-56). Disponível em: https://www.irmct.org/en/cases/mict-13-56.

[665] Sobre limpeza étnica, ver nota de rodapé no. 634 desta dissertação.

g) Para determinar a substancialidade da parte de um grupo, pode-se avaliar o tamanho numérico da parte em relação ao tamanho geral do grupo; a proeminência da parte do grupo dentro do todo maior e se ela é emblemática do grupo geral ou essencial para sua sobrevivência; a área de atividade e controle dos perpetradores; e o alcance potencial dos perpetradores. Para tanto, é preciso avaliar segundo as características do grupo. No exemplo de Srebrenica, fica claro como o assassinato de todos os homens muçulmanos em idade militar afetaria uma comunidade patriarcal;

h) A destruição intencionada no genocídio é física, biológica. Mas, ataques a propriedade e símbolos religiosos do grupo almejado podem ser parte das provas da intenção de materialmente destruí-lo;

i) Atos que envolvem clara discriminação religiosa e ataques a propriedades de grande impacto para as vítimas, quando realizados por motivo discriminatório e com os demais requisitos de crimes contra a humanidade satisfeitos, constituem o crime de perseguição;

j) Apesar de possuírem a intenção discriminatória em comum, o crime de perseguição não pode ser subsumido no crime de genocídio;

k) A avaliação da responsabilidade criminal de um indivíduo pelos crimes internacionais de genocídio e perseguição segue os altos padrões probatórios de além de qualquer dúvida razoável, como é de se esperar de procedimentos penais.

Além disso, é preciso recordar que os tribunais penais internacionais no geral lidam apenas com os indivíduos em posição de liderança, aqueles considerados os "mais responsáveis". No caso do TPI, apesar de não haver essa limitação expressa no Estatuto de Roma, a noção do nível de responsabilidade pode desempenhar um papel nos fatores relacionados a admissibilidade. Nos termos do artigo 17(1) do Estatuto, uma das possibilidades de inadmissibilidade é quando o caso não é de gravidade o suficiente para justificar ação do Tribunal. Em pronunciamentos, o procurador tem indicado que sua investigação deve focar naqueles que tem maior responsabilidade, como os líderes de Estado ou da organização que estão alegadamente cometendo crimes[666].

Portanto, apesar de uma via adequada para a responsabilização de indivíduos por crimes internacionais, para que casos de genocídio e perseguição religiosa possam ser futuramente

[666] RIKHOF, Joseph. Who Are Most Responsible in International Criminal Law? **Global Justice Journal**, 21 nov. 2019. Disponível em: https://globaljustice.queenslaw.ca/news/who-are-most-responsible-in-international-criminal-law.

analisados pelo TPI, certas limitações devem ser enfrentadas, como por exemplo: os requisitos para exercício da jurisdição; o fato de ele usualmente só lidar com os autores mais responsáveis pelos crimes; o fato da análise da ocorrência de genocídio ser mais local, ao invés de necessariamente conectada a um cenário conflituoso geral; determinação da substancialidade da parte do grupo almejada, quando for o caso; no caso do genocídio, comprovar mais do que uma intenção de discriminar ou de limpeza étnica, mas de destruir fisicamente o grupo.

A responsabilização individual pelo TPI cumpre um papel essencial na concretização da justiça, mas também limitado quando se considera todos os indivíduos envolvidos em uma empreitada criminosa, bem como o contexto sistemático em que atrocidades em massa costumam ser cometidas. Por isso é necessária a avaliação de outros possíveis meios de responsabilização individual.

2.1.4 Outros mecanismos de resposta: cortes nacionais e híbridas

De modo geral, tanto cortes nacionais como internacionais, bem como as híbridas, podem exercer jurisdição sob crimes internacionais. Diante dos limites expostos quanto ao TPI, a opção de tribunais nacionais e híbridos se tornam vias interessantes para responder às atrocidades que não estariam sob o escopo do Tribunal[667].

Os tribunais nacionais, além das bases comuns de exercício de sua jurisdição, quais sejam, território e nacionalidade, também podem exercê-la com base no princípio da universalidade de jurisdição em relação aos crimes internacionais[668]. Isso significa a inaplicabilidade de limitações estatutárias em relação a determinados crimes que afetam a comunidade internacional como um todo, transcendendo, assim, o princípio tradicional da territorialidade do direito penal, pois qualquer Estado pode processar os responsáveis por tais crimes[669].

Historicamente, a jurisdição universal tem sido utilizada para sancionar crimes que são graves violações de direitos humanos e de direito internacional humanitário[670]. Devido à gravidade desses crimes, a proposição de que eles se enquadram na hipótese de jurisdição universal tem se consolidado na comunidade internacional, mesmo que com alguma hesitação

[667] Ver KRITZ, Neil J. Coming to Terms with Atrocities: A Review of Accountability Mechanisms for Mass Violations of Human Rights. **Law and Contemporary Problems**, vol. 59, no. 4, 1996, p. 127-152.
[668] WEATHERALL, 2022, p. 61, 323.
[669] CANÇADO TRINDADE, 2020, p. 388.
[670] CANÇADO TRINDADE, 2020, p. 384, 386-387.

em jurisprudências nacionais[671]. Ela já foi incentivada, por exemplo, pelo caso *Furundžija* do TPIY em relação à prática de tortura: "todo Estado tem o direito de investigar, processar e punir ou extraditar indivíduos acusados de tortura, que estejam presentes em um território sob sua jurisdição" (tradução minha)[672]. Assim, o reconhecimento do princípio da universalidade como base de jurisdição representa uma expansão dos mecanismos disponíveis para processar crimes internacionais e da capacidade do Estado de processar indivíduos autores de crimes internacionais[673].

Além disso, ainda nas cortes nacionais, tem ocorrido a utilização de informações de mecanismos internacionais de investigação e apuração de fatos, seja para julgar seus próprios nacionais ou outros por meio de jurisdição universal[674]. Exemplos de mecanismos são a *United Nations Investigative Team to Promote Accountability for Crimes Committed by Da'esh/ISIL*[675], a *United Nations Human Rights Council Independent International Fact-Finding Mission on Myanmar*[676] e *United Nations Human Rights Council Independent Investigative Mechanism for Myanmar*[677]. As conclusões desses mecanismos e evidências coletadas visam a concretização da justiça penal.

Outra possibilidade são as cortes híbridas, que são normalmente estabelecidas *ad hoc* e que contam com combinação de elementos nacionais e internacionais, e usualmente contam com o envolvimento da ONU. Até então, as cortes híbridas já estabelecidas têm sido em sua maioria em contextos pós conflitos, nos quais o judiciário local costuma ser incapaz de julgar os autores de crimes internacionais. O grau de internacionalização varia de acordo com os elementos internacionais presentes, que podem ser desde a base legal utilizada pelo tribunal até a escolha dos juízes. Ao mesmo tempo, essas cortes mantém o benefício de serem vistas também como uma iniciativa nacional, diferente da percepção de interferência externa que por vezes um tribunal internacional pode ter para situações de conflitos internos[678].

---

[671] DUPUY, 2002, p. 1097; CANÇADO TRINDADE, 2020, p. 385.
[672] TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Furundžija IT- 95-17/1-T. **Judgment**, 10 dez. 1998, para. 156. No original: "*every State is entitled to investigate, prosecute and punish or extradite individuals accused of torture, who are present in a territory under its jurisdiction*". Ver WEATHERALL, 2022, p. 343.
[673] WEATHERALL, 2022, p. 349. Ver também HONRUBIA, 1999, p. 368-379.
[674] MANDEL-ANTHONY, David. Hardwiring Accountability for Mass Atrocities. **Drexel Law Review**, vol. 11, 2019, p. 903.
[675] United Nations Investigative Team to Promote Accountability for Crimes Committed by Da'esh/ISIL (UNITAD). Disponível em: https://www.unitad.un.org/.
[676] HUMAN RIGHTS COUNCIL. Independent International Fact-Finding Mission on Myanmar. Disponível em: https://www.ohchr.org/en/hr-bodies/hrc/myanmar-ffm/index.
[677] UNITED NATIONS. Independent Investigative Mechanism for Myanmar. Disponível em: https://iimm.un.org/.
[678] WERLE; JEßBERGER, 2014, p. 28.

Um exemplo é a Corte Especial de Serra Leoa, tribunal híbrido que julgou e condenou o ex-chefe de Estado, Charles Taylor, presidente da Libéria, por crimes de guerra e crimes contra a humanidade. Como presidente, ele fez uso de sua posição, de recursos públicos e do aparato estatal para contribuir com os crimes cometidos em Serra Leoa contra a população civil[679]. Outro exemplo interessante são as Câmaras Africanas Extraordinárias, organismo criado em 2013 e integrado ao sistema judiciário senegalês e internacionalizado com a participação da União Africana, com o intuito de, a partir de jurisdição universal, julgar os crimes cometidos no Chade nos anos 1980, especialmente os do ditador Hissène Habré[680]. Assim, as cortes híbridas também são um recurso valioso para responsabilidade em casos de crimes internacionais.

De todo modo, conforme já exposto, a responsabilidade penal do indivíduo não substitui a responsabilidade do Estado em relação a condutas que constituem crimes internacionais. Isso é relevante especialmente diante dos limites da responsabilidade penal para responder de modo abrangente atrocidades em massa, que usualmente envolvem de algum modo o aparato e agentes estatais. É esse o cenário usual de grupos religiosos que são perseguidos e têm sua existência local ameaçada e, por isso, é essencial que respostas jurídicas sejam endereçadas a nível estatal, de modo complementar à responsabilidade dos perpetradores individuais, para que a prevenção e a punição de crimes internacionais não sejam definidas apenas pelas medidas que os próprios Estados estão dispostos a empreender para esse fim[681].

2.2 **Responsabilidade Internacional do Estado**

Seguindo estrutura semelhante à da seção anterior, primeiramente serão analisados conceitos iniciais em relação ao sistema de responsabilidade do Estado **(2.2.1)**, para então se examinar a legislação aplicável **(2.2.2)** e o mecanismo de responsabilização correspondente **(2.2.3)** que podem ser aplicados em casos de genocídio e perseguição religiosa.

---

[679] CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. **A responsabilidade do Estado sob a Convenção contra o Genocídio**: em defesa da dignidade humana. Haia/Fortaleza: IBDH-IIDH, 2015, p. 248, 263.
[680] WERLE; JEßBERGER, 2014, p. 28-29. Ver exemplos de tribunais mistos em JAPIASSÚ, 2020, p. 120-121.
[681] WEATHERALL, 2022, p. 350-351.

2.2.1 Conceitos iniciais

Conforme afirmado por Werle e Jeßberger, é reconhecido que "os crimes de acordo com o direito internacional normalmente, embora não necessariamente, pressupõem a participação do Estado" (tradução minha)[682]. Assim, uma característica marcante da conduta internacional criminosa é sua usual ligação com o exercício da autoridade estatal. Desse modo, regras primárias cuja violação é considerada como crime internacional também geram obrigações internacionais dos Estados e, assim, podem dar origem à responsabilidade estatal em caso de violação de suas obrigações[683].

A responsabilidade estatal é, atualmente, codificada e desenvolvida no ARSIWA, documento que cortes e tribunais têm citado, aprovado amplamente e tratado como fonte em questões de responsabilidade internacional, demonstrando o processo de consolidação das regras de responsabilidade estatal conforme ali codificadas[684]. Dupuy descreve a responsabilidade como epicentro de um sistema jurídico[685]. É o ponto no qual converge a natureza, o alcance das obrigações e a determinação das consequências jurídicas de sua violação[686]. Importante destacar que, conforme articulado por Roberto Ago, a lei de responsabilidade estatal é a estrutura dentro da qual as obrigações dos Estados operam. Não é um conjunto de regras que dizem aos Estados o que fazer, mas sim o sistema que enquadra as regras que regem sua conduta – regras secundárias –, diferente do conteúdo em si de suas obrigações – regras primárias[687].

A origem da responsabilidade estatal está no ato ilícito internacional (artigo 1 ARSIWA)[688], que ocorre quando a conduta, um ato ou omissão, é atribuível ao Estado e constitui uma violação de uma obrigação internacional (artigo 2 ARSIWA). Roberto Ago, ao tratar da origem da responsabilidade, enuncia o seguinte princípio consolidado no direito

---

682 WERLE; JEßBERGER, 2014, p. 44. No original: "*Crimes under international law typically, though not necessarily, presume state participation*". Ver RAO, Pemmaraju Sreenivasa. International Crimes and State Responsibility. *In*: RAGAZZI, Maurizio (ed.). **International Responsibility Today**: Essays in Memory of Oscar Schachter. Leiden, Boston: Martinus Nijhoff Publishers, 2005, p. 76-77.
683 WEATHERALL, 2022, p. 324.
684 CRAWFORD, James. State Responsibility. **Max Planck Encyclopedia of Public International Law**, set. 2006, para. 3, 65, 69; CRAWFORD, James. The International Court of Justice and the Law of State Responsibility. *In*: TAMS, Christian J.; SLOAN, James (eds.). **The Development of International Law by the International Court of Justice**. Oxford University Press, 2013, p. 81. Ver também CRAWFORD, James; PELLET, Alain; OLLESON, Simon; PARLETT, Kate. **The Law of International Responsibility**. Oxford University Press, 2010.
685 DUPUY, Pierre-Marie. Le fait générateur de la responsabilité internationale des états. **Recueil des Cours de l'Académie de Droit International**, vol. 188, 1984, p. 21.
686 GORAIEB, 2019, p. 43.
687 AGO, Roberto. Second report on State responsibility. **Yearbook of the International Law Commission**, vol. II, Doc. A/CN.4/233, 1970; CRAWFORD, 2013, p. 75-76.
688 AGO, 1970, p. 179, para. 12; DUPUY, 2002, p. 1095.

internacional: "qualquer conduta de um Estado que o direito internacional classifique como um ato legalmente ilícito implica a responsabilidade desse Estado no direito internacional" (tradução minha)[689]. Esse princípio aparece desde os primeiros casos da Corte Permanente de Justiça Internacional, como *S. S. "Wimbledon"* e *Phosphates in Morocco*[690].

A caracterização de um ato ilícito internacional é regida pelo direito internacional e não é afetado por sua caracterização como lícito pelo direito interno (artigo 3 ARSIWA), pois um Estado não pode se basear em sua lei interna como desculpa para não cumprir suas obrigações internacionais[691]. Assim, um ato ilícito internacional é o resultado de uma violação de uma regra primária do direito internacional que é atribuível ao Estado[692]. Conforme Anzilotti, o ato ilícito internacional é um ato em oposição ao direito internacional objetivo[693].

A doutrina aponta que o grande marco desse entendimento foi o fato do ato internacional ilícito, um ato objetivo, ser a única condição necessária para ensejar a responsabilidade, independente das consequências advindas dele[694]. Assim, o dano não é um elemento constitutivo do ato ilícito internacional[695]. A ideia é que qualquer violação de uma obrigação internacional constitui em si mesma um dano. Como Anzilotti afirmou, a responsabilidade internacional deriva sua razão de ser puramente da violação de um direito de outro Estado e toda violação de um direito é um dano[696].

O artigo 12 do ARSIWA define que há uma violação de uma obrigação internacional quando "um ato desse Estado não estiver em conformidade com o que é exigido por essa

---

689 AGO, 1970, p. 179, para. 12. No original: "*any conduct of a State which international law classifies as a legally wrongful act entails the responsibility of that State in international law*".

690 CORTE PERMANENTE DE JUSTIÇA INTERNACIONAL. S. S. "Wimbledon". **Judgment**, 17 ago. 1923, p. 33; CORTE PERMANENTE DE JUSTIÇA INTERNACIONAL. Phosphates in Morocco. **Judgment**, 14 jun. 1938, p. 28. "A violação do direito internacional - um ato definitivo que, por si só, envolveria diretamente a responsabilidade internacional. Sendo esse ato atribuível ao Estado e descrito como contrário ao direito do tratado de outro Estado, a responsabilidade internacional seria estabelecida imediatamente entre os dois Estados" (tradução minha). No original: "*the violation of international law - a definitive act which would, by itself, directly involve international responsibility. This act being attributable to the State and described as contrary to the treaty right of another State, international responsibility would be established immediately as between the two States.*" Ver análise de jurisprudência em GORAIEB, 2019, tópico 3.3.1.

691 CRAWFORD, 2006, para. 17.

692 WEATHERALL, 2022, p. 58; SEIBERT-FOHR, 2009a, p. 351.

693 ANZILOTTI, Dionisio. La responsabilité internationale des Etats à raison des dommages soufferts par des étrangers. **Revue générale de droit international public**. Paris: Pédone, t. XIII, 1906, p. 14.

694 GORAIEB, 2019, p. 99-100.

695 GORAIEB, 2019, p. 101, 279, 322. Sobre a exclusão do dano como elemento constitutivo da responsabilidade internacional não ser ponto pacífico, ver p. 284.

696 AGO, 1970, p. 195, para. 54. Ver ANZILOTTI, Dionisio. **Teoria generale della responsabilita dello Stato nel diritto internazionale**. Florence: F. Lumachi, 1902, reprinted in Scritti di diritto internazionale pubblico, Padua: CEDAM, vol. II, t. 1, 1956, p. 89; ANZILOTTI, Dionisio. **Corso di diritto internazionale**. Padua, CEDAM, 4th ed., vol. I, 1955, p. 425.

obrigação, independentemente de sua origem ou caráter" (tradução minha)[697]. Desse modo, o que equivale a uma violação do direito internacional por um Estado depende do conteúdo das obrigações desse Estado[698].

A CDI também esclarece que "a regra geral é que a única conduta atribuída ao Estado em nível internacional é a de seus órgãos de governo ou de outros que tenham agido sob a direção, instigação ou controle desses órgãos, ou seja, como agentes do Estado" (tradução minha)[699]. Os artigos 4 a 11 do ARSIWA tratam dos possíveis modos de atribuição de conduta ao Estado: conduta dos órgãos de Estado, conduta de pessoas ou entidades exercendo elementos de autoridade governamental, conduta de órgãos colocados à disposição de um Estado por outro Estado, conduta dirigida ou controlada por um Estado, conduta realizada na ausência ou omissão das autoridades oficiais, conduta de um movimento de insurreição ou outros que se torna o novo governo de um Estado ou consegue estabelecer um novo Estado e conduta reconhecida e adotada por um Estado como sua própria conduta[700].

Portanto, conforme o entendimento da CDI, dois elementos são os que fundam a responsabilidade estatal: violação e atribuição da conduta ao Estado[701] – os quais Roberto Ago já havia discorrido sobre em seu curso na Haia em 1939[702]. Há certas circunstâncias nas quais a violação de uma obrigação internacional por parte de um Estado não é considerada ilícita (artigos 20 a 25 ARSIWA), mas elas não podem justificar ou desculpar um ato de um Estado que viole uma norma peremptória (*jus cogens*), pois são normas das quais nenhuma derrogação é permitida (artigo 26 ARSIWA, artigos 53 e 64 da Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados, CVDT)[703], que é o caso da proibição do genocídio e de crimes contra a humanidade. Portanto, a violação de uma norma peremptória nunca pode ser autorizada pelo Estado como uma questão de direito internacional[704].

---

[697] INTERNATIONAL LAW COMISSION, 2001, artigo 12. No original: "*when an act of that State is not in conformity with what is required of it by that obligation, regardless of its origin or character*". CRAWFORD, 2006, para. 19.
[698] CRAWFORD, 2006, para. 2.
[699] INTERNATIONAL LAW COMISSION, 2001, part one, chapter II, p. 38, para. 2. No original: "*the general rule is that the only conduct attributed to the State at the international level is that of its organs of government, or of others who have acted under the direction, instigation or control of those organs, i.e. as agents of the State*".
[700] CRAWFORD, 2006, para. 18.
[701] WEATHERALL, 2022, p. 76; GORAIEB, 2019, p. 281, 321; DINH, Nguyen; DAILLER, Patrick; PELLET, Alain. **Direito internacional público**. Lisboa: Calouste, 1999. p. 701; MELLO, Celso D. de Albuquerque. **Curso de direito internacional público**. Rio de Janeiro: Renovar, 13 ed., vol. 1, 2001, p. 500.
[702] AGO, Roberto. Le délit international. **Recueil de Cours de l'Académie de Droit International**, vol. 68, 1939. p. 441.
[703] CRAWFORD, 2006, para. 21-22; WEATHERALL, 2022, p. 334.
[704] WEATHERALL, 2022, p. 339.

A primeira diferença radical entre a responsabilidade estatal e individual é que um dos elementos fundamentais da última é a intenção, enquanto a primeira é fundada no ato ilícito, que é objetivo, isto é, não considera a culpa/intenção do Estado em questão[705]. A responsabilidade do Estado deriva "do dever imposto pelo direito internacional. O importante é a imputabilidade, isto é, o nexo de causalidade entre o ato ilícito e quem é responsável por ele"[706].

Contudo, surge uma dificuldade quando a violação consiste em uma conduta que é um crime internacional, como o genocídio. Como observado por Schabas, o problema óbvio é que a definição de genocídio exige prova de intenção específica, e é difícil conceber um Estado com uma intenção específica[707]. A pergunta é: pode um Estado cometer um crime?[708] Marko Milanović responde:

> Sim e não. Um Estado não pode fazer nada sozinho – ele só pode agir por meio de indivíduos que, na grande maioria dos casos, seriam seus órgãos *de jure*. Mas assim como os indivíduos podem cometer crimes internacionais quando agem em sua capacidade oficial, seus atos criminosos também podem ser atribuídos a um Estado. No entanto, essa responsabilidade do Estado por um crime internacional não é, por sua natureza, criminal, mas permanece [...] a responsabilidade 'normal' do Estado. (Tradução minha)[709]

Desse modo, ao contrário de atribuir intenção diretamente ao Estado, é importante lembrar o que a Corte Permanente de Justiça Internacional, reconheceu em 1923: "os Estados só podem agir por e através de seus agentes e representantes" (tradução minha)[710], e o que a CIJ, sua sucessora, considerou em casos como *Armed Activities on the Territory of the Congo*, que a conduta de todo órgão de Estado deve ser considerada como ato desse Estado[711], e *Bosnia*

---

[705] DUPUY, 2002, p. 1095; WEATHERALL, 2022, p. 77; NOLLKAEMPER, 2003, p. 633; GORAIEB, 2019, p. 101, 320, 322. Isso era discutido no início dos debates sobre responsabilidade internacional. Hans Kelsen, por exemplo, admitia que um Estado que incorre em uma grave violação de direito internacional, comete um delito ou crime, e que a responsabilidade internacional pode, em determinadas circunstâncias, ter como base a culpa/falta. Ver em KELSEN, Hans. **Principles of International Law**. Nova York: Rinehart & Co. Inc., 1952, p. 9, 11-13, 97-100, 104-105, 107, 114-117, 122-123; CANÇADO TRINDADE, 2020, p. 371-372.

[706] GORAIEB, 2019, p. 189.

[707] SCHABAS, 2009, p. 444.

[708] Sobre o assunto, para uma defesa da existência de crimes de Estado e sua respectiva responsabilidade penal, ver GORAIEB, 2019, especialmente p. 14, 69-70, 73, 94-121, 184-185, 345-351, 502-503. Ver também discussões do tópico 3.2.1 desta dissertação.

[709] MILANOVIĆ, Marko. State Responsibility for Genocide. **The European Journal of International Law**, vol. 17, no. 3, 2006, p. 562. No original: "*Yes and no. A state can do nothing by itself – it can only act through individuals, who would in the overwhelming majority of cases be its de jure organs. But just as individuals can commit international crimes when acting in their official capacity,46 so can their criminal acts be attributed to a state. Yet, this state responsibility for an international crime is by its nature not criminal, but remains […] 'normal' state responsibility*".

[710] CORTE PERMANENTE DE JUSTIÇA INTERNACIONAL. Case of Certain questions relating to settlers of German origin in the territory ceded by Germany to Poland. **Advisory opinion**, PCIJ Series B, no. 6, 10 set. 1923, p. 22. No original: "*States can act only by and through their agents and representatives.*"

[711] CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Armed Activities on the Territory of the Congo (Democratic Republic of the Congo v. Uganda). **Judgment**, 19 dez. 2005, para. 213.

and Herzegovina v. Serbia and Montenegro sobre pessoas como possíveis instrumentos da ação estatal[712]. Pellet, semelhantemente, enfatiza que é por meio do indivíduo que o Estado "comete crimes"[713]. Isto é, em termos legais a responsabilidade internacional advém de um ato de Estado, em termos factuais um Estado age por meio de indivíduos[714].

Portanto, a maneira que a intenção é, de algum modo, comunicada à verificação da responsabilidade do Estado, é quando o ato de violação de uma obrigação de direito internacional constitui também um crime internacional. É uma questão relacionada à norma primária aplicável: algumas normas podem fazer com que a responsabilidade do Estado incorpore no elemento da violação a intenção do autor imediato[715]. Assim, o elemento objetivo da violação subsome os elementos objetivo e subjetivo do tipo penal em questão[716]. Nos casos em que a norma primária violada exige um elemento adicional, como o *dolus specialis* requerido na proibição do genocídio, esse também precisa ser satisfeito quanto ao autor do crime para que haja responsabilização do Estado[717]. Exemplo disso é que quando um Estado é acusado de genocídio perante a CIJ, cabe ao Estado que levou o caso à Corte demonstrar a intenção genocida dos autores dos atos que se enquadram no artigo II da Convenção contra o Genocídio.

De todo modo, a intenção permanece um elemento essencialmente ligado ao indivíduo que comete determinado ato[718], não é o *mens rea* do Estado em si, e não possui mais nenhuma função em relação aos elementos da responsabilidade do Estado para além da determinação do fato objetivo da violação de direito[719]. Logo, aqui a diferenciação metodológica entre normas primárias e secundárias é fundamental: para todo ato ilícito internacional, a questão da intenção da comissão de tais atos é uma matéria relacionada à norma primária. Para responsabilizar um Estado por genocídio, por exemplo, a intenção genocida só precisa ser demonstrada – nos

---

[712] LOEWENSTEIN, Andrew B.; KOSTAS, Stephen A. Divergent Approaches to Determining Responsibility for Genocide. **Journal of International Criminal Justice**, vol. 5, no. 4, 2007, p. 846; CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (Bosnia and Herzegovina v. Serbia and Montenegro). **Judgment**, 26 fev. 2007, para. 384.
[713] PELLET, Alain. Can a State Commit a Crime? Definitely, Yes! **European Journal of International Law**, vol. 10, 1999, p. 433.
[714] NOLLKAEMPER, 2003, p. 616.
[715] NOLLKAEMPER, 2003, p. 633; GORAIEB, 2019, p. 321, 323-324, 380-381, 497.
[716] WEATHERALL, 2022, p. 108; BONAFÈ, 2009, p. 121; INTERNATIONAL LAW COMISSION, 2001, comentário ao artigo 2, para. 10. Ver JØRGENSEN, Nina H. B. **The Responsibility of States for International Crimes**. Oxford: Oxford University Press, 2000.
[717] BONAFÈ, 2009, p. 122-123; GORAIEB, 2019, p. 323, 465; CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (Bosnia and Herzegovina v. Serbia and Montenegro). **Judgment**, 26 fev. 2007, para. 186-189, 242, 277, 373, 376, 421-422; CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (Croatia v. Serbia). **Judgment**, 3 fev. 2015, para. 132, 143-148, 437.
[718] DUPUY, 2002, p. 1095-1096.
[719] WEATHERALL, 2022, p. 111; NOLLKAEMPER, 2003, p. 633.

termos penais de além de qualquer dúvida razoável – para os indivíduos cujos atos estão sendo atribuídos a um Estado; não é a intenção do Estado em si[720].

Em relação ao padrão probatório em procedimentos que avaliam a responsabilidade do Estado, esse é menos claro do que o de procedimentos penais, pois não há nenhum padrão estabelecido que seja aplicável. A prática da CIJ tem apontado para a aplicação de um padrão mais alto em casos de gravidade excepcional da acusação feita contra o Estado[721], que requer a apresentação de evidências "totalmente conclusivas" (tradução minha)[722].

Outra característica distintiva é que as consequências da responsabilidade do Estado são as obrigações de cessação, não-repetição e reparação da conduta ilícita[723] (artigo 30 e 31 ARSIWA), que não possuem caráter penal, o que foi reconhecido nos casos *Bosnia and Herzegovina v. Serbia and Montenegro*[724] da CIJ e *Blaškić*[725] do TPIY[726]. A função da cessação é restaurar a relação legal do Estado infrator com a regra primária em questão e da reparação é eliminar as consequências do ato ilícito e restabelecer a situação que existiria se o ato não tivesse sido cometido[727]. A reparação pode se dar na forma de restituição, que é restabelecer a situação que existia antes do ato ilícito (artigo 35 ARSIWA), compensação, que é baseada no dano material sofrido (artigo 36 ARSIWA), e satisfação, uma forma excepcional e apropriada apenas as outras não estão disponíveis, como quando em casos de danos não materiais (artigo 37 ARSIWA)[728].

A princípio, a responsabilidade estatal é de caráter horizontal, sem distinção ou gradação[729]. Os atos internacionalmente ilícitos de um Estado formam uma única categoria,

---

[720] MILANOVIĆ, 2006, p. 568, 574, 601-602; GORAIEB, 2019, p. 323-324.
[721] WEATHERALL, 2022, p. 121, 127.
[722] CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (Bosnia and Herzegovina v. Serbia and Montenegro). **Judgment**, 26 fev. 2007, para. 209; CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (Croatia v. Serbia). **Judgment**, 3 fev. 2015, para. 177-179. No original: "*The Court has long recognized that claims against a State involving charges of exceptional gravity must be proved by evidence that is fully conclusive*".
[723] CRAWFORD, 2006, para. 23-24.
[724] CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (Bosnia and Herzegovina v. Serbia and Montenegro). **Judgment**, 26 fev. 2007, para. 167.
[725] TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Tihomir Blaškić IT-95-14. **Judgment on the Request of the Republic of Croatia for the review of the decision of Trial Chamber II of 18 July 1997 Appeal Chamber**, 29 out. 1997, para. 25.
[726] Ver GORAIEB, 2019, p. 352 sobre sanções penais no direito internacional.
[727] WEATHERALL, 2022, p. 331.
[728] CRAWFORD, 2006, para. 28; WEATHERALL, 2022, p. 332; GORAIEB, 2019, p. 342.
[729] INTERNATIONAL LAW COMMISSION, 2001, comentário ao artigo 12, para. 5. Crawford faz uma ressalva quanto ao caráter horizontal: "A responsabilidade também pode operar entre Estados e não-Estados e não é necessariamente horizontal da mesma forma que a igualdade dos Estados é apresentada como horizontal. A responsabilidade pode envolver terceiros, até e inclusive a comunidade internacional como um todo" (tradução

com os mesmos critérios para tais atos aplicando-se a todos, sem referência a qualquer distinção entre responsabilidade civil e criminal[730]. O único tipo de gradação feita do ARSIWA é quando se trata de uma violação grave de uma obrigação decorrente de uma norma peremptória do direito internacional (artigo 40 ARSIWA)[731], que provoca outras consequências adicionais para Estados além do responsável, como o dever de cooperação para pôr fim à grave violação, de não reconhecer como legal uma violação grave e de não prestar auxílio ou assistência para manter a situação criada (artigo 41 ARSIWA). Essa é uma questão de fundamental importância, pois, como dito por Crawford, "se terceiros Estados não são obrigados a fazer nada quando confrontados com o *apartheid*, então ainda estamos em um mundo hobbesiano" (tradução minha)[732].

Além disso, quando obrigações *erga omnes* e *erga omnes partes* – definidas pela CIJ como obrigações de um Estado em relação à comunidade internacional como um todo[733] – são violadas, outros Estados além do afetado podem ser aptos a invocar a responsabilidade (artigo 48 ARSIWA), o que é uma expansão da regra geral que rege a invocação de responsabilidade, usualmente limitada ao Estado lesado (artigo 42 ARSIWA)[734]. James Crawford chama de *public interest standing*, uma formulação que "permite que os Estados ajam no interesse público coletivo, um desenvolvimento bem-vindo para a implementação da responsabilidade internacional dos Estados em áreas relacionadas ao bem coletivo ou ao bem-estar comum"

---

minha). No original: "*responsibility can also operate as between states and non-states and is not necessarily horizontal in the way in which the equality of states is presented as horizontal. Responsibility can involve third parties, up to and including the international community as a whole*." CRAWFORD, 2013, p. 83. Sobre críticas e discussões quanto à tese de que há um regime único de responsabilidade aplicável a todas as hipóteses de atos internacionais ilícitos, independente do conteúdo da obrigação, ver GORAIEB, 2019, p. 105-108, 120-121, 210, 274-275.

[730] CRAWFORD, 2006, para. 36.

[731] Ver WYLER, Eric. From 'State Crime' to Responsibility for 'Serious Breaches of Obligations under Peremptory Norms of General International Law'. **European Journal of International Law**, vol. 13, no. 5, 2002, p. 1147-1160.

[732] CRAWFORD, 2013, p. 83. No original: "*If third states are not obliged to do anything when faced with apartheid then we are still in a Hobbesian world*".

[733] CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Barcelona Traction, Light and Power Co Ltd (Belgium v. Spain). **Second Phase Judgment**, 5 fev. 1970, para. 33: "obrigações de um Estado em relação à comunidade internacional como um todo [...]. Por sua própria natureza, [elas] dizem respeito a todos os Estados. Em vista da importância dos direitos envolvidos, todos os Estados podem ser considerados como tendo um interesse legal em sua proteção; são *obrigações erga omnes*" (tradução minha). No original: "*obligations of a State towards the international community as a whole […]. By their very nature [they] are the concern of all States. In view of the importance of the rights involved, all States can be held to have a legal interest in their protection; they are obligations erga omnes*." No para. 34, ao citar exemplos de obrigações dessa natureza, a Corte incluiu: proibição da agressão e do genocídio, regras e princípios em relação aos direitos básicos da pessoa humana, incluindo a proteção contra a escravidão e discriminação racial.

[734] WEATHERALL, 2022, p. 59-60, 87-88, 91-92 333; CRAWFORD, 2006, para. 43-45. Ver INTERNATIONAL LAW COMMISSION, 2001, comentário ao artigo 28, para. 2, comentário ao artigo 48, para. 2.

(tradução minha)[735]. O papel de terceiros em levar o caso às instâncias judiciais ou acionar outros mecanismos institucionais é especialmente relevante em vista do fato de que, na maioria dos exemplos de crimes internacionais, a vítima tem pouca ou nenhuma voz em nível intencional[736].

Nota-se que o dever de um Estado em relação a crimes internacionais trata-se de uma obrigação *erga omnes*/*erga omnes parte*[737]. Por exemplo, no caso *The Gambia v. Myanmar*, a CIJ confirmou o caráter *erga omnes partes* da Convenção contra o Genocídio, que permite que qualquer um dos Estados partes invoque responsabilidade por seu descumprimento[738]. Essa evolução nas regras secundárias de responsabilização, permitindo que terceiros Estados invoquem responsabilidade com base em um interesse comum, bem como o surgimento de consequências para terceiros Estados "são desenvolvimentos que promovem uma resposta baseada na comunidade às violações das regras primárias associadas a crimes sob o direito internacional" (tradução minha)[739].

Em casos que envolvem violações de direito internacional que são também crimes internacionais, há circunstâncias em que além da responsabilidade do Estado poder surgir como resultado dos seus oficiais se engajarem no crime, isto é, pela atribuição da conduta que viola a norma primária ao próprio Estado, ela também pode surgir pela falha do Estado em prevenir o crime ou em punir os criminosos, que é a violação de uma obrigação distinta e associada à norma primária em questão[740]. Esse aspecto foi reconhecido, por exemplo, pelo TPIY no caso

---

[735] CRAWFORD, 2006, para. 46. No original: "*permits States to act in the collective public interest, a welcome development for the implementation of the international responsibility of States in areas concerning collective good or the common welfare*."

[736] RAO, 2005, p. 79; ZYBERI, Gentian. The International Court of Justice and the Rights of Peoples and Minorities. *In*: TAMS, Christian J.; SLOAN, James (eds.). **The Development of International Law by the International Court of Justice**. Oxford University Press, 2013, p. 344. Ver ABI-SAAB, Georges. The Concept of "International Crimes" and its Place in Contemporary International Law. *In*: WEILER, Joseph H; CASSESE, Antonio; SPINEDI, Marina (eds.). **International Crimes of State**: A Critical Analysis of the ILC's Draft Article 19 on State Responsibility, Berlin, Boston: De Gruyter, 1989, p. 150.

[737] WEATHERALL, 2022, p. 94-95; CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (Bosnia and Herzegovina v. Serbia and Montenegro). **Preliminary Objections Judgment**, 11 jul. 1996, para. 31; CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Armed Activities on the Territory of the Congo (New Application: 2002) (Democratic Republic of the Congo v. Rwanda). **Judgment**, 3 fev. 2006, para. 64; CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (Croatia v. Serbia). **Judgment**, 3 fev. 2015, para. 87; CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (The Gambia v. Myanmar). **Order Request for the indication of provisional measures**, 23 jan. 2020, para. 41.

[738] CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (The Gambia v. Myanmar). **Order Request for the indication of provisional measures**, 23 jan. 2020, para. 41.

[739] WEATHERALL, 2022, p. 351. No original: "*developments that promote a community-based response to breaches of primary rules associated with crimes under international law*."

[740] WEATHERALL, 2022, p. 78, 111-112.

Furundžija[741], pela CIJ nos casos *Bosnia and Herzegovina v. Serbia and Montenegro*[742] e *Croatia v. Serbia*[743] e pela CDI no comentário ao artigo 58 do ARSIWA: "quando os crimes contra o direito internacional são cometidos por funcionários do Estado, muitas vezes o próprio Estado é responsável pelos atos em questão ou por não os ter evitado ou punido" (tradução minha)[744]. Ainda assim, o elemento da violação para fins de responsabilidade estatal continua referencial à conduta criminosa individual, pois depende da falha do Estado em prevenir ou punir tal conduta. Nesse caso, a conduta criminosa será necessária, mas não suficiente para estabelecer o elemento de violação do Estado, que precisará de uma investigação específica[745].

É o caso, por exemplo, da Convenção contra o Genocídio, na qual há três situações em que o Estado pode ser responsabilizado em casos de genocídio: por atribuição da conduta ao próprio Estado – essa possibilidade ainda será mais profundamente investigada, por ser uma das questões nas quais a CIJ se debruçou em sua jurisprudência –, por não prevenir e por não punir a conduta criminosa em questão. Apesar de geralmente relacionadas, cada situação tem seu escopo único, e é por isso que a CDI esclarece que o "Estado não está isento de sua própria responsabilidade por uma conduta internacionalmente ilícita pelo julgamento e punição dos funcionários do Estado que a praticaram" (tradução minha)[746]. Assim, o Estado não pode evitar a responsabilidade por um crime internacional atribuído a ele por meio do cumprimento de obrigações associadas como a de punição[747]. Portanto, também é possível que haja

---

[741] TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Furundžija IT- 95-17/1-T. **Judgment**, 10 dez. 1998, para. 142: "De acordo com o atual direito internacional humanitário, além da responsabilidade criminal individual, a responsabilidade do Estado pode resultar do fato de os funcionários do Estado se envolverem em tortura ou não impedirem a tortura ou punirem os torturadores. Se realizada como uma prática extensiva de funcionários do Estado, a tortura equivale a uma violação grave em escala generalizada de uma obrigação internacional de importância essencial para a proteção do ser humano, constituindo, portanto, um ato ilícito particularmente grave que gera responsabilidade do Estado" (tradução minha). No original: "*Under current international humanitarian law, in addition to individual criminal liability, State responsibility may ensue as a result of State officials engaging in torture or failing to prevent torture or to punish torturers. If carried out as an extensive practice of State officials, torture amounts to a serious breach on a widespread scale of an international obligation of essential importance for safeguarding the human being, thus constituting a particularly grave wrongful act generating State responsibility*."

[742] CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (Bosnia and Herzegovina v. Serbia and Montenegro). **Judgment**, 26 fev. 2007, para. 383.

[743] CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (Croatia v. Serbia). **Judgment**, 3 fev. 2015, para. 128.

[744] INTERNATIONAL LAW COMMISSION, 2001, comentário ao artigo 58, para. 3. No original: "*Where crimes against international law are committed by State officials, it will often be the case that the State itself is responsible for the acts in question or for failure to prevent or punish them*."

[745] WEATHERALL, 2022, p. 112

[746] INTERNATIONAL LAW COMMISSION, 2001, comentário ao artigo 58, para. 3. No original: "*The State is not exempted from its own responsibility for internationally wrongful conduct by the prosecution and punishment of the State officials who carried it out*". Ver também INTERNATIONAL LAW COMMISSION, 1996, comentário ao artigo 4, para. 2; WEATHERALL, 2022, p. 102-103.

[747] WEATHERALL, 2022, p. 329.

responsabilidade do Estado pela violação de uma obrigação relacionada à prevenção ou punição de um crime internacional, mesmo que a conduta criminosa em si não seja atribuível a ele[748].

Com a compreensão dos conceitos iniciais sobre a responsabilização do Estado por crimes internacionais, é possível examinar o escopo das obrigações estatais e o mecanismo de responsabilização para casos de violação. Estados certamente possuem obrigações em relação à proibição do genocídio e de crimes contra a humanidade no direito costumeiro internacional. Em relação ao genocídio, há também obrigações relacionadas ao crime a nível de tratado na Convenção contra o Genocídio[749].

Uma distinção entre as fontes da obrigação – costume ou convenção – pode ter implicações práticas significativas para acesso à jurisdição nos mecanismos de responsabilização do Estado. No caso da Convenção contra o Genocídio, há uma cláusula compromissória que concede jurisdição à CIJ em caso de disputas relacionadas à Convenção. Por isso, a Convenção e a CIJ serão os instrumentos analisados nas seções a seguir sobre legislação aplicável e mecanismo de responsabilização. Até porque a CIJ é, na atualidade, o único órgão judicial a nível universal que trata de matérias de direito internacional geral habilitado para determinar a responsabilidade de Estados e a Convenção contra o Genocídio é o tratado que convenciona as obrigações dos Estados em relação à proibição desse crime. Grande seria o ganho de ter uma convenção em relação aos crimes contra a humanidade em termos semelhantes, o que também será brevemente analisado a seguir[750].

2.2.2 Legislação Aplicável

A Convenção contra o Genocídio foi adotada em 1948, um dia antes da adoção da Declaração Universal de Direitos Humanos. Assim, ambas foram discutidas e elaboradas na mesma época, e são demonstrações dos esforços da comunidade internacional no período pós-guerra em evitar que atrocidades em massa ocorressem novamente. Como primeiro tratado de direitos humanos adotado no âmbito da ONU[751], a Convenção define o genocídio e estabelece

---

[748] WEATHERALL, 2022, p. 101, 329; CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (Bosnia and Herzegovina v. Serbia and Montenegro). **Judgment**, 26 fev. 2007, para. 471.
[749] WEATHERALL, 2022, p. 115-116.
[750] Ver CANÇADO TRINDADE, 2015, p. 239.
[751] VILJOEN, Frans. International Human Rights Law: A Short History. **UN Chronicle**. Disponível em: https://www.un.org/en/chronicle/article/international-human-rights-law-short-history; BUERGENTHAL, 2006, p. 789.

as obrigações cujo escopo será analisado a seguir **(2.2.2.1)**. Ainda não há uma convenção semelhante para os crimes contra a humanidade, mas as discussões sobre sua adoção têm avançado **(2.2.2.2)**.

2.2.2.1 Convenção contra o Genocídio

A Convenção contra o Genocídio inicia, em seu artigo I, afirmando que as partes contratantes confirmam que o genocídio, quer cometido em tempo de paz, quer em tempo de guerra, é um crime de acordo com o direito internacional, que elas se comprometem a prevenir e a punir. Robinson explica que "o artigo foi mantido principalmente para evitar o difícil problema de saber se o genocídio já era ou não um crime de acordo com o direito internacional" (tradução minha)[752]. Além disso, o artigo equaliza os atos cometidos em tempos de paz ou guerra, um conceito que não estava presente na Carta do Tribunal de Nuremberg[753], e emancipa o genocídio da noção mais geral de crimes contra a humanidade[754]. A CIJ já se pronunciou afirmando que esse artigo possui caráter normativo, e não preambular e, por isso, "não deve ser lido meramente como uma introdução às referências expressas posteriores à legislação, ao processo judicial e à extradição", mas "cria obrigações distintas daquelas que aparecem nos artigos subsequentes" (tradução minha)[755].

O artigo II da Convenção traz a definição de genocídio, que atualmente é amplamente aceita e reconhecida como a definição autoritativa do crime, parte do direito costumeiro internacional e *jus cogens*[756]:

---

[752] ROBINSON, 1960, p. 56. No original: "*The article was retained mainly to avoid the difficult problem of whether Genocide was or was not already a crime under international law*." CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (Bosnia and Herzegovina v. Serbia and Montenegro). **Judgment**, 26 fev. 2007, para. 166.

[753] ROBINSON, 1960, p. 57.

[754] JEßBERGER, 2009, p. 90. Ver SCHABAS, William A. Genocide. **Max Planck Encyclopedia of Public International Law**, dez. 2007, para. 28.

[755] CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (Bosnia and Herzegovina v. Serbia and Montenegro). **Judgment**, 26 fev. 2007, para. 162. No original: "*it is not to be read merely as an introduction to later express references to legislation, prosecution and extradition*" "*creates obligations distinct from those which appear in the subsequent Articles*".

[756] JEßBERGER, 2009, p. 88; CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (Bosnia and Herzegovina v. Serbia and Montenegro). **Judgment**, 26 fev. 2007, para. 161; CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Reservations to the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide. **Advisory Opinion**, 28 mai. 1951, p. 23; TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Krstić. **Judgment Trial Chamber**, 2 ago 2001, para. 541; TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA RUANDA. Prosecutor v. Akayesu. **Judgment Trial Chamber**, 2 set 1998, para. 495. Ver também CASSESE, Antonio. **International Criminal Law**. Oxford: Oxford University Press, 2 ed., 2008, p. 130.

> Na presente Convenção, entende-se por genocídio qualquer dos seguintes atos, cometidos com a intenção de destruir no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso, como tal:
> a) Matar membros do grupo;
> b) Causar lesão grave à integridade física ou mental de membros do grupo;
> c) Submeter intencionalmente o grupo a condição de existência capazes de ocasionar-lhe a destruição física total ou parcial;
> d) Adotar medidas destinadas a impedir os nascimentos no seio de grupo;
> e) Efetuar a transferência forçada de crianças do grupo para outro grupo.

A definição adotada pelo Estatuto de Roma, já analisada no tópico 2.1.2.1 segue os mesmos termos da Convenção e, assim, o que já foi exposto sobre os elementos constitutivos do genocídio aplica-se aqui também. Algumas das principais características serão retomadas, agora com referência ao processo de elaboração da Convenção.

Genocídio, nos termos da Convenção, é, portanto, qualquer um dos cinco atos enumerados, cometidos com a intenção de destruir, em todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso como tal[757]. Uma das principais características é o objeto do crime: o ato deve ser direcionado à destruição de um dos grupos protegidos. Os indivíduos vítimas dos atos importam para o autor enquanto membros desse grupo[758]. Conforme reconhecido pelo TPIY no caso *Krstić*, a Convenção busca proteger o direito à vida de grupos humanos como tais[759]. Contudo, ela não protege todos os tipos de grupos humanos, mas apenas os nacionais, étnicos, raciais e religiosos[760], reconhecidos por sua situação de grande vulnerabilidade[761].

Desde os trabalhos preparatórios para a Convenção já havia a discussão sobre quais grupos deveriam ser elencados como protegidos, com controvérsias quanto a grupos políticos, por exemplo, que, por fim, foram excluídos por não serem estáveis o suficiente[762]. Quanto ao grupo religioso, esse estava incluído desde a Resolução 96(I)[763] como um grupo que poderia ser vítima de genocídio e aparece em todos os rascunhos de definição do crime[764]. Em determinado momento, a União Soviética propôs uma sugestão de que "religioso" fosse colocado entre parênteses após "nacional", ou seja, "grupo nacional (ou religioso)", pois se genocídio fosse cometido contra grupos religiosos, segundo a delegação, esse era sempre

---

[757] Ver SCHABAS, 2009, p. 172-306.
[758] ROBINSON, 1960, p. 58; JEßBERGER, 2009, p. 109-110 ; GORAIEB, 2019, p. 466.
[759] TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Krstić. **Judgment Trial Chamber**, 2 ago 2001, para. 553.
[760] TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Krstić. **Judgment Trial Chamber**, 2 ago 2001, para. 554. Ver SCHABAS, 2009, p. 117-171.
[761] CANÇADO TRINDADE, 2015, p. 22. "A Convenção contra o Genocídio se ocupa de grupos humanos em situações de grande vulnerabilidade, ou indefesos".
[762] ROBINSON, 1960, p. 59; JAPIASSÚ, 2020, p. 132; GORAIEB, 2019, p. 464.
[763] UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. Resolution 96(I). **UN Doc A/RES/96(I)**, 11 dez. 1946. Disponível em: https://undocs.org/en/A/RES/96(I).
[764] WERLE; JEßBERGER, 2014, p. 299.

conectado a outros motivos de caráter nacional ou racial. A proposta foi rejeitada por votação de 40 a 5, com uma abstenção[765], prevalecendo o entendimento de grupos religiosos enquanto tais no rol de coletividades protegidas.

Werle e Jeßberger explicam que os autores da Convenção consideraram que mesmo com a membresia voluntária, grupos religiosos se desenvolveram historicamente do mesmo modo que grupos nacionais e étnicos, demonstrando caráter estável e características consistentes[766]. Assim, os membros de um grupo religioso são aqueles que "são da mesma fé, acreditam no mesmo paradigma espiritual e compartilham uma ideia espiritual comum ou formas semelhantes de prática religiosa" (tradução minha)[767]. Grupos religiosos pequenos podem atender a essa definição se forem permanentes e coesos de modo geral, mesmo com a possibilidade de deixar o grupo[768].

Outra das principais características é a intenção específica de destruir o grupo em todo ou em parte, que não se confunde com o *mens rea* que acompanha cada ato individual cometido[769]. É o elemento que dá ao crime de genocídio sua dimensão internacional e o insere no rol de crimes que são de interesse na comunidade internacional como um todo[770]. O crime não é condicionado ao resultado de fato da destruição, mas sim à intenção de atingir esse objetivo específico[771]. Novamente, essa intenção específica é o que torna o crime de genocídio difícil de ser comprovado. Quando não há evidência direta, as circunstâncias específicas podem ser utilizadas para inferir a intenção[772]. A esse respeito, a CIJ enfatiza que "deve-se tomar muito cuidado para encontrar nos fatos uma manifestação suficientemente clara dessa intenção" (tradução minha)[773]. Quando se trata da destruição em parte, ressalta-se novamente que é necessário ser uma parte substancial do grupo, o que é decidido à luz do caso concreto[774].

A destruição intentada precisa ser física ou biológica. A destruição cultural de um grupo foi propositalmente excluída do escopo da definição de genocídio, devido a preocupação de

---

[765] ROBINSON, 1960, p. 60.
[766] WERLE; JEßBERGER, 2014, p. 299.
[767] WERLE; JEßBERGER, 2014, p. 300. No original: "*are of the same faith, believe in the same spiritual paradigm, and share a common spiritual idea or similar forms of religious practice*."
[768] WERLE; JEßBERGER, 2014, p. 300.
[769] JEßBERGER, 2009, p. 90; INTERNATIONAL LAW COMMISSION, 1996, comentário ao artigo 17, para. 5; CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (Bosnia and Herzegovina v. Serbia and Montenegro). **Judgment**, 26 fev. 2007, para. 186.
[770] JEßBERGER, 2009, p. 105, 110.
[771] ROBINSON, 1960, p. 62; JEßBERGER, 2009, p. 95, 105-107.
[772] JEßBERGER, 2009, p. 110-111.
[773] CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (Bosnia and Herzegovina v. Serbia and Montenegro). **Judgment**, 26 fev. 2007, para. 189. No original: "*Great care must be taken in finding in the facts a sufficiently clear manifestation of that intent*."
[774] ROBINSON, 1960, p. 63 ; JEßBERGER, 2009, p. 108.

estendê-la indevidamente[775]. Em um dos rascunhos anteriores da Convenção, a destruição de características do grupo era abrangida, incluindo, por exemplo, destruição sistemática de livros impressos no idioma nacional ou de obras religiosas ou proibição de novas publicações, destruição de monumentos históricos ou religiosos ou seu desvio para usos estranhos, destruição ou dispersão de documentos e objetos de valor histórico, artístico ou religioso e de objetos usados em cultos religiosos[776]. Contudo, em sua versão final, prevalece que a destruição deve ser física ou biológica. O único resquício do genocídio cultural que permaneceu na definição final de genocídio foi a transferência forçada de crianças de um grupo para outro. Desse modo, o ato proibido abrange a transferência permanente feita com a intenção de destruir a existência do grupo[777].

Jeßberger esclarece, quanto aos atos específicos, que os das alíneas (a), (b), (d) e (e) basta que um membro do grupo seja almejado – ou, em uma leitura mais restritiva, pelo menos mais de um membro, já que a linguagem das alíneas está no plural –, enquanto na alínea (c) o grupo em si é o alvo[778].

Novamente, a definição de genocídio não inclui a necessidade de uma política, plano ou ação coletiva como um elemento distinto e adicional[779]. Vale destacar que decisões dos tribunais penais em relação à não exigência de um plano como elemento contextual constitutivo do genocídio utilizaram os trabalhos preparatórios para a Convenção como um dos argumentos para dar suporte a essa posição, como por exemplo no caso *Jelisić*: o trabalho preparatório da Convenção "destaca que a premeditação não foi selecionada como um ingrediente legal do crime de genocídio, [...] com o argumento de que parecia supérflua, dada a intenção especial já exigida pelo texto e que tal precisão apenas tornaria o ônus da prova ainda maior" (tradução minha)[780]. Durante a redação da Convenção, houve propostas de incluir explicitamente o

---

[775] JEßBERGER, 2009, p. 92.
[776] UNITED NATIONS ECONOMIC AND SOCIAL COUNCIL. Draft Convention on the Crime of Genocide. **UN Doc E/447**, 26 jun. 1947, p. 6-7. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/611058?ln=en.
[777] JEßBERGER, 2009, p. 103.
[778] JEßBERGER, 2009, p. 94. Sobre cada uma das condutas específicas, ver p. 96-103.
[779] JEßBERGER, 2009, p. 95-95.
[780] TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Jelisić. **Judgment Trial Chamber**, 14 dez. 1999, para. 100. No original: "*the preparatory work of the Convention of 1948 brings out that premeditation was not selected as a legal ingredient of the crime of genocide, […] on the grounds that it seemed superfluous given the special intention already required by the text and that such precision would only make the burden of proof even greater*." Ver também TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Jelisić. **Judgment/Sentence Appeals Chamber**, 5 jul. 2001, para. 48.

requisito de que o genocídio fosse planejado pelo governo, mas tais propostas foram rejeitadas[781].

A Convenção também elenca como proibidas, além do genocídio em si, a conspiração para cometer genocídio, a incitação pública e direta, a tentativa e a cumplicidade (artigo III)[782]. O artigo IV esclarece que pessoas que cometerem genocídio ou quaisquer dos atos do artigo III devem ser punidas, independentemente de serem indivíduos privados ou oficiais de Estado. No artigo V as partes contratantes se obrigam a tomar as medidas legislativas necessárias para dar efeito à Convenção. O artigo VI, por sua vez, elenca que os autores do genocídio devem ser julgados por um tribunal nacional ou internacional competente, e o artigo VII trata da obrigação de conceder extradição em casos de genocídio. Por fim, outro artigo que se destaca é o IX, que estabelece que:

> As controvérsias entre as Partes Contratantes relativas à interpretação, aplicação ou cumprimento da presente Convenção, bem como as referentes à responsabilidade de um Estado por genocídio ou qualquer dos outros atos enumerados no artigo III, serão submetidas à Corte Internacional de Justiça, a pedido de qualquer das Partes na controvérsia.

Robinson declara que esse artigo pode muito bem ser considerado como um dos mais importantes na Convenção, pois estabelece a jurisdição compulsória da CIJ em todos os casos envolvendo a Convenção[783]. Para que o caso seja submetido a Corte, é necessário que haja uma controvérsia entre as partes, isto é, uma disputa, quanto à interpretação, a aplicação ou cumprimento da Convenção. Para que exista uma disputa, é necessário haver uma divergência de pontos de vista entre o Estado requerido e outro Estado parte sobre qualquer uma dessas questões que não possa ser resolvida por negociações diplomáticas diretas. A Corte lida com disputas entre Estados e, por isso, não se pronuncia em julgamento formal sobre as pessoas envolvidas, mas limita-se a analisar se o Estado cumpriu suas obrigações nos termos da Convenção e, caso não tenha cumprido, avalia quais medidas ele deve tomar[784].

O artigo passou por algumas mudanças em sua redação. Uma delas foi a emenda proposta pelo Reino Unido e Bélgica que adicionou a menção à "responsabilidade de um Estado por genocídio"[785]. A proposta foi feita diante de um dos pontos fracos da redação da Convenção

---

[781] UNITED NATIONS ECONOMIC AND SOCIAL COUNCIL. Ad Hoc Committee on Genocide: summary record of the 4th meeting, Lake Success, New York, Wednesday, 7 April 1948. **UN Doc E/AC.25/SR.4**, 15 abr. 1948, p. 3-6. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/601703?ln=en.
[782] Ver SCHABAS, 2009, p. 307-366.
[783] ROBINSON, 1960, p 100.
[784] ROBINSON, 1960, p. 105-106.
[785] UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. Genocide - draft Convention and report of the Economic and Social Council: joint amendment to Article 10 of the draft Convention (E/794) / Belgium and United Kingdom. **UN Doc A/C.6/258**, 10 nov. 1948.

naquele momento, que era a falta de referência explícita à responsabilidade estatal por ações de seu governo e autoridades, especialmente ao se considerar o contexto de que o genocídio raramente é cometido sem participação ou tolerância do Estado e as dificuldades práticas de processar chefes de Estado[786]. Aqui reside uma das questões sobre a Convenção que gerou e ainda gera controvérsias, qual seja, se ela abarca a obrigação do próprio Estado não cometer genocídio, ou apenas abarca as obrigações estatais de prevenir e punir o crime internacional. Isto é, pode um Estado ser responsabilizado nos termos da Convenção por cometer genocídio – pelo ato que constitui genocídio ser atribuível a ele – ou apenas por não prevenir ou punir?[787]

Pode parecer um questionamento simples à primeira vista, mas há quem entenda que a Convenção impõe às partes contratantes as obrigações de criminalizar o genocídio em seus ordenamentos jurídicos conforme definido pela Convenção, de puni-lo quando cometido em seus territórios e de extraditar suspeitos para outro Estado contratante, com a novidade de lidar com atos criminosos que usualmente são cometidos por agentes de Estado e por meio de uma política estatal. Isto é, que a Convenção estabelece a obrigação dos Estados de impedir o cometimento de genocídio como uma instância de criminalidade individual, funcionando, então, como um acordo de cooperação em matéria penal internacional[788]. Assim, nesse entendimento, seria indevida sua extensão para responsabilizar Estados pelo cometimento de genocídio[789], até porque a Convenção segue termos de direito penal e a responsabilidade criminal dos Estados é um conceito que gera controvérsias no direito internacional.

Não há quem duvide que no direito internacional consuetudinário há a norma peremptória que proíbe os Estados de cometerem genocídio. O que se discute é se há essa obrigação também na Convenção, seguindo os termos propostos nela[790]. A questão é importante porque a jurisdição da Corte, pela cláusula compromissória do artigo IX da Convenção, limita-

---

[786] ROBINSON, 1960, p. 101; UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. Hundred and third meeting, held at Palais de Chaillot, Paris, 6th Committee, General Assembly, 3rd session. **UN Doc A/C.6/SR.103**, 12 nov. 1948, p. 430, 444.

[787] SEIBERT-FOHR, 2009a, p. 353-354; GAETA, 2007, p. 632.

[788] GAETA, 2007, p. 634-635.

[789] GAETA, 2007, p. 631, 647; CASSESE, 2007, p. 879.

[790] LEKKAS, 2019, p. 27; GAETA, 2007, p. 632, 637, 641-643. Paola Gaeta argumenta: "O genocídio é definido na Convenção em termos criminais, e isso não é nenhuma surpresa, já que essa definição teve que ser adotada pelos Estados contratantes em seus próprios sistemas legais criminais para prevenir e punir o genocídio. Por que, então, sustentar que a mesma definição descreve a proibição de genocídio que cabe aos Estados? [...] Em suma, é possível argumentar que os Estados estão certamente obrigados a não cometer genocídio, mas em termos não idênticos àqueles incorporados na Convenção contra o Genocídio" (tradução minha). No original: "*Genocide is defined in the Convention in criminal terms, and this comes as no surprise, since this definition had to be adopted by contracting states within their own criminal legal systems to prevent and punish genocide. Why, then, maintain that the same definition describes the prohibition of genocide incumbent upon states? […] In sum, it is possible to argue that states are certainly bound not to commit genocide, but in terms not identical to those embodied in the Genocide Convention.*"

se no que diz respeito à interpretação, aplicação ou cumprimento da própria Convenção. Portanto, um caso que questionasse a violação do direito internacional costumeiro não poderia ser baseado nessa cláusula[791], mesmo que as supostas violações sejam de obrigações previstas em normas peremptórias ou sejam devidas *erga omnes*[792].

É interessante observar o histórico da elaboração da Convenção em relação ao artigo IX para compreender a inserção da expressão "responsabilidade de um Estado". Alguns Estados como a França, União Soviética e Estados Unidos demonstravam preferência por um instrumento exclusivamente de direito penal, que lidasse apenas com a responsabilidade individual[793], enquanto outros argumentavam pela inserção da responsabilidade estatal. Em uma primeira emenda, Reino Unido e Bélgica propuseram a responsabilidade criminal por atos de Estados, o que atraiu grande oposição e fez com que fosse rejeitada em votação[794]. Outra emenda foi proposta pelos mesmos Estados[795], que influenciou a redação atual do artigo IX com a menção à responsabilidade do Estado. Essa emenda, por sua vez, foi aprovada[796], após discussões nas quais foi esclarecido que a responsabilidade estatal ali mencionada não era de natureza penal[797]. Portanto, o histórico da elaboração da Convenção mostra que o que os Estados claramente se opuseram foi a uma noção de responsabilidade criminal do Estado, mas que, por fim, incluíram a menção à responsabilidade estatal após o esclarecimento sobre sua natureza. Assim, autores como Schabas entendem que esse processo não pode ser tomado como evidência de uma rejeição da responsabilidade do Estado por genocídio nos termos da

---

[791] SEIBERT-FOHR, 2009a, p. 354; GAETA, 2007, p. 648.

[792] CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (Bosnia and Herzegovina v. Serbia and Montenegro). **Judgment**, 26 fev. 2007, para. 147.

[793] UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. Ninety fifth meeting, held at Palais de Chaillot, Paris, on Monday, 6th Committee, General Assembly, 3rd session. **UN Doc A/C.6/SR.95**, 8 nov. 1948 (Chaumont, France; Maktos, US).

[794] UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. Ninety fifth meeting, held at Palais de Chaillot, Paris, on Monday, 6th Committee, General Assembly, 3rd session. **UN Doc A/C.6/SR.95**, 8 nov. 1948 (Kaeckenbeek, Belgium); UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. Genocide: draft Convention and report of the Economic and Social Council: further amendments to the draft Convention (E/794) / United Kingdom. **UN Doc A/C.6/236**, 16 out. 1948; UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. Genocide: draft Convention and report of the Economic and Social Council: further amendments to the draft Convention (E/794): corrigendum / United Kingdom. **UN Doc A/C.6/236/Corr. 1**, 19 out. 1948; UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. Ninety sixth meeting, held at Palais de Chaillot, Paris, on Tuesday, 6th Committee, General Assembly, 3rd session. **UN Doc A/C.6/SR.96**, 9 nov. 1948.

[795] UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. Genocide - draft Convention and report of the Economic and Social Council: joint amendment to Article 10 of the draft Convention (E/794) / Belgium and United Kingdom. **UN Doc A/C.6/258**, 10 nov. 1948.

[796] UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. Hundred and fifth meeting, held at Palais de Chaillot, Paris, on Saturday, 6th Committee, General Assembly, 3rd session. **UN Doc A/C.6/SR.105**, 13 nov. 1948, p. 458-459.

[797] UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. Hundred and third meeting, held at Palais de Chaillot, Paris, 6th Committee, General Assembly, 3rd session. **UN Doc A/C.6/SR.103**, 12 nov. 1948, p. 440. Ver resumo da discussão sobre responsabilidade do Estado durante o processo de elaboração da Convenção em CANÇADO TRINDADE, 2015, p. 67-70, para. 85-91 e SCHABAS, 2009, p. 59-116.

Convenção[798]. Até porque, após as discussões durante a redação, os Estados, por fim, utilizaram linguagem clara se referindo a responsabilidade estatal por genocídio, e uma das regras de interpretação é seguir o significado comum do texto (artigo 31 CVDT)[799].

A CIJ se debruçou sobre essa questão no caso *Bosnia and Herzegovina v. Serbia and Montenegro*[800]. O caso precisou analisar se a Sérvia, então Sérvia e Montenegro, poderia ser responsabilizada, enquanto Estado, por ter cometido genocídio, ou se apenas possuía a obrigação, nos termos da Convenção, de preveni-lo e puni-lo[801]. Na decisão de 1996, rejeitando ao argumento do Estado respondente de que a Convenção contra o Genocídio estabeleceria apenas a responsabilidade individual pelo genocídio[802], a Corte elencou: "a responsabilidade de um Estado por atos de seus órgãos também não é excluída pelo artigo IV da Convenção, que contempla o cometimento de um ato de genocídio por 'governantes' ou 'funcionários públicos'" (tradução minha)[803]. Isto é, um Estado pode cometer genocídio por meio dos atos de seus oficiais: "se um órgão do Estado, ou uma pessoa ou grupo cujos atos sejam legalmente atribuíveis ao Estado, cometer qualquer um dos atos proibidos pelo Artigo III da Convenção, haverá responsabilidade internacional desse Estado" (tradução minha)[804]. Na decisão de 2007 reafirmou que "o efeito do Artigo I é proibir os Estados de cometerem genocídio. [...] Em suma, a obrigação de prevenir o genocídio implica necessariamente a proibição do cometimento de

[798] SCHABAS, 2009, p. 420. Ver também SEIBERT-FOHR, 2009a, p. 354-356; CANÇADO TRINDADE, 2015, p. 15, 238, 259-260. Para uma visão crítica a esse argumento ver GAETA, 2007, p. 631, 635; CASSESE, 2007, p. 876-877.
[799] MILANOVIĆ, 2006, p. 566.
[800] Ver SCHABAS, 2009, p. 491-519.
[801] CRAWFORD, 2013, p. 84; SEIBERT-FOHR, 2009a, p. 356-357.
[802] CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (Bosnia and Herzegovina v. Serbia and Montenegro). **Judgment**, 26 fev. 2007, para. 156, 176.
[803] CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (Bosnia and Herzegovina v. Serbia and Montenegro). **Preliminary Objections Judgment**, 11 jul. 1996, para. 32. No original: "*Nor is the responsibility of a State for acts of its organs excluded by Article IV of the Convention, which contemplates the commission of an act of genocide by 'rulers' or 'public officials'*".
[804] CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (Bosnia and Herzegovina v. Serbia and Montenegro). **Judgment**, 26 fev. 2007, para. 179. No original: "*if an organ of the State, or a person or group whose acts are legally attributable to the State, commits any of the acts proscribed by Article III of the Convention, the international responsibility of that State is incurred*".

genocídio" (tradução minha)[805], incluindo a proibição à conspiração, incitação, tentativa e cumplicidade[806].

Assim, a Corte concluiu, referindo-se ao objeto e do propósito da Convenção, que os Estados possuem sim a obrigação de não cometer genocídio: "as Partes Contratantes da Convenção estão obrigadas a não cometer genocídio, por meio das ações de seus órgãos ou de pessoas ou grupos cujos atos lhes sejam atribuíveis. Essa conclusão também deve se aplicar aos outros atos enumerados no Artigo III" (tradução minha)[807]. Ou seja, a conduta genocida pode não apenas gerar a responsabilidade criminal dos autores individuais do ato, mas também a do Estado, que pode incorrer em responsabilidade internacional pela violação da Convenção quando a conduta dos autores individuais é atribuível ao próprio Estado[808], o que significa que, de acordo com a decisão da CIJ, as obrigações do artigo III da Convenção têm conteúdo idêntico para Estados e indivíduos[809].

Na decisão, a CIJ retomou o histórico da redação da Convenção, deixando claro que não se tratava de responsabilidade criminal dos Estados – essa sim foi rejeitada pelos Estados quando na preparação da Convenção –, mas simplesmente responsabilidade que advém da violação de uma obrigação internacional[810]. Uma das implicações é que ao assumir que as pessoas que cometeram genocídio podem acarretar a responsabilidade do Estado por suas condutas, a CIJ indiscutivelmente rejeitou a noção de que os crimes internacionais tenham natureza de atos privados; portanto, podem sim ser atribuídos a um Estado[811].

---

[805] CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (Bosnia and Herzegovina v. Serbia and Montenegro). **Judgment**, 26 fev. 2007, para. 166. No original: "*the effect of Article I is to prohibit States from themselves committing genocide. [...] In short, the obligation to prevent genocide necessarily implies the prohibition of the commission of genocide*." Paola Gaeta critica a decisão da Corte enfatizando que a obrigação de prevenir é uma obrigação de conduta e a obrigação de não cometer genocídio é uma obrigação de resultado. O julgamento da Corte, aponta a autora, pode levar a situações de responsabilização do Estado por ação de um de seus oficiais, mesmo quando esse mesmo Estado tenha tomado medidas de prevenção. Ver em GAETA, 2007, p. 637-640.

[806] CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (Bosnia and Herzegovina v. Serbia and Montenegro). **Judgment**, 26 fev. 2007, para. 167; CASSESE, 2007, p. 875, 877-878; LEKKAS, 2019, p. 29; ZYBERI, 2013, p. 346.

[807] CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (Bosnia and Herzegovina v. Serbia and Montenegro). **Judgment**, 26 fev. 2007, para. 167. No original: "*Contracting Parties to the Convention are bound not to commit genocide, through the actions of their organs or persons or groups whose acts are attributable to them. That conclusion must also apply to the other acts enumerated in Article III*". Ver CANÇADO TRINDADE, 2015, p. 70, para. 92, p. 259-260.

[808] GORAIEB, 2019, p. 229-232, 470.

[809] LEKKAS, 2019, p. 31-32.

[810] CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (Bosnia and Herzegovina v. Serbia and Montenegro). **Judgment**, 26 fev. 2007, para. 167, 170, 178; CRAWFORD, 2013, p. 84; SEIBERT-FOHR, 2009a, p. 357.

[811] GAETA, 2007, p. 645.

É relevante lembrar que os genocídios que ocorreram na história têm constantemente apontado para a participação ou tolerância do Estado[812]. Portanto, excluir a aplicação da Convenção para fins de responsabilidade do Estado por genocídio a tornaria deficiente, criando uma situação "em que determinados atos criminais odiosos estatais, equivalendo a genocídio, ficariam impunes sobretudo por não haver atualmente nenhuma convenção sobre crimes contra a humanidade"[813].

Por fim, a jurisprudência da Corte tem elucidado outros aspectos importantes da Convenção e do crime de genocídio, como o reconhecimento de que a proibição do genocídio é costume internacional, e por isso não depende de obrigação convencional[814]. Também é reconhecida como uma norma *jus cogens*[815] e, junto à obrigação de punir e prevenir, é também *erga omnes*: "os direitos e obrigações consagrados pela Convenção são direitos e obrigações *erga omnes*. A Corte observa que a obrigação que cada Estado tem de prevenir e punir o crime de genocídio não é territorialmente limitada pela Convenção" (tradução minha)[816]. Mais recentemente, no caso *The Gambia v. Myanmar*, a Corte confirmou o caráter *erga omnes partes* da Convenção, que permite que qualquer Estado parte invoque a responsabilidade por seu descumprimento, e não apenas um Estado especialmente afetado, isso pois todos possuem um interesse em comum no cumprimento da Convenção[817], o que já havia sido apontado no caso *Belgium v. Senegal*[818]. Esses entendimentos são baseados na opinião consultiva da Corte de

---

[812] MILANOVIĆ, 2006, p. 603; GORAIEB, 2019, p. 17, 383, 414-474; DOLINGER, Jacob. **The case for Closing the UN**: International Human Rights - A Study in Hypocrisy. Jerusalém/Israel: Gefen Publishing House Ltd., 2016, p. 238.

[813] CANÇADO TRINDADE, 2015, p. 89-90, para. 146-147, p. 238-239.

[814] CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Reservations to the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide. **Advisory Opinion**, 28 mai. 1951, p. 23.

[815] CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Armed Activities on the Territory of the Congo (New Application: 2002) (Democratic Republic of the Congo v. Rwanda). **Judgment**, 3 fev. 2006, para. 64; CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (Croatia v. Serbia). **Judgment**, 3 fev. 2015, para. 87.

[816] CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (Bosnia and Herzegovina v. Serbia and Montenegro). **Preliminary Objections Judgment**, 11 jul. 1996, para. 31. No original: "*the rights and obligations enshrined by the Convention are rights and obligations erga omnes. The Court notes that the obligation each State thus has to prevent and to punish the crime of genocide is not territorially limited by the Convention*". Ver também CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Armed Activities on the Territory of the Congo (New Application: 2002) (Democratic Republic of the Congo v. Rwanda). **Judgment**, 3 fev. 2006, para. 64; CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (Croatia v. Serbia). **Judgment**, 3 fev. 2015, para. 87.

[817] CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (The Gambia v. Myanmar). **Order Request for the indication of provisional measures**, 23 jan. 2020, para. 41.

[818] CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Questions relating to the Obligation to Prosecute or Extradite (Belgium v. Senegal). **Judgment**, 20 jul. 2012, para. 68-69.

1951 que esclareceu que as reservas feitas à Convenção devem ser compatíveis com seu objeto e propósito, tendo em vista sua natureza:

> As origens da Convenção mostram que a intenção das Nações Unidas era condenar e punir o genocídio como 'um crime sob o direito internacional' que envolve a negação do direito de existência de grupos humanos inteiros, uma negação que choca a consciência da espécie humana e resulta em grandes perdas para a humanidade, e que é contrária à lei moral e ao espírito e objetivos das Nações Unidas (resolução 96 (I) da Assembleia Geral, 11 de dezembro de 1946). A primeira consequência decorrente dessa concepção é que **os princípios subjacentes à Convenção são princípios reconhecidos pelas nações civilizadas como obrigatórios para os Estados, mesmo sem qualquer obrigação convencional.** Uma segunda consequência é o **caráter universal tanto da condenação do genocídio quanto da cooperação necessária** 'para libertar a humanidade de tão odioso flagelo' (Preâmbulo da Convenção). [...]
> Os objetos de tal convenção também devem ser considerados. A Convenção foi manifestamente adotada com um propósito puramente humanitário e civilizatório. De fato, é difícil imaginar uma convenção que possa ter esse caráter duplo em maior grau, já que seu objetivo, por um lado, é **salvaguardar a própria existência de certos grupos humanos** e, por outro, confirmar e endossar os princípios mais elementares da moralidade. Em uma convenção desse tipo, **os Estados contratantes não têm interesses próprios; eles simplesmente têm, todos e cada um, um interesse comum**, a saber, a realização dos altos propósitos que são *raison d'être* da convenção. Consequentemente, em uma convenção desse tipo, não se pode falar de vantagens ou desvantagens individuais para os Estados, ou da manutenção de um equilíbrio contratual perfeito entre direitos e deveres. Os altos ideais que inspiraram a Convenção fornecem, em virtude da vontade comum das partes, o fundamento e a medida de todas as suas disposições. (Tradução minha, destaque meu)[819]

Antes de avançar para a análise do mecanismo de responsabilização dos Estados em caso de genocídio, será feito um breve exame sobre o estado atual das discussões de uma possível convenção sobre crimes contra a humanidade.

---

[819] CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Reservations to the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide. **Advisory Opinion**, 28 mai. 1951, p. 23. No original: "*The origins of the Convention show that it was the intention of the United Nations to condemn and punish genocide as 'a crime under international law' involving a denial of the right of existence of entire human groups, a denial which shocks the conscience of mankind and results in great losses to humanity, and which is contrary to moral law and the spirit and aims of the United Nations (resolution 96 (I) of the General Assembly, 11 December 1946). The first consequence arising from this conception is that the principles underlying the Convention are principles which are recognized by civilized nations as binding on States, even without any conventional obligation. A second consequence is the universal character both of the condemnation of genocide and of the co-operation required 'in order to liberate mankind from such an odious scourge' (Preamble to the Convention). [...]*
The objects of such a convention must also be considered. The Convention was manifestly adopted for a purely humanitarian and civilizing purpose. It is indeed difficult to imagine a convention that might have this dual character to a greater degree, since its object on the one hand is to safeguard the very existence of certain human groups and on the other to confirm and endorse the most elementary principles of morality. In such a convention the contracting States do not have any interests of their own; they merely have, one and all, a common interest, namely, the accomplishment of those high purposes which are the raison d'être of the convention. Consequently, in a convention of this type one cannot speak of individual advantages or disadvantages to States, or of the maintenance of a perfect contractual balance between rights and duties. The high ideals which inspired the Convention provide, by virtue of the common will of the parties, the foundation and measure of all its provisions."

2.2.2.2 Projeto de Convenção sobre Crimes contra a Humanidade

Até o presente momento, não há um instrumento normativo convencional que disponha sobre as obrigações do Estado em relação aos crimes contra a humanidade. De todo modo, sua proibição é norma costumeira internacional e amplamente reconhecida como *jus cogens*[820]. No momento, a CDI adotou em 2019 o Projeto de Artigos para Prevenção e Punição de Crimes contra a Humanidade[821], submetido à AGNU e sob discussão no Sexto Comitê para a elaboração de uma convenção sobre a matéria[822].

No Projeto, crimes contra a humanidade são definidos em termos praticamente idênticos ao do artigo 7 do Estatuto de Roma (artigo 2)[823]. As principais proibições de crimes contra a humanidade parecem ser obrigações que, se violadas, poderão gerar responsabilidade do Estado quando a conduta dos autores puder ser a ele atribuída[824], pois é estipulado que "cada Estado tem a obrigação de não se envolver em atos que constituam crimes contra a humanidade" (artigo 3(1)) (tradução minha)[825]. No comentário a este artigo, a CDI, citando a CIJ em *Bosnia and Herzegovina v. Serbia and Montenegro* quanto à Convenção contra o Genocídio, esclarece que os Estados têm a obrigação de não "cometer tais atos por meio de seus próprios órgãos ou de

---

[820] LEKKAS, 2019, p. 47; GORAIEB, 2019, p. 475.

[821] INTERNATIONAL LAW COMMISSION. Draft articles on Prevention and Punishment of Crimes Against Humanity, with commentaries. **Yearbook of the International Law Commission**, vol. II, Part Two, 2019. No original: *Draft articles on Prevention and Punishment of Crimes Against Humanity*.

[822] UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. Seventy-seventh session Sixth Committee. **A/C.6/77/L.4**, 14 nov. 2022, especialmente para. 4. Disponível em: https://undocs.org/A/C.6/77/L.4; PILLAI, Priya. Draft Convention on Crimes Against Humanity: A Window of Opportunity. **OpinioJuris**, 22 nov. 2022. Disponível em: https://opiniojuris.org/2022/11/22/draft-convention-on-crimes-against-humanity-a-window-of-opportunity/.

[823] *In verbis*: "Artigo 2 Definição de crimes contra a humanidade: 1. Para os fins do presente projeto de artigos, 'crime contra a humanidade' significa qualquer um dos seguintes atos quando cometido como parte de um ataque generalizado ou sistemático dirigido contra qualquer população civil, com conhecimento do ataque: [...] (h) perseguição contra qualquer grupo ou coletividade identificável por motivos políticos, raciais, nacionais, étnicos, culturais, religiosos, de gênero ou outros que sejam universalmente reconhecidos como inadmissíveis pelo direito internacional, em conexão com qualquer ato referido neste parágrafo; [...] 2. Para os fins do parágrafo 1: [...] (g) 'perseguição' significa a privação intencional e grave de direitos fundamentais contrários ao direito internacional em razão da identidade do grupo ou da coletividade" (tradução minha). No original: "*Article 2 Definition of crimes against humanity: 1. For the purpose of the present draft articles, 'crime against humanity' means any of the following acts when committed as part of a widespread or systematic attack directed against any civilian population, with knowledge of the attack: […] (h) persecution against any identifiable group or collectivity on political, racial, national, ethnic, cultural, religious, gender, or other grounds that are universally recognized as impermissible under international law, in connection with any act referred to in this paragraph; […] 2. For the purpose of paragraph 1: […] (g) 'persecution' means the intentional and severe deprivation of fundamental rights contrary to international law by reason of the identity of the group or collectivity*". Ver sobre as mínimas diferenças da definição em INTERNATIONAL LAW COMMISSION, 2019, comentário ao artigo 3, para. 8, 38.

[824] LEKKAS, 2019, p. 47-48.

[825] INTERNATIONAL LAW COMMISSION, 2019, artigo 3(1).

pessoas sobre as quais tenham um controle tão firme que sua conduta seja atribuível ao Estado em questão de acordo com o direito internacional" (tradução minha)[826].

A elaboração e aprovação de um tratado como esse é importante porque, apesar do Estatuto de Roma codificar essa conduta, ele é limitado à responsabilidade individual e não supre, por exemplo, as lacunas quanto a uma obrigação internacional de prevenir e punir condutas que sejam crimes contra a humanidade[827] e da possibilidade de responsabilização do Estado pelo envolvimento em atos de crimes contra a humanidade. Além disso, é possível que a proposta de convenção possua mais Estados adeptos do que o Estatuto de Roma, que não conta com apoio de nações de grande relevância no cenário internacional como China, Rússia e Estados Unidos, além de países da região Ásia-Pacífico[828].

Ainda, crimes contra a humanidade são os únicos dos principais crimes internacionais que não possuem uma convenção própria. Tal convenção cobriria situações de crimes em situações de violência sistemática ou generalizada que, pela falta da intenção genocida, atualmente não são contempladas pela Convenção contra o Genocídio ou, em sua integralidade, por outros tratados existentes. A grande dificuldade em provar e julgar o crime de genocídio, especialmente pelo seu requisito de *dolus specialis*, faz com que muitas atrocidades em massa permaneçam sem uma resposta adequada. A Convenção sobre Crimes contra a Humanidade pode ser parte da resposta a essa lacuna, proporcionando segurança jurídica e fazendo jus ao legado de Nuremberg, no qual os crimes contra a humanidade foram pela primeira vez codificados (artigo 6(c) da Carta do Tribunal Militar Internacional)[829].

Por fim, outro grande benefício de uma convenção nesses moldes seria a formulação de uma cláusula compromissória concedendo jurisdição a CIJ para resolução de disputas relacionadas ao tratado, como há na Convenção contra o Genocídio[830]. No artigo 15(2) da proposta da CDI há esse dispositivo, que elenca que as disputas em relação à interpretação e

---

[826] INTERNATIONAL LAW COMMISSION, 2019, comentário ao artigo 3, para. 3. No original: "*States have an obligation not 'to commit such acts through their own organs, or persons over whom they have such firm control that their conduct is attributable to the State concerned under international law*'".

[827] PILLAI, 2022; SADAT, Leila. Towards a New Treaty on Crimes Against Humanity: Next Steps. **Just Security**, 13 set. 2021. Disponível em: https://www.justsecurity.org/78063/towards-a-new-treaty-on-crimes-against-humanity-next-steps/.

[828] PILLAI, 2022; GOLDSTONE, Justice Richard. As the Draft Crimes Against Humanity Treaty Moves Forward, a View on How It Relates to the Rome Statute for the ICC. **Just Security**, 15 set. 2021. Disponível em: https://www.justsecurity.org/78188/as-the-draft-crimes-against-humanity-treaty-moves-forward-a-view-on-how-it-relates-to-the-rome-statute-for-the-icc/.

[829] GOLDSTONE, 2021; SADAT, 2021; PILLAI, 2022. Ver HIGGINS, Rosalyn. Human Rights in the International Court of Justice. **Leiden Journal of International Law**, vol. 20, no. 4, 2007, p. 751.

[830] MILANOVIĆ, 2006, p. 601.

aplicação dos artigos, se não resolvidas por negociação, devem ser submetidas a CIJ, a não ser que algum dos Estados concorde em submeter a disputa à arbitragem[831].

Com o entendimento do escopo das obrigações relacionadas ao genocídio e crimes contra a humanidade no momento atual do direito internacional, é possível analisar a CIJ como mecanismo apto para responsabilização dos Estados. Por meio de jurisprudência selecionada, será possível compreender o modo que a CIJ tem decidido situações que envolvem crimes internacionais que almejam grupos religiosos.

2.2.3 Mecanismo de Responsabilização: Corte Internacional de Justiça

Para que um caso envolvendo crimes internacionais seja submetido a CIJ, primeiro é necessário que os requisitos para sua jurisdição sejam satisfeitos. Depois de expostos esses requisitos **(2.2.3.1)**, será feita uma análise de casos selecionados da CIJ, com o objetivo de compreender o modo de decisão da Corte em casos que envolvem genocídio, especialmente os que, dentre seus alvos, incluem grupos religiosos **(2.2.3.2)**.

2.2.3.1 Requisitos para exercício da jurisdição da Corte Internacional de Justiça

O primeiro requisito para que a CIJ exerça sua jurisdição é que os Estados envolvidos na disputa (artigo 34 Estatuto CIJ) sejam parte de seu Estatuto (artigo 35 e 36 CIJ). Além disso, seu exercício depende do consentimento do Estado[832]. Mesmo quando se trata da violação de uma norma *jus cogens* ou de obrigação *erga omnes*, a regra da necessidade do consenso estatal permanece[833].

---

[831] INTERNATIONAL LAW COMMISSION, 2019, artigo 15(2).

[832] WEATHERALL, 2022, p. 61, 334; GORAIEB, 2019, p. 331. Ver CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Monetary Gold Removed from Rome in 1943 (Italy v. France, United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland and United States of America). **Judgment Preliminary questions**, 15 jun. 1954, p. 32; CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. East Timor (Portugal v. Australia). **Judgment**, 30 jun. 1995, para. 26.

[833] CRAWFORD, 2013, p. 79; ZYBERI, 2013, p. 344; CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Armed Activities on the Territory of the Congo (New Application: 2002) (Democratic Republic of the Congo v. Rwanda). **Judgment**, 3 fev. 2006, para. 125: "A Corte considera necessário lembrar que o simples fato de que direitos e obrigações *erga omnes* ou normas peremptórias de direito internacional geral (*jus cogens*) estejam em questão em uma disputa não pode, por si só, constituir uma exceção ao princípio de que suas vias jurisdicionais dependem do consentimento das partes" (tradução minha). No original: "*the Court deems it necessary to recall that the mere fact that rights and obligations erga omnes or peremptory norms of general international law (jus cogens) are at issue in a dispute cannot in itself constitute an exception to the principle that its jurisdictional ways depends on the consent of the parties*".

Uma das formas de demonstrar esse consenso é por meio de uma cláusula judicial contida em tratados. No caso da Convenção contra o Genocídio, o artigo IX, como exposto anteriormente, é a cláusula que estabelece a jurisdição da CIJ para disputas relacionadas a Convenção. Portanto, todos os Estados partes da Convenção que não tenham feito reserva a essa cláusula já estão sob jurisdição da Corte quanto à matéria da Convenção[834]. Ainda, lembra-se que o caráter *erga omnes partes* da Convenção faz com que qualquer Estado parte possa invocar a responsabilidade por seu descumprimento[835].

Outro passo importante será atestar a existência da disputa. Para que ela exista, é necessário comprovar uma divergência de pontos de vista entre os Estados envolvidos no caso sobre a interpretação, aplicação ou cumprimento da Convenção, que não possa ser resolvida por negociações diplomáticas diretas[836]. Assim, casos que envolvam o genocídio e perseguição de grupos religiosos terão que enfrentar esses requisitos de acesso à jurisdição da Corte.

2.2.3.2 Análise de jurisprudência

Recentemente, a CIJ tem recebido novos casos relacionados a disputas em torno da Convenção contra o Genocídio, como *The Gambia v. Myanmar*[837], *Ukraine v. Russian Federation*[838] e *South Africa v. Israel*[839], que estão em andamento. Os únicos casos relacionados à Convenção nos quais a Corte já concluiu seu julgamento são *Bosnia and Herzegovina v. Serbia and Montenegro* (2007) e *Croatia v. Serbia* (2015). Assim, nesses casos, especialmente o primeiro, a Corte buscou esclarecer os elementos da Convenção, para além de responder as reivindicações[840].

---

[834] As declarações e reservas à Convenção estão disponíveis em: UNITED NATIONS TREATY COLLECTION. Genocide Convention. Disponível em: https://treaties.un.org/pages/ViewDetails.aspx?src=TREATY&mtdsg_no=IV-1&chapter=4.

[835] CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (The Gambia v. Myanmar). **Order Request for the indication of provisional measures**, 23 jan. 2020, para. 41.

[836] ROBINSON, 1960, p. 105-106.

[837] CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (The Gambia v. Myanmar). **Pending cases**, 2019-ongoing. Disponível em: https://www.icj-cij.org/case/178

[838] CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Allegations of Genocide under the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (Ukraine v. Russian Federation: 32 States intervening). **Pending cases**, 2022-ongoing. Disponível em: https://www.icj-cij.org/index.php/case/182.

[839] CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide in the Gaza Strip (South Africa v. Israel). **Pending cases**, 2023-ongoing. Disponível em: https://www.icj-cij.org/index.php/case/192.

[840] HIGGINS, 2007, p. 751.

2.2.3.2.1 Primeiras apreciações feitas pela Corte: avaliação da ocorrência de genocídio

Ambos os casos avaliaram a responsabilidade da Sérvia em relação à conduta das forças da República Srpska contra os grupos de bósnios muçulmanos e croatas durante o conflito que se seguiu após a dissolução da Iugoslávia. Quando a Corte se debruçou sobre esses casos, o TPIY já estava desenvolvendo sua jurisprudência quanto ao crime de genocídio em relação a esses mesmos acontecimentos[841]. Por isso, nesses casos é especialmente interessante observar o modo que a Corte decidiu sobre fatos que, anteriormente, foram analisados por um tribunal penal internacional.

A jurisprudência tem demonstrado que, nesses casos, a aplicação das regras secundárias de reponsabilidade estatal pode implicar referência à aplicação das normas de responsabilidade individual[842]. É esperado que uma corte internacional tenha deferência às conclusões formuladas em um julgamento imparcial com um parâmetro de prova geralmente mais rigoroso, até porque é comum que seja atribuído peso a decisões de outros órgãos internacionais[843]. Além disso, a referência do tribunal mais generalista ao mais especialista é uma das maneiras pela qual os possíveis conflitos entre tribunais internacionais em proliferação podem ser resolvidos[844].

Nesse sentido, na decisão de 2015 do caso *Croatia v. Serbia*, a Corte esclareceu que levaria em conta as conclusões do TPIY no exame dos elementos constitutivos do genocídio:

> A responsabilidade do Estado e a responsabilidade criminal individual são regidas por regimes jurídicos diferentes e têm objetivos diferentes. [...] Cabe à Corte, ao aplicar a Convenção, decidir se foram cometidos atos de genocídio, mas não cabe à Corte determinar a responsabilidade criminal individual por tais atos. Essa é uma tarefa das cortes ou tribunais criminais com poderes para fazê-lo, de acordo com procedimentos apropriados. No entanto, a Corte levará em consideração, quando apropriado, decisões de cortes ou tribunais criminais internacionais, em particular as do TPIY, como fez em 2007, ao examinar os elementos constitutivos do genocídio no presente caso. Se for estabelecido que o genocídio foi cometido, a Corte procurará determinar a responsabilidade do Estado, com base nas regras do direito internacional geral que

[841] SEIBERT-FOHR, 2009a, p. 350. Ver nota de rodapé no. 612 desta dissertação.
[842] WEATHERALL, 2022, p. 55-56.
[843] NOLLKAEMPER, 2003, p. 628, 630. Por exemplo, no caso *Libyan Arab Jamahiriya v. United Kingdom*, as descobertas de responsabilidade individual relacionadas ao atentado de *Lockerbie* apoiaram as reivindicações posteriores de responsabilidade do Estado. Ver CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Questions of Interpretation and Application of the 1971 Montreal Convention arising from the Aerial Incident at Lockerbie (Libyan Arab Jamahiriya v. United Kingdom). **Order of Provisional Measures Separate Opinion of Judge Shahabuddeen**, 14 abr. 1992, p. 26.
[844] MILANOVIĆ, Marko. State Responsibility for Genocide: A Follow-Up. **The European Journal of International Law**, vol. 18, no. 4, 2007, p. 693.

> regem a responsabilidade dos Estados por atos ilícitos internacionais. (Tradução minha)[845]

Também no caso de 2007 *Bosnia and Herzegovina v. Serbia and Montenegro* a CIJ já havia demonstrado a sua deferência aos achados de julgamentos criminais:

> A Corte conclui que deve, em princípio, aceitar como altamente persuasivas as conclusões relevantes dos fatos feitas pelo Tribunal no julgamento, a menos, é claro, que elas tenham sido contestadas no recurso. [...] A Corte atribui a maior importância às conclusões factuais e legais feitas pelo TPIY ao decidir sobre a responsabilidade criminal do acusado perante ele e, no presente caso, a Corte leva em total consideração as sentenças de julgamento e apelação do TPIY que tratam dos eventos subjacentes à disputa. (Tradução minha)[846]

Em ambos os casos, a Corte concluiu que a determinação da violação das obrigações do Estado sob a Convenção contra o Genocídio de não cometer genocídio, de conspiração e cumplicidade nos termos do artigo III(b) e (e) e de prevenir e punir o genocídio é dependente da constatação da ocorrência de atos de genocídio[847], o que explica a deferência às conclusões de um tribunal penal internacional sobre os mesmos fatos. O elementar é demonstrar que o genocídio, conforme definido na Convenção, foi cometido, o que envolve estabelecer os elementos do crime em questão para então analisar se houve violação de alguma obrigação internacional do Estado[848].

Ressalta-se que a Corte entendeu que a responsabilidade do Estado pode surgir por genocídio e cumplicidade "sem que um indivíduo seja condenado pelo crime ou um crime

---

[845] CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (Croatia v. Serbia). **Judgment**, 3 fev. 2015, para. 129. No original: "State responsibility and individual criminal responsibility are governed by different legal régimes and pursue different aims. […] *It is for the Court, in applying the Convention, to decide whether acts of genocide have been committed, but it is not for the Court to determine the individual criminal responsibility for such acts. That is a task for the criminal courts or tribunals empowered to do so, in accordance with appropriate procedures. The Court will nonetheless take account, where appropriate, of the decisions of international criminal courts or tribunals, in particular those of the ICTY, as it did in 2007, in examining the constituent elements of genocide in the present case. If it is established that genocide has been committed, the Court will then seek to determine the responsibility of the State, on the basis of the rules of general international law governing the responsibility of States for internationally wrongful acts*".

[846] CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (Bosnia and Herzegovina v. Serbia and Montenegro). **Judgment**, 26 fev. 2007, para. 223. No original: "*The Court concludes that it should in principle accept as highly persuasive relevant findings of fact made by the Tribunal at trial, unless of course they have been upset on appeal. [...] The Court attaches the utmost importance to the factual and legal findings made by the ICTY in ruling on the criminal liability of the accused before it and, in the present case, the Court takes fullest account of the ICTY's trial and appellate judgments dealing with the events underlying the dispute*."

[847] CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (Bosnia and Herzegovina v. Serbia and Montenegro). **Judgment**, 26 fev. 2007, para. 180, 431; CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (Croatia v. Serbia). **Judgment**, 3 fev. 2015, para. 201-202, 441.

[848] WEATHERALL, 2022, p. 84.

associado" (tradução minha)[849]. Isso porque qualquer outra interpretação poderia implicar que não haveria recurso legal disponível em circunstâncias facilmente concebíveis, como quando "o genocídio foi supostamente cometido dentro de um Estado por seus líderes, mas eles não foram levados a julgamento porque [...] ainda estão no controle dos poderes do Estado [...] e não há um tribunal penal internacional capaz de exercer jurisdição sobre os supostos crimes" (tradução minha)[850]. Portanto, a condenação prévia de um indivíduo pela conduta criminosa não é necessária para estabelecer o elemento da violação de uma obrigação internacional do Estado[851].

Em suma: o genocídio precisa ter ocorrido, mas não é necessário que já tenha havido a condenação de um indivíduo por cometê-lo. A própria Corte tem a capacidade de seguir com a avaliação dos elementos do genocídio, sem depender da conclusão de um tribunal penal competente em relação à responsabilidade individual[852].

Após a conclusão de que o genocídio de fato ocorreu, o fato do Estado poder ser responsabilizado ou não por isso é uma investigação específica[853]. No caso da responsabilização por cometer genocídio, o elemento da violação já está satisfeito e, portanto, é preciso avaliar se a conduta é atribuível ao Estado para que haja sua responsabilização[854]. No caso da responsabilização por não prevenir ou punir, além de atestar o acontecimento da conduta

---

[849] CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (Bosnia and Herzegovina v. Serbia and Montenegro). **Judgment**, 26 fev. 2007, para. 182. No original: "*State responsibility can arise under the Convention for genocide and complicity, without an individual being convicted of the crime or an associated one*". Ver também CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (Croatia v. Serbia). **Judgment**, 3 fev. 2015, para. 128.

[850] CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (Bosnia and Herzegovina v. Serbia and Montenegro). **Judgment**, 26 fev. 2007, para. 182. No original: "*genocide has allegedly been committed within a State by its leaders but they have not been brought to trial because, for instance, they are still very much in control of the powers of the State [...] and there is no international penal tribunal able to exercise jurisdiction over the alleged crimes*".

[851] WEATHERALL, 2022, p. 84; SEIBERT-FOHR, 2009a, p. 271; GAETA, 2007, p. 644. Ver CANÇADO TRINDADE, 2015, p. 19, p. 225, para. 505-506.

[852] CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (Bosnia and Herzegovina v. Serbia and Montenegro). **Judgment**, 26 fev. 2007, para. 181. Para uma visão crítica partindo de uma perspectiva do direito penal ver GAETA, 2007, p. 645. Ver também NOLLKAEMPER, 2003, p. 635.

[853] WEATHERALL, 2022, p. 97-98.

[854] WEATHERALL, 2022, p. 114; CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (Bosnia and Herzegovina v. Serbia and Montenegro). **Judgment**, 26 fev. 2007, para. 379.

criminosa[855], para que o elemento da violação seja satisfeito é preciso investigar como o Estado atuou em termos de prevenção e punição, para a partir daí avaliar o elemento da atribuição[856].

Quanto aos padrões probatórios exigidos pela CIJ, apesar de não haver uma regra estabelecida, a Corte invocou, nas decisões dos casos de 2007 e 2015, padrões probatórios semelhantes aos utilizados por tribunais penais em sua avaliação sobre se atos de genocídio haviam sido cometidos para fins de atribuição de tais atos ao Estado[857], como "estabelecido além de qualquer dúvida" (tradução minha)[858]. Para casos de inferência do *dolus specialis* de determinado padrão de conduta, a Corte exige que deve ser "a única inferência que se poderia razoavelmente fazer" (tradução minha), e já esclareceu que o critério aplicado no caso de 2007 é, em essência, idêntico ao aplicado pela Câmara de Julgamento do TPIY[859]. Isso se relaciona com a supracitada deferência da Corte às conclusões de julgamentos penais internacionais como os do TPIY. Na decisão de 2007, a Corte elencou que o processo de apuração de fatos da TPIY se enquadra na formulação de "evidência obtida por meio de exame de pessoas diretamente envolvidas, testada por interrogatório, cuja credibilidade não foi contestada posteriormente" (tradução minha)[860], seguindo o padrão de evidência utilizado em jurisprudência anterior[861]. Por isso suas conclusões foram consideradas altamente persuasivas[862].

Assim, apesar das regras secundárias que regulam a responsabilidade estatal não variarem dependendo da regra primária em questão, elas também não são indiferentes às regras

---

[855] A prática da Corte no caso *Belgium v. Senegal* indica que no caso da obrigação de punir pode haver uma ressalva, que é o fato da simples alegação de um crime internacional parecer ser suficiente para envolver as obrigações de um Estado relacionadas à investigação e à extradição ou ao processo de tal crime. CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Questions relating to the Obligation to Prosecute or Extradite (Belgium v. Senegal). **Judgment**, 20 jul. 2012, para. 68, 102, 119-121; WEATHERALL, 2022, p. 99-100, 328.

[856] WEATHERALL, 2022, p. 112. Ver SEIBERT-FOHR, 2009b, p. 153-157

[857] WEATHERALL, 2022, p. 124-125; GAETA, 2007, p. 646; CANÇADO TRINDADE, 2015, p. 80, para. 124.

[858] CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (Bosnia and Herzegovina v. Serbia and Montenegro). **Judgment**, 26 fev. 2007, para. 422. No original: "*established beyond any doubt*".

[859] CANÇADO TRINDADE, 2015, p. 10-11; CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (Croatia v. Serbia). **Judgment**, 3 fev. 2015, para. 148. No original: "*only inference that could reasonably be drawn*". Ver CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (Bosnia and Herzegovina v. Serbia and Montenegro). **Judgment**, 26 fev. 2007, para. 373.

[860] CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (Bosnia and Herzegovina v. Serbia and Montenegro). **Judgment**, 26 fev. 2007, para. 213-214. No original: "*evidence obtained by examination of persons directly involved', tested by cross-examination, the credibility of which has not been challenged subsequently.*"

[861] CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Armed Activities on the Territory of the Congo (Democratic Republic of the Congo v. Uganda). **Judgment,** 19 dez. 2005, para. 61.

[862] CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (Bosnia and Herzegovina v. Serbia and Montenegro). **Judgment**, 26 fev. 2007, para. 223; BIGI, 2009, para. 16.

secundárias de responsabilidade individual[863], isto é, conclusões relativas à responsabilidade individual podem influenciar as determinações subsequentes sobre a responsabilidade do Estado[864]. De todo modo, não há um efeito legal formal de que uma corte interestatal tenha que seguir as conclusões de um tribunal que tenha feito determinações sobre responsabilidade individual[865].

Assim como no TPIY, uma das questões levantadas, junto aos assassinatos, maus-tratos e transferência forçada foi a destruição de locais e símbolos religiosos ligados ao grupo protegido. A Corte adotou entendimento semelhante ao do TPIY ao considerar tais fatos no conjunto de evidências sobre a intenção de destruir um grupo. Interessante observar como no caso *Croatia v. Serbia*, no qual houve a destruição de igrejas e capelas[866], Cançado Trindade, em sua opinião dissidente, relacionou a destruição de bens religiosos e culturais com a destruição do grupo, pois como indivíduos que vivem em grupos, "não podem prescindir de seus valores culturais e, em qualquer circunstância (mesmo em isolamento), de suas crenças espirituais. A vida em si e as crenças que ajudam as pessoas a enfrentar os mistérios que a cercam, andam juntos" (tradução minha)[867]. O juiz também citou a prática do TPIY nos casos *Karadžić*, *Mladić* e *Krstić* em considerar esse padrão de destruição pode ser levado em consideração como evidência da intenção de destruir o grupo[868].

No caso *Bosnia and Herzegovina v. Serbia and Montenegro* a destruição de instituições religiosas também foi citada pelo Estado requerente como parte dos atos cometidos sistematicamente contra o grupo almejado[869]. A Corte citou casos do TPIY, como *Karadžić* e *Mladić*, que concluíram que as forças sérvias da Bósnia "destruíram, quase que sistematicamente, o patrimônio cultural muçulmano e católico, em especial os locais sagrados. De acordo com estimativas [...], um total de 1.123 mesquitas, 504 igrejas católicas e cinco sinagogas foram destruídas ou danificadas" (tradução minha). Em certos lugares, toda a herança

---

[863] WEATHERALL, 2022, p. 325. No caso em tela, Milanović resume dizendo que a CIJ citou o TPIY (e o TPIR) em: (i) questões de direito relacionadas ao genocídio, como *mens rea* e como definir o grupo protegido; (ii) questões relacionadas aos fatos; e (iii) a qualificação jurídica dos fatos, principalmente na qualificação do genocídio. MILANOVIĆ, 2007, p. 693.
[864] NOLLKAEMPER, 2003, p. 615.
[865] NOLLKAEMPER, 2003, p. 628.
[866] CANÇADO TRINDADE, 2015, p. 193, para. 410.
[867] CANÇADO TRINDADE, 2015, p. 195, para. 419. No original: "*as individuals living in groups cannot prescind from their cultural values, and, in any circumstances (even in isolation), from their spiritual beliefs. Life itself, and the beliefs that help people face the mysteries surrounding it, go together*".
[868] CANÇADO TRINDADE, 2015, p. 196, para. 421.
[869] CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (Bosnia and Herzegovina v. Serbia and Montenegro). **Judgment**, 26 fev. 2007, para. 64(q), 320, 335-343.

muçulmana e católica foi destruída[870]. Outros locais e símbolos religiosos como cemitérios, monastérios, instituições, arquivos e livrarias que guardavam manuscritos religiosos também foram alvos de destruição[871]. A Corte considerou que a destruição da herança histórica, cultural e religiosa não pode ser considerada como um dos atos de genocídio citados no artigo II, mas endossou a visão do caso *Krstić* de que esses ataques podem ser legitimamente considerados como evidência de uma intenção de destruir fisicamente o grupo[872].

Dos dois casos, a CIJ apenas considerou que houve genocídio no caso *Bosnia and Herzegovina v. Serbia and Montenegro*, e apenas em relação aos atos cometidos contra a população bósnia muçulmana em Srebrenica[873]. No caso, houve uma discussão sobre a determinação do grupo protegido. Isso porque a Bósnia e Herzegovina havia pleiteado a ocorrência de genocídio contra o grupo nacional, étnico ou religioso de não-Sérvios de seu território, especialmente a população de bósnios muçulmanos[874]. Contudo, conforme lembrado pela Corte, baseando-se no histórico da redação da Convenção, o grupo protegido precisa ter características específicas positivas, e não a falta delas[875]. Desse modo, já que as referências mais específicas do requerente eram em sua maioria em relação à população de bósnios muçulmanos, a Corte a considerou como o grupo protegido[876]. A CIJ também reafirmou o entendimento da jurisprudência penal de que no caso da intenção de destruir em parte, a parte almejada deve ser significativa o suficiente para causar um impacto no grupo como um todo[877].

---

[870] Citado em CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (Bosnia and Herzegovina v. Serbia and Montenegro). **Judgment**, 26 fev. 2007, para. 336. No original: "*destroyed, quasi systematically, the Muslim and Catholic cultural heritage, in particular, sacred sites. According to estimates […], a total of 1.123 mosques, 504 Catholic churches and five synagogues were destroyed or damaged*".

[871] CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (Bosnia and Herzegovina v. Serbia and Montenegro). **Judgment**, 26 fev. 2007, para. 336-343.

[872] CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (Bosnia and Herzegovina v. Serbia and Montenegro). **Judgment**, 26 fev. 2007, para. 344. Ver ZYBERI, 2013, p. 345-346.

[873] CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (Bosnia and Herzegovina v. Serbia and Montenegro). **Judgment**, 26 fev. 2007, para. 278, 293, 297, 370.

[874] CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (Bosnia and Herzegovina v. Serbia and Montenegro). **Judgment**, 26 fev. 2007, para. 2.

[875] CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (Bosnia and Herzegovina v. Serbia and Montenegro). **Judgment**, 26 fev. 2007, para. 193-194. Ver ZYBERI, 2013, p. 345.

[876] CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (Bosnia and Herzegovina v. Serbia and Montenegro). **Judgment**, 26 fev. 2007, para. 196.

[877] CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (Bosnia and Herzegovina v. Serbia and Montenegro). **Judgment**, 26 fev. 2007, para. 198, 242.

2.2.3.2.2 Avaliação da atribuição do cometimento de genocídio ou cumplicidade ao Estado

Considerando o grupo protegido e o *actus reus* das alíneas (a) e (b) do artigo II da Convenção, a Corte, com foco na conduta dos perpetradores imediatos e utilizando um alto limiar, especialmente em relação à intenção especial, concluiu que houve genocídio em Srebrenica[878]. Com essa conclusão, a Corte prosseguiu para determinar se os atos de genocídio poderiam ser atribuídos a Sérvia; em segundo lugar, se outros atos do artigo III da Convenção – conspiração, incitação, tentativa e cumplicidade – foram cometidos por pessoas que a conduta pode ser atribuída ao respondente; e, finalmente, se a Sérvia cumpriu com sua obrigação de prevenir e punir o genocídio[879]. A CIJ destacou que se um Estado é considerado responsável pelo cometimento de genocídio ou por outros atos do artigo III, a lógica automaticamente ditará que esse Estado também não satisfez sua obrigação de prevenir o genocídio[880]. O mesmo não se aplica à obrigação de punir o genocídio, que deve ser investigada de modo específico[881].

Seguindo esse caminho, a Corte considerou que a conduta não poderia ser atribuída ao Estado respondente e, portanto, concluiu que não houve responsabilidade da Sérvia pelo cometimento de genocídio[882]. Para tanto, a Corte primeiro verificou se os atos foram cometidos por órgãos da Sérvia, isto é, pessoas ou entidades as quais a conduta é necessariamente atribuível a ela (artigo 4 ARSIWA) ou por pessoas que agiram sob completa dependência do Estado requerente, de forma que devem ser tratadas como parte de seus organismos[883]. As atrocidades em massa foram realizadas por indivíduos e grupos que não eram órgãos *de jure* da Sérvia, mas que poderiam ter sido considerados seus órgãos *de facto* caso estivessem sob sua

[878] SEIBERT-FOHR, 2009a, p. 357-358, 367; CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (Bosnia and Herzegovina v. Serbia and Montenegro). **Judgment**, 26 fev. 2007, para. 291-297.
[879] CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (Bosnia and Herzegovina v. Serbia and Montenegro). **Judgment**, 26 fev. 2007, para. 379.
[880] CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (Bosnia and Herzegovina v. Serbia and Montenegro). **Judgment**, 26 fev. 2007, para. 382.
[881] CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (Bosnia and Herzegovina v. Serbia and Montenegro). **Judgment**, 26 fev. 2007, para. 383.
[882] CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (Bosnia and Herzegovina v. Serbia and Montenegro). **Judgment**, 26 fev. 2007, para. 395, 412, 415.
[883] CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (Bosnia and Herzegovina v. Serbia and Montenegro). **Judgment**, 26 fev. 2007, para. 384-385, 391-393. Ver CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Military and Paramilitary Activities in and against Nicaragua (Nicaragua v. United States of America). **Judgment**, 27 jun. 1986, para. 109-110.

completa dependência[884]. Contudo, a conclusão da Corte foi que os autores dos atos cometidos em Srebrenica não eram agentes da Sérvia, tampouco totalmente dependentes do governo sérvio, e, por isso, a conduta não é atribuível ao Estado para fins de responsabilidade internacional[885].

Em segundo lugar, a CIJ avaliou se as condutas poderiam ser atribuídas a Sérvia por terem sido realizadas por pessoas que, apesar de não possuírem o *status* de órgãos do governo, agiram sob instrução, direção ou controle (artigo 8 ARSIWA). Aqui, explica a Corte, a questão é se os órgãos do Estado respondente deram origem ao genocídio ao dar instruções aos perpetradores ou exercendo direção ou controle[886]. Para tanto, a CIJ reafirmou sua jurisprudência do caso *Military and Paramilitary Activities in and against Nicaragua*, no qual estabeleceu que o controle ou influência geral não era suficiente e que era preciso haver controle ou direção do ato ilegal específico para que a responsabilidade estatal surgisse. Isto é, que a atribuição de conduta de terceiros exige "controle efetivo" da operação[887].

Interessante observar que isso exigiu discordar de uma das conclusões tomadas pelo TPIY. Buscando estabelecer se o conflito armado em tela era interno ou internacional, no caso *Tadić* o TPIY considerou que a decisão da CIJ no caso *Military and Paramilitary Activities in and against Nicaragua* foi muito rigorosa e, assim, que controle genérico era o suficiente para estabelecer responsabilidade. O Tribunal considerou que o "envolvimento indireto e contínuo do governo da República Federal da Iugoslávia (Sérvia e Montenegro) no conflito armado na República da Bósnia e Herzegovina [...] dá origem a questões de responsabilidade do Estado" (tradução minha)[888]. Ao analisar o genocídio na Bósnia na perspectiva da responsabilidade estatal, a CIJ, mesmo no geral respeitando as decisões do TPIY sobre as questões de fato, considerou que nessa questão específica o tribunal estava errado, pois é necessário que haja

---

[884] GAETA, 2007, p. 647. Ver CANÇADO TRINDADE, 2015, p. 243.

[885] CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (Bosnia and Herzegovina v. Serbia and Montenegro). **Judgment**, 26 fev. 2007, para. 395, 413-415.

[886] CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (Bosnia and Herzegovina v. Serbia and Montenegro). **Judgment**, 26 fev. 2007, para. 396-398.

[887] CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Military and Paramilitary Activities in and against Nicaragua (Nicaragua v. United States of America). **Judgment**, 27 jun. 1986, para. 115; CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (Bosnia and Herzegovina v. Serbia and Montenegro). **Judgment**, 26 fev. 2007, para. 399-401. Ver SPINEDI, Marina. On the Non-Attribution of the Bosnian Serbs' Conduct to Serbia. **Journal of International Criminal Justice**, vol. 5, no. 4, 2007, p. 829-838.

[888] TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Duško Tadić. **Judgment**, 7 mai. 1997, para. 606. No original: "*The continued indirect involvement of the Government of the Federal Republic of Yugoslavia (Serbia and Montenegro) in the armed conflict in the Republic of Bosnia and Herzegovina […] gives rise to issues of State responsibility*." Ver MILANOVIC, 2006, p. 576-581, 602.

uma conexão específica entre o ato ilícito e a direção ou controle do Estado para fins de responsabilidade, o que garante que a responsabilidade estatal não seja indevidamente ampliada e não contrarie o princípio fundamental de que o Estado é responsável apenas por sua própria conduta[889].

A Sérvia forneceu ajuda militar, logística e financeira substancial aos líderes sérvios-bósnios da República Srpska, incluindo o envio de unidades paramilitares como o *Scorpios*, na qual membros filmaram o assassinato de diversos bósnios muçulmanos. Além disso, muitos dos oficiais e generais de Srpska, como Mladić e Krstić, recebiam seus salários e promoções de Belgrado e se aposentaram na Sérvia. Mesmo com esse envolvimento e influência, não foi o suficiente para atribuir o cometimento de genocídio à Sérvia[890].

Em suma, quanto à atribuição de responsabilidade ao Estado pelo cometimento de genocídio, a Corte seguiu o seguinte método: primeiro, verificou se o genocídio foi cometido por pessoas ou entidades cuja conduta é necessariamente atribuível a ele como instrumentos de sua ação (artigo 4 ARSIWA) ou por pessoas que devem ser tratadas como parte de seus organismos pelo seu nível de dependência dele; segundo – quando a primeira resposta negativa –, se o genocídio foi cometido por pessoas que agiram sob controle efetivo do Estado (artigo 8 ARSIWA)[891]. Em seguida, também avaliou se a conduta poderia ser atribuída ao Estado com base em outro artigo do ARSIWA, mas concluiu que nenhum se aplicava ao caso concreto[892].

Após essa avaliação, a CIJ também averiguou se a Sérvia poderia ser responsável por outros atos nos termos do artigo III da Convenção[893]. Nenhuma alegação foi feita em relação à

---

[889] CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (Bosnia and Herzegovina v. Serbia and Montenegro). **Judgment**, 26 fev. 2007, para. 402-406, 412-415; INTERNATIONAL LAW COMMISSION, 2001, artigo 8 e comentários; MILANOVIĆ, 2007, p. 670, 693; CRAWFORD, 2013, p. 85; SEIBERT-FOHR, 2009a, p. 358; GORAIEB, 2019, p. 233-235. Ver CASSESE, Antonio. The Nicaragua and Tadić Tests Revisited in Light of the ICJ Judgment on Genocide in Bosnia. **The European Journal of International Law**, vol. 18, no. 4, 2007. Sobre o caso *Nicaragua v. United States of America*, ver PAPASTAVRIDIS, Efthymios. Military and Paramilitary Activities in and against Nicaragua (Nicaragua v. United States of America), 1986. *In*: WOJCIKIEWICZ ALMEIDA, Paula; SOREL, Jean-Marc (eds.). **Latin America and the International Court of Justice**: Contributions to International Law. London: Routledge, 2016, p. 211-221; WOJCIKIEWICZ ALMEIDA, Paula; BRANDÃO Júlia Rodrigues Costa de Serpa; WEINGÄRTNER, Ananda Menegotto. **A Latin American Guide to the International Court of Justice Case Law**. Cambridge Scholars Publishing, 2016, p. 100-134.

[890] MILANOVIĆ, 2006, p. 598-599; MILANOVIĆ, 2007, p. 690-691. Ver GAETA, 2007, p. 647; CANÇADO TRINDADE, 2015, p. 243; CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (Bosnia and Herzegovina v. Serbia and Montenegro). **Judgment**, 26 fev. 2007, para. 422.

[891] CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (Bosnia and Herzegovina v. Serbia and Montenegro). **Judgment**, 26 fev. 2007, para. 384. Ver LOEWENSTEIN; KOSTAS, 2007, p. 855-856; MILANOVIĆ, 2006, p. 602.

[892] CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (Bosnia and Herzegovina v. Serbia and Montenegro). **Judgment**, 26 fev. 2007, para. 414.

[893] Ver MILANOVIĆ, 2006, p. 571-574.

alínea (d), que trata da tentativa de genocídio, e a Corte logo descartou as possibilidades de responsabilidade pelas alíneas (b), conspiração, e (c), incitação[894]. Assim, seguiu com análise da hipótese da alínea (e), cumplicidade. Para fins de responsabilidade por cumplicidade em genocídio, a Corte esclareceu que é necessário que o órgão ou pessoa tenha fornecido ajuda ou assistência – requer uma ação positiva – e agido ciente da intenção específica (*dolus specialis*) do autor principal[895]. A Corte concluiu que, apesar do elemento objetivo para cumplicidade estar presente por meio da assistência substancial fornecida, o elemento mental não estava e, portanto, não foi estabelecida responsabilidade estatal por cumplicidade[896].

2.2.3.2.3 Avaliação das obrigações de prevenção e punição do genocídio e reparação

Após a análise exposta no tópico anterior, a Corte se debruçou quanto à questão da responsabilidade por violação das obrigações de prevenir e punir, separadamente, pois cada uma tem seu conteúdo normativo[897]. Destaca-se que, enquanto o padrão probatório mais elevado – "evidências que sejam totalmente conclusivas" (tradução minha), visto que as acusações são de "gravidade excecional" (tradução minha)[898] – foi aplicado às alegações relativas à atribuição de crimes internacionais ao Estado, o padrão de prova para alegações relativas à falha do Estado em prevenir e punir foi articulado de modo diferente, qual seja, "prova em um alto nível de certeza adequado à gravidade da alegação" (tradução minha)[899], o que parece sugerir uma distinção em relação ao padrão de evidências exigidas[900].

---

[894] CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (Bosnia and Herzegovina v. Serbia and Montenegro). **Judgment**, 26 fev. 2007, para. 416.

[895] CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (Bosnia and Herzegovina v. Serbia and Montenegro). **Judgment**, 26 fev. 2007, para. 420-421, 432.

[896] CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (Bosnia and Herzegovina v. Serbia and Montenegro). **Judgment**, 26 fev. 2007, para. 422, 424; CASSESE, 2007, p. 881.

[897] CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (Bosnia and Herzegovina v. Serbia and Montenegro). **Judgment**, 26 fev. 2007, para. 425, 427. Ver MILANOVIĆ, 2006, p. 570-571; GORAIEB, 2019, p. 237.

[898] CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (Bosnia and Herzegovina v. Serbia and Montenegro). **Judgment**, 26 fev. 2007, para. 208-209. No original: "*evidence that is fully conclusive*", "*exceptional gravity*". Ver também CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (Croatia v. Serbia). **Judgment**, 3 fev. 2015, para. 177-179.

[899] CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (Bosnia and Herzegovina v. Serbia and Montenegro). **Judgment**, 26 fev. 2007, para. 210. No original: "*proof at a high level of certainty appropriate to the seriousness of the allegation*".

[900] WEATHERALL, 2022, p. 128-129; SEIBERT-FOHR, 2009a, p. 358.

Quanto à análise do cumprimento da obrigação de prevenção, a Corte elencou princípios importantes quanto à sua investigação[901]. A Corte caracterizou a obrigação de prevenir o genocídio como de conduta, e não de resultado, isto é, "o Estado não incorre em responsabilidade simplesmente porque o resultado desejado de prevenir o genocídio não foi atingido", mas sim se ele "manifestadamente falhou em tomar todas as medidas em seu poder para preveni-lo" (tradução minha)[902]. Por isso também "é irrelevante se o Estado cuja responsabilidade está em questão alega, ou mesmo prova, que mesmo que tivesse empregado todos os meios razoavelmente à sua disposição, eles não teriam sido suficientes para evitar o cometimento de genocídio" (tradução minha)[903], pois a obrigação impõe ao Estado um dever de agir que não depende da certeza de que a ação a ser tomada será bem-sucedida[904].

Nesse sentido, a CIJ invocou o conceito de devida diligência para avaliação em concreto quanto ao cumprimento da obrigação, que envolve parâmetros como a capacidade do Estado de "influenciar efetivamente a ação de pessoas prováveis de cometer, ou que já estão cometendo genocídio" (tradução minha)[905]. Ao mesmo tempo, para que um Estado seja responsabilizado, "não é necessário provar que ele tinha definitivamente o poder de evitar o genocídio; é suficiente que ele tivesse os meios para fazê-lo e que e que manifestamente se absteve de usá-los" (tradução minha)[906]. A Corte também esclareceu que o dever de agir do Estado surge no

[901] SCHABAS, 2007, para. 39. Ver SCHABAS, 2009, p. 520-592; MILANOVIĆ, 2007, p. 684-688, 694. Bruno Simma aponta o caso como exemplo de contribuição da Corte na doutrina de obrigações positivas na área de direitos humanos ao dar contornos às obrigações de prevenção. SIMMA, Bruno. Human Rights before the International Court of Justice: Community Interest Coming to Life? *In*: TAMS, Christian J.; SLOAN, James (eds.). **The Development of International Law by the International Court of Justice**. Oxford University Press, 2013, p. 324-325, para. 4, 9.

[902] CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (Bosnia and Herzegovina v. Serbia and Montenegro). **Judgment**, 26 fev. 2007, para. 430. No original: "*A State does not incur responsibility simply because the desired result is not achieved; responsibility is however incurred if the State manifestly failed to take all measures to prevent genocide which were within its power, and which might have contributed to preventing the genocide*."

[903] CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (Bosnia and Herzegovina v. Serbia and Montenegro). **Judgment**, 26 fev. 2007, para. 430. No original: "*it is irrelevant whether the State whose responsibility is in issue claims, or even proves, that even if it had employed all means reasonably at its disposal, they would not have sufficed to prevent the commission of genocide*."

[904] CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (Bosnia and Herzegovina v. Serbia and Montenegro). **Judgment**, 26 fev. 2007, para. 461.

[905] CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (Bosnia and Herzegovina v. Serbia and Montenegro). **Judgment**, 26 fev. 2007, para. 430. No original: "*the capacity to influence effectively the action of persons likely to commit, or already committing, genocide.*"

[906] CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (Bosnia and Herzegovina v. Serbia and Montenegro). **Judgment**, 26 fev. 2007, para. 438. No original: "*it does not need to be proven that the State concerned definitely had the power to prevent the genocide; it is sufficient that it had the means to do so and that it manifestly refrained from using them*."

momento em que ele toma conhecimento, ou normalmente deveria ter tomado conhecimento, da existência de um sério risco de que o genocídio será cometido[907].

Além disso, a Corte considerou que a violação da obrigação de prevenir resulta da mera falha, ou seja, de uma omissão. Por isso, para considerar que o Estado é responsável pela violação da obrigação de prevenir genocídio "é suficiente que o Estado estivesse ciente, ou normalmente deveria estar ciente, do sério perigo de que atos de genocídio seriam cometidos" (tradução minha)[908]. Portanto, foi suficiente que as autoridades sérvias tivessem sido avisadas e estivessem cientes de que havia um sério risco de genocídio em Srebrenica. Uma vez que mesmo diante da sua inegável influência e das informações que possuíam expressando o sério risco de genocídio, incluindo a plena ciência que sua liderança e o presidente Milošević tinham do clima de ódio profundo que reinava entre os sérvios da Bósnia e os muçulmanos na região de Srebrenica, ao não intervir na situação, a Sérvia violou sua obrigação de prevenção nos termos da Convenção[909].

O caso também apresentou conclusões quanto à obrigação de punir o genocídio[910]. O artigo VI da Convenção determina que indivíduos acusados de genocídio devem ser julgados por um tribunal nacional ou internacional com jurisdição para tanto. Uma vez que o TPIY constitui um tribunal penal internacional nos termos do artigo mencionado e possuía jurisdição sob os ocorridos em Srebrenica, a Corte considerou que o Estado respondente falhou em cumprir com a obrigação de punir o genocídio ao não cooperar plenamente com o TPIY. Exemplo claro da não cooperação foi o fato de que um dos indiciados por genocídio pelo TPIY, como um dos principais responsáveis pelos massacres, general Mladić, estava no território do Estado respondente sem que as autoridades sérvias fizessem o que poderiam para prendê-lo. Assim, ao não cooperar com o TPIY, a Sérvia também violou sua obrigação de punir o genocídio[911].

---

[907] CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (Bosnia and Herzegovina v. Serbia and Montenegro). **Judgment**, 26 fev. 2007, para. 431.

[908] CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (Bosnia and Herzegovina v. Serbia and Montenegro). **Judgment**, 26 fev. 2007, para. 432. No original: "*it is enough that the State was aware, or should normally have been aware, of the serious danger that acts of genocide would be committed*".

[909] CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (Bosnia and Herzegovina v. Serbia and Montenegro). **Judgment**, 26 fev. 2007, para. 434-436, 438.

[910] Ver MILANOVIĆ, 2007, p. 692.

[911] CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (Bosnia and Herzegovina v. Serbia and Montenegro). **Judgment**, 26 fev. 2007, para. 443-450.

Desse modo, a Corte considerou que a Bósnia e Herzegovina possuía o direito de reparação. Quanto à forma da reparação, a CIJ concluiu que não foi provado o nexo causal entre a violação do Estado respondente e o dano resultante do genocídio em Srebrenica e, por isso, a compensação financeira não poderia ser a forma apropriada de reparação[912]. Considerou, então, a reparação apropriada na forma de satisfação, o que foi feito por meio de declaração no próprio julgamento de que a Sérvia falhou em cumprir com suas obrigações de prevenir e punir o genocídio, que deveria tomar as medidas necessárias para garantir o pleno cumprimento de suas obrigações nos termos da Convenção e transferir indivíduos acusados de genocídio para julgamento pelo TPIY, bem como cooperar plenamente com o Tribunal[913].

2.2.3.2.4 Análise dos casos

O julgamento da Corte tem sido criticado por ter se valido fortemente de noções do direito penal, especialmente na primeira parte do julgamento, quando analisou o cometimento de genocídio e, para tanto, valeu-se em grande parte do exame de responsabilidade penal feito pelo TPIY[914], inclusive avaliando quais casos o promotor havia ou não realizado a acusação por genocídio[915]. Como destacado por Cassese, "a Corte transpõe [...] categorias de direito penal para as relações interestaduais, classificando assim a ação dos estados sob essas categorias de

[912] CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (Bosnia and Herzegovina v. Serbia and Montenegro). **Judgment**, 26 fev. 2007, para. 462.

[913] CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (Bosnia and Herzegovina v. Serbia and Montenegro). **Judgment**, 26 fev. 2007, para. 463-465, 469, 471; SHELTON, Dinah. **Remedies in International Human Rights Law**. Oxford: Oxford University Press, 2 ed., 2005, p. 167. Para uma visão crítica ao julgamento da Corte quanto às reparações, ver MILANOVIĆ, 2007, p. 689-691, 694: "provar esse tipo de causalidade é impossível na prática. O que a Bósnia deveria provar - que a Sérvia possuía um interruptor mágico que poderia acionar à vontade e que ligaria ou desligaria o General Mladić e os outros genocidas do VRS? Esse nível de controle provavelmente já teria levado à atribuição do genocídio de Srebrenica à Sérvia em qualquer um dos dois testes da Nicarágua, e não tem lugar apenas no nível da prevenção" (tradução minha). No original: "*proving such a type of causality is impossible in practice. What was Bosnia supposed to prove – that Serbia possessed a magical switch which it could flip at will, and which would turn General Mladić and the other VRS génocidaires on or off? That level of control would probably already have led to the attribution of the Srebrenica genocide to Serbia under either of the two Nicaragua tests, and it has no place at the level of prevention alone*." Sobre a transferência de acusados para o TPIY (especificamente Tolimir em 2007, Karadžić em 2008 e Mladić em 2011), ver página 119 e nota de rodapé no. 614 desta dissertação.

[914] SEIBERT-FOHR, 2009a, p. 359-361; GOLDSTONE, R.J.; HAMILTON, R. J. Bosnia v. Serbia, Lessons from the Encounter of the International Court of Justice with the International Criminal Tribunal for the Former Yugoslavia. **Leiden Journal of International Law**, vol. 20, 2008, p. 105-106; GAETA, 2007, p. 646-647; CANÇADO TRINDADE, 2015, p. 24.

[915] CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (Bosnia and Herzegovina v. Serbia and Montenegro). **Judgment**, 26 fev. 2007, para. 374-375.

direito penal. [...] Esse empréstimo não é apenas artificial, mas pode levar a consequências paradoxais" (tradução minha)[916]. Ele vai além ao argumentar que a análise da Corte sobre a possível responsabilização da Sérvia por cumplicidade em genocídio utilizou critérios mais rigorosos dos que o utilizados pela jurisprudência penal internacional e desconsiderou o peso de abundantes informações que indicavam a cumplicidade estatal no caso[917], além de ser ilogicamente consistente com a conclusão de que a Sérvia falhou em prevenir o genocídio[918]. Assim, se por um lado recorrer as decisões do TPIY poderia garantir o alinhamento de decisões judiciais no âmbito internacional, por outro, o uso excessivo de categorias penais pode perder de vista que a natureza da responsabilidade estatal é diferente da responsabilidade criminal dos indivíduos[919], o que foi destacado pela própria Corte.

De todo modo, em casos como o em tela é impossível não fazer referências a categorias criminais, pois a norma primária em questão é um crime internacional. A responsabilidade do Estado pode até não ser de natureza criminal, mas o genocídio não deixa de ser um crime, crime este cometido por autores cuja conduta é atribuível ao Estado[920]. Assim, na medida em que os princípios gerais de direito penal internacional requerem um alto limiar probatório, a CIJ deve levar tal limiar em consideração. Algo diferente disso poderia levar a existência de dois tipos de genocídio, um individual e outro estatal[921].

Portanto, mais uma vez, é relevante a diferenciação entre as normas primárias e secundárias: o papel da CIJ não é realizar um julgamento criminal, mas estabelecer se determinado crime foi de fato cometido por uma pessoa ou grupo nos termos das normas penais

---

916 CASSESE, 2007, p. 879. No original: "*the Court transposes [...] criminal law categories to interstate relations, thereby classifying states' action under those criminal law categories. [...] This borrowing is not only artificial but may lead to paradoxical consequences*".

917 CASSESE, 2007, p. 882-885. Ver também CANÇADO TRINDADE, 2015, p. 16, 24, 87-88, para. 139-142, p. 224, para. 501-502; GORAIEB, 2019, p. 473.

918 CASSESE, 2007, p. 885-887. "Parece ilógico (além de não ser respaldado por nenhuma autoridade, regra ou princípio legal) sustentar que a previsão de um risco de genocídio é relevante para a obrigação de prevenir, enquanto é irrelevante para o crime de (ou para a responsabilidade do Estado por) cumplicidade em genocídio. Se um Estado estiver ciente de que há um sério perigo de que atos de genocídio possam ser cometidos por indivíduos ou grupos que esse Estado está ajudando e apoiando, para cumprir a lei internacional ele deve, no mínimo, parar de fornecer ajuda e assistência. Se não o fizer, ele não apenas violará sua obrigação de prevenção, mas também se torna cúmplice de genocídio" (tradução minha). No original: "*It seems illogical (besides being unsupported by any authority or legal rule or principle) to hold that the foresight of a risk of genocide is relevant to the obligation to prevent whereas it is irrelevant to the crime of (or to state responsibility for) complicity in genocide. If a state is aware that there is a serious danger that acts of genocide may be committed by individuals or groups that that state is helping and supporting, in order to comply with international law it must, at a minimum stop providing help and assistance. If it does not do so, it not only breaches its obligation of prevention, but also becomes an accomplice in genocide*."

919 SEIBERT-FOHR, 2009a, p. 359-360, 372.

920 MILANOVIĆ, 2006, p. 574, 601.

921 MILANOVIĆ, 2006, p. 594-595.

internacionais primárias, para depois determinar se essa conduta é atribuível ao Estado[922]. Os padrões penais de "além qualquer dúvida razoável" para demonstração de um crime só serão necessários na primeira parte da avaliação, isto é, para estabelecer se o crime foi cometido – corresponde ao elemento de violação para fins de responsabilidade estatal. Na segunda, quanto à atribuição da conduta ao Estado, a CIJ segue as normas de responsabilidade internacional e seu entendimento sobre elas, como os testes de dependência total e controle efetivo, e não categorias penais[923], até porque essa é uma das matérias na qual a própria Corte é o organismo mais especializado[924].

Ainda assim é importante lembrar que os casos do TPIY refletem apenas parte do quadro, pois sua tarefa era considerar a responsabilidade de determinados indivíduos por atos específicos. A ausência de uma conclusão de genocídio pelo TPIY em alguns casos individuais específicos, concentrando-se nos líderes de alto escalão[925], não implica automaticamente na conclusão geral de que nenhum genocídio foi cometido[926]. De todo modo, permanece a lição que qualquer futuro caso de genocídio analisado pela CIJ terá de enfrentar: um padrão de prova mais elevado devido a seriedade excepcional das acusações em tela[927].

Futuros casos que a Corte decida sem ter havido julgamento prévio pelo TPI serão importantes para melhor compreensão do escopo e natureza da responsabilidade estatal em casos de genocídio[928]. Lembra-se que o estabelecimento da responsabilidade criminal individual por um tribunal penal não é um pré-requisito para a determinação da responsabilidade do Estado pela CIJ, e vice-versa[929]. Será interessante observar se a Corte continuará a usar uma terminologia em grande parte criminal, ou se recorrerá a uma visão mais voltada a termos próprios da responsabilidade estatal, ainda mantendo o rigor necessário que a severidade da situação requer. Será uma oportunidade de consolidar categorias jurídicas

---

[922] MILANOVIĆ, 2006, p. 594-595.
[923] MILANOVIĆ, 2006, p. 601-603.
[924] MILANOVIĆ, 2007, p. 693.
[925] RIKHOF, 2019.
[926] GOLDSTONE; HAMILTON, 2008, p. 106-110.
[927] CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (Bosnia and Herzegovina v. Serbia and Montenegro). **Judgment**, 26 fev. 2007, para. 181, 209-210; SEIBERT-FOHR, 2009a, p. 359-361; NOLLKAEMPER, 2003, p. 630.
[928] Ver SIMMA, 2013, p. 318. "Uma questão séria seria se a CIJ seria capaz de lidar com um caso envolvendo alegações de genocídio de maneira adequada sem que um tribunal penal internacional preparasse o terreno, como aconteceu no caso de genocídio decidido em 2007" (tradução minha). No original: "*a serious question would be whether the ICJ would be capable of handling a case involving allegations of genocide in an adequate manner without an international criminal court preparing the ground, as happened in the Genocide case decided in 2007*".
[929] SEIBERT-FOHR, 2009a, p. 271; GAETA, 2007, p. 644; WEATHERALL, 2022, p. 84; CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (Bosnia and Herzegovina v. Serbia and Montenegro). **Judgment**, 26 fev. 2007, para. 181-182. Ver CANÇADO TRINDADE, 2015, p. 19, p. 225, para. 505-506.

adequadas à responsabilidade do Estado para casos de genocídio, mesmo quando não há a avaliação prévia de um tribunal penal internacional sobre a matéria[930].

Feita a análise de casos da CIJ envolvendo genocídio, é possível notar como conclusão parcial que:

a) O Estado pode ser responsabilizado pelo cometimento do genocídio e outros atos do artigo III da Convenção, por não o prevenir e por não punir. Cada uma das obrigações relacionadas tem seu conteúdo normativo próprio. A obrigação de prevenir o genocídio implica necessariamente a proibição do cometimento de genocídio. A CIJ parece sugerir uma distinção em relação ao padrão de evidências exigidas em cada uma delas;

b) A aplicação das regras secundárias de reponsabilidade estatal pode implicar referência à aplicação das normas de responsabilidade individual. A CIJ tem demonstrado deferência a conclusões de julgamentos de tribunais penais internacionais, mas também pode decidir de modo diferente, pois não há hierarquia entre os tribunais;

c) A determinação da violação das obrigações do Estado sob a Convenção contra o Genocídio é dependente da constatação da ocorrência de atos de genocídio. Contudo, não é necessário que já tenha havido a condenação de um indivíduo por cometê-lo;

d) O grupo protegido precisa ter características específicas positivas, e não a falta delas. No caso da intenção de destruir em parte, a parte almejada deve ser significativa o suficiente para causar um impacto no grupo como um todo;

e) Na verificação da ocorrência de genocídio, para casos de inferência do *dolus specialis* de determinado padrão de conduta, a Corte exige que essa deve ser a única inferência que se poderia razoavelmente fazer. A Corte considera que a destruição da herança histórica, cultural e religiosa pode ser considerada como evidência de uma intenção de destruir fisicamente o grupo;

---

[930] Ver CASSESE, 2007, p. 875. "Ou deveria, em vez disso, criar categorias jurídicas autônomas mais adequadas à responsabilidade do Estado?" (Tradução minha). No original: "*Or should it instead forge autonomous legal categories better suited to state responsibility?*". Ver a contribuição da professora Paula Wojcikiewicz Almeida sobre os trâmites processuais da Corte em casos que envolvem interesses da comunidade internacional: WOJCIKIEWICZ ALMEIDA, Paula. International procedural regulation in the common interest: the role of fact-finding and evidence before the International Court of Justice. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, vol. 121, 2020, p. 517-558; WOJCIKIEWICZ ALMEIDA, Paula. Enhancing ICJ Procedures in Order to Promote Fundamental Values: Overcoming the Prevailing Tension between Bilateralism and Community Interests. *In*: MASSIMO, Iovane *et al.* (eds.). **The Protection of General Interests in Contemporary International Law**: A Theoretical and Empirical Inquiry. Oxford University Press, 2021, p. 241-263.

f) Quando verificado que o genocídio de fato ocorreu, para que um Estado seja responsável por cometê-lo, é preciso avaliar se a conduta é atribuível a ele. Para tanto, a Corte segue o seguinte método: primeiro, verifica se o genocídio foi cometido por pessoas ou entidades cuja conduta é necessariamente atribuível a ele como instrumentos de sua ação (artigo 4 ARSIWA) ou por pessoas que devem ser tratadas como parte de seus organismos pelo seu nível de dependência dele; segundo, se o genocídio foi cometido por pessoas que agiram sob controle efetivo do Estado (artigo 8 ARSIWA). A Corte também verifica se a conduta pode ser atribuída ao Estado nos termos dos demais artigos do ARSIWA sobre atribuição;

g) Para atribuição de responsabilidade por cumplicidade em genocídio, a Corte exige que o órgão ou pessoa tenha fornecido ajuda ou assistência (uma ação positiva) e agido ciente da intenção específica (*dolus specialis*) do autor principal;

h) A obrigação de prevenir o genocídio é uma obrigação de conduta, e não de resultado. Sua violação resulta da mera falha, ou seja, de uma omissão, e para considerar o Estado responsável é suficiente que ele estivesse ciente, ou normalmente devesse estar ciente, do sério perigo de que atos de genocídio seriam cometidos. O dever de agir do Estado surge no momento em que ele toma conhecimento, ou normalmente deveria ter tomado conhecimento, da existência de um sério risco de que o genocídio será cometido;

i) A não cooperação com um tribunal penal que tenha jurisdição sob o caso pode resultar na violação da obrigação de punir;

j) A Corte exige um padrão de prova mais elevado devido a seriedade excepcional das acusações em tela.

A responsabilização estatal pela CIJ cumpre um papel essencial na concretização da justiça, especialmente por endereçar uma resposta a nível estatal para um crime que usualmente envolve a estrutura do Estado. Contudo, a Corte também enfrenta limitações como em relação ao exercício da sua jurisdição, a dificuldade envolvida na averiguação da ocorrência de um crime internacional e por emitir medidas de reparação que para as vítimas reais são insuficientes. Por isso, é necessária a avaliação de outros possíveis meios de responsabilização do Estado, o que será feito na conclusão parcial a seguir.

2.3 **Conclusão parcial: outros mecanismos de resposta – o recorte de direitos humanos**

Conforme Anja Seibert-Fohr, o desenvolvimento do direito penal internacional com seu foco no autor individual do crime "desviou temporariamente da questão de se e até que ponto os Estados são responsáveis por violações da Convenção contra o Genocídio" (tradução minha)[931]. Apesar da responsabilização do indivíduo ser um grande e indispensável avanço do direito internacional contemporâneo, quando se tem apenas ela como resposta para crimes internacionais, há dificuldades geradas pela assimetria entre uma resposta focada no indivíduo e a natureza coletiva de crimes como o genocídio e crimes contra a humanidade[932]. Enfatizar a responsabilidade penal individual e meramente punir indivíduos não é suficiente quando o Estado enquanto pessoa de direito internacional contribuiu para a ocorrência do crime[933]. Isto é, não elimina, a longo prazo, as situações que proporcionam o ambiente para o comportamento ilícito. Para uma resposta mais integral às atrocidades em massa cometidas contra grupos religiosos, a responsabilidade estatal desempenha um papel vital, incluindo o de viabilizar reparações[934]. Isso porque a natureza sistemática das violações precisa ter consequências que abordem as suas causas sistêmicas[935].

Uma perspectiva que é importante lembrar é que a Convenção contra o Genocídio é também um instrumento de direitos humanos, e não apenas de direito penal[936]. Casos como os avaliados nesta última seção exemplificam que a CIJ tem lidado com questões de direitos humanos ao lidar com normas internacionais voltadas a proteção de povos e minorias, e cuja violação pode acarretar, além da responsabilidade penal individual, responsabilidade estatal[937]. Mesmo que o caráter penal da Convenção seja evidentemente marcante, o processo histórico de sua elaboração demonstra que aqueles Estados que argumentavam que seu uso fosse exclusivamente criminal não tiveram sucesso em persuadir a maioria votante. A Convenção

---

[931] SEIBERT-FOHR, 2009a, p. 349. No original: "*The acceleration of international criminal law with its focus on the individual perpetrator temporarily averted from the question of whether and to what extent states are responsible for violations of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide*."
[932] CANÇADO TRINDADE, 2015, p. 264.
[933] CANÇADO TRINDADE, 2020, p. 373.
[934] RAO, 2005, p. 80; CANÇADO TRINDADE, 2015, p. 264.
[935] NOLLKAEMPER, 2003, p. 625; MILANOVIĆ, 2006, p. 603.
[936] Ver por exemplo, Thomas Buergenthal expondo que o sistema de tratados de direitos humanos da ONU começou com a adoção da Convenção contra o Genocídio em BUERGENTHAL, 2006, p. 789.
[937] ZYBERI, 2013, p. 343. A CIJ tem cada vez mais lidado com questões de direitos humanos de modo geral, ver HIGGINS, 2007, p. 746: "Como é, acima de tudo, uma corte de direito internacional, nos últimos anos ela também se tornou uma corte preocupada com os direitos humanos, já que os direitos humanos finalmente encontraram seu lugar adequado no direito internacional" (tradução minha). No original: "*as it is above all a court of international law, it has in recent years become also a court concerned with human rights, as human rights law has finally found its proper place within international law*". Ver também MILANOVIĆ, 2006, p. 565 se referindo ao caso *Bosnia and Herzegovina v. Serbia and Montenegro* como "o primeiro caso real de direitos humanos da CIJ".

possui paralelos com outros tratados de direitos humanos e foi historicamente desenvolvida lado a lado a instrumentos desse âmbito[938]. Assim, ela não apenas requer a criminalização, punição e intervenção para prevenção de certas condutas abusivas, mas também que as próprias autoridades estatais não se envolvam em genocídio, o que é essencial para uma proteção efetiva contra um crime que frequentemente envolve o aparato governamental[939].

Uma visão do caráter de direitos humanos da Convenção, levando em conta seu "propósito civilizatório e humanitário" (tradução minha)[940] e sua orientação à proteção de determinados grupos humanos[941], pode abrir portas para uma resposta mais adequada para os casos de genocídio cometidos contra os grupos religiosos. Uma possibilidade é, por exemplo, levar em consideração o modo que outras controvérsias que envolvem outros tratados de direitos humanos e, portanto, obrigações que são mais amplas do que os crimes em si[942], têm sido decididas, o que pode ser útil, inclusive, para averiguar possibilidades de enquadrar as violações em outras normas internacionais, especialmente diante da dificuldade de provar a intenção genocida.

Por exemplo, no caso em andamento na CIJ sobre a aplicação da Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial[943], *Armenia v. Azerbaijan*, a Armênia alega a discriminação racial histórica e sistemática por parte do Azerbaijão contra os armênios, que tem causado assassinatos em massa, tortura e outros abusos, resultando na fuga de centenas de milhares de armênios da região[944]. A disputa se concentra especialmente na região de Nagorno-Karabakh, atualmente sob controle do Azerbaijão, mas de maioria étnica armênia, grupo que é também historicamente cristão desde o século IV, e abrigo

---

938 ZYBERI, 2013, p. 344.
939 SEIBERT-FOHR, 2009a, p. 350, 361-362. Ver CANÇADO TRINDADE, 2015, p. 70-71, para. 92, 95, p. 222, para. 496, p. 227, para. 514, p. 239.
940 CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Reservations to the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide. **Advisory Opinion**, 28 mai. 1951, p. 23. No original: "*humanitarian and civilizing purpose*".
941 CANÇADO TRINDADE, 2015, p. 14, p. 222, para. 496.
942 SEIBERT-FOHR, 2009a, p. 363-364. Por exemplo, no caso *Bosnia and Herzegovina v. Serbia and Montenegro*, o aplicante afirma a violação do artigo 18 da Declaração Universal dos Direitos Humanos. CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (Bosnia and Herzegovina v. Serbia and Montenegro). **Judgment**, 26 fev. 2007, para. 64(c).
943 UNITED NATIONS. International Convention on the Elimination of All Forms of Racial Discrimination. 1965. Disponível em: https://www.ohchr.org/en/instruments-mechanisms/instruments/international-convention-elimination-all-forms-racial.
944 CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Application of the International Convention on the Elimination of All Forms of Racial Discrimination (Armenia v. Azerbaijan). **Application instituting proceedings and request for the indication of provisional measures**, 16 set. 2021, para. 3-4.

de inúmeros locais sagrados históricos que tem sido alvo de destruição[945]. Inclusive, a Armênia alega que a responsabilidade do Azerbaijão engloba, entre diversas violações, privar armênios de seus direitos humanos como a liberdade de religião[946]. Destaca-se que, em relação à Convenção em tela, o Comitê para Eliminação da Discriminação Racial, responsável por monitorá-lo, aceita casos envolvendo grupos religiosos em casos que a etnia e a religião estejam claramente interligadas[947].

Além disso, cenários de genocídio e perseguição religiosa podem se beneficiar do que tem sido decidido em cortes de direitos humanos e organismos de tratados[948], e até mesmo apresentar seus casos nesses mecanismos de solução de disputas, enquadrando-os em seu escopo normativo, que são outra via além da CIJ para análise de violações de obrigações internacionais do Estado e, no caso das cortes, sua responsabilização[949].

Por exemplo, a Corte Europeia de Direitos Humanos e Corte Interamericana de Direitos Humanos, ao se depararem com a falta de cooperação do Estado demandado em relação a alegações de graves violações de direitos humanos, têm adotado um padrão de prova distinto do exigido em questões criminais, especialmente quando para verificar a veracidade das

---

[945] CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Application of the International Convention on the Elimination of All Forms of Racial Discrimination (Armenia v. Azerbaijan). **Application instituting proceedings and request for the indication of provisional measures**, 16 set. 2021, para. 114, 127. Outros episódios prévios de destruição de locais religiosos históricos também são citados nos parágrafos 25-26, bem como a negação do genocídio armênio até hoje por parte do governo do Azerbaijão no parágrafo 24. No parágrafo 97(B) a Armênia pede a restauração ou devolução de quaisquer prédios e locais, artefatos ou objetos culturais e religiosos armênios. No parágrafo 131 a Armênia pede como medida provisória, entre outras, que (i) o Azerbaijão proteja o direito de acesso e usufruto do patrimônio histórico, cultural e religioso armênio, incluindo, entre outros, igrejas, catedrais, locais de culto, monumentos, marcos históricos, cemitérios e outros edifícios e artefatos, *inter alia*, encerrando, prevenindo, proibindo e punindo sua vandalização, destruição ou alteração, e permitindo que os armênios visitem os locais de culto; (ii) o Azerbaijão facilite e se abstenha de colocar qualquer impedimento aos esforços para proteger e preservar o patrimônio histórico, cultural e religioso armênio, incluindo, entre outros, igrejas, catedrais, locais de culto, monumentos, marcos, cemitérios e outros edifícios e artefatos relevantes para o exercício dos direitos previstos na Convenção. Para um resumo da história do genocídio armênio, ver GORAIEB, 2019, p. 415-418.

[946] CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Application of the International Convention on the Elimination of All Forms of Racial Discrimination (Armenia v. Azerbaijan). **Application instituting proceedings and request for the indication of provisional measures**, 16 set. 2021, para. 96. O caso ainda está em andamento, mas em decisão sobre medidas provisórias a Corte estabeleceu que o Azerbaijão deve: garantir que as pessoas que deixaram Nagorno-Karabakh após uma ofensiva em 19 de setembro de 2023 e que desejam retornar possam fazê-lo de forma segura, desimpedida e rápida; assegurar que as pessoas que permaneceram e que desejam partir possam fazê-lo de maneira segura, desimpedida e rápida; assegurar que as pessoas que desejam ficar estejam livres do uso da força ou de intimidação que possa levá-las a fugir; proteger e preservar os documentos e registros, identidade e propriedade privada. CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Application of the International Convention on the Elimination of All Forms of Racial Discrimination (Armenia v. Azerbaijan). **Order of Request for the indication of provisional measures**, 17 nov. 2023, para. 74.

[947] TEMPERMAN, Jeroen. **Religious Hatred and International Law**: The Prohibition of Incitement to Violence or Discrimination. Cambridge University Press, 2015, p. 370.

[948] SEIBERT-FOHR, 2009a, p. 363, 369. Ver WOJCIKIEWICZ ALMEIDA, Paula. The Impact of the Inter-American Court of Human Rights Jurisprudence in the International Court of Justice Case Law. **Revista da Faculdade Direito Universidade Federal Minas Gerais**, vol. 75, 2019, p. 419-441.

[949] Ver HIGGINS, 2007, p. 749.

alegações é preciso contar com a cooperação do Estado em questão[950]. Além disso, em inúmeros casos as duas cortes têm determinado que Estados que falharam na prevenção de violações de direitos humanos concedam indenizações às vítimas[951]. Por vezes, mais do que a compensação dos indivíduos lesados, determinam reparações com caráter exemplar[952]. Concorda-se com Goraieb quando diz que as reparações por graves violações de direitos humanos requerem maior desenvolvimento conceitual e jurisprudencial, pois tais violações "exigem uma firme desaprovação da conduta ilícita do Estado, e reparações de caráter dissuasivo, de modo a garantir a não repetição dos fatos danosos"[953].

Cançado Trindade faz uma análise da jurisprudência de ambas as cortes de direitos humanos[954]. Um dos destaques é o caso *Velásquez Rodríguez v. Honduras*, no qual a Corte Interamericana advertiu que a proteção internacional dos direitos da pessoa humana não deve ser confundida com a justiça penal, já que os Estados não comparecem perante a Corte como sujeitos de uma ação legal criminal e seu objetivo não é impor penalidades aos culpados por violações de direitos humanos, mas sim proporcionar reparação às vítimas pelos danos causados pelos Estados responsáveis[955].

Outro exemplo é a prática do Comitê de Direitos Humanos, organismo de tratado do PIDCP. Sob o Pacto, os Estados têm a obrigação de não violar os direitos humanos por meio de suas autoridades, chamado dever de abstenção[956]. Para além disso, nos comentários gerais envolvendo direito a vida e tortura ou tratamento desumano, o Comitê considerou que os Estados devem tomar medidas para julgamento e punição criminal dos autores responsáveis[957], bem como que "os Estados não podem privar os indivíduos do direito a um recurso efetivo,

---

[950] GAETA, 2007, p. 646; CANÇADO TRINDADE, 2015, p. 15; NOLLKAEMPER, 2003, p. 630-631; GAETA, Paola. Génocide d´État et responsabilité pénale individuelle. **Revue générale de Droit international public**, vol. 111, 2007, p. 273-284, especialmente p. 279.

[951] MILANOVIĆ, 2007, p. 689.

[952] GORAIEB, 2019, p. 373. Ver CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Caso Myrna Mack Chang v. Guatemala. **Sentencia**, Série C, no. 101, 25 nov. 2003, para. 286. Exemplos são: atos públicos de reconhecimento de responsabilidade, honrar publicamente a memória das vítimas – como bolsas em universidades homenageando as vítimas, nomes de ruas, entre outros –, incluir a capacitação em direitos humanos e direito internacional humanitário nos cursos de formação de membros das forças armadas, indenização de danos imateriais (além dos materiais).

[953] GORAIEB, 2019, p. 381-382, 502-503.

[954] CANÇADO TRINDADE, 2015, p. 72-81, para. 96-124.

[955] CANÇADO TRINDADE, 2015, p. 77, para. 114-115; CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Velásquez Rodríguez v. Honduras. **Judgment**, Series C, no. 4, 29 jul. 1988, para. 134-135.

[956] SEIBERT-FOHR, 2009b, p. 31.

[957] SEIBERT-FOHR, 2009b, p. 14; HUMAN RIGHTS COMMITTEE. General Comment no. 6. **UN Doc HRI/GEN/1/Rev.1**, 27 jul. 1982, p. 6, para. 3. Disponível em: https://undocs.org/HRI/GEN/1/Rev.1; HUMAN RIGHTS COMMITTEE. General Comment no. 20. **UN Doc HRI/GEN/1/Rev.1**, 1992, p. 32, para. 13. Disponível em: https://undocs.org/HRI/GEN/1/Rev.1. Sobre a ordem de julgar um indivíduo como forma de reparação, ver NOLLKAEMPER, 2003, p. 638.

incluindo compensação e reabilitação completa, conforme possível" (tradução minha)[958]. O Pacto estabelece em sua própria redação o direito a um recurso efetivo, não obstante a violação ter sido cometida por pessoas agindo em uma capacidade oficial (artigo 2(3) PIDCP)[959]. De acordo com esse entendimento, o Comitê também já concluiu que crimes contra a humanidade e crimes de guerra não devem ser anistiados[960], bem como graves violações de direitos humanos[961], tortura[962], execuções extrajudiciais[963], execuções sumárias, desaparecimento forçado, prisões arbitrárias[964]. No Comentário Geral nº 31 o Comitê considerou que:

> Da mesma forma que a falha na investigação, a falha em levar à justiça os autores de tais violações pode, por si só, dar origem a uma violação separada do Pacto. Essas obrigações surgem, principalmente, com relação às violações reconhecidas como criminosas pelo direito nacional ou internacional, como tortura e tratamentos cruéis, desumanos e degradantes semelhantes (artigo 7), assassinatos sumários e arbitrários (artigo 6) e desaparecimentos forçados (artigos 7 e 9 e, frequentemente, 6). Na verdade, o problema da impunidade para essas violações, uma questão de preocupação constante do Comitê, pode muito bem ser um elemento importante que contribui para a recorrência das violações. Quando cometidas como parte de um ataque generalizado ou sistemático a uma população civil, essas violações do Pacto são crimes contra a humanidade (consulte o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional, artigo 7). (Tradução minha)[965]

---

[958] HUMAN RIGHTS COMMITTEE. General Comment no. 20. **UN Doc HRI/GEN/1/Rev.1**, 1 abr. 1992, para. 15. Disponível em: https://undocs.org/HRI/GEN/1/Rev.1. No original: "*States may not deprive individuals of the right to an effective remedy, including compensation and such full rehabilitation as may be possible*".

[959] Sobre reparações em organismos de tratados, ver SHELTON, 2005, p. 196-203.

[960] SEIBERT-FOHR, 2009b, p. 43-44, 47-49. HUMAN RIGHTS COMMITTEE. Concluding Observations on Colombia. **UN Doc CCPR/CO/80/COL**, 2004, para. 8; HUMAN RIGHTS COMMITTEE. Concluding Observations on Guatemala. **UN Doc CCPR/CO/72/GTM**, 2001, para. 12; HUMAN RIGHTS COMMITTEE. Summary record of the 1519th meeting: Peru. **UN Doc CCPR/C/SR.1519**, 1997, para. 79; HUMAN RIGHTS COMMITTEE. Concluding Observations on Cambodia. **UN Doc CCPR/C/79/Add.108**, 1999, para. 6.

[961] HUMAN RIGHTS COMMITTEE. Concluding Observations of the Human Rights Committee: Argentina. **UN Doc CCPR/C/79/Add.46**, 1995, para. 10; HUMAN RIGHTS COMMITTEE. Concluding Observations of the Human Rights Committee: Croatia. **UN Doc CCPR/CO/71/HRV**, 2001, para. 11.

[962] HUMAN RIGHTS COMMITTEE. General Comment no. 20. **UN Doc HRI/GEN/1/Rev.1**, 1992, p. 33, para. 15. Disponível em: https://undocs.org/HRI/GEN/1/Rev.1.

[963] HUMAN RIGHTS COMMITTEE. Concluding Observations of the Human Rights Committee: Niger. **UN Doc CCPR/C/79/Add.17**, 1993, para. 7.

[964] HUMAN RIGHTS COMMITTEE. Concluding Observations of the Human Rights Committee: Peru. **UN Doc CCPR/C/79/Add.67**, 1996, para. 22; HUMAN RIGHTS COMMITTEE. Concluding Observations of the Human Rights Committee: Senegal. **UN Doc CCPR/C/79/Add.10**, 1992, para. 5.

[965] HUMAN RIGHTS COMMITTEE. General Comment no. 31. **CCPR/C/21/Rev.1/Add.13**, 26 mai. 2004, para. 18. Disponível em: https://undocs.org/CCPR/C/21/Rev.1/Add.13. No original: "*As with failure to investigate, failure to bring to justice perpetrators of such violations could in and of itself give rise to a separate breach of the Covenant. These obligations arise notably in respect of those violations recognized as criminal under either domestic or international law, such as torture and similar cruel, inhuman and degrading treatment (article 7), summary and arbitrary killing (article 6) and enforced disappearance (articles 7 and 9 and, frequently, 6). Indeed, the problem of impunity for these violations, a matter of sustained concern by the Committee, may well be an important contributing element in the recurrence of the violations. When committed as part of a widespread or systematic attack on a civilian population, these violations of the Covenant are crimes against humanity (see Rome Statute of the International Criminal Court, article 7).*" Ver também SEIBERT-FOHR, 2009b, p. 28.
Exemplos de casos: HUMAN RIGHTS COMMITTEE. Communication no. 612/1995 Arhuacos v. Colombia. **CCPR/C/60/D/612/1995**, 1997, para. 8.8; HUMAN RIGHTS COMMITTEE. Communication no. 563/1993 Bautista de Arellana v. Colombia. **CCPR/C/55/D/563/1993**, 1995, para. 8.2, 8.6; HUMAN RIGHTS COMMITTEE. Concluding Observations of the Human Rights Committee: Nigeria. **UN Doc**

Também é notável e importante para a situação das vítimas de violência com base na religião que o artigo 20(2) do Pacto estabeleça que "qualquer defesa do ódio nacional, racial ou religioso que constitua incitação à discriminação, hostilidade ou violência deve ser proibida por lei"[966].

Ainda, há situações em que mecanismos de direitos humanos são estabelecidos *ad hoc*, como a Câmara de Direitos Humanos da Bósnia e Herzegovina, um tribunal de direitos humanos internacionalizado já extinto, criado pelo Acordo de Paz de Dayton, com poderes para aplicar a Convenção Europeia de Direitos Humanos e outros tratados[967]. Dentre suas decisões, a Câmara determinou responsabilidade da República Srpska, ordenou o pagamento de aproximadamente dois milhões de euros para a construção do memorial do genocídio próximo a Srebrenica, bem como que fosse conduzida uma investigação efetiva sobre o massacre[968].

Ora, um dos frutos da evolução do direito internacional contemporâneo tem sido a criminalização das graves violações de direitos humanos, com o desenvolvimento de instrumentos como o TPI e a Convenção contra o Genocídio, e com crimes contra a humanidade e genocídio no centro da intersecção entre direito penal internacional e direitos humanos[969]. Tendo isso em vista, no próximo capítulo será desenvolvida a relação entre estes dois campos: o direito penal internacional e o direito internacional dos direitos humanos[970]. Assim será possível que um se beneficie do desenvolvimento do outro, por meio da compreensão dos elementos de direitos humanos nos crimes internacionais, especialmente os que envolvem discriminação.

Da análise da relação entre esses campos vem também a investigação da interação dos regimes de responsabilidade internacional individual e estatal em casos de violações que podem ser enquadradas como crimes internacionais. A responsabilidade individual é um importantíssimo avanço para o cumprimento da lei no âmbito internacional, mas não é o seu único aspecto. Isso porque possui uma função, ainda que essencial, limitada, como de fato deve ser, considerando seu âmbito de atuação e os princípios do direito penal: aferir a

---

CCPR/C/79/Add.65, 1996, para. 32; HUMAN RIGHTS COMMITTEE. Concluding Observations of the Human Rights Committee: Senegal. **UN Doc CCPR/C/79/Add.10**, 1992, para. 5; HUMAN RIGHTS COMMITTEE. Concluding Observations of the Human Rights Committee: Yemen. **UN Doc CCPR/C/79/Add.51**, 1995, para. 13.

[966] TEMPERMAN, 2015, p. 370.

[967] Ver The Human Rights Ombudsman of Bosnia and Herzegovina. Disponível em: https://www.ombudsmen.gov.ba/Default.aspx?id=0&lang=EN.

[968] MILANOVIĆ, 2007, p. 691.

[969] CANÇADO TRINDADE, 2015, p. 251, 253; CANÇADO TRINDADE, 2020, p. 367, 369-370.

[970] Ver CANÇADO TRINDADE, 2015, p. 21-22, p. 226-227, para. 509-511, 514, p. 265.

responsabilidade de indivíduos por crimes internacionais. Essa função restrita pode ser complementada pela responsabilidade internacional do Estado, um conceito que antecede a aceleração mais recente do direito penal internacional[971] e que pode endereçar uma resposta mais global para violações que, por serem em larga escala, envolvem diversos atores que, não raro, fazem uso do aparato governamental e seus recursos ou, pelo menos, contam com sua tolerância para executar políticas criminais[972].

A história tem demonstrado que o genocídio foi vez após vez cometido com apoio de políticas de Estado[973]. A famosa frase do Tribunal de Nuremberg "crimes contra o direito internacional são cometidos por homens, não por entidades abstratas" (tradução minha)[974] não foi utilizada para negar a responsabilidade do Estado, mas para explicar que indivíduos poderiam ser responsabilizados, apesar do fato de que, até aquele momento, o direito internacional se preocupava principalmente com as obrigações do Estado[975]. Além disso, citando Cançado Trindade, "Estados não são 'entidades abstratas'; têm estado concretamente engajados, juntamente com perpetradores individuais (seus assim-chamados 'recursos humanos', agindo em seu nome), em atos de genocídio, em momentos históricos e lugares distintos"[976], isto é, "Estados contam com indivíduos para perpetrar crimes internacionais, e os indivíduos contam com o aparato estatal para fazê-lo"[977]. Portanto, "tanto os indivíduos como os Estados têm, conjuntamente, sido responsáveis por tais atos hediondos"[978]. Como colocado por Anja Seibert-fohr:

---

971 SEIBERT-FOHR, 2009a, p. 369.
972 CANÇADO TRINDADE, 2015, p. 260. Ver sobre genocídio e crimes contra a humanidade como crimes cometidos pelo Estado em GORAIEB, 2019, p. 414-485.
973 MILANOVIĆ, 2006, p. 603; GORAIEB, 2019, p. 17, 383, 414-474; DOLINGER, 2016, p. 238.
974 Citado em DUPUY, 2002, p. 1085. No original: "*Crimes against international law are committed by men, not by abstract entities*".
975 CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (Bosnia and Herzegovina v. Serbia and Montenegro). **Judgment**, 26 fev. 2007, para. 172; SEIBERT-FOHR, 2009a, p. 369-370; NOLLKAEMPER, 2003, p. 625; DUPUY, 2002, p. 1086. Weatherall cita outra parte do julgamento que dá apoio a essa afirmação: "Foi alegado que o direito internacional se preocupa com as ações de Estados soberanos e não prevê punição para indivíduos; e, além disso, que quando o ato em questão é um ato de Estado, aqueles que o executam não são pessoalmente responsáveis, mas são protegidos pela doutrina da soberania do Estado. Na opinião do Tribunal, essas duas alegações devem ser rejeitadas. Há muito se reconhece que o direito internacional impõe deveres e responsabilidades a indivíduos e também a Estados" (tradução minha). No original: "*It was submitted that international law is concerned with the actions of sovereign States, and provides no punishment for individuals; and further, that where the act in question is an act of State, those who carry it out are not personally responsible, but are protected by the doctrine of the sovereignty of the State. In the opinion of the Tribunal, both these submissions must be rejected. That international law imposes duties and liabilities upon individuals as well as upon States has long been recognized*". Julgamento do Tribunal de Nuremberg, 1946, citado em WEATHERALL, 2022, p. 347. Para uma visão crítica a esse argumento, ver GAETA, 2007, p. 633-637.
976 CANÇADO TRINDADE, 2015, p. 239.
977 CANÇADO TRINDADE, 2015, p. 262. Ver NOLLKAEMPER, 2003, p. 625.
978 CANÇADO TRINDADE, 2015, p. 239.

> O fato de o direito internacional reconhecer diferentes modos de responsabilidade não é um sinal de fragmentação, mas uma evidência da crescente sofisticação do direito internacional. A responsabilidade criminal individual e a responsabilidade do Estado não substituem uma à outra. Tampouco competem entre si. Elas pertencem a diferentes áreas do direito internacional que se complementam em um desejo comum de efetivar as normas primárias do direito internacional, como a proibição do genocídio. (Tradução minha)[979]

Desse modo, propõe-se que ambos os sistemas de responsabilidade se complementam em sua atuação, cada um com sua autonomia e propósito, como o individual com objetivo de punição, o estatal de reparação, especialmente em relação às vítimas[980]. Ambos protegem os mesmos valores sob perspectivas diferentes[981].

[979] SEIBERT-FOHR, 2009a, p. 373. No original: "*the fact that international law recognizes different modes of responsibility is not a sign of fragmentation but evidence of the increasing sophistication of international law. Individual criminal responsibility and state responsibility do not replace each other. Neither do they compete. They belong to different areas of international law which complement each other in a common desire to effectuate primary norms of international law, such as the prohibition of genocide*."

[980] SEIBERT-FOHR, 2009a, p. 350, 371; NOLLKAEMPER, 2003, p. 636, 638-639; GORAIEB, 2019, tópico 4.4; CANÇADO TRINDADE, 2020, p. 367, 372, 374; CANÇADO TRINDADE, 2015, p. 238-239, 250-251, 260, 264; CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. Complementarity between State Responsibility and Individual Responsibility for Grave Violations of Human Rights: The Crime of State Revisited. *In*: RAGAZZI, Maurizio (ed.). **International Responsibility Today**: Essays in Memory of Oscar Schachter. Leiden, Boston: Martinus Nijhoff Publishers, 2005, p. 253-269; ESPIELL, Héctor Gros. International Responsibility of the State and Individual Criminal Responsibility in the International Protection of Human Rights. *In*: RAGAZZI, Maurizio (ed.). **International Responsibility Today**: Essays in Memory of Oscar Schachter. Leiden, Boston: Martinus Nijhoff Publishers, 2005, p. 156, 160. Ver também GAETA, 2007, p. 636. Sobre reparação em situações de dualidade de responsabilidade, ver LEKKAS, 2019, p. 286-291. Sobre como se dão as reparações na CIJ e TPI, ver SHELTON, 2005, p. 162-170.

[981] GAETA, 2007, p. 643.

3 GRAVES VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS E A RELAÇÃO ENTRE RESPONSABILIDADE INDIVIDUAL E ESTATAL EM CASOS DE GENOCÍDIO E CRIMES CONTRA A HUMANIDADE COMETIDOS CONTRA GRUPOS RELIGIOSOS

Com a análise do quadro normativo internacional sobre liberdade de religião ou crença e sua relação com os crimes internacionais que envolvem intenção discriminatória **(capítulo 1)**, foi visto que esses crimes – genocídio e perseguição – podem gerar dupla responsabilidade no direito internacional. A partir da análise sobre como os mecanismos de responsabilização têm aplicado as normas internacionais em casos concretos envolvendo genocídio e perseguição religiosa **(capítulo 2)**, é possível traçar um esquema de bases conceituais para uma resposta jurídica internacional que considere essas violações em sua totalidade **(capítulo 3)**.

O genocídio e a perseguição religiosa são graves violações de direitos humanos que equivalem a crimes internacionais. Isso os coloca na posição única de intersecção entre dois campos do direito internacional: o direito internacional dos direitos humanos e o direito penal internacional. Devido a essa intersecção, esses são cenários que, no âmbito da responsabilidade internacional, podem suscitar tanto a responsabilidade do Estado como a do indivíduo. Assim, há uma conexão entre o sistema de proteção dos direitos humanos, baseado na responsabilidade estatal, e o sistema penal internacional, baseado na responsabilidade individual. Ambos coexistem em paralelo para garantir respostas jurídicas em casos de graves violações[982].

Por isso, este capítulo se debruçará sobre essas duas relações: o papel do direito penal internacional para a proteção dos direitos humanos[983] **(3.1)** e a relação complementar entre os diferentes regimes de responsabilidade internacional individual e estatal[984] **(3.2)**.

Quanto à primeira relação, pretende-se, por meio da análise do percurso histórico do desenvolvimento dos ramos do direito penal internacional e direito internacional dos direitos humanos, demonstrar os elementos de direitos humanos presentes nos crimes de genocídio e crimes contra a humanidade, especialmente em relação ao fato de os grupos religiosos serem

---

[982] ESPIELL, Héctor Gros. International Responsibility of the State and Individual Criminal Responsibility in the International Protection of Human Rights. *In*: RAGAZZI, Maurizio (ed.). **International Responsibility Today**: Essays in Memory of Oscar Schachter. Leiden, Boston, Martinus Nijhoff Publishers, 2005, p. 160

[983] SEIBERT-FOHR, Anja. **Prosecuting Serious Human Rights Violations**. Oxford University Press, 2009b, p. ix; SEIBERT-FOHR, Anja. Part V Accountability of States for Genocide, 16 State Responsibility for Genocide under the Genocide Convention. *In*: GAETA, Paola (ed.). **The UN Genocide Convention**: A Commentary. Oxford Commentaries on International Law, 2009a, p. 350.

[984] BONAFÈ, Beatrice I. **The Relationship Between State and Individual Responsibility for International Crimes**. Leiden, Boston: Martinus Nijhoff Publishers, 2009.

elencados como bem jurídico protegido. Desse modo, essa primeira parte pretende deixar clara a importância da responsabilização internacional em casos de crimes internacionais cometidos contra esses grupos, respondendo à pergunta "por que responsabilizar?".

Quanto à segunda relação, será analisada a incidência da responsabilidade internacional individual e estatal em casos de condutas que equivalem a crimes internacionais e violam obrigações devidas à comunidade internacional como um todo. Com isso, será avaliada a relação entre os dois regimes de responsabilidade internacional em situações em que ocorre sua sobreposição, isto é, situações em que a mesma conduta pode levar a responsabilidade estatal e individual, o que é comum no cenário estudado – genocídio e perseguição de grupos religiosos. Dessa maneira, pretende-se responder à pergunta "quem deve ser responsabilizado?". Assim, será possível propor um caminho de respostas jurídicas internacionais que considerem o genocídio e perseguição religiosa de modo integral.

3.1 **O papel do direito penal internacional na proteção de direitos humanos: grupos religiosos como bem jurídico protegido dos crimes de genocídio e crimes contra a humanidade**

Quando se fala na relação entre direito penal internacional e direitos humanos é comum que se pense nos direitos humanos do acusado, tal qual o direito a um julgamento justo com suas prerrogativas de defesa asseguradas, como a irretroatividade da lei penal. Contudo, o que esta dissertação pretende investigar na presente seção é o modo que o direito penal internacional pode funcionar como instrumento de proteção dos direitos humanos quando investiga, julga e, se for o caso, pune os autores de crimes internacionais cometidos com caráter discriminatório contra grupos religiosos, isto é, genocídio (artigo II da Convenção para Punição e Prevenção do Crime de Genocídio – Convenção contra o Genocídio –[985] e 6 do Estatuto de Roma[986]) e crimes contra a humanidade na modalidade de perseguição (artigo 7(1)(h) do Estatuto de Roma). Conforme já exposto, esses dois crimes internacionais mencionam em sua redação os grupos religiosos como bem jurídico protegido e, por isso, são crimes que envolvem discriminação religiosa.

---

[985] UNITED NATIONS. Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide. 1948. Disponível em: https://www.ohchr.org/en/instruments-mechanisms/instruments/convention-prevention-and-punishment-crime-genocide.

[986] INTERNATIONAL CRIMINAL COURT. Rome Statute of the International Criminal Court. 2002. Disponível em: https://www.icc-cpi.int/sites/default/files/RS-Eng.pdf.

Nesta primeira parte do capítulo, com a compreensão da relação entre os dois ramos, pretende-se responder ao questionamento "por que responsabilizar?". Para responder à pergunta proposta, será investigado o percurso histórico da relação entre o direito internacional dos direitos humanos e o direito penal internacional **(3.1.1)**, para que se possa compreender os elementos de direitos humanos nos crimes de genocídio e crimes contra a humanidade **(3.1.2)** e, finalmente, os grupos religiosos como bem jurídico protegido por esses crimes **(3.1.3)**.

3.1.1 Percurso histórico da relação entre o direito internacional dos direitos humanos e o direito penal internacional

Ambos os sistemas, direito internacional dos direitos humanos e direito penal internacional, emergiram em momentos históricos semelhantes e tiveram os períodos pós-guerras como marcantes em seu desenvolvimento jurídico[987]. Antes disso, no final do século XIX, já era possível enxergar episódios importantes nesse sentido no cenário internacional.

Em 1878, o Congresso de Berlim reconheceu a independência da Sérvia, sujeita a determinadas garantias e obrigações de direitos humanos[988]. Georges Clemenceau mais tarde citou esse fato como precedente para explicar por que a Conferência de Paz insistiu na inclusão de cláusulas de igualdade e liberdade religiosa no tratado de minoria que reconheceu a independência da Polônia (*little Treaty of Versailles*)[989]. Também na década de 1870, as primeiras propostas de um tribunal penal internacional foram feitas, como em 1870, para processar Napoleão III pela guerra Franco-Prussiana[990] e, em 1872, a proposta de um dos

---

[987] SCHABAS, William A. Relationships Between International Criminal Law and Other Branches of International Law. **Recueil des Cours de l'Académie de Droit International**, vol. 417, 2021, p. 325. Para um desenvolvimento detalhado do direito penal internacional, ver capítulo 1 da obra JAPIASSÚ, Carlos Eduardo Adriano. **Direito Penal Internacional**. São Paulo: Tirant Lo Blanch, 2020, p. 13-22.

[988] Treaty Between Great Britain, Austria-Hungary, France, Germany, Italy, Russia and Turkey. Berlim, jul. 13, 1878. Disponível em: https://sourcebooks.fordham.edu/mod/1878berlin.asp. "A liberdade e o exercício externo de todas as formas de culto devem ser assegurados a todas as pessoas pertencentes à Sérvia, bem como aos estrangeiros, e nenhum obstáculo deve ser oferecido à organização hierárquica das diferentes comunhões, ou às suas relações com seus chefes espirituais" (tradução minha). No original: "*The freedom, and outward exercise of all forms of worship shall be assured to all persons belonging to Servia, as well as to foreigners, and no hindrance shall be offered either to the hierarchical organisation of the different communions, or to their relations with their spiritual chiefs*".

[989] Draft of the Covering Letter to be Addressed to M. Paderewski in Transmitting to Him the Treaty to be Signed by Poland under Article 93 of the Treaty of Peace with Germany. **American Journal of International Law**, vol. 13, no. 4, Supplement: Official Documents 1919, p. 417-418.

[990] BROCKMAN-HAWE, Benjamin E. Punishing Warmongers for Their Mad and Criminal Projects: Bismarck's Proposal for an International Criminal Court to Assign Responsibility for the Franco-Prussian War. **Tulsa Law Review**, vol. 52, 2017, p. 241.

fundadores do Comitê Internacional da Cruz Vermelha, Gustavo Moynier, de um tribunal com jurisdição sob as violações do direito da guerra[991].

Na sequência desses eventos iniciais, no momento histórico após a Primeira Guerra Mundial, o direito internacional passou a lentamente reconhecer limitações em certas áreas da soberania do Estado, que antes era considerada imune. Após a guerra, discutiu-se sobre estabelecer a responsabilidade do antigo Kaiser Wilhem II e outros líderes por iniciar a guerra e por atrocidades cometidas durante o conflito. Apesar do tribunal internacional especial para processar o imperador não ter sido estabelecido, reconheceu-se sua responsabilidade na Conferência da Paz[992].

A partir de 1919, tanto os direitos humanos como o direito penal internacional foram inseridos na agenda internacional, com seu crescimento mais significativo após o fim da Segunda Guerra Mundial[993]. Em 1944, há a proposta do reconhecimento de um novo crime internacional, o genocídio, termo cunhado por Raphaël Lemkin[994]. Com o tribunal de Nuremberg e a Convenção contra o Genocídio na mesma década, cresce o entusiasmo em torno do direito penal internacional como uma resposta aos horrores ocorridos na Guerra[995].

Ainda assim, os dois campos permaneceram adormecidos por um tempo após os marcos iniciais acima expostos. Segundo Moyn, o direito internacional dos direitos humanos começou a realmente florescer no final dos anos 1970[996], e o direito penal internacional logo após, a partir da década de 1990, com o estabelecimento do Tribunal Penal Internacional para ex-Iugoslávia (TPIY), do Tribunal Penal Internacional para Ruanda (TPIR) e, finalmente, do Tribunal Penal Internacional (TPI) em 2001, consolidando o sistema de jurisdição internacional criminal[997]. A

---

991 MOYNIER, Gustave. **La création d'une institution judiciaire internationale, propre à prévenir et à réprimer les infractions à la Convention de Genève**. Geneva: Comité international de secours aux militaires blessés, 1872; KEITH HALL, Christopher. The First Proposal for a Permanent International Criminal Court. **International Review of the Red Cross**, no. 322, 1998, p. 57.

992 CASSESE, Antonio. **International Criminal Law**. Oxford: Oxford University Press, 2003, p. 242; RAO, Pemmaraju Sreenivasa. International Crimes and State Responsibility. *In*: RAGAZZI, Maurizio (ed.). **International Responsibility Today**: Essays in Memory of Oscar Schachter. Leiden, Boston, Martinus Nijhoff Publishers, 2005, p. 63. Goraieb explica que entre a antiguidade e a idade moderna predomina a teoria da irresponsabilidade internacional do Estado, "o ideal o ideal de soberania irrestrita, fincando-se, na era dos Estados Absolutistas, premissas como *the king can do no wrong* e *le roi ne peut mal faire*". GORAIEB, Elizabeth. **Responsabilidade penal do estado**. 2019. Tese (Doutorado em Direito Internacional) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 25 mar. 2019, p. 51. Ver relato da evolução do conceito no tópico 1.5 da referida tese.

993 SCHABAS, 2021, p. 326.

994 LEMKIN, Raphaël. **Axis Rule in Occupied Europe**. Washington, DC: Carnegie Endowment, 1944.

995 SCHABAS, 2021, p. 327.

996 MOYN, Samuel. **The Last Utopia, Human Rights in History**. Cambridge, MA: Belknap Press, 2012.

997 RAO, 2005, p. 63.

criação desses tribunais constituiu um passo importante para a proteção de direitos humanos ao possibilitar a punição dos indivíduos responsáveis por crimes em larga escala[998].

Um dos fatores marcantes para o desenvolvimento do direito penal internacional foi a mudança paradigmática na visão de que a justiça penal pode assumir o papel de mecanismo de aplicação de direitos humanos, em vez de, como era visto anteriormente, apenas uma fonte de violações, como quando ocorrem julgamentos injustos e condutas abusivas[999]. Por exemplo, em 1989, a Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) formalmente requisitou à Comissão de Direito Internacional (CDI) que abordasse a questão da criação de um tribunal penal internacional ou outro mecanismo internacional de julgamento criminal, reconhecendo a relação entre certas atividades criminais e a violação de direitos humanos[1000].

Essa mudança é associada e influenciada pelo desenvolvimento da chamada obrigação procedimental por cortes de direitos humanos e organismos de tratados. Trata-se do direito das vítimas a uma investigação efetiva no caso de graves violações[1001]. Nesse sentido, destaca-se o artigo 5 da Convenção contra o Genocídio, pelo qual os Estados membros assumem o compromisso "de tomar, de acordo com suas respectivas constituições, as medidas legislativas necessárias para assegurar as aplicações das disposições da presente Convenção, e, sobretudo, a estabelecer sanções penais eficazes aplicáveis às pessoas culpadas de genocídio". Também o preâmbulo do Estatuto de Roma, que declara ser "dever de cada Estado exercer a respectiva jurisdição penal sobre os responsáveis por crimes internacionais" e que "os crimes de maior gravidade, que afetam a comunidade internacional no seu conjunto, não devem ficar impunes e [...] a sua repressão deve ser efetivamente assegurada através da adoção de medidas em nível nacional e do reforço da cooperação internacional".

---

[998] BUERGENTHAL, Thomas. The Evolving International Human Rights System. **The American Journal of International Law**, vol. 100, no. 4, 2006, p. 802.

[999] SCHABAS, 2021, p. 325, 328. Exemplo que marca essa mudança de paradigma é o caso *Velasquez-Rodriguez v. Honduras* da Corte Interamericana de Direitos Humanos, ver em CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Velasquez-Rodriguez v. Honduras. **Judgment**, Series C, no. 4, 29 jul. 1988, para. 172, 174.

[1000] UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. Resolution 44/39. **A/RES/44/39**, 4 dez. 1989, para. 1. Disponível em: https://undocs.org/a/RES/44/39.

[1001] SCHABAS, 2021, p. 373-375. Ver, por exemplo, CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS. Janowiec and Others v. Russia, Nos. 55508/07 and 29520/09. **GC Joint Partly Dissenting Opinion of Judges Ziemele, De Gaetano, Laffranque and Keller**, 2013-V, para. 24: "É igualmente claro que a obrigação de investigar e processar os responsáveis por graves violações dos direitos humanos e do direito humanitário serve a interesses públicos fundamentais, permitindo que uma nação aprenda com sua história e combatendo a impunidade" (tradução minha). No original: "*it is equally clear that the obligation to investigate and prosecute those responsible for grave human rights and serious humanitarian law violations serves fundamental public interests by allowing a nation to learn from its history and by combating impunity*." Ver também CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Almonacid-Arellano et al. v. Chile. **Judgment (Preliminary Objections, Merits, Reparations and Costs)**, Series C, no. 154, 26 set. 2006, para. 99: "A proibição de cometer crimes contra a humanidade é uma regra *ius cogens*, e a punição de tais crimes é obrigatória de acordo com os princípios gerais do direito internacional" (tradução minha). No original: "*prohibition to commit crimes against humanity is a ius cogens rule, and the punishment of such crimes is obligatory pursuant to the general principles of international law*".

Mais recentemente, essa relação também foi reconhecida pelo Comitê de Direitos Humanos em seu já citado Comentário Geral nº 31, no qual explicou que, quando a investigação revela a violação de certos direitos do Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos (PIDCP)[1002], os Estados devem garantir que os responsáveis sejam levados à justiça. Notadamente em relação às violações reconhecidas como criminosas de acordo com a legislação nacional ou internacional, como tortura (artigo 7), assassinatos sumários e arbitrários (artigo 6) e desaparecimentos forçados (artigos 7, 9 e 6), os quais, a depender do contexto, podem equivaler a crimes contra a humanidade[1003].

Apesar dessa mudança de paradigma não ocorrer sem críticas[1004], William Schabas declara que "atualmente, o direito penal internacional faz parte do DNA do direito internacional dos direitos humanos. E vice-versa" (tradução minha)[1005]. Os dois campos surgiram e são primariamente focados no mesmo fenômeno: graves violações de direitos humanos, com frequência envolvendo discriminação baseada em raça, religião ou etnia, perpetrada por Estados; um com enfoque na responsabilização estatal e, outro, na individual[1006]. A jurisdição penal internacional aponta, assim, para um ordenamento legal no qual os autores de graves violações de direitos humanos, incluindo os chefes de Estado, devem ser julgados e sancionados, contribuindo para a luta contra a impunidade[1007]. Portanto, fica claro como o desenvolvimento histórico de um influenciou o de outro e como continuam interligados, guardadas as suas particularidades, o que pode ser visto nos elementos de direitos humanos em crimes específicos.

3.1.2 Os elementos de direitos humanos nos crimes de genocídio e crimes contra a humanidade

[1002] UNITED NATIONS. International Covenant on Civil and Political Rights. 1966. Disponível em: https://www.ohchr.org/en/instruments-mechanisms/instruments/international-covenant-civil-and-political-rights.
[1003] HUMAN RIGHTS COMMITTEE. General Comment no. 31. **UN Doc CCPR/C/21/Rev.1/Add.13**, 26 mai. 2004, p. 7, para. 18. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/533996?ln=en. Exemplos de casos em que o Comitê aplicou essa visão são HUMAN RIGHTS COMMITEE. Communication no. 2209/2012 Amerasingh et al. v. Sri Lanka. **CCPR/C/120/D/2209/2012**, 13 jul. 2017, para. 6.9; HUMAN RIGHTS COMMITEE. Communication no. 1619/2007 Pestaño v. Philippines. **CCPR/C/98/D/1619/2007**, 23 mar. 2010, para. 7.2.
[1004] Para uma visão crítica dessa mudança, ver SATTAR, Adnan. **Criminal Punishment and Human Rights**: Convenient Morality. London: Routledge, 2019.
[1005] SCHABAS, 2021, p. 329. No original: "*Today, international criminal law is part of the DNA of international human rights law. And vice versa*."
[1006] SCHABAS, 2021, p. 327.
[1007] GORAIEB, Elizabeth; BORGES DE MACEDO, Paulo Emílio Vauthier. A ampliação da jurisdição internacional: o surgimento de uma jurisdição internacional em matéria penal. **Revista de Direito Internacional**, vol. 19(2), 2022, p. 265; GORAIEB, 2019, p. 329.

Algo que ilustra a relação entre o direito penal internacional e os direitos humanos exposta acima é a classificação, mesmo que informal, que a ONU faz dos tratados multilaterais realizados em seu âmbito, disposta no volume anual intitulado *Multilateral Treaties Deposited with the Secretary-General*[1008]. É interessante observar que há tratados com dimensões penais que estão listados na classificação de direitos humanos, como os que lidam com o *apartheid*, tortura, desaparecimento forçado e aquele que foi o primeiro tratado multilateral na classificação, a Convenção contra o Genocídio[1009]. Afinal, são tratados que qualificam condutas que violam direitos humanos como crimes internacionais[1010], por isso estão na intersecção entre as duas matérias. O Estatuto de Roma, por sua vez, está na classificação "matérias penais", como é de se esperar[1011].

De todo modo, é relevante destacar que o Estatuto faz algumas menções diretas a direitos humanos nos artigos sobre lei aplicável (artigo 21(3)) – que a aplicação e interpretação do direito "deverá ser compatível com os direitos humanos internacionalmente reconhecidos, sem discriminação alguma", mencionando, inclusive, discriminação baseada em motivos de religião ou credo, como em lista semelhante ao artigo 2(1) da Declaração Universal de Direitos Humanos (DUDH)[1012] e outros tratados de direitos humanos[1013] –, eleições dos juízes (artigo 36(1)(b)(ii)) e admissibilidade de provas (artigo 69(7))[1014].

Em relação à menção aos direitos humanos no artigo sobre a lei aplicável, é interessante observar que o TPI já utilizou em suas decisões citações de cortes internacionais de direitos humanos[1015], como a europeia[1016], e de instrumentos como a DUDH[1017], o PIDCP, a Convenção Europeia de Direitos Humanos, a Convenção Americana de Direitos Humanos e a Carta Árabe

---

[1008] UNITED NATIONS TREATY COLLECTION. Multilateral Treaties Deposited with the Secretary-General. Disponível em: https://treaties.un.org/Pages/ParticipationStatus.aspx?clang=_en

[1009] LIPPMAN, Matthew. The Drafting of the 1948 Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide. **Boston University International Law Journal**, vol. 3, 1985, p. 1; CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Case Concerning the Application of the Convention on the Prevention and Punishment of Genocide (Bosnia and Herzegovina v. Yugoslavia). **Preliminary Objections Judgment Separate opinion of Judge Shahabuddeen**, 11 jul. 1996, p. 636-637; SEIBERT-FOHR, 2009a, p. 362.

[1010] ESPIELL, 2005, p. 158.

[1011] SCHABAS, 2021, p. 329-330.

[1012] UNITED NATIONS. Universal Declaration of Human Rights. 1948. Disponível em: https://www.un.org/en/about-us/universal-declaration-of-human-rights.

[1013] SCHABAS, 2021, p. 336.

[1014] SCHABAS, 2021, p. 330.

[1015] SCHABAS, 2021, p. 332-333.

[1016] TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL. Prosecutor v. Lubanga (ICC-01/04-01/06 OA 4). **Judgment on the Appeal of Mr. Thomas Lubanga Dyilo Against the Decision on the Defence Challenge to the Jurisdiction of the Court Pursuant to Article 19 (2) (a) of the Statute**, 3 out. 2006, 14 dez. 2006, para. 38.

[1017] TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL. Prosecutor v. Ngudjolo (ICC-01/04-02/12 A). **Order on the Implementation of the Cooperation Agreement Between the Court and the Democratic Republic of the Congo Concluded Pursuant Article 93 (7) of the Statute**, 20 jan. 2014, para. 24 e notas de rodapé no. 28 e 29.

de Direitos Humanos[1018]. Também já se pronunciou sobre direitos humanos específicos, como autodeterminação[1019], privacidade[1020], vida e não ser submetido a tortura ou tratamento cruel, desumano ou degradante[1021], liberdade de expressão, liberdade de assembleia e associação, propriedade[1022] e o princípio do *non-refoulement*[1023].

Para além de menções diretas a direitos humanos no Estatuto, a matéria tratada por outros artigos contém fortes elementos de direitos humanos, especialmente nas disposições sobre genocídio (artigo 6) e crimes contra a humanidade (artigo 7)[1024], focos deste estudo, demonstrando como crimes internacionais são diretamente conectados aos valores que a comunidade internacional consagra[1025].

O enquadramento do crime de genocídio como inserido no campo dos direitos humanos é confirmado desde a primeira sessão da AGNU, na Resolução 96(I), adotada em 1946: "o genocídio é a negação do direito de existência de grupos humanos inteiros [...]; essa negação do direito de existência choca a consciência da espécie humana, resulta em grandes perdas para a humanidade [...] e é contrária à lei moral e ao espírito e aos objetivos das Nações Unidas"

[1018] TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL. Prosecutor v. Bemba et al. (ICC-01/05-01/13). **Decision on Requests to Exclude Western Union Documents and Other Evidence Pursuant to Article 69 (7)**, 29 abr. 2016, para. 46; TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL. Prosecutor v. Lubanga (ICC-01/04-01/06). **Decision on the Confirmation of Charges**, 29 jan. 2007, para. 74-75; COUNCIL OF EUROPE. European Convention on Human Rights. 1960. Disponível em: https://www.echr.coe.int/documents/convention_eng.pdf; ORGANIZATION OF AMERICAN STATES. American Convention on Human Rights. 1969. Disponível em: https://www.cidh.oas.org/basicos/english/basic3.american%20convention.htm; LEAGUE OF ARAB STATES. Arab Charter on Human Rights. 2004. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/551368?ln=en.

[1019] TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL. Situation in the State of Palestine (ICC-01/18). **Decision on the "Prosecution request pursuant to Article 19 (3) for a ruling on the Court's territorial jurisdiction in Palestine"**, 5 fev. 2021, para. 122.

[1020] TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL. Prosecutor v. Bemba et al. (ICC-01/05-01/13). **Decision on Kilolo Defence Motion for Inadmissibility of Material**, 16 set. 2015, para. 16.

[1021] TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL. Prosecutor v. Ntaganda (ICC-01/04-02/06). **Decision Pursuant to Article 61 (7) (a) and (b) of the Rome Statute on the Charges of the Prosecutor Against Bosco Ntaganda**, 9 jun. 2014, para. 58.

[1022] TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL. Situation in Burundi (ICC-01/17-X). **Public Redacted Version of "Decision Pursuant to Article 15 of the Rome Statute on the Authorization of an Investigation into the Situation in the Republic of Burundi"**, ICC-01/17-X-9-US-Exp, 25 out. 2017, 9 nov. 2017, para. 132.

[1023] TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL. Prosecutor v. Katanga (ICC-01/04-01/07). **Decision on the Application for the Interim Release of Detained Witnesses DRC-D02-P-0236, DRC-D02-P-0228 and DRC-D02-P-0350**, 1 out. 2013, para. 20; TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL. Prosecutor v. Katanga et al. (ICC-01/04-01/07). **Decision on an Amicus Curiae Application and on the "Requête tendant à obtenir présentations des témoins DRC-D02-P-0350, DRC-D02-P-0236, DRCD02-P-0228 aux autorités néerlandaises aux fins d'asile" (Arts. 68 and 93 (7) of the Statute)**, 9 jun. 2011, para. 67-68; TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL. Prosecutor v. Ngudjolo (ICC-01/04-02/12 A). **Order on the Implementation of the Cooperation Agreement Between the Court and the Democratic Republic of the Congo Concluded Pursuant Article 93 (7) of the Statute**, 20 jan. 2014, para. 24.

[1024] SCHABAS, 2021, p. 330, 340-341. O autor explica que dos quatro crimes, os dois primeiros são os mais próximos dos direitos humanos. Crimes de guerra contém elementos de direitos humanos, mas são primariamente ligados ao direito internacional humanitário, e o crime de agressão também possui um elemento comumente de direito humano, mas é mais apropriadamente discutido com relação ao uso da força.

[1025] GORAIEB, 2019, p. 294.

(tradução minha)[1026]. Assim, a resolução declara o genocídio como um crime sob o direito internacional e cuja punição é uma matéria de preocupação internacional.

O embaixador de Cuba, Ernesto Dihigo, declarou que a Resolução almejava a proteção dos direitos humanos, e o representante britânico Hartley Shawcross, que havia processado líderes nazistas em Nuremberg, disse que os ditadores deveriam ser advertidos de que, se violassem os direitos humanos, o direito internacional os condenaria[1027]. O autor original da Resolução foi o mesmo que propôs o termo "genocídio" e que também participou do processo de elaboração da Convenção contra o Genocídio, Raphaël Lemkin[1028], judeu refugiado da Polônia ocupada pelos nazistas. Ele justificou sua iniciativa observando o sistema de proteção dos direitos das minorias, um dos precursores do sistema mais abrangente de proteção dos direitos humanos desenvolvido pela ONU[1029].

Foi essa Resolução que iniciou o processo que levou a adoção da Convenção contra o Genocídio de 1948. A redação da Convenção foi designada a especialistas que trabalharam a partir de uma proposta inicial preparada pelo Diretor da Divisão de Direitos Humanos, John P. Humphrey, que é reconhecido por ser o autor do primeiro rascunho da DUDH[1030]. A responsabilidade pela redação do texto final foi designada ao Sexto Comitê da AGNU, ao mesmo tempo em que a DUDH era negociada no Terceiro Comitê. Muitos representantes de Estados participaram ativamente dos dois Comitês, apreciando a natureza complementar dos instrumentos[1031], ou tendo seu instrumento favorito[1032], ou com preocupação de que eles se

---

[1026] UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. Resolution 96(I). **UN Doc A/RES/96(I)**, 11 dez. 1946. Disponível em: https://undocs.org/en/A/RES/96(I). No original: "*Genocide is a denial of the right of existence of entire human groups […]; such denial of the right of existence shocks the conscience of mankind, results in great losses to humanity […], and is contrary to moral law and to the spirit and aims of the United Nations*."

[1027] UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. Sixth Committee, Summary Record of the Twenty-Sixth Meeting. **UN Docs A/C.6/84**, 25 nov. 1946; SCHABAS, 2021, p. 342.

[1028] LEMKIN, 1944; ROBINSON, Nehemiah. **The Genocide Convention**: A Commentary. New York: Institute of Jewish Affairs, World Jewish Congress, 1960, p. 19.

[1029] SCHABAS, 2021, p. 342.

[1030] SCHABAS, 2021, 343; UNITED NATIONS ECONOMIC AND SOCIAL COUNCIL. Draft Convention on the Crime of Genocide. **UN Doc E/447**, 26 jun. 1947, p. 15. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/611058?ln=en; SCHABAS, William A. John Peters Humphrey: The Man Behind the First Draft of the Universal Declaration of Human Rights. *In*: MCCALL-SMITH, Kasey; WOUTERS, Jan; ISA, Felipe Gómez (eds.). **The Faces of Human Rights**. Oxford: Hart, 2019, p. 115-123.

[1031] Ver, por exemplo, UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. Remarks of Raafat of Egypt, Hundred and Eighty-Third Plenary Meeting. **Official Records of the General Assembly**, 10 dez. 1948, p. 912. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/617878?ln=en.

[1032] SCHABAS, 2021, p. 343. Ver, por exemplo, POWER, Samantha. **"A Problem from Hell"**: America and the Age of Genocide. New York: Basic Books, 2002, p. 74-76; MAZOWER, Mark. **No Enchanted Palace**: The End of Empire and the Ideological Origins of the United Nations. Princeton, NJ and Oxford: Princeton University Press, 2009, p. 131; LAUTERPACHT, Hersch. The Universal Declaration of Human Rights. **British Yearbook of International Law**, vol. 25, 1948, p. 369; KUNZ, Josef L. The United Nations Declaration of Human Rights. **American Journal of International Law**, vol. 43, 1949, p. 321.

sobrepusessem[1033]. Assim, os dois instrumentos foram adotados um dia seguido do outro, marcados como um evento histórico, nas palavras do presidente da AGNU da época[1034], e demonstrando como são "irmãos, ligados por laços de sangue, mas não totalmente imunes à dissonância" (tradução minha)[1035]. Desse modo, mesmo que a Convenção tenha sido adotada com um foco de instrumento penal, o histórico de sua elaboração mostra que sempre foi considerada também como um instrumento de direitos humanos e que possui paralelos com outros instrumentos da matéria.

Além disso, seus autores não intentaram eximir os Estados de obrigações que fossem além de adotar disposições de direito penal e punição dos perpetradores[1036]. Os Estados que defendiam uma visão exclusivamente penal para o tratado, que lida apenas com a responsabilidade individual, como a França, Estados Unidos e União Soviética[1037], não persuadiram a maioria dos votantes. Após discussões, prevaleceu a visão que admite a responsabilidade estatal para casos de descumprimento da Convenção[1038]. Assim, do mesmo modo que um Estado pode descumprir um tratado de direitos humanos por cometer uma violação de direitos humanos, também pode incorrer em violação da Convenção contra o Genocídio se suas autoridades estiverem de algum modo envolvidas no crime, em vista de sua obrigação de prevenir e punir disposta no artigo 1[1039].

[1033] UNITED NATIONS ECONOMIC AND SOCIAL COUNCIL. Draft Convention on the Crime of Genocide. **UN Doc E/447**, 26 jun. 1947, p. 16. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/611058?ln=en; SCHABAS, 2021, p. 343-344. Schabas explica que o centro da questão estava no chamado "genocídio cultural", que acabou excluído do escopo da Convenção, sob a justificativa de que seria tratado pela DUDH – a Convenção deveria se restringir a questão do crime de genocídio físico e outros aspectos do problema serem lidados no campo dos direitos humanos. Ver UNITED NATIONS ECONOMIC AND SOCIAL COUNCIL. Report of the Committee and Draft Convention drawn up by the Committee. **UN Doc E/794**, 24 mai. 1948, p. 17. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/604195?ln=en; UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. Sixth Committee, Summary Record of the Eighty-Third Meeting. **Official Records of the General Assembly**, out. 1948, p. 191-207. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/604635?ln=en; UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. Sixth Committee, Summary Record of the Sixty-Fourth Meeting. **Official Records of the General Assembly**, out. 1948, p. 16. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/603890?ln=en.

[1034] UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. Hundred and Eighty-Second Plenary Meeting. **Official Records of the General Assembly**, 10 dez. 1948, p. 889-890. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/617877?ln=en.

[1035] SCHABAS, 2021, p. 345. No original: "*siblings, bound by blood ties but not entirely immune to dissonance*."

[1036] SEIBERT-FOHR, 2009a, p. 361-362.

[1037] UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. Continuation of the consideration of the draft convention on genocide. **UN Doc A/C.6/SR.95**, 8 nov. 1948. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/604710?ln=en. Ver falas do Mr. Chaumont (França) e Mr. Maktos (Estados Unidos).

[1038] SEIBERT-FOHR, 2009a, p. 355-356; UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. Continuation of the consideration of the draft convention on genocide. **UN Doc A/C.6/SR.105**, 13 nov. 1948. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/604792?ln=en; UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. Continuation of the consideration of the draft convention on genocide. **UN Doc A/C.6/SR.103**, 12 nov. 1948. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/604790?ln=en. Ver falas Mr. Fitzmaurice (Reino Unido), Mr. Choumont (França) e Ingles (Philippines). Ver tópico 2.2.2.1 desta dissertação.

[1039] SEIBERT-FOHR, 2009a, p. 362-364.

Portanto, a Convenção contra o Genocídio é um dos maiores exemplos de instrumentos internacionais que encarnam a relação entre o direito penal internacional e o direito internacional dos direitos humanos e, por isso, também entre responsabilidade individual e estatal. O Estatuto de Roma, que possui a mesma definição de genocídio que a disposta na Convenção, acaba por também refletir essa relação no âmbito da responsabilidade individual.

Quanto aos crimes contra a humanidade, essa também é uma categoria de crimes internacionais na qual a relação com o direito internacional dos direitos humanos é evidente[1040]. Sua definição é a que mais se desenvolveu com o tempo, com novas adições de atos que podem ser considerados crimes contra a humanidade na medida em que o direito internacional dos direitos humanos também se desenvolvia. A definição de 1945 consistia em seis atos puníveis, enquanto a definição do Estatuto de Roma possui onze atos. Os adicionados foram: prisão, tortura, estupro e outros crimes sexuais e de gênero, desaparecimento forçado e *apartheid*[1041].

Como exemplo dessa relação, a CDI, durante a elaboração do Projeto de Código de Crimes contra a Paz e a Segurança da Humanidade (Projeto de Código de Crimes)[1042], chegou a substituir a classificação de "crimes contra a humanidade" para "violações sistemáticas ou em massa dos direitos humanos"[1043], com o comentário que acompanhava esclarecendo que o fator comum em todos os atos que constituem crimes nos termos do projeto de artigo são as graves violações de certos direitos humanos fundamentais[1044]. Mais tarde, a Comissão retornou à nomenclatura de "crimes contra a humanidade" por ser um termo estabelecido e consagrado no léxico jurídico e para atenuar a exigência de que as violações fossem "em massa"[1045].

Destaca-se que a modalidade específica de perseguição de grupo ou coletividade que possa ser identificado, disposta no artigo 7(h), é definida com referência a "direitos fundamentais". Não há nada que indique que a diferença entre os termos, qual seja, direitos

---

[1040] ACEVEDO, Juan Pablo Pérez-León. The Close Relationship between Serious Human Rights Violations and Crimes Against Humanity: International Criminalization of Serious Abuses. **Aquaria Mexicano de Derecho Internacional**, vol. XVII, 2017, p. 145.
[1041] SCHABAS, 2021, p. 347.
[1042] No original: *Draft Code of Crimes Against the Peace and Security of Mankind.* INTERNATIONAL LAW COMMISSION. Draft Code of Crimes against the Peace and Security of Mankind. **Yearbook of the International Law Comission**, vol. II (2), 1996.
[1043] INTERNATIONAL LAW COMMISSION. Report of the International Law Commission on the work of its forty-third session (29 April-19 July 1991). **Yearbook of the International Law Commission**, vol. II (2), 1991, p. 103.
[1044] INTERNATIONAL LAW COMMISSION, 1991, p. 103, para. 2.
[1045] THIAM, Doudou. Thirteenth Report on the Draft Code of Crimes Against the Peace and Security of Mankind. **UN Doc A/CN.4/466**, 24 mar. 1995, p. 44, para. 82-88. Disponível em: https://legal.un.org/ilc/documentation/english/a_cn4_466.pdf; INTERNATIONAL LAW COMMISSION. Report of the International Law Commission on the Work of its Forty-Seventh Session. **UN Doc A/50/10,** 2 mai. - 21 jul. 1995, p. 17, para. 42. Disponível em: https://legal.un.org/ilc/documentation/english/reports/a_50_10.pdf; SCHABAS, 2021, p. 349-350.

fundamentais e direitos humanos, foi com a intenção de indicar um diferente significado[1046]. Na jurisprudência do tribunal, os juízes tendem a focar nos atos criminais ao invés de fazer referências aos direitos fundamentais associados. Apesar disso, destaca-se que a Câmara de Pré-julgamento já se pronunciou no sentido de que "direitos fundamentais podem incluir uma variedade de direitos, derrogáveis ou não, como o direito à vida, o direito de não ser submetido a tortura ou tratamento cruel, desumano ou degradante, a liberdade de expressão, liberdade de reunião e associação e o direito à educação" (tradução minha)[1047].

Tendo em vista os elementos de direitos humanos nesses dois crimes internacionais, um exemplo recente que demonstra essa relação é a *Fact-Finding Mission on Myanmar*, estabelecida pelo Comitê de Direitos Humanos em 2017[1048]. Em seu mandato, não havia referência explícita a crimes internacionais. Sua missão era investigar "alegadas violações recentes dos direitos humanos por parte das forças militares e de segurança [...] com o objetivo de garantir a total responsabilização dos autores" (tradução minha)[1049]. Em relatório, a Missão concluiu que crimes contra a humanidade e crimes de guerra por parte das forças militares ocorreram, e que há informações suficientes para justificar a investigação e o julgamento de altos funcionários da cadeia de comando para determinar responsabilidade por genocídio[1050]. O grupo étnico e religioso rohingya está entre os alvos dessas graves violações[1051].

[1046] SCHABAS, 2021, p. 330-331; SCHABAS, William A. **The International Criminal Court**: A Commentary on the Rome Statute. Oxford Scholarly Authorities on International Law, 2 ed., 2016, p. 196.

[1047] TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL. Situation in the People's Republic of Bangladesh/Republic of the Union of Myanmar (ICC-01/19). **Decision Pursuant to Article 15 of the Rome Statute on the Authorisation of an Investigation into the Situation in the People's Republic of Bangladesh/Republic of the Union of Myanmar**, 14 nov. 2019, para. 101. No original: "*Fundamental rights may include a variety of rights, whether derogable or not, such as the right to life, the right not to be subjected to torture or cruel, inhuman or degrading treatment, freedom of expression, freedom of assembly and association and the right to education*". Ver também TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL. Situation in Burundi (ICC-01/17-X). **Public Redacted Version of "Decision Pursuant to Article 15 of the Rome Statute on the Authorization of an Investigation into the Situation in the Republic of Burundi"**, ICC-01/17-X-9-US-Exp, 25 out. 2017, 9 nov. 2017, para. 132.

[1048] SCHABAS, 2021, p. 386.

[1049] HUMAN RIGHTS COUNCIL. Situation of Human Rights in Myanmar. **A/HRC/RES/34/22**, 3 abr. 2017, p. 3, para. 11. Disponível em: https://ap.ohchr.org/documents/dpage_e.aspx?si=A/HRC/RES/34/22. No original: "*alleged recent human rights violations by military and security forces […] with a view to ensuring full accountability for perpetrators*".

[1050] HUMAN RIGHTS COUNCIL. Report of the Independent International Fact-Finding Mission on Myanmar. **A/HRC/39/64**, 12 set. 2018, para. 84-90. Disponível em: https://ap.ohchr.org/documents/dpage_e.aspx?si=A/HRC/39/64; HUMAN RIGHTS COUNCIL. Report of the Detailed Findings of the Independent International Fact-Finding Mission on Myanmar. **A/HRC/39/CRP.2**, 17 set. 2018, para. 1388-1441. Disponível em: https://undocs.org/A/HRC/39/CRP.2.

[1051] HUMAN RIGHTS COUNCIL. Report of the Independent International Fact-Finding Mission on Myanmar. **A/HRC/39/64**, 12 set. 2018, para. 20-23. Disponível em: https://ap.ohchr.org/documents/dpage_e.aspx?si=A/HRC/39/64; HUMAN RIGHTS COUNCIL. Report of the Detailed Findings of the Independent International Fact-Finding Mission on Myanmar. **A/HRC/39/CRP.2**, 17 set. 2018, para. 1390-1391. Disponível em: https://undocs.org/A/HRC/39/CRP.2.

Em resposta, o Conselho de Direitos Humanos estabeleceu um mecanismo complementar para "para coletar, consolidar, preservar e analisar evidências dos crimes internacionais mais graves e das violações do direito internacional cometidos em Mianmar desde 2011" (tradução minha), com o objetivo de "facilitar e agilizar processos criminais justos e independentes, de acordo com as normas do direito internacional, em cortes ou tribunais nacionais, regionais ou internacionais" (tradução minha)[1052]. A *Fact-Finding Mission* entregou as evidências encontradas para esse mecanismo complementar, *Independent Investigative Mechanism for Myanmar*[1053].

Interessante observar que as conclusões jurídicas da Missão foram invocadas pela Gâmbia no pedido apresentado em 2019 contra Mianmar na Corte Internacional de Justiça (CIJ), para alegar violações da Convenção contra o Genocídio[1054]. Na ordem de medidas provisórias emitida em janeiro de 2020, a Corte se referiu ao trabalho da Missão[1055], bem como no julgamento das objeções preliminares[1056]. Além disso, as observações da Missão também foram citadas na decisão da Câmara de Pré-Julgamento do TPI que autorizou a investigação da situação em Bangladesh/Mianmar[1057].

Esse é um grande exemplo para as relações abordadas neste capítulo: um mecanismo no âmbito dos direitos humanos, a *Fact-Finding Mission*, que chegou a conclusões em relação à ocorrência de crimes internacionais cometidos por agentes do governo contra grupos religiosos. Essas conclusões levaram ao estabelecimento de um mecanismo complementar para coletar e

---

[1052] HUMAN RIGHTS COUNCIL. Situation of Human Rights of Rohingya Muslims and Other Minorities in Myanmar. **A/HRC/RES/39/2**, 3 out. 2018, para. 22. Disponível em: https://ap.ohchr.org/documents/dpage_e.aspx?si=A/HRC/RES/39/2. No original: "*Decides to establish an ongoing independent mechanism to collect, consolidate, preserve and analyse evidence of the most serious international crimes and violations of international law committed in Myanmar since 2011, and to prepare files in order to facilitate and expedite fair and independent criminal proceedings, in accordance with international law standards, in national, regional or international courts or tribunals*". Ver UNITED NATIONS. Independent Investigative Mechanism for Myanmar. Disponível em: https://iimm.un.org/.

[1053] HUMAN RIGHTS COUNCIL. Independent International Fact-Finding Mission on Myanmar. Disponível em: https://www.ohchr.org/en/hr-bodies/hrc/myanmar-ffm/index.

[1054] CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (The Gambia v. Myanmar). **Application Instituting Proceedings and Request for Provisional Measures**, 11 nov. 2019.

[1055] CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (The Gambia v. Myanmar). **Order Request for the indication of provisional measures**, 23 jan. 2020, para. 55.

[1056] CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (The Gambia v. Myanmar). **Preliminary Objections Judgment**, 22 jul. 2022, para. 65-69, 72-74.

[1057] TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL. Situation in the People's Republic of Bangladesh/Republic of the Union of Myanmar (ICC-01/19). **Decision Pursuant to Article 15 of the Rome Statute on the Authorisation of an Investigation into the Situation in the People's Republic of Bangladesh/Republic of the Union of Myanmar**, 14 nov. 2019, para. 66, 79 e rodapés mencionando com menção à *UN Fact-Find Mission* (UNFFM).

preservar evidências de crimes internacionais e facilitar processos criminais e, além disso, têm sido utilizadas em mecanismos de responsabilização do Estado, a CIJ, e do indivíduo, o TPI.

Os mecanismos que estão atuando no caso de Myanmar é um dos exemplos destacados por David Mandel-Anthony ao apontar a "reformulação da arquitetura da justiça global" (tradução minha)[1058] por meio do aumento de fóruns para responsabilização por crimes de atrocidade. O professor aponta três tendências nesse sentido: (i) a reformulação dos mecanismos internacionais de investigação e apuração de fatos, determinando que esses órgãos coletem provas para uso potencial nos sistemas judiciais nacionais; (ii) o crescente estabelecimento de unidades nacionais especializadas de investigação e acusação, facilitando o exercício da jurisdição estrangeira sobre crimes de atrocidade; e (iii) um crescente ambiente sofisticado de atores e organizações não governamentais que buscam justiça criminal e responsabilização por crimes de atrocidade[1059].

Como demonstrado, o conteúdo das disposições legais sobre genocídio e crimes contra a humanidade possuem forte conexão com os direitos humanos, especialmente porque visam proteger determinados grupos, como os religiosos, de atos criminosos cometidos de modo discriminatório.

3.1.3 Grupos religiosos como bem jurídico protegido pelos crimes de genocídio e o crime contra a humanidade de perseguição

Como exposto, o recorte desta investigação são os crimes internacionais que estão atrelados à proteção dos direitos humanos, nomeadamente, genocídio e crimes contra a humanidade – ainda mais especificamente na modalidade de perseguição[1060]. Isso porque esses tipos penais dispõem sobre atos criminosos cometidos de modo discriminatório contra grupos protegidos, isto é, com base em sua identidade. Dentre os grupos protegidos estão incluídos os religiosos, alvo específico deste estudo. Então, passa-se a analisar o escopo da noção de grupo protegido em cada uma das definições[1061], genocídio **(3.1.3.1)** e o crime contra a humanidade de perseguição **(3.1.3.2)**.

[1058] MANDEL-ANTHONY, David. Hardwiring Accountability for Mass Atrocities. **Drexel Law Review**, vol. 11, 2019, p. 903, 918-922. No original: "*reshaping the architecture of global justice*".
[1059] MANDEL-ANTHONY, 2019, p. 903.
[1060] SCHABAS, 2021, p. 330, 340-341.
[1061] No capítulo 2 desta dissertação, que tratou com detalhes sobre a responsabilidade penal internacional, foram analisados os elementos materiais e mentais/psicológicos dos crimes mencionados em detalhes. Aqui a intenção é

3.1.3.1 Grupos protegidos na definição de genocídio

No genocídio, a existência física/biológica do grupo[1062] é o bem jurídico protegido que justifica a criminalização e o torna um crime de dolo especial[1063]. O dolo especial é a intenção de destruir em todo ou em parte um grupo protegido, intenção que transforma atos comumente tipificados nas legislações criminais locais, como homicídios e estupros, em atos genocidas puníveis internacionalmente[1064]. Quando cometidos nesse estado mental, e respeitados os outros elementos do crime, o autor incorre em genocídio independentemente desses atos realmente causarem ou não o dano contemplado[1065]. Dessa maneira, a proibição do genocídio afirma que grupos específicos possuem o direito de existir e que os Estados são obrigados a prevenir e punir violações desse direito[1066]. Assim, a vítima do crime de genocídio é o próprio grupo. Os indivíduos alvos do crime são relevantes na medida em que são membros de um dos grupos protegidos[1067].

Como já exposto, a AGNU se refere ao crime como "a negação do direito de existência de grupos humanos inteiros" (tradução minha)[1068], e a Comissão de Experts para o TPIY,

---

discutir a noção de grupos religiosos como um dos grupos protegidos na Convenção contra o Genocídio e no Estatuto de Roma. Ver tópicos 2.1.2.1, 2.1.2.2, 2.2.2.1 e 2.2.2.2 desta dissertação.

[1062] SCHABAS, William A. Groups Protected by the Genocide Convention: Conflicting Interpretations from the International Criminal Tribunal for Rwanda. **ILSA Journal of International & Comparative Law**, vol. 6, 2000, p. 375; ALONZO-MAIZLISH, David. In Whole or In Part: Group Rights, the Intent Element of Genocide, and the "Quantitative Criterion". **New York University Law Review**, vol. 77, 2002, p. 1375; NERSESSIAN, David L. The Razor's Edge: Defining and Protecting Human Groups under the Genocide Convention. **Cornell International Law Journal**, vol. 36, no. 2, article 3, 2003, p. 298.

[1063] MARTIN, Fanny. Part II The Definition of Genocide, 5 The Notion of 'Protected Group' in the Genocide Convention and Its Application. *In*: GAETA, Paola (ed.). **The UN Genocide Convention**: A Commentary. Oxford Commentaries on International Law, 2009, p. 112; JAPIASSÚ, 2020, p. 130.

[1064] ALONZO-MAIZLISH, 2002, p. 1381.

[1065] NERSESSIAN, 2003, p. 298-299.

[1066] ALONZO-MAIZLISH, 2002, p. 1377; CRAWFORD, James. The Rights of Peoples: "Peoples" or "Governments"? *In*: CRAWFORD, James (ed.). **The Rights of Peoples**. Oxford: Clarendon Press, 1988, p. 55, 59-60; THORNBERRY, Patrick. **International Law and the Rights of Minorities**. Oxford: Clarendon Press, 1992, p. 59-85; WENZEL, Nicola. Group Rights. **Max Planck Encyclopedia of Public International Law**, jan. 2011, para. 2.

[1067] NERSESSIAN, 2003, p. 298; ALONZO-MAIZLISH, 2002, p. 1380, 1382-1383; LEMKIN, 1944, p. 79; SCHABAS, William A. **Genocide in International Law**: The Crime of Crimes. Cambridge: Cambridge University Press, 2 ed., 2009, p. 231; TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA RUANDA. Prosecutor v. Akayesu. **Judgment Trial Chamber**, 2 set. 1998, para. 521; UNITED NATIONS ECONOMIC AND SOCIAL COUNCIL. Relations Between the Convention on Genocide on the One Hand and the Formulation of the Nuremberg Principles and the Preparation of a Draft Code of Offences Against Peace and Security on the Other. **UN Doc E/AC.25/3/Rev.1**, 12 abr. 1948, p. 6. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/601332?ln=en.

[1068] UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. Resolution 96(I). **UN Doc A/RES/96(I)**, 11 dez. 1946. Disponível em: https://undocs.org/en/A/RES/96(I). No original: "*Genocide is a denial of the right of existence of entire human groups*".

ecoando o que havia sido declarado pela CIJ em sua opinião consultiva, esclarece que o objetivo da Convenção contra o Genocídio, "adotada por princípios humanitários e civilizatórios", é "salvaguardar a própria existência de certos grupos humanos e afirmar e enfatizar o princípio mais elementar de humanidade e moralidade. Em vista dos direitos envolvidos, as obrigações legais de se abster de genocídio são reconhecidas como *erga omnes*" (tradução minha)[1069]. Também o TPI ecoa esses dizeres, como por exemplo na declaração da Câmara de Pré-Julgamento de que "a definição do crime de genocídio visa proteger a existência de um grupo ou povo específico" (tradução minha)[1070].

O primeiro documento internacional a proibir o genocídio foi a Convenção contra o Genocídio[1071], mas destaca-se que, conforme declarado pela CIJ, "os princípios subjacentes à Convenção são princípios reconhecidos pelas nações civilizadas como obrigatórios para os Estados, mesmo sem qualquer obrigação convencional" (tradução minha)[1072]. Nela, a inclusão de grupos raciais, nacionais e religiosos advém desde a menção deles dos procedimentos do Tribunal de Nuremberg[1073], e a adição de grupos étnicos foi feita durante as discussões do Sexto Comitê da AGNU, com o objetivo de estender a proteção da Convenção a coletividades humanas se o Estado em cujo território elas viviam tivesse deixado de existir ou se estivesse

---

[1069] UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL. Final Report of the Commission of Experts Established Pursuant to Security Council Resolution 780 (1992), **UN Doc S/1994/674**, 27 mai. 1994, annex 1, para. 88. Disponível em: https://undocs.org/S/1994/674. No original: "*adopted for humanitarian and civilizing purposes*", "*safeguard the very existence of certain human groups and to affirm and emphasize the most elementary principles of humanity and morality. In view of the rights involved, the legal obligations to refrain from genocide are recognized as erga omnes*". Ver CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Reservations to the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide. **Advisory Opinion**, 28 mai. 1951, p. 23: "seu objetivo, por um lado, é salvaguardar a própria existência de certos grupos humanos e, por outro, confirmar e endossar os princípios mais elementares da moralidade" (tradução minha). No original: "*its object on the one hand is to safeguard the very existence of certain human groups and on the other to confirm and endorse the most elementary principles of morality*".

[1070] TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL. Prosecutor v. Omar Hassan Ahmad Al Bashir (ICC-02/05-01/09). **Decision on the Prosecution's Application for a Warrant of Arrest against Omar Hassan Ahmad Al Bashir**, 4 mar. 2009, para. 115. No original: "*the definition of the crime of genocide aims at protecting the existence of a specific group or people*".

[1071] NERSESSIAN, 2003, p. 294.

[1072] CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Reservations to the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide. **Advisory Opinion**, 28 mai. 1951, p. 23. No original: "*the principles underlying the Convention are principles which are recognized by civilized nations as binding on States, even without any conventional obligation*".

[1073] MARTIN, 2009, p. 114-115; TRIBUNAL MILITAR INTERNACIONAL DE NUREMBERG. Trial of Major War Criminals Before the International Military Tribunal Nuremberg 14 November 1945 — 1 October 1946 (Blue Series). Nuremberg, Germany, 1947, Reprint Buffalo: William S. Hein & Co. Inc., 1995, p. 43-44: "genocídio deliberado e sistemático, ou seja, o extermínio de grupos raciais e nacionais, contra as populações civis de determinados territórios ocupados, a fim de destruir determinadas raças e classes de pessoas e grupos nacionais, raciais ou religiosos" (tradução minha). No original: "*deliberate and systematic genocide, viz., the extermination of racial and national groups, against the civilian populations of certain occupied territories in order to destroy particular races and classes of people and national, racial or religious groups*".

em processo de formação[1074]. Assim, o grupo foi adicionado como uma categoria residual que designa coletividades ligadas por tradições e cultura comuns[1075]. A Convenção, um dos instrumentos internacionais mais amplamente ratificados[1076], permaneceu praticamente adormecida até o início da década de 1990, quando ocorreram novos atos de barbárie no leste da Europa e na África, que levaram a ONU a implementar a aplicação internacional direta da Convenção nos mandatos dos Tribunais Penais Internacionais *ad hoc* para a ex-Iugoslávia e para Ruanda[1077].

Os estatutos dos tribunais penais internacionais definem genocídio nos mesmos termos[1078] e sua jurisprudência traz luz a escolha dos grupos a serem protegidos. A decisão do caso *Akayesu* no TPIR, em 1998, marcou o pano de fundo conceitual contra o qual os julgamentos subsequentes identificariam os grupos protegidos contra genocídio. O julgamento delineia e define cada um dos quatro grupos e formula um critério comum que se aplica a todos eles[1079]:

> O crime de genocídio foi supostamente percebido como tendo como alvo apenas **grupos "estáveis"**, constituídos de forma permanente e cuja membresia é determinada pelo nascimento, com a exclusão dos grupos mais "móveis", aos quais se adere por meio de compromisso voluntário individual, como grupos políticos e econômicos. Portanto, um critério comum nos quatro tipos de grupos protegidos pela Convenção contra o Genocídio é que a participação em tais grupos parece ser normalmente inquestionável por seus membros, que pertencem a eles automaticamente, por nascimento, de maneira contínua e muitas vezes irremediável. (Tradução minha, destaque meu)[1080]

[1074] MARTIN, 2009, p. 115; UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. Continuation of the consideration of the draft convention on genocide. **UN Doc A/C.6/SR.73**, 13 out. 1948, p. 97-98. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/604081.

[1075] MARTIN, 2009, p. 116; UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. Continuation of the consideration of the draft convention on genocide. **UN Doc A/C.6/SR.75**, 15 out. 1948, p. 115. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/604083?ln.

[1076] NERSESSIAN, 2003, p. 326.

[1077] NERSESSIAN, 2003, p. 294; SCHABAS, William A. Genocide. **Max Planck Encyclopedia of Public International Law**, dez. 2007, para. 38.

[1078] Artigo 2 do Estatuto do TPIR, artigo 4 do TPIY e artigo 6 do Estatuto do TPI. ALONZO-MAIZLISH, 2002, p. 1372.

[1079] MARTIN, 2009, p. 118-119; JAPIASSÚ, 2020, p. 132.

[1080] TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA RUANDA. Prosecutor v. Akayesu. **Judgment Trial Chamber**, 2 set 1998, para. 511. No original: "*the crime of genocide was allegedly perceived as targeting only 'stable' groups, constituted in a permanent fashion and membership of which is determined by birth, with the exclusion of the more 'mobile' groups which one joins through individual voluntary commitment, such as political and economic groups. Therefore, a common criterion in the four types of groups protected by the Genocide Convention is that membership in such groups would seem to be normally not challengeable by its members, who belong to it automatically, by birth, in a continuous and often irremediable manner*".

Esse critério de estabilidade e permanência foi utilizado, por exemplo, nos casos *Rutaganda*[1081], *Musema*[1082], *Bagilishema*[1083] e, no TPIY, *Jelisić*[1084]. Contudo, a decisão do TPIR recebeu diversas críticas pela possibilidade de extrapolar a redação do artigo II da Convenção contra o Genocídio ao concluir que "qualquer grupo que atinja o grau necessário de estabilidade pode ser considerado um grupo protegido pela definição de genocídio" (tradução minha)[1085]. Além disso, há a crítica de que pelo menos três dos quatro grupos listados não sejam tão permanentes assim: os nacionais, étnicos e religiosos[1086].

O TPIY, por sua vez, em 2001, no caso *Krstić*, em relação às execuções em massa de homens bósnios muçulmanos em Srebrenica, reconheceu que os termos usados na Convenção contra o Genocídio se sobrepõem parcialmente[1087]. A decisão também foi criticada por contradizer a regra de interpretação de que cada palavra utilizada em um texto jurídico carrega um significado[1088].

> A definição dessa lista [de grupos protegidos] foi concebida mais para descrever um único fenômeno, correspondendo aproximadamente ao que era reconhecido, antes da Segunda Guerra Mundial, como 'minorias nacionais', do que para se referir a vários protótipos distintos de grupos humanos. Tentar diferenciar cada um dos grupos mencionados com base em critérios cientificamente objetivos seria, portanto, inconsistente com o objeto e a finalidade da Convenção. (Tradução minha)[1089]

[1081] TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA RUANDA. Prosecutor v. Rutaganda. **Judgment Trial Chamber**, 6 dez. 1999, para. 57.
[1082] TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA RUANDA. Prosecutor v. Musema. **Judgment Trial Chamber**, 27 jan. 2000, para. 162.
[1083] TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA RUANDA. Prosecutor v. Bagilishema. **Judgment Trial Chamber**, 7 jun. 2001, para. 65.
[1084] TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Jelisić. **Judgment Trial Chamber**, 14 dez. 1999, para. 69.
[1085] SCHABAS, 2009, p. 115-116. No original: "*that any group meeting the necessary degree of stability can be considered as a group protected under the definition of genocide*".
[1086] SCHABAS, 2009, p. 132-133; SCHABAS, 2000, p. 382; MARTIN, 2009, p. 119-120.
[1087] TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Krstić. **Judgment Trial Chamber**, 2 ago 2001, para. 555.
[1088] KREß, Claus. The Crime of Genocide Under International Law. **International Criminal Law Review**, vol. 6, 2006, p. 475-476; QUIGLEY, John. **The Genocide Convention**. Hampshire, Burlington: Ashgate, 2006, p. 149. Para um comentário positivo sobre a decisão do caso *Krstić* ver SCHABAS, William A. Was Genocide Committed in Bosnia and Herzegovina? First Judgments of the International Criminal Tribunal for the Former Yugoslavia. **Fordham International Law Journal**, vol. 25, no. 1, nov. 2001, p. 37-38: "A Câmara de Julgamento de *Krstic* alcançou um equilíbrio adequado ao interpretar a disposição. Ela evita o positivismo estreito de uma abordagem que se concentra em definições individuais para as quatro categorias. Ao mesmo tempo, respeita a intenção dos redatores, orientando a acusação de genocídio para o objeto e o propósito genuínos da Convenção, que era proteger as minorias nacionais de ataques ao seu direito à existência" (tradução minha). No original: "*The Krstic Trial Chamber has struck an appropriate balance in interpreting the provision. It avoids the narrow positivism of an approach that focuses on individual definitions for the four categories. At the same time, it respects the intent of the drafters, orienting genocide prosecution to the genuine object and purpose of the Convention, which was to protect national minorities from attacks upon their right to existence.*"
[1089] TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Krstić. **Judgment Trial Chamber**, 2 ago 2001, para. 556. No original: "*setting out such a list [of protected groups], was designed more to describe a single phenomenon, roughly corresponding to what was recognised, before the second world war, as 'national minorities', rather than to refer to several distinct prototypes of human groups. To attempt to differentiate each of the named groups on the basis of scientifically objective criteria would thus be inconsistent with the object and purpose of the Convention*."

As críticas às decisões do TPIR e TPIY são melhor entendidas quando se tem em vista os trabalhos preparatórios para a Convenção contra o Genocídio. O processo de redação da Convenção coincidiu com o pedido da AGNU em 1946 para que a Comissão de Direitos Humanos elaborasse uma *International Bill of Human Rights*. A Comissão designou o termo para uma série de projetos de instrumentos internacionais que eventualmente foram adotados, como a DUDH – a qual, como exposto anteriormente, as discussões do processo de elaboração e data de adoção coincidiram com a da Convenção contra o Genocídio – e, um pouco mais tarde, com elaboração da primeira versão em 1954 e adoção em 1966, o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos e o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC)[1090].

Considerando como havia sido o contexto do período entreguerras, com foco em tratados de proteções de minorias[1091], este novo momento de adoção de instrumentos internacionais incentivados pelos horrores da Segunda Guerra Mundial trazia consigo discussões sobre a necessidade e possibilidade de inclusão de disposições sobre minorias nos tratados e declarações[1092]. De modo geral, o novo paradigma era o de ampla proteção de direitos humanos dos indivíduos, sem mais o enfoque específico que havia no regime de minorias, pois as experiências com o esquema de proteção de minorias da Liga das Nações sugeriram que direitos específicos promoviam tendências separatistas e constituíam uma ameaça à integridade territorial dos Estados. A ideia era que direitos humanos individuais conferidos a todos os seres humanos, independentemente de sua pertença étnica, nacional, religiosa ou cultural, também forneceriam proteção eficiente aos membros de grupos vulneráveis[1093].

[1090] MARTIN, 2009, nota de rodapé no. 27; NERSESSIAN, 2003, p. 297; UNITED NATIONS. International Covenant on Economic, Social and Cultural Rights. 1966. Disponível em: https://www.ohchr.org/en/instruments-mechanisms/instruments/international-covenant-economic-social-and-cultural-rights.

[1091] ALONZO-MAIZLISH, 2002, p. 1379 e nota de rodapé no. 44. Por exemplo, o Tratado sobre a Proteção de Minorias na Polônia, de 28 de junho de 1919 previa no artigo 2 que "a Polônia se compromete a garantir proteção total e completa da vida e da liberdade a todos os habitantes da Polônia, sem distinção de nascimento, nacionalidade, idioma, raça ou religião" (tradução minha). No original: "*Poland undertakes to assure full and complete protection of life and liberty to all inhabitants of Poland without distinction of birth, nationality, language, race or religion*". Outros tratados de proteção de minorias adotados após a Primeira Guerra Mundial incluíam linguagem quase idêntica, como o da Grécia (artigo 2), Romênia (artigo 2), Checoslováquia (artigo 2), Estado sérvio-croata-esloveno (artigo 2), bem como as disposições de proteção de minorias nos tratados de paz como o de Lausanne (artigo 38), Trianon (artigo 55), Saint-German (artigo 63), Neuilly (artigo 50). Ver também SCHABAS, 2009, p. 16-24; LIPPMAN, Matthew. The Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide: Fifty Years Later. **Arizona Journal of International and Comparative Law**, vol. 15, no. 415, 1998, p. 421-423.

[1092] MARTIN, 2009, p 121.

[1093] WENZEL, 2011, para. 1, 6; GHANEA, Nazila. Are Religious Minorities Really Minorities? **Oxford Journal of Law and Religion**, vol. 1, no. 1, 2012, p. 60.

Contudo, a Convenção contra o Genocídio vem como um instrumento que traz disposições específicas a grupos que devem ser especialmente protegidos mesmo no contexto geral do novo paradigma de proteção de direitos humanos, por serem grupos que o mundo assistiu ter a sua existência ameaçada, algo que não deveria ocorrer nunca mais[1094]. A Convenção emerge, portanto, a luz das falhas do período entreguerras de proteger os direitos de coletividades e, por isso, reconhece que a destruição de determinados grupos prejudica toda a humanidade[1095]. Como colocado por Lemkin, a proibição do genocídio serve, então, como uma extensão dessa proteção de minorias do período entreguerras[1096].

Desse modo, o sistema de direitos humanos reconhece direitos tanto a indivíduos, como a grupos. Outros exemplos de dispositivos que reconhecem os direitos humanos de coletividades são os artigos 1 e 27 do PIDCP e artigo 1 do PIDESC[1097]. No Sexto Comitê, o delegado da Grécia declarou que "a proteção de grupos não era uma ideia nova [...]. A convenção sobre genocídio foi uma extensão dessa proteção a certos grupos; esse instrumento definiria genocídio e determinaria o grau em que sua proteção deveria ser estendida para abranger as minorias" (tradução minha)[1098].

Nesse contexto, havia discussões se outros grupos além de raciais, nacionais, religiosos e étnicos deveriam ser incluídos na lista de protegidos, como os grupos políticos[1099]. Aqueles que se opunham à sua inclusão utilizavam o argumento da falta de homogeneidade e estabilidade, pois seus membros escolhem a afiliação ao grupo[1100]. Aqueles a favor da inclusão,

---

[1094] ALONZO-MAIZLISH, 2002, p. 1378; UNITED NATIONS OFFICE ON GENOCIDE PREVENTION AND THE RESPONSIBILITY TO PROTECT. **The Genocide Convention**. Disponível em: https://www.un.org/en/genocideprevention/genocide-convention.shtml.

[1095] ALONZO-MAIZLISH, 2002, p. 1380.

[1096] LEMKIN, 1944, p. 79, 80-82, 85-87, 90-93; SCHABAS, 2000, p. 376.

[1097] ALONZO-MAIZLISH, 2002, p. 1376; WENZEL, 2011, para. 2. Para uma visão crítica do desenvolvimento dos direitos de grupos, ver ALSTON, Philip. **Peoples' Rights**: Collected Courses of the Academy of European Law, IX/2. Oxford: Oxford University Press, 2001.

[1098] UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. Continuation of the consideration of the draft convention on genocide. **UN Doc A/C.6/SR.74**, 14 out. 1948, p. 108. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/604082?ln=en. No original: "*the protection of groups was not a new idea […]. The convention on genocide was an extension of that protection to certain groups; that instrument would define genocide and would determine the degree to which its protection should be extended to cover minorities*".

[1099] MARTIN, 2009, p. 116-117.

[1100] UNITED NATIONS ECONOMIC AND SOCIAL COUNCIL. Ad Hoc Committee on Genocide: summary record of the 13th meeting. **UN Doc E/AC.25/SR.13**, 20 abr. 1948, p. 2. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/601786?ln=en; UNITED NATIONS ECONOMIC AND SOCIAL COUNCIL. Ad Hoc Committee on Genocide to the Economic and Social Council on the Meetings Held at Lake Success, New York. **UN Doc E/794**, 24 mai. 1948, p. 13. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/604195?ln=en; UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. Continuation of the consideration of the draft convention on genocide. **UN Doc A/C.6/SR.69**, 7 out. 1948, p. 57 (Amado, Brasil), 59 (Raafat, Egito), 61 (Wikborg, Noruega). Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/603895?ln=en; UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. Continuation of the consideration of the draft convention on genocide. **UN Doc A/C.6/SR.74**, 14 out. 1948, p. 99 (Abdoh, Irã). Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/604082?ln=en; UNITED NATIONS GENERAL

comparavam os grupos políticos aos religiosos, que também seriam baseados na comunhão de uma opinião[1101]. Contudo, a escolha foi por deixar de fora os grupos políticos e outros que também foram discutidos, até mesmo como condição para assegurar a mais ampla ratificação possível da Convenção[1102]. A exclusão também se deu com a perspectiva de que outros instrumentos de direitos humanos que estavam sendo redigidos simultaneamente poderiam prover a proteção dos grupos não inseridos na lista[1103].

Portanto, por definição, genocídio só pode ser cometido contra os grupos enumerados: nacionais, étnicos, raciais e religiosos[1104]. Essa limitação sugere que o objetivo da criminalização do genocídio é proteger grupos determinados, em vez de grupos em geral[1105]. Em uma definição estreita, os ataques a esses grupos foram, com razão, elevados ao ápice das atrocidades contra os direitos humanos, e "o fato de a sociedade definir um crime tão hediondo que só ocorrerá raramente é um testemunho do valor de uma formulação tão precisa" (tradução minha)[1106].

É relevante que os grupos religiosos estejam nessa lista, mesmo diante das críticas em relação ao seu nível de permanência e estabilidade[1107]. Eles foram aceitos com base no entendimento de que eram muito semelhantes a grupos étnicos ou nacionais, resultado de condições históricas que definiam o grupo em um sentido imutável[1108], mais estáveis do que

---

ASSEMBLY. Continuation of the consideration of the draft convention on genocide. **UN Doc A/C.6/SR.75**, 15 out. 1948, p. 110–111 (Lachs, Polônia). Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/604083?ln.

[1101] UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. Continuation of the consideration of the draft convention on genocide. **UN Doc A/C.6/SR.75**, 15 out. 1948, p. 114 (Petren, Suécia). Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/604083?ln; UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. Continuation of the consideration of the draft convention on genocide. **UN Doc A/C.6/SR.69**, 7 out. 1948, p. 60 (Sir Hartley Shawcross, Reino Unido). Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/603895?ln=en; KREß, 2006, p. 478-479.

[1102] UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. Continuation of the consideration of the draft convention on genocide. **UN Doc A/C.6/SR.74**, 14 out. 1948, p. 107. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/604082?ln=en; AMBOS, Kai. Selected issues regarding the "core crimes" in the international criminal law. **Nouvelles études pénales**, no. 19, Toulouse: Érès, 2004, p. 220, 222; JAPIASSÚ, 2020, p. 132.

[1103] UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. Continuation of the consideration of the draft convention on genocide. **UN Doc A/C.6/SR.69**, 7 out. 1948, p. 57 (Amado, Brasil), 58 (Pérez Perozo, Venezuela). Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/603895?ln=en; UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. Continuation of the consideration of the draft convention on genocide. **UN Doc A/C.6/SR.74**, 14 out. 1948, p. 108 (Abdoh, Irã). Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/604082?ln=en

[1104] NERSESSIAN, 2003, p. 299.

[1105] SCHABAS, 2016, p. 136.

[1106] SCHABAS, 2000, p. 386-387. No original: "*for society to define a crime so heinous that it will occur only rarely is testimony to the value of such a precise formulation*."

[1107] SCHABAS, 2009, p. 132-133; MARTIN, 2009, p. 119-120; UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. Continuation of the consideration of the draft convention on genocide. **UN Doc A/C.6/SR.75**, 15 out. 1948, p. 114 (Petren, Suécia). Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/604083?ln; UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. Continuation of the consideration of the draft convention on genocide. **UN Doc A/C.6/SR.69**, 7 out. 1948, p. 60 (Sir Hartley Shawcross, Reino Unido). Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/603895?ln=en.

[1108] SCHABAS, 2000, p. 378.

grupos políticos, por exemplo[1109]. No julgamento do caso *Akayesu*, foram definidos como aqueles cujos membros compartilham a mesma religião, denominação ou modo de adoração[1110]. Na doutrina, Japiassú atesta que se trata do grupo mais simples de ser identificado entre os relacionados[1111]. Na prática, é comum que as categorias de grupos se sobreponham[1112], como no caso dos judeus, que são protegidos como grupo étnico e religioso, e possivelmente como nacional também[1113]. Mas, apesar de se sobreporem, cada termo mantém seu significado distinto[1114].

Em relação à sua estabilidade, certamente um dos fatos históricos que fortalece o argumento dos grupos religiosos como não-permanentes é que no dia seguinte da adoção da Convenção contra o Genocídio houve a aprovação da DUDH, que proclamava o direito humano a mudar de religião (artigo 18) – e também de nacionalidade (artigo 15(2))[1115]. Contudo, não foi sem controvérsias que a liberdade de mudar de crença foi elencada como direito humano. Por exemplo, o governo da Arábia Saudita, em reunião do Terceiro Comitê, insistiu para que não houvesse referência ao direito de mudar de religião, aludindo à história das cruzadas[1116]. Essa discussão permaneceu no contexto de elaboração do PIDCP, o que levou a adoção de uma linguagem menos controversa no artigo 18 que garantisse a aprovação do tratado, "liberdade de ter ou adotar uma religião ou uma crença de sua escolha"[1117]. Mesmo com a mudança de

---

[1109] KREß, 2006, p. 479.
[1110] TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA RUANDA. Prosecutor v. Akayesu. **Judgment Trial Chamber**, 2 set 1998, para. 515.
[1111] JAPIASSÚ, 2020, p. 132.
[1112] Ver SCHABAS, 2000, p. 385; TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Krstić. **Judgment Trial Chamber**, 2 ago 2001, para. 555-556.
[1113] NERSESSIAN, 2003, p. 303. Ver também caso *Attorney General of Israel v. Eichmann*.
[1114] THIAM, Doudou. Fourth report on the draft Code of Offences against the Peace and Securty of Mankind. **UN Doc A/CN.4/398**, 11 mar. 1986, para. 56; KREß, 2006, p. 479.
[1115] SCHABAS, 2000, p. 382.
[1116] BIELEFELDT, Heiner; HERCOCK-GHANEA, Nazila; WIENER, Michael. **Freedom of religion or belief**: an international law commentary. Oxford/United Kingdom: Oxford University Press, 2016, p. 56-57; UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. Draft international declaration of human rights. **UN Doc A/C.3/SR.127**, 9 nov. 1948, p. 403-404. Disponível em: https://undocs.org/A/C.3/SR.127.
[1117] BIELEFELDT; HERCOCK-GHANEA; WIENER, 2016, p. 57; UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. Draft first international covenant on human rights and measures of implementation. **UN Doc A/C.3/SR.289**, 19 out. 1950, para. 40-47. Disponível em: https://www.ohchr.org/Documents/Issues/Expression/ICCPR/AC.3.SR.289.pdf; UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. Draft International Convenants on Human Rights. **UN Doc A/C.3/SR.1022**, 15 nov. 1960, para. 4-5. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/781190?ln=; UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. Draft International Convenants on Human Rights. **UN Doc A/C.3/SR.1023**, 15 nov. 1960, para. 12. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/863163?ln=en; UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. Draft International Convenants on Human Rights. **UN Doc A/C.3/SR.571**, 2 nov. 1954, para. 45. Disponível em: https://undocs.org/A/C.3/SR.571.

linguagem, o direito a mudar de religião permanece no escopo do direito humano a liberdade religiosa, como fica claro no Comentário Geral nº 22 do Comitê de Direitos Humanos[1118].

Contudo, as discussões por trás do direito de mudar demonstram que para muitos a religião é sim vista como algo estável/permanente[1119]. Além disso, o artigo 18 também traz no seu parágrafo 2º a proibição da coação ao direito de ter ou adotar uma religião a sua escolha, o que limita o modo que alguém pode ser levado a aderir a determinado grupo religioso[1120]. Portanto, a garantia do direito de mudar vem justamente como modo de assegurar que pessoas possam se filiar a determinado grupo religioso e, temperado com a proibição da coação, ali permanecer. Ora, por vezes é o ataque ao direito de mudar de religião que pode equivaler ao crime de perseguição e, dependendo, alcançar o nível de genocídio. Exemplos são as proibições de conversões, apostasia e blasfêmia e ataques a convertidos, apóstatas e hereges por agentes estatais ou grupos não-estatais, que, na prática, tendem a recair sobre religiões ou denominações específicas[1121].

De todo modo, reconhecer o direito de mudar não é o mesmo que reduzir a religião a uma mera escolha. Pelo contrário, a prática mostra que aqueles que se convertem descrevem a experiência com um profundo senso de lealdade, como um chamado incondicional, renascimento, nova vida, encontrar a luz/verdade, seguir o ditado da própria consciência, expressões que apontam para a urgência existencial conectada com uma convicção profunda e que, de fato, parecem o oposto de "escolha" no sentido ordinário. Contudo, a função do termo escolha não é expressar o comprometimento de uma convicção religiosa, mas simplesmente demarcar a esfera de proteção jurídica contra interferências coercitivas[1122]. Por isso que, mesmo com a possibilidade de mudança, os grupos religiosos estão na lista de coletividades protegidas do genocídio.

3.1.3.2 Grupos protegidos na definição do crime contra a humanidade de perseguição

Grupos religiosos são também expressamente protegidos em uma das hipóteses de crimes contra a humanidade, qual seja, a perseguição (artigo 7(1)(h) do Estatuto de Roma). A

[1118] HUMAN RIGHTS COMMITTEE. General Comment no. 22. **UN Doc CCPR/C/21/Rev.1/Add.4**, 27 set. 1993, para. 5. Disponível em: https://undocs.org/CCPR/C/21/Rev.1/Add.4.
[1119] BIELEFELDT; HERCOCK-GHANEA; WIENER, 2016, p. 72-73.
[1120] BIELEFELDT; HERCOCK-GHANEA; WIENER, 2016, p. 65-66.
[1121] De modo geral, ver BIELEFELDT; HERCOCK-GHANEA; WIENER, 2016, p. 59-62.
[1122] BIELEFELDT; HERCOCK-GHANEA; WIENER, 2016, p. 70-72.

lista nesta hipótese é mais ampla, pois inclui "motivos políticos, raciais, nacionais, étnicos, culturais, religiosos ou de gênero [...], ou em função de outros critérios universalmente reconhecidos como inaceitáveis no direito internacional". Schabas explica que "inaceitável" provavelmente se refere aos textos de direito internacional que lidam com a discriminação, como o artigo 26 do PIDCP, uma vez que a perseguição é com frequência descrita como crime de discriminação, com a diferença de ser mais severa em natureza e escala[1123].

O artigo 7(2)(g) define perseguição como "privação intencional e grave de direitos fundamentais em violação do direito internacional, por motivos relacionados com a identidade do grupo ou da coletividade em causa", e a jurisprudência aponta que:

> O crime de perseguição consiste em um ato ou omissão que
> 1. discrimina de fato e nega ou infringe um direito fundamental estabelecido no direito internacional consuetudinário ou em tratados (o *actus reus*); e
> 2. tenha sido praticado deliberadamente com a intenção de discriminar por um dos motivos listados, especificamente raça, religião ou política (*mens rea*). (Tradução minha)[1124]

Assim, a perseguição, que está no cerne dos crimes contra a humanidade, contempla atos e políticas discriminatórios que podem, no contexto concreto, ocorrer com autorização do regime jurídico do Estado[1125]. A semelhança com o genocídio é que aqui também há a intenção de discriminar seriamente os membros de um determinado grupo[1126]. Cassese explica que nos crimes de perseguição é preciso que haja um *animus* persecutório ou discriminatório, que equivale a uma intenção criminal agravada (*dolus specialis*). A intenção deve ser a de submeter uma pessoa ou grupo a discriminação, maus-tratos ou assédio de modo a causar grande sofrimento ou prejuízo a essa pessoa ou grupo por motivos religiosos ou outros listados no

---

[1123] SCHABAS, 2016, p. 198.

[1124] TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Vasiljević (IT-98-32-T). **Trial Chamber II Judgment**, 29 nov. 2002, para. 244; TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Krnojelac (IT-97-25). **Trial Chamber II Judgment**, 15 mar. 2002, para. 431. No original: "*The crime of persecution consists of an act or omission which 1. discriminates in fact and which denies or infringes upon a fundamental right laid down in international customary or treaty law (the actus reus); and 2. was caried out deliberately with the intention to discriminate on one of the listed grounds, specifically race, religion or politics (the mens rea)*".

[1125] SCHABAS, 2016, p. 194.

[1126] CASSESE, Antonio. Volume I, s.3 Jurisdiction, 11 Jurisdiction Ratione Materiae, Ch.11.1 Genocide. *In*: CASSESE, Antonio; GAETA, Paola; JONES, John R. W. D (eds.). **The Rome Statute of the International Criminal Court**. Oxford Scholarly Authorities on International Law, 2002, p. 339; SCHABAS, 2016, p. 197, 200; TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Kupreškic et al. (IT-95-16-T). **Trial Chamber Judgment**, 14 jan. 2000, para. 636: "Tanto a perseguição quanto o genocídio são crimes perpetrados contra pessoas que pertencem a um determinado grupo e que são alvos por causa dessa pertença. Em ambas as categorias, o que importa é a intenção de discriminar: atacar pessoas em razão de suas características étnicas, raciais ou religiosas" (tradução minha). No original: "*Both persecution and genocide are crimes perpetrated against persons that belong to a particular group and who are targeted because of such belonging. In both categories what matters is the intent to discriminate: to attack persons on account of their ethnic, racial, or religious characteristics*".

artigo[1127]. O acusado deve conscientemente ter a intenção de discriminar, o que não precisa ser a intenção principal com relação ao ato, mas deve ser uma intenção significativa, e o Promotor deve estabelecer que houve consequências discriminatórias, isto é, é preciso demonstrar que a vítima foi realmente perseguida[1128].

A diferença no *dolus specialis* é que no crime de perseguição basta provar que, com intenção discriminatória, o autor realizou privações graves e em larga escala dos direitos fundamentais de um determinado grupo, enquanto no genocídio é necessário provar a intenção de destruir o grupo por completo ou em parte[1129], a qual também é discriminatória, uma vez que é em relação ao grupo como tal[1130]. Relembra-se que na Câmara de Julgamento do TPIY no caso *Kupreškic* desenhou o paralelo entre genocídio e perseguição: "genocídio é uma forma extrema e mais desumana de perseguição [...] quando a perseguição chega à forma extrema de atos intencionais e deliberados destinados a destruir um grupo ou parte de um grupo, pode-se considerar que tal perseguição equivale a genocídio" (tradução minha)[1131]. Portanto, atos que podem iniciar como perseguição de um grupo minoritário podem levar, em sua manifestação mais extrema, a um plano para a destruição intencional do grupo[1132].

A princípio, crimes contra a humanidade eram compreendidos como atrelados a um contexto de conflito armado, mas, após 1945, esse nexo foi gradualmente desaparecendo, e hoje se entende que a proibição se dá em tempos de guerra e de paz[1133]. O que é preciso, de todo modo, é o elemento contextual: a perseguição religiosa, ou baseada em outro motivo disposto, atinge o limiar dos crimes contra a humanidade quando faz parte de uma prática generalizada ou sistemática contra a população civil[1134].

[1127] CASSESE, 2002, p. 364; AMBOS, 2004, p. 259.
[1128] TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Krnojelac (IT-97-25). **Trial Chamber II Judgment**, 15 mar. 2002, para. 432, 435; TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Vasiljević (IT-98-32-T). **Trial Chamber II Judgment**, 29 nov. 2002, para. 245.
[1129] CASSESE, 2002, p. 339; SCHABAS, 2016, p. 143; TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA RUANDA. Musema v. Prosecutor (ICTR-96-13-A). **Appeals Chamber Judgment**, 16 nov. 2001, para. 366.
[1130] SCHABAS, 2016, p. 137; TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA RUANDA. Niyitegaka v. Prosecutor (ICTR-96-14-A). **Appeals Chamber Judgment**, 9 jul. 2004, para. 53.
[1131] TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Kupreškic et al. (IT-95-16-T). **Trial Chamber Judgment**, 14 jan. 2000, para. 636. No original: "*genocide is an extreme and most inhuman form of persecution […] when persecution escalates to the extreme form of wilful and deliberate acts designed to destroy a group or part of a group, it can held that such persecution amounts to genocide*". Esse trecho foi citado na CIJ em CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (Bosnia and Herzegovina v. Serbia and Montenegro). **Judgment**, 26 fev. 2007, para. 188.
[1132] SCHABAS, 2016, p. 194.
[1133] CASSESE, 2002, p. 356. Ver, por exemplo, *1968 Convention on the Non-Applicability of Statutory Limitations to War Crimes and Crimes against Humanity*.
[1134] CASSESE, 2002, p. 360-361. Ver tópico 2.1.2.2 desta dissertação.

Portanto, graves violações ao direito humano à liberdade religiosa podem ser vistas sob o prisma do direito penal internacional quando equivalem aos crimes de perseguição e genocídio, que podem levar à responsabilização criminal do autor, e/ou, especialmente nos casos de genocídio, responsabilização do Estado, quando com participação dele. Desse modo, os instrumentos do direito penal internacional podem atuar como mecanismos para assegurar direitos humanos, bem como os instrumentos voltados ao Estado, como os tratados de direitos humanos e a Convenção contra o Genocídio, podem atuar como mecanismos contra a impunidade de crimes internacionais.

Violações à liberdade religiosa como as que têm ocorrido no cenário internacional atual, em relação rohingyas em Mianmar, uyghurs na China, yazidis e cristãos no Iraque e Síria, cristãos armênios no Azerbaijão, entre outros, necessitam de respostas jurídicas adequadas que levem em consideração esse direito humano em toda a sua abrangência. Seu escopo inclui, no *forum internum*, as liberdades incondicionais de: (i) adotar uma religião ou crença a sua própria escolha e (ii) não ser coagido à adoção de uma religião ou crença – proibição da coação – (artigo 18(1) e (2) do PIDCP), corolário negativo da primeira dimensão; e, no *forum externum*, a liberdade de: (iii) manifestar uma religião ou crença, seja individual ou coletivamente, tanto pública como privadamente (artigo 18(1) e (3) do PIDCP)[1135].

Genocídio e perseguição, quando se dão com base em discriminação religiosa, de fato interferem nestes três elementos, bem como frequentemente violam outros direitos correlatos, como por exemplo: o direito à vida (artigo 6 do PIDCP), proibição da tortura e tratamento desumano (artigo 7 PIDCP), direito de minorias religiosas professarem e praticarem sua própria religião conjuntamente com outros membros de seu grupo (artigo 27 PIDCP)[1136], proibição da discriminação religiosa (artigo 2(1) e 26 do PIDCP) e proibição da apologia ao ódio religioso que incite à discriminação, à hostilidade ou à violência (artigo 20(2) do PIDCP).

Portanto, o enquadramento de grupos religiosos como bem jurídico protegido pelos crimes internacionais de genocídio e perseguição respondem à pergunta "por que responsabilizar?": para assegurar os direitos humanos e fundamentais dessas coletividades e fazer cumprir a promessa de que esses grupos nunca mais deveriam ter sua existência ameaçada ou serem perseguidos por sua identidade. Desse modo, segue-se para a segunda seção deste

---

[1135] Ver SPECIAL RAPPORTEUR ON FREEDOM OF RELIGION OR BELIEF. International standards. Disponível em: https://www.ohchr.org/en/special-procedures/sr-religion-or-belief/international-standards#4; HUMAN RIGHTS COMMITTEE. General Comment no. 22. **UN Doc CCPR/C/21/Rev.1/Add.4**, 27 set. 1993. Disponível em: https://undocs.org/CCPR/C/21/Rev.1/Add.4. Ver tópico 1.1 desta dissertação.

[1136] Ver sobre como esse artigo pode fortalecer as proteções de liberdade religiosa em GHANEA, 2012, p. 79.

capítulo, que pretende responder ao questionamento "quem responsabilizar?" por meio da análise da relação entre os regimes de responsabilidade internacional individual e estatal.

3.2 **A relação entre os regimes de responsabilidade individual e estatal: complementariedade em casos de violações de obrigações devidas à comunidade internacional como um todo**

É certo que um Estado incorre em responsabilidade internacional diante da violação de uma obrigação internacional a qual ele esteja vinculado (artigos 1, 2 e 3 do Projeto de Artigos sobre a Responsabilidade dos Estados por Atos Internacionalmente Ilícitos – ARSIWA, da sigla em inglês)[1137]. Do mesmo modo, é certo que o direito internacional contemporâneo também dispõe sobre a responsabilidade criminal sob a qual indivíduos incorrem em caso de cometimento de crimes internacionais[1138]. Como dito na famosa frase do Tribunal de Nuremberg, "crimes são cometidos por homens, e não por entidades abstratas. Somente com a punição dos indivíduos que cometem tais crimes é que o direito internacional pode ser efetivamente aplicado" (tradução minha)[1139].

Diante dessa realidade, a discussão que se propõe é a compreensão do relacionamento entre os dois regimes de responsabilidade internacionais em cenários em que ambos são concomitantes[1140]. Isso é importante porque no cenário de genocídio e perseguição contra grupos religiosos é comum que o aparato estatal e autoridades estejam envolvidos[1141]. Por exemplo, em situações nas quais o Estado pode ser responsável por não prevenir e/ou não punir um genocídio, ou por seus oficiais estarem envolvidos em atos genocidas, nos termos da Convenção contra o Genocídio, ao mesmo tempo que indivíduos podem ser criminalmente

---

[1137] No original: *Draft Articles on the Responsibility of States for Internationally Wrongful Acts*. CRAWFORD, James. State Responsibility. **Max Planck Encyclopedia of Public International Law**, set. 2006, para. 17; INTERNATIONAL LAW COMMISSION. Draft articles on Responsibility of States for Internationally Wrongful Acts, with commentaries. **Report of the International Law Commission on the work of its fifty-third session**, 2001.

[1138] O'SHEA, Andreas Gordon. Individual Criminal Responsibility. **Max Planck Encyclopedia of Public International Law**, mai. 2009, para. 1.

[1139] Citado em O'SHEA, 2009, para. 2. No original: "*crimes are committed by men and not by abstract entities. It is only by punishing individuals who commit such crimes that international law can be effectively enforced*".

[1140] BONAFÈ, 2009, p. 1.

[1141] Segundo Goraieb, o genocídio e os crimes contra a humanidade são crimes cometidos pelo Estado. GORAIEB, 2019, p. 414, 459, 475-486. Na página 466 a autora declara: "O genocídio é um crime de Estado, a execução da vontade de um Estado soberano, o momento final de uma crise anunciada. A eliminação de um grupo exige, a cada etapa de sua realização, o apoio da classe política dirigente e a participação dos órgãos do Estado, sua cumplicidade, sua submissão, seu silêncio".

julgados pelos atos que estejam sob jurisdição do TPI. Para uma resposta abrangente que assegure os direitos humanos de grupos religiosos, ambos os regimes de responsabilidade precisam ser considerados. Para isso, é preciso compreender sua relação.

Conforme analisado no capítulo anterior, a sobreposição de regimes ocorreu no caso da CIJ *Bosnia and Herzegovina v. Serbia and Montenegro*[1142]. Antes da CIJ decidir o mérito da questão, o TPIY já havia julgado indivíduos acusados de genocídio em relação aos mesmos fatos que posteriormente foram trazidos diante da CIJ[1143]. Mesmo que o foco da Convenção contra o Genocídio seja na responsabilidade criminal individual, a CIJ destacou que "isso não exclui qualquer forma de responsabilidade estatal" (tradução minha)[1144]. Isto é, inclui tanto a responsabilidade que advém da falha do Estado em cumprir sua obrigação de prevenir e punir, como a responsabilidade que incorre dos atos dos órgãos do Estado, o que inclui a comissão de atos de genocídio pelos governantes ou oficiais públicos.

Com o desenvolvimento de mecanismos de *enforcement* de direito penal internacional, o número de casos semelhantes tem crescido[1145]. Por exemplo, atualmente[1146] há em andamento na CIJ e no TPI casos relacionados aos atos cometidos contra a minoria muçulmana rohingya em Mianmar[1147]. As acusações que estão em investigação pelos mecanismos internacionais – além da CIJ e TPI, há também a atuação de organismos do âmbito de direitos humanos – envolvem militares e autoridades estatais[1148].

[1142] CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Case Concerning the Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (Bosnia and Herzegovina v. Serbia and Montenegro). **Contentious cases**, 1993-2007. Disponível em: https://www.icj-cij.org/case/91.

[1143] BONAFÈ, 2009, p. 1. Por exemplo, TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Krstić. **Judgment Trial Chamber**, 2 ago. 2001; TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Krstić. **Judgment/Sentence Appeals Chamber**, 19 abr. 2004; TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Blagojević and Jokić. **Trial Chamber Judgment**, 17 jan. 2005.

[1144] CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Case Concerning the Application of the Convention on the Prevention and Punishment of Genocide (Bosnia and Herzegovina v. Yugoslavia). **Preliminary Objections Judgment**, 11 jul. 1996, para. 32. No original: "*does not exclude any form of State responsibility*".

[1145] BONAFÈ, 2009, p. 2.

[1146] Esta dissertação foi concluída em fevereiro de 2024.

[1147] Ver CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (The Gambia v. Myanmar). **Pending cases**, 2019-ongoing. Disponível em: https://www.icj-cij.org/case/178; TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL. Situation in the People's Republic of Bangladesh/Republic of the Union of Myanmar (ICC-01/19). **Investigation**, 2019-ongoing. Disponível em: https://www.icc-cpi.int/bangladesh-myanmar.

[1148] Ver menções a militar(es) e autoridade(s) estatais em HUMAN RIGHTS COUNCIL. Report of the Independent International Fact-Finding Mission on Myanmar. **A/HRC/39/64**, 12 set. 2018. Disponível em: https://ap.ohchr.org/documents/dpage_e.aspx?si=A/HRC/39/64; HUMAN RIGHTS COUNCIL. Report of the Detailed Findings of the Independent International Fact-Finding Mission on Myanmar. **A/HRC/39/CRP.2**, 17 set. 2018. Disponível em: https://undocs.org/A/HRC/39/CRP.2; UNITED NATIONS. Independent Investigative Mechanism for Myanmar. Disponível em: https://iimm.un.org/.

Portanto, a pergunta que é levantada por acadêmicos do direito internacional em casos como os citados é se a responsabilidade estatal e a individual em relação a atos que equivalem a crimes internacionais são duas facetas do mesmo regime de responsabilidade internacional, se são dois regimes completamente diferentes e separados, ou se há certas conexões que podem ser estabelecidas entre esses dois regimes[1149]. A resposta é de suma importância, uma vez que jurisdições internacionais têm enfrentado desafios em relação a isso, como o de esclarecer se a responsabilidade estatal tem um papel no estabelecimento da responsabilidade penal individual e vice-versa[1150].

Há duas abordagens teóricas que são modelos puros/ideais difíceis de conciliar. Por um lado, para a abordagem orientada para o indivíduo, o direito penal internacional é separado e independente da responsabilidade estatal. Apenas excepcionalmente o direito internacional impõe obrigações legais diretamente sobre indivíduos, o que gera a responsabilidade criminal em casos de descumprimento, mas isso não é relacionado ao regime tradicional de responsabilidade estatal, pois os regimes se originam de normas distintas e possuem funções paralelas diversas e, por isso, não possuem relação[1151]. Essa abordagem é problemática, pois tende a reduzir crimes internacionais a atos privados, mesmo que normalmente eles sejam realizados de modo sistemático ou em larga escala, o que requer o envolvimento de uma pluralidade de autores organizados, quando não o próprio Estado[1152].

Por outro lado, para a abordagem orientada ao Estado, enraizada na concepção tradicional da ordem legal internacional, Estados são os únicos sujeitos de direito internacional e responsabilidade internacional só pode dizer respeito à conduta estatal e, portanto, responsabilidade individual por crimes internacionais só pode ser concebida como uma forma específica de reação contra o Estado responsável. Assim, haveria uma conexão muito próxima entre os dois tipos de responsabilidade, o que acaba "internalizando" o regime de responsabilidade individual no de responsabilidade estatal, o que também é problemático[1153].

Contudo, a prática internacional por vezes tem mostrado a sobreposição de elementos desses regimes de responsabilidade e o estabelecimento de responsabilidade estatal e individual pelo mesmo crime. Como por exemplo, a sobreposição em relação às normas que, se violadas,

[1149] BONAFÈ, 2009, p. 4.
[1150] BONAFÈ, 2009, p. 5-6.
[1151] BONAFÈ, 2009, p. 7, 66-67, 239-240.
[1152] BONAFÈ, 2009, p. 241.
[1153] BONAFÈ, 2009, p. 7, 66-67, 240.

ensejam sua atuação. Daí a necessidade de uma abordagem teórica mais abrangente, capaz de assegurar uma coordenação entre os dois tipos de responsabilidade internacional[1154].

Destaca-se que ao se falar de crimes internacionais, especialmente os chamados *core crimes* proibidos sob o costume internacional e codificados nos artigos 6 a 8 do Estatuto de Roma[1155], limita-se a presente análise às normas que salvaguardam interesses coletivos da comunidade internacional como um todo. É quando da violação dessas normas, nas quais se incluem a proibição de crimes contra a humanidade e genocídio, que mais claramente se origina a sobreposição dos regimes de responsabilidade internacional[1156]. É por isso que uma coordenação que considera a complementariedade desses regimes permitirá respostas mais adequadas para casos de graves violações de direitos humanos.

Para tanto, é preciso primeiramente compreender a aplicação dos conceitos de responsabilidade internacional em casos de violações de obrigações devidas à comunidade internacional como um todo **(3.2.1)**, para então analisar as situações em que ocorrem sobreposição dos dois regimes **(3.2.2)**.

3.2.1 Responsabilidade internacional individual e estatal em casos de violações de obrigações devidas à comunidade internacional

A responsabilidade penal individual é reconhecida em tratados e documentos internacionais como: Carta de Londres (1945) que estabelece o Tribunal Militar Internacional em Nuremberg[1157]; a Resolução 95(I) (1946) da AGNU[1158], afirmando os princípios do direito internacional reconhecidos na Carta do Tribunal de Nuremberg; as Resoluções 827 (1993)[1159] e 935 (1994)[1160] do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), que estabelecem os tribunais penais internacionais para a ex-Iugoslávia e para Ruanda; o Projeto de Código de Crimes adotado pela CDI (1996); o Estatuto de Roma (2001); a Convenção contra o Genocídio

---

[1154] BONAFÈ, 2009, p. 7-8, 240-241; BONAFÈ, Beatrice I. Reassessing Dual Responsibility for International Crimes. **Sequência Florianópolis**, no. 73, ago. 2016, p. 24.
[1155] AMBOS, 2004, p. 219.
[1156] BONAFÈ, 2009, p. 11-12.
[1157] Charter of the International Military Tribunal. 8 ago. 1945. Disponível em: https://ihl-databases.icrc.org/en/ihl-treaties/nuremberg-tribunal-charter-1945.
[1158] UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. Resolution 95(I). **UN Doc A/64/Add.1**, 11 dez. 1946. Disponível em: https://undocs.org/A/64/Add.1.
[1159] UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL. Resolution 827. **S/RES/827**, 25 mai. 1993. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/166567?ln=en.
[1160] UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL. Resolution 935. **S/RES/935**, 1 jul. 1994. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/197589?ln=en.

(1948); as quatro Convenções de Genebra (1949) e seus protocolos adicionais (1977)[1161]; a Convenção Internacional sobre a Supressão e Punição do Crime de Apartheid (1974)[1162]; e a Convenção contra a Tortura e Outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes (1984)[1163]. Esses mecanismos consolidam a ideia de que indivíduos que cometem crimes internacionais – violando obrigações diretas sobre eles –, são também internacionalmente responsáveis por esses crimes[1164].

Os elementos gerais do crime[1165] – objetivo/material e psicológico/mental[1166] – apontam para o aspecto subjetivo da responsabilidade penal, isto é, sobre quem pode cometer e ser responsabilizado pela ofensa: indivíduos[1167]. A partir disso, o estabelecimento da responsabilidade e a punição dos autores é tarefa dos tribunais penais competentes. No presente nível de desenvolvimento dos mecanismos de *enforcement* do direito penal internacional, os meios para assegurar o julgamento de crimes internacionais são: tribunais internacionais *ad hoc*, que lidam com crimes cometidos em locais e situações específicas; o TPI, que em regra só possui jurisdição em relação a crimes cometidos em território ou por nacionais de Estados membros do Estatuto de Roma; tribunais híbridos, que operam em nível nacional com a participação de recursos internacionais; e tribunais nacionais por meio de jurisdição universal[1168].

Portanto, a responsabilidade internacional individual, ao prever a punição de indivíduos que cometeram crimes internacionais[1169], supera a regra tradicional de que apenas os Estados seriam passíveis de responsabilidade no direito internacional[1170]. Assim, introduz o vínculo jurídico entre o indivíduo e a comunidade internacional, pois "os termos da relação jurídica que se estabelece são o indivíduo (como autor do ato ilícito) e todos os Estados que compõem a

---

[1161] INTERNATIONAL COMMITTEE OF THE RED CROSS. The Geneva Conventions of 1949 and their Additional Protocols. Disponível em: https://www.icrc.org/en/document/geneva-conventions-1949-additional-protocols.
[1162] UNITED NATIONS. International Convention on the Suppression and Punishment of the Crime of Apartheid. 1974.
[1163] UNITED NATIONS. Convention against Torture and Other Cruel, Inhuman or Degrading Treatment or Punishment. 1984. Disponível em: https://www.ohchr.org/en/instruments-mechanisms/instruments/convention-against-torture-and-other-cruel-inhuman-or-degrading.
[1164] WATTS, Arthur. The Legal Position in International Law of Heads of States, Heads of Governments and Foreign Ministers. **Recueil des Cours de l'Académie de Droit International**, vol. 247, 1994, p. 82.
[1165] Ver estrutura do delito em JAPIASSÚ, 2020, p. 56 e JAPIASSÚ, Carlos Eduardo Adriano. O direito penal internacional e os crimes internacionais. **Revista Interdisciplinar de Direito – Faculdade de Direito de Valença**, vol. 9(1), 2012, p. 87. Ver tópicos 2.1.1 e 2.1.2 desta dissertação.
[1166] BONAFÈ, 2009, p. 14-15.
[1167] Ver artigo 25 do Estatuto de Roma, artigo 1 do Estatuto do TPIY e artigo 1 do Estatuto do TPIR.
[1168] Ver tópicos 2.1.3 e 2.1.4 desta dissertação.
[1169] BONAFÈ, 2009, p. 13; O'SHEA, 2009, para. 1.
[1170] GORAIEB; BORGES DE MACEDO, 2022, p. 245.

comunidade internacional (como sujeito que sofre o dano)" (tradução minha)[1171]. Ou seja, é em nome da comunidade internacional que a punição por um crime internacional é assegurada[1172].

A responsabilidade estatal, por sua vez, é o regime que prevê as respostas diante de um ato internacional ilícito (artigo 2 ARSIWA), o qual compreende os elementos de violação de uma obrigação internacional e atribuição do ato ao Estado[1173]. É preciso esclarecer: quando se fala da responsabilidade que advém de atos que são considerados crimes internacionais, não se quer dizer, necessariamente, que a responsabilidade estatal seja de natureza criminal[1174], o que é controverso e debatido no cenário internacional[1175]. No âmbito da CDI, o entendimento consolidado é que a referência a crimes internacionais não implica necessariamente no estabelecimento de um regime diferenciado de responsabilidade estatal que seja criminal[1176].

O que se discute é se há uma responsabilidade internacional "agravada" nos casos em que o ato estatal ilícito equivale a uma violação grave de obrigações devidas à comunidade internacional como um todo[1177]. O debate remete à proposta do Relator Especial Robert Ago, na década de 1970, de que a CDI deveria codificar a distinção entre responsabilidade estatal ordinária e agravada[1178]. Tal distinção foi adotada no artigo 19 do primeiro rascunho dos artigos sobre responsabilidade dos Estados, de 1996, que tratava sobre crimes internacionais de Estados, definidos como atos ilícitos "resultantes da violação de uma obrigação internacional

---

[1171] HONRUBIA, Victoria Abellán. La responsabilité internationale de l'individu. **Recueil des Cours de l'Académie de Droit International**, vol. 280, 1999, p. 205. No original: "*les termes de la nouvelle relation juridique qui s'établit sont l'individu (en tant qu'auteur du fait illicite) et l'ensemble des Etats qui constituent la communauté internationale (en tant que sujet subissant le préjudice).*"

[1172] BONAFÈ, 2009, p. 17.

[1173] WEATHERALL, Thomas. **Duality of Responsibility in International Law**: The Individual, the State, and International Crimes. Leiden: Brill, Nijhoff, 2022, p. 76. Ver tópico 2.2.1 desta dissertação.

[1174] BONAFÈ, 2009, p. 12.

[1175] Ver GORAIEB, 2019.

[1176] INTERNATIONAL LAW COMMISSION. Report of the ILC on the Work of its 28th Session: Commentary on Article 19. **Yearbook of the International Law Commission**, vol. II (2), 1976, p. 104, para. 21 e nota de rodapé no. 473, p. 118-119, para. 59; CRAWFORD, James. Fourth Report on State Responsibility. **UN Doc A/CN.4/517**, abr. 2001, p. 12, para. 46-47. Para uma visão crítica, em defesa a responsabilidade penal do Estado e da existência de crime de Estado, ver GORAIEB, 2019. Na página 14 a autora declara: "A tese que defendemos é no sentido de que existe o crime de Estado e que as consequências jurídicas do cometimento de um crime internacional pelo Estado devem ser diferentes das consequências de um ato ilícito qualquer que o Estado realize em suas relações internacionais."

[1177] Sobre interesses da comunidade internacional, ver SIMMA, Bruno. From Bilateralism to Community Interest in International Law. **Recueil des Cours de l'Académie de Droit International**, vol. 250, 1994, p. 229-248. Segundo o autor, "uma primeira definição, muito provisória, de 'interesse da comunidade' poderia ser entendida como um consenso segundo o qual o respeito a determinados valores fundamentais não deve ser deixado à livre disposição dos Estados individualmente ou entre si, mas é reconhecido e sancionado pelo direito internacional como uma questão de interesse de todos os Estados" (tradução minha). No original: "*a first, very tentative, definition of "community interest" could perceive it as a consensus according to which respect for certain fundamental values is not to be left to the free disposition of States individually or inter se but is recognized and sanctioned by international law as a matter of concern to all States.*"

[1178] AGO, Roberto. Fifth Report on State Responsibility. **Yearbook of the International Law Commission**, vol. II (1), 1976, p. 24 e seguintes; GORAIEB, 2019, p. 94.

tão essencial para a proteção dos interesses fundamentais da comunidade internacional que tal violação é reconhecida como crime pela comunidade como um todo" (tradução minha)[1179]. Conforme explicado por Abi-Saab, "certos valores ou interesses comuns são considerados preeminentes [...], e os envolve com maior proteção legal, atribuindo consequências mais graves à violação de suas normas de proteção" (tradução minha)[1180], e por Alain Pellet "é absolutamente inaceitável assimilar pura e simplesmente um genocídio e uma violação 'comum' do direito internacional", como uma violação de um acordo bilateral, "parece óbvio, evidente, necessário e, de fato, indispensável que as consequências decorrentes desses dois atos sejam claramente diferenciadas" (tradução minha)[1181].

Assim, a versão de 1996 do projeto de artigos endereçou dois desenvolvimentos relevantes das normas sobre responsabilidade estatal, conforme explicado por James Crawford: certas obrigações são classificadas como obrigações para com a comunidade internacional, não apenas para com Estados individuais, e certas violações particularmente graves de tais obrigações devem atrair sanções de severidade especial[1182].

Contudo, uma vez que a ideia de crimes de Estados era altamente controversa e não apoiada pela prática dos Estados, o artigo 19 com a redação mencionada foi excluído da versão final da CDI[1183], bem como qualquer possível referência à responsabilidade penal do Estado, mesmo que no comentário do antigo artigo 19 ficasse explícito que não se intentava

---

[1179] CRAWFORD, James. Articles on Responsibility of States for Internationally Wrongful Acts. **United Nations Audiovisual Library of International Law**, 2012, p. 6. Disponível em: https://legal.un.org/avl/ha/rsiwa/rsiwa.html. No original: "*this defined as an international crime an internationally wrongful act which results from the breach by a State of an international obligation so essential for the protection of fundamental interests of the international community that its breach is recognized as a crime by that community as a whole*".

[1180] ABI-SAAB, Georges. The Uses of Article 19. **European Journal of International Law**, vol. 10, 1999, p. 339-40. No original: "*certain common values or interests as pre-eminent […], and surrounds them with greater legal protection by attaching graver consequences to the violation of their protective norms*".

[1181] PELLET, Alain. Can a State Commit a Crime? Definitely, Yes! **European Journal of International Law**, vol. 10, 1999, p. 426. No original: "*it implies a differentiation in the legal regime of responsibility: it is absolutely unacceptable to assimilate purely and simply a genocide and an 'ordinary' breach of international law, say a breach of a bilateral trade agreement […] it seems obvious, evident, necessary, and indeed indispensable that the consequences deriving from these two acts be clearly differentiated*".

[1182] CRAWFORD, 2012, p. 6; CRAWFORD, 2006, para. 13.

[1183] CRAWFORD, 2001, p. 12, para. 46; CRAWFORD, 2006, para. 13; BONAFÈ, 2009, p. 19; CRAWFORD, James. The International Court of Justice and the Law of State Responsibility. *In*: TAMS, Christian J.; SLOAN, James (eds.). **The Development of International Law by the International Court of Justice**. Oxford University Press, 2013, p. 78; SEIBERT-FOHR, 2009a, p. 351-352. Ver sobre a decisão de retirada do artigo GORAIEB, 2019, p. 153-156, 177-179. Paulo Emílio Vauthier Borges de Macedo, na apresentação da obra de Sloboda, diz que os relatores especiais da CDI "e tiveram de apresentar as suas conclusões a um público desconfiado e habituado a um tratamento quid pro quo e mais bilateral do instituto. Algumas concepções mostraram-se tão vanguardistas, como o direito de reclamação dos indivíduos e a responsabilidade penal do Estado, que os países repeliram com vigor." SLOBODA, Pedro Muniz Pinto. **A Síndrome de Brás Cubas**: Sanções Unilaterais e a Responsabilidade Internacional dos Estados. Brasília: FUNAG, 2018, p. 10.

necessariamente estabelecer responsabilidade criminal estatal[1184]. Elizabeth Goraieb expõe que, quando o artigo foi retirado, os membros da CDI concordaram que o desenvolvimento sistemático das obrigações *erga omnes* e normas *jus cogens* eram um substituto satisfatório do artigo 19[1185].

A esse respeito, destaca-se a tese de doutorado de Goraieb, na qual defende a existência do crime de Estado e sua respectiva responsabilidade penal[1186], apoiando-se, entre outras, em obras como as de Jean Graven[1187], Cherif Bassiouni[1188] e Roberto Ago[1189], especialmente em sua proposta de artigo 19 por fim excluído para a versão de 2001 do ARSIWA[1190]. Ela explica que, apesar da criminalização das condutas dos Estados não ser reconhecida nos costumes ou em tratados, pode existir "formas ocultas de responsabilidade criminal, particularmente quando uma ação ilegal viola interesses fundamentais, mais importantes do que outros, pois de interesse para a comunidade internacional como um todo"[1191]. Seria o que ocorre, por exemplo, com a então vigente imposição de consequências adicionais quando a violação equivale a um crime internacional, o envolvimento da comunidade internacional para fazer cessar a violação e/ou para invocar a responsabilidade estatal, a possibilidade de reparações com finalidades exemplares ou dissuasivas, entre outras características que refletem a presença da responsabilidade penal no direito internacional, mesmo na ausência de uma classificação clara entre civil e penal advinda de um sistema organizado[1192].

De acordo com o ponto de vista dominante na CDI, o sistema proposto nunca teve a intenção de "punir" os Estados que violam obrigações essenciais, mas sim de proporcionar uma aplicação mais eficaz dessas normas e o retorno a um estado de coisas legal[1193]. Assim, notava-se a firme intenção da CDI de manter a diferenciação entre a codificação da responsabilidade internacional "civil" do ARSIWA da responsabilidade internacional "penal" individual do

---

[1184] INTERNATIONAL LAW COMMISSION. Report of the ILC on the Work of its 28th Session: Commentary on Article 19. **Yearbook of the International Law Commission**, vol. II (2), 1976, p. 104, para. 21 e nota de rodapé no. 473, p. 118-119, para. 59; BONAFÈ, 2009, p. 226, 231.
[1185] GORAIEB, 2019, p. 177.
[1186] GORAIEB, 2019, p. 14.
[1187] GRAVEN, Jean. Les crimes contre l'humanité. **Recueil des Cours de l'Académie de Droit International**, vol. 76, 1950.
[1188] BASSIOUNI, M. Cherif. A rationale for international crimes. *In*: BASSIOUNI, M. Cherif. **A Draft International Criminal Code and Draft for an International Criminal Tribunal**. Dordrecht Martinus Nijhoff Publishers, 1987.
[1189] AGO, Roberto. **Scritti sulla responsabilità internazionale degli stati**. Editore Jovene, vol. 1, 1978.
[1190] AGO, Roberto. Fifth Report on State Responsibility. **Yearbook of the International Law Commission**, vol. II (1), 1976, p. 24 e seguintes; GORAIEB, 2019, p. 69-70, 73, 94-121, 184-185. Especificamente sobre a questão da exclusão do artigo 19 e redação dos artigos 40 e 41, ver p. 345-351. Sobre a evolução da doutrina sobre responsabilidade penal do Estado, ver tópico 3.2 da referida tese.
[1191] GORAIEB, 2019, p. 73.
[1192] GORAIEB, 2019, p. 502-503.
[1193] SIMMA, 1994, p. 309, para. 65; RAO, 2005, p. 67.

Projeto de Código de Crimes[1194]. Ressalta-se que essa diferenciação advém de uma analogia aos modos de responsabilidade do direito interno e possui limitações. Há pouca ou nenhuma discordância com a proposição de que, no desenvolvimento atual, a responsabilidade internacional não é civil ou criminal, mas pura e simplesmente internacional[1195]. Como elucidado por Pellet: "nem civil, nem penal, mas incorporando um e outro, a responsabilidade internacional apresenta características próprias e não se poderia assemelhar às categorias de direito interno" (tradução minha)[1196].

A ideia de uma proteção mais forte de certos interesses legais significativos da comunidade internacional como um todo continuou presente na versão de 2001 do ARSIWA por meio da introdução da categoria de "graves violações de obrigações decorrente de normas peremptórias do direito internacional geral" (Parte Dois, Capítulo III, artigos 40 e 41)[1197], que, dentre outras, incluem crimes contra a humanidade e genocídio[1198], ilícito que, segundo a CIJ, "choca a consciência da humanidade" (tradução minha)[1199].

Ou seja, há dois elementos aqui: (i) a violação precisa ser grave[1200], o que, nos termos do artigo 40(2), "envolve uma falha flagrante ou sistemática do Estado responsável em cumprir a obrigação" (tradução minha)[1201], e (ii) precisa ser em relação a uma obrigação que decorre de

---

[1194] BONAFÈ, 2009, p. 34; ARANGIO-RUIZ, Gaetano. Fifth Report on State Responsibility. **Yearbook of the International Law Commission**, vol. II(1), 1993, p. 54-55, para. 250. Goraieb aponta que o ARSIWA "possui nitidamente uma imensa influência civilista – embora todos propugnem que a responsabilidade internacional não seria nem penal nem civil, mas somente internacional". GORAIEB, 2019, p. 185, 200-201.

[1195] CRAWFORD, James. First report on State responsibility. **Documents of the fiftieth session** A/CN.4/490 and Add. 1–7*, 1998, para. 54(d); PELLET, 1999, p. 433; SLOBODA, 2018, p. 139.

[1196] PELLET, Alain. Vive le crime! Remarques sur les degrés de l'illicite en droit international. *In*: PELLET, Alain. **Le Droit International à l'aube du XXI siècle**: reflexions des codificateurs. New York: Nations Unies, 1997, para. 17. No original: "*Ni civile, ni pénale, mais tenant de l'une et de l'autre, la responsabilité internationale présente des caractères propres et ne saurait être assimilée aux catégories du droit interne*".

[1197] INTERNATIONAL LAW COMMISSION, 2001, p. 112, 113-114, ver artigos 33, 42, 48, 54; CRAWFORD, 2006, para. 16, 32-33, 36; SEIBERT-FOHR, 2009a, p. 352-353; GORAIEB, 2019, p. 179, 185, 210; SLOBODA, 2018, p. 123-140, especialmente p. 130. Ver resumo das discussões na CDI em CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. **International Law for Humankind**. Leiden, Boston: Brill Nijhoff, 3 ed., 2020, p. 464-467.

[1198] INTERNATIONAL LAW COMMISSION, 2001, comentário ao artigo 26, p. 85, para. 5, e comentário ao artigo 40, para. 3-5, p. 112-113, para. 3-5; CRAWFORD, 2012, p. 6-7; BONAFÈ, 2009, p. 19; RAO, 2005, p. 77-79; TOMUSCHAT, Christian. Reconceptualizing the Debate on *Jus Cogens* and Obligations *Erga Omnes* – Concluding Observations. *In*: TOMUSCHAT, Christian; THOUVENIN, Jean-Marc (eds.). **The Fundamental Rules of the International Legal Order**: *Jus Cogens* and Obligations *Erga Omnes*. Leiden, Boston: Martinus Nijhoff Publishers, 2006, p. 425-436, p. 430; FROWEIN, Jochen A. Ius Cogens. **Max Planck Encyclopedia of Public International Law**, mar. 2013, para. 6.

[1199] CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Reservations to the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide. **Advisory Opinion**, 28 mai. 1951, p. 15. No original: "*shock the conscience of mankind*".

[1200] BONAFÈ, 2009, p. 22. Ver WEATHERALL, 2022, p. 332-333: o autor destaca que A CIJ em julgamentos que articulam consequências para terceiros Estados decorrentes de violações de obrigações *erga omnes*, tem baseado tais consequências apenas no caráter *erga omnes* das obrigações violadas, em vez de se tal violação satisfaz um limite de gravidade.

[1201] INTERNATIONAL LAW COMMISSION, 2001, artigo 40(2). No original: "*involves a gross or systematic failure by the responsible State to fulfil the obligation*".

uma norma peremptória do direito internacional – *jus cogens* –[1202]. Autores como Alain Pellet observaram que a versão dos artigos adotada pela CDI permitiu que, de algum modo, a ideia subscrita no antigo conceito de "crime de Estado" sobrevivesse às tentativas anteriores de eliminá-la, mesmo que a palavra "crime" tenha sido cuidadosamente banida do texto[1203]. Pellet continua e argumenta que o termo "crime" pode ser abandonado, mas o conceito que carrega é necessário:

> a realidade permanecerá: conforme demonstrado acima, um genocídio não pode ser comparado a uma violação de um acordo comercial; ele é, por sua própria natureza, diferente em espécie. Chame-o de 'violação de uma norma peremptória' ou 'violação de uma obrigação essencial', chame-o de 'borboleta' ou 'abominação', o fato permanece: precisamos de um conceito [...] e um nome para esse conceito! (Tradução minha)[1204]

No mesmo sentido, Elizabeth Goraieb elenca que "não importa que nome se dê, o fato é que deve ser reconhecido que há um regime específico para as violações que atentam contra os interesses mais profundos da comunidade internacional no seu conjunto"[1205].

[1202] GORAIEB, 2019, p. 308, 347; FROWEIN, 2013, para. 1, 3, 4*;* KADELBACH, Stefan. *Jus Cogens*, Obligations *Erma Omnes* and other Rules – The Identification of Fundamental Norms. *In*: TOMUSCHAT, Christian; THOUVENIN, Jean-Marc (eds.). **The Fundamental Rules of the International Legal Order**: *Jus Cogens* and Obligations *Erga Omnes*. Leiden, Boston: Martinus Nijhoff Publishers, 2006, p. 22-40, p. 26; TOMUSCHAT, 2006, p. 425; SIMMA, 1994, p. 244-245, para. 13.

[1203] PELLET, Alain. The new draft articles of the International Law Commission on the responsibility of states for internationally wrongful acts: A requiem for states' crime? **Netherlands Yearbook of International Law**, vol. 32, 2001, p. 58; WYLER, Eric. From 'State Crime' to Responsibility for 'Serious Breaches of Obligations under Peremptory Norms of General International Law'. **European Journal of International Law**, vol. 13, no. 5, p. 1147-1160, 2002. Wyler argumenta que "esse novo conceito segue a linha esboçada por Roberto Ago, na medida em que também visa reforçar a legalidade internacional, particularmente por meio da intervenção coletiva baseada na ideia dos interesses legais dos Estados sempre que ocorrer uma violação grave de uma norma peremptória do direito internacional geral. Além disso, o comentário da ILC mostra que as violações graves dificilmente diferem dos crimes *ratione materia*. Da mesma forma, uma violação grave deve ser interpretada recorrendo-se aos mesmos critérios usados pelo Artigo 19, a saber, a importância essencial da obrigação violada e a natureza grave da violação. Por fim, ao comparar as consequências legais de violações graves com as de crimes, parece legítimo chegar à conclusão de que o primeiro é irmão gêmeo do segundo" (tradução minha). No original: "*this new concept follows the line sketched out by Roberto Ago, as the new concept also aims at reinforcing international legality particularly through collective intervention based on the idea of states' legal interests whenever a serious breach of a peremptory norm of general international law occurs. Furthermore, the ILC commentary shows that serious breaches hardly differ from crimes ratione materia, Similarly, a serious breach should be interpreted by recourse to the same criteria as those used by Article 19, namely, the essential importance of the obligation violated and the serious nature of the breach. Finally, when comparing the legal consequences of serious breaches to those of crimes, it seems legitimate to draw the conclusion that the former is the twin brother of the latter*." Ver também GORAIEB, 2019, p. 308-309; SLOBODA, 2018, p. 130. Sobre responsabilidade penal do Estado em geral, ver GORAIEB, 2019.

[1204] PELLET, 1999, p. 434. No original: "*the reality will remain: as shown above, a genocide cannot be compared with a breach of a trade agreement; it is, by its very nature, different in kind. Call it 'breach of a peremptory norm' or 'violation of an essential obligation', call it 'butterfly' or 'abomination', the fact remains: we need a concept . . . and a name for this concept!*"

[1205] GORAIEB, 2019, p. 185.

A existência de normas peremptórias no direito internacional (*jus cogens*) é reconhecida nos artigos 53 e 64 da Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados (CVDT)[1206], o que consolida o antigo debate doutrinário sobre os limites que deveriam ser respeitados pelos Estados sob quaisquer circunstâncias, especialmente após a Segunda Guerra Mundial[1207]. São igualmente reconhecidas em casos da jurisprudência da CIJ[1208], na prática dos Estados, em tratados e na doutrina legal[1209]. Assim, interpretando de acordo com os artigos da CVDT mencionados, *jus cogens* são normas cujo efeito é anular tratados que sejam conflitantes a elas[1210]. Apesar da CVDT não exemplificar quais normas são peremptórias, a CDI em comentário ao ARSIWA[1211] lista, dentre outros exemplos citados: a proibição do genocídio, crimes contra a humanidade e de outros atos no escopo do direito penal internacional, proibição da escravidão e do tráfico de escravos, proibição da discriminação racial, proibição da tortura, proibição do uso da força de forma contrária à Carta da ONU e proibição da violação de regras básicas do direito internacional humanitário[1212].

A principal característica da responsabilidade estatal agravada diz respeito ao seu aspecto processual: quando essas obrigações que advém de normas peremptórias são gravemente violadas, a parte prejudicada é a comunidade internacional, que também é a parte com direito a reagir contra essas violações, o que ultrapassa o esquema tradicional de reparação bilateral[1213]. Assim, são obrigações devidas à comunidade internacional como um todo – *erga omnes*[1214]. Destaca-se: essa disposição não altera o caráter ou natureza da responsabilidade do Estado violador, como que estabelecendo uma estratificação entre formas comuns e agravadas de responsabilidade daquele Estado. O que ela de fato faz é gerar consequências para outros

---

[1206] FROWEIN, 2013, para. 1; UNITED NATIONS. Vienna Convention on the Law of Treaties. 23 mai. 1969. Disponível em: https://legal.un.org/ilc/texts/instruments/english/conventions/1_1_1969.pdf.
[1207] FROWEIN, 2013, para. 3.
[1208] FROWEIN, 2013, para. 4. Por exemplo em *Barcelona Traction, Light and Power Co Ltd (Belgium v. Spain)*, *Legality of the Threat or Use of Nuclear Weapons* e *Gabčíkovo-Nagymaros Project (Hungary v. Slovakia)*.
[1209] FROWEIN, 2013, para. 5.
[1210] KADELBACH, 2006, p. 26; TOMUSCHAT, 2006, p. 425.
[1211] INTERNATIONAL LAW COMMISSION, 2001, comentário ao artigo 40, para. 3-5, comentário ao artigo 26, para. 5.
[1212] FROWEIN, 2013, para. 6-8. Sobre a consolidação de *jus cogens* no direito internacional, ver PELLET, 1999, p. 428: "ninguém mais duvida seriamente que as normas de *jus cogens* tenham uma especificidade real entre as regras do direito internacional, e as objeções passadas contra o conceito se mostraram infundadas: os abusos então temidos não ocorreram e, como foi escrito apropriadamente sobre normas peremptórias, 'o veículo não sai da garagem com frequência'" (tradução minha). No original: "*nobody seriously doubts any more that norms of jus cogens have a real specificit among international law rules, and the past objections against the concept have proved unfounded: the then feared abuses have not occurred and, as has been aptly written about peremptory norms, 'the vehicle does not often leave the garage'*."
[1213] BONAFÈ, 2009, p. 19; CRAWFORD, 2012, p. 6; RAO, 2005, p. 77-79; GORAIEB, 2019, p. 223.
[1214] FROWEIN, Jochen A. Obligations erga omes. **Max Planck Encyclopedia of Public International Law**, dez. 2008, para. 9; SIMMA, 1994, p. 244, para. 13. Ver CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Barcelona Traction, Light and Power Company, Limited (Belgium v. Spain). **Second Phase Judgment**, 1970, p. 32.

Estados além do responsável[1215]. O objetivo parece ser, conforme descrito por Elizabeth Goraieb, "o de fomentar uma resposta multilateral e combater o unilateralismo, sobretudo porque os interesses em questão são coletivos"[1216]. Existe amplo consenso de que a proibição de atos como agressão, genocídio e graves violações de direitos humanos básicos sejam exemplos de obrigações que refletem esses valores fundamentais[1217].

Nota-se, portanto, uma sobreposição dos conceitos[1218]. Enquanto *jus cogens* dizem respeito às normas primárias não-derrogáveis e cujo efeito é tornar tratados conflitantes a elas nulos (artigos 53 e 64 CVDT), obrigações *erga omnes* são consideradas como um conceito de responsabilidade estatal, definidas como obrigações vis-à-vis a comunidade internacional de Estados[1219], que impõem consequências especiais que podem ir além da reparação bilateral, como por exemplo o direito de Estados não diretamente afetados por um ato internacional ilícito invocarem a responsabilidade do Estado infrator (artigo 48 ARSIWA)[1220]. Assim, as normas *jus cogens* dizem respeito à superioridade hierárquica, e obrigações *erga omnes* ao alcance/abrangência[1221]. Essa ideia da sobreposição de normas *jus cogens* e obrigações *erga omnes*, ao mesmo tempo que ambas mantêm ênfases diferentes, é exposta por Crawford em seu quarto relatório sobre responsabilidade dos Estados[1222]. Assim, uma vez que *jus cogens* protegem os valores básicos da ordem legal internacional e, assim, devem ser protegidos pela comunidade como um todo, sua violação, na maioria dos casos, leva também a violação de

---

[1215] WEATHERALL, 2022, p. 92, 247; GORAIEB, 2019, p. 349; TAMS, Christian J. Do Serious Breaches Give Rise to Any Specific Obligations of the Responsible State? **European Journal of International Law**, vol. 13, no. 5, 2002. p. 1161-1180.

[1216] GORAIEB, 2019, p. 348.

[1217] GAJA, Giorgio. Les obligations et les droits erga omnes en droit international. **Institut de Droit International**, 2005, p. 1. Disponível em: https://www.idi-iil.org/app/uploads/2017/06/2005_kra_01_en.pdf.

[1218] BONAFÈ, 2009, p. 19-20; KADELBACH, 2006, p. 27, 40; TOMUSCHAT, 2006, p. 427; CRAWFORD, 2001, para. 49.

[1219] CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Barcelona Traction, Light and Power Co Ltd (Belgium v. Spain). **Second Phase Judgment**, 5 fev. 1970, para. 33: "obrigações de um Estado em relação à comunidade internacional como um todo" (tradução minha). No original: "*obligations of a State towards the international community as a whole*". A Corte confirmou a existência de obrigações *erga omnes* em outros casos da Corte, como em: CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. East Timor (Portugal v. Australia). **Judgment**, 30 jun. 1995, para. 29; CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Legal Consequences of the Construction of a Wall in the Occupied Palestinian Territory. **Advisory Opinion**, 2004, para. 155–60. O Instituto de Direito Internacional adotou, em 2005, resolução sobre obrigações *erga omnes* baseada no relatório de Giorgio Gaja, trazendo a seguinte definição em seu artigo 1(a): "obrigação de direito internacional geral que um Estado deve à comunidade internacional em qualquer caso, tendo em vista seus valores comuns e sua preocupação com o cumprimento, de modo que uma violação dessa obrigação permita que todos os Estados tomem medidas" (tradução minha). No original: "*obligation under general international law that a State owes in any given case to the international community, in view of its common values and its concern for compliance, so that a breach of that obligation enables all States to take action*". GAJA, 2005, p. 1.

[1220] KADELBACH, 2006, p. 26; TOMUSCHAT, 2006, p. 429; FROWEIN, 2008, para. 9; CRAWFORD, 2001, para. 49; CRAWFORD, 2006, para. 32; RAO, 2005, p. 78; SLOBODA, 2018, p. 149-150.

[1221] SLOBODA, 2018, p. 117.

[1222] CRAWFORD, 2001, para. 49; CRAWFORD, 2006, para. 34.

obrigações *erga omnes*[1223]. Mas, ressalta-se, que nem toda obrigação *erga omnes* coincide com as normas que são *jus cogens*[1224].

É nesse enquadramento que devem ser analisados os casos de crimes discriminatórios de genocídio e perseguição cometidos contra grupos religiosos. Isso porque o terceiro conceito que usualmente se sobrepõe a *jus cogens* e obrigações *erga omnes* é o de crimes internacionais, que é o conceito mais restrito dos três. Além dos *core crimes* do direito internacional, nomeadamente, genocídio, crimes contra a humanidade, crimes de guerra e agressão, serem tipicamente considerados como normas *jus cogens*, quando cometidos é comum que envolvam a responsabilidade estatal pela violação de obrigações devidas *erga omnes*. Por exemplo, quando envolve responsabilidade por violação de obrigações que, na prática, são estabelecidas como obrigação *erga omnes partes* em instrumentos multilaterais, como a Convenção contra o Genocídio[1225].

Nesse sentido, o artigo 41 elenca quatro tipos de consequências atreladas às violações do escopo do artigo 40: (i) o dever de cooperação para pôr fim à grave violação; (ii) o dever de não reconhecer como legal uma violação grave e de não prestar auxílio ou assistência para manter a situação criada; (iii) as consequências "comuns" decorrentes de todo ato ilícito do Estado; e (iv) outras consequências que podem ser previstas pelo direito internacional consuetudinário[1226]. Outros dispositivos que se destacam quanto à matéria são o artigo 33, que dispõe que as obrigações do Estado responsável podem ser devidas a outro Estado, a vários Estados ou à comunidade internacional como um todo[1227], e o já mencionado artigo 48, que trata da invocação da responsabilidade por outro Estado sem ser o lesado.

Ainda existe controvérsia sobre quando e como a comunidade internacional pode reagir a violações dessas obrigações[1228]. Por exemplo, na ausência de uma ação institucionalizada, como por meio do CSNU, em resposta à grave violação de obrigações essenciais à comunidade internacional, a lacuna poderia ser preenchida ao se admitir contramedidas individuais de terceiros? Há pouco acordo de que esse cenário seria viável, a não ser em casos de agressão

[1223] FROWEIN, 2013, para. 8, 10; FROWEIN, 2008, para. 3; WEATHERALL, 2022, p. 48-49.
[1224] PELLET, 1999, p. 428-429; GORAIEB, 2019, p. 306.
[1225] WEATHERALL, 2022, p. 50, 52; GORAIEB, 2019, p. 302, 305-307; INTERNATIONAL LAW COMMISSION, 2001, comentário ao artigo 58, para. 3; TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Anto Furundžija IT-95-17/1-T. **Judgment**, 10 dez. 1998, para. 142.
[1226] INTERNATIONAL LAW COMMISSION, 2001, p. 113-114; BONAFÈ, 2009, p. 20; CRAWFORD, 2012, p. 6; CRAWFORD, 2006, para. 32; RAO, 2005, p. 78-79; GORAIEB, 2019, p. 347-348.
[1227] Ver GORAIEB, 2019, p. 360.
[1228] Ver, por exemplo, DUPUY, Pierre-Marie. Quarante ans de codification de la responsabilité internationale des Etats: un bilan. **Revue générale de droit international public**, vol. 107, no. 2, 2003, p. 321, 343.

seguida de legítima defesa individual ou coletiva (artigo 51 Carta da ONU)[1229]. Bruno Simma expressa a dificuldade de fornecer uma estrutura legal sólida de recursos contra tais violações sem comprometer a estabilidade da lei, especialmente no campo da responsabilidade estatal, o qual chama de "o campo mais conservador do direito"[1230].

De todo modo, o recorte temático desta dissertação são as respostas judiciais em casos de genocídio e crimes contra a humanidade que envolvam responsabilidade estatal, um campo delimitado no qual é possível encontrar um maior consenso. No atual desenvolvimento do direito internacional, o mecanismo judicial a nível universal apto à atribuição de responsabilidade estatal em tais casos é a CIJ, uma vez que a Convenção contra o Genocídio concede jurisdição a ela[1231]. E, a esse respeito, a jurisprudência da Corte tem se consolidado em reconhecer o caráter *erga omnes partes* da Convenção, isto é, que "qualquer Estado parte [...] pode invocar a responsabilidade de outro Estado parte, inclusive por meio da instituição de procedimentos perante a Corte, com o objetivo de determinar o suposto descumprimento de suas obrigações *erga omnes partes*" (tradução minha)[1232]. Isso se dá "independentemente de um interesse especial poder ser demonstrado" (tradução minha)[1233], pois todos os Estados membros da Convenção possuem um interesse comum em assegurar a prevenção, supressão e punição do genocídio[1234]. Esse interesse não é estabelecido apenas por se tratar de um tratado multilateral, no qual um Estado tem obrigações frente a todos os outros que são parte, mas pela natureza da obrigação disposta na Convenção[1235]:

> A Convenção foi manifestamente adotada com um propósito puramente humanitário e civilizatório. [...] Seu objetivo, por um lado, é salvaguardar a própria existência de

[1229] SIMMA, 1994, p. 312-313, para. 69; UNITED NATIONS. UN Charter. 1945. Disponível em: https://www.un.org/en/about-us/un-charter. Sobre se Estados não lesados podem impor contramedidas pelo descumprimento de obrigações *erga omnes* e *erga omnes partes*, ver SLOBODA, 2018. A hipótese do autor é que os Estados não lesados não podem impor contramedidas diante dessas violações. O que o projeto da CDI os legitima é a invocar a responsabilidade internacional.

[1230] SIMMA, 1994, p. 310, para. 66. Ver exemplos em GORAIEB, 2019, p. 349-350.

[1231] Quanto aos atos que equivalem a crimes contra a humanidade, a situação é menos clara, uma vez que ainda não há um tratado a respeito que, a semelhança da Convenção contra o Genocídio, eleja um modo de solução de disputas em caso de descumprimento. Ver tópico 2.2.2.2 desta dissertação. Ver SADAT, Leila. Towards a New Treaty on Crimes Against Humanity: Next Steps. **Just Security**, 13 set. 2021. Disponível em: https://www.justsecurity.org/78063/towards-a-new-treaty-on-crimes-against-humanity-next-steps/.

[1232] CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (The Gambia v. Myanmar). **Preliminary Objections Judgment**, 22 jul. 2022, para. 112. No original: "*any State party to the Genocide Convention may invoke the responsibility of another State party, including through the institution of proceedings before the Court, with a view to determining the alleged failure to comply with its obligations erga omnes partes under the Convention and to bringing that failure to an end*".

[1233] CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (The Gambia v. Myanmar). **Preliminary Objections Judgment**, 22 jul. 2022, para. 108. No original: "*regardless of whether a special interest can be demonstrated*".

[1234] CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (The Gambia v. Myanmar). **Preliminary Objections Judgment**, 22 jul. 2022, para. 107.

[1235] Ver FROWEIN, 2008, para. 7.

> determinados grupos humanos e, por outro, confirmar e endossar os princípios mais elementares da moralidade. Em uma convenção desse tipo, os Estados contratantes não têm nenhum interesse próprio; eles simplesmente têm, todos e cada um, um interesse comum, a saber, a realização dos altos propósitos que são a razão de ser da convenção. Consequentemente, em uma convenção desse tipo, não se pode falar de vantagens ou desvantagens individuais para os Estados, ou da manutenção de um equilíbrio contratual perfeito entre direitos e deveres. Os altos ideais que inspiraram a Convenção fornecem, em virtude da vontade comum das partes, o fundamento e a medida de todas as suas disposições. (Tradução minha)[1236]

Desse modo, para o tema que está aqui desenvolvido, justifica-se abordar o regime de responsabilidade estatal que advém de "graves violações de obrigações decorrente de normas peremptórias do direito internacional geral" (artigos 40 e 41 ARSIWA)[1237], porque a proibição dos crimes internacionais de genocídio e crimes contra a humanidade, que incluem os grupos religiosos como bem jurídico protegido, são compreendidas no escopo de normas *jus cogens* e obrigações *erga omnes*[1238].

Com a elucidação dos conceitos regimes de responsabilidade internacional individual e estatal à luz das obrigações devidas à comunidade internacional, é possível compreender como se dá sua relação em situações em que ambos se sobrepõem. Tal compreensão é relevante porque é comum que cenários de genocídio e perseguição de grupos pela sua identidade religiosa envolvam autoridades estatais, como ocorre, por exemplo, com os rohingyas em Mianmar, com os uyghurs na China e cristãos armênios no Azerbaijão.

3.2.2 A sobreposição entre responsabilidade internacional individual e estatal e sua complementariedade

[1236] CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Reservations to the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide. **Advisory Opinion**, 28 mai. 1951, p. 23. No original: "*The Convention was manifestly adopted for a purely humanitarian and civilizing purpose. […] [I]ts object on the one hand is to safeguard the very existence of certain human groups and on the other to confirm and endorse the most elementary principles of morality. In such a convention the contracting States do not have any interests of their own; they merely have, one and all, a common interest, namely, the accomplishment of those high purposes which are the raison d'être of the convention. Consequently, in a convention of this type one cannot speak of individual advantages or disadvantages to States, or of the maintenance of a perfect contractual balance between rights and duties. The high ideals which inspired the Convention provide, by virtue of the common will of the parties, the foundation and measure of all its provisions*".

[1237] INTERNATIONAL LAW COMMISSION, 2001, p. 112, 113-114.

[1238] CRAWFORD, 2012, p. 7; TOMUSCHAT, 2006, p. 430; FROWEIN, 2013, para. 6-8; INTERNATIONAL LAW COMMISSION, 2001, p. 85, para. 5, p. 112-113, para. 4; GAJA, 2005, p. 1. Ver também CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (Bosnia and Herzegovina v. Serbia and Montenegro). **Order on Further Requests for the Indication of Provisional Measures Separate opinion of Judge ad hoc Lauterpacht**, 13 set. 1993, p. 439-440, para. 100.

Os regimes de responsabilidade estatal agravada e individual criminal possuem uma origem em comum, qual seja, a grave violação de obrigações devidas à comunidade internacional como um todo. Assim, há uma sobreposição no que diz respeito às obrigações internacionais envolvidas. Diante disso, a comissão de crimes internacionais pode implicar em uma responsabilidade dual, uma vez que a ordem jurídica internacional prevê dois conjuntos de consequências legais – normas secundárias – quando essas obrigações são descumpridas[1239]. Isso porque, uma vez que o Estado só pode agir por meio de pessoas físicas, quando a mesma obrigação recai sobre Estado e indivíduo, as duas responsabilidades podem ser envolvidas quando a conduta do indivíduo é atribuível ao Estado[1240]. Ora, a responsabilidade estatal é sempre referente à conduta que viola uma obrigação internacional atribuível a ele. A diferença aqui é que, nesses casos, a responsabilidade do próprio indivíduo não será excluída por essa atribuição[1241].

Portanto, para sustentar essa responsabilidade dual, é necessário que haja uma sobreposição: (i) dos elementos materiais ou objetivos das violações que implicam em responsabilidade estatal e individual; e (ii) dos elementos subjetivos, ou seja, a conduta deve ser atribuível ao indivíduo e ao Estado[1242]. É o que pode ocorrer com os crimes contra a humanidade e o genocídio, objetos deste estudo: determinada conduta que equivale a um crime internacional dá origem tanto a responsabilidade estatal, como a individual[1243].

Quanto ao primeiro, a sobreposição entre a responsabilidade estatal e individual se dá em relação aos delitos que constituem crimes contra a humanidade, que implicam em responsabilidade individual nos termos do artigo 7 do Estatuto de Roma, quando tais crimes são cometidos por autores cuja conduta possa ser atribuída ao Estado nos termos dos artigos 4 a 11 do ARSIWA[1244]. Destaca-se, conforme a definição disposta no Estatuto de Roma, que crimes contra a humanidade são violações cometidas de modo generalizado ou sistemático[1245].

[1239] BONAFÈ, 2009, p. 23-24; NOLLKAEMPER, André. Concurrence between Individual Responsibility and State Responsibility in International Law. **The International and Comparative Law Quarterly**, vol. 52, no. 3, 2003, p. 627, 631. Sobre a distinção de normas primárias e secundárias ver AGO, Roberto. Second Report on State Responsibility. **Yearbook of the International Law Commission**, vol. II, Doc A/CN.4/233, 1970, para. 11. Ver nota de rodapé no. 426 desta dissertação.

[1240] LEKKAS, Sotirios-Ioannis. **Duality of Responsibility in International Law**. 2019. Thesis (Doctor of Philosophy) – University of Oxford, Faculty of Law, St. Anne's College, Trinity Term 2019, p. i.

[1241] WEATHERALL, 2022, p. 350.

[1242] BONAFÈ, 2009, p. 25.

[1243] BONAFÈ, 2009, p. 245, 247; CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. **A responsabilidade do Estado sob a Convenção contra o Genocídio**: em defesa da dignidade humana. Haia/Fortaleza: IBDH-IIDH, 2015. p. 237-265.

[1244] BONAFÈ, 2009, p. 28-29; INTERNATIONAL LAW COMMISSION, 2001, p. 85, para. 5, p. 112-113, para. 4.

[1245] BONAFÈ, 2009, p. 245-246.

A hipótese de conduta generalizada requer um número amplo de vítimas, e a sistemática envolve que seja realizado de acordo com uma política ou um plano pré-concebido, o que envolve ação estatal[1246]. Mas mesmo no caso de conduta generalizada, o artigo 7(2)(a) do Estatuto de Roma prevê que a prática múltipla de atos seja de acordo com a política de um Estado ou de uma organização de praticar esses atos ou tendo em vista a prossecução dessa política. Assim, o entendimento é que para constituir crimes contra a humanidade, as condutas cometidas em ampla escala devem ser conectadas, de uma forma ou outra, à autoridade estatal ou organizacional; devem, no mínimo, ser tolerados por tal autoridade. O direito costumeiro internacional não requer uma política ativa, é suficiente que seja implícita ou de fato[1247].

Quanto ao genocídio, esse se originou da categoria mais ampla dos crimes contra a humanidade e tornou-se um crime autônomo especialmente a partir da Convenção contra o Genocídio, que codificou a proibição também reconhecida pelo costume internacional[1248]. Semelhantemente, a sobreposição entre os regimes de responsabilidade se dá em relação aos atos criminosos cometidos por autores cuja conduta possa ser atribuída ao Estado pelos artigos 4 a 11 do ARSIWA, conduta essa cometida nos termos das definições presentes no artigo 6 do Estatuto de Roma e artigo II da Convenção contra o Genocídio[1249].

Essa sobreposição dos regimes, ao mesmo tempo que a manutenção de sua independência em relação as normas secundárias, também pode ser reconhecida no decorrer dos esforços de codificação da CDI. Além do ARSIWA (2001), a CDI redigiu o Projeto de Código de Crimes (1996), sobre o qual fez a seguinte consideração:

> A responsabilidade criminal dos indivíduos não elimina a responsabilidade internacional dos Estados pelas consequências dos atos cometidos por pessoas que atuam como órgãos ou agentes do Estado. Mas essa responsabilidade é de natureza diferente e se enquadra no conceito tradicional de responsabilidade do Estado. A responsabilidade criminal do Estado não pode ser regida pelo mesmo regime que a responsabilidade criminal dos indivíduos. (Tradução minha)[1250]

Consolidando esse entendimento, em ambos os projetos há artigos com a cláusula "sem prejuízo", o que confirma que os regimes não são mutuamente excludentes[1251]. O artigo 4 do Projeto de Código de Crimes elenca que "o fato de o presente Código prever a responsabilidade

---

[1246] AMBOS, 2004, p. 242.
[1247] AMBOS, 2004, p. 243-245.
[1248] CASSESE, 2002, p. 339.
[1249] BONAFÈ, 2009, p. 30-31, 245.
[1250] INTERNATIONAL LAW COMMISSION. Report of the Commission to the General Assembly on the work of its thirty-sixth session. **Yearbook of the International Law Comission**, vol. II (2), 1984, p. 11, para. 31. No original: "*the criminal responsibility of individuals does not eliminate the international responsibility of States for the consequences of acts committed by persons acting as organs or agents of the State. But such responsibility is of a different nature and falls within the traditional concept of State responsibility. The criminal responsibility of the State cannot be governed by the same regime as the criminal responsibility of individuals*."
[1251] BONAFÈ, 2009, p. 34-35, 230-231.

de indivíduos por crimes contra a paz e a segurança da humanidade não prejudica qualquer questão relativa à responsabilidade dos Estados nos termos do direito internacional" (tradução minha)[1252], e o artigo 58 do ARSIWA que "esses artigos não prejudicam qualquer questão de responsabilidade individual nos termos do direito internacional, de qualquer pessoa que atue em nome de um Estado" (tradução minha)[1253].

Um exemplo prático de como pode se dar essa relação é quanto ao vínculo entre responsabilidade individual como uma forma de satisfação em casos de responsabilidade estatal[1254]. O artigo 37 do ARSIWA dispõe sobre a obrigação estatal de dar satisfação pelo dano causado por um ato internacional ilícito, na medida em que ele não possa ser reparado por meio de restituição ou indenização. No comentário a esse artigo, a CDI reconhece que uma das modalidades mais comuns de satisfação oferecida no caso de danos morais ou não materiais ao Estado é a declaração da ilegalidade do ato por um tribunal competente[1255].

Quanto ao que distingue os dois regimes, sua separação está no nível das normas secundárias, especialmente no que diz respeito aos requisitos – como o do *mens rea* no direito penal internacional, que não encontra equivalente no outro regime de responsabilidade – e suas funções[1256]. A análise funcional confirma que os regimes têm objetivos diferentes[1257] e, por isso, são apurados por diferentes órgãos no sistema internacional[1258]. Na responsabilidade penal individual, além da função de prevenção[1259], segundo Cassese, "o principal objetivo [...] é punir o culpado", enquanto "o objetivo principal da responsabilidade [estatal] é fazer com que a violação ou a reparação do dano cesse, e não a punição do Estado delinquente; adota-se uma perspectiva reparadora em vez de punitiva" (tradução minha)[1260].

É válido ressaltar que, historicamente[1261], os dois regimes costumavam ser vistos em um relacionamento mais próximo, e que o processo de separação se deu de modo gradual a

---

[1252] INTERNATIONAL LAW COMMISSION, 1996, p. 23. No original: "*the fact that the present Code provides for the responsibility of individuals for crimes against the peace and security of mankind is without prejudice to any question of the responsibility of States under international law*."
[1253] INTERNATIONAL LAW COMMISSION, 2001, p. 142. No original: "*these articles are without prejudice to any question of the individual responsibility under international law of any person acting on behalf of a State.*"
[1254] BONAFÈ, 2009, p. 234.
[1255] INTERNATIONAL LAW COMMISSION, 2001, p. 106-107, para. 6.
[1256] BONAFÉ, 2009, p. 249.
[1257] Para mais detalhes sobre a finalidade do direito penal internacional, ver capítulo 2 da obra JAPIASSÚ, 2020, p. 23-46.
[1258] BONAFÉ, 2009, p. 249.
[1259] BONAFÈ, 2009, p. 225, 233.
[1260] CASSESE, Antonio. **International Law**. Oxford: Oxford University Press, 2001, p. 271. No original: "*the primary goal of [individual] responsibility is to punish the culprit. […] The primary goal of [state] responsibility is to bring about cessation of the breach or reparation of the damage, not the punishment of the delinquent State; a reparative rather than punitive outlook is taken.*"
[1261] Para um panorama histórico do surgimento da jurisdição penal internacional, ver GORAIEB; BORGES DE MACEDO, 2022, p. 251-263.

partir do desenvolvimento do direito penal internacional nos anos 1990[1262]. O Tratado de Versalhes[1263] representou a primeira tentativa de impor a punição a indivíduos pela autoria de crimes internacionais, no caso, crimes de guerra, que tradicionalmente implicavam apenas em responsabilidade estatal (artigos 227 e 228). Reconheceu-se a responsabilidade penal individual do imperador germânico – apesar do tribunal internacional especial para o processar nunca ter sido estabelecido – e dos criminosos de guerra, processados por cortes domésticas, os chamados julgamentos do Tribunal de Leipzig, que revelaram a ineficiência de tribunais nacionais para punição de crimes de guerra[1264].

De todo modo, a emergência de uma comunidade internacional mais unida após a Primeira Guerra Mundial, levou ao estabelecimento da Liga das Nações e aos esforços de elaborar diretrizes normativas para a punição de crimes internacionais, quer tenham sido cometidos por Estados ou por indivíduos. Tais esforços desenvolveram-se até sua concretização após Segunda Guerra Mundial, com a elevação de princípios fundamentais da nova ordem legal internacional que se formara, em especial a manutenção da paz e direitos humanos básicos[1265].

É neste período, com o tribunal de Nuremberg, que se marca, de fato, o novo paradigma da responsabilidade penal de indivíduos no direito internacional[1266], usualmente resumida pelo famoso trecho "crimes são cometidos por homens, e não por entidades abstratas. Somente com a punição dos indivíduos que cometem tais crimes é que o direito internacional pode ser efetivamente aplicado" (tradução minha)[1267].

Simultaneamente, ocorriam esforços significativos de codificação em relação à responsabilidade criminal de indivíduos a nível internacional, como os Princípios de Nuremberg adotados em resolução da AGNU[1268], os trabalhos da CDI em relação à jurisdição criminal internacional[1269] e os tratados sobre crimes internacionais adotados logo após a Segunda Guerra, nomeadamente, as Convenções de Genebra e a Convenção contra o

---

[1262] BONAFÈ, 2009, p. 35.
[1263] Treaty of Peace with Germany (Treaty of Versailles). 1920. Disponível em: https://www.census.gov/history/pdf/treaty_of_versailles-112018.pdf.
[1264] CASSESE, 2003, p. 242; GORAIEB, 2019, p. 65.
[1265] BONAFÈ, 2009, p. 36.
[1266] GORAIEB; BORGES DE MACEDO, 2022, p. 258. Ver KELSEN, Hans. Will the Judgment in the Nuremberg Trial Constitute a Precedent in International Law? **The International Law Quarterly**, vol. 1, no. 2, 1947, p. 153-171.
[1267] Citado em O'SHEA, 2009, para. 2. No original: "*crimes are committed by men and not by abstract entities. It is only by punishing individuals who commit such crimes that international law can be effectively enforced*".
[1268] UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. Resolution 95(I). **UN Doc A/64/Add.1**, 11 dez. 1946. Disponível em: https://undocs.org/A/64/Add.1.
[1269] UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. Report of the Committee on International Criminal Jurisdiction. **UN Doc A/2136**, 1-31 ago. 1951. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/708385?ln=en; UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. Report of the Committee on International Criminal Jurisdiction. **UN Doc A/2645**, 20 jul. – 27 ago. 1953. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/591815?ln=en.

Genocídio. Assim, consolidou-se a diferenciação entre responsabilidade estatal e individual, cada uma com seu conjunto de normas que a regulam e mecanismos que a aplicam: a estatal com os órgãos tradicionais de resolução de disputas e a individual com os tribunais penais internacionais e nacionais[1270].

Contudo, no contexto logo após a Segunda Guerra, a aplicação do direito penal internacional ainda era excepcional, pois após o julgamento dos criminosos de guerra, os processos penais só retornaram ao cenário internacional nos anos 1990 com o estabelecimento dos Tribunais Penais Internacionais para a ex-Iugoslávia e para Ruanda e os tribunais mistos ou internacionalizados[1271], a adoção do Projeto de Código de Crimes e do Estatuto de Roma[1272].

Nesse cenário, questões sobre a relação entre responsabilidade estatal e individual têm retornado, especialmente ao se considerar o enfoque dos julgamentos penais internacionais naqueles que são os "mais responsáveis" por crimes internacionais, enquanto outros autores devem ser processados por tribunais domésticos[1273]. Com essa divisão, é inevitável que tribunais penais internacionais se concentrem na responsabilidade criminal de líderes do Estado

---

[1270] BONAFÈ, 2009, p. 37-38. Ver CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. Complementarity between State Responsibility and Individual Responsibility for Grave Violations of Human Rights: The Crime of State Revisited. *In*: RAGAZZI, Maurizio (ed.). **International Responsibility Today**: Essays in Memory of Oscar Schachter. Leiden, Boston, Martinus Nijhoff Publishers, 2005, p. 258. Cançado Trindade aponta que na metade do século XX já havia suporte doutrinário para a coexistência da responsabilidade internacional de indivíduos (pessoas físicas) com a de Estados (pessoas jurídicas), uma vez que o direito internacional vincula todas elas (como seus sujeitos). Ver KELSEN, Hans. **Principles of International Law**. Nova York: Rinehart & Co. Inc., 1952, p. 9, 11-13, 97-100, 104-105, 107, 114-117.

[1271] Por exemplo, os tribunais em Serra Leoa, Kosovo, Timor-Leste e Camboja. Ver ROMANO, Cesare P. R. Mixed Criminal Tribunals. **Max Planck Encyclopedia of Public International Law**, abr. 2010; ROMANO, Cesare P. R.; NOLLKAEMPER, André; KLEFFNER, Jann K. (eds.). **Internationalized Criminal Courts**: Sierra Leone, East Timor, Kosovo, and Cambodia. Oxford: Oxford University Press, 2004; SHRAGA, Daphna. The Second Generation UN-Based Tribunals: A Diversity of Mixed Jurisdictions. *In*: SKAAR, Elin; GLOPPEN, Siri; SUHRKE, Astri (eds.). **Roads to Reconciliation**. Lanham: Lexington Books, 2005, p. 55–79; SCHABAS, William A. **The UN International Criminal Tribunals**: the former Yugoslavia, Rwanda and Sierra Leone. Cambridge: Cambridge University Press, 2006, p. 47-73.

[1272] BONAFÈ, 2009, p. 39, 253.

[1273] CASSESE, 2003, p. 291-293; AMBOS, Kai. Criminal Responsibility, Modes of. **Max Planck Encyclopedia of Public International Law**, jul. 2013, para. 25. Sobre o TPIY, ver UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL. Annex to the letter from the President of the International Criminal and Tribunal for the forms Yugoslavia: Report on the Judicial Status of the International Criminal Tribunal for the Former Yugoslavia and the Prospects for Referring Certain Cases to National Courts. **UN Doc S/2002/678**, jun. 2002, p. 27, para. 81. Disponível em: https://undocs.org/S/2002/678; RAAB, Dominic. Evaluating the ICTY and its Completion Strategy: Efforts to Achieve Accountability for War Crimes and their Tribunals. **Journal of International Criminal Justice**, vol. 3, no. 1, 2005, p. 82–102. Sobre o TPIR, ver UNITED NATIONS COMMISSION ON HUMAN RIGHTS. Report on the situation of human rights in Rwanda submitted by Special Rapporteur René Degni-Ségui. **UN Doc E/CN.4/1996/7**, 28 jun. 1995, p. 12, para. 49-50. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/227227?ln=en; Sobre o TPI, ver INTERNATIONAL CRIMINAL COURT. Paper on some policy issues before the Office of the Prosecutor. **ICC Policy Paper**, set. 2003, p. 6–7. Disponível em: https://www.icc-cpi.int/news/paper-some-policy-issues-office-prosecutor.

ou de outros agentes cuja conduta também pode ser atribuída ao Estado[1274] e, portanto, em crimes internacionais que automaticamente implicam em responsabilidade dual[1275].

Assim, ao mesmo tempo em que o direito penal internacional contempla apenas indivíduos como autores do crime, seguindo processos penais com o devido rigor e foco específico que eles requerem para incidência de responsabilização individual[1276], é um campo que também foca em crimes cometidos a nível coletivo[1277], muitas vezes com envolvimento do aparato estatal[1278]. Quando líderes políticos ou militares são acusados de crimes de larga escala, os elementos materiais da responsabilidade criminal individual tendem a ser estabelecidos de forma muito semelhante à usada para averiguar o elemento da violação para fins de responsabilidade do Estado[1279]. Em situações como essa, as regras secundárias dos regimes de responsabilidade não operam de forma completamente isolada, mas são referenciais umas às outras[1280]. Um exemplo é a deferência que a CIJ teve em relação às conclusões do TPIY quanto à ocorrência de genocídio no caso *Bosnia and Herzegovina v. Serbia and Montenegro*, analisado no capítulo 2 desta dissertação[1281].

Uma vez que os fenômenos da criminalidade coletiva são difíceis de avaliar e reparar com apenas as ferramentas da responsabilidade criminal individual, faz-se necessária a complementariedade não apenas com os tribunais nacionais para punição dos demais autores além dos líderes mais responsáveis, mas também com a responsabilidade estatal[1282]. Por exemplo, apesar de não ser a regra, há crimes internacionais que são definidos em termos de ação estatal, como a agressão, e, por isso, exigem que os tribunais internacionais, antes de estabelecer a responsabilidade penal individual, pelo menos levem em consideração que a conduta individual relevante ocorreu no contexto de uma grave violação do Estado. Assim, a punição de agentes estatais por crimes internacionais em certas circunstâncias envolve, pelo menos indiretamente, um exame de fatos que podem dar origem à responsabilidade do Estado[1283]. Desse modo, ambas as modalidades de responsabilidade se complementam, e "uma

---

[1274] DEL PONTE, Carla. Prosecuting the Individuals Bearing the Highest Level of Responsibility. **Journal of International Criminal Justice**, vol. 2, no. 2, 2004, p. 516-519.
[1275] BONAFÈ, 2009, p. 40, 253.
[1276] Ver BONAFÈ, 2009, p. 242.
[1277] BONAFÈ, 2009, p. 67.
[1278] Ver Goraieb sobre o genocídio e os crimes contra a humanidade serem crimes cometidos pelo Estado. GORAIEB, 2019, p. 414, 459, 475-486.
[1279] BONAFÈ, 2009, p. 239-240, 252.
[1280] WEATHERALL, 2022, p. 345.
[1281] Ver tópico 2.2.3.2 desta dissertação.
[1282] BONAFÈ, 2009, p. 67.
[1283] BONAFÉ, 2009, p. 235, 252.

sem a outra é um universo vazio"[1284], de modo ainda mais visível quando os autores dos crimes atuam como agentes do Estado ou executam políticas estatais criminosas[1285].

É por isso que há concordância geral de que, em regra, a punição de agentes de órgãos estatais não exclui a aplicação das consequências da responsabilidade estatal. Ou seja, a responsabilidade criminal do indivíduo não pode funcionar como substituta da responsabilidade estatal[1286], bem como uma não funciona como pré-requisito indispensável para a outra[1287]. Isso responde à tendência de individualização da responsabilidade internacional por crimes internacionais[1288]. A responsabilidade penal do indivíduo não pode ser vista como o único remédio para os crimes internacionais[1289], pois "ao enfatizar a responsabilidade criminal individual e meramente punir os indivíduos, não conseguiremos, a longo prazo, eliminar as situações que proporcionam o ambiente para o comportamento sem lei" (tradução minha)[1290].

Aqui é importante fazer uma distinção. No caso da responsabilidade estatal ordinária, a responsabilidade individual pode ser entendida como uma possibilidade de satisfação oferecida ao Estado para se dissociar do órgão responsável pelo ato ilícito e, em alguns casos, exaurir a estatal. Contudo, quanto à responsabilidade estatal agravada, por essa se originar de graves violações, o que significa um envolvimento geral do aparato estatal, não é possível concluir que a punição de alguns agentes estatais seja capaz de resolver por completo a responsabilidade do Estado[1291].

Conforme foi decidido pela CIJ no caso *Bosnia and Herzegovina v. Serbia and Montenegro,* o fato da Convenção contra o Genocídio ter disposições que se concentram na

---

[1284] GORAIEB, 2019, p. 459. Ver GORAIEB, 2019, tópico 4.4.
[1285] GORAIEB, 2019, p. 325, 331.
[1286] BONAFÈ, 2009, p. 225, 250, 253; EUSTATHIADES, Constantin Th. Les sujets du droit international et la responsabilité internationale: nouvelles tendances. **Recueil des Cours de l'Académie de Droit International**, vol. 84, 1953, p. 603; MCCAFFREY, S. C. Article 5: Responsibility of States. *In*: BASSIOUNI, M. Cherif. (ed.). **Commentaries on the International Law Commission's 1991 Draft Code of Crimes against the Peace and Security of Mankind**. Paris: Erès, 1993, p. 129-130; PELLET, Alain. La responsabilité pénale individuelle, alternative aux sanctions collectives? *In*: GOWLLAND-DEBBAS, V. (ed.). **United Nations Sanctions and International Law**. The Hague: Kluwer Law International, 2001, p. 105; CANÇADO TRINDADE, 2005, p. 261, 267.
[1287] BONAFÈ, 2009, p. 250.
[1288] NOLLKAEMPER, 2003, p. 615; WLADIMIROFF, Michail. The Individual within International Law. *In*: THAKUR, Ramesh; MALCONTENT, Peter (eds.). **From Sovereign Impunity to International Accountability**: The Search for Justice in a World of States. Tokyo, New York, Paris: United Nations University Press, 2004, p. 111.
[1289] BONAFÈ, 2009, p. 254.
[1290] RAO, Pemmaraju Sreenivasa. International Crimes and State Responsibility. *In*: RAGAZZI, Maurizio (ed.). **International Responsibility Today**: Essays in Memory of Oscar Schachter. Leiden, Boston, Martinus Nijhoff Publishers, 2005, p. 80. No original: "*by emphasizing the individual criminal responsibility and merely punishing individuals, we will not be able in the long run to stamp out the situations that provide the environment for lawless behavior.*"
[1291] BONAFÈ, 2009, p. 236-237, 240, 250.

responsabilidade criminal dos indivíduos não pode, por si só, estabelecer que as partes contratantes não possam estar sujeitas a obrigações de não cometer genocídio e outros atos enumerados no artigo III[1292]. Além disso, a CIJ também entendeu que a condenação criminal de agentes cuja conduta possa ser atribuída ao Estado não é um pré-requisito para responsabilizar o Estado por crimes internacionais[1293]. Ou seja, além da condenação penal individual não exaurir a responsabilidade do Estado, também não é um pré-requisito para ela. Nesse sentido, retoma-se a cláusula de "sem prejuízo" do artigo 58 do ARSIWA[1294]:

> Quando os crimes contra o direito internacional são cometidos por oficiais do Estado, muitas vezes o próprio Estado é responsável pelos atos em questão ou por não os ter evitado ou punido. Em certos casos, em especial de agressão, o Estado estará envolvido por definição. Mesmo assim, a questão da responsabilidade individual é, em princípio, distinta da questão da responsabilidade do Estado. **O Estado não está isento de sua própria responsabilidade por uma conduta internacionalmente ilícita pelo processo e punição dos funcionários do Estado que a executaram. Esses funcionários também não podem se esconder atrás do Estado com relação à sua própria responsabilidade por sua conduta contrária às regras do direito internacional que lhes são aplicáveis**. (Tradução minha, destaque meu)[1295]

Portanto, apesar de serem regimes de responsabilidade diferentes, pois tratam de sujeitos distintos, aplicam padrões normativos distintos, trazem consequências distintas e possuem funções distintas no direito internacional[1296], a prática demonstra pontos de contato em complementariedade e até sobreposição entre eles, como em seu ponto de origem: a violação de obrigações devidas a toda a comunidade internacional[1297]. A consequência dessa

---

[1292] CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (Bosnia and Herzegovina v. Serbia and Montenegro). **Judgment**, 26 fev. 2007, p. 116-117, para. 173-174.

[1293] CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (Bosnia and Herzegovina v. Serbia and Montenegro). **Judgment**, 26 fev. 2007, p. 80-81, para. 180-182. No parágrafo 182 a Corte entendeu que "a responsabilidade do Estado pode surgir sob a Convenção por genocídio e cumplicidade, sem que um indivíduo seja condenado pelo crime ou por um crime associado". No original: "*State responsibility can arise under the Convention for genocide and complicity, without an individual being convicted of the crime or an associated one.*"

[1294] BONAFÉ, 2009, p. 231.

[1295] INTERNATIONAL LAW COMMISSION, 2001, p. 142-143, para. 3. No original: "*where crimes against international law are committed by State officials, it will often be the case that the State itself is responsible for the acts in question or for failure to prevent or punish them. In certain cases, in particular aggression, the State will by definition be involved. Even so, the question of individual responsibility is in principle distinct from the question of State responsibility. The State is not exempted from its own responsibility for internationally wrongful conduct by the prosecution and punishment of the State officials who carried it out. Nor may those officials hide behind the State in respect of their own responsibility for conduct of theirs which is contrary to rules of international law which are applicable to them*".

[1296] BONAFÈ, 2009, p. 237, 243. Importante destacar que, devido a essas diferenças, constatação da responsabilidade do Estado não implica automaticamente na responsabilidade criminal individual dos autores do crime pela mesma violação grave e vice-versa.

[1297] BONAFÈ, 2009, p. 221, 237, 242, 253; ESPIELL, 2005, p. 160; CANÇADO TRINDADE, 2005, p. 250, 260, 268.

sobreposição no nível de normas primárias significa dizer que a conduta material que constitui um crime internacional é a mesma em ambos os regimes de responsabilidade[1298].

É o que ocorre quando grupos religiosos são, devido a sua identidade, vítimas dos crimes discriminatórios de genocídio e perseguição envolvendo agentes estatais. A mesma conduta é relevante para determinar tanto a responsabilidade estatal como a penal individual, pois, mesmo que a apuração de uma não vincule o resultado da outra, há uma correspondência na avaliação dos elementos estruturais dos crimes internacionais nos dois regimes de responsabilidade[1299]. Mais uma vez, essa postura foi confirmada pela CIJ no caso *Bosnia and Herzegovina v. Serbia and Montenegro*, no qual considerou que o processo de apuração de fatos realizado pelo TPIY se enquadrava nas provas que merecem atenção especial na determinação do elemento da violação para fins de averiguar a responsabilidade do Estado, e que as conclusões dos fatos feitas pelo Tribunal "devem, em princípio, ser aceitas como altamente persuasivas" (tradução minha)[1300].

Se em determinada época – quando o direito penal internacional era aplicado episodicamente em circunstâncias excepcionais – foi possível conceber esses regimes em isolamento, o rápido desenvolvimento do direito penal internacional e seu foco em atrocidades em massa e na responsabilidade de agentes cuja conduta é atribuível ao Estado trouxeram à luz as questões relacionadas à sobreposição dos regimes de responsabilidade pela mesma conduta criminosa. Atualmente, parece impossível vê-los como campos perfeitamente isolados do direito internacional[1301]. Como apontado pela CIJ, "a dualidade de responsabilidade continua a ser uma característica constante do direito internacional" (tradução minha)[1302].

Conforme dito por Cançado Trindade, uma concepção compartimentalizada da responsabilidade internacional – dos Estados e dos indivíduos – leva à erradicação da impunidade apenas de forma parcial, "para que seja total, integral, deve-se afirmar e determinar, concomitantemente, a responsabilidade tanto do Estado quanto do indivíduo (o agente do

[1298] BONAFÈ, 2009, p. 247, 253.
[1299] BONAFÈ, 2009, p. 247-248.
[1300] CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (Bosnia and Herzegovina v. Serbia and Montenegro). **Judgment**, 26 fev. 2007, p. 131, 134, para. 214, 223. No original: "*it should in principle accept as highly persuasive relevant findings of fact made by the Tribunal at trial*".
[1301] BONAFÈ, 2009, p. 253, 255.
[1302] CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (Bosnia and Herzegovina v. Serbia and Montenegro). **Judgment**, 26 fev. 2007, p. 116, para. 173. No original: "*duality of responsibility continues to be a constant feature of international law*".

Estado), complementares como são" (tradução minha)[1303]. Isso porque, "Estados não são 'entidades abstratas', têm estado concretamente engajados, juntamente com perpetradores individuais [...] em atos de genocídio" e, por isso, "têm, conjuntamente, sido responsáveis por tais atos hediondos"[1304].

3.3 **Conclusão parcial**

Conclui-se deste capítulo que o percurso histórico do desenvolvimento do direito penal internacional e do direito internacional dos direitos humanos e os elementos de direitos humanos presentes nos crimes de genocídio e crimes contra a humanidade demonstram como esses dois ramos estão interconectados. Essa relação fica clara ao observar que esses dois crimes elencam grupos que são protegidos de condutas que os almejam com intenção discriminatória, isto é, com base em sua identidade. É da maior relevância que a discriminação religiosa esteja elencada como um dos possíveis elementos desses atos criminosos, demonstrando como a proteção de grupos religiosos contra o genocídio e a perseguição é tida em alta conta no sistema jurídico internacional. Assim, a resposta à pergunta "por que responsabilizar?" é a seguinte: assegurar uma resposta jurídica para as graves violações de direitos humanos que equivalem a crimes internacionais cometidos contra grupos protegidos.

Portanto, devido à importância da responsabilização internacional e a necessidade de uma resposta abrangente em situações que envolvem a sobreposição dos regimes de responsabilidade individual e estatal, que é o cenário comum do genocídio e de perseguição de grupos religiosos, a resposta à pergunta "quem deve ser responsabilizado?" é: indivíduos e Estados aos quais se podem atribuir essas graves violações.

Assim, **o esquema conceitual capaz de explicar a prática internacional em sua totalidade e, por isso, adotado nesta dissertação é o seguinte**: há situações em que uma mesma conduta violadora de obrigações internacionais primárias irá ensejar ambos os regimes

---

[1303] CANÇADO TRINDADE, 2005, p. 268. No original: "*For this latter to be total, integral, one ought to affirm and determine, concomitantly, the responsibility both of the State and of the individual (the State agent), complementary as they are*". Ver também CANÇADO TRINDADE, 2020, p. 367, 372, 374; CANÇADO TRINDADE, 2015, p. 237-265; CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Caso Myrna Mack Chang v. Guatemala. **Voto Razonado del Juez A. A. Cançado Trindade**, Série C, no. 101, 25 nov. 2003, para. 14-20 (neste caso, foi abordada a questão da responsabilidade agravada do Estado); CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Caso Masacre Plan de Sánchez v. Guatemala. Fondo. **Sentença de 29 de abril de 2004 (Voto Razonado del Juez A. A. Cançado Trindade)**, Série C, no. 105, para. 38-39, 2004.

[1304] CANÇADO TRINDADE, 2015, p. 238-239.

de responsabilidade internacional do indivíduo e do Estado[1305]. Nesses casos, cada regime de responsabilização será regido por seus diferentes conjuntos de regras secundárias, cuja coordenação e aplicação consistente visa a proteção das obrigações mais importantes devidas à comunidade internacional como um todo[1306]. Apesar de serem regimes distintos, possuem pontos de conexão e, quando cada um cumpre sua função, funcionam de modo complementar. Desse modo, é preciso que ambos os regimes de responsabilidade internacional sejam levados em consideração para uma proteção abrangente de grupos religiosos, nacionais, étnicos e raciais contra graves violações de seus direitos humanos.

[1305] NOLLKAEMPER, 2003, p. 639; LEKKAS, 2019, p. i.
[1306] BONAFÈ, 2009, p. 245, 253, 254.

CONCLUSÃO

Grupos religiosos continuam a ser alvos de violência com base em sua identidade, violência que por vezes equivale a perseguição ou genocídio. Em face do exposto nesta dissertação, comprova-se a hipótese inicial: respostas jurídicas que recorram apenas à responsabilidade do indivíduo ou apenas à responsabilidade estatal não são suficientes, pois, diante de crimes internacionais, uma resposta que leve em conta a atuação complementar dos regimes de responsabilidade internacional é mais efetiva para proteção dos direitos humanos.

O **primeiro capítulo** analisou o quadro de normas internacionais que regulam a liberdade religiosa, tanto do sistema universal de direitos humanos como dos regionais, bem como o modo que seus mecanismos têm compreendido a aplicação desse direito em casos concretos. Foi visto que em matéria de tratados – Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos (PIDCP), Convenção Europeia de Direitos Humanos, Convenção Americana de Direitos Humanos, Carta Africana de Direitos Humanos e dos Povos e Carta Árabe de Direitos Humanos –, apesar das particularidades de cada sistema, há consenso normativo quanto ao conteúdo da liberdade de religião ou crença incluir os aspectos da liberdade interna e externa, a proibição da coerção, a proibição da discriminação religiosa e requisitos que devem ser respeitados quando essa liberdade é limitada. Todos esses tratados possuem também, além de um artigo positivando a liberdade de crença, dispositivo que proíbe a discriminação religiosa[1307], o que demonstra que esse é um dos elementos centrais dos direitos de pessoas e grupos religiosos[1308].

Tal núcleo normativo guarda relação com os crimes internacionais que envolvem intenção discriminatória: quando atos de genocídio ou perseguição como crime contra a humanidade são cometidos contra grupos religiosos, a liberdade de religião ou crença é gravemente violada em seu significado essencial. O genocídio é a "a negação do direito de existência de grupos humanos inteiros" (tradução minha)[1309], e a perseguição é a privação grave de direitos fundamentais, motivada pela identidade religiosa. São crimes que discriminam para negar aos grupos religiosos o direito de existirem como são e de usufruírem de seus direitos

[1307] Artigo 2(1) PIDCP, artigo 14 Convenção Europeia de Direitos Humanos, artigo 1(1) Convenção Americana de Direitos Humanos, artigo 2 Carta Africana de Direitos Humanos e dos Povos, artigo 3(1) Carta Árabe de Direitos Humanos.
[1308] Ver capítulo 1, tópico 1.3 desta dissertação.
[1309] UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. Resolution 96(I). **UN Doc A/RES/96(I)**, 11 dez. 1946. Disponível em: https://undocs.org/en/A/RES/96(I). No original: "*a denial of the right of existence of entire human groups*".

humanos[1310]. Quando ocorrem, duas principais respostas jurídicas internacionais podem ser provocadas: a responsabilidade individual e a estatal.

O **segundo capítulo** avaliou as duas possibilidades de responsabilidade internacional quando grupos religiosos são alvos de genocídio e perseguição. Assim, foram analisadas as normas aplicáveis – Estatuto de Roma[1311] e Convenção para Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio (Convenção contra o Genocídio)[1312] – e os mecanismos de responsabilização correspondentes – tribunais penais internacionais[1313] e Corte Internacional de Justiça (CIJ)[1314]. Também foram analisados casos específicos de responsabilização de indivíduos e do Estado por genocídio e perseguição de grupos religiosos, nomeadamente: *Krstić*, *Tolimir*, *Karadžić* e *Mladić* do Tribunal penal Internacional para ex-Iugoslávia (TPIY)[1315] e *Bosnia and Herzegovina v. Serbia and Montegro* da CIJ[1316]. Por meio deles, especialmente por terem analisado os mesmos fatos que ocorreram na Bósnia contra o grupo de bósnios muçulmanos na década de 1990, foi possível compreender o escopo de atuação, limites e interrelação dos sistemas de responsabilidade internacional.

A partir da análise dos casos do TPIY, foi possível concluir que[1317]: (i) o grupo vítima de genocídio ou perseguição por vezes abarca mais de uma das identidades consideradas protegidas; (ii) a intenção genocida é exclusivamente a de destruir materialmente o grupo em questão; (iii) na ausência de provas diretas da intenção genocida, ela pode ser inferida a partir dos fatos e circunstâncias; (iv) ataques a propriedade e símbolos religiosos do grupo almejado podem ser parte das provas da intenção de materialmente destruí-lo; (v) a intenção de erradicar um grupo em uma área geográfica limitada pode ser caracterizada como genocida; (vi) para que se caracterize a intenção de destruir um grupo em parte, é preciso que os autores busquem a destruição de uma parte distinta, significativa o suficiente para impactar o grupo como um todo; (vii) atos que envolvem clara discriminação religiosa e ataques a propriedades de grande impacto para as vítimas realizados por motivo discriminatório – e com os demais requisitos de crimes contra a humanidade – constituem crime de perseguição; (viii) perseguição e genocídio, apesar da intenção discriminatória em comum, possuem requisitos singulares e, por isso, um não pode ser subsumido no outro; (ix) a avaliação da responsabilidade internacional de um

[1310] Ver capítulo 1, tópico 1.3 desta dissertação.
[1311] Ver capítulo 2, tópico 2.1.2 desta dissertação.
[1312] Ver capítulo 2, tópico 2.2.2.1 desta dissertação.
[1313] Ver capítulo 2, tópico 2.1.3 desta dissertação.
[1314] Ver capítulo 2, tópico 2.2.3 desta dissertação.
[1315] Ver capítulo 2, tópico 2.1.3.2 desta dissertação.
[1316] Ver capítulo 2, tópico 2.2.3.2 desta dissertação.
[1317] Ver capítulo 2, tópico 2.1.3.2.3 desta dissertação.

indivíduo segue os altos padrões probatórios de procedimentos penais de além de qualquer dúvida razoável.

O mecanismo que atua hoje a nível internacional para a responsabilidade de indivíduos por crimes internacionais é o Tribunal Penal Internacional (TPI). Apesar de cumprir um papel essencial para a justiça internacional, há limites quanto à sua atuação, como o fato de lidar especialmente com os indivíduos em posição de liderança – os considerados mais responsáveis –, os limites de sua jurisdição e o fato de agir sob o princípio da complementariedade em relação à jurisdição penal nacional[1318]. Por isso, é importante também considerar outros meios de atribuição de responsabilidade penal por crimes internacionais, como as cortes híbridas/internacionalizadas e as cortes nacionais por meio de jurisdição universal. Ambas possuem o benefício de serem vistas como iniciativas mais próximas à realidade dos conflitos locais, ao invés de uma interferência externa[1319].

Assim, seja o mecanismo utilizado, a responsabilidade individual frente a crimes internacionais cumpre o propósito de punir os perpetradores imediatos, com a finalidade de retribuição e prevenção. Por isso, sua análise é limitada à responsabilização de determinados indivíduos por atos específicos aos quais esses indivíduos estão subjetivamente associados. Cumpre-se a lógica estabelecida pelo Tribunal de Nuremberg: "crimes contra o direito internacional são cometidos por homens, não por entidades abstratas, e somente punindo os indivíduos que cometem tais crimes é que as disposições do direito internacional podem ser cumpridas" (tradução minha)[1320].

Quanto à responsabilização do Estado, a partir da análise dos casos da CIJ quanto à Convenção contra o Genocídio, foi possível concluir que[1321]: (i) um Estado pode ser responsabilizado pelos atos do artigo III da Convenção, por não prevenir e por não punir, e cada uma dessas obrigações tem seu conteúdo normativo próprio; (ii) apesar de não estar vinculada às conclusões de um tribunal penal internacional, a CIJ tem demonstrado deferência a elas; (iii) a determinação da violação das obrigações do Estado sob a Convenção é dependente da constatação da ocorrência do genocídio, mas não é necessário que já tenha havido a condenação penal de um indivíduo; (iv) o grupo protegido precisa ter características específicas positivas, e

[1318] Ver capítulo 2, tópico 2.1.3.1 desta dissertação.
[1319] Ver capítulo 2, tópico 2.1.4 desta dissertação.
[1320] Citado em DUPUY, Pierre-Marie. Volume II, s.5 The Statute and General International Law, 26 International Criminal Responsibility of the Individual and International Responsibility of the State. *In*: CASSESE, Antonio; GAETA, Paola; JONES, John R. W. D (eds.). **The Rome Statute of the International Criminal Court**. Oxford Scholarly Authorities on International Law, 2002, p. 1085. No original: "*Crimes against international law are committed by men, not by abstract entities, and only by punishing individuals who commit such crimes can the provisions of international law be enforced*".
[1321] Ver capítulo 2, tópico 2.2.3.2.4 desta dissertação.

não a falta delas; (v) para casos de inferência do *dolus specialis* de determinado padrão de conduta, essa deve ser a única inferência que se poderia razoavelmente fazer; (vi) a destruição da herança histórica, cultural e religiosa pode ser considerada como evidência de uma intenção de destruir fisicamente o grupo; (vii) uma vez verificado que o genocídio ocorreu, avalia-se se a conduta é atribuível ao Estado por meio do seguinte método: primeiro, verifica se foi cometido por pessoas cuja conduta é necessariamente atribuível ao Estado (artigo 4 ARSIWA) ou que devem ser tratadas como parte de seus órgãos pelo seu nível de dependência dele; segundo, verifica se o genocídio foi cometido por pessoas que agiram sob controle efetivo do Estado (artigo 8 ARSIWA); também verifica-se se a conduta pode ser atribuída ao Estado com base em outros dispositivos do ARSIWA; (viii) a obrigação de prevenir é uma obrigação de conduta, sua violação resulta da mera falha/omissão e é suficiente que o Estado normalmente devesse estar ciente do sério perigo de que o genocídio seria cometido; (ix) a não cooperação com um tribunal penal que tenha jurisdição sob o caso pode resultar na violação da obrigação de punir; (x) exige-se um padrão de prova mais elevado devido à seriedade excepcional das acusações de genocídio, e a Corte tem utilizado categorias penais para a averiguação do elemento de violação da norma internacional primária.

A jurisprudência da CIJ tem demonstrado que os casos de responsabilização por violação da Convenção contra o Genocídio são bastante excepcionais, especialmente em relação ao cometimento de genocídio atribuível ao Estado, e que suas medidas de reparação são limitadas, por vezes insuficientes para as vítimas reais. Espera-se para ver se permanecerá do mesmo modo com os casos atualmente em andamento na Corte, que provavelmente envolverão que os juízes decidam sem o contexto da análise prévia de um tribunal penal internacional, diferente do que ocorreu nos casos *Bosnia and Herzegovina v. Serbia and Montenegro* e *Croatia v. Serbia*.

Além disso, a CIJ enfrenta as limitações dos requisitos para acesso à sua jurisdição[1322]. Portanto, apesar de também cumprir papel primordial para a concretização da justiça a nível internacional, é importante considerar a atuação de outros mecanismos que averiguam o cumprimento de obrigações do Estado, como cortes regionais de direitos humanos e organismos de tratados de direitos humanos da ONU[1323]. Para tanto, seria necessário enquadrar as condutas em pauta nos termos de violações do tratado de direito humano específico que aquele mecanismo supervisiona. Ou, em casos de tratados de direitos humanos que concedem jurisdição da CIJ, pode ser possível enquadrar a violação em seus termos – obrigações mais

[1322] Ver capítulo 2, tópico 2.2.3.1 desta dissertação.
[1323] Ver capítulo 2, tópico 2.3 desta dissertação.

amplas do que os crimes em si – para averiguação de responsabilidade estatal pela Corte. É o caso, por exemplo, da Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial[1324]. Isso é especialmente interessante para violações que não atinjam o nível ou não tenham como provar a intenção específica requerida no crime de genocídio. Nesse sentido, também é primordial que se avance na elaboração de uma convenção sobre crimes contra a humanidade que conceda jurisdição à Corte[1325].

Assim, a responsabilidade estatal cumpre a função de cessação e reparação do ato ilícito internacional, que visa restaurar a relação legal do Estado infrator com a regra primária em questão, eliminar as consequências do ato ilícito e restabelecer a situação que existiria se o ato não tivesse sido cometido. Desse modo, endereça uma resposta a nível estatal para crimes que usualmente envolvem a estrutura do Estado e, assim, considera as causas sistêmicas que proporcionam o ambiente para o comportamento ilícito de natureza sistêmica. Cumpre-se, portanto, outro aspecto importante da resposta internacional para casos de atrocidades em massa, aquele que reconhece que "Estados não são 'entidades abstratas'; têm estado concretamente engajados, juntamente com perpetradores individuais [...], em atos de genocídio"[1326].

Portanto, no **terceiro capítulo** considera-se que o genocídio e a perseguição, como crimes que envolvem a discriminação, estão na intersecção entre o direito penal internacional e o direito internacional dos direitos humanos. Os grupos religiosos são um dos grupos que se beneficiam dessa convergência, uma vez que estão entre os grupos protegidos desses tipos penais. Isso é de grande relevância para a tutela dos direitos desses grupos, pois ainda há inúmeros conflitos que, além de aspecto nacionais, étnicos ou raciais, envolvem também o religioso. Pessoas com uma afiliação religiosa a ponto de serem identificadas de modo distintivo como parte de uma comunidade estável são vulneráveis tais quais grupos nacionais, étnicos e raciais. Por isso, são protegidas pelas normativas internacionais, que reconhecem esse aspecto inalienável do ser humano: crer – envolvendo a prática da crença religiosa e afiliação a um grupo religioso[1327].

[1324] Ver, por exemplo, CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Application of the International Convention on the Elimination of All Forms of Racial Discrimination (Armenia v. Azerbaijan). **Application instituting proceedings and request for the indication of provisional measures**, 16 set. 2021, para. 3-4, 24-26, 96, 97(B), 114, 127, 131.

[1325] Ver capítulo 2, tópico 2.2.2.2 desta dissertação.

[1326] CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. **A responsabilidade do Estado sob a Convenção contra o Genocídio**: em defesa da dignidade humana. Haia/Fortaleza: IBDH-IIDH, 2015, p. 239.

[1327] Ver capítulo 3, tópico 3.1 desta dissertação.

Devido a relação entre os campos do direito penal internacional e os direitos humanos, vem uma segunda, a conexão entre a responsabilidade internacional do indivíduo e do Estado. Assim, por meio da reflexão sobre essas duas relações, ainda no terceiro capítulo sugere-se uma abordagem das bases conceituais que possibilita uma resposta jurídica internacional que considera as violações estudadas nesta dissertação em sua totalidade[1328].

O esquema conceitual proposto para explicar a prática internacional em sua totalidade é o seguinte: há situações em que uma mesma conduta violadora de obrigações internacionais primárias irá ensejar ambos os regimes de responsabilidade internacional do indivíduo e do Estado[1329]. Nesses casos, cada regime de responsabilização será regido por seus diferentes conjuntos de regras secundárias, cuja coordenação e aplicação consistente visa a proteção das obrigações mais importantes devidas à comunidade internacional como um todo[1330]. Apesar de serem regimes distintos, possuem pontos de conexão e, quando cada um cumpre sua função, funcionam de modo complementar. Uma vez que o genocídio e a perseguição de grupos religiosos estão entre as situações em que há a sobreposição dos regimes de responsabilidade internacional, é preciso que os dois sejam levados em consideração para uma proteção abrangente dessas comunidades contra graves violações de seus direitos humanos. Portanto, tanto indivíduos como Estados aos quais se podem atribuir as graves violações devem ser responsabilizados.

Isso porque um regime de responsabilidade não substitui o outro e ambos se complementam em seus propósitos. A responsabilidade individual com o foco específico em determinados indivíduos aos quais pode ser atribuída a autoria dos crimes e com a função de puni-los. Assim, reflete uma parte do quadro completo de uma atrocidade em massa, parte que é essencial para o combate da impunidade. A responsabilidade estatal com o foco nos testes de atribuição da conduta dos autores do crime ao Estado e em suas ações governamentais a nível de prevenção e punição, com a função de cessar e reparar. Assim, reflete o aspecto do envolvimento do aparato estatal frequentemente presente no quadro de uma atrocidade em massa, não permitindo que a prevenção e punição de crimes internacionais sejam definidas apenas pelas medidas que os Estados estão dispostos a empregar[1331]. Assegurar a

---

[1328] Ver capítulo 3, tópico 3.2 desta dissertação.

[1329] NOLLKAEMPER, André. Concurrence between Individual Responsibility and State Responsibility in International Law. **The International and Comparative Law Quarterly**, vol. 52, no. 3, 2003, p. 639; LEKKAS, Sotirios-Ioannis. **Duality of Responsibility in International Law**. 2019. Thesis (Doctor of Philosophy) – University of Oxford, Faculty of Law, St. Anne's College, Trinity Term 2019, p. i.

[1330] BONAFÈ, Beatrice I. **The Relationship Between State and Individual Responsibility for International Crimes**. Leiden, Boston: Martinus Nijhoff Publishers, 2009, p. 245, 253, 254.

[1331] WEATHERALL, Thomas. **Duality of Responsibility in International Law**: The Individual, the State, and International Crimes. Leiden: Brill, Nijhoff, 2022, p. 350-351.

responsabilidade do Estado quando ele está envolvido com os indivíduos que cometem o crime internacional afirma a necessidade de que os Estados desenvolvam restrições legais para evitar que seu aparato seja utilizado de maneiras ilegais.

Um Estado só "comete um crime" por meio de um indivíduo cuja conduta criminosa seja atribuível a ele como ato ilícito internacional. Ao mesmo tempo, um indivíduo só comete certos crimes com o uso do aparato estatal – "Estados necessitam dos indivíduos para perpetrar seus crimes, e os indivíduos das estruturas públicas estatais para planificar a morte"[1332]. Crimes contra a humanidade envolvem, pelo menos, uma política implícita ou tolerância da autoridade estatal[1333]. Na história, genocídios têm repetidamente ocorrido com o apoio de políticas de Estado[1334], pois "eliminação de um grupo exige a cada etapa de sua realização o apoio da classe política dirigente e a participação de órgãos do Estado, sua cumplicidade, sua submissão, seu silêncio"[1335]. Por isso, se em algum momento o desenvolvimento do direito penal internacional desviou o foco da ação dos Estados para a ocorrência desses crimes[1336], é preciso retomá-lo para que ambos caminhem juntos, até porque a responsabilidade estatal antecede a aceleração mais recente do direito penal internacional[1337]. A famosa frase pronunciada em Nuremberg não foi utilizada para negar a responsabilidade do Estado, mas para explicar que indivíduos também poderiam ser responsabilizados[1338]. Como dito por Lauterpacht:

> Pode haver pouca esperança para o direito internacional e a moralidade se o indivíduo, agindo como órgão do Estado, puder, ao violar o direito internacional, proteger-se efetivamente atrás do Estado impessoal e metafísico; e se o Estado, nessa capacidade, puder evitar a punição invocando a injustiça da punição coletiva. (Tradução minha)[1339]

Genocídio e crimes contra a humanidade são usualmente cometidos em contextos especialmente complexos. Em relação ao genocídio, Ervin Staub chamou esse contexto de um

---

[1332] GORAIEB, Elizabeth. **Responsabilidade penal do estado**. 2019. Tese (Doutorado em Direito Internacional) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 25 mar. 2019, p. 474, 501, 503-504.
[1333] Ver capítulo 2, tópico 2.1.2.2 desta dissertação.
[1334] MILANOVIĆ, Marko. State Responsibility for Genocide. **The European Journal of International Law**, vol. 17, no. 3, 2006, p. 603; GORAIEB, 2019, p. 17, 383, 414-474; DOLINGER, Jacob. **The case for Closing the UN**: International Human Rights - A Study in Hypocrisy. Jerusalém/Israel: Gefen Publishing House Ltd., 2016, p. 238.
[1335] GORAIEB, 2019, p. 460, 466, 503-504.
[1336] SEIBERT-FOHR, Anja. Part V Accountability of States for Genocide, 16 State Responsibility for Genocide under the Genocide Convention. *In*: GAETA, Paola (ed.). **The UN Genocide Convention**: A Commentary. Oxford Commentaries on International Law, 2009a, p. 349.
[1337] SEIBERT-FOHR, 2009a, p. 369.
[1338] CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (Bosnia and Herzegovina v. Serbia and Montenegro). **Judgment**, 26 fev. 2007, para. 172; SEIBERT-FOHR, 2009a, p. 369-370; NOLLKAEMPER, 2003, p. 625; DUPUY, 2002, p. 1086; WEATHERALL, 2022, p. 347.
[1339] LAUTERPACHT, Hersch. Règles générales du droit de la paix. **Recueil des Cours de l'Académie de Droit International**, vol. 62, 1937, p. 116, 350-352. No original: "*Il ne peut guère y avoir d'espoir pour le droit international et la morale si l'individu, agissant comme l'organe de l'État peut, en violant le droit international, s'abriter effectivement derrière l'État impersonnel et métaphysique; et si l'État, en cette capacité, peut éviter le châtiment en invoquant l'injustice de la punition collective.*"

processo de "*continuum* de destruição"[1340], constituído por um conjunto de condições na ausência das quais o crime simplesmente parece não ocorrer[1341]. Quando os mecanismos expostos nesta dissertação – TPI, cortes híbridas, cortes nacionais por meio de jurisdição universal, CIJ, cortes regionais de direitos humanos, organismos de tratados da ONU, outros mecanismos de direitos humanos – atuam frente aos cenários de crimes de discriminação cometidos contra grupos religiosos, eles funcionam como diferentes camadas da resposta internacional, cada uma em seu escopo de atuação, finalidade e limitações específicas, auxiliando no preenchimento das lacunas umas das outras[1342].

Assim será possível uma resposta simétrica para os crimes internacionais, que considere tanto a responsabilidade dos perpetradores imediatos e o envolvimento ou omissão do Estado, proporcionando punição individual e reparação estatal para as vítimas. Atuação complementar dos sistemas de responsabilidade na proteção dos mesmos valores, cada um em sua autonomia[1343], com o "desejo comum de efetivar as normas primárias do direito internacional, como a proibição do genocídio" (tradução minha)[1344]. Dessa forma, por meio de consequências que enderençam as causas em sua totalidade[1345], a comunidade internacional pode aproximar-se um passo a mais da eliminação das situações que proporcionam o contexto do comportamento ilícito[1346]. Com a lembrança constante de que se "o mundo falhou em impedir o genocídio [e, adiciono, a perseguição] [...], esse não é um problema que a lei possa resolver

---

[1340] Capítulo 2 da obra STAUB, Ervin. **The Roots of Evil**: The Origins of Genocide and Other Group Violence. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

[1341] HOLTERMANN, Jakob V. H. 'Can I Be Brought before the ICC?' Deterrence of Mass Atrocities between Jus in Bello and Jus ad Bellum. *In*: JEßBERGER, Florian; GENEUSS, Julia (eds.). **Why Punish Perpetrators of Mass Atrocities?** Purposes of Punishment in International Criminal Law. New York: Cambridge University Press, 2020, p. 146.

[1342] HOLTERMANN, 2020, p. 147-148. Ver MANDEL-ANTHONY, David. Hardwiring Accountability for Mass Atrocities. **Drexel Law Review**, vol. 11, 2019. Ver também REASON, James. The Contribution of Latent Human Failures to the Breakdown of Complex Systems. **Philosophical Transactions of the Royal Society of London**, Series B, vol. 327, no. 1241, 12 abr. 1990, p. 475-484.

[1343] SEIBERT-FOHR, 2009a, p. 350, 371; NOLLKAEMPER, 2003, p. 636, 638-639; CANÇADO TRINDADE, 2015, p. 238-239, 250-251, 260, 264; CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. **International Law for Humankind**. Leiden, Boston: Brill Nijhoff, 3 ed., 2020, p. 367, 372, 374; CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. Complementarity between State Responsibility and Individual Responsibility for Grave Violations of Human Rights: The Crime of State Revisited. *In*: RAGAZZI, Maurizio (ed.). **International Responsibility Today**: Essays in Memory of Oscar Schachter. Leiden, Boston: Martinus Nijhoff Publishers, 2005, p. 253-269; ESPIELL, Héctor Gros. International Responsibility of the State and Individual Criminal Responsibility in the International Protection of Human Rights. *In*: RAGAZZI, Maurizio (ed.). **International Responsibility Today**: Essays in Memory of Oscar Schachter. Leiden, Boston: Martinus Nijhoff Publishers, 2005, p. 156, 160; GAETA, Paola. On What Conditions Can a State Be Held Responsible for Genocide? **European Journal of International Law**, vol. 18, no. 4, 2007, p. 636, 643.

[1344] SEIBERT-FOHR, 2009a, p. 373. No original: "*common desire to effectuate primary norms of international law, such as the prohibition of genocide*."

[1345] NOLLKAEMPER, 2003, p. 625; MILANOVIĆ, 2006, p. 603.

[1346] RAO, Pemmaraju Sreenivasa. International Crimes and State Responsibility. *In*: RAGAZZI, Maurizio (ed.). **International Responsibility Today**: Essays in Memory of Oscar Schachter. Leiden, Boston, Martinus Nijhoff Publishers, 2005, p. 80.

por si só: a verdadeira solução requer um compromisso moral fundamental e não páginas e páginas de análise jurídica" (tradução minha)[1347].

[1347] MILANOVIĆ, 2006, p. 604. No original: "*the world failed to stop the genocide […], this is not a problem the law can solve by itself: the true solution requires a fundamental moral commitment and not pages upon pages of legal analysis*".

REFERÊNCIAS

Obras

AGO, Roberto. **Scritti sulla responsabilità internazionale degli stati**. Editore Jovene, vol. 1, 1978.

ALSTON, Philip. **Peoples' Rights**: Collected Courses of the Academy of European Law, IX/2. Oxford: Oxford University Press, 2001.

AMBOS, Kai. **Treatise on International Criminal Law**: Volume 1 Foundations and General Part. Oxford: Oxford University Press, 2013.

ANZILOTTI, Dionisio. **Corso di diritto internazionale**. Padua, CEDAM, 4th ed., vol. I, 1955.

ANZILOTTI, Dionisio. **Teoria generale della responsabilita dello Stato nel diritto internazionale**. Florence: F. Lumachi, 1902, reprinted in Scritti di diritto internazionale pubblico, Padua: CEDAM, vol. II, t. 1, 1956.

ÅRSHEIM, Helge. **Making Religion and Human Rights at the United Nations**. Boston: Walter de Gruyter, 2018.

BASSIOUNI, M. Cherif. **Crimes against humanity in international criminal law**. Haia: Kluwer, 2 ed., 1999.

BIELEFELDT, Heiner; GHANEA, Nazila; WIENER, Michael. **Freedom of Religion or Belief**: An International Law Commentary. Oxford/United Kingdom: Oxford University Press, 2016.

BONAFÈ, Beatrice I. Reassessing Dual Responsibility for International Crimes. **Sequência Florianópolis**, no. 73, ago. 2016.

CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. **A responsabilidade do Estado sob a Convenção contra o Genocídio**: em defesa da dignidade humana. Haia/Fortaleza: IBDH-IIDH, 2015.

CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. **International Law for Humankind**. Leiden, Boston: Brill Nijhoff, 3 ed., 2020.

CASSESE, Antonio. **International Criminal Law**. Oxford: Oxford University Press, 2003.

CASSESE, Antonio. **International Criminal Law**. Oxford: Oxford University Press, 2 ed., 2008.

CASSESE, Antonio. **International Law**. Oxford: Oxford University Press, 2001.

CRAWFORD, James; PELLET, Alain; OLLESON, Simon; PARLETT, Kate. **The Law of International Responsibility**. Oxford University Press, 2010.

DINH, Nguyen; DAILLER, Patrick; PELLET, Alain. **Direito internacional público**. Lisboa: Calouste, 1999.

DOLINGER, Jacob. **The case for Closing the UN**: International Human Rights - A Study in Hypocrisy. Jerusalém/Israel: Gefen Publishing House Ltd., 2016.

EVANS, Carolyn. **Freedom of Religion under the European Convention on Human Rights**. Oxford University Press, 2001.

GAETA, Paola (ed.). **The UN Genocide Convention**: A Commentary. Oxford Commentaries on International Law, 2009.

GLASER, Stefan. **Infraction Internationale: Ses Élements Constitutifs et Ses Aspects Juridiques**. Paris: Librairie Génerale de Droit et de Jurisprudence, 1957.

GLENDON, Mary Ann. **A World Made New**: Eleanor Roosevelt and the Universal Declaration of Human Rights. New York: Random House, 2002.

HART, H. L. A. **The Concept of Law XV**. Oxford: Oxford University Press, 3 ed., 2012.

HORDER, Jeremy. **Ashworth's Principles of Criminal Law**. Oxford: Oxford University Press, 9th ed., 2019.

JAPIASSÚ, Carlos Eduardo Adriano. **Direito Penal Internacional**. São Paulo: Tirant Lo Blanch, 2020.

JØRGENSEN, Nina H. B. **The Responsibility of States for International Crimes**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

JOSEPH, Sarah; CASTAN, Melissa. **The International Covenant on Civil and Political Rights**: Cases, Materials, and Commentary. Oxford Public International Law, 3 ed., jul. 2013.

KELSEN, Hans. **Principles of International Law**. Nova York: Rinehart & Co. Inc., 1952.

LEITE, Fábio Carvalho. **Estado e Religião**: a Liberdade Religiosa no Brasil. Curitiba: Juruá Editora, 2014.

LEMKIN, Raphaël. **Axis Rule in Occupied Europe**. Washington, DC: Carnegie Endowment, 1944.

MAZOWER, Mark. **No Enchanted Palace**: The End of Empire and the Ideological Origins of the United Nations. Princeton, NJ and Oxford: Princeton University Press, 2009.

MELLO, Celso D. de Albuquerque. **Curso de direito internacional público**. Rio de Janeiro: Renovar, 13 ed., vol. 1, 2001.

MOYN, Samuel. **The Last Utopia, Human Rights in History**. Cambridge, MA: Belknap Press, 2012.

MOYNIER, Gustave. **La création d'une institution judiciaire internationale, propre à prévenir et à réprimer les infractions à la Convention de Genève**. Geneva: Comité international de secours aux militaires blessés, 1872.

POWER, Samantha. **"A Problem from Hell"**: America and the Age of Genocide. New York: Basic Books, 2002.

QUIGLEY, John. **The Genocide Convention**. Hampshire, Burlington: Ashgate, 2006.

QUINTANO RIPOLLÉS, Antonio. **Tratado de Derecho Penal Internacional e Internacional Penal Tomo I**. Madri: Consejo Superior de Investigaciones Cientificas, Instituto "Francisco de Vitoria", 1955.

ROBINSON, Nehemiah. **The Genocide Convention**: A Commentary. New York: Institute of Jewish Affairs, World Jewish Congress, 1960.

ROMANO, Cesare P. R.; NOLLKAEMPER, André; KLEFFNER, Jann K. (eds.). **Internationalized Criminal Courts**: Sierra Leone, East Timor, Kosovo, and Cambodia. Oxford: Oxford University Press, 2004.

SATTAR, Adnan. **Criminal Punishment and Human Rights**: Convenient Morality. London: Routledge, 2019.

SCHABAS, William A. **Genocide in International Law**: The Crime of Crimes. Cambridge: Cambridge University Press, 2 ed., 2009.

SCHABAS, William A. **The European Convention on Human Rights**: A Commentary. Oxford Commentaries on Internaional Law, 2015.

SCHABAS, William A. **The UN International Criminal Tribunals**: the former Yugoslavia, Rwanda and Sierra Leone. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

SEIBERT-FOHR, Anja. **Prosecuting Serious Human Rights Violations**. Oxford University Press, 2009b.

SHELTON, Dinah. **Encyclopedia of genocide and crimes against humanity**. Detroit: Thomson Gale, 2005.

SHELTON, Dinah. **Remedies in International Human Rights Law**. Oxford: Oxford University Press, 2 ed., 2005.

SILVA, Isadora Isaura Mendes da. **A crise de direitos humanos em Mianmar**: a liberdade religiosa e a cidadania dos rohingya em foco. Lumen Juris, 2022.

SLOBODA, Pedro Muniz Pinto. **A Síndrome de Brás Cubas**: Sanções Unilaterais e a Responsabilidade Internacional dos Estados. Brasília: FUNAG, 2018.

STAUB, Ervin. **The Roots of Evil**: The Origins of Genocide and Other Group Violence. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

TEMPERMAN, Jeroen. **Religious Hatred and International Law**: The Prohibition of Incitement to Violence or Discrimination. Cambridge University Press, 2015.

THORNBERRY, Patrick. **International Law and the Rights of Minorities**. Oxford: Clarendon Press, 1992.

TURKEL, Nury. **No Escape**: The True Story of China's Genocide of the Uyghurs. Haper Collins, 2022.

VIEIRA, Thiago Rafael. **Liberdade Religiosa**: fundamentos teóricos para proteção e exercício da crença. São Paulo: Almedina, 2023.

VIEIRA, Thiago Rafael; REGINA, Jean Marques. **ONU Agenda 2030**: e a Liberdade Religiosa? Porto Alegre: Concórdia, 2022.

WEATHERALL, Thomas. **Duality of Responsibility in International Law**: The Individual, the State, and International Crimes. Leiden: Brill, Nijhoff, 2022.

WERLE, Gerhard; JEßBERGER, Florian. **Principles of International Criminal Law**. Oxford: Oxford University Press, 3 ed., 2014.

WOJCIKIEWICZ ALMEIDA, Paula; BRANDÃO Júlia Rodrigues Costa de Serpa; WEINGÄRTNER, Ananda Menegotto. **A Latin American Guide to the International Court of Justice Case Law**. Cambridge Scholars Publishing, 2016.

Teses e cursos da Academia de Direito Internacional da Haia

AGO, Roberto. Le délit international. **Recueil de Cours de l'Académie de Droit International**, vol. 68, 1939.

BOOT, Machteid. **Genocide, Crimes Against Humanity, War Crimes**: Nullum Crimen Sine Lege and The Subject Matter Jurisdiction of the ICC. Doctoral Thesis (Doctor of Philosophy) – Antwerpen, Intersentia, 2002.

DUPUY, Pierre-Marie. Le fait générateur de la responsabilité internationale des états. **Recueil des Cours de l'Académie de Droit International**, vol. 188, 1984.

EUSTATHIADES, Constantin Th. Les sujets du droit international et la responsabilité internationale: nouvelles tendances. **Recueil des Cours de l'Académie de Droit International**, vol. 84, 1953.

GORAIEB, Elizabeth. **Responsabilidade penal do estado**. 2019. Tese (Doutorado em Direito Internacional) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 25 mar. 2019.

GRAVEN, Jean. Les crimes contre l'humanité. **Recueil des Cours de l'Académie de Droit International**, vol. 76, 1950.

HONRUBIA, Victoria Abellán. La responsabilité internationale de l'individu. **Recueil des Cours de l'Académie de Droit International**, vol. 280, 1999.

LAUTERPACHT, Hersch. Règles générales du droit de la paix. **Recueil des Cours de l'Académie de Droit International**, vol. 62, 1937.

LEKKAS, Sotirios-Ioannis. **Duality of Responsibility in International Law**. 2019. Thesis (Doctor of Philosophy) – University of Oxford, Faculty of Law, St. Anne's College, Trinity Term 2019.

SCHABAS, William A. Relationships Between International Criminal Law and Other Branches of International Law. **Recueil des Cours de l'Académie de Droit International**, vol. 417, 2021.

SIMMA, Bruno. From Bilateralism to Community Interest in International Law. **Recueil des Cours de l'Académie de Droit International**, vol. 250, 1994.

WATTS, Arthur. The Legal Position in International Law of Heads of States, Heads of Governments and Foreign Ministers. **Recueil des Cours de l'Académie de Droit International**, vol. 247, 1994.

Capítulos de livros

ABI-SAAB, Georges. The Concept of "International Crimes" and its Place in Contemporary International Law. *In*: WEILER, Joseph H; CASSESE, Antonio; SPINEDI, Marina (eds.). **International Crimes of State**: A Critical Analysis of the ILC's Draft Article 19 on State Responsibility, Berlin, Boston: De Gruyter, 1989.

ALVES, Rodrigo Vitorino Souza. Organization of American States. *In*: ROBBERS, Gerhard; DURHAM, W. Cole (org.). **Encyclopedia of Law and Religion**. Leiden & Boston: Brill, 1 ed., vol. 5, 2016.

BASSIOUNI, M. Cherif. A rationale for international crimes. *In*: BASSIOUNI, M. Cherif. **A Draft International Criminal Code and Draft for an International Criminal Tribunal**. Dordrecht Martinus Nijhoff Publishers, 1987.

BERRY, Stephanie E. Avoiding Scrutiny? The Margin of Appreciation and Religious Freedom. *In*: TEMPERMAN, Jeroen; GUNN, T. Jeremy; EVANS, Malcolm (eds.). **The European Court of Human Rights and the Freedom of Religion or Belief**: The 25 Years since Kokkinakis. Leiden, Boston: Brill Nijhoff, 2019.

CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. Complementarity between State Responsibility and Individual Responsibility for Grave Violations of Human Rights: The Crime of State

Revisited. *In*: RAGAZZI, Maurizio (ed.). **International Responsibility Today**: Essays in Memory of Oscar Schachter. Leiden, Boston, Martinus Nijhoff Publishers, 2005.

CASSESE, Antonio. Volume I, s.3 Jurisdiction, 11 Jurisdiction Ratione Materiae, Ch.11.1 Genocide. *In*: CASSESE, Antonio; GAETA, Paola; JONES, John R. W. D (eds.). **The Rome Statute of the International Criminal Court**. Oxford Scholarly Authorities on International Law, 2002.

CASSESE, Antonio. Volume I, s.3 Jurisdiction, 11 Jurisdiction Ratione Materiae, Ch.11.2 Crimes against Humanity. *In*: CASSESE, Antonio; GAETA, Paola; JONES, John R. W. D (eds.). **The Rome Statute of the International Criminal Court**. Oxford Scholarly Authorities on International Law, 2002.

CERDA, Ania Salinas. Artigos 13 a 16: Ativação da jurisdição. Remessa por Estado Parte. Iniciativa do Procurador. Remessa pelo Conselho de Segurança da ONU. Suspensão da Investigação ou do Procedimento. *In*: STEINER, Sylvia Helena; BRANT, Leonardo Nemer Caldeira (eds.). **Tribunal Penal Internacional**: Comentários ao Estatuto de Roma. Belo Horizonte: Centro de Direito Internacional e Konrad Adenauer Stiftung, 2019.

CRAWFORD, James. The International Court of Justice and the Law of State Responsibility. *In*: TAMS, Christian J.; SLOAN, James (eds.). **The Development of International Law by the International Court of Justice**. Oxford University Press, 2013.

CRAWFORD, James. The Rights of Peoples: "Peoples" or "Governments"? *In*: CRAWFORD, James (ed.). **The Rights of Peoples**. Oxford: Clarendon Press, 1988.

DUPUY, Pierre-Marie. Volume II, s.5 The Statute and General International Law, 26 International Criminal Responsibility of the Individual and International Responsibility of the State. *In*: CASSESE, Antonio; GAETA, Paola; JONES, John R. W. D (eds.). **The Rome Statute of the International Criminal Court**. Oxford Scholarly Authorities on International Law, 2002.

ESPIELL, Héctor Gros. International Responsibility of the State and Individual Criminal Responsibility in the International Protection of Human Rights. *In*: RAGAZZI, Maurizio (ed.). **International Responsibility Today**: Essays in Memory of Oscar Schachter. Leiden, Boston, Martinus Nijhoff Publishers, 2005.

GIL, Alicia Gil. Artigo 7: Crimes Contra a Humanidade. *In*: STEINER, Sylvia Helena; BRANT, Leonardo Nemer Caldeira (eds.). **Tribunal Penal Internacional**: Comentários ao Estatuto de Roma. Belo Horizonte: Centro de Direito Internacional e Konrad Adenauer Stiftung, 2019.

GUNN, Jeremy T. The "Principle of Secularism" and the European Court of Human Rights: A Shell Game. *In*: TEMPERMAN, Jeroen; GUNN, T. Jeremy; EVANS, Malcolm (eds.). **The European Court of Human Rights and the Freedom of Religion or Belief**: The 25 Years since Kokkinakis. Leiden, Boston: Brill Nijhoff, 2019.

GUTIÉRREZ, Alejandro Torres. Freedom of Thought, Conscience and Religion (Art. 9 ECHR). *In*: ROCA, Javier García; SANTOLAYA, Pablo (eds.). **Europe of Rights**: A

Compendium on the European Convention of Human Rights. Leiden/Boston: Martinus Nijhoff Publishers, 2012.

HANNUM, Hurst. Part II Specialized Branches of International Law in Asia and the Pacific, 6 Human Rights. *In*: CHESTERMAN, Simon; OWADA, Hisashi; SAUL, Ben (eds.). **The Oxford Handbook of International Law in Asia and the Pacific**. Oxford Scholarly Authorities on International Law, 4 set. 2019.

HENNEBEL, Ludovic; TIGROUDJA, Hélène. Article 12: Freedom of Conscience and Religion. *In:* HENNEBEL, Ludovic; TIGROUDJA, Hélène. **The American Convention on Human Rights:** A Commentary. New York: Oxford University Press, 2022.

HOLTERMANN, Jakob V. H. 'Can I Be Brought before the ICC?' Deterrence of Mass Atrocities between Jus in Bello and Jus ad Bellum. *In*: JEßBERGER, Florian; GENEUSS, Julia (eds.). **Why Punish Perpetrators of Mass Atrocities?** Purposes of Punishment in International Criminal Law. New York: Cambridge University Press, 2020.

JEßBERGER, Florian. Part II The Definition of Genocide, 4 The Definition and the Elements of the Crime of Genocide. *In*: GAETA, Paola (ed.). **The UN Genocide Convention**: A Commentary. Oxford Commentaries on International Law, 2009.

JEßBERGER, Florian; GENEUSS, Julia. Concluding Remarks: Dimensions of 'Why Punish?'. *In*: JEßBERGER, Florian; GENEUSS, Julia (eds.). **Why Punish Perpetrators of Mass Atrocities?** Purposes of Punishment in International Criminal Law. New York: Cambridge University Press, 2020.

KADELBACH, Stefan. *Jus Cogens*, Obligations *Erma Omnes* and other Rules – The Identification of Fundamental Norms. *In*: TOMUSCHAT, Christian; THOUVENIN, Jean-Marc (eds.). **The Fundamental Rules of the International Legal Order**: *Jus Cogens* and Obligations *Erga Omnes*. Leiden, Boston: Martinus Nijhoff Publishers, 2006.

LINDHOLM, Tore. Freedom of Religion or Belief from a Human Rights Perspective. *In*: GRAVAAS, Aage et al. (eds.). **Freedom of Belief and Christian Mission**. Regnum Edinburgh Centenary Series, vol. 3, 2014.

MARTIN, Fanny. Part II The Definition of Genocide, 5 The Notion of 'Protected Group' in the Genocide Convention and Its Application. *In*: GAETA, Paola (ed.). **The UN Genocide Convention**: A Commentary. Oxford Commentaries on International Law, 2009.

MCCAFFREY, S. C. Article 5: Responsibility of States. *In*: BASSIOUNI, M. Cherif. (ed.). **Commentaries on the International Law Commission's 1991 Draft Code of Crimes against the Peace and Security of Mankind**. Paris: Erès, 1993.

MCGOLDRICK, Dominic. Religious Symbols and State Regulation: Assessing the Strategic Role of the European Court of Human Rights. *In*: TEMPERMAN, Jeroen; GUNN, T. Jeremy; EVANS, Malcolm (eds.). **The European Court of Human Rights and the Freedom of Religion or Belief**: The 25 Years since Kokkinakis. Leiden, Boston: Brill Nijhoff, 2019.

MURRAY, Rachel. Article 8: Freedom of Conscience and Religion. *In*: MURRAY, Rachel. **The African Charter on Human and Peoples' Rights**: A Commentary. Oxford Commentaries on International Law, 20 fev. 2019.

PALOMINO, Marco Huaco. Artículo 12. Libertad de Conciencia y de religión. *In:* STEINER, Christian; FUCHS, Marie-Christine; URIBE GRANADOS, Patricia (orgs.). **Convención Americana sobre Derechos Humanos:** comentario. 2. ed. Berlin/Bogotá: Konrad Adenauer Stiftung, 2019.

PAPASTAVRIDIS, Efthymios. Military and Paramilitary Activities in and against Nicaragua (Nicaragua v. United States of America), 1986. *In*: WOJCIKIEWICZ ALMEIDA, Paula; SOREL, Jean-Marc (eds.). **Latin America and the International Court of Justice**: Contributions to International Law. London: Routledge, 2016.

PARTSCH, K. J. Freedom of conscience and expression, and political freedoms. *In*: HENKIN, L. (ed.). **The International Bill of Rights**: The Covenant on Civil and Political Rights. New York: Columbia University Press, 1981.

PELLET, Alain. La responsabilité pénale individuelle, alternative aux sanctions collectives? *In*: GOWLLAND-DEBBAS, V. (ed.). **United Nations Sanctions and International Law**. The Hague: Kluwer Law International, 2001.

PELLET, Alain. Vive le crime! Remarques sur les degrés de l'illicite en droit international. *In*: PELLET, Alain. **Le Droit International à l'aube du XXI siècle**: reflexions des codificateurs. New York: Nations Unies, 1997.

RAO, Pemmaraju Sreenivasa. International Crimes and State Responsibility. *In*: RAGAZZI, Maurizio (ed.). **International Responsibility Today**: Essays in Memory of Oscar Schachter. Leiden, Boston, Martinus Nijhoff Publishers, 2005.

SAUL, Ben; MOWBRAY, Jacqueline; BAGHOOMIANS, Irene. Resistance to Human Rights Cooperation in the Asia-Pacific: Demythologizing Regional Exceptionalism by Learning from the Americas, Europe and Africa. *In*: NASU, Hitoshi; SAUL, Ben (eds). **Human Rights in the Asia-Pacific Region**. Routledge, 2011.

SCHABAS, William A. Artigo 6: Genocídio. *In*: STEINER, Sylvia Helena; BRANT, Leonardo Nemer Caldeira (eds.). **Tribunal Penal Internacional**: Comentários ao Estatuto de Roma. Belo Horizonte: Centro de Direito Internacional e Konrad Adenauer Stiftung, 2019.

SCHABAS, William A. John Peters Humphrey: The Man Behind the First Draft of the Universal Declaration of Human Rights. *In*: MCCALL-SMITH, Kasey; WOUTERS, Jan; ISA, Felipe Gómez (eds.). **The Faces of Human Rights**. Oxford: Hart, 2019.

SCHABAS, William A. Part 2 Jurisdiction, Admissibility, and Applicable Law: Compétence, Recevabilité, Et Droit Applicable, Art.6 Genocide/Crime de génocide. *In*: SCHABAS, William A. **The International Criminal Court**: A Commentary on the Rome Statute. Oxford Scholarly Authorities on International Law, 2 ed., 2016.

SCHABAS, William A. Part 2 Jurisdiction, Admissibility, and Applicable Law: Compétence, Recevabilité, Et Droit Applicable, Art.12 Preconditions to the exercise of

jurisdiction/Conditions préalables à l'exercice de la compétence. *In*: SCHABAS, William A. **The International Criminal Court**: A Commentary on the Rome Statute. Oxford Scholarly Authorities on International Law, 2 ed., 2016.

SCHABAS, William A. Part 2 Jurisdiction, Admissibility, and Applicable Law: Compétence, Recevabilité, Et Droit Applicable, Art.13 Exercise of jurisdiction/Exercice de la compétence. *In*: SCHABAS, William A. **The International Criminal Court**: A Commentary on the Rome Statute. Oxford Scholarly Authorities on International Law, 2 ed., 2016.

SCHABAS, William A. Part 2 Jurisdiction, Admissibility, and Applicable Law: Compétence, Recevabilité, Et Droit Applicable, Art.7 Crimes against humanity/Crimes contre l'humanité. *In*: SCHABAS, William A. **The International Criminal Court**: A Commentary on the Rome Statute. Oxford Scholarly Authorities on International Law, 2 ed., 2016.

SEIBERT-FOHR, Anja. Part V Accountability of States for Genocide, 16 State Responsibility for Genocide under the Genocide Convention. *In*: GAETA, Paola (ed.). **The UN Genocide Convention**: A Commentary. Oxford Commentaries on International Law, 2009a.

SHELTON, Dinah. The Promise of Regional Human Rights Systems. *In*: WESTON, Burns H.; MARKS, Stephen P. (eds). **The Future of International Human Rights**, Transnational, Ardsley, 1999.

SHRAGA, Daphna. The Second Generation UN-Based Tribunals: A Diversity of Mixed Jurisdictions. *In*: SKAAR, Elin; GLOPPEN, Siri; SUHRKE, Astri (eds.). **Roads to Reconciliation**. Lanham: Lexington Books, 2005.

SIMMA, Bruno. Human Rights before the International Court of Justice: Community Interest Coming to Life? *In*: TAMS, Christian J.; SLOAN, James (eds.). **The Development of International Law by the International Court of Justice**. Oxford University Press, 2013.

TOMUSCHAT, Christian. Reconceptualizing the Debate on *Jus Cogens* and Obligations *Erga Omnes* – Concluding Observations. *In*: TOMUSCHAT, Christian; THOUVENIN, Jean-Marc (eds.). **The Fundamental Rules of the International Legal Order**: *Jus Cogens* and Obligations *Erga Omnes*. Leiden, Boston: Martinus Nijhoff Publishers, 2006.

WITTE JR, John. The right to freedom of religion: An historical perspective from the West. *In*: FERRARI, Silvio; HILL QC, Mark; JAMAL, Arif A.; BOTTONI, Rossella (eds.). **Routledge Handbook of Freedom of Religion or Belief. Routledge**: London and New York, 2021.

WLADIMIROFF, Michail. The Individual within International Law. *In*: THAKUR, Ramesh; MALCONTENT, Peter (eds.). **From Sovereign Impunity to International Accountability**: The Search for Justice in a World of States. Tokyo, New York, Paris: United Nations University Press, 2004.

WOJCIKIEWICZ ALMEIDA, Paula. Enhancing ICJ Procedures in Order to Promote Fundamental Values: Overcoming the Prevailing Tension between Bilateralism and Community Interests. *In*: MASSIMO, Iovane et al. (eds.). **The Protection of General Interests in Contemporary International Law**: A Theoretical and Empirical Inquiry. Oxford University Press, 2021.

ZYBERI, Gentian. The International Court of Justice and the Rights of Peoples and Minorities. *In*: TAMS, Christian J.; SLOAN, James (eds.). **The Development of International Law by the International Court of Justice**. Oxford University Press, 2013.

Max Planck Encyclopedia of Public International Law

ACQUAVIVA, Guido; POCAR, Fausto. Crimes against Humanity. **Max Planck Encyclopedia of Public International Law**, jun. 2008.

AMBOS, Kai. Criminal Responsibility, Modes of. **Max Planck Encyclopedia of Public International Law**, jul. 2013

BIGI, Giulia. Krstić Case. **Max Planck Encyclopedia of Public International Law**, out. 2009.

CRAWFORD, James. State Responsibility. **Max Planck Encyclopedia of Public International Law**, set. 2006.

FROWEIN, Jochen A. Ius Cogens. **Max Planck Encyclopedia of Public International Law**, mar. 2013.

FROWEIN, Jochen A. Obligations erga omes. **Max Planck Encyclopedia of Public International Law**, dez. 2008.

KREß, Claus. International Criminal Law. **Max Planck Encyclopedia of Public International Law**, mar. 2009.

MAHMOUDI, Said. Islamic Approach to International Law. **Max Planck Encyclopedia of Public International Law**, fev. 2019.

O'SHEA, Andreas Gordon. Individual Criminal Responsibility. **Max Planck Encyclopedia of Public International Law**, mai. 2009.

POCAR, Fausto. International Criminal Tribunal for the Former Yugoslavia (ICTY). **Max Planck Encyclopedia of Public International Law**, jan. 2007.

RISHMAWI, Mervat. Arab Charter on Human Rights (2004). **Max Planck Encyclopedia of Public International Law**, jun 2008.

ROMANO, Cesare P. R. Mixed Criminal Tribunals. **Max Planck Encyclopedia of Public International Law**, abr. 2010.

SCHABAS, William A. Genocide. **Max Planck Encyclopedia of Public International Law**, dez. 2007.

WALTER, Christian. Religion or Belief, Freedom of, International Protection. **Max Planck Encyclopedia of Public International Law**, jan 2008.

WENZEL, Nicola. Group Rights. **Max Planck Encyclopedia of Public International Law**, jan. 2011.

Artigos

ABDELKADER, Engy. The Rohingya Muslims in Myanmar: Past, Present, and Future. **Oregon Review of International Law**, vol. 15, 2013.

ABI-SAAB, Georges. The Uses of Article 19. **European Journal of International Law**, vol. 10, 1999.

ACEVEDO, Juan Pablo Pérez-León. The Close Relationship between Serious Human Rights Violations and Crimes Against Humanity: International Criminalization of Serious Abuses. **Aquaria Mexicano de Derecho Internacional**, vol. XVII, 2017.

AHDAR, Rex. Is Secularism Neutral? **Ratio Juris**, vol. 26, no. 3, 1 ago. 2013.

AIJAZUDDIN, Mustafa. Protection of Religious and Ethnic Minorities Before The Genocide Convention. **Loyola University Chicago International Law Review**, vol. 16, no. 2, 2020.

AL-FATLAWI, Suhail Hussein. Religious Freedom in International Human Rights Law and the Phenomenon of Fanaticism in the Arab Countries. **Journal of Law, Policy and Globalization**, vol. 42, 2015.

ALONZO-MAIZLISH, David. In Whole or In Part: Group Rights, the Intent Element of Genocide, and the "Quantitative Criterion". **New York University Law Review**, vol. 77, 2002.

AMBOS, Kai. Selected issues regarding the "core crimes" in the international criminal law. **Nouvelles études pénales**, no. 19, Toulouse: Érès, 2004.

AMIN AL-MIDANI, Mohammed; CABANETTES, Mathilde. Arab Charter on Human Rights 2004. **Boston University International Law Journal**, vol. 24, no. 2, 2006.

AN-NA'IM, Abdullahi Ahmed. Human Rights in the Muslim World: Socio-Political Conditions and Scriptural Imperatives - A Preliminary Inquiry. **Harvard Human Rights Journal**, vol. 3, 1990.

ANZILOTTI, Dionisio. La responsabilité internationale des Etats à raison des dommages soufferts par des étrangers. **Revue générale de droit international public**. Paris: Pédone, t. XIII, 1906.

BASSIOUNI, M. Cherif. The Commission of Experts Established Pursuant to Security Council Resolution 780: Investigating Violations of International Humanitarian Law in the Former Yugoslavia, **Criminal Law Forum**, vol. 5, no. 2-3, 1994.

BONAFÈ, Beatrice I. **The Relationship Between State and Individual Responsibility for International Crimes**. Leiden, Boston: Martinus Nijhoff Publishers, 2009.

BROCKMAN-HAWE, Benjamin E. Punishing Warmongers for Their Mad and Criminal Projects: Bismarck's Proposal for an International Criminal Court to Assign Responsibility for the Franco-Prussian War. **Tulsa Law Review**, vol. 52, 2017.

BUERGENTHAL, Thomas. The Evolving International Human Rights System. **The American Journal of International Law**, vol. 100, no. 4, 2006.

CASSESE, Antonio. On the Use of Criminal Law Notions in Determining State Responsibility. **Journal of International Criminal Justice**, vol. 5, no. 4, 2007.

CASSESE, Antonio. The Nicaragua and Tadić Tests Revisited in Light of the ICJ Judgment on Genocide in Bosnia. **The European Journal of International Law**, vol. 18, no. 4, 2007.

CLARKE, Gerard. The Evolving ASEAN Human Rights System: The ASEAN Human Rights Declaration of 2012. **Northwestern University Journal of International Human Rights**, vol. 11, no. 1, 2012.

CRAWFORD, James. Articles on Responsibility of States for Internationally Wrongful Acts. **United Nations Audiovisual Library of International Law**, 2012. Disponível em: https://legal.un.org/avl/ha/rsiwa/rsiwa.html.

DEL PONTE, Carla. Prosecuting the Individuals Bearing the Highest Level of Responsibility. **Journal of International Criminal Justice**, vol. 2, no. 2, 2004.

DUPUY, Pierre-Marie. Quarante ans de codification de la responsabilité internationale des Etats: un bilan. **Revue générale de droit international public**, vol. 107, no. 2, 2003.

EBOE-OSUJI, Chile. 'Complicity in Genocide' versus 'Aiding and Abetting Genocide': Construing the Difference in the ICTR and ICTY Statutes. **Journal of International Criminal Justice**, vol. 3, no. 1, mar. 2005.

ELEWA BADAR, Mohamed. The mental element in the Rome Statute of the International Criminal Court: a commentary from a comparative criminal law perspective. **Criminal Law Forum**, no. 19, Dordrecht: Springer, 2008.

EVANS, Carolyn. Individual and Group Religious Freedom in the European Court of Human Rights: Cracks in the Intellectual Architecture. **Journal of Law and Religion**, vol. 26, no. 1, 2010-2011.

FERRER-MONFORT, Andrià. Revisiting the Interpretation of the Protected Groups of the Genocide Convention in light of the Rohingya Case. **Trinity College Law Review**, vol. 22, 2019.

FISCHER, Meghan Grizzle. The UN's Failure to Promote and Protect Religious Freedom. **ADF International White Paper**, 2017.

GAETA, Paola. Génocide d´État et responsabilité pénale individuelle. **Revue générale de Droit international public**, vol. 111, 2007.

GAETA, Paola. On What Conditions Can a State Be Held Responsible for Genocide? **European Journal of International Law**, vol. 18, no. 4, 2007.

GHANEA, Nazila. Are Religious Minorities Really Minorities? **Oxford Journal of Law and Religion**, vol. 1, no. 1, 2012.

GOLDSTONE, R.J.; HAMILTON, R. J. Bosnia v. Serbia, Lessons from the Encounter of the International Court of Justice with the International Criminal Tribunal for the Former Yugoslavia. **Leiden Journal of International Law**, vol. 20, 2008.

GORAIEB, Elizabeth; BORGES DE MACEDO, Paulo Emílio Vauthier. A ampliação da jurisdição internacional: o surgimento de uma jurisdição internacional em matéria penal. **Revista de Direito Internacional**, vol. 19(2), 2022.

HIGGINS, Rosalyn. Human Rights in the International Court of Justice. **Leiden Journal of International Law**, vol. 20, no. 4, 2007.

JAPIASSÚ, Carlos Eduardo Adriano. O direito penal internacional e os crimes internacionais. **Revista Interdisciplinar de Direito – Faculdade de Direito de Valença**, vol. 9(1), 2012.

JIE, Yu. Safeguarding Our Religious Freedom. **Chinese Law & Religion Monitor**, vol. 2, no. 2, jul. – dez. 2006.

KAM, Stefanie; CLARKE, Michael. Securitization, surveillance and 'de-extremization' in Xinjiang. **International Affairs**, vol. 97, no. 3, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1093/ia/iiab038.

KEITH HALL, Christopher. The First Proposal for a Permanent International Criminal Court. **International Review of the Red Cross**, no. 322, 1998.

KELSEN, Hans. Will the Judgment in the Nuremberg Trial Constitute a Precedent in International Law? **The International Law Quarterly**, vol. 1, no. 2, 1947.

KREß, Claus. The Crime of Genocide Under International Law. **International Criminal Law Review**, vol. 6, 2006.

KRITZ, Neil J. Coming to Terms with Atrocities: A Review of Accountability Mechanisms for Mass Violations of Human Rights. **Law and Contemporary Problems**, vol. 59, no. 4, 1996.

KUNZ, Josef L. The United Nations Declaration of Human Rights. **American Journal of International Law**, vol. 43, 1949.

LAUTERPACHT, Hersch. The Universal Declaration of Human Rights. **British Yearbook of International Law**, vol. 25, 1948.

LEE, Ronan. Myanmar's Arakan Rohingya Salvation Army (ARSA): An Analysis of a New Muslim Militant Group and its Strategic Communications. **Perspectives on Terrorism**, vol. 15, no. 6, dez. 2021.

LIPPMAN, Matthew. The Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide: Fifty Years Later. **Arizona Journal of International and Comparative Law**, vol. 15, no. 415, 1998.

LIPPMAN, Matthew. The Drafting of the 1948 Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide. **Boston University International Law Journal**, vol. 3, 1985.

LOEWENSTEIN, Andrew B.; KOSTAS, Stephen A. Divergent Approaches to Determining Responsibility for Genocide. **Journal of International Criminal Justice**, vol. 5, no. 4, 2007.

MACHADO, Jónatas. Direito à Liberdade religiosa: pressupostos histórico-filosóficos. **Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, vol. 8, 1998.

MANDEL-ANTHONY, David. Hardwiring Accountability for Mass Atrocities. **Drexel Law Review**, vol. 11, 2019.

MAO, Junxiang; GADY, Ammar Ahmad Ahmad. Arab Charter on Human Rights & International Conventions. **Beijing Law Review**, vol. 12, no. 2, jun. 2021.

MILANOVIĆ, Marko. State Responsibility for Genocide. **The European Journal of International Law**, vol. 17, no. 3, 2006.

MILANOVIĆ, Marko. State Responsibility for Genocide: A Follow-Up. **The European Journal of International Law**, vol. 18, no. 4, 2007.

NEO, Jaclyn L. Realizing the Right to Freedom of Thought, Conscience and Religion: The Limited Normative Force of the ASEAN Human Rights Declaration. **Human Rights Law Review**, vol. 17, no. 4, dez. 2017.

NEO, Jaclyn L.; ROBBACH, Matthias; LI-ANN, Thio; TISCHBIREK, Alexander. Solidarity in Diversity? State Responses to Religious Diversity in Liberal and Non-Liberal Perspectives. **German Law Journal**, vol. 20, no. 7, out. 2019.

NEO, Jaclyn; SCHARFFS, Brett G. Religious Nationalism and Religious Freedom in Asia: Mapping Regional Trends in a Global Phenomenon. **Asian Journal of Law and Society**, vol. 8, 2021.

NERSESSIAN, David L. The Razor's Edge: Defining and Protecting Human Groups under the Genocide Convention. **Cornell International Law Journal**, vol. 36, no. 2, article 3, 2003.

NOLLKAEMPER, André. Concurrence between Individual Responsibility and State Responsibility in International Law. **The International and Comparative Law Quarterly**, vol. 52, no. 3, 2003.

OLIVEIRA, Mariana Gouvea de. Antecedentes Históricos do Conceito de Liberdade de Religião ou Crença no Ocidente. **Revista Brasileira de História do Direito**, vol. 9(1), 2023.

OLIVEIRA, Mariana Gouvea de. Um Paralelo da Posição da ONU em Relação às Leis de Blasfêmia e às Leis de Discurso de Ódio: Desafios Atuais em Relação à Liberdade de Expressão

Religiosa. **Anais do VI Encontro Virtual do CONPEDI**: Direito Internacional dos Direitos Humanos II, 2023. Disponível em: http://site.conpedi.org.br/publicacoes/4k6wgq8v/892359e8.

PELLET, Alain. Can a State Commit a Crime? Definitely, Yes! **European Journal of International Law**, vol. 10, 1999.

PELLET, Alain. The new draft articles of the International Law Commission on the responsibility of states for internationally wrongful acts: A requiem for states' crime? **Netherlands Yearbook of International Law**, vol. 32, 2001.

RAAB, Dominic. Evaluating the ICTY and its Completion Strategy: Efforts to Achieve Accountability for War Crimes and their Tribunals. **Journal of International Criminal Justice**, vol. 3, no. 1, 2005.

REASON, James. The Contribution of Latent Human Failures to the Breakdown of Complex Systems. **Philosophical Transactions of the Royal Society of London**, Series B, vol. 327, no. 1241, 12 abr. 1990.

RENSHAW, Catherine Shanahan. The ASEAN Human Rights Declaration 2012. **Human Rights Law Review**, vol. 13, no. 3, 2013.

SCHABAS, William A. Groups Protected by the Genocide Convention: Conflicting Interpretations from the International Criminal Tribunal for Rwanda. **ILSA Journal of International & Comparative Law**, vol. 6, 2000.

SCHABAS, William A. Was Genocide Committed in Bosnia and Herzegovina? First Judgments of the International Criminal Tribunal for the Former Yugoslavia. **Fordham International Law Journal**, vol. 25, no. 1, nov. 2001.

SOUTHWICK, Katherine G. Myanmar's Democratic Transition: Peril or Promise for the Stateless Rohingya? **Tilburg Law Review**, vol. 19, 2014.

SPINEDI, Marina. On the Non-Attribution of the Bosnian Serbs' Conduct to Serbia. **Journal of International Criminal Justice**, vol. 5, no. 4, 2007.

SUNGA, Lyal. The Crimes within the Jurisdiction of the International Criminal Court (Part II, Articles 5 – 10). **European Journal of Crime, Criminal Law and Criminal Justice**, vol. 6, no. 4, 1998.

TAMS, Christian J. Do Serious Breaches Give Rise to Any Specific Obligations of the Responsible State? **European Journal of International Law**, vol. 13, no. 5, 2002.

THIO, Li-ann. The Universal Declaration of Human Rights at 60: Universality, Indivisibility and the Three Generations of Human Rights. **Singapore Academy of Law Journal**, vol. 21, no. 1, mar. 2009.

TRIFFTERER, Otto. Commentaire du colloque tenu a Hammamet Tunisie 6/8 juin 1987. **Revue Internationale de Droit Pénal**, vol. 60, n. 1/2, Toulouse: Érès, 1989.

TRIFFTERER, Otto. Genocide, Its Particular Intent to Destroy in Whole or in Part the Group as Such. **Leiden Journal of International Law**, vol. 14, no. 2, jun. 2001.

ULLAH, Ahsan A. K. M. Rohingya Crisis in Myanmar: Seeking Justice for the "Stateless". **Journal of Contemporary Criminal Justice**, vol. 32, no. 3, 2016.

VAUCHEZ, Stephanie Hennette. Is French Laïcité Still Liberal? The Republican Project Under Pressure (2004–15). **Human Rights Law Review**, vol. 17, 2017.

WOJCIKIEWICZ ALMEIDA, Paula. International procedural regulation in the common interest: the role of fact-finding and evidence before the International Court of Justice. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, vol. 121, 2020.

WOJCIKIEWICZ ALMEIDA, Paula. The Impact of the Inter-American Court of Human Rights Jurisprudence in the International Court of Justice Case Law. **Revista da Faculdade Direito Universidade Federal Minas Gerais**, vol. 75, 2019.

WYLER, Eric. From 'State Crime' to Responsibility for 'Serious Breaches of Obligations under Peremptory Norms of General International Law'. **European Journal of International Law**, vol. 13, no. 5, 2002.

ZARNI, Maung; COWLEY, Alice. The Slow-Burning Genocide of Myanmar's Rohingya. **Pacific Rim Law & Policy Journal Association**, vol. 23, no. 3, 2014.

ZAWACKI, Benjamin. Defining Myanmar's "Rohingya Problem". **Human Rights Brief**, vol. 20, no. 3, 2013.

Jurisprudência

Corte Africana de Direitos Humanos e dos Povos

CORTE AFRICANA DE DIREITOS HUMANOS E DOS POVOS. African Commission on Human and Peoples' Rights v. Republic of Kenya (Application no. 006/212). **Judgment**, 26 mai. 2017.

Corte Europeia de Direitos Humanos

CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS. Bayatyan v. Armenia (no. 23459/03). **Grand Chamber Judgment**, 7 jul. 2011. Disponível em: https://hudoc.echr.coe.int/fre?i=001-105611.

CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS. Belcacemi and Oussar v. Belgium (no. 37798/13). **Judgment**, 11 jul. 2017.

CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS. Church of Scientology Moscow v. Russia (no. 18147/02). **Judgment**, 5 abr. 2007. Disponível em: https://hudoc.echr.coe.int/fre?i=001-80038.

CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS. Dahlab v. Switzerland. **Judgment**, 15 fev. 2001.

CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS. Dakir v. Belgium (no. 4619/12). **Judgment**, 11 jul. 2017.

CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS. Darby v. Sweden (no. 11581/85). **Judgment,** 23 out. 1990.

CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS. Dogru v. France. **Judgment**, 4 dez. 2008.

CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS. Eweida and Others v. the United Kingdom (no. 48420/10). **Judgment**, 15 jan. 2013. Disponível em: https://hudoc.echr.coe.int/fre?i=001-115881.

CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS. Hasan and Chaush v. Bulgaria (no. 30985/96). **Judgment**, 26 out. 2000.

CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS. Ivanova v. Bulgaria (no. 52435/99). **Judgment**, 12 abr. 2007.

CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS. Janowiec and Others v. Russia, Nos. 55508/07 and 29520/09. **GC Joint Partly Dissenting Opinion of Judges Ziemele, De Gaetano, Laffranque and Keller**, 2013-V.

CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS. Jehovah's Witnesses of Moscow v. Russia (no. 302/02). **Judgment**, 10 jun. 2010. Disponível em: https://hudoc.echr.coe.int/fre?i=001-99221.

CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS. Kalaç v. Turkey (no. 20704/92). **Judgment**, 1 jul. 1997.

CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS. Kasymakhunov and Saybatalov v. Russia (nos 26261/05 26377/06). **Judgment**, 14 mar. 2013.

CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS. Kervanci v. France. **Judgment**, 4 dez. 2008.

CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS. Khan v. the United Kingdom (no. 11579/85). **Decision on the admissibility**, 7 jul. 1986.

CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS. Kokkinakis v. Greece (no. 14307/88). **Judgment**, 25 mai. 1993.

CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS. Lautsi v. Italy. **Judgment**, 18 mar. 2011.

CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS. Leyla Şahin v. Turkey (no. 44774/98). **Judgment**, 10 nov. 2005. Disponível em: https://hudoc.echr.coe.int/fre?i=001-70956.

CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS. Masaev v. Moldova (no. 6303/05). **Judgment**, 12 mai. 2009.

CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS. Members of the Gldani Congregation of Jehovah's Witnesses and Others v. Georgia (no. 71156/01). **Judgment**, 3 mai. 2007. Disponível em: https://hudoc.echr.coe.int/fre?i=001-80395.

CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS. Metropolitan Church of Bessarabia and Others v. Moldova (no. 45701/99). **Judgment**, 13 dez. 2001. Disponível em: https://hudoc.echr.coe.int/eng?i=001-59985.

CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS. Nolan and K. v. Russia (no. 2512/04). **Judgment**, 12 fev. 2009. Disponível em: https://hudoc.echr.coe.int/fre?i=001-91302.

CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS. Phull v. France (no. 155585/06). **Judgment**, 4 mar. 2008.

CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS. Prosperity Party and others v. Turkey. **Judgment**, 31 jul. 2001.

CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS. Refah Partisi (the Welfare Party) and Others v. Turkey (nos 41340/98, 41342/98, 41343/98, 41344/98). **Judgment**, 13 fev. 2003.

CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS. S.A.S. v. France (no. 43835/11). **Judgment**, 1 jul. 2014. Disponível em: https://hudoc.echr.coe.int/fre?i=001-145466.

CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS. Serif v. Greece (no. 38178/97). **Judgment**, 14 dez. 1999.

CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS. Svyato-Mykhaylivska Parafiya v. Ukraine (no. 77703/01). **Judgment**, 14 jun. 2007. Disponível em: https://hudoc.echr.coe.int/fre?i=001-81067.

CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS. Thlimmenos v. Greece (no. 34369/97). **Judgment**, 6 abr. 2000.

Corte Interamericana de Direitos Humanos

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Almonacid-Arellano et al. v. Chile. **Judgment (Preliminary Objections, Merits, Reparations and Costs)**, Series C, no. 154, 26 set. 2006.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Caso “Instituto de Reeducación del Menor” v. Paraguay. **Sentencia**, 2 set. 2004. Disponível em: https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_112_esp.pdf

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Caso “La Última Tentación de Cristo” (Olmedo Bustos y otros) v. Chile. **Sentencia**, 5 fev. 2001. Disponível em: https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/Seriec_73_esp.pdf.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Caso de la Comunidad Moiwana v. Suriname. **Sentencia**, 15 jun. 2005. Disponível em: https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_124_esp1.pdf.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Caso Masacre Plan de Sánchez v. Guatemala. Fondo. **Sentença de 29 de abril de 2004 (Voto Razonado del Juez A. A. Cançado Trindade)**, Série C, no. 105, 2004.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Caso Masacre Plan de Sánchez v. Guatemala. **Sentencia**, 29 abr. 2004. Disponível em: https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_105_esp.pdf.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Caso Masacres de Río Negro v. Guatemala. **Sentencia**, 4 set. 2012. Disponível em: https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_250_esp.pdf.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Caso Myrna Mack Chang v. Guatemala. **Sentencia**, Série C, no. 101, 25 nov. 2003.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Caso Myrna Mack Chang v. Guatemala. **Voto Razonado del Juez A. A. Cançado Trindade**, Série C, no. 101, 25 nov. 2003.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Caso Pavez Pavez v. Chile. **Sentencia**, 4 fev. 2022. Disponível em: https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_449_esp.pdf.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Velasquez-Rodriguez v. Honduras. **Judgment**, Series C, no. 4, 29 jul. 1988.

Corte Internacional de Justiça

CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Allegations of Genocide under the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (Ukraine v. Russian Federation: 32 States intervening). **Pending cases**, 2022-ongoing. Disponível em: https://www.icj-cij.org/index.php/case/182.

CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (Bosnia and Herzegovina v. Serbia and Montenegro). **Judgment**, 26 fev. 2007.

CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (Croatia v. Serbia). **Judgment**, 3 fev. 2015.

CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (The Gambia v. Myanmar). **Pending cases**, 2019-ongoing. Disponível em: https://www.icj-cij.org/case/178.

CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (Bosnia and Herzegovina v. Serbia and Montenegro). **Order on Further Requests for the Indication of Provisional Measures Separate opinion of Judge ad hoc Lauterpacht**, 13 set. 1993.

CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (The Gambia v. Myanmar). **Order Request for the indication of provisional measures**, 23 jan. 2020.

CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide in the Gaza Strip (South Africa v. Israel). **Pending cases**, 2023-ongoing. Disponível em: https://www.icj-cij.org/index.php/case/192.

CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (The Gambia v. Myanmar). **Application Instituting Proceedings and Request for Provisional Measures**, 11 nov. 2019.

CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (The Gambia v. Myanmar). **Preliminary Objections Judgment**, 22 jul. 2022.

CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Application of the International Convention on the Elimination of All Forms of Racial Discrimination (Armenia v. Azerbaijan). **Application instituting proceedings and request for the indication of provisional measures**, 16 set. 2021.

CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Application of the International Convention on the Elimination of All Forms of Racial Discrimination (Armenia v. Azerbaijan). **Order of Request for the indication of provisional measures**, 17 nov. 2023.

CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Armed Activities on the Territory of the Congo (New Application: 2002) (Democratic Republic of the Congo v. Rwanda). **Judgment**, 3 fev. 2006.

CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Armed Activities on the Territory of the Congo (Democratic Republic of the Congo v. Uganda). **Judgment,** 19 dez. 2005.

CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Barcelona Traction, Light and Power Company, Limited (Belgium v. Spain). **Second Phase Judgment**, 5 fev.1970.

CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Case Concerning the Application of the Convention on the Prevention and Punishment of Genocide (Bosnia and Herzegovina v. Yugoslavia). **Preliminary Objections Judgment**, 11 jul. 1996.

CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Case Concerning the Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (Bosnia and Herzegovina v. Serbia and Montenegro). **Contentious cases**, 1993-2007. Disponível em: https://www.icj-cij.org/case/91.

CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Case Concerning the Application of the Convention on the Prevention and Punishment of Genocide (Bosnia and Herzegovina v. Yugoslavia). **Preliminary Objections Judgment Separate opinion of Judge Shahabuddeen**, 11 jul. 1996.

CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. East Timor (Portugal v. Australia). **Judgment**, 30 jun. 1995.

CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Legal Consequences of the Construction of a Wall in the Occupied Palestinian Territory. **Advisory Opinion**, 2004.

CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Military and Paramilitary Activities in and against Nicaragua (Nicaragua v. United States of America). **Judgment**, 27 jun. 1986.

CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Monetary Gold Removed from Rome in 1943 (Italy v. France, United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland and United States of America). **Judgment Preliminary questions**, 15 jun. 1954.

CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Questions of Interpretation and Application of the 1971 Montreal Convention arising from the Aerial Incident at Lockerbie (Libyan Arab Jamahiriya v. United Kingdom). **Order of Provisional Measures Separate Opinion of Judge Shahabuddeen**, 14 abr. 1992.

CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Questions relating to the Obligation to Prosecute or Extradite (Belgium v. Senegal). **Judgment**, 20 jul. 2012.

CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Reservations to the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide. **Advisory Opinion**, 28 mai. 1951.

CORTE PERMANENTE DE JUSTIÇA INTERNACIONAL. Case of Certain questions relating to settlers of German origin in the territory ceded by Germany to Poland. **Advisory opinion**, PCIJ Series B, no. 6, 10 set. 1923.

CORTE PERMANENTE DE JUSTIÇA INTERNACIONAL. Phosphates in Morocco. **Judgment**, 14 jun. 1938.

CORTE PERMANENTE DE JUSTIÇA INTERNACIONAL. S. S. “Wimbledon”. **Judgment**, 17 ago. 1923.

Tribunal Penal Internacional

TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL. Prosecutor v. Ahmad Al Faqi Al Mahdi (ICC-01/12-01/15). **Reparation/Compensation**, 2016. Disponível em: https://www.icc-cpi.int/mali/al-mahdi.

TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL. Prosecutor v. Bemba et al. (ICC-01/05-01/13). **Decision on Requests to Exclude Western Union Documents and Other Evidence Pursuant to Article 69 (7)**, 29 abr. 2016.

TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL. Prosecutor v. Bemba et al. (ICC-01/05-01/13). **Decision on Kilolo Defence Motion for Inadmissibility of Material**, 16 set. 2015.

TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL. Prosecutor v. Katanga (ICC-01/04-01/07). **Decision on the Application for the Interim Release of Detained Witnesses DRC-D02-P-0236, DRC-D02-P-0228 and DRC-D02-P-0350**, 1 out. 2013.

TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL. Prosecutor v. Katanga et al. (ICC-01/04-01/07). **Decision on an Amicus Curiae Application and on the "Requête tendant à obtenir présentations des témoins DRC-D02-P-0350, DRC-D02-P-0236, DRCD02-P-0228 aux autorités néerlandaises aux fins d'asile" (Arts. 68 and 93 (7) of the Statute)**, 9 jun. 2011.

TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL. Prosecutor v. Lubanga (ICC-01/04-01/06). **Decision on the Confirmation of Charges**, 29 jan. 2007.

TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL. Prosecutor v. Lubanga (ICC-01/04-01/06 OA 4). **Judgment on the Appeal of Mr. Thomas Lubanga Dyilo Against the Decision on the Defence Challenge to the Jurisdiction of the Court Pursuant to Article 19 (2) (a) of the Statute**, 3 out. 2006, 14 dez. 2006.

TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL. Prosecutor v. Ngudjolo (ICC-01/04-02/12 A). **Order on the Implementation of the Cooperation Agreement Between the Court and the Democratic Republic of the Congo Concluded Pursuant Article 93 (7) of the Statute**, 20 jan. 2014.

TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL. Prosecutor v. Ntaganda (ICC-01/04-02/06). **Decision Pursuant to Article 61 (7) (a) and (b) of the Rome Statute on the Charges of the Prosecutor Against Bosco Ntaganda**, 9 jun. 2014.

TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL. Prosecutor v. Omar Hassan Ahmad Al Bashir (ICC-02/05-01/09). **Decision on the Prosecution's Application for a Warrant of Arrest against Omar Hassan Ahmad Al Bashir**, 4 mar. 2009.

TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL. Situation in Burundi (ICC-01/17-X). **Public Redacted Version of "Decision Pursuant to Article 15 of the Rome Statute on the Authorization of an Investigation into the Situation in the Republic of Burundi",** ICC-01/17-X-9-US-Exp, 25 out. 2017, 9 nov. 2017.

TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL. Situation in the People's Republic of Bangladesh/Republic of the Union of Myanmar (ICC-01/19). **Investigation**, 2019-ongoing. Disponível em: https://www.icc-cpi.int/bangladesh-myanmar.

TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL. Situation in the People's Republic of Bangladesh/Republic of the Union of Myanmar (ICC-01/19). **Decision Pursuant to Article 15 of the Rome Statute on the Authorisation of an Investigation into the Situation in the People's Republic of Bangladesh/Republic of the Union of Myanmar**, 14 nov. 2019.

TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL. Situation in the People's Republic of Bangladesh/Republic of the Union of Myanmar (ICC-01/19). **Investigation**, 2019-ongoing. Disponível em: https://www.icc-cpi.int/bangladesh-myanmar.

TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL. Situation in the State of Palestine (ICC-01/18). **Decision on the "Prosecution request pursuant to Article 19 (3) for a ruling on the Court's territorial jurisdiction in Palestine"**, 5 fev. 2021.

Tribunal Penal Internacional para Ex-Iugoslávia

TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Anto Furundžija IT-95-17/1-T. **Judgment**, 10 dez. 1998.

TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Blaškić (lT-95-14-T). **Judgment**, 3 mar. 2000.

TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Blagojević and Jokić. **Trial Chamber Judgment**, 17 jan. 2005.

TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Dario Kordic, Mario Cerkez. **Judgment**, 26 fev. 2001.

TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Delalić et al. IT-96-21-T. **Judgment**, 16 nov. 1998.

TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Delalić et al. IT-96-21-A. **Judgment Appeals Chamber**, 20 fev. 2001.

TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Dragan Nikolić a/k/a "Janki". **Judgment Trial Chamber**, 20 out. 1995.

TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Duško Tadić. **Decision on the Defence Motion on Jurisdiction**, 10 ago. 1995.

TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Duško Tadić. **Judgment/Sentence Appeals Chamber**, 15 jul. 1999.

TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Duško Tadić. **Judgment**, 7 mai. 1997.

TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Furundžija IT- 95-17/1-T. **Judgment**, 10 dez. 1998.

TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Jelisić. **Judgment Trial Chamber**, 14 dez. 1999.

TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Jelisić. **Judgment/Sentence Appeals Chamber**, 5 jul. 2001.

TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Karadžić. **Prosecution's submission pursuant to Rule 65 ter (e)(i)-(iii)**, 18 mai. 2009.

TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Karadžić and Mladić. **Confirmation of Indictment Pursuant to Rule 61 Case Nos. ICTY-95-5-R61 and ICTY-95-18-R61**, 11 jul. 1996.

TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Karadžić. **Judgment**, 24 mar. 2016.

TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Kordić. **Judgment/Sentence Appeals Chamber**, 17 dez. 2004.

TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Krstić. **Judgment Trial Chamber**, 2 ago 2001.

TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Krstić. **Judgment/Sentence Appeals Chamber**, 19 abr. 2004.

TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Krnojelac (IT-97-25). **Trial Chamber II Judgment**, 15 mar. 2002.

TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Kupreškic et al. (IT-95-16-T). **Trial Chamber Judgment**, 14 jan. 2000.

TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Kvocka et al. IT-98-30/1-AR73.5. **Decision on interlocutory appeal by the accused Zoran Zigic against the decision of Trial Chamber I dated 5 December 2000**, 25 mai. 2001.

TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Mladić. **Prosecution pre-trial brief**, 24 fev. 2012.

TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Mladić. **Judgment**, 22 nov. 2017.

TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Popović et al. **Judgment/Sentence Appeals Chamber**, 30 jan. 2015.

TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Radoslav Brđanin IT-99-36-T. **Judgment**, 1 set. 2004.

TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Sikirica. **Judgment on Defence Motions to Acquit**, 3 set. 2001.

TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Stakić. **Judgment/Sentence Appeals Chamber**, 11 mar. 2006.

TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Tihomir Blaškić IT-95-14. **Judgment on the Request of the Republic of Croatia for the review of the decision of Trial Chamber II of 18 July 1997 Appeal Chamber**, 29 out. 1997.

TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Tolimir. **Judgment Appeals Chamber**, 8 abr. 2015.

TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Tolimir. **Judgment**, 12 dez. 2012.

TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA EX-IUGOSLÁVIA. Prosecutor v. Vasiljević (IT-98-32-T). **Trial Chamber II Judgment**, 29 nov. 2002.

Tribunal Penal Internacional para Ruanda

TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA RUANDA. Concurring: Prosecutor v. Kayishema and Ruzindana. **Judgment**, 21 mai. 1999.

TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA RUANDA. Musema v. Prosecutor (ICTR-96-13-A). **Appeals Chamber Judgment**, 16 nov. 2001.

TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA RUANDA. Niyitegaka v. Prosecutor (ICTR-96-14-A). **Appeals Chamber Judgment**, 9 jul. 2004.

TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA RUANDA. Prosecutor v. Akayesu. **Judgment Trial Chamber**, 2 set 1998.

TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA RUANDA. Prosecutor v. Bagilishema. **Judgment Trial Chamber**, 7 jun. 2001.

TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA RUANDA. Prosecutor v. Hategekimana. **Judgment/Sentence Appeals Chamber**, 8 mai. 2012.

TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA RUANDA. Prosecutor v. Kayishema and Ruzindana. **Judgment/Sentence Appeals Chamber**, 1 jun. 2001.

TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA RUANDA. Prosecutor v. Musema. **Judgment Trial Chamber**, 27 jan. 2000.

TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA RUANDA. Prosecutor v. Rutaganda. **Judgment Trial Chamber**, 6 dez. 1999.

Outras cortes

DISTRICT COURT OF JERUSALEM. The Israeli Government Prosecutor General v. Adolph Eichmann Judgment of 12 December 1961. **International Law Reports**, vol. 36, 1968.

MECANISMO RESIDUAL INTERNACIONAL PARA TRIBUNAIS CRIMINAIS. KARADŽIĆ, Radovan (MICT-13-55-ES). Disponível em: https://www.irmct.org/en/cases/mict-13-55.

MECANISMO RESIDUAL INTERNACIONAL PARA TRIBUNAIS CRIMINAIS. MLADIĆ, Ratko (MICT-13-56). Disponível em: https://www.irmct.org/en/cases/mict-13-56.

TRIBUNAL MILITAR INTERNACIONAL DE NUREMBERG. Trial of Major War Criminals Before the International Military Tribunal Nuremberg 14 November 1945 — 1 October 1946 (Blue Series). Nuremberg, Germany, 1947, Reprint Buffalo: William S. Hein & Co. Inc., 1995.

Documentos

Tratados, estatutos e declarações internacionais

AFRICAN UNION. African Charter on Human and Peoples' Rights. 1981. Disponível em: https://au.int/en/treaties/african-charter-human-and-peoples-rights.

Charter of the International Military Tribunal. 8 ago. 1945. Disponível em: https://ihl-databases.icrc.org/en/ihl-treaties/nuremberg-tribunal-charter-1945.

COUNCIL OF EUROPE. European Convention on Human Rights. 1960. Disponível em: https://www.echr.coe.int/documents/convention_eng.pdf.

EXTRAORDINARY AFRICAN CHAMBERS. Statute. 2013. Disponível em: https://www.hrw.org/news/2013/09/02/statute-extraordinary-african-chambers.

INTERNATIONAL COMMITTEE OF THE RED CROSS. The Geneva Conventions of 1949 and their Additional Protocols. Disponível em: https://www.icrc.org/en/document/geneva-conventions-1949-additional-protocols.

INTERNATIONAL CRIMINAL COURT. Rome Statute of the International Criminal Court. 2002. Disponível em: https://www.icc-cpi.int/sites/default/files/RS-Eng.pdf.

INTERNATIONAL CRIMINAL TRIBUNAL FOR RWANDA. Statute. 2007. Disponível em: https://legal.un.org/avl/pdf/ha/ictr_EF.pdf.

INTERNATIONAL CRIMINAL TRIBUNAL FOR THE FORMER YUGOSLAVIA. Updated Statute. Set. 2009. Disponível em: https://www.icty.org/x/file/Legal%20Library/Statute/statute_sept09_en.pdf.

International Military Tribunal For the Far East. 19 jan. 1946. Disponível em: https://www.un.org/en/genocideprevention/documents/atrocity-crimes/Doc.3_1946%20Tokyo%20Charter.pdf.

LEAGUE OF ARAB STATES. Arab Charter on Human Rights. 2004. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/551368?ln=en.

ORGANIZATION OF AMERICAN STATES. American Convention on Human Rights. 1969. Disponível em: https://www.cidh.oas.org/basicos/english/basic3.american%20convention.htm.

THE AVALON PROJECT. Treaty of Westphalia. Disponível em: https://avalon.law.yale.edu/17th_century/westphal.asp.

Treaty Between Great Britain, Austria-Hungary, France, Germany, Italy, Russia and Turkey. Berlim, jul. 13, 1878. Disponível em: https://sourcebooks.fordham.edu/mod/1878berlin.asp.

Treaty of Peace with Germany (Treaty of Versailles). 1920. Disponível em: https://www.census.gov/history/pdf/treaty_of_versailles-112018.pdf.

UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. Declaration on the Elimination of All Forms of Intolerance and of Discrimination Based on Religion or Belief. **A/RES/36/55**, 25 nov. 1981. Disponível em: http://www.un-documents.net/a36r55.htm.

UNITED NATIONS TREATY COLLECTION. Genocide Convention. Disponível em: https://treaties.un.org/pages/ViewDetails.aspx?src=TREATY&mtdsg_no=IV-1&chapter=4.

UNITED NATIONS TREATY COLLECTION. Multilateral Treaties Deposited with the Secretary-General. Disponível em: https://treaties.un.org/Pages/ParticipationStatus.aspx?clang=_en

UNITED NATIONS. Convention against Discrimination in Education. 1960. Disponível em: https://www.ohchr.org/en/instruments-mechanisms/instruments/convention-against-discrimination-education.

UNITED NATIONS. Convention against Torture and Other Cruel, Inhuman or Degrading Treatment or Punishment. 1984. Disponível em: https://www.ohchr.org/en/instruments-mechanisms/instruments/convention-against-torture-and-other-cruel-inhuman-or-degrading.

UNITED NATIONS. Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide. 1948. Disponível em: https://www.ohchr.org/en/instruments-mechanisms/instruments/convention-prevention-and-punishment-crime-genocide.

UNITED NATIONS. Convention on the Reduction of Statelessness. 1961. Disponível em: https://www.ohchr.org/en/instruments-mechanisms/instruments/convention-reduction-statelessness

UNITED NATIONS. Convention on the Rights of the Child. 1989. Disponível em: https://www.ohchr.org/en/instruments-mechanisms/instruments/convention-rights-child.

UNITED NATIONS. Convention relating to the Status of Refugees. 1951. Disponível em: https://www.ohchr.org/en/instruments-mechanisms/instruments/convention-relating-status-refugees.

UNITED NATIONS. Convention relating to the Status of Stateless Persons. 1954. Disponível em: https://www.ohchr.org/en/instruments-mechanisms/instruments/convention-relating-status-stateless-persons.

UNITED NATIONS. International Convention for the Protection of All Persons from Enforced Disappearance. 2010. Disponível em: https://www.ohchr.org/en/instruments-mechanisms/instruments/international-convention-protection-all-persons-enforced.

UNITED NATIONS. International Convention on the Elimination of All Forms of Racial Discrimination. 1965. Disponível em: https://www.ohchr.org/en/instruments-mechanisms/instruments/international-convention-elimination-all-forms-racial.

UNITED NATIONS. International Convention on the Protection of the Rights of All Migrant Workers and Members of Their Families. 1990. Disponível em: https://www.ohchr.org/en/instruments-mechanisms/instruments/international-convention-protection-rights-all-migrant-workers.

UNITED NATIONS. International Convention on the Suppression and Punishment of the Crime of Apartheid. 1974.

UNITED NATIONS. International Covenant on Civil and Political Rights. 1966. Disponível em: https://www.ohchr.org/en/instruments-mechanisms/instruments/international-covenant-civil-and-political-rights.

UNITED NATIONS. International Covenant on Economic, Social and Cultural Rights. 1966. Disponível em: https://www.ohchr.org/en/instruments-mechanisms/instruments/international-covenant-economic-social-and-cultural-rights.

UNITED NATIONS. UN Charter. 1945. Disponível em: https://www.un.org/en/about-us/un-charter.

UNITED NATIONS. Universal Declaration of Human Rights. 1948. Disponível em: https://www.un.org/en/about-us/universal-declaration-of-human-rights.

UNITED NATIONS. Vienna Convention on the Law of Treaties. 23 mai. 1969. Disponível em: https://legal.un.org/ilc/texts/instruments/english/conventions/1_1_1969.pdf.

UNITED NATIONS. Vienna Declaration and Programme of Action. 25 jun. 1993. Disponível em: https://www.ohchr.org/en/instruments-mechanisms/instruments/vienna-declaration-and-programme-action.

WORLD CONFERENCE ON HUMAN RIGHTS. The Bangkok Declaration. Regional Meeting for Asia, 29 mar. – 2 abr. 1993. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000096128.

Comissão de Direito Internacional

AGO, Roberto. Fifth Report on State Responsibility. **Yearbook of the International Law Commission**, vol. II (1), 1976.

AGO, Roberto. Second report on State responsibility. **Yearbook of the International Law Commission**, vol. II, Doc A/CN.4/233, 1970.

ARANGIO-RUIZ, Gaetano. Fifth Report on State Responsibility. **Yearbook of the International Law Commission**, vol. II(1), 1993.

CRAWFORD, James. First report on State responsibility. **Documents of the fiftieth session** A/CN.4/490 and Add. 1–7*, 1998.

CRAWFORD, James. Fourth Report on State Responsibility. **UN Doc A/CN.4/517**, abr. 2001.

INTERNATIONAL LAW COMMISSION. Draft articles on Prevention and Punishment of Crimes Against Humanity, with commentaries. **Yearbook of the International Law Commission**, vol. II, Part Two, 2019.

INTERNATIONAL LAW COMMISSION. Draft articles on Responsibility of States for Internationally Wrongful Acts, with commentaries. **Report of the International Law Commission on the work of its fifty-third session**, 2001.

INTERNATIONAL LAW COMMISSION. Draft Code of Crimes against the Peace and Security of Mankind. **Yearbook of the International Law Comission**, vol. II (2), 1996.

INTERNATIONAL LAW COMMISSION. Report of the Commission to the General Assembly on the work of its thirty-sixth session. **Yearbook of the International Law Comission**, vol. II (2), 1984.

INTERNATIONAL LAW COMMISSION. Report of the ILC on the Work of its 28th Session: Commentary on Article 19. **Yearbook of the International Law Commission**, vol. II (2), 1976.

INTERNATIONAL LAW COMMISSION. Report of the International Law Commission on the work of its forty-third session (29 April-19 July 1991). **Yearbook of the International Law Commission**, vol. II (2), 1991.

INTERNATIONAL LAW COMMISSION. Report of the International Law Commission on the Work of its Forty-Seventh Session. **UN Doc A/50/10,** 2 mai. - 21 jul. 1995. Disponível em: https://legal.un.org/ilc/documentation/english/reports/a_50_10.pdf.

THIAM, Doudou. Fourth report on the draft Code of Offences against the Peace and Securty of Mankind. **UN Doc A/CN.4/398**, 11 mar. 1986.

THIAM, Doudou. Thirteenth Report on the Draft Code of Crimes Against the Peace and Security of Mankind. **UN Doc A/CN.4/466**, 24 mar. 1995. Disponível em: https://legal.un.org/ilc/documentation/english/a_cn4_466.pdf.

Sistema ONU

HUMAN RIGHTS COMMITEE. Communication no. 1619/2007 Pestaño v. Philippines. **CCPR/C/98/D/1619/2007**, 23 mar. 2010.

HUMAN RIGHTS COMMITEE. Communication no. 2209/2012 Amerasingh et al. v. Sri Lanka. **CCPR/C/120/D/2209/2012**, 13 jul. 2017.

HUMAN RIGHTS COMMITTEE. Communication no. 1207/2003 Malakhovsky and Pikul v. Belarus. **CCPR/C/84/D/1207/2003**, 26 jul. 2005. Disponível em: https://undocs.org/en/CCPR/C/84/D/1207/2003.

HUMAN RIGHTS COMMITTEE. Communication no. 1249/2004 Sister Immaculate Joseph et al. v. Sri Lanka. **CCPR/C/85/D/1249/2004**, 21 out. 2005. Disponível em: https://juris.ohchr.org/casedetails/1204/en-US.

HUMAN RIGHTS COMMITTEE. Communication no. 1852/2008 Bikramjit Singh v. France. **CCPR/C/106/D/1852/2008**, 1 nov. 2012. Disponível em: https://juris.ohchr.org/casedetails/1655/en-US.

HUMAN RIGHTS COMMITTEE. Communication no. 1876/2000 Ranjit Singh v. France. **CCPR/C/102/D/1876/2009**, 22 jul. 2011. Disponível em: https://juris.ohchr.org/casedetails/1212/en-US.

HUMAN RIGHTS COMMITTEE. Communication no. 1928/2010 Mann Singh v. France. **CCPR/C/108/D/1928/2010**, 19 jul. 2013. Disponível em: https://juris.ohchr.org/casedetails/1671/en-US.

HUMAN RIGHTS COMMITTEE. Communication no. 2131/2012. Viktor Leven v. Kazakhstan. **CCPR/C/112/D/2131/2012**, 21 out. 2014. Disponível em: https://juris.ohchr.org/casedetails/1933/en-US.

HUMAN RIGHTS COMMITTEE. Communication no. 2179/2012 Young-kwan Kim et al. v. Republic of Korea. **CCPR/C/112/D/2179/2012**, 15 out. 2014. Disponível em: https://juris.ohchr.org/casedetails/1939/en-US.

HUMAN RIGHTS COMMITTEE. Communication no. 2274/2013 Seyma Türkan v. Turkey. **CCPR/C/123/D/2274/2013/REV.1**, 17 jul. 2018. Disponível em: https://juris.ohchr.org/casedetails/2549/en-US.

HUMAN RIGHTS COMMITTEE. Communication no. 2312/2013 Bekmanov and Egemberdiev v. Kyrgyzstan. **CCPR/C/125/D/2312/2013**, 29 mar. 2019. Disponível em: https://juris.ohchr.org/casedetails/3100/en-US.

HUMAN RIGHTS COMMITTEE. Communication no. 2417/2014 Sergey Geller v. Kazakhstan. **CCPR/C/126/D/2417/2014**, 25 jul. 2019. Disponível em: https://juris.ohchr.org/casedetails/2904/en-US.

HUMAN RIGHTS COMMITTEE. Communication no. 2483/2014 Adyrkhayev et al. v. Tajikistan. **CCPR/C/135/D/2483/2014**, 7 jul. 2022. Disponível em: https://juris.ohchr.org/casedetails/3555/en-US.

HUMAN RIGHTS COMMITTEE. Communication no. 2659/2015 Bekmanov et al. v. Kyrgyzstan. **CCPR/C/132/D/2659/2015**, 14 jul. 2021. Disponível em: https://juris.ohchr.org/casedetails/3190/en-US.

HUMAN RIGHTS COMMITTEE. Communication no. 2661/2015 Bekzhan et al. v. Kazakhstan. **CCPR/C/130/D/2661/2015**, 30 out. 2020. Disponível em: https://juris.ohchr.org/casedetails/3283/en-US.

HUMAN RIGHTS COMMITTEE. Communication no. 2695/2015 Borovik v. Belarus. **CCPR/C/131/D/2695/2015**, 25 mar. 2021. Disponivel em: https://juris.ohchr.org/casedetails/3234/en-US.

HUMAN RIGHTS COMMITTEE. Communication no. 2747/2016 Yaker v. France. **CCPR/C/123/D/2747/2016**, 7 dez. 2008. Disponível em: https://juris.ohchr.org/casedetails/2547/en-US.

HUMAN RIGHTS COMMITTEE. Communication no. 2805/2016 Aliyev et al. v. Azerbaijan. **CCPR/C/131/D/2805/2016**, 25 mar. 2021. Disponível em: https://juris.ohchr.org/casedetails/3199/en-US.

HUMAN RIGHTS COMMITTEE. Communication no. 2807/2016 Hebbadj v. France. **CCPR/C/123/D/2807/2016**, 17 jul. 2018. Disponível em: https://juris.ohchr.org/casedetails/3541/en-US.

HUMAN RIGHTS COMMITTEE. Communication no. 2846/2016 Jong-bum Bae et al. v. Republic of Korea. **CCPR/C/128/D/2846/2016**, 13 mar. 2020. Disponível em: https://juris.ohchr.org/casedetails/2831/en-US.

HUMAN RIGHTS COMMITTEE. Communication no. 2928/2017 Mammadov et al. v. Azerbaijan. **CCPR/C/130/D/2928/2017**, 15 out. 2020. Disponível em: https://juris.ohchr.org/casedetails/3298/en-US.

HUMAN RIGHTS COMMITTEE. Communication no. 2952/2017 Gurbanova and Muradhasilova v. Azerbaijan. **CCPR/C/131/D/2952/2017**, 16 mar. 2021. Disponível em: https://juris.ohchr.org/casedetails/3249/en-US.

HUMAN RIGHTS COMMITTEE. Communication no. 3065/2017 Petromelidis v. Greece. **CCPR/C/132/D/3065/2017**, 2 jul. 2021. Disponível em: https://juris.ohchr.org/casedetails/3196/en-US.

HUMAN RIGHTS COMMITTEE. Communication no. 3153/2018 Mursalov et al. v. Azerbaijan. **CCPR/C/136/D/3153/2018**, 1 nov. 2022. Disponível em: https://juris.ohchr.org/casedetails/3681/en-US.

HUMAN RIGHTS COMMITTEE. Communication no. 3258/2018 Amedzro v. Tajikistan. **CCPR/C/133/D/3258/2018**, 15 out. 2021. Disponível em: https://juris.ohchr.org/casedetails/3168/en-US.

HUMAN RIGHTS COMMITTEE. Communication no. 563/1993 Bautista de Arellana v. Colombia. **CCPR/C/55/D/563/1993**, 1995.

HUMAN RIGHTS COMMITTEE. Communication no. 612/1995 Arhuacos v. Colombia. **CCPR/C/60/D/612/1995**, 1997.

HUMAN RIGHTS COMMITTEE. Communication no. 721/1996 Clement Boodoo v. Trinidad and Tobago. **CCPR/C/74/D/721/1996**, 2 abr. 2002. Disponível em: https://juris.ohchr.org/casedetails/967/en-US.

HUMAN RIGHTS COMMITTEE. Communication no. 878/1999 Yong-Joo Kang v. Republic of Korea. **CCPR/C/78/D/878/1999**, 15 jul. 2003. Disponível em: https://juris.ohchr.org/casedetails/1050/en-US.

HUMAN RIGHTS COMMITTEE. Communication no. 931/2000 Raihon Hudoyberganova v. Uzbekistan. **CCPR/C/82/D/931/2000**, 5 nov. 2004. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/551798?ln=en.

HUMAN RIGHTS COMMITTEE. Concluding Observations of the Human Rights Committee: Argentina. **UN Doc CCPR/C/79/Add.46**, 1995.

HUMAN RIGHTS COMMITTEE. Concluding Observations of the Human Rights Committee: Croatia. **UN Doc CCPR/CO/71/HRV**, 2001.

HUMAN RIGHTS COMMITTEE. Concluding Observations of the Human Rights Committee: Niger. **UN Doc CCPR/C/79/Add.17**, 1993.

HUMAN RIGHTS COMMITTEE. Concluding Observations of the Human Rights Committee: Peru. **UN Doc CCPR/C/79/Add.67**, 1996.

HUMAN RIGHTS COMMITTEE. Concluding Observations of the Human Rights Committee: Senegal. **UN Doc CCPR/C/79/Add.10**, 1992.

HUMAN RIGHTS COMMITTEE. Concluding Observations of the Human Rights Committee: Nigeria. **UN Doc CCPR/C/79/Add.65**, 1996.

HUMAN RIGHTS COMMITTEE. Concluding Observations of the Human Rights Committee: Yemen. **UN Doc CCPR/C/79/Add.51**, 1995.

HUMAN RIGHTS COMMITTEE. Concluding Observations on Cambodia. **UN Doc CCPR/C/79/Add.108**, 1999.

HUMAN RIGHTS COMMITTEE. Concluding Observations on Colombia. **UN Doc CCPR/CO/80/COL**, 2004.

HUMAN RIGHTS COMMITTEE. Concluding Observations on Guatemala. **UN Doc CCPR/CO/72/GTM**, 2001.

HUMAN RIGHTS COMMITTEE. General Comment no. 20. **UN Doc HRI/GEN/1/Rev.1**, 1992. Disponível em: https://undocs.org/HRI/GEN/1/Rev.1.

HUMAN RIGHTS COMMITTEE. General Comment no. 20. **UN Doc HRI/GEN/1/Rev.1**, 1 abr. 1992. Disponível em: https://undocs.org/HRI/GEN/1/Rev.1.

HUMAN RIGHTS COMMITTEE. General Comment no. 22. **UN Doc CCPR/C/21/Rev.1/Add.4**, 27 set. 1993. Disponível em: https://undocs.org/CCPR/C/21/Rev.1/Add.4.

HUMAN RIGHTS COMMITTEE. General Comment no. 29. **UN Doc CCPR/C/21/Rev.1/Add.11**, 31 ago. 2001. Disponível em: https://undocs.org/CCPR/C/21/Rev.1/Add.11.

HUMAN RIGHTS COMMITTEE. General Comment no. 31. **UN Doc CCPR/C/21/Rev.1/Add.13**, 26 mai. 2004. Disponível em: https://undocs.org/CCPR/C/21/Rev.1/Add.13.

HUMAN RIGHTS COMMITTEE. General Comment no. 6. **UN Doc HRI/GEN/1/Rev.1**, 27 jul. 1982. Disponível em: https://undocs.org/HRI/GEN/1/Rev.1.

HUMAN RIGHTS COMMITTEE. Summary record of the 1519th meeting: Peru. **UN Doc CCPR/C/SR.1519**, 1997.

HUMAN RIGHTS COUNCIL. "They came to destroy": ISIS Crimes Against the Yazidis. **A/HRC/32/CRP.2**, 15 jun. 2016. Disponível em: https://www.ohchr.org/Documents/HRBodies/HRCouncil/CoISyria/A_HRC_32_CRP.2_en.pdf.

HUMAN RIGHTS COUNCIL. Conclusiones detalladas del Grupo de Expertos en Derechos Humanos sobre Nicaragua. **A/HRC/52/CRP.5**, 2023. Disponível em: https://www.ohchr.org/sites/default/files/documents/hrbodies/hrcouncil/sessions-regular/session52/A-HRC-52-CRP-5-ES.docx.

HUMAN RIGHTS COUNCIL. Independent International Fact-Finding Mission on Myanmar. Disponível em: https://www.ohchr.org/en/hr-bodies/hrc/myanmar-ffm/index.

HUMAN RIGHTS COUNCIL. Report of the Detailed Findings of the Independent International Fact-Finding Mission on Myanmar. **A/HRC/39/CRP.2**, 17 set. 2018. Disponível em: https://undocs.org/A/HRC/39/CRP.2.

HUMAN RIGHTS COUNCIL. Report of the Independent International Fact-Finding Mission on Myanmar. **A/HRC/39/64**, 12 set. 2018. Disponível em: https://ap.ohchr.org/documents/dpage_e.aspx?si=A/HRC/39/64.

HUMAN RIGHTS COUNCIL. Resolution 6/37 Elimination of all forms of intolerance and of discrimination based on religion or belief. **A/HRC/RES/6/37**, 14 dez. 2007. Disponível em: https://ap.ohchr.org/documents/dpage_e.aspx?si=A/HRC/RES/6/37.

HUMAN RIGHTS COUNCIL. Situation of Human Rights in Myanmar. **A/HRC/RES/34/22**, 3 abr. 2017. Disponível em: https://ap.ohchr.org/documents/dpage_e.aspx?si=A/HRC/RES/34/22.

HUMAN RIGHTS COUNCIL. Situation of human rights of Rohingya Muslims and other minorities in Myanmar. **A/HRC/RES/39/2**, 3 out. 2018. Disponível em: https://daccess-ods.un.org/access.nsf/Get?OpenAgent&DS=A/HRC/res/39/2&Lang=E.

HUMAN RIGHTS COUNCIL. Situation of Human Rights of Rohingya Muslims and Other Minorities in Myanmar. **A/HRC/RES/39/2**, 3 out. 2018. Disponível em: https://ap.ohchr.org/documents/dpage_e.aspx?si=A/HRC/RES/39/2.

HUMAN RIGTHS COMMITTEE. Statement on derogations from the Covenant in connection with the COVID-19 pandemic. **CCPR/C/128/2**, 30 abr. 2020. Disponível em: https://undocs.org/CCPR/C/128/2.

SPECIAL COURT FOR SIERRA LEONE. Statute. 2000. Disponível em: https://www.rscsl.org/Documents/scsl-statute.pdf.

SPECIAL RAPPORTEUR OF THE COMMISSION ON HUMAN RIGHTS ON FREEDOM OF RELIGION OR BELIEF. Report. **A/60/399**, 30 set. 2005. Disponível em: https://undocs.org/A/60/399.

SPECIAL RAPPORTEUR OF THE SUB-COMMISSION ON PREVENTION OF DISCRIMINATION AND PROTECTION OF MINORITIES. Study of Discrimination in the Matter of Religious Rights and Practice. **E/CN.4/Sub.2/200/Rev.1**, 1960. Disponível em: https://undocs.org/E/CN.4/Sub.2/200/Rev.1.

SPECIAL RAPPORTEUR ON FREEDOM OF RELIGION OR BELIEF. International standards. Disponível em: https://www.ohchr.org/en/special-procedures/sr-religion-or-belief/international-standards#4.

SPECIAL RAPPORTEUR ON FREEDOM OF RELIGION OR BELIEF. **Rapporteur's Digest on Freedom of Religion or Belief**: Excerpts of the Reports from 1986 to 2022 by the United Nations Special Rapporteur on Freedom of Religion or Belief Arranged by Topics of

the Framework for Communications. Geneva: United Nations, 2nd ed, 2023. Disponível em: https://www.ohchr.org/sites/default/files/Documents/Issues/Religion/RapporteursDigestFreedomReligionBelief.pdf.

SPECIAL RAPPORTEUR ON FREEDOM OF RELIGION OR BELIEF. Report. **A/64/159**, 17 jul. 2009. Disponível em: https://undocs.org/A/64/159.

SPECIAL RAPPORTEUR ON FREEDOM OF RELIGION OR BELIEF. Report. **A/65/207**, 29 jul. 2010. Disponível em: https://undocs.org/A/65/207.

SPECIAL RAPPORTEUR ON FREEDOM OF RELIGION OR BELIEF. Report. **A/67/303**, 13 ago. 2012. Disponível em: https://undocs.org/A/67/303.

SPECIAL RAPPORTEUR ON FREEDOM OF RELIGION OR BELIEF. Report. **A/68/290**, 7 ago. 2013. Disponível em: https://undocs.org/A/68/290.

SPECIAL RAPPORTEUR ON FREEDOM OF RELIGION OR BELIEF. Report. **A/69/261**, 5 ago. 2014. Disponível em: https://undocs.org/A/69/261.

SPECIAL RAPPORTEUR ON FREEDOM OF RELIGION OR BELIEF. Report. **A/71/269**, 2 ago. 2016. Disponível em: https://undocs.org/A/71/269.

SPECIAL RAPPORTEUR ON FREEDOM OF RELIGION OR BELIEF. Report. **A/73/362**, 5 set. 2018. Disponível em: https://undocs.org/A/73/362.

SPECIAL RAPPORTEUR ON FREEDOM OF RELIGION OR BELIEF. Report. **A/HRC/31/18**, 23 dez. 2015. Disponível em: https://undocs.org/A/HRC/31/18.

SPECIAL RAPPORTEUR ON FREEDOM OF RELIGION OR BELIEF. REPORT. **A/HRC/13/40/Add.3**, 28 dez. 2009. Disponível em: https://undocs.org/A/HRC/13/40/add.3.

SPECIAL RAPPORTEUR ON FREEDOM OF RELIGION OR BELIEF. Report. **A/HRC/4/21/Add.3**, 7 fev. 2007. Disponível em: https://undocs.org/A/HRC/4/21/add.3.

SPECIAL RAPPORTEUR ON FREEDOM OF RELIGION OR BELIEF. Report. **A/HRC/10/8/Add.3**, 26 jan. 2009. Disponível em: https://undocs.org/A/HRC/10/8/add.3.

SPECIAL RAPPORTEUR ON FREEDOM OF RELIGION OR BELIEF. Report. **A/HRC/28/66/Add.2**, 30 jan. 2015. Disponível em: https://undocs.org/A/HRC/28/66/Add.2.

SPECIAL RAPPORTEUR ON FREEDOM OF RELIGION OR BELIEF. Report. **A/HRC/13/40**, 21 dez. 2009. Disponível em: https://undocs.org/A/HRC/13/40.

SPECIAL RAPPORTEUR ON FREEDOM OF RELIGION OR BELIEF. Report. **A/HRC/22/51**, 24 dez. 2012. Disponível em: https://undocs.org/A/HRC/22/51.

SPECIAL RAPPORTEUR ON FREEDOM OF RELIGION OR BELIEF. Report. **A/HRC/19/60**, 22 dez. 2011. Disponível em: https://undocs.org/A/HRC/19/60.

SPECIAL RAPPORTEUR ON FREEDOM OF RELIGION OR BELIEF. Report. **A/HRC/31/18**, 23 dez. 2015. Disponível em: https://undocs.org/A/HRC/31/18.

SPECIAL RAPPORTEUR ON FREEDOM OF RELIGION OR BELIEF. Report. **A/HRC/10/8**, 6 jan. 2009. Disponível em: https://undocs.org/A/HRC/10/8.

SPECIAL RAPPORTEUR ON FREEDOM OF RELIGION OR BELIEF. Report. **E/CN.4/2006/5**, 9 jan. 2006. Disponível em: https://undocs.org/E/CN.4/2006/5.

SPECIAL RAPPORTEUR ON RELIGIOUS INTOLERANCE. Racial discrimination and religious discrimination: identification and measures. **A/CONF.189/PC.1/7**, 13 abr. 2000. Disponível em: https://undocs.org/A/CONF.189/PC.1/7.

SPECIAL RAPPORTEUR ON THE QUESTION OF RELIGIOUS INTOLERANCE. Report. **E/CN.4/1996/95/Add.2**, 8 fev. 1996. Disponível em: https://undocs.org/E/CN.4/1996/95/Add.2.

UNHCR ACNUR. Rohingya. Disponível em: https://www.acnur.org/portugues/rohingya/.

UNITED NATIONS COMMISSION ON HUMAN RIGHTS. Note verbale dated from the Permanent Representative of the Netherlands to the United Nations Office at Geneva addressed to the Secretary-General. **E/CN.4/1985/4**, 28 set. 1984, annex. Disponível em: https://undocs.org/E/CN.4/1985/4.

UNITED NATIONS COMMISSION ON HUMAN RIGHTS. Report on the situation of human rights in Rwanda submitted by Special Rapporteur René Degni-Ségui. **UN Doc E/CN.4/1996/7**, 28 jun. 1995. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/227227?ln=en.

UNITED NATIONS COMMISSION ON HUMAN RIGHTS. Resolution 2005/40. **E/CN.4/RES/2005/40**, 19 abr. 2005. Disponível em: https://ap.ohchr.org/documents/alldocs.aspx?doc_id=11124.

UNITED NATIONS ECONOMIC AND SOCIAL COUNCIL Revised and updated report on the question of the prevention and punishment of the crime of genocide prepared by Mr. Benjamin Whitaker. **UN Doc E/CN.4/Sub.2/1985/6**, 2 jul. 1985. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/108352?ln=es.

UNITED NATIONS ECONOMIC AND SOCIAL COUNCIL. Ad Hoc Committee on Genocide: summary record of the 4th meeting, Lake Success, New York, Wednesday, 7 April 1948. **UN Doc E/AC.25/SR.4**, 15 abr. 1948. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/601703?ln=en.

UNITED NATIONS ECONOMIC AND SOCIAL COUNCIL. Ad Hoc Committee on Genocide: summary record of the 13th meeting. **UN Doc E/AC.25/SR.13**, 20 abr. 1948. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/601786?ln=en.

UNITED NATIONS ECONOMIC AND SOCIAL COUNCIL. Ad Hoc Committee on Genocide to the Economic and Social Council on the Meetings Held at Lake Success, New York. **UN Doc E/794**, 24 mai. 1948. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/604195?ln=en.

UNITED NATIONS ECONOMIC AND SOCIAL COUNCIL. Draft Convention on the Crime of Genocide. **UN Doc E/447**, 26 jun. 1947. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/611058?ln=en.

UNITED NATIONS ECONOMIC AND SOCIAL COUNCIL. Relations Between the Convention on Genocide on the One Hand and the Formulation of the Nuremberg Principles and the Preparation of a Draft Code of Offences Against Peace and Security on the Other. **UN Doc E/AC.25/3/Rev.1**, 12 abr. 1948. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/601332?ln=en.

UNITED NATIONS ECONOMIC AND SOCIAL COUNCIL. Report of the Committee and Draft Convention drawn up by the Committee. **UN Doc E/794**, 24 mai. 1948. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/604195?ln=en.

UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. Continuation of the consideration of the draft convention on genocide. **UN Doc A/C.6/SR.73**, 13 out. 1948. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/604081.

UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. Continuation of the consideration of the draft convention on genocide. **UN Doc A/C.6/SR.105**, 13 nov. 1948. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/604792?ln=en.

UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. Continuation of the consideration of the draft convention on genocide. **UN Doc A/C.6/SR.103**, 12 nov. 1948. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/604790?ln=en.

UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. Continuation of the consideration of the draft convention on genocide. **UN Doc A/C.6/SR.95**, 8 nov. 1948. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/604710?ln=en.

UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. Continuation of the consideration of the draft convention on genocide. **UN Doc A/C.6/SR.75**, 15 out. 1948. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/604083?ln.

UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. Continuation of the consideration of the draft convention on genocide. **UN Doc A/C.6/SR.69**, 7 out. 1948. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/603895?ln=en.

UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. Continuation of the consideration of the draft convention on genocide. **UN Doc A/C.6/SR.74**, 14 out. 1948. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/604082?ln=en.

UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. Draft first international covenant on human rights and measures of implementation. **UN Doc A/C.3/SR.289**, 19 out. 1950. Disponível em: https://www.ohchr.org/Documents/Issues/Expression/ICCPR/AC.3.SR.289.pdf.

UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. Draft International Convenants on Human Rights. **UN Doc A/C.3/SR.1022**, 15 nov. 1960. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/781190?ln=.

UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. Draft International Convenants on Human Rights. **UN Doc A/C.3/SR.1023**, 15 nov. 1960. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/863163?ln=en.

UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. Draft International Convenants on Human Rights. **UN Doc A/C.3/SR.571**, 2 nov. 1954. Disponível em: https://undocs.org/A/C.3/SR.571.

UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. Draft international covenant on human rights and measures of implementation. **UN Doc A/C.3/SR.367**, 12 dez. 1951. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/732504?ln=es.

UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. Draft international declaration of human rights. **UN Doc A/C.3/SR.127**, 9 nov. 1948. Disponível em: https://undocs.org/A/C.3/SR.127.

UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. Genocide - draft Convention and report of the Economic and Social Council: joint amendment to Article 10 of the draft Convention (E/794) / Belgium and United Kingdom. **UN Doc A/C.6/258**, 10 nov. 1948.

UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. Genocide: draft Convention and report of the Economic and Social Council: further amendments to the draft Convention (E/794) / United Kingdom. **UN Doc A/C.6/236**, 16 out. 1948.

UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. Genocide: draft Convention and report of the Economic and Social Council: further amendments to the draft Convention (E/794): corrigendum / United Kingdom. **UN Doc A/C.6/236/Corr. 1**, 19 out. 1948.

UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. Hundred and Eighty-Second Plenary Meeting. **Official Records of the General Assembly**, 10 dez. 1948. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/617877?ln=en.

UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. Hundred and fifth meeting, held at Palais de Chaillot, Paris, on Saturday, 6th Committee, General Assembly, 3rd session. **UN Doc A/C.6/SR.105**, 13 nov. 1948.

UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. Hundred and third meeting, held at Palais de Chaillot, Paris, 6th Committee, General Assembly, 3rd session. **UN Doc A/C.6/SR.103**, 12 nov. 1948.

UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. Ninety fifth meeting, held at Palais de Chaillot, Paris, on Monday, 6th Committee, General Assembly, 3rd session. **UN Doc A/C.6/SR.95**, 8 nov. 1948.

UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. Ninety sixth meeting, held at Palais de Chaillot, Paris, on Tuesday, 6th Committee, General Assembly, 3rd session. **UN Doc A/C.6/SR.96**, 9 nov. 1948.

UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. Remarks of Raafat of Egypt, Hundred and Eighty-Third Plenary Meeting. **Official Records of the General Assembly**, 10 dez. 1948. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/617878?ln=en.

UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. Report of the Committee on International Criminal Jurisdiction. **UN Doc A/2136**, 1-31 ago. 1951. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/708385?ln=en.

UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. Report of the Committee on International Criminal Jurisdiction. **UN Doc A/2645**, 20 jul. – 27 ago. 1953. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/591815?ln=en.

UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. Resolution 37/123 The situation in the Middle East. **UN Doc A/RES/37/123**, 16 dez. 1982. Disponível em: https://www.un.org/unispal/document/auto-insert-186308/.

UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. Resolution 44/39. **A/RES/44/39**, 4 dez. 1989. Disponível em: https://undocs.org/a/RES/44/39.

UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. Resolution 70/175. **UN Doc A/RES/70/175**, 8 jan. 2016. Disponível em: https://undocs.org/A/RES/70/175.

UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. Resolution 77/221. **A/RES/77/221**, 6 jan. 2022. Disponível em: https://www.undocs.org/A/RES/77/221.

UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. Resolution 95(I). **UN Doc A/64/Add.1**, 11 dez. 1946. Disponível em: https://undocs.org/A/64/Add.1.

UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. Resolution 96(I). **UN Doc A/RES/96(I)**, 11 dez. 1946. Disponível em: https://undocs.org/en/A/RES/96(I).

UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. Seventy-seventh session Sixth Committee. **A/C.6/77/L.4**, 14 nov. 2022. Disponível em: https://undocs.org/A/C.6/77/L.4.

UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. Sixth Committee, Summary Record of the Eighty-Third Meeting. **Official Records of the General Assembly**, out. 1948. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/604635?ln=en.

UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. Sixth Committee, Summary Record of the Sixty-Fourth Meeting. **Official Records of the General Assembly**, out. 1948. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/603890?ln=en.

UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. Sixth Committee, Summary Record of the Twenty-Sixth Meeting. **UN Docs A/C.6/84**, 25 nov. 1946.

UNITED NATIONS HUMAN RIGHTS OFFICE OF THE HIGH COMMISSIONER (OHCHR). Genocide: "Never again" has become "time and again". **OHCHR**, 18 set. 2018. Disponível em: https://www.ohchr.org/EN/NewsEvents/Pages/Genocide0918-7808.aspx.

UNITED NATIONS HUMAN RIGHTS OFFICE OF THE HIGH COMMISSIONER. COVID-19: States should not abuse emergency measures to suppress human rights – UN experts. **Press release**, 16 mar. 2020. Disponível em: https://www.ohchr.org/en/press-releases/2020/03/covid-19-states-should-not-abuse-emergency-measures-suppress-human-rights-un.

United Nations Investigative Team to Promote Accountability for Crimes Committed by Da'esh/ISIL (UNITAD). Disponível em: https://www.unitad.un.org/.

UNITED NATIONS OFFICE ON GENOCIDE PREVENTION AND THE RESPONSIBILITY TO PROTECT. **The Genocide Convention**. Disponível em: https://www.un.org/en/genocideprevention/genocide-convention.shtml.

UNITED NATIONS PREPARATORY COMMITTEE ON THE ESTABLISHMENT OF AN INTERNATIONAL CRIMINAL COURT. Draft Statute for the International Criminal Court, Jurisdiction. **UN Doc A/CONF.183/2/Add.1**, 14 abr. 1998. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/253772?ln=en.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL. Annex to the letter from the President of the International Criminal and Tribunal for the forms Yugoslavia: Report on the Judicial Status of the International Criminal Tribunal for the Former Yugoslavia and the Prospects for Referring Certain Cases to National Courts. **UN Doc S/2002/678**, jun. 2002. Disponível em: https://undocs.org/S/2002/678.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL. Final Report of the Commission of Experts Established Pursuant to Security Council Resolution 780 (1992). **UN Doc S/1994/674**, 27 mai. 1994. Disponível em: https://undocs.org/S/1994/674.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL. Resolution 1593. **S/RES/1593**, 31 mar. 2005. Disponível em: https://undocs.org/S/RES/1593(2005).

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL. Resolution 1970. **S/RES/1970**, 26 fev. 2011. Disponível em: https://www.undocs.org/S/RES/1970%20(2011).

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL. Resolution 827. **S/RES/827**, 25 mai. 1993. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/166567?ln=en.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL. Resolution 935. **S/RES/935**, 1 jul. 1994. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/197589?ln=en.

UNITED NATIONS. Independent Investigative Mechanism for Myanmar. Disponível em: https://iimm.un.org/.

UNITED NATIONS. Plan of Action for Religious Leaders and Actors to Prevent Incitement to Violence that Could Lead to Atrocity Crimes. **United Nations Office on Genocide Prevention and the Responsibility to Protect**, jul. 2017.

UNITED NATIONS. Special Rapporteur on freedom of religion or belief. Disponível em: https://www.ohchr.org/en/special-procedures/sr-religion-or-belief.

UNITED NATIONS. World Conference on Human Rights, Vienna, 1993. Disponível em: https://www.ohchr.org/en/about-us/history/vienna-declaration.

Sistemas regionais

AFRICAN COMMISSION ON HUMAN AND PEOPLE'S RIGHTS. Activity Report of Commissioners: Commissioner Julienne Ondziel-Gnelenga (Item 7b) 29th Ordinary Session Tripoli, Libya. **DOC/OS(XXIX)/217/5**, 23 abr. - 7 mai. 2001.

AFRICAN COMMISSION ON HUMAN AND PEOPLE'S RIGHTS. Amnesty International v. Zambia. **Communication 212/98**, 5 mai. 1999.

AFRICAN COMMISSION ON HUMAN AND PEOPLE'S RIGHTS. Amnesty International, Comité Loosli Bachelard, Lawyers' Committee for Human Rights, Association of Members of the Episcopal Conference of East Africa v. Sudan. **Communications 48/90-50/91-52/91-89/93**, 15 nov. 1999.

AFRICAN COMMISSION ON HUMAN AND PEOPLE'S RIGHTS. Amnesty International v. Zambia. **Communication 212/98**, 5 mai. 1999.

AFRICAN COMMISSION ON HUMAN AND PEOPLE'S RIGHTS. Centre for Minority Rights Development (Kenya) and Minority Rights Group (on behalf of Endorois Welfare Council) v. Kenya. **Communication 276/03**, 25 nov. 2009.

AFRICAN COMMISSION ON HUMAN AND PEOPLE'S RIGHTS. Concluding Observations on the 3rd and 4th Combined Periodic Reports of the Peoples Democratic Republic of Algeria. 22 mai. 2008.

AFRICAN COMMISSION ON HUMAN AND PEOPLE'S RIGHTS. Concluding Observations and Recommendations on the Combined 3rd, 4th and 5th Periodic Report of the Republic of Togo. **51st Ordinary Session**, 18 abr.–2 mai. 2012. Disponível em: https://achpr.au.int/en/state-reports/concluding-observations-and-recommendations-togo-3rd-periodic-report-2003-20.

AFRICAN COMMISSION ON HUMAN AND PEOPLE'S RIGHTS. Concluding Observations and Recommendations - Togo: Periodic Report 6th, 7th & 8th, 2011 – 2016. **31st Extraordinary Session**, 13-25 fev. 2021. Disponível em: https://achpr.au.int/en/state-reports/togo-periodic-report-6th-7th-8th-2011-2016.

AFRICAN COMMISSION ON HUMAN AND PEOPLE'S RIGHTS. Concluding Observations and Recommendations on the Second and Combined Periodic Report of the Republic of Mozambique on the Implementation of the African Charter on Human and Peoples' Rights (1999–2010). 28 February 2015.

AFRICAN COMMISSION ON HUMAN AND PEOPLE'S RIGHTS. Concluding Observations and Recommendations on the 4th and 5th Periodic Report of the Republic of Sudan. 2008-2012.

AFRICAN COMMISSION ON HUMAN AND PEOPLE'S RIGHTS. Curtis Francis Doebbler v. Sudan. **Communication 236/00**, 4 mai. 2003.

AFRICAN COMMISSION ON HUMAN AND PEOPLE'S RIGHTS. Final Communiqué of the Consultative Technical Meeting towards Commissioning a Study on "HIV, the Law and Human Rights in the African Human Rights System: Key Challenges, Best Practices and Opportunities for Rights-based Responses to HIV". 7 June 2014. Disponível em: https://achpr.au.int/en/news/final-communiques/2014-06-12/final-communique-consultative-technical-meeting-towards.

AFRICAN COMMISSION ON HUMAN AND PEOPLE'S RIGHTS. Garreth Anver Prince v. South Africa. **Communication 255/02**, 7 dez. 2004.

AFRICAN COMMISSION ON HUMAN AND PEOPLE'S RIGHTS. HIV, the Law and Human Rights in the African Human Rights System: Key Challenges and Opportunities for Rights-based Responses. **Report on the Study of the African Commission on Human and Peoples' Rights**, 31 jan. 2018. Disponível em: https://www.unaids.org/en/resources/documents/2018/HIV_Law_AfricanHumanRightsSystem.

AFRICAN COMMISSION ON HUMAN AND PEOPLE'S RIGHTS. Hossam Ezzat and Rania Enayet (represented by Egyptian Initiative for Personal Rights and INTERIGHTS) v. The Arab Republic of Egypt. **Communication 355/07**, 28 abr. 2018.

AFRICAN COMMISSION ON HUMAN AND PEOPLE'S RIGHTS. Open Society Justice Initiative v. Côte d'Ivoire. **Communication 318/06**, 27 mai. 2016.

AFRICAN COMMISSION ON HUMAN AND PEOPLE'S RIGHTS. Press release on the atrocities committed by Boko Haram. 22 jan. 2015.

AFRICAN COMMISSION ON HUMAN AND PEOPLE'S RIGHTS. Promotional Mission Report of Commissioner Angela Melo, Special Rapporteur on the Rights of Women in Africa in the Republic of The Sudan. 30 mar. - 4 abr. 2003.

AFRICAN COMMISSION ON HUMAN AND PEOPLE'S RIGHTS. Report of the African Commission on Human and Peoples' Rights Mission to The Sudan 1–7 December 1996. **DOC/OS/ 35a(XXIII)**, 29 abr. 1998.

AFRICAN COMMISSION ON HUMAN AND PEOPLE'S RIGHTS. Republic of Togo: Periodic Report 6th, 7th & 8th, 2011 – 2016. **State Reports**, 26 mar. 2018. Disponível em: https://achpr.au.int/en/state-reports/republic-togo-periodic-report-6th-7th-8th-2011-2016.

AFRICAN COMMISSION ON HUMAN AND PEOPLE'S RIGHTS. Resolution on terrorist acts in the Republic of Kenya. **ACHPR/Res.302 (LVI)**, 7 mai. 2015.

AFRICAN COMMISSION ON HUMAN AND PEOPLE'S RIGHTS. Resolution on the Human Rights Situation in the Republic of Guinea. **ACHPR/Res. 242**, 24 jul. 2013.

AFRICAN COMMISSION ON HUMAN AND PEOPLE'S RIGHTS. Resolution on the Human Rights Situation in Federal Republic of Nigeria. **ACHPR/Res.214**, 2 mai. 2012.

AFRICAN COMMISSION ON HUMAN AND PEOPLE'S RIGHTS. Togo: 3rd Periodic Report, 2003-2010. **State Reports**, 6 nov. 2011. Disponível em: https://achpr.au.int/en/state-reports/togo-3rd-periodic-report-2003-2010.

ASEAN INTERGOVENMNETAL COMMISSION ON HUMAN RIGHTS. About AICHR. Disponível em: https://aichr.org/about-aichr-2/.

ASEAN INTERGOVERNMENTAL COMMISSION ON HUMAN RIGHTS. Annual Report of the ASEAN Intergovernmental Commission on Human Rights (AICHR). Jul. 2022 – jul. 2023. Disponível em: https://aichr.org/wp-content/uploads/2023/07/ADOPTED-Annual-Report-of-AICHR-2023.pdf.

ASEAN INTERGOVERNMENTAL COMMISSION ON HUMAN RIGHTS. The ASEAN Intergovernmental Commission on Human Rights (AICHR) Annual Report 2020. Jul. 2019 – jun. 2020. Disponível em: https://aichr.org/wp-content/uploads/2021/07/10-AICHR-Annual-Report-2020.pdf.

ASEAN INTERGOVERNMENTAL COMMISSION ON HUMAN RIGHTS. The ASEAN Intergovernmental Commission on Human Rights (AICHR) Annual Report 2022. **Special Meeting**, ago. 2021 – jul. 2022. Disponível em: https://aichr.org/wp-content/uploads/2023/04/ADOPTED-AICHR-Annual-Report-2022-AICHR-Special-Meeting-1-2022-2.pdf.

ASSOCIATION OF SOUTHEAST ASIAN NATIONS. ASEAN Human Rights Declaration. 19 nov. 2019. Disponível em: https://asean.org/asean-human-rights-declaration/.

ASSOCIATION OF SOUTHEAST ASIAN NATIONS. ASEAN Member States. Disponível em: https://asean.org/member-states/.

ASSOCIATION OF SOUTHEAST ASIAN NATIONS. Major Sectoral Bodies/Committees. Disponível em: https://asean.org/our-communities/asean-political-security-community/rules-based-people-oriented-people-centred/human-rights/.

INTER-AMERICAN COMMISSION ON HUMAN RIGHTS. Case 11.610 Loren Laroye Riebe, Jorge Alberto Barón Guttlein y Rodolfo Isal Elorz v. Mexico. **Report 49/99**, 13 abr. 1999. Disponível em: http://www.cidh.org/annualrep/98eng/merits/mexico%2011610.htm.

INTER-AMERICAN COMMISSION ON HUMAN RIGHTS. Case 7778 Guatemala. **Resolution 16/82**, 9 mar. 1982. Disponível em: http://www.cidh.org/annualrep/81.82eng/Guatemala7778.htm.

INTER-AMERICAN COMMISSION ON HUMAN RIGHTS. The situation of human rights in Cuba: seventh report. **OEA/Ser.L/V/II.61,** 4 out. 1983. Disponível em: http://www.cidh.org/countryrep/Cuba83eng/chap.7.htm.

Outros documentos

Draft of the Covering Letter to be Addressed to M. Paderewski in Transmitting to Him the Treaty to be Signed by Poland under Article 93 of the Treaty of Peace with Germany. **American Journal of International Law**, vol. 13, no. 4, Supplement: Official Documents 1919.

ÉLYSÉE. Declaration of the Rights of Man and of the Citizen. 1789. Disponível em: https://www.elysee.fr/en/french-presidency/the-declaration-of-the-rights-of-man-and-of-the-citizen.

GAJA, Giorgio. Les obligations et les droits erga omnes en droit international. **Institut de Droit International**, 2005. Disponível em: https://www.idi-iil.org/app/uploads/2017/06/2005_kra_01_en.pdf.

INTERNATIONAL COMMISSION OF JURISTS. Siracusa Principles on the Limitation and Derogation Provisions in the International Covenant on Civil and Political Rights. 1985. Disponível em: https://www.icj.org/wp-content/uploads/1984/07/Siracusa-principles-ICCPR-legal-submission-1985-eng.pdf.

INTERNATIONAL CRIMINAL COURT. Paper on some policy issues before the Office of the Prosecutor. **ICC Policy Paper**, set. 2003. Disponível em: https://www.icc-cpi.int/news/paper-some-policy-issues-office-prosecutor.

INTERNATIONAL CRIMINAL TRIBUNAL FOR THE FORMER YUGOSLAVIA. About ICTY. Disponível em: https://www.icty.org/en/about.

NATIONAL ARCHIVES. The Bill of Rights: A Transcription. **America's Founding Documents**, 1791. Disponível em: https://www.archives.gov/founding-docs/bill-of-rights-transcript.

NATIONAL ARCHIVES. The Virginia Declaration of Rights. **America's Founding Documents**, 1776. Disponível em: https://www.archives.gov/founding-docs/virginia-declaration-of-rights.

The Human Rights Ombudsman of Bosnia and Herzegovina. Disponível em: https://www.ombudsmen.gov.ba/Default.aspx?id=0&lang=EN.

Matérias online, notícias e outras referências

AGAR, Jonathan. UNITAD Panel Intervention. USCIRF Hearing: Ending Genocide: Accountability for Perpetrators, 28 jul. 2021. Disponível em: https://www.uscirf.gov/sites/default/files/Jonathan%20Agar-%20UNITAD%20outline.pdf.

AMNESTY INTERNATIONAL. The Bangkok and Vienna Declarations. **What China Says, What China Means and What this Means for Human Rights**. Disponível em: https://whatchinasays.org/key-events/the-bangkok-and-vienna-declarations/.

AUSTRALIAN STRATEGIC POLICY INSTITUTE. The Xinjiang Data Project. Disponível em: https://xjdp.aspi.org.au/.

BBC. Myanmar Rohingya: What you need to know about the crisis. 23 jan. 2020. Disponível em: https://www.bbc.com/news/world-asia-41566561.

BBC. Who are the Uyghurs and why is China being accused of genocide? 21 jun. 2021. Disponível em: https://www.bbc.com/news/world-asia-china-22278037.

BORDA, Aldo Zammit; MANDELBAUM, Stefan; STEGBAUER Marilena. Legitimation Crisis or Access to Justice? On the Authority of International People's Tribunals. **OpinioJuris**, 24 jul. 2021. Disponível em: http://opiniojuris.org/2021/07/24/legitimation-crisis-or-access-to-justice-on-the-authority-of-international-peoples-tribunals/.

COMMENTARY AFCHPR. Freedom of conscience and religion - article 8. **Substance**, 1 set. 2017. Disponível em: https://afchpr-commentary.uwazi.io/en/entity/oakiexi6jhuxsprfcqud3rf6r.

FRANCE 24. Karadzic being transferred to The Hague's UN tribunal. 30 jul. 2008. Disponível em: https://www.france24.com/en/20080730-karadzic-being-transferred-hagues-un-tribunal-serbia-hague.

GOLDSTONE, Justice Richard. As the Draft Crimes Against Humanity Treaty Moves Forward, a View on How It Relates to the Rome Statute for the ICC. **Just Security**, 15 set. 2021. Disponível em: https://www.justsecurity.org/78188/as-the-draft-crimes-against-humanity-treaty-moves-forward-a-view-on-how-it-relates-to-the-rome-statute-for-the-icc/.

GORUR, Aditi; GREGORY, Julie. Violence Based on Religion or Belief: Taking Action at the United Nations. **STIMSON – Human Rights & IHL**, 22 jan. 2021. Dispnível em: https://www.stimson.org/2021/violence-based-on-religion-or-belief-taking-action-at-the-united-nations/.

HUMAN RIGHTS WATCH. "Break Their Lineage, Break Their Roots" China's Crimes against Humanity Targeting Uyghurs and Other Turkic Muslims. 19 abr. 2021. Disponível em: https://www.hrw.org/report/2021/04/19/break-their-lineage-break-their-roots/chinas-crimes-against-humanity-targeting.

HUMAN RIGHTS WATCH. "These are the Crimes we are Fleeing": Justice for Syria in Swedish and German Courts. 3 out. 2017. Disponível em: https://www.hrw.org/report/2017/10/04/these-are-crimes-we-are-fleeing/justice-syria-swedish-and-german-courts.

HUMAN RIGHTS WATCH. ASEAN: Overhaul Regional Response to Rohingya Crisis. 26 jun. 2020. Disponível em: https://www.hrw.org/news/2020/06/26/asean-overhaul-regional-response-rohingya-crisis.

HUMAN RIGHTS WATCH. ICTY: Q&A on the Case against Ratko Mladic – 4. Why did his arrest take so long? And why did it happen now? Disponível em: https://www.hrw.org/news/2011/05/31/icty-qa-case-against-ratko-mladic.

INTERNATIONAL JUSTICE RESOURCE CENTER. Middle East and North Africa. Disponível em: https://ijrcenter.org/regional/middle-east-and-north-africa/.

KRANJC, Svebor. Bosnian Serb war crimes suspect delivered to Hague. **REUTERS**, 9 ago. 2007. Disponível em: https://www.reuters.com/article/idUSL01195154/.

KROKER, Patrick, KATHER, Alexandra Lily. Justice for Syria? Opportunities and Limitations of Universal Jurisdiction Trials in Germany. **EJIL**: Talk! Blog of the European Journal of International Law, 12 ago. 2016. Disponível em: https://www.ejiltalk.org/justice-for-syria-opportunities-and-limitations-of-universal-jurisdiction-trials-in-germany/.

LAMPE, John R. Bosnian War. **Encyclopedia Britannica**, 19 out. 2023. Disponível em: https://www.britannica.com/event/Bosnian-War.

LAVERY, Kirsten. Legislation Factsheet Prosecution of Mass Atrocity Crimes. **USCIRF**, jul. 2019. Disponível em: https://www.uscirf.gov/sites/default/files/Legislation%20Factsheet%20-%20Atrocity%20Crimes.pdf.

OPEN DOORS. World Watch List: Trends. 2024. Disponível em: https://www.opendoors.org/en-US/persecution/persecution-trends/.

PEW RESEARCH CENTER. How COVID-19 Restrictions Affected Religious Groups Around the World in 2020. **Report**, 29 nov. 2022. Disponível em: https://www.pewresearch.org/religion/2022/11/29/how-covid-19-restrictions-affected-religious-groups-around-the-world-in-2020/.

PEW RESEARCH CENTER. Religious restrictions around the world. 29 nov. 2022. Disponível em: https://www.pewresearch.org/religion/interactives/religious-restrictions-around-the-world/.

PEW RESEARCH CENTRE. Global Religious Diversity. **Report**, 4 abr. 2014. Disponível em: https://www.pewresearch.org/religion/2014/04/04/global-religious-diversity/.

PILLAI, Priya. Draft Convention on Crimes Against Humanity: A Window of Opportunity. **OpinioJuris**, 22 nov. 2022. Disponível em: https://opiniojuris.org/2022/11/22/draft-convention-on-crimes-against-humanity-a-window-of-opportunity/.

REESE, Father Thomas J. Testimony of Father Thomas J. Reese, S.J. Commissioner U.S. Commission on International Religious Freedom (USCIRF) Before the Tom Lantos Human Rights Commission on Mass Atrocities Prevention I. **USCIRF**, 6 fev. 2018. Disponível em: https://www.uscirf.gov/sites/default/files/Mass%20Atrocities%20Hearingrev3.pdf.

RIKHOF, Joseph. Who Are Most Responsible in International Criminal Law? **Global Justice Journal**, 21 nov. 2019. Disponível em: https://globaljustice.queenslaw.ca/news/who-are-most-responsible-in-international-criminal-law.

SADAT, Leila. Towards a New Treaty on Crimes Against Humanity: Next Steps. **Just Security**, 13 set. 2021. Disponível em: https://www.justsecurity.org/78063/towards-a-new-treaty-on-crimes-against-humanity-next-steps/.

SCHEFFER, David. Why Religious Persecution Justifies U.S. Legislation on Crimes Against Humanity. **Justsecurity**, 6 out. 2021. Disponível em: https://www.justsecurity.org/78453/why-religious-persecution-justifies-u-s-legislation-on-crimes-against-humanity/.

UNITED STATES COMISSION ON INTERNATIONAL RELIGIOUS FREEDOM. Annual Report. 2023. Disponível em: https://www.uscirf.gov/annual-reports.

UNITED STATES DEPARTMENT OF STATE OFFICE OF INTERNATIONAL RELIGIOUS FREEDOM. Afghanistan. **Report on International Religious Freedom**, 2022. Disponível em: https://www.state.gov/reports/2022-report-on-international-religious-freedom/afghanistan/.

UNIVERSITY OF MELBOURNE. Emerging Arab States Human Rights Mechanisms. **Library Guides**, last updated 26 set. 2023. Disponível em: https://unimelb.libguides.com/c.php?g=928011&p=6704321.

UYGHUR TRIBUNAL. Disponível em: https://uyghurtribunal.com/.

VILJOEN, Frans. International Human Rights Law: A Short History. **UN Chronicle**. Disponível em: https://www.un.org/en/chronicle/article/international-human-rights-law-short-history.

VILLA, Virginia. Four-in-ten countries and territories worldwide had blasphemy laws in 2019. **Pew Research Center**, 25 jan. 2022. Disponível em: https://www.pewresearch.org/fact-tank/2022/01/25/four-in-ten-countries-and-territories-worldwide-had-blasphemy-laws-in-2019-2/.

YEE, Tan Hui. Asean urges Myanmar to end violence, seek reconciliation. **The Straits Times**, 3 mar. 2021. Disponível em: https://www.straitstimes.com/asia/se-asia/asean-urges-myanmar-to-end-violence-seek-reconciliation.

ZENZ, Adrian. Sterilizations, IUDs, and Mandatory Birth Control: The CCP's Campaign to Suppress Uyghur Birthrates in Xinjiang. **Washington: The Jamestown Foundation**, 2020. Disponível em: https://jamestown.org/wp-content/uploads/2020/06/Zenz-Internment-Sterilizations-and-IUDs-UPDATED-July-21-Rev2.pdf?x26611.